HISTORIA

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

I

HISTORIA

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NAS SUAS RELAÇÕES

COM A

INSTRUCÇÃO PUBLICA PORTUGUEZA

POR

THEOPHILO BRAGA

Socio effectivo da Academia real das Sciencias

TOMO I

1289 a 1555

LISBOA

POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1892

EM COMMEMORAÇÃO

DO

VI CENTENARIO

DA FUNDAÇÃO

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

D.

O estudo da Civilisação portugueza, para que se comprehenda a importancia que esta pequena nacionalidade exerceu na cultura da Europa, deve ser feito em relação ás transformações que caracterisam a Historia moderna, isto é, desde o fim da Edade média até á explosão temporal da Revolução franceza. Os grandes problemas da decomposição dos dois Poderes e sua recomposição empirica e incompleta, acham-se implicitos nos factos do desenvolvimento intellectual e scientifico em quanto á parte *espiritual,* e nos factos do estabelecimento da ordem politica e economica, em quanto á parte *temporal.*

Seguindo o desdobramento d'estes problemas simultaneamente com a marcha historica da nacionalidade portugueza, que é esclarecida por elles, é que tomámos a transformação ou crise *mental* como base systematica da *Historia da Universidade de Coimbra;* mais tarde completaremos o quadro da civilisação moderna com a *Historia da Nacionalidade portugueza,* em que prevalece a crise *social* tendendo á synthese politica.

Na evolução da Europa moderna, apesar de não ter exercido uma acção directa o *sentimento,* ainda assim os impulsos affectivos offereceram ás novas capacidades estheticas elementos de idealisação, que se tornaram as bellas e surprehendentes creações das Litteraturas moder-

nas. Assim, estudada a parte *intellectual* e *politica* da Civilisação portugueza, ficará o nosso estudo verdadeiramente completo com a *Historia da Litteratura portugueza* nas suas relações com as Litteraturas romanicas ou occidentaes.

Temos desde 1871 annunciada em um prospecto a *Historia da Universidade de Coimbra* como formando parte de um plano mais vasto, e quasi totalmente realisado, sobre a Historia litteraria de Portugal. As relações entre as creações da Historia litteraria e as transformações da Pedagogia eram então por nós mais presentidas do que comprehendidas. O estudo comparativo das Litteraturas romanicas revelando-nos o antagonismo entre o espirito da Edade média e o da Antiguidade classica, levou-nos a comprehender essa dupla corrente intellectual, observando como as Universidades luctaram contra os Humanistas da Renascença, que souberam determinar os tres gráos da Instrucção publica fóra dos typos immoveis das quatro faculdades.

Achavamo-nos, ao começar as nossas investigações, em um estado mental metaphysico, que nos fazia concentrar todos os nossos interesses moraes no periodo revolucionario, como uma anarchia fecunda, embora transitoria. A formação das Universidades resultando da dissolução do regimen catholico-feudal, e evidenciando o conflicto entre a auctoridade real e a pontifical, era-nos por isso mesmo sympathica. Quando procurámos naturalmente organisar em systema as nossas aspirações revolucionarias, fomos encontrar essa synthese doutrinaria já realisada por Augusto Comte no *Curso de Philosophia positiva*. Á medida que entrava n'esse regimen definitivo do espirito, ia abandonando a orientação metaphysica da cultura universitaria; e só quando a philosophia positiva me revelou as phases da grande Revolução occidental que começa no seculo XIII e se expande na crise violenta do fim do seculo XVIII, é que comprehendi a missão das Universidades n'este esforço da Civilisação europêa para reconstituir um novo Poder espi-

ritual baseado sobre a veracidade das concepções scientificas, e como não correspondendo á urgencia d'esta necessidade social caíram na estabilidade e no pedantismo doutrinario. Essa missão foi melhor comprehendida pelas Academias, suscitadas pelas syntheses baconiana e cartesiana, vindo os seus resultados analyticos a constituir sob a Convenção a fórma nova do ensino das Polytechnicas. Não foi porém ainda attingido o fim, por falta de uma systematisação geral.

A Philosophia positiva está destinada a exercer uma influencia capital na reorganisação do ensino. Em primeiro logar é ella que estabelece a harmonia entre as noções *objectivas* e as concepções *subjectivas,* fazendo consistir a verdade n'esta intima relação. Emquanto na mentalidade humana preponderaram as noções subjectivas, crearam-se as religiões, e as faculdades intellectuaes, sem a dependencia dos elementos objectivos do conhecimento, foram levadas á hallucinação. No ensino publico e domestico, todos os pedagogistas partiram dá necessidade inicial da educação religiosa, caíndo no erro fatalissimo de desenvolverem prematuramente nos cerebros das crianças uma actividade doentia; a *secularisação* do ensino, que ainda não foi unanimemente adoptada, é o conhecimento d'este mal radicado na instrucção publica; por outro lado, a reacção do espirito critico, limitando unicamente o ensino aos dados concretos da *objectividade,* origina um mal com consequencias deprimentes, taes como o desenvolvimento exclusivo da capacidade analytica, um acanhamento de vistas, pela abstenção dos processos deductivos e de synthese. A Philosophia positiva organisando os elementos objectivos na hierarchia theorica das Sciencias, é que ratifica as noções subjectivas derivando-as d'esses elementos, e portanto não receia de continuar a actividade mental no seu pleno exercicio conduzindo-a ao normal destino subjectivo. Assim a Philosophia positiva é a unica doutrina que conduz a uma Pedagogia completa, porque ella dá-nos um conhecimento da elevação geral da especie

humana pelo criterio historico; dá-nos uma Psychologia individual e collectiva; dá-nos uma Methodologia logica deduzida dos processos especiaes de cada sciencia; e pelo conhecimento biologico do nosso sêr organico estabelece as fórmas e os gráos do ensino de cada edade e do conjuncto das nossas capacidades activas, affectivas e especulativas, subordinadas exclusivamente a um fim humano.

Separando as Sciencias geraes das especiaes, irracionalmente confundidas no ensino publico, determinou esta philosophia a primeira condição pedagogica para o estabelecimento de uma instrucção theorica verdadeiramente superior e independente das restricções necessarias em todas as disciplinas concretas ou de applicação. O criterio historico, ou propriamente de relatividade, no estudo de cada sciencia geral, serve para acompanhar a evolução progressiva dos methodos mais ou menos mas sempre ligados ao desenvolvimento das doutrinas das sciencias. É ainda esse caracter de relatividade, que localisando cada systema pedagogico na sua época e corrente historica, como as *Universidades* do fim da Edade média até á Renascença, as *Academias* nos seculos XVII e XVIII e as *Polytechnicas* no seculo actual, estabelece a harmonia de cada instituição com as concepções dominantes, fazendo sentir as suas deficiencias, o estreito espirito de especialidade, e a necessidade de completar o ensino, tornando-o a expressão do saber moderno, em que se tenda á formação de uma concepção geral ou Synthese que dirija a sociedade humana, como o estado sentimental da fé religiosa actuou na concordia dos espiritos. Taes como se conservam no seu automatismo tradicional, as Universidades, as Academias e as Polytechnicas, não podem realisar esta necessidade da consciencia humana, porque as sciencias fragmentadas, especialisadas, visando á exploração da pratica, e a erudição de particularidades desconnexas, não se elevam sob a compressão dos programmas officiaes a uma correlação de doutrinas aptas para fortificarem as mais sinceras consciencias.

Achada essa correlação theorica pela philosophia positiva, fica resolvido o difficil e até hoje insoluvel problema dos gráos do ensino, discriminando-os não pelas disciplinas, scientificamente as mesmas em todos os gráos, mas pela sua maior ou menor intensidade, conforme as edades e o estado mental e social dos que aprendem. É assim possivel hoje organisar uma *instrucção popular superior*.

Um outro problema pedagogico ainda não resolvido cabalmente é o da restauração scientifica das disciplinas humanistas; decaíram no seculo XVI do seu gráo superior de Faculdade de Artes, e constituiram o ensino médio, elementar ou lyceal, onde conservam o acanhado formalismo da tradição scholastica da Edade média. Diante da vulgarisação das sciencias cosmologicas, experimentaes e praticas, que se desenvolveram activamente desde o seculo XVII, as Universidades abriram-se a esses novos estudos agrupados sob a designação de *Philosophia natural*, e no ensino secundario foram caracterisados pela sua objectividade concreta como *Realismo,* restringindo o campo consagrado á cultura das humanidades. No emtanto conserva-se na instrucção superior essa falha, ao passo que a moderna erudição renovou o estudo dos linguas classicas pelo criterio comparativo, transformou a grammatica geral na glottologia, relacionou as litteraturas com os seus germens tradicionaes, com as luctas sociaes, e com as fórmas estheticas universaes determinadas pela expressão do bello; e emquanto á antiga psychologia introspectiva, alargou-se, depois de subordinada á physiologia, até á manifestação da alma collectiva das raças, das nacionalidades, e do saber popular. A critica recebeu tambem um espirito scientifico, criando a historia das Litteraturas, e transformando o material da archeologia classica em uma reconstrucção integral da historia. Vico, Wolf, Niebuhr, Winckelman, Otfried Muller, Creuzer, Welcker, rasgam estes novos horisontes do saber humano dando-lhes o titulo generico de Philologia, presentindo que estes documentos vivos, que

revelam a «essencia intellectual das nacionalidades» precisavam ser fecundados pela philosophia. Tal era o problema proposto por Vico, reclamando a alliança da Philosophia e da Philologia; era esta a via por onde os estudos humanistas retomariam a sua superior situação scientifica. Sómente a Philosophia que relacionasse os phenomenos cosmologicos e biologicos com os phenomenos sociaes, submettendo-os ás mesmas leis pela observação, e sómente depois de fundada a Sociologia pelo conhecimento da continuidade historica, é que todos esses conhecimentos de erudição se coordenariam systematicamente em uma completa *Faculdade sociologica,* comprehendendo as creações historicas e actuaes produzidas pela sociedade. E uma vez estabelecida pela continuidade historica a solidariedade da Civilisação occidental, com os seus varios centros hegemonicos na orla do Mediterraneo, e sua expansão para a Europa central, que hoje a continúa em capitaes ou fócos intensos de progresso, immediatamente se comprehende a necessidade de não esquecer os monumentos da civilisação greco-romana, de que sômos herdeiros; a Philosophia positiva libertando-nos do fetichismo da auctoridade classica restitue-lhes o seu logar na pedagogia.

Os trabalhos de compilação de documentos para a historia de uma corporação scientifica com seis seculos de existencia embaraçam fundamentalmente a critica, se ella não fôr dirigida por uma vista synthetica da historia moderna; isto fez com que todas as tentativas sobre a historia da Universidade de Coimbra até hoje ficassem fragmentarias. Os nossos materiaes accumularam-se indigestamente antes da posse d'essa synthese, cuja verdade verificámos pela applicação.

E á medida que procuravamos o encadeamento chronologico dos factos, a corrente das idéas na Europêa é que lhes accentuava todo o seu relêvo, e quasi que espontaneamente se dispunham como ulterior comprovação, constituindo os córtes naturaes das épocas historicas, que assim deixavam de ser uma divisão arbitraria.

A revolução moderna, que se inicia ao terminar da Edade média, caracterisa-se pela dissolução do Poder espiritual da synthese theologica tendendo a ser substituida por uma outra fórma, ora critica e scientifica, e pela queda do regimen feudal ou militar substituido pela entrada do Proletariado na vida civil, intervenção empirica da dictadura monarchica, e preponderancia da actividade industrial. Essa revolução, que ainda não está terminada, caracterisa-se principalmente como *intellectual* e *social;* e por certo uma das causas que até hoje tem embaraçado o seu advento á edade normal pode attribuir-se ao abandono ou subalternidade em que junto a esses factores especulativo e activo ficou o elemento *effectivo,* cuja presidencia fizera da Edade média uma época fecunda de reorganisação.

Para comprehender o aspecto *intellectual* da Revolução occidental fômos determinar o seu influxo nos factos concretos e sua simples coordenação da *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção publica portugueza.*

Não é sem assombro que vêmos a intelligencia portugueza cooperando na actividade dos espiritos no fim da Edade média, por uma fórma universal, como em Pedro Hispano, que prepondéra estimulando a dissolução dialectica com as suas *Summulas logicas* até ao meado do seculo XVI. E se a acção de Portugal na civilisação europêa é conhecida especialmente pela actividade com que explora o Atlantico, circumda a Africa e abre o caminho da Asia, dando a volta do globo, como não é digno de assombro esse grande seculo em que a par dos fortes navegadores e occupadores dos vastos continentes, dominavamos intellectualmente na Europa, brilhando nas Universidades da Italia, da França e da Belgica com os principaes humanistas da Renascença. No decurso da dissolução critica, a intelligencia portugueza levou mais longe o estandarte da negação que preparou a synthese de Bacon e Descartes, no libello celebre de Francisco Sanches; e emquanto ás

doutrinas sociaes da soberania nacional, Valasco de Gouvêa formúla a extincção da auctoridade temporal absoluta explicando o poder como um mandato revogavel. Sem o conhecimento das luctas dos Jesuitas contra os sabios do Port Royal, que fecundavam o ensino pela synthese cartesiana, não se avalia a acção da Congregação do Oratorio no ensino, e a origem das reformas iniciadas pelo Marquez de Pombal. Vista a esta luz, a historia de uma corporação docente, em que preponderam os actos de uma regulamentação esteril, torna-se um como que interessantissimo drama intellectual, obedecendo a um argumento em que cada paiz collabora sem comtudo conhecel-o.

O aspecto *social* da grande crise européa é o que nos guia na *Historia de Portugal,* em que uma pequena nacionalidade retoma a importancia capital nos destinos da humanidade, como impulsora da sua marcha definitiva e pacifica, quando na Europa acabavam as guerras privadas. Coincidindo a creação da Nacionalidade portugueza com a época em que começa a dissolução do regimen catholico-feudal, a marcha historica d'este novo organismo obedece ao impulso d'esta dupla revolução mental e social. O apparecimento de uma população livre, os Mosarabes, apesar de todas as anachronicas restaurações do Codigo visigotico, e a unificação das cidades livres ou Behetrias, pelo pacto das cartas de foral, em uma Patria portugueza, correspondem ao advento do proletariado como um novo factor das sociedades modernas. Sobre esse elemento se apoia a dictadura temporal, em que a Realeza submette o clero e a nobreza militar á sua auctoridade soberana fundamentada nos codigos romanos explicados no ensino secular das Universidades. E se esta crise mental, que fortalece o poder real, coadjuva a independencia da sociedade civil pela acção dos Jurisconsultos, essa mesma crise em uma outra phase mais intensa provoca as duas reacções da Inquisição e dos Jesuitas, que vieram perturbar a evolução nacional e dar á Casa de Austria a supremacia temporal, levando-a a

incorporar Portugal na unidade hespanhola. Á luz d'estes phenomenos capitaes da historia moderna da Europa, explicam-se claramente as consequencias da politica de Henrique IV e Richelieu na restauração de Portugal, e as consequencias da Revolução franceza na queda do absolutismo e estabelecimento do regimen das cartas outorgadas. É um principio vital, que conduz a uma segura coordenação os factos mais complicados da cathegoria mental, affectiva e social.

Por seu turno o elemento *affectivo,* que provocava a elaboração dos themas tradicionaes das Litteraturas modernas, supplantado pelo prurido da imitação classica da idealisação polytheica, fica estudado nos materiaes já publicados a que chamámos *Historia da Litteratura portugueza,* onde o nosso criterio se vae modificando segundo a melhor comprehensão d'esse elemento sentimental.

Quando no seculo XIII se estabelecem as novas nacionalidades, dando em resultado o desenvolvimento progressivo das Linguas, e o tornarem-se aptas para a Expressão artistica, é quando, pela dissolução do regimen catholico-feudal, que se opéra espontaneamente, decaem tambem os Themas da idealisação social. As novas Litteraturas coopéram, ora na transformação espiritual, pelas composições satyricas, ora contra o poder temporal pelas gestas heroicas dos grandes vassalos; e no meio da desorientação do sentimento, os escriptores separam-se do povo, e lançam-se á imitação banal das creações litterarias do mundo greco-romano na Renascença, ou á renovação da Edade média no Romantismo. São tambem estes os caracteres communs a todas as Litteraturas occidentaes, comprovados pelo criterio historico-comparativo.

Eis o plano completo em que se exercem os nossos estudos sobre a Civilisação portugueza; e se alguma cousa nos incita ao trabalho, é o que ordinariamente se despreza,—é o espirito de systema, que Voltaire exige como convergencia de toda a actividade.

HISTORIA

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INTRODUCÇÃO

A FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES E A DISSOLUÇÃO DO REGIMEN CATHOLICO-FEUDAL

Caracter da Civilisação occidental.—O que foi a Edade média: Constituição dos Poderes em que assenta o Regimen Catholico-feudal.—O que caracterisa a Edade moderna: Dissolução d'esse regimen.—O Poder espiritual da Synthese theologica decae: a descoberta da *Logica* de Aristoteles.—A descoberta das *Pandectas* e o estabelecimento da Dictadura temporal.—A crise do seculo XIII: aspecto da primeira Renascença.—A Revolução occidental no seu aspecto intellectual toma o caracter metaphysico dos Ontologistas.—A creação das Universidades corresponde a esta crise intellectual; ficaram na Europa como centro de especulação metaphysica, embaraçando a constituição do novo Poder espiritual da Sciencia e o predominio da Synthese positiva.

UMA éra que termina e uma edade nova que se inicia apresentam o caracter complexo e até certo ponto indeterminado de uma decomposição e recomposição simultaneas da velha synthese, ou consensus das opiniões em que se baseava a ordem do passado, e das aspirações vagas que tendem a systematisar-se no progresso do futuro. A fundação das Universidades no seculo XII foi um resultado do phenomeno capital da transformação do regimen catholico-feudal, que dirigira a reorganisação da sociedade europêa da Edade média; e essas corporações docentes appareceram como um esboço do novo regimen intellectual que orientava os espiritos que se iam desligando da synthese theologica. O fervor com que se estabeleceram Universidades em todos os Estados da Europa occidental não proveiu simplesmente de uma

imitação ou rivalidade, mas da tendencia caracteristica da grande crise, essencialmente intellectual, que se prolonga em uma fórma revolucionaria desde o seculo XII até ao seculo XIX, que, apesar dos seus enormes progressos scientificos e industriaes, ainda não attingiu o estado normal da synthese positiva.

Seguir a evolução historica das Universidades na Europa é acompanhar a larga elaboração mental e social, que começa no conflicto entre o Poder espiritual da Egreja e o Poder temporal da Realeza, conflicto em que cooperaram os metaphysicos Ontologistas armados com a *Logica* de Aristoteles, e os Legistas interpretando o texto das *Pandectas*. Todas as phases d'esta lucta, quer nas tentativas de reacção dos Dominicanos e Franciscanos, nos seculos XIV e XV, quer do Protestantismo e Jesuitismo, nos seculos XVI e XVII, quer do Deísmo philosophico e Atheismo encyclopedista, no seculo XVIII, até á crise final conhecida pelo nome de Revolução franceza, essas phases de decomposição ora espontanea ora systematica, constituem a trama da historia moderna, á qual está ligada a acção das Universidades como fócos de dissolução metaphysica. As denominações de *Estudo geral* e *Universidade* encerram implicito este dualismo historico com que se abre a éra moderna.

Para comprehender a historia de uma qualquer Universidade, embora secundaria ou sem acção fóra do seu meio nacional, é imprescindivel este criterio sobre a solidariedade moral, intellectual e politica da Europa durante a Edade média, solidariedade que se torna uma clara expressão da Civilisação occidental, que, através de todas as catastrophes que têm atrazado este continente, irrompe sempre com as mais luminosas Renascenças. Antes, porém, de caracterisarmos a solidariedade moral da Edade média, é preciso conhecer o aspecto da Civilisação occidental, esse phenomeno singular e prodigioso, que deu aos povos da Europa a hegemonia humana e o dominio sobre o planeta. Começou na bacia do Mediterraneo, no isolamento do Egypto, que elaborou serenamente todas as idéas moraes e attingiu a estabilidade social; foi propagada pelos Phenicios, que pelas expedições commerciaes crearam as relações pacificas de cosmopolitismo; a Grecia continuou-a na liberdade de sentimento das creações artisticas, e nas mais arrojadas especulações philosophicas; Roma applicou esses progressos a um destino social, determinando a lei civil, e incorporando n'esta cooperação as raças barbaras da Europa, Gaulezes, Iberos, Bretões e Germanos. Finalmente, dos esforços conjugados d'esses velhos elementos elabora-se na Escola de Alexandria a doutrina universalista

do Christianismo; e ainda, da invasão dos Arabes na Europa resulta uma primeira Renascença dos elementos d'essa Civilisação, que elles conheceram rapidamente através da Grecia, e que esteve latente sob a corrente das invasões dos barbaros germanicos, fixadas pela acção defensiva de Carlos Magno. O caracter intimo da Civilisação occidental é a sua transmissibilidade e desenvolvimento cumulativo, sendo continuada de nação para nação, e sempre provocando a manifestação das energias individuaes, activas, affectivas ou especulativas. A sua longa continuidade tornou-a tão organica já entre os povos da Europa, que mesmo através dos cataclysmos sociaes, a Civilisação occidental não se extingue, e facilmente revive, como se observa na Renascença do seculo XIII, em que as Universidades se propagam amplamente, e na do seculo XVI, em que as Universidades cáem sob a influencia humanista dos Jesuitas, que as embaraçam de continuarem as descobertas scientificas que se accentuaram depois da mathematica e da astronomia gregas. A este temperamento de civilisação, já constitutivo do organismo europeu, deu Augusto Comte o nome significativo de *occidentalidade;* e esse temperamento apparece nas civilisações modernas que a Europa transmittiu ás Americas e India. [1]

---

[1] Em um estudo de Léo Joubert, sobre *A Italia, o Papado e a Edade média,* acham-se estas lucidas observações criticas: «A Civilisação occidental, o conjuncto das idéas intellectuaes, sociaes, religiosas, politicas, no meio das quaes e pelas quaes o nosso Occidente se desenvolveu, não é um facto geral, necessario, commum a todas as raças humanas; é um facto particular, contingente, que faltou á maioria do genero humano, e que poderia ter faltado á minoria cuja grandeza creou. Não é um facto fatalmente ligado a certos climas: acha-se nas mais differentes latitudes; nem a certas raças: alguns milhares de inglezes, que na India, pela sua superioridade moral, mais ainda do que pela força physica, são da mesma raça que as myriadas de subditos curvados sob o seu ascendente. A enorme differença entre o Europeu e o Asiatico provém da immensa superioridade da civilisação do Occidente sobre a civilisação do Oriente. Esta civilisação, que constituiu, em proveito da Europa, a aristocracia do genero humano, é uma creação dos Gregos, fortificada e completada pelos Romanos, um facto especial, não necessario, que, bem considerando as coisas humanas, podia não ter-se produzido, e uma vez produzido podia ter sido destruido. Quando a Grecia succumbiu sob as armas de Roma, quando Roma por seu turno foi entregue aos golpes dos Barbaros, a civilisação, que o christianismo não tinha ainda penetrado, depurado e transformado, teve mister de um concurso particular de circumstancias para não perecer arrastando na sua queda o futuro do genero humano. Supprimi a civilisação greco-romana, rectificada e acabada pelo christianismo, e verêmos que nada impede que os povos da Europa cáiam para sempre em um estado social incompleto e enervante, como o da India ou o da China.» *(Essais de Critique et d'Histoire,* pag. 307.)

A constituição da Edade média da Europa, que se determina no laborioso estabelecimento do Poder espiritual da Egreja, representado no Papa, e no estabelecimento do Poder temporal, disperso no feudalismo germanico, e concentrando-se no Imperador, não se comprehende sem se estabelecer a relação dos elementos moraes da profunda Civilisação occidental que persistiram depois da queda de Roma com a transmissão da séde politica para Byzancio. Sem esses elementos moraes, conhecidos e persistentes, a Edade média apparece aos historiadores fragmentarios como uma edade de trevas e de retrocesso; observando a tenaz sobrevivencia da Civilisação occidental, a Edade média é uma época fecunda, onde se elaboram todas as factores da civilisação moderna, como tão bem o perceberam Comte, Mackintosh e Philarète Chasles. Foi a quebra da solidariedade historica greco-romana pelo Catholicismo, que determinou essa parte de retrocesso em alguns seculos da Edade média; da mesma fórma que a negação da Edade média na época da Renascença e ainda sob e encyclopedismo revolucionario, embaraçou os mais lucidos espiritos de poderem conceber as bases difinitivas da Sciencia social. A acção que a França exerce em toda a Europa, desde as cruzadas e influxo do lyrismo provençal, até á propaganda democratica do fim do seculo XVIII não é mais do que ainda o desenvolvimento da Civilisação occidental sob uma nova presidencia, em que a hegemonia da Roma foi por seu turno substituida pela França que recebera a sua cultura.

Pelas invasões germanicas a Italia foi devastada, e Roma abandonada, tornando-se Byzancio a capital do Imperio. Por mais simulacros de grandeza de que se cercasse Constantino para ostentar a soberania, faltava-lhe em volta de si esse perstigio tradicional que imprimira aos logares uma luz moral. Roma não tinha em si o throno do Imperador legislando *urbi et orbi,* e na parte administrativa Milão e Ravena é que exerciam a auctoridade; mas apesar de isso Roma exercia uma fascinação profunda, influindo no seu Bispo um poder que a população se acostumara a respeitar e que proclamara como sua defeza diante das hordas de Alarico e de Genserico. Foi assim que nasceu esse Poder espiritual, que se mostrava desinteressado, e que foi civilisador emquanto exerceu a funcção sublime de reprimir os fortes e defender os fracos. Nas invasões dos Ostrogodos e dos Lombardos, os reis germanicos, como Odoacro e Theodorico pretendiam, dominando a Italia, tornarem-se os continuadores do Imperio romano, que elles só comprehendiam pelo deslumbramento exterior. Como os Papas não podiam luctar para concentrarem em si a realeza monarchica, luctaram a favor da liber-

dade municipal, e d'esta rivalidade resultaram o *Poder espiritual,* favorecendo as autonomias provinciaes e o federalismo, e o *Poder temporal* dos Imperadores germanicos, desenvolvendo o feudalismo unitarista. É sob Carlos Magno que os Papas acham o modo de fixar o seu Poder espiritual sobre uma base temporal; e pelo celebre pacto de Leão e Carlos Magno, o Sacerdocio e o Imperio harmonisam-se, ficando o Imperador o herdeiro da supremacia cesárea de Byzancio, e com a chefatura de todas as nações do Occidente; pelo seu lado o Papa, confirmado pelo Imperador, a quem competia a obrigação de protegel-o, recebia os dominios do exarchato de Ravena, sobre que assenta as suas ambições temporaes. Era o germen das luctas entre os dois principios; emquanto o Sacerdocio e o Imperio se entenderam, a Egreja pela sua vasta propaganda, alargou pela unanimidade dos credulos o poder sobre as consciencias, apoiando-se então a sociedade occidental sobre a synthese theologica, essencialmente affectiva. No seculo XII começa a dissolução d'este regimen da Edade média, que Augusto Comte denomina catholico-feudal, derivando d'esse facto os problemas da Edade moderna: «A Edade média legava ao Occidente dois grandes problemas, egualmente irrecusaveis—a digna incorporação do proletariado á civilisação industrial, e substituição da fé monotheica por uma synthese demonstravel.»[1] A tradição das municipalidades romanas, que existia nas cidades conquistadas pelos Germanos, reviveu no seculo XII, quando as tres classes sociaes dos *capitanei,* ou grande nobreza feudal, *valvassores* ou pequena nobreza, e os *populares* ou plebe, se ligam constituindo as *Communas,* com poder soberano, e governando-se por estatuto proprio, como se vê em Portugal com os Foraes e nas Behetrias de Hespanha. A descoberta do manuscripto das *Pandectas* em Amalfi em 1135, á parte a lenda sobre o seu achado pelos Pisanos, veiu actuar sobre o estudo do Direito romano, por meio do qual o Poder real achou a fórma de definir a soberania absoluta, e apoiado pelos legistas, caminhou para essa concentração da dictadura temporal que dirigiu a Europa no seculo XV. O renascimento do Direito romano obedecia tambem á tendencia universalista, sobre que se propagara o Catholicismo: «Desde Carlos Magno, diz Lerminier, accentuara-se o costume de considerar uma grande parte dos povos e dos estados da Europa como estreitamente unidos, e a reconhecer no meio das diversidades nacionaes alguma cousa de commum.»[2] Estes

---

[1] Comte, *Système de Politique positive,* t. III, p. 512.

[2] *Introduction générale à l'Histoire du Droit,* p. 148. Ed. Bruxelles, 1836.

caracteres communs eram a occidentalidade, que começava a revelar-se desde que o conhecimento da jurisprudencia romana era cultivado nas cidades livres por individuos insolados, a quem a sociedade cercava das maximas considerações, e para quem os nomes de *Mestres* e *Doutores* antecederam toda a disciplina de um professorado.

Na transição do regimen catholico-feudal as Cidades livres elegeram os seus presidentes, ligaram-se em pactos federativos, mas na sua aspiração de independencia desmembraram-se em corporações, irmandades e germanias, em um individualismo de classe, e egoismo, que as fez cahir já sob a tyrannia dos proprios chefes, como as tyrannias gregas e italianas, já sob a dictadura monarchica. Assim o problema do proletariado foi afastado da sua solução natural, pelo empirismo de uma concentração monarchica no seculo XV, e a transformação do regimen catholico-feudal, na revolução do Occidente apresentou um aspecto accentuadamente mental. É por isso a historia das Universidades uma observação d'este aspecto especial da crise que vem desde o seculo XII. A descoberta da *Logica* de Aristoteles exerceu na ordem espiritual uma acção emancipadora, como a das *Pandectas* na reorganisação do Poder temporal. Os varios tratados que constituem a *Logica* aristotelica com o nome de *Organum* vulgarisaram-se no seculo XI, dando logar á actividade metaphysica dos Ontologistas, que sobre uma phrase do commentario de Porphyrio, estabeleceram a fervorosa querella do *Nominalismo* e *Realismo,* que no fundo se reduz ao problema psychologico do criterio objectivo e subjectivo relacionados por Kant sobre os trabalhos da eschola escosseza. A obra do Aristoteles contrapoz-se em auctoridade á Biblia, e a Egreja receiou diminuir-se o seu poder chegando a prohibir o seu estudo. A corrente doutrinaria do aristotelismo era forte, e irrompeu por todas as escolas; a obra do philosopho era commentada por Alberto Magno; e S. Thomaz de Aquino explicava as partes mais difficeis. Durante toda a lucta intellectual de dissolução da synthese theologica, sempre o aristotelismo foi o ponto de apoio da razão, servindo tambem os que combatiam pela fé, como se vê no ensino exclusivo da philosophia peripatetica pelos Jesuitas, e na livre critica dos Protestantes.

No estudo de Barthelemy Saint Hilaire sobre Aristoteles, attribue-se a sua profunda influencia na Europa ao caracter encyclopedico das suas obras.[1] Não era só pela diversidade dos tratados sobre os phenomenos astronomicos, physicos, organicos, psychologicos, politicos

[1] *Dictionaire des Sciences philosophiques*, vb.º Aristote.

e moraes, que a acção de Aristoteles sobre a intelligencia europêa se exercia de um modo emancipador; era principalmente pela nova synthese que trazia á consciencia humana. A synthese theologica baseava-se sobre a *Graça,* a grande theoria e doutrina sustentada por S. Paulo, com que a Egreja se separou dos philosophos gregos e alexandrinos, e a essencia de todos os dogmas do catholicismo; a synthese aristotelica baseava-se sobre a *Natureza,* immutavel nas leis que regem a materia, e da qual os corpos e as suas propriedades são manifestações contingentes. Era entre estas duas syntheses antagonicas, a do arbitrio divino e a da immutabilidade do fatum, ou das leis naturaes, que se dava o conflicto, em que o Poder espiritual tendia a dissolver-se emquanto á crença e a reconstituir-se embora pelo processo egualmente subjectivo mas critico da metaphysica. A synthese de Aristoteles tinha sido o resultado capital da civilisação hellenica no seu periodo mais elevado, da época atheniense do seculo V; como conviria uma creação d'esta ordem a uma época rudimentar como o seculo XII do fim da Edade média? Ampère, filho, explica lucidamente este problema da historia ao notar a tendencia encyclopedica da sciencia chineza: «As obras encyclopedicas pertencem a dois periodos da vida dos povos, ás épocas primitivas e ás épocas muito adiantadas. Quando se sabe pouco sente-se a necessidade de tudo abranger; quando se sabe muito sente-se a necessidade de tudo resumir. Os primeiros livros dos povos contêm a massa inteira dos seus conhecimentos, sob um envolucro poetico ou religioso, em uma vasta e confusa unidade. Começa-se sempre por uma vista de conjuncto; depois, vae-se do universal para o particular; por ultimo, depois de ter estudado em detalhe cada parte do todo reconstrue-se esse todo que se tinha decomposto; e assim acaba-se por onde se tinha começado, pelas encyclopedias.»[1] Para confirmar este facto basta notar como o espirito das Encyclopedias da Edade média, *Thesouros* e *Imagens do Mundo,* reapparece no seculo XVIII, critico e negativista, na Encyclopedia de d'Alembert e Diderot.

No primeiro momento da crise de dissolução do poder espiritual,

---

[1] Ampère justifica o seu pensamento: «Aonde a sociedade é ao mesmo tempo nova e envelhecida, pouco avançada e muito atrazada, ignorante de muitas cousas, erudita em algumas, existe o duplo motivo para que as Encyclopedias se produzam. Isto acontece na Edade média. A Edade média é uma criança que nasceu velha: a caducidade da sociedade antiga está impressa na ingenuidade da sociedade nova, o seu berço é um sepulchro. A Edade média é sabia nas suas faixas, e ainda no seio da sua ama morta, balbucia confusamente as cousas passadas. D'esta sciencia precoce e incompleta existem varias collecções verdadeiramente encyclopedicas,

a Egreja não receiou que a sua auctoridade, que fundamentava na *Vulgata,* ou a Biblia traduzida por S. Jeronymo, soffresse com a influencia d'essa nova *Vulgata* das Pandectas florentinas, cujas variantes collacionadas pelos jurisconsultos de Bolonha se fixaram no texto definitivo que mereceu esse nome com que é conhecido na historia. Do seculo XII em diante começa a condemnação ecclesiastica do Direito romano, e S. Bernardo deplorava que mesmo no palacio pontifical prevalecesse uma *Vulgata* sobre a outra, as Leis de Justiniano sobre as Leis de Deus. Os Concilios condemnam o Direito romano, e prohibem o seu estudo, como o de Reims em 1131; o papa Honorio prohibe em 1220 esse estudo a todos os padres, chegando até a pôl-o em interdição na Universidade de Paris. Filhas d'este movimento de emancipação intellectual, as mais antigas Universidades appresentaram na sua constituição este dualismo: a Universidade de Paris distinguia-se pela superioridade do ensino da Theologia e da Philosophia, emquanto a Universidade de Bolonha prevalecia entre todos os povos pelas suas escholas de Direito. As duas Universidades tornaram-se os typos fundamentaes sobre que se crearam as novas Universidades do seculo XIII; na italiana, predominava o caracter democratico, em que os escholares formavam uma classe autonomica, elegendo o seu reitor e chefes, e principalmente os professores que tinham de os ensinar; na parisiense, o corpo escholar formava como que um pequeno estado, em que os escholares eram os subditos de um reitor com auctoridade quasi soberana sobre elles. A razão d'estes dois typos, ligada ao movimento social, que coexiste, embora menos accentuadamente, na dissolução do regimen catholico-feudal, está implicita na indole d'esses dois fócos da Civilisação occidental no seculo XIII; na revolução do Poder espiritual, os Papas não conseguiram fundar uma Realeza unitaria na Italia, e as Ligas federativas e cidades burguezas ou municipaes prevaleceram sobre a organisação feudal. Em França a realeza franka tornada hereditaria, caminhou para o unitarismo submettendo a si os grandes vassalos, e creando uma concentração absoluta do poder temporal que se tornou completa sob Luiz XI. O grupo septemtrional das nações da Europa, que no seculo XVI se destacou do catholicismo, já se tornava no

---

pelo menos na intenção dos seus auctores, chamadas Thezouros, Imagens do mundo, que continham sob uma fórma já allegorica, já puramente didactica a summa dos conhecimentos de nossos paes. Como se cria em Aristoteles, na Biblia e alguns antigos possuir todo o saber, não se recuava diante de nenhuma obracompleta *de omni re scibile,* e como effectivamente o saber era limitadissimo era facil bastante o contel-o ahi completamente.» *La Science et les Lettres en Orient,* p. 56.

seculo XIII differente das nações occidentaes pela preferencia que lhe mereceu o typo da Universidade de Paris, sobre que se modelaram as Universidades da Inglaterra e da Allemanha. O grupo occidental preferiu o typo democratico da Universidade de Bolonha, modelo das Universidades do meio-dia da França, da propria Italia, da Hespanha e de Portugal.

A lucta entre o Sacerdocio e o Imperio, emquanto á parte temporal, e da Theologia com a Philosophia emquanto á parte espiritual, simultanea em todos os estados da Europa, reflecte-se em uma intensa actividade scientifica, artistica e philosophica primeiramente na Italia, na chamada Renascença do seculo XIII, e depois na França nos seculos XIV e XV, imprimindo a toda a Europa uma similaridade de esforços para a descoberta das condições da synthese moderna. Prevalecem os dialectos vulgares sobre o latim ecclesiastico, e embora se admirem os exemplares da antiguidade, apparece uma nova idealisação dos dogmas sobre o ponto de vista humano na *Divina Comedia* de Dante; Boccacio, no *Decameron,* creando a prosa italiana, consagra a vida burgueza como thema da arte nas situações pittorescas das suas novellas; e Petrarcha, fixando as fórmas capitaes do Lyrismo moderno extrahidas dos rudimentos dos trovadores provençaes, que tinham creado a egualdade perante o amor, dá a esse amor a expressão philosophica, universal e humana, como o presentimento da presidencia da affectividade sobre a intelligencia e sobre a acção. A Italia tornou-se o fóco da erudição, da philosophia e das artes, Florença uma nova Athenas, e esse paiz era visitado pela nobreza europêa e pelos principes, como a Grecia o fôra pelos patricios de Roma. A França, que na crise mais laboriosa da transição da Edade média, espalhara por toda a Europa as esplendidas construcções architectonicas da *Ars francigena* ou gothico; que distrahira a imaginação humana com as grandes Epopêas da lucta dos fortes vassalos contra a realeza carlingiana, e com os poemas de aventuras da Tavola Redonda e do Santo Graal imitados em todas as linguas modernas; que apaixonara todas as côrtes com as graciosas canções dos trovadores occitanicos, e com as farças e *soties* dos seus bazochianos, a França entregue á lucta da supremacia do poder temporal, acceitou até ao seculo XVI a hegemonia da Italia emquanto á parte intellectual.[1] Depois de quebrada a au-

[1] Eichorn, na *Historia da Civilisação e da Litteratura* appresenta o seguinte quadro da influencia da França no mundo moderno:

«A França da Edade média serviu de exemplo, primeiro do que ninguem,

ctoridade espiritual da Egreja, a Antiguidade que renascia tornava-se um ponto de apoio das consciencias; e conhecida a Antiguidade nas suas idéas moraes através dos *Adagios* de Erasmo, obteve esse livro uma universalidade como a da Biblia. Foi em consequencia d'este perstigio que se formou o preconceito de que a Edade média fôra um longo retrocesso da civilisação; os espiritos philosophicos, descontando o abalo produzido pela incorporação dos povos germanicos na Civilisação occidental, restabeleceram facilmente essa pretendida solução de continuidade com o passado, como se vê em Mackintosh, um dos representantes da eschola escosseza.

A idéa de Mackintosh acha-se no primeiro Ensaio das *Considerações sobre a Historia da Philosophia,* publicado na Revista de Edimburgo em 1816, muito antes de Augusto Comte começar a elaboração do *Curso de Philosophia positiva;* transcrevemos as palavras do illustre philosopho escossez: «Em geral, fala-se da Edade média com muito desprezo. A inactividade do espirito humano não foi uniforme em todas as partes d'este longo periodo. Durante os seculos de trevas que decorreram desde a queda do Imperio do Occidente até ao seculo XIII, os algarismos arabes foram introduzidos, o papel começou a fabricar-se, a polvora e a bussola foram descobertas. Antes do fim d'esta época, a pintura a oleo, a gravura e a imprensa vieram terminar esta serie de invenções, que nenhuma outra egualou quer em belleza, quer em utilidade desde as primeiras invenções que acompanharam o nascimento da civilisação e que por consequencia precederam a historia. Estas descobertas nos provam que então existia tambem alguma actividade intellectual e alguma emulação, e é duvidoso que nos seculos seguintes o espirito humano prestasse mais serviços á sciencia, do que quando preparou o sólo que era preciso cultivar fornecendo-lhe novos meios de investigação. Não se pode duvidar egualmente, que nos seculos XII e XIII, as faculdades intellectuaes do homem tomaram, em

---

aos povos modernos. Do Mediterraneo ao Mar Baltico, imitou-se a sua cavallaria e os seus torneios. Sobre uma metade do globo falla-se a sua lingua, não sómente na Europa christã, mas até em Constantinopla. Na Morêa, na Syria, na Palestina e na Ilha do Chypre, os menestreis percorrendo de um para outro paiz, vulgarisavam os seus romances, fabliaux e cantos; elles cantaram nas côrtes, nos claustros, nas cidades, nas cabanas.—Por toda a parte as suas poesias foram traduzidas e serviram de modelos; a Italia e a Hespanha imitaram os poetas francezes do sul; a Allemanha e os povos do Norte, imitaram os poetas das provincias septemtrionaes: finalmente a propria Inglaterra, durante muitos seculos, e a Italia, durante alguns tempos, rimaram no idioma do norte da França.»

toda a Europa, uma nova direcção. N'esta época vêmos renascer o estudo do Direito romano, abrirem-se escholas philosophicas, a poesia cultivada nas linguas modernas na Sicilia, na Toscana, na Provença, na Catalunha, na Normandia, na Iglaterra, na Escossia e na Suabia. Da distancia em que nós as contemplamos hoje, estas sciencias parecem elevar-se repentinamente em paizes muito afastados uns dos outros, e em uma época em que as nações estavam privadas de communicações entre si. As investigações relativas á origem das differenças que existem entre instituições e o caracter das nações, differenças que são tambem sensiveis na Europa, têm levado os sabios a estudar com interesse as fórmas de governo, as leis e os costumes da Edade média.» [1] Quando Mackintosh escrevia estas considerações, vulgarisava-se na Europa a eschola *romantica,* que se inspirava das tradições ou da renascença artistica da Edade média, que o philosopho tambem caracterisou como um meio de fazer prevalecer nas litteraturas o caracter nacional. Só mais tarde é que começou o estudo philologico, critico e historico d'essa grande época de transformação organica, com Raynouard, Diez, Beker, Paris, Didron, Grimm, e tantos investigadores de primeira ordem. Não houve uma rigorosa solução de continuidade com a civilisação greco-romana: a politica unitaria de Roma foi procurada no ideal do Imperio, que os reis germanicos queriam fazer reviver; os codigos romanos conservaram-se em vigor, como o demonstrou o illustre Savigny e foram imitados nos codigos barbaros; mantiveram-se os municipios e os bispos apoderaram-se do systema administrativo romano, fizeram-se *defensor civitatis;* mesmo na religião, como o provou Beugnot, o polytheismo greco-romano persistiu na parte cultual do christianismo, e a lingua latina usou-se sempre nos cantos populares como se vê pelas collecções organisadas por Du Méril, e nos mais antigos hymnos da Egreja. Sómente houve solução de continuidade na elaboração scientifica iniciada pela Grecia, que só recomeçou na Renascença; o espirito moderno desviado para a contemplação mystica, ficou na apathia mental de que só conseguiu sair depois da invasão dos Arabes, que trouxeram todas as acquisições scientificas da Grecia e as puzeram em circulação. Desde a entrada dos Arabes na Europa começou o conflicto entre o catholicismo e a sciencia secular, recomeçando a actividade mental e o criterio da observação e da experiencia no seculo XVI.

---

[1] *Melanges philosophiques,* p. 41. (Trad. L. Simon.)

Nas luctas do romantismo em França, Philarète Chasles escrevia sobre a importancia historica da Edade média, em 1829: «É um periodo de convulsão e de regeneração, que sob o nome de Edade média, tem sido alvo de accusações bem frivolas. Borrasca fertil, tempestade necessaria, que revolveu todos os elementos sociaes, para dispol-os e animal-os com uma vida nova. Dirieis a fornalha ardente onde tudo se acha em fusão. É alli que se elabora a sociedade moderna. Todas as descobertas ás quaes devemos a nossa superioridade incontestavel datam d'estes dez seculos, taxados de barbarie e de ignorancia. Os nossos antepassados não egualaram nas artes de imaginação os povos felizes que os precederam. Comtudo, sob esta relação têm titulos que os impõem. Quem passou debaixo das abobadas da cathedral de Colonia, sob as arcadas de Westminster, em Londres, que não ficasse penetrado de admiração pelo genio que talhou estes blocos e dispoz essas florestas de pedra?» Sob o ponto de vista architectonico, Daniel Ramée, exaltando o valor historico da Edade média pela importancia das suas creações artisticas, conclue: «Estava reservado aos estudos historicos do seculo XIX, que tomaram tão felizmente uma direcção eminentemente nacional, o fazer-nos conhecer a vida activa e cheia de intelligencia das nações européas da Edade média.»[1] Os eruditos especialistas chegaram a descobertas evidentes sobre as manifestações parciaes da cultura d'este periodo erradamente denominado *trevas sem nome;* faltava ligar esta edade progressiva á continuidade historica da marcha da Civilisação humana, como uma transição entre o mundo antigo e o mundo moderno. Para isto não bastavam as investigações historicas; era preciso mais, uma philosophia, que baseada sobre factos verificaveis, estabelecesse a continuidade entre elles, escolhendo os que foram pelo seu caracter positivo impulso para o futuro advento do estado normal da Humanidade. Esta concepção de Comte foi a base segura para a constituição de uma Sociologia, sciencia não presentida, pela descoordenação de idéas dos historiadores eruditos mas especialistas, nem pelo espirito anarchico dos ideologos politicos.

A disciplina cultual e os dogmas theologicos do Catholicismo, como synthese absoluta, tinham actuado na fundação da sociedade moderna que, depois da queda do Imperio romano, e do advento das raças barbaras, recebera da theocracia um systema completo de moral, e portanto as bases de uma nova ordem. É a grande época do regimen

---

[1] *Man. de l'Hist. generale de l'Architecture,* t. II, p. 6, (1843).

catholico, que attingiu a decadencia, no momento em que realisada a ordem, essa synthese absoluta se achou impotente para promover o progresso e harmonisar-se com elle. A preponderancia do regimen catholico estava implicita na negação de toda a antiguidade greco-romana, porque a Egreja derivava as suas doutrinas de uma revelação acima de todos os antecedentes historicos; d'essa negação resultara para a marcha da Europa uma interrupção do espirito especulativo, scientifico e philosophico, iniciado pela Grecia, e uma apathia mental diante da immutabilidade dos dogmas theologicos, que condemnava a liberdade de pensamento como uma heresia. Desde que pela actividade guerreira, na lucta dos dois monotheismos catholico e islamico, os povos se approximassem, e se restabelecesse a solidariedade com o passado, como se viu com a Renascença arabe, a dissolução do regimen catholico era inevitavel, porque á Synthese absoluta da theologia contrapunha o espirito relativo, cujas observações se convertiam em sciencia, e cujas applicações em praticas industriaes da actividade pacifica. É certo que o espirito relativo, embora se impuzesse opportunamente apoz o esgotamento theologico, não podia logo supprir a acção disciplinadora da Synthese absoluta; e se esta era incompativel com o progresso, aquelle era impotente para fundar a ordem. Uma tal incongruencia, em que dia a dia o theologismo perde o seu destino social, e em que o espirito relativo se especialisa nas Sciencias sem chegar á Synthese philosophica que subordine as intelligencias, um tal desaccordo constitue uma crise na Civilisação occidental verdadeiramente revolucionaria, que se prolonga ha já cinco seculos. Pela comprehensão d'esta crise e das suas differentes épocas é que se alcança o nexo racional da historia moderna da Europa. Augusto Comte, que definiu admiravelmente a marcha da dissolução do regimen catholico-feudal, que é a essencia dos factos resultantes da grande revolução occidental, accentua-lhe o caracter exclusivamente intellectual: «Para julgar sãmente uma tal revolução, importa concebel-a sempre como *mais intellectual do que social,* não obstante o concurso necessario d'estes dois caracteres em um movimento que deve terminar na regeneração total da humanidade. As duas ultimas transições (romana e medieval) tinham effectivamente preparado a sociabilidade, ao passo que a cultura da intelligencia ficára essencialmente suspendida desde a elaboração grega.— Deve-se portanto considerar a revolução começada no seculo XIV em todo o Occidente como consistindo principalmente em renovar o entendimento humano pela irrevogavel substituição do relativo ao absoluto. Sendo a revolução mais mental do que social, a anarchia theorica

ultrapassava a desordem pratica. Assim viu-se levada até a negar toda a auctoridade espiritual substituida pelo individualismo absoluto, como a desconhecer toda a subordinação encyclopedica, proclamando a especialidade theorica.»[1]

A creação das Universidades no seculo XIII resultou d'esta crise mental, em que a instrucção religiosa das Escolas das Collegiadas se alarga com um fim relativista e humano nos *Estudos geraes*. A historia das Universidades da Europa está intimamente ligada ás manifestações fundamentaes da grande revolução occidental; e cada época caracteristica da sua existencia não se explica bem pelas manifestações da sua vida interna, ou mesmo da politica do estado a que pertence, mas sim pelos successos capitaes que accentuam a marcha revolucionaria da Europa desde o seculo XIV até á grande crise franceza.

Tambem pelo estudo das Litteraturas da Edade média da Europa viemos a comprehender pelas suas similaridades e mutuas influencias essa unidade da Civilisação occidental, tão desconhecida pelos politicos ideologos e pelos historiadores eruditos. Essa unidade, ou espirito de occidentalidade, é que nos fez comprehender no seu conjuncto a Historia da Litteratura portugueza, libertando-nos dos preconceitos de uma originalidade ficticia procurada na idealisação dos escriptores, e determinando em vez de uma imitação banal as correntes dominantes no gosto de cada época.

Sobre este aspecto da critica, escreve Littré, sustentando a doutrina historica de Comte: «Segue-se mal uma evolução isolada quando se não sabe que todas estas evoluções são solidarias. Já se proclamou isto para a historia das sciencias, em que a dependencia é frisante; porém nas lettras, por ser mais occulta, não é ella menos real. Na base da litteratura occidental acha-se o conjuncto das grandes composições francezas; recebidas pela Europa, ellas formam o elemento que exerceu a sua acção no desenvolvimento de cada litteratura. Não é preciso apontar como successivamente a Italia, a Hespanha, a Inglaterra, a Allemanha, a França actuaram umas sobre as outras; basta evidenciar ao espirito a unidade essencial d'estas bellas Litteraturas do Occidente.

«Se é isto verdadeiro na ordem litteraria, não o é menos emquanto á ordem politica; e, se não é possivel de ora em diante escrever uma boa historia das lettras em um paiz sem ter presente ao espirito esta unidade, não é possivel tambem de ora ávante escrever uma boa histo-

---

[1] *Système de Politique positive*, t. III, p. 503 e sg.

ria politica de um paiz sem ter presente ao espirito a unidade moral e material que constitue a confederação européa.—Toda a historia que não for composta com esta grande vista pécca essencialmente, pois que não poderá apreciar como em cada época uma politica é boa, grande, prudente ou má, baixa ou insensata.—Assim uma mesma noção superior dirige a historia politica e a historia litteraria das nações occidentaes, e não é este um dos menores fructos do estudo da Edade média, ao achar n'ella a sua origem e os primeiros fundamentos.»[1]

A Europa da Edade média apresenta na sua evolução historica, tanto moral como intellectual, politica como economica, uma surprehendente unidade, que deriva dos elementos persistentes da Civilisação occidental communicados ás nacionalidades modernas pela cultura greco-romana. Existe uma doutrina moral com um caracter de universalismo ou catholicidade, mantido pela Egreja; existe um systema de educação commum iniciado pelas Collegiadas e pelas Universidades; existe uma mesma lucta em todos os estados das fórmas aristocraticas ou feudaes contra as fórmas communaes ou democraticas; emfim, em cada paiz a vida local do *pagus* alarga-se em uma unificação nacional, convertendo o trabalho da servidão na livre industria, que veiu a preponderar e a caracterisar a civilisação moderna. O estudo da Pedagogia em qualquer dos paizes da civilisação européa apresenta as mesmas épocas fundamentaes, as mesmas phases de transformação, eguaes luctas entre o clericalismo e o humanismo. Seguir estes diversos periodos, é esboçar a historia intellectual da Europa, quer nos seus grandes fócos de acção, como a Italia ou a França, quer em seus remotos reflexos, como em Portugal. A historia da Pedagogia comprehende a exposição progressiva das doutrinas que se substituem, e ao mesmo tempo dos methodos que se aperfeiçoam modificando o criterio. As doutrinas preponderantes acham-se intimamente ligadas á corrente dos acontecimentos que deram á Europa a sua estavel organisação social; os methodos foram-se aperfeiçoando conforme as necessidades da investigação scientifica que veiu a prevalecer na actividade mental. Uma historia sobre assumptos tão complexos não pode ser clara se não for dirigida por um ponto de vista synthetico; nem a sua importancia será verdadeira se se não dirigir a um destino pratico, visando á disciplina e organisação systematica da Instrucção publica em qualquer dos paizes cooperadores da civilisação occidental.

---

[1] Littré, *Études sur les Barbares*, p. 452.

A historia dos progressos da intelligencia na Europa faz-nos reconhecer uma evolução natural na successão das seguintes phases: primeiramente operou-se uma cultura *esthetica,* seguiu-se-lhe antes de tempo uma especulação *philosophica,* vindo por ultimo a preponderar o exclusivo trabalho *scientifico.*

A França, na longa transição da Edade média, exerceu uma missão dirigente como fóco da civilisação occidental. Ella estimulou os espiritos com a seducção artistica; da França irradiaram as canções lyricas da Provença para todas as côrtes da Europa; da França se diffundiram as epopêas feudaes ou Gestas cyclicas propagadas desde a Scandinavia até á Grecia moderna; da França saíram as corporações de obreiros que levaram os typos da Architectura, conhecida pelo nome de *Ars francigena*, a todos os paizes. Emfim Paris tornou-se a Athenas do Occidente, indo ás suas Escholas e Universidades buscar as novas doutrinas os espiritos superiores de todos os paizes, e trazendo para as suas nacionalidades o modelo da organisação das Universidades que se propaga da Allemanha até Portugal. A transição natural da cultura *esthetica* para a especulação philosophica observa-se nos principaes pensadores do seculo XII e XIII, poetas eminentes e simultaneamente metaphysicos, como S. Bernardo, S. Boaventura, Abailard, Dante, Petrarcha, Affonso o Sabio; a actividade *philosophica* subordinada á theologia, por falta de elementos objectivos, caíu no vago da Metaphysica ontologista, afastando-se a intelligencia de uma necessaria investigação scientifica. Este indispensavel impulso estava dado pela entrada dos Arabes na Europa occidental, que lhe communicaram as doutrinas scientificas recebidas da civilisação da Grecia propagada ao Oriente. Havia então o conflicto das *duas verdades,* a theologica e a scientifica, como existia o conflicto das *duas espadas,* o poder espiritual em antagonismo com o temporal, e a antinomia das *duas cidades,* a de Deus ou a Egreja, e a terrestre ou a sociedade politica dos filhos de Caim. Apesar d'esta perturbação, que produziu a persistencia da inanidade metaphysica, o regimen scientifico transpareceu na actividade de Alberto Magno, de Rogerio Bacon e de Thomaz de Aquino.

Esta tendencia scientifica desenvolve-se progressivamente pelo contacto com a cultura islamica, e dentro do proprio ensino ecclesiastico as disciplinas litterarias do *Trivium (Grammatica, Rhetorica* e *Dialectica)* tornam-se insufficientes, e até certo ponto desacreditadas, como se vê pelo sentido das palavras *trivial* e *trivialidade;* o *Quadrivium* é desenvolvido no seu caracter scientifico *(Arithmetica, Geometria, Musica* e *Astronomia)* não só pela preponderancia da actividade indu-

strial, como pelas proprias necessidades cultuaes da Egreja, que precisava das noções astronomicas da Grecia para coordenar os actos liturgicos diurnos e annuaes na sua parte publica ou social. É n'esta situação provocada pelo desenvolvimento politico da Europa, que o ensino subordinado á educação religiosa das Collegiadas, isto é, para aquelles que se dirigiam exclusivamente para a vida ecclesiastica, se alarga tomando um caracter *humanista,* com um destino secular nas Universidades. O systema hierarchico das Sete Artes, tal como o concebera Felix Memor, alarga-se pela necessidade que a Egreja tinha de intervir nos costumes publicos, e amplia-se com a *Moral* e com as *Leis,* bem como com a *Medicina.*

N'esta transição reconhece-se que os espiritos superiores, como S. Boaventura e Raymundo Lullo, sentiram a necessidade de uma classificação hierarchica dos Conhecimentos humanos para regularisarem este enorme desenvolvimento do ensino, como na época experimental o sentiu Bacon, e na época critica ou encyclopedista d'Alembert, e ainda no seculo actual Ampère, Comte e Spencer. Tentaram, porém, essa classificação sobre uma base subjectiva, segundo o funccionalismo psychologico.

Á medida que se especialisarem de um modo crescente as sciencias concretas, como se operou no fim do seculo XVIII, nascerá a necessidade de uma classificação hierarchica dos Conhecimentos humanos sobre uma base *objectiva,* ou dogmatica, estabelecendo-se a dependencia das doutrinas de uma sciencia para outra sciencia. Esta terceira phase do ensino europeu ficou determinada pela fundação do *Instituto de Sciencias e Artes,* pela Convenção em 1795; falta ainda completal-o pela sua systematisação dogmatica, tal como foi formulada pela Philosophia positiva.

SCHEMA TYPICO DOS ESTUDOS NA EUROPA

I

Edade média

I. SCHOLAS nas Collegiadas *(Trivium)*
- a) *Escholas episcopaes* (Seminarios) e *abbaciaes* (Pedagogias.)
- b) *Escholas juridicas* (Cursos das Artes) Dialectica, Rhetorica, Jurisprudencia.

II. FACULDADES *(Quadrivium)*
- a) *Estudo geral* (com preponderancia pontificia.)
- b) *Universidade* (desenvolvendo-se sob o poder real.)

III. ACADEMIA palatina...
- a) *Academias litterarias* (nos paços e entre a nobreza) —Tertulias.
- b) *Academias scientificas* (com caracter particular.)

II

Renascença

I. *Collegios de Artes* (Reacção jesuitica confundindo o ensino secular com o clerical.) Collegios junto das Universidades.
II. *Universidades* (Persistencia da inanidade dialectica—dissolução metaphysica.) —COLLEGIO DE FRANÇA, primeira reacção moderna.
III. *Academias particulares*—Desenvolvem a especulação scientifica: Origem do regimen POLYTECHNICO.—Museus e Bibliothecas.

III

Depois da Revolução (1795)

A)—Regimen da especialidade e de systematisação empirica

I. INSTRUCÇÃO PRIMARIA..
- a) Kinder-garden.
- b) Ensino mutuo.

II. INSTRUCÇÃO SECUNDARIA
- a) *Conservando o humanismo da Renascença:*
  - —Lyceus (França, etc.)
  - —Gymnasios (Allemanha)
  - —Common Schools (America)
- b) *Prevalecendo o caracter scientifico:*
  - —Ensino secundario especial (França)
  - —Real scholen (Allemanha)
  - —English high School (America)
  - —Escholas industriaes (Portugal)
- c) Mittelschulen (Allemanha)

III. INSTRUCÇÃO SUPERIOR..
- a) *Com o caracter medieval e especialmente metaphysico:*
  - —Universidades.
- b) *Com caracter pratico e de applicação:*
  - —Polytechnicas.
  - —Cursos especiaes.

ACADEMIAS (ultimo gráo pedagogico, segundo Jacob Grimm)
- *Ficaram de fóra do quadro do Ensino, apesar de seguirem a mesma bifurcação:*
  - a) litterarias.
  - b) scientificas.
- *E conservaram o caracter particular:*
  - —Associações especiaes.

B)—Regimen da generalidade e de systematisação philosophica?

Na dissolução do regimen catholico-feudal, que caracterisa a Historia moderna, a substituição da Synthese absoluta pelo espirito relativo do regimen scientifico, e a incorporação do Proletariado na sociedade, iniciam-se pelas *Universidades* e pelos *Parlamentos*. Embora mais intellectual do que social, a grande revolução do Occidente, que vae do seculo XIV ao XVIII, observa-se nas modificações que receberam as Universidades, e na evolução das fórmas pedagogicas da Instrucção publica da Europa, em que o ensino popular deriva da Dictadura monarchica e o ensino polytechnico é fundado pela Dictadura revolucionaria da Convenção. Determinam-se phases communs na historia das Universidades, por isso que a dissolução da Synthese absoluta do theologismo é a mesma em todos os paizes catholicos, e uma transformação do ensino das Polytechnicas, pelo espirito dispersivo das especialidades scientificas preconisado sob a anarchia theorica simultanea com a grande crise revolucionaria. A necessidade de uma remodelação do ensino pela fundação da hierarchia theorica resultante da Synthese positiva já foi determinada na segunda metade do seculo XIX. O que se pretende na Historia da Universidade de Coimbra é chegar á determinação do moderno typo pedagogico em que se defina a synthese positiva sobre que assentará o estado normal da humanidade.

São estes os contornos da marcha da Pedagogia na Europa; por elles se esclarece a complexidade de factos anómalos, como a insistencia do retrocesso *humanista* dos Jesuitas, e a incapacidade dos reformadores pedagogicos e parlamentares na organisação definitiva de um systema de Instrucção publica. Diz Littré, proclamando a necessidade philosophica do criterio historico: «Nada existe nas cousas sociaes que não tenha a sua historia, e uma historia bastante importante para se conhecer, se se quizer saír do puro empirismo e elevar-se pela intuição do passado á intelligencia do presente, á conducta que elle reclama e á previsão que o futuro comporta.» [1]

A Historia da Universidade de Coimbra, pela variedade dos seus desenvolvimentos progressivos ou regressivos, apresenta épocas chronologicas, que importa dividir para melhor comprehensão da sua marcha e acção na intelligencia portugueza. Porém, essa divisão não pode ser caracterisada unicamente pela vida interna ou transformação do estabelecimento litterario, porque a Universidade, como fórma de ensino e instituição pedagogica do fim da Edade média, está ligada a toda a

---

[1] *Fragments de Philosophie positive*, p. 185.

marcha da historia moderna da Europa. Caracterisando a transformação que separa o regimen medieval do da Edade moderna, cada um d'esses aspectos, que vem desde o começo da dissolução catholico-feudal até á Revolução, reflecte-se na vida interna d'estas instituições pedagogicas, que tanto actuaram no ideologismo politico do systema parlamentar. Assim a fundação da Universidade de Coimbra surge do movimento de emancipação intellectual, que começa no seculo XIII:

Primeira época. (SECULO XIII A XV): Quando as Escholas das Collegiadas se centralisam em *Eschola geral,* e o Poder pontifical é supplantado pelo Poder real nas *Universidades.*

Segunda época. (SECULO XVI E XVII): Quando, na crise religiosa e critica do seculo XVI, o Protestantismo provocando como reacção o estabelecimento da Companhia de Jesus, a Universidade fica sem destino, e cae sob a influencia dos Jesuitas, que a esterilisam pelo seu dogmatismo dialectico exclusivo.

Terceira época. (SECULO XVIII): Prolongando-se a phase revolucionaria no seculo XVIII sob a fórma do negativismo philosophico, já sob o Deismo e Atheismo systematico, em que a Revolução é momentaneamente tentada como acção de cima para baixo (poder ministerial), a Universidade é reformada sob o influxo de Pombal, mas sem a comprehensão philosophica que dominava, d'onde resultaram em seguida as perseguições aos seus principaes sabios.

Quarta época. (SECULO XIX): Depois da modificação dos estudos na Europa sob o influxo da Convenção, e já sob o regimen das Cartas outorgadas, a Universidade perde o caracter de corporação autonoma (em quanto á parte administrativa), e em quanto á parte pedagogica modifica-se segundo o typo polytechnico. Desde então, conservando o velho espirito dialectico, torna-se o fóco da pedantocracia que serve o parlamentarismo; e por um espirito metaphysico e regimen de especialidade dispersiva, embaraça a realisação da Synthese positiva.

A falta de um criterio historico da parte dos legisladores e reformadores da instrucção nacional, tem feito com que se copiem as organisações escholares estrangeiras correspondentes ao estado de civilisação de outros povos, de modo que implantadas entre nós permanecem improficuas; ou, o que é peior ainda, entregam-se na sua actividade regulamentadora a falsas miragens de uma atrazada psychologia, attentando contra a evolução da natureza. Um dos principaes erros d'esses legisladores é partirem da analogia entre o systema de

instrucção, ou hierarchia das disciplinas pedagogicas, e um edificio com seus alicerces, andares nobres e cúpulas; assim imaginam que a instrucção primaria é a base essencial do ensino médio, e é sobre este alicerce que procuram coordenar as disciplinas superiores. Puro absurdo; porque, se as verdades elementares só resultam do desenvolvimento gradual das doutrinas e theorias dogmaticas, é logico que essas verdades só podem tornar-se objecto de ensino depois de completamente comprovadas. E isto que racionalmente se comprehende, acha-se justificado pela historia do desenvolvimento da Pedagogia: o primeiro ensino publico na Europa foi exclusivamente superior, nas escholas das Collegiadas e nas Universidades, e d'elle é que foram gradualmente sendo derivadas as escholas populares, seguindo o caracter da sua proveniencia. Este importante facto historico, de um grande alcance pratico, acha-se na propria evolução da Pedagogia em Portugal, e por elle nos devemos dirigir actuando nas reformas da instrucção popular e elementar em virtude das reformas effectuadas na instrucção scientifica ou superior. Pode dizer-se que este é o primeiro principio da Pedagogia.

É ainda o criterio historico que nos mostra como do ensino religioso das *Collegiadas* se passou para o ensino das *Universidades,* como primeiro esboço de uma instrucção secular. Foi a revolução profunda da Pedagogia; porque o ensino subordinado ao espirito religioso era prejudicado pela auctoridade dos dogmas, immobilisava-se, e a intelligencia do discipulo sempre em perigo de ser desvairada pelo livre exame e pela heresia entregava-se passivamente á imposição pedante dos mestres formulada no celebre aphorismo *Ipse dixit.* As Universidades correspondem na Pedagogia moderna da Europa á preponderancia da auctoridade temporal na politica dos Estados; ellas foram uma creação da realeza, e ellas desenvolveram o direito romano como garantia dos direitos reaes. Esse espirito secular, que nasce nas Universidades, acompanha a marcha historica da Europa, e manifesta-se no estudo *humanistico*, que com a primeira Renascença do seculo XIII se propaga, vindo na segunda Renascença do seculo XVI a predominar no proprio ensino ecclesiastico e a ser abraçado pelos Jesuitas, que com elle procuraram atalhar o ensino scientifico iniciado depois das descobertas de Galileo e pela livre critica das nações protestantes. N'esta segunda phase pedagogica, a irrecusavel evidencia do facto scientifico sobrepoz-se á auctoridade do mestre, e o Autodidactismo começou a estabelecer-se como doutrina pedagogica, conduzindo para o conhecimento das condições psychologicas.

Á antiga auctoridade do mestre competia uma exagerada *severidade* no ensino exercida a pretexto da disciplina, e como estimulo de uma faculdade passiva a memoria. A cultura exclusiva da intelligencia e abandono desdenhoso do sentimento, deu ás altas individualidades da Edade moderna um carecter austero, duro, implacavel, como o dos jurisconsultos que serviram a realeza, como o dos humanistas que se envolveram nas polemicas do protestantismo, e como o dos litteratos que proclamando a egualdade caíram sob o terror da Revolução. Sómente as mulheres, pela sua inabalavel sympathia pela Edade média conservaram esta necessaria preponderancia do sentimento, tão esquecido na elaboração theorica e no conflicto industrial; e foi tambem pelo reconhecimento d'esta parte affectiva do nosso sêr, que dirigira a edade medieval, que a Pedagogia moderna se transformou pela critica de Montaigne e Huarte, pelos esforços dos Padres de Port Royal, pelas intuições psychologicas de Rousseau, e pela bondade insondavel de Pestalozzi e Froebel. Michelet comprehendeu a importancia do *sentimento* na renovação dos methodos pedagogicos, no seu livro *Nos Fils;* e sem a restituição d'esta força malbaratada durante a revolução moderna, explorada sem philosophia nos themas phantasistas dos litteratos que a desacreditaram, a revolução que ainda se prolonga afastar-nos-ha da Edade normal, em que a Civilisação humana assentará sobre esses tres elementos, que isoladamente produziram, o especulativo a civilisação hellenica, o activo a civilisação romana, e o affectivo a civilisação da Edade média. O criterio *historico* é fundamental n'esta ordem de questões, devendo ser considerado como o preliminar de todas as considerações *philosophicas* para a creação definitiva da Pedagogia.

Terminada a exposição das fórmas communs, que apresenta o ensino na Europa, compete-nos appensar-lhe a causa da esterilidade das reformas pedagogicas, que por mais especialisadas e pomposas se acham privadas de um ponto de vista synthetico, e sem acção sobre o espirito publico. Comte poz em relêvo esta invencivel esterilidade dos governos, por isso mesmo que ainda se não acha instituido o novo *poder espiritual* que imprima direcção á consciencia moderna: «Considerada em quanto á sua base, a educação constitue sempre, pela sua natureza, a principal applicação de todo o systema geral destinado ao governo espiritual da Humanidade. Nenhum systema tal não dominando realmente ainda, segue-se a impossibilidade de toda a educação regular, emquanto durar este fatal interregno. Até esse tempo, a educação religiosa ainda que excessivamente atrazada, permanecerá como

a unica coherente, apesar da sua deploravel influencia mental e a nullidade da sua acção moral, rematando para de logo em uma activa desmoralisação pratica, ao passo que o inevitavel contacto do mundo abalou os frageis fundamentos de uma fé já considerada como ficticia. O que se chama educação secular não é senão uma especie de bezuntadela metaphysico-litteraria, matizada de vez em quando por um froixo verniz scientifico, applicado sobre este velho fundo theologico, do qual modifica um pouco o caracter intellectual mas á custa da sua tendencia moral. Não se tratará a sério da questão de regenerar a educação, publica ou privada, emquanto uma nova philosophia não tiver sufficientemente estabelecido uma verdadeira systematisação duravel das concepções humanas.»[1] Existe derrogada a synthese theologica pelo espirito da relatividade scientifica sobre que assenta a civilisação moderna; não existe constituida a synthese positiva formada pela somma das verdades verificaveis e demonstradas accumuladas até hoje, para darem um novo governo espiritual á Humanidade. É na historia do ensino e das corporações docentes que melhor se observa esta insufficiencia mental, e é por essa mesma historia que se podem deduzir o pensamento e o intuito para as reformas pedagogicas. Comte poz em evidencia a importancia do ponto de vista historico, quando na citada carta estabeleceu o principio: «Se considerardes a Educação emquanto á sua marcha geral, toda a sua theoria positiva assenta naturalmente sobre este principio fundamental: a educação do individuo, quer espontanea, quer mais ou menos systematica, reproduz necessariamente, nas suas grandes phases successivas, a educação da especie, tanto em relação ao sentimento como em relação ás ideias. Ora, segundo esta regra incontestavel, nenhum plano de educação completa pode ser sabiamente concebido, emquanto a evolução geral da Humanidade não tiver sido sufficientemente reduzida a uma verdadeira theoria historica.»[2] Se a dissolução do regimen catholico-feudal nos revelou os caracteres da evolução pedagogica desde as Escholas das Collegiadas até ás disciplinas

---

[1] *Testament,* XXIX Lettre, p. 283.

[2] *Testament,* p. 284. A totalidade dos planos de reforma de Instrucção publica em Portugal resente-se da falta de uma systematisação philosophica; e os trabalhos especiaes não se elevam acima da critica do presente, prevalecendo sempre o ponto de vista negativo. Comte julga com justeza toda esta cathegoria de trabalhos, que se multiplicam sem nada conseguir: «Ora esta critica, emquanto desprovida de intenções organicas, ou ligada a muito vagos pensamentos de regeneração, o que equivale quasi ao mesmo, acha-se já realisada, no que tem de essencial pelos nossos percursores voltairianos.»

especiaes das Polytechnicas, os elementos da synthese positiva por ella elaborados, nos revelarão as formas pedagogicas necessarias a um estado normal ou sociocratico.

A geração que se achou envolvida na grande crise do fim do seculo XVIII, encontrou diante de si o problema fundamental da humanidade—a renovação dos dois Poderes temporal e espiritual, que se tinham esgotado sob a fórma do regimen catholico-feudal, e esse outro problema urgente, por longo tempo addiado pela compressão da dictadura monarchica,—a incorporação do proletariado na sociedade moderna. O trabalho d'essa geração teve de ser fatalmente negativo, apressando a decomposição do esgotado regimen pelo processo da realeza do direito divino, e pela abolição do culto catholico. Sem esta simplificação prévia era-lhe impossivel reconstruir a sociedade humana em bases que não fossem ficções theologicas e privilegios pessoaes. Assim ficou proposto o problema para a geração subsequente, herdeira de um tão assombroso destino. Como o cumpriu ella? Nem mesmo comprehendeu a sua enorme responsabilidade perante a consciencia e a historia. Os elementos preponderantes do proletariado, que fizeram a Revolução, enriqueceram pelo reconhecimento do direito civil da propriedade, que a nobreza e o clero tinham immobilisado; tornaram-se ricos burguezes, imitaram as pompas heraldicas, e illudidos pelos ideologos que conciliavam a monarchia e a religião, o throno e o altar, acceitaram satisfeitos as Cartas outorgadas pelos reis, que salvaguardavam as suas dynastias e a religião do estado.

É este o papel historico da classe média nos tempos modernos; occupada em manter-se no equilibrio politico do *juste milieu,* não querendo ser perturbada no seu bem estar burguez continuando na obra da reorganisação social, e temendo recuar ao passado da servidão feudal, contentou-se em revestir de perstigio as fórmulas do regimen representativo, e esgotou-se na esterilidade palavrosa das ficções do parlamentarismo. É da classe média que tem saído n'este seculo, apoz a Revolução, todos os talentos metaphysicos das escholas superiores, do jornalismo militante, dos parlamentos, dos ministerios, e depois de terem exercido a auctoridade discricionariamente, acabam por se sentirem sem acção no meio social, sem poder moral, e verdadeiramente gastos.

Appresentado assim o problema historico da Europa moderna, comprehende-se a situação dos espiritos; uns lisongearam o conservantismo burguez na arte, na litteratura, no jornalismo, em todas as manifestações mentaes; outros presentiram a missão revolucionaria, e serviram

esse ideal com mais ou menos clareza, com maior ou menor persistencia, mas como se fosse uma solução definitiva.

O movimento socialista revelava a intuição da verdadeira missão revolucionaria; mas facilmente foi explorado para excitar a resistencia de todos os elementos conservadores, que para tudo esterilisarem tambem simularam um socialismo do estado. O problema da reorganisação social não se resolve com o appello ás paixões, mas ás intelligencias, para determinarem as condições scientificas da sua realisação.

Emquanto se desconheceu a relação da dependencia dos phenomenos sociaes para com os phenomenos de ordem biologica e cosmologica, não era possivel constituir em sciencia a complexissima variedade de factos que são o modo de existencia das sociedades humanas. Estabeleceram-se essas relações de dependencia, que vieram destruir a solução de continuidade entre o mundo physico e o mundo moral, e a sciencia da Sociologia avançou para a sua plena constituição. Não ha portanto nada de commum entre os trabalhos dos utopistas, como Rousseau ou Fourier, que formavam systemas sociaes sobre concepções subjectivas e gratuitas, com o moderno processo positivo que substitue a *imaginação* pela *observação* na descoberta de uma lei natural que subordina a variedade dos factos sociaes. A renovação da Historia, no seculo XIX, veiu tambem facilitar a formação da Sociologia, porque pela historia é que se determina a continuidade humana, como pela consideração das differentes épocas se descobre a natureza especial dos phenomenos sociaes que só podem ser bem comprehendidos sob o ponto de vista de conjuncto. Emquanto os phenomenos sociaes foram observados isoladamente, fóra da importancia do seu conjuncto, crearam-se sciencias sociaes *concretas* e particulares, como o Direito, como a Moral, a Litteratura, a Philologia, a Geographia, a Archeologia, a Chronologia, a Estatistica, a Economia Politica, a Ethnologia e tantos outros capitulos fragmentados e sem destino, em que se dispendeu uma actividade por falta de convergencia para a creação de uma sciencia geral e abstracta, a Sociologia. Bastava o quadro d'essa deploravel actividade dispersiva, para se conhecer a opportunidade de uma disciplina de unificação philosophica de conjuncto; a Sociologia corrige essa erudição sem destino, aproveitando-se de todos esses elementos positivos para constituir-se em sciencia. Quem diz sciencia diz *previsão;* só adquire valor e importancia scientifica aquelle phenomeno natural ou moral capaz de conduzir a previsões. A Sociologia conduzir-nos-ha a *previsões* sociaes? Estamos convencidos que sim; e já hoje se poderão apontar grupos de *previsões* nas fórmas da actividade, affectividade e

intellectualidade social. Tal é o intuito da nova sciencia. E como a toda a *previsão* succede uma *applicação*, isto é, a uma qualquer Sciencia ou theoria uma Arte ou pratica correlativa, tambem a Sociologia actuará de um modo proficuo na arte que deriva d'ella, a Politica, dando-lhe o destino que até hoje esta arte empirica não soube achar para a sua intervenção governativa, e na Pedagogia, dando-lhe um systema de concepções duraveis, que desde a Edade média falta no ensino individual e publico.

PRIMEIRA ÉPOCA

(SECULO XIII A XV)

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM LISBOA, E SEUS ANTECEDENTES PEDAGOGICOS

CAPITULO I

O Ensino das Collegiadas

A tradição religiosa das Escholas episcopaes e abbaciaes: *Collegia compitalitia* e *Collegia sodalitia*.— O Cabiscol, Chantre, Mestre-Escola e Mózinhos.— A Eschola episcopal de Coimbra (1086); o Collegio dos Santos Paulo, Eloy e Clemente (1266); a Eschola abbacial de Alcobaça (1269); Conezia magistral da Collegiada de Guimarães.— O que se ensinava nas Escholas das Collegiadas. — Os *Clerici*, e os *Bacheleur* (bas chevalier).— O ensino oral e o Lente.— Desprezo pelas Artes liberaes e seu restabelecimento pelos Pontifices.— O Trivium e Quadrivium.— As Escholas de Rhetorica, Dialectica e Philosophia como primeiro rudimento das Universidades.— A licenciatura e a faculdade *ubique docendi*.— Bibliothecas dos Bispos e Cabidos do seculo XIII e XIV em Portugal.

Na Europa moderna o primeiro ensino popular fez-se nas *Collegiadas*. É preciso lembrar que tanto a Egreja de Roma, como as egrejas nacionaes, se fundaram entre essas corporações operarias chamadas *Collegia compitalitia,* e *Collegia sodalitia,* cuja hierarchia do seu pessoal se reproduziu na ordem ecclesiastica. A imitação d'estes Collegios da antiga organisação municipal é que os fez radicar nas provincias do Imperio, da mesma fórma que as relações da Egreja com elles é que fez com que durante a Edade média as egrejas fossem o centro da vida civil do povo, e os bispos tivessem attribuições municipaes. A Egreja conservou os titulos primitivos usados n'esses Collegios compitalicios; assim o nome de Irmãos *(fratres)* ficou usado entre os no-

vos crentes, e os chefes da associação tomavam o nome de *Mestres* e de *Paes* (Padre-Mestre, é o titulo de respeito entre os personagens ecclesiasticos); as egrejas procuravam os seus protectores ou patronos não só entre a aristocracia, *(padroeiros)* como entre os santos, como os primitivos Collegios romanos. O logar das reuniões dos associados collegiaes era chamado a *Schola*, onde estava a capella, e onde se tomavam as deliberações collectivas. Algumas d'estas associações, como o Collegio dos Mimos e Athletas gregos, chamavam-se o *Santo Synodo,* que se conserva na Egreja do Oriente e nos *concilios synodaes* do Occidente. Os associados vestiam-se de branco nos dias de festa (a *alva* dos padres) e offereciam aos deuses *vinho* e *incenso,* (ainda usado na missa e nas festas de egreja.) Fóra da *Schola* sahiam em *procissão* com as suas bandeiras (os *guiões* das ceremonias catholicas); emfim a Egreja herdou a encommendação das almas dos finados e o dar sepulturas aos seus fieis irmãos, como as *Columbaria* romanas; os banquetes usados nas encommendações d'estes Collegios ficaram tambem no costume dos *Bodos* aos pobres e nas oblatas de comestiveis nos enterros, e ainda nas estrêas no primeiro dia do anno.

A Egreja formada por *ecclesiolas,* que imitavam a organisação dos Collegios e das *Columbaria,* adoptou a caixa das esmolas para os devotos; e differenciando-se d'essas corporações pela sua propaganda doutrinaria, a *Schola* tomou o sentido que hoje tem, de um logar onde se ensina. Tertuliano contrapondo a Egreja a essas associações, insiste no seu intuito docente: «As nossas quotisações servem para dar pão aos pobres e a sepultal-os, e *educar os orfãos dos dois sexos*, e a soccorrer os nossos velhos.» Tal é a origem da *Eschola* das Collegiadas, que se perdeu quando a Egreja se tornou aristocratica, ficando apenas com o titulo honorifico do *Mestre-Eschola*, ou de *Cabiscol* (Caput Scholæ) dos documentos medievaes.

Viterbo, no *Elucidario,* explicando o vocabulo medieval *Cabiscol,* allude a um documento de venda de 19 de janeiro de 1139, em que figura como testemunha Mito *Cabiscol*, e produz um texto das *Partidas* de Affonso o Sabio: «E algunas Eglesias Cathedrales son, en que y a *Cabescoles,* que han este mesmo officio que los Chantres. E *Cabiscol* tanto quiere dizir como Cabdillo de el coro, para levantar los cantos.» (*Partida* I, tit. 6, liv. 5.) Em Portugal estas fundações apparecem junto das Collegiadas, tendo sido estabelecidas pelos bispos e abbades para educação dos *Mózinhos,* ou crianças destinadas á vida clerical, e muitas vezes com um caracter de beneficencia.

Os *Mózinhos* pertencem a essa classe de crianças offerecidas aos

conventos como oblatas religiosas, costume que teve inicio com os mosteiros benedictinos; da necessidade da sua educação nasceram as *escholas abbaciaes* e mesmo as *parochiaes* e *episcopaes*. Em um manuscripto do seculo passado sobre a Familia dos Feyjós, da Galliza, ao falar-se de D. Fernando Giraldez Feijó, de 1390, se lê: «En aquel tiempo se usaba que los caballeros daban á criar y enseñar sus hijos á los monjes de los monasterios, e de ellos eran defensores.»[1]

O bispo Dom Paterno funda em Coimbra, em 1086, junto á sé ou egreja de Santa Maria, um Collegio ou Seminario de Moços, onde se educavam rapazes «para receberem o *grão do presbyterio*, e quiz que *vivessem com communidade* segundo a regra de Santo Agostinho.»[2] Evidentemente a primeira organisação do ensino visava exclusivamente á disciplina ecclesiastica, postoque se ampliasse depois aos que o desejassem aproveitar. O abbade de Alcobaça D. Frei Estevam Martins, funda em 1269 no mosteiro de Santa Maria os estudos de *Grammatica* de *Logica* e *Theologia «ad communam utilitatem monachorum nostrorum,»* accrescentando que ficam accessiveis a quaesquer outras pessoas. O caracter caritativo das primitivas *Scholæ* acha-se no Hospital de Sam Paulo, que por 1266 se converte no *Collegio dos Santos Paulo, Eloy e Clemente,* onde o bispo de Evora e Lisboa, D. Domingos Jardo institue o ensino para dez capellães, vinte mercieiros e *seis escolares de latim, grego, theologia e canones;* e tambem no *Collegio dos Meninos orfãos* fundado por D. Beatriz, mulher de D. Affonso III.

Da Eschola da Collegiada de Guimarães falla o auctor das *Memorias resusitadas,* como estabelecida no tempo de D. Sancho II: «Foi mais estabelecido que se apresentasse na Collegiada um mestre que desse lição de *Grammatica*, e que se pedisse a Sua Santidade a primeira prebenda que vagasse, e que emquanto não vagasse se tirasse de todas as mais uma porção para o leitor da dita Grammatica; que resultou haver para a conezia *magistral*, e por se não querer occupar seu successor a lêr *Moral,* dá uma pensão aos religiosos de S. Domingos para elegerem um padre que a venha dar na capella de S. Paulo, situada no claustro da real Collegiada. Esta eschola se ordenou em tempo de D. Sancho II.»

A influencia franceza, que se propagou a toda a Europa pela fundação das Universidades, foi anteriormente communicada pelos bispos francezes que em Portugal governaram as sés do novo estado. Na in-

---

[1] *Elogio del P. Feijó,* p. 47; apud Bibliot. gallega, t. XII.

[2] Brandão, *Monarch. lusit.*, P. III, liv. VIII, cap. 5. App. Escript. III.

sufficiencia dos estudos das Collegiadas, alguns alumnos iam a Paris, como se sabe pela lenda de Frei Gil de Santarem; uma carta de doação de Dom Sancho I de 1192, concede ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a prestação de 400 morabitinos «para sustentação dos conegos do dito mosteiro *que estudam em as partes de França...*»[1] Nas canções satyricas do Cancioneiro da Vaticana, allude-se ao trajo ao uso de *Mompilher,* que figurava em Portugal, muitas vezes sem se ter saído da patria. O nome de *clericus,* que em toda a Edade média se ampliou ao homem que sabia lêr ou recebera um qualquer rudimento de instrucção, tambem teve nos antigos documentos portuguezes o mesmo sentido, restringindo-se depois ao que entrava nas ordens ecclesiasticas. Elucidando a palavra *Clerigo,* diz Viterbo:

«Deu-se este nome aos sacristães das egrejas, que *andavam na casa do Parocho aprendendo as primeiras letras* e o ajudavam á missa... Estes pequenos clerigos, no Concilio de Mérida, cap. XVIII, se chamam *Clerici parochianum.* E porque os Parochos os deviam ensinar as primeiras letras e bons costumes, se disseram tambem *Clerici scholares.* Em os nossos antigos documentos se intitularam *Mózinhos* ou *Monginhos* pelo particular vestido ou sotana e pela modestia e gravidade com que se portavam na execução do seu ministerio.» (*Elucid.* vb.º CLERIGO, VI). Aqui temos o clerigo com o sentido em que nos apparece em todos os documentos da Europa da Edade média; o habito clerical, que era a toga dos philosophos antigos adoptada pela egreja, conservou-se nos estudos da Universidade de Coimbra como imitação das outras universidades. Antonio Diniz da Cruz e Silva, no poema heroi-comico *O Hyssope,* allude ao habito de estudante:

Olha o que succedeu ha pouco tempo
Ao charlatão do Medico Pequeno
Que a habito perpetuo de estudante
Foi de Esculapio em junta condemnado...
(CANT. VI.)

As Universidades nunca perderam a sua primordial feição de *clericatura.* Em uma nota comtemporanea do poema se lê: «Usou sempre do *antigo vestido de capa e volta, que já então estava em desuso,* vestindo-se geralmente os medicos como os outros seculares. A isto se

[1] Doc. ap. D. Nicoláo de S. Maria, *Chr. dos Con. Regr.*, P. II, p· 58.

refere o poeta quando falla no habito escholastico.» (Ed. *Hyssope,* pag. 450). Diz o proverbio popular apodando o trajo clerical:

> Medico de Valencia,
> Muitas fraldas
> E pouca sciencia.

O nome de *clericus,* contraposto com todo o orgulho escholar ao de *laicus,* era na Edade média a designação de uma classe constituida, que monopolisara em si toda a doutrina theologica e philosophica que se ensinava sob a direcção da Egreja. Desde que começaram os estudos da Jurisprudencia romana, que motivaram a creação das Universidades sob a protecção secular dos reis, a dialectica não ficou um segredo e a força dos *clerici,* tornou-sę tambem um caracteristico dos glossistas, e o nome de *docto* ou *doutor* contrapoz-se ao de *clerigo*[1], significando um novo dominio do saber humano, constituindo ambos uma nova aristocracia litteraria, como o dá a entender o sentido intimo do titulo de *Bacharel* (*bascheleur,* bas-chevallier).[2] O antagonismo no campo doutrinario conservou-se nas duas fórmas pedagogicas do *Estudo geral* e da *Universidade,* em que predominava na primeira a auctoridade pontifical, e na segunda a auctoridade real, vindo a identificar-se os dous typos quando ás Universidades foi concedida pelos papas a faculdade *ubique decendi,* tornada universal, e n'ellas incorporada a theologia das escholas pontificias.

A esta parte da educação da *Schola* das Collegiadas pertence o canto, não só conservado na tradição medieval das Sete Artes liberaes, mas tambam applicado ás praticas do culto nas prosas, sequencias e hymnos da Egreja. O nome de *Chantre,* conservado hoje sem sentido, corresponde a este periodo da Pedagogia moderna. A Egreja seguia a corrente da civilisação hellenica, onde o ensino começava pela musica. Na linguagem architectonica, o limiar da egreja chamava-se *parvis,* do nome com que se designavam as crianças que frequentavam aquelle logar como eschola[3]; o nome de *clerigo* (clerc) ficou durante a Edade média com o sentido de instruido, que sabe ler e escrever. A missão dos Bispos consistia, além da inspecção da doutrina religiosa,

---

[1] Giudice, *Storia della Letteratura italiana,* t. I, p. 52.

[2] Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara,* transcrevendo a palavra *Bacheulerie,* diz que ainda se não tinha formado a que a substituiu, *Baccaleaureat,* da ficticia etymologia da baga de louro.

[3] Thery; André, *Nos Maîtres, hier,* p. 78.

no ensino; como os Bispos se foram entregando ás ambições seculares em conflicto com os barões feudaes, delegaram o seu mister docente em um ecclesiastico, que recebeu differentes nomes, como o de *Capischole* ou *Cabiscol, Mestre-Eschola*,[1] *Chantre*, e Cancellario ou *Chanceller*.

No Concilio de Latrão, de 1179, sob Alexandre III, estabeleceu-se que cada cathedral teria um *Mestre-Eschola,* encarregado de ensinar os rapazes pobres; e que o bispo no seu capitulo trataria de provêr ao ensino da grammatica e da theologia.

Nos antigos documentos portuguezes, citados por Viterbo, apparece-nos o nome de *Cabiscol;* na reorganisação da Universidade por D. João III, (1537) o nome de *Cancellario* conserva o seu caracter medieval nos Priores de Santa Cruz de Coimbra. Ainda no seculo XV, como descreve o rei D. Duarte, o *Chantre* era essencialmente pedagogo, e o proprio monarcha apresenta no *Leal Conselheiro* um esboço regulamentar d'essas escholas, a que em França se dava o nome de *Chantrerie* ou *Cantorales*. Na secularisação do ensino, as dignidades ecclesiasticas de *Mestre-Eschola* e *Chantre* ficaram de simples apparato parasitario, e ainda subsistem com este destino.

O ensino das *Collegiadas* e o das *Universidades* correspondem a duas phases doutrinarias antinomicas entre si, e por isso incompletas; emquanto a Egreja dirigiu os espiritos, separou-os de toda a communicação com as idéas da civilisação greco-romana, renegando esse passado esplendido da humanidade, e interrompendo a continuação da actividade scientifica da Grecia. Na primeira organisação doutrinaria da Egreja, S. Paulo, na *Epistola aos Corynthios,* proclama: «Porque está escripto: destruirei a sabedoria dos sabios e aniquilarei a intelligencia dos instruidos. (Cap. I, ℣. 19.)—Mas Deus escolheu o louco d'este mundo para confundir aos sabios.» (Id. ℣. 27.) Celso notou esta ignorancia systematica explorada pelos primeiros evangelisadores; e Tertuliano, no fervor da sua prégação exclama: «Eu não me dirijo aos que são formados nas escholas, exercitados nas bibliothecas, que vem despejar diante de nós os restos mal digeridos de uma sciencia adquirida nos porticos e academias da Grecia.» Em todos os padres

[1] Tambem se dava o nome de *Primicerio* ao chefe da Eschola, tal como se acha empregado na eschola episcopal de Reims no seculo XI, e em uma carta de Saint Remi. Os Bispos francezes que vieram a Portugal depois da independencia d'este Condado, aqui introduziram essa designação com a primeira organisação do ensino que iniciaram. A influencia franceza torna a reapparecer na primeira metade do seculo XVI, estimulando a grande geração dos Quinhentistas.

da Egreja abundam as provas do desprezo que a nova religião, que dirigiu os espiritos no Occidente, nutria pela civilisação da Grecia; o pontifice S. Gregorio Magno reprehendia o bispo de Vienna, Didier, por ensinar grammatica: «Chegou ao nosso conhecimento isto, que não podemos recordar sem pejo, que Vossa Fraternidade explicava Grammatica a algumas pessoas. Recebemos desagradavelmente esta nova, de tal modo, e sômos mais vehementemente chocados, que o que primeiro fôra repetido com gemidos se converteu em tristeza. Porque se não tomarão os louvores de Christo com os louvores de Jupiter em uma mesma bocca. Considerae quanto para um sacerdote é horrivel e criminoso explicar em publico livros dos quaes a um secular piedoso não deveria permittir-se a leitura. Não vos appliqueis mais aos passatempos e ás letras do seculo.»[1] Em uma carta d'este mesmo pontifice, que na sua Vida traz João Diacono, alardêa que na linguagem não evita nem os *metacismos*, nem os *barbarismos,* nem attende aos *casos,* porque acha indigno que as palavras celestes estejam sujeitas ás regras de *Donato.*[2] Esta solução de continuidade com a civilisação greco-romana produziu, a par da invasão dos barbaros Germanos, um eclipse da rasão humana na Edade média; por isso quando se restabeleceu esse conhecimento elle foi propriamente denominado um Renascimento. A Egreja teve de luctar contra o espirito secular que acordara ao estimulo das primeiras descobertas da civilisação da Grecia; essa communicação fôra feita pelos Arabes, e por isso o *humanismo* apparecia com um caracter heterodoxo, vindo mais tarde a ser adoptado pela propria Egreja, como se viu em Eugenio II, e depois em Bembo e Leão X, e nos elementos pedagogicos dos Jesuitas.

Uma das principaes revoluções do ensino europeu surgiu do accidente de uma descoberta industrial, a Typographia.[3] Antes da vulgarisação dos livros, o *ensino oral* suppria a deficiencia de um texto, e a palavra do mestre adquiria uma auctoridade moral enorme, de que a Egreja se aproveitou para a prédica e para a universalidade da disciplina religiosa. Com a abundancia dos livros, deu-se o facto con-

---

[1] Ap. Raynouard, *Elements de la Grammaire de la Langue romane,* p. 14.

[2] S. Jeronymo falla com desprezo dos instruidos nas letras antigas, chamando-lhes desdenhosamente *ciceronianos.*

[3] Draper inclina-se á opinião que a Imprensa, a *Stampa,* já citada pelos Venezianos em um decreto de 1441 como cousa usual, é anterior no Occidente á descoberta de Coster ou de Gutenberg. *Hist. du developpement intellectuel en Europe,* t. III, p. 140.

trario; generalisaram-se os textos dogmaticos em compendios, e os mestres diante da redacção categorica e lacónica das obras elementares, tornaram-se mudos, sem acção moral sobre a intelligencia do alumno, impondo-se apenas pela severidade disciplinar, e exigindo violencias da faculdade passiva da memoria. O ensino na época das Collegiadas era na maior parte oral; na época da creação das Universidades, as glosas, as apostillas, os escholios, são a collaboração escripta do alumno, que collige todos os elementos doutrinarios da palavra do mestre. Depois da descoberta da Imprensa os primeiros que substituiram o mestre pelo livro, foram os Jesuitas, e os que mais abusaram da memoria. Com o ensino scientifico, a necessidade do methodo experimental estabeleceu outra vez a communicação oral com os discipulos; porém assim que essas disciplinas se foram tornando dogmaticas ou elementares, retrogradou-se ao ensino pelo texto escripto como objecto exclusivo das lições. Draper descreve a influencia do ensino oral n'esta primeira época da Pedagogia europêa, por occasião da descoberta da Imprensa: «Uma profunda mudança produziu-se tambem no mundo da instrucção, mudança que se fez sentir immediatamente no mundo ecclesiastico, e mais tarde no mundo politico. O systema religioso na sua totalidade suppunha um publico que não lia, e d'aqui a leitura das orações e o sermão. No seculo XIII a instrucção oral predominava; no seculo XIX, ella desempenha uma parte secundaria. A invenção da Imprensa veiu dar uma temivel rival ao pulpito. Não devemos comtudo desconhecer o poder que exercia outr'ora um ensino oral e scenico sobre um auditorio composto de individuos privados de leitura; etc.»[1]

Augusto Comte entrevendo uma phase normal na Pedagogia em que o ensino scientifico seja dirigido por um espirito de conjuncto, ou philosophico, restabelece o ensino oral na sua importancia primitiva: «No estado normal, os tratados didacticos devem unicamente dirigir-se aos mestres, através dos quaes deve sempre passar a instrucção finalmente destinada aos discipulos. As leituras theoricas não lhes convém senão quando a sua educação estiver terminada; até então, o seu desenvolvimento scientifico resulta de uma elaboração pessoal, espontaneamente subordinada ás lições oraes, unicas conformes com a dignidade dos professores.—É preciso essencialmente attribuir á anarchia moderna o habito de destinar livros aos discipulos, assim dispostos a desdenhar ou criticar os mestres segundo o conflicto de dois metho-

[1] Draper, *op. cit.*, t. III, p. 145.

dos de exposição naturalmente incompativeis.»[1] Estes dois methodos acham-se implicitos nas duas designações pedagogicas *professor* e *lente;* a subordinação a um texto escripto, escravisou o espirito docente á explicação analytica de formulas dogmaticas destinadas á memoria, como se observa ainda hoje na Universidade de Coimbra, immobilisada na regulamentação pombalina. D'esta falsa idéa pedagogica resulta a exploração dos compendios officiaes e a monomania chineza dos exames.

A substituição do systema escripto ao oral não se fez sem lucta da parte da Egreja; e essa lucta reflectiu-se por muito tempo na antipathia que a nobreza tinha pela letra redonda, e pelo orgulhoso alarde que fazia do seu analphabetismo. A nobreza apreciava-se pela antiguidade, e só era nobre o que pertencia a uma época em que se dispensava muito bem o saber lêr e escrever. Diz João Pedro Ribeiro, notando o analphabetismo do clero portuguez no seculo XIV: «Encontro por esse tempo constituições que obrigam os Parochos a entenderem ao menos Latim ao pé da lettra; mas vejo-os frequentemente dispensados em Braga e Porto, comtanto que mostrassem ter estudado bem algum Larraga d'aquellas éras. De sete conegos (não conversos) do Mosteiro de Villa Boa, só o Prior sabia escrever.»[2] Vejamos a mesma tradição na nobreza.

Spencer, na *Introducção á Sciencia social,* descreve o estado da educação na Europa, tal como o vêmos repetir-se em Portugal: «Remontando bastante longe, achamos os nobres absolutamente analphabetos, e, o que é mais ainda, cheios de desprezo pela arte de lêr e de escrever.» Sá de Miranda, nas Cartas, allude a este estado da aristocracia para com: «*As letras—com que d'antes tinham guerra*»:

Dizem dos *nossos passados*
Que os mais *não sabiam lêr;*
Eram bons, eram ousados,
Eu não louvo o não saber,
Como alguns ás graças dados;
Louvo muito os seus costumes,
Dóe-me se hoje não sam tais,
Mas, das letras ou perfumes
Donde veu o dano mais?[3]

Continúa Spencer: «No periodo seguinte a auctoridade anima froi-

---

[1] *Synthese subjectiva,* p. VIII.
[2] *Carta ao Arcebispo Cenaculo.* (Ap. Boletim de Bibliographia portug., p. 12.)
[3] *Carta* II, st. 4. Ed. Michaëlis, p. 206.

xamente os estudos que dizem respeito á theologia, mas toda e qualquer outra sciencia é altamente reprovada (Hallam, *Middle Ages,* c. IX, P. 2.); estão persuadidos, de resto, que o apprender só interessa aos padres.» É n'este periodo que se desenvolvem as escholas das Collegiadas, ficando por bastantes seculos os estudos sob a direcção dos bispos, e sujeitos á intervenção clerical. Prosegue Spencer: «Mais tarde ainda, asaltas classes soletram mal então, e pensava-se em que ficava mal a uma mulher o saber lêr. Shakespeare pintou um sentimento do mesmo genero, quando falla d'aquelles que consideram como uma baixeza—o possuir uma boa letra.—Até uma época muito recente, muitos grandes proprietarios e gente rica d'esta classe, não sabia lêr nem escrever. Depois de ter progredido durante uma longa serie de seculos tão lentamente a instrucção, em um só deu relativamente um passo gigantesco.» [1] A instituição dos *morgados,* em Portugal, prolongou este analphabetismo dos grandes proprietarios. [2] A causa do enorme progresso da instrucção publica no seculo XIX não é apontada por Spencer, mas o facto coincide com a concorrencia do ensino polytechnico ou *scientifico* substituindo o esteril ensino humanistico, prolongado além do seu tempo pelos jesuitas.

Antes da fundação das Universidades, como o ensino estava concentrado nas Collegiadas e Abbadias, era por tanto entre a classe sacerdotal que existiam os homens mais illustrados. A aristocracia continuava a tradição medieval da ignorancia, como distinctivo heraldico; na comedia *Aulegraphia,* (fl. 43 ỷ) ainda Jorge Ferreira de Vasconcellos allude a essa situação tornada proverbial: «*Mais fidalgo é não saber lêr.*» Camões, nos *Lusiadas,* tambem verbera duramente este atrazo da fidalguia portugueza. [3] No seculo XIII e XIV, alguns portu-

---

[1] Op. cit., p. 82.

[2] Falcão de Rezende, em uma Satyra do meado do seculo XVI, descreve esta situação:

> Não fallo já no mais da redondeza,
> Cá em nosso Portugal principalmente
> Sangue e saber, por vil metal se présa.
>
> (OBRAS, p. 273.)
>
> Inhabil na christã Philosophia,
> Porque o pae, cego, e tendo por affronta
> Diz que qualquer fradinho isto sabia.
>
> (IB., p. 295.)

[3] Camões não é menos severo com este analphabetismo aristocratico:

> Emfim, não houve forte Capitão
> Que não fosse tambem douto e sciente,

guezes frequentavam as Escholas de Paris e Montpellier, como se sabe pela tradição de Gil Rodrigues, o typo lendario do *Fausto* portuguez. No Cancioneiro da Vaticana, vem uma allusão aos trajos doutoraes de Montpellier, com que alguns individuos se appresentavam em Portugal na côrte de D. Diniz:

> Mais vejo-lh'i capello d'Ultramar,
> e traj' *al uso bem de Mompilher.*
> (Canç. n.º 1116.)

A Eschola de Montpellier fôra convertida em Universidade em 1289, e por ventura a sua importancia incitou os prelados portuguezes a pedirem tambem a concessão de um Estudo geral a Nicoláo IV.

Não admira que ao fundar-se a Universidade portugueza (de Lisboa, e depois de Coimbra) o prior de Santa Cruz de Coimbra e o bispo D. Domingos Jardo patrocinassem a nova instituição, conservando contra o seu espirito secularisador a feição clerical que nunca perdeu até hoje.[1] O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como descreve D. Nicoláo de Santa Maria, tinha as suas escholas de tal modo

---

> Da Lacia, Grega ou barbara nação,
> Senão dos Portuguozes, tamsómente!
> Sem vergonha o não digo......
> (Lus., C. v, est. 96.)

> Mas o peor que tudo é que a ventura
> Tão asperos os fez e tão austeros,
> Tão rudes e de engenho tão remisso,
> Que a muitos lhe dá pouco ou nada d'isso.
> (Ibidem, 97.)

[1] No *Esboço historico-litterario da Faculdade de Theologia*, o Dr. Motta Veiga fallando das rendas da Universidade e da offerta de varios reitores e abbades para a sua dotação, conclue: «D'ahi vem tambem, crêmos nós, *a feição ecclesiastica que a Universidade teve desde o seu principio, e que por seculos tem conservado,— feição que nem mesmo os Estatutos de 1772 poderam ou quizeram tirar-lhe; e que apesar das repetidas reformas desde 1836 por diante, ainda hoje transparece em muitas e muitas cousas.*» A ausencia do criterio historico no auctor do Esboço fel-o confundir todos os caracteres das differentes épocas; a cooperação das ordens religiosas corresponde a esse periodo em que a Egreja acompanhou a nova crise da emancipação intellectual; no seculo XVI já os Jesuitas se apoderavam das Universidades para contaminarem a corrente critica da Renascença. Porém no seculo XVIII as idéas encyclopedistas penetraram na Universidade, e a *Faculdade de Philosophia* foi a introducção do espirito scientifico moderno na Universidade.

organisadas, que toda a fidalguia portugueza mandava para alli os filhos para serem educados; os principaes mestres do mosteiro iam aperfeiçoar-se a Paris. Quando a Universidade foi transferida para Coimbra, em 1537, ficou sob a dependencia do mosteiro de Santa Cruz, cujos priores tinham a dignidade de Cancellarios da Universidade, cabendo essa dignidade pela primeira vez a D. Bento de Camões, tio do nosso grande épico nacional. N'esta segunda época da Universidade predomina no ensino a tradição franceza, da qual os Gouvêas e Diogo de Teive foram os eminentes representantes; d'esta época provieram os espiritos superiores do nosso seculo quinhentista, como Camões, os Silveiras, Antonio Ferreira e outros.

Foi só em 1555 que a Universidade de Coimbra e as Escholas menores cahiram sob o dominio dos Jesuitas; d'esta data em diante começa a decadencia da intelligencia e do sentimento nacional em Portugal, cujos effeitos se viram em menos de trinta annos, na memoravel data de 1580, em que Philippe II se apoderou de Portugal.

O ensino das Collegiadas tinha sido fundado exclusivamente para aquelles individuos que se dirigiam ás ordens ecclesiasticas; n'este intuito a Egreja, pela bocca dos seus homens mais eminentes, condemnára a communicação com os monumentos litterarios da antiguidade greco-romana. Deu-se porém na Europa um facto capital, a propagação da sciencia e da philosophia da Grecia pelos Arabes. O contraste entre a educação clerical e a sciencia profana poz em evidencia a necessidade de alargar a área dos estudos. Tal foi a causa por que os bispos ampliaram o ensino a todos aquelles que tivessem vontade de aprender; e esta revolução semi-secular no ensino, ainda assim foi determinada pelo poder temporal. Cabe a Carlos Magno a gloria de ter comprehendido esta aspiração da sociedade europêa, aproveitando-se do contacto com a civilisação arabe no Occidente; no anno de 787 dirigiu Carlos Magno uma circular aos bispos para que fundassem escholas, dizendo-lhes: «Nós temos considerado que os bispados e os mosteiros... além da ordem de uma vida regular e da pratica da santa religião, *devem tambem applicar seus cuidados a ensinar os objectos das lettras áquelles que pela graça de Deus podem aprender, segundo a capacidade de cada um;* etc.» Carlos Magno allude n'este documento á ignorancia profunda que existia nos mosteiros, e conclue como argumento: «Aqui está porque nós vos exhortamos não sómente para não desprezardes o estudo das lettras, mas tambem, em uma intenção cheia de utilidade e agradavel a Deos, a rivalisar em zelo n'este estudo, afim que possaes penetrar mais facilmente e mais directamente os myste-

rios da Santa Escriptura;... Que se escolham para esta obra homens que tenham a vontade e a possibilidade de aprender, e o desejo de instruir os outros, e que isto seja feito sómente na piedosa intenção com a qual nós o ordenamos.» Era a corrente *secular* que arrastava a Egreja, e a forçava a aproveitar-se da sua disciplina espiritual para universalisar a instrucção.

Carlos Magno proseguiu constantemente no pensamento civilisasador, ordenando pela sua Capitular de 789, que junto dos mosteiros e em cada episcopado se estabelecessem escholas de Grammatica, de Calculo e Musica; [1] e á imitação dos kalifas de Cordova, o grande imperador fundava uma eschola no seu palacio, como se infere de uma allusão de Alcuino. Multiplicaram-se as escholas por toda a França sob a direcção episcopal, mas o espirito secular desenvolvia-se, a ponto de individuos fóra da Egreja acharem-se investidos com a auctoridade magistral, e cooperarem inconscientemente para o apparecimento d'esse grande periodo de actividade mental que começou com a Universidade de Paris, a qual serviu de typo em toda a Europa para esta nova organisação pedagogica.

Este periodo de transição do ensino clerical para o secular coincide com a proto-Renascença, determinada pelo contacto com a civilisação dos Arabes no seculo VIII, e pela iniciativa genial de Carlos Magno. Apparecem então os *Manegaud,* os cavalleiros errantes da sciencia que visitam as differentes escholas da Europa, sendo convidados para se fixarem nas terras, e recebendo episcopados em reconhecimento da sua superioridade. Alguns d'esses cavalleiros, como Gerberto, frequentam directamente as escholas arabes, d'onde trazem um mais adiantado conhecimento da mathematica, e o *abaco.* É então que o *Trivium,* que comprehendia a Grammatica, a Rhetorica e a Dialectica, se alarga com as *Quadrilogias,* ou sciencias positivas da Arithmetica, Geometria, Musica e Astronomia. A cultura da Medicina, em Montpellier, renova-se com a tendencia empirica dos arabes, sendo cultivada por alguns papas, como Silvestre II e João XXII. A velha divisão das sciencias, de Felix Memor, do *Trivium* e *Quadrivium,* [2] é

---

[1] J. J. Ampère, *Histoire littéraire de la France sous Charles Magne,* p. 26 Ed. Didier.

[2] Ozanan, *Dante et la Philosophie catholique au* XIII *siécle,* p. 71, crê esta divisão de origem pythagorica; acha-a já conhecida por Philon et Tzetzès, sendo vulgarisada pelos escriptos de Cassiodoro e Marciano Capella.

No romance do *Dolopathos,* escripto entre 1222 a 1225, ao descrever-se

alargada por Gerberto, como o presentimento de uma organisação do ensino universalista. Para Gerberto a sciencia é um todo unitario, a que elle dá o nome de *Philosophia,* dividida em dois ramos ou especies, *pratica* e *theorica:* a philosophia pratica divide-se em *dispensativa, distributiva* e *civil,* e a theorica em *Physica* ou sciencia da natureza, em *Mathematica* ou sciencia do intelligivel, e em *Theologia* ou sciencia do intellectual. Sobre esta divisão escreve Ampère filho: «Era preciso uma grande audacia e uma grande liberdade de espirito

---

a educação do principe Lucimien, vem apontado o systema pedagogico das Sete Artes:

Quant li mestres apercéu
Son ligier sens e conéu
Plus l'en ainme et plus l'en tient chier,
Dont vet toz les livres cherchier
Torne les fueilles et retorne;
Les .VII. ars liberaus atorne
En .I. volume si petit
Que, si com l'estoire me dit,
Il le poïst bien tot de plain
Enclorre et tenir en sa main;
Qui cet petit liuret auroit
Les .VII. ars liberax sauroit.
. . . .
Premier li enseigne *Gramaire*
Que mere est, et prevoste, et maire
De toutes les arts liberax,
Et il fu cortois et loiax;
. . . .
A *Diatectique* l'a mis,
Cil si bien s'en est entremis
Que par voir la mençonge prueve
Et par force le voir desprueve.
. . . .
Puis li enseigne *Roctorique;*
Par cel art fu-il coulorez
Et chiers tenuz et honorez;
Là aprist il entierement
Biau parler et cortoisement;
En ces .III. ars si ce prova
C'onkes son pareil n'en trova;
Quant ces .III. ars sot fermement
Les autres sot legierement
Que *Quadruve* apelent cil mestre
Que par l'un art font l'autre maistre
. . . . . . la premereine
Ce fir li arz d'*Estrenomie,* etc.

Não transcrevemos o resto da descripção das disciplinas *quadriviaes* sobre que o poeta funda muitas aventuras do seu heroe; bastam-nos esses versos para mostrarem quanto era predominante o systema das Sete Artes. (*Li Romans de Dolopathos,* p. 50 e 51. Ed. 1856. Chez P. Jannet.

para collocar sobre a mesma linha a physica, a mathematica e a theologia, e fazer d'esses tres conhecimentos tres subdivisões da philosophia».[1] É n'este facto que se nota o espirito de secularisação, que entrava no ensino da Egreja e que conduzia por toda a parte á fundação das Universidades.

O que se ensinava nas Escholas da Edade média? Lia-se a *Grammatica* pelos tratados de Donato e Prisciano, que foram no seculo XV substituidos pela grammatica de Alexandre Villa Dei, que ainda n'esse seculo foi supplantada pela *Arte nova;* lia-se a *Rhetorica,* pelos tratados de Cicero ou de Boecio, carregados com todo o pezo dos commentarios ou interpretações de cada lente; lia-se a *Astronomia* pelo Almagesto de Ptolemeo, e a *Philosophia,* pelas duas parte então conhecidas do *Organum* de Aristoteles, as *Cathegorias* e a *Hermeneia,* com a *Isagoge* de Prophyrio. Do conhecimento incompleto da obra de Aristoteles, e da mistura das suas doutrinas objectivistas com o conhecimento do *Timeo* de Platão, resultou um desvairamento intellectual do criterio, aggravado pela phrase de Prophyrio — se existe correspodencia entre os sêres invisiveis que a Metaphysica suppôe e as noções que a Logica deduz? D'esta desorientação nasceu a grande querella philosophica dos *Realistas* e *Nominalistas*. A dependencia do texto escripto, e o trabalho exclusivamente hermeneutico ou interpretativo das apostillas, glosas, commentos, apparatos, tudo moldado na inalteravel fórma syllogistica, creou esse caracter formalista e pedante chamado a Scholastica, que dominou tanto na Theologia, como na Philosophia e Jurisprudencia. Este ensino, tendendo para a dialectica individualista e anarchica, tornou mais violenta a crise revolucionaria da Europa moderna. Diz Comte: «Tendo prevalecido desde o seculo XIII (a metaphysica) na educação então instituida pelo sacerdocio, ella aspirou directamente ao governo absoluto da humaninade, segundo uma combinação natural da pedantocracia grega com as usurpações papaes.»[2]

A complexidade das leis romanas obrigava os Municipios das cidades provinciaes a subsidiarem escholas de *Direito*, em que se ensinava o conhecimento das fórmulas. N'este estudo entrava como elemento correlativo o ensino da *Rhetorica* e da *Dialectica,* e o da *Philosophia* (nas suas tres divisões antigas moral, dispensativa e civil). Na transição da sociedade antiga a organisação curial romana substituida pelo regimen municipal ecclesiastico, o Bispo torna-se o *Defensor civitatis;* e

---

[1] *Histoire littéraire de la France sous Charles Magne,* p. 290.
[2] *Système de Politique positive,* t. III, p. 511.

assim como a fôro civil cae na dependencia do fôro clerical, tambem estas escholas se tornam episcopaes, e das Collegiadas, demorando o advento das Universidades e Escholas geraes. Muitas d'essas escholas episcopaes tiveram uma admiravel efflorescencia nos fins do seculo x e xi, e algumas como a de Paris e de Oxford, são apontadas como germens das Universidades. As Universidades nasciam sob o impulso do espirito secular e individualista, e sendo aproveitadas pelos reis, os papas embaraçavam a sua constituição, restringindo a pretexto do ensino da Theologia a faculdade *ubique docendi,* ou coadjuvando-as pela concessão dos privilegios pertubadores do fôro ecclesiastico aos lentes e escholares. Sem este ponto intermediario ás *Escholas curiaes,* de origem romana, e aos *Estudos geraes,* não se comprehendem bem os variados aspectos com que apparecem fundadas as Universidades no seculo xii e xiii.[1]

---

[1] Apontaremos algumas das Escholas episcopaes e abbaciaes, que são bases de transição para o estabelecimento das Universidades.

No seculo xi florescia na Italia a *Escola de Pavia,* onde além de afamados professores, figura em 1032, Lanfranc, explicando publicamente o Codigo justinianeo, e redigindo as suas *Sententiae,* em que funda a parte theorica do Direito.

É tambem notavel a *Escola de Angers,* onde em 1010, Bernardo, discipulo de Fulberto de Chartres, e João, em 1040, Marbode em 1067 a 1081, e o grammatico Reginaldo, Guilherme, Roberto de Arbrissolles, Geoffroy Babion, Anglius e Ulger, prolongam os seus creditos pedagogicos.

A *Escola de Poitiers,* estava tambem no seculo xi sob a protecção do bispo Isambert, e um dos seus mais notaveis alumnos Guilherme, recebeu o titulo de Poitiers, porque segundo a phrase de Oderic Vital, «n'esta cidade *bebeu largamente nos mananciaes philosophicos*».

Tambem no seculo xi a *Escola de Chartres,* brilhava pelo saber dos dois professores Fulbert e Ivo. Ainda depois de eleito bispo em 1007, Fulbert continua a leccionar até 1029. Ali se ensina a *Grammatica, Bellas Lettras, Musica, Dialectica* e *Theologia.* Succede-lhe Pedro de Chartres, Sigon em 1040, Bernardo, e Ivo eleito bispo em 1091.

A *Escola de Paris,* aproveitando-se da fixação da capital pelos primeiros reis da terceira raça, attrae os principaes professores, e já no seculo xi n'ella resplendecem Lambert, discipulo de Fulbert de Chartres, Dragon de Paris, Villaran, discipulo de Lafrane, e Guilherme de Champeaux.

A *Escóla de Reims,* tambem celebre, produz Frodoard, e Gerbet, (Silvestre II, eleito papa em 999) Gervin, Roscelin de Compiègne, os dois Anselmos e Raul de Laon. Bruno, o fundador da Cartuxa, professa n'essa Escola, succedendo-lhe em 1079 Godefroi, que fica o Chanceler da Escola.

A *Escola episcopal de Toul,* é dirigida na época do seu esplendor pelo bispo Berthold no começo do seculo xi, professando-se com a *Grammatica,* a *Rhetorica*

As Escholas episcopaes foram instituidas para o ensino das Artes liberaes por disposição do Concilio romano de 1078; a Egreja procurava no ensino a auctoridade que lhe era disputada pelo poder temporal com a querella das Investiduras. Os tres grandes mestres Lanfranc, Anselmo e Pedro Lombardo representam a actividade mental da dissolução metaphysica dos Ontologistas, que no seculo XIII trocaram a Theologia pela Dialectica.

Durante um rapido momento de fervor, os dois Poderes, espiritual e temporal, acharam-se de accordo para favorecerem a renovação dos estudos, embora a Egreja preferisse a cultura da theologia e da philosophia, como se vê pela bulla de Innocencio IV de 1254, e a Realeza ligasse a maxima importancia á fundação das escholas de Jurisprudencia. É n'este momento transitorio de um accordo que ia quebrar-se pela antinomia entre o dogma e a rasão, que apparecem os sabios pontifices, como Urbano IV, dando em Roma uma cadeira a S. Thomaz de Aquino para ensinar moral e physica, Clemente IV protegendo o genio innovador de Rogerio Bacon, Innocencio V elevando-se ao papado pelos seus talentos de orador, canonista e metaphysico, e João XXI (o nosso Pedro Julião, mais conhecido pelo nome de *Pedro Hispano)* que dota as escholas da Europa com as *Summas logicales,* o primeiro compendio que prevaleceu com auctoridade até ao fim da Edade média.

Do caracter de disciplina permittida para objecto de ensino é que derivou o nome de *Faculdade;* em épocas em que se acreditava nas *Más Artes,* (a *Ars Magna* ou Artimanha, e a *Grammaire* ou Grimoire)

---

a *Dialectica,* a *Jurisprudencia.* Um dos seus professores, Adalberon, foi Bispo de Metz, Brunon, bispo de Toul e papa sob o nome de Leão IX.

A *Escola de Tournai,* eleva-se pelo magisterio de Odon de Orleans, chamado de Toul pelo Cabido de Tournai em 1085, vindo para ouvil-o estudantes da Borgonha, da Italia, e de Saxe, e estabelecendo-se uma fecunda rivalidade das suas doutrinas realistas contra a Escola de Lille.

Em Liège, a *Escola episcopal* desenvolve-se em 855 pelo bispo Francon, que dirige directamente as escolas da Cathedral: em 915, Etienne continua activamente esta cultura, Herade de 959 a 971, e Notger de 971 a 1007. D'esta escola saem Eckebert, os Lambert, o abb. Rodolpho; os seus dois principaes directores são Vozon e Aldelmann.

A *Escola de Utrech,* deve o seu esplendor aos bispos Ratbed (┼ 917) e Adelbod (┼ 1027).

A *Escola de Mayence,* é desenvolvida pelo talento de Raban Mauro e Aribon.

A *Escola de Oxford,* (1037-1039) adquire o seu maior desenvolvimento sob Eduardo III, (1042) e lucta com a *Escola de Cambrigde* protegida pelo filho de Guilherme o Conquistador.

a condição do ensino estava subordinada á permissão. Um monge de Froidmont, aponta uma disciplina não permittida: «Urbes et orbem circuire solent scholastici, ut ex multis litteris insani... ecce quaerunt clerici Parisii *artes liberales,* Aureliani, *auctores,* Bononiae *codices,* Salerno *pyxides,* Toleti *daemones,* et nusquam mores.» [1] A renovação das sciencias pelos Arabes de Hespanha era o movel d'esta suspeição contra o ensino, como se vê pela tradição do *Scholar das nuvens,* pela lenda de Gil de Santarem, e magia de Toledo e Covas de Salamanca. No Cancioneiro da Vaticana, (canç. n.º 1132) falla-se em Payo de *Maas Artes.* A permissão do ensino era propriamente a *licenciatura,* a qual conforme a importancia ou o privilegio das Universidades dava aos graduados a prerogativa *ubique docendi,* sem que tivessem de submetter-se a novo exame.

Depois do terrivel exterminio dos Albigenses, e como para resistir á corrente da heterodoxia, estabeleceu-se pelo tratado de Paris de 1229, que em Tolosa, á custa do Conde Raymond, lêssem por dez annos quatro mestres de *Theologia,* dois em *Decretos,* seis em *Artes liberaes,* e dois em *Grammatica.* O celebre Trovador Folquet de Marselha, que chegou a bispo de Tolosa, foi o mais exaltado impulsor d'esta Eschola, que com o legado do Papa e com o auxilio da Ordem de Cistér se converteu em Universidade. Nos programmas pomposos com que procurava attrahir os estudantes de todos os paizes, declara-se que não ha ali a turbulencia que agita a Universidade de Paris, e que ha maior liberdade, por que se ensina ali a *Physica* de Aristoteles, que se achava prohibida na Universidade de Paris. A peregrinação a N. S. de Rocamador, incitava a frequencia de estudantes meridionaes á Universidade de Tolosa; nos Cancioneiros provençaes portuguezes falla-se n'esta peregrinação e nas cintas de Rocamador.

A Egreja sentia que a rasão humana se libertava, e tratou de vêr se se apoderava outra vez da disciplina dos espiritos; no Concilio de Roma de 1074 estabelece então a obrigação de lhe pedirem *licenças* para exercerem a profissão do ensino, e d'esta disposição que se torna effectiva no seculo XII é que deriva o gráo academico ou universitario de *Licenciado.* As Universidades ficaram em grande parte esterilisadas por esta intervenção ecclesiastica, da mesma fórma que na Renascença scientifica do seculo XVI os Jesuitas desviaram o espirito

---

[1] Ap. Th. Casini, *La coltura bologense* dei secoli XII e XIII. (Giornale storico della Letteratura italiana, I, p. 6.)

critico para a exclusiva disciplina humanistica das suas escholas. Na fundação da Universidade de Lisboa, o papa Nicolau IV expede uma bulla de confirmação dos Estudos geraes em 1290, submettendo a nova instituição á jurisdicção ecclesiastica: «Ordenamos que nenhuns Mestres e escholares, nem os que os servem, se (o que tal não succeda) acontecer que sejam presos por qualquer delicto, possam ser julgados por algum secular, nem castigados, a não ser que por juizo da Egreja os condemnados sejam entregues ao tribunal secular. Item, que os Escholares nas Artes e no Direito canonico e civil e na Medicina, os quaes seus mestres julgarem idoneos, possam ser *licenciados* na sobredicta sciencia pelo Bispo de Lisboa, que n'esse tempo fôr, e quando estiver séde vacante, por meio do Vigario capitular. E todo o mestre que na mesma cidade fôr examinado e approvado em qualquer faculdade, excepto a theologia, prescindindo de outro exame poderá exercer livremente em toda a parte essa faculdade.» É assim que no momento em que o espirito secular, apoiado pelas novas idéas scientificas e philosophicas da Renascença provocada pelos Arabes, se concentrava na nova instituição pedagogica das Universidades, que a Universidade de Lisboa se acha á nascença subordinada aos «abbades da Ordem de Cister, aos priores das Ordens de Santo Agostinho e de S. Bento, e reitores de certas egrejas seculares do reino de Portugal,» como o determina a bulla de Nicolau IV.

No ensino universitario conservou-se a feição clerical com a tradição das Sete Artes; o ensino da Musica manteve-se por causa do seu destino ecclesiastico;[1] a philosophia critica, em vez de se fecundar com a sciencia, como o entendia Gerberto, ficou a *ancilla theologiæ*, degenerando n'essa ôca dialectica dos *Quodlibetos,* das theses theologicas, em que se tratavam improvisadas questões, generalisando-se este titulo, usado por Henri de Gand, por todas as Universidades no fim do seculo XIII.

Ao passo que se desenvolviam os estudos humanistas da Universidade, o clero afundava-se em uma completa ignorancia. João Pedro Ribeiro cita factos estupendos que o comprovam; em um prazo do Mosteiro de Villa Boa do Bispo, o prior assigna, declarando que todos os conegos não sabem escrever, isto no seculo XIV! Um raçoeiro da Collegiada de S. Christovam, no mesmo seculo XIV, assigna de cruz.

---

1 Amador de los Rios, na *Historia critica de la Litteratura española,* t. I, p. 360, attribue o ensino da Musica na Universidade hespanhola á influencia da obra de Santo Izidoro (Etymologias, cap. II *De Musica.)*

Transcreveremos as proprias palavras do illustre antiquario: «Em 15 de Maio do anno de 1426 foi confirmado na egreja de Santo Antão de Padim, do arcebispado de Braga, Affonso Martins, jurando nas mãos do Collador, *aprenderia bem a ler e contar, antes do anno acabado.* Determinando-se nas Constituições synodaes das dioceses de Braga e Porto, que nenhum fosse collado em egreja parochial, sem que ao menos, ao pé da lettra, soubesse entender o que lia e contava; comtudo achei um grande numero de dispensas d'esta Constituição, dando por motivo, que sendo examinado ácerca de sacramentos e casos de consciencia, tinha sido achado sufficiente.»

«O bispo do Porto D. Pedro Affonso afirma do seu predecessor D. João Gomes, do reinado do sr. D. Diniz, o seguinte: *erat bonus homo, et sine aliqua malicia,* sed jura aliqua non audiverat, immo nec et grammaticalia, quod est plus.»[1] Estes factos indicam a decadencia completa do ensino das Collegiadas, e em que circumstancias o ensino humanista começou a ser desenvolvido pela auctoridade real.

O desenvolvimento das Escholas episcopaes, depois da celebre bulla de Eugenio II, fez com que os beneficios ecclesiasticos fossem reservados especialmente para aquelles que tinham frequentado os estudos. D'esta preferencia, que era um rasoavel estimulo para levantar o nivel intellectual do clero, resultou o effeito contrario: correram para as ordens sacras todos os ambiciosos sem vocação, de que tanto se queixa S. Bernardo. Não se tratava de adquirir conhecimentos, mas simplesmente de simular as condições para ser collado em egrejas rendosas. A paixão pelo estudo da Jurisprudencia veiu supprir essa falta de cultura, e já mais tarde tambem Innocencio IV se queixava de se reservarem os beneficios ecclesiasticos não para os clerigos mas para os letrados. No *Cancioneiro da Vaticana* encontramos algumas Sirventes de Estevam da Guarda, privado de D. Affonso III, chasqueando da avidez com que eram procurados os beneficios ecclesiasticos á sombra de uma leve aprendizagem litteraria. Transcrevemol-as pela sua importancia historica:

Ja Martim Vaasques da estrelogia
perdeu bençom polo grand'engano
das pranetas, per que veo a dapno
en que tan muyto ante s'atrevia;
cá o fezerom sem prol ordinhar
por egreja que lhe nom querem dar,
e per que lh'é defeza jograria.

[1] *Reflexões historicas*, de J. P. Ribeiro, t. I, p. 45.

E per esto porque ant'el vivia
lh'é defeso des que foy ordinhado,
oy mais se ten el por dasasperado
da prol do mester et da crerezia;
e as pranetas o tornarom fol,
sen egreja, nem capela de prol,
et sen o mester per que guarecia.

E já de grado el renunçaria
sas ordiis per quant'eu ey apreso;
por lhe nom seer seu mester defeso
nem er ficar en tanta peioria,
como ficar por devaneador
coroado, et do que he peor,
perder a prol do mester que avia.

E na corôa que tapar queria
leixa crecer acima o cabelo,
et a vezes a cobre com capelo
o que a mal muy daninhos faria,
mays d'el quant'el asperança perdeu
das planetas desi logu'entendeu
que per corôa prol non tiraria.

En o seu livro, per que aprendeu
astrologia, logu' i prometeu
que nunca por el mays estudaria.

Estas cantigas de cima foran feitas a huũ jograr que se presava d'estrologo e el non savia nada e ffoy-sse cercear, dizendo que averia egreja, e fazer coroa, e a huma ficou cerceado e non ouve egreja e fezeromlhe estas cantigas porem. [1]

Ora é já Martim Vaasques certo
das planetas que tragia erradas,
Mars e Saturno mal aventuradas
cujo poder trax en si encuberto;
ca per Mars foy mal chegad'em peleja,
et per Saturno cobrou tal egreja
sem prol nenhuma em logar deserto.

Outras planetas de boa ventura
achou per vezes en seu calandayro,
mays das outras que lh'andam en contrayro,
cujo poder ainda sobr'el dura,
per hũa d'elas foy muy mal chagado,
et pela outra cobrou priorado
hu ten lazeira en logar de cura.

---

[1] *Cancioneiro da Vaticana,* Canções n.º 928 e 929.

El rapou barva e fez gran corôa,
et cerceou seu topete spartido,
et os cabelos cabo do oydo,
cuydando aver per hy egreja boa;
mays Saturno lh'a guisou de tal renda
hu non ha pam nem vinho d'oferenda
nem de herdade milho para borôa.

E poys el he prior de tal prebenda,
conven que leix'a cura e a renda
a capela ygual da sa pessoa.[1]

Na primeira Renascença, que coincide com o desenvolvimento escripto das linguas vulgares das novas nacionalidades, e em que as Escholas livres se concentram em Universidades, introduziu-se alguma cousa do espirito scientifico das escholas arabes; assim, Rogerio Bacon proclamava o grande principio positivo da hierarchia scientifica: «A Mathematica é a primeira de todas as sciencias; precede todas as outras e prepara para ellas.» O desenvolvimento do poder real, necessitando da renovação do direito romano, collabora na actividade do espirito secular. O pensamento liberta-se pelas polemicas philosophicas, que suscitaram incidentemente o livre exame nas heresias.

As palavras são uma verdadeira paleontologia social, e por ellas se vê indicada esta segunda phase pedagogica da Europa: depois do sentido tradicional da *Schola,* que trazia implicito um destino ecclesiastico, seguiu-se no uso commum a palavra *Aula,* que accentua essa outra tradição em que o ensino se cultiva no palacio do rei, d'onde se considerou que saíram as *Escholas Geraes* ou as Universidades. A linguagem latina foi substituida pelos dialectos vulgares ou linguas nacionaes, e d'aqui veiu essa designação de *romance paladino,* ou linguagem usada no palacio, em contraposição á da Egreja (*ladinha christenga*). O mestre, que era anteriormente ouvido como um prégador, começou a cingir-se a um texto escripto, e por isso o ensino tomou um outro caracter em que aquelle que ensinava era o *Lente;* finalmente o ensino restricto das Collegiadas é destinado a todos nos *Geraes,* e não sómente para a disciplina moral, mas para a cultura de todas as sciencias permittidas ou *Faculdades.* Vejamos agora o que se *lia.*

Brandão, na *Monarchia lusitana,* allude ás «livrarias publicas nas Sés Cathedraes e Egrejas parochiaes, para estudarem os que se occupavam nas lettras, do que ha muitos exemplos nas historias d'este

[1] *Ibid.*, canção 931.

Reyno, e fóra d'elle.» [1] Para conhecermos a indole d'essas Bibliothecas, transcreveremos em seguida alguns catalogos de Livrarias do seculo X a XIV, por onde se caracterisa o saber e a actividade mental da grande época da Philosophia Scholastica. Diz Barthélemy Saint-Hilaire, sobre essa actividade: «Esta multidão de escriptos de todas as especies e sobre todas as questões, prova que em nenhum tempo a intelligencia teve uma egual necessidade de raciocinar, nem encontrou menos embaraços para satisfazer-se.» [2]

O modo como eram trazidos para Portugal os livros mais importantes que circulavam nos dois grandes fócos de actividade litteraria do fim da Edade média, França e Italia, e o especial valor que desde logo se ligou á riqueza bibliographica, revelam-nos que entrámos dignamente na corrente da primeira Renascença e a soubemos sustentar com fervor.

«Os nossos Bispos, que sempre andaram no caminho de Roma, traziam de França e da Italia as Compilações, principalmente de Graciano (que como era dos Concilios de Hespanha, teve logo entre nós muita auctoridade), as Obras de Durant chamado o *Speculator,* de Alberico de Rosate, de Guido Papa, que todos escreveram por 1280 até 1300, e de outros. Isto adquiria-se com custo, por não haver ainda a estampa; e com muito mais se adquiria a sciencia; estimavam-se como bons thezouros; e d'isso vem os privilegios dos livros, de que se ficou dispondo separadamente da herança sem entrarem no cumulo dos bens, para a Egreja, ou para a collação entre os filhos, segundo os testadores eram ecclesiasticos ou seculares.» [3] Inventariemos essas riquezas bibliographicas, pelas quaes se infere o caracter das doutrinas dominantes.

Testamento de D. Mumadona (de 959) ao Mosteiro de Guimarães:

Viginti Libros ecclesiasticos.
Antiphonarios III.
Organum.
Comitum.

---

[1] *Op. cit.,* P. v, Liv. XVII, cap. 82.

[2] *Dicc. des Sciences philosophiques,* vb.° SCHOLASTIQUE.

[3] Villa-Nova Portugal, *Época fixa da introducção do Direito romano em Portugal*, Mem. da Acad., t. v, p. 395

Manuale Ordinum.
Psalterios duos.
Passionum et Precum.
Biblioteca.
Maralium.
Regulas II.
Canonem.
Vitas Patrum, cum *Gerenticon.*
Apocalipsin.
Etimologiarum.
Istoria ecclesiastes.
Dedeca Psalmorum virorum illustrorum, et sub una cortex *Regula beati Pacomii.*
Passionarii Ambrosii.
Benedicti, Isidori et Fructuosi, e *Regula puellarum,* et allium Libellum quod continet it est *Regulas Benedicti, Isidori, et Fructuosi.*
Liber Dialogorum.
Institutionem Beati Effren.
Libella quod continet *Vita beati Martini episcopi,* et *Verginitate beate Marie Virginis.* (Ap. Portug. Mon. hist., *Diplomatae et Chartae,* vol. I, fasc. I, p. 64).

Primeira Livraria de Santa Cruz de Coimbra:

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, recebeu o seguinte presente de livros do Mosteiro de Sam Rufo:
«E enviarom-nos
Santo Agostinho, sobre *Joham evangelista,* e sobre o *Genesy,* que se chama *Adliteron.*
Questom sobre *Sam Mateus* e *Sam Lucas.*
O *Exameron* de Santo Ambrosio.
O *Pastoral* de Santo Ambrosio.
Beda, sobre *Sam Lucas,*
pelas quaes cousas somos muitos obrigados ao convento de Sam Rufo, ca nos ajudou sempre muito bem, etc.» (*Vida de D. Tello,* versão de 1455. Ap. *Mon. Hist.,* Scriptores).

Livraria do Bispo do Porto, D. Vasco (1331):

Na Doação do Bispo D. Vasco á sé do Porto e Cabido, e a outras egrejas, na éra de 1331, vem enumerados os seguintes livros:

«Item quinque volumina *Sermonum,* quator (quorum?) primum volumen incipit *Reverende in Xp.*to *Pater* etc. et vadit per ternum, quinternos et sexternos, et continet in se viginti et novem...»

AO CABIDO DO PORTO:

Unum volumem *Dictaminis* ubi consistunt quator *Sume.*

Suma Confessorum.

Liber Pontificalis.

Compendium theologie cum *Sermonibus* Fr. Johannis Ordinis Minorum.

Quasdam Conclusiones secundum Thomam super *Questionibus molis* super toto *Libro Sententiarum.*

Á EGREJA DE SEVILHA:

Huma *Biblia.*

Á DE BURGOS:

Reportorium D. Tusculani, super toto *Jure Canonico.*

Unum *Librum Sententiarum*, et quandam Lecturam super quarto *Sententiarum.*

Á EGREJA DE LISBOA:

Unum Volumen, in quo erant quidam *Sextus Liber* cum *Apparatibus* Archidiaconi et Johannis Andree, et

Domine Duu *Regulis Juris,* et

Unus Mandagotus, *Super Electione,* et

Clementine cum *Apparatu* Johannis Andree, et *Apparatum* Johannis Monachi, ad partem cum quandam *Sumam Feudorum* posita in fine ipsius Apparati.

Á EGREJA DE BOUÇAS, DIOCESE DO PORTO:

Duo *Digesta vetera* cum *Glosa* Accursii, et
Unum *Inforciatum* cum Glosa Accursii.
Unum Offredum super *Inforciato,* et
Digesto novo, et
Super tribus Libris *Codicis.*

Á EGREJA DE S. PEDRO DE TORRES NOVAS:

Unum parvum Volumen.
Alium volumen *Decretalium* Gregori noni cum Glossa Bernardi.

Á EGREJA DE S. PEDRO DE TORRES VEDRAS:

Unum *Codicem,* cum Glossa Accursii.
Unum *Innocentium* cum Repertorio, et
Compostellanum.

Á EGREJA DE S. THIAGO DE BEJA:

Unum *Digestum novum* cum Glossa Accursii.
Unum Rosarium super *Decreto.*» (Ant. Roselli).

Citados no *Censual,* fl. 120 a 127. (Ap. J. P. Ribeiro, *Diss. chron.,* t. v, p. 88 e 89.) Attendendo ao preço dos Livros no seculo XIV, o bispo «Declara ácerca dos legados d'estas Egrejas, que os respectivos diocezanos vendam os Codices que lhe destina, e comprem para as Egrejas calices ou Cruzes de ouro ou prata, ou outros ornamentos.»

Bibliotheca do Cabido do Porto (1331)

No *Catalogo dos Bispos do Porto* allude-se a esta Bibliotheca: «No anno de Christo de 1331, em dois de Maio,... fez o Bispo D. Vasco doação á Sé do Porto, de certos livros, que se guardassem na sua Livraria, e que se não pudessem nunca vender ou empenhar; mas se algum Capitular os quizesse lêr em sua casa, deixasse um penhor, para que se lembrasse de os restituir brevemente: os nomes dos livros

são escriptos na mesma doação, e de alguns d'elles temos agora bem pouca noticia.» (Cat., p. 94, Part. II).

No livro do Cartulario da Sé do Porto intitulado o *Censual,* de que J. P. Ribeiro apresentou um perfeito resumo, (*Diss. chron.,* t. V,) vem minudenciada esta doação, que acima extractámos, e que nos revela as riquezas bibliographicas do Bispo D. Vasco.

Livraria do Bispo D. Vicente (1334):

O testamento do Bispo do Porto, D. Vicente, da éra de 1334, traz a seguinte enumeração de livros:

Decretales nostras.

Digestum meum *vetus.*

Santal et *Domingal.*

Forciatum et *Uguicium,* sive Guichum. (Ugoccione, *Suma de Decretos*).

Librum de *Vita Sanctorum.*

Bibliam manualem.

Librum de *Civitate Dei.*

Codicem, Concordantias.

Do *Censual* do Porto, fl. 109, ỷ. (Ap. J. P. Ribeiro, *Diss. chron.,* t. V, p. 83).

Livraria do Bispo D. Sancho (1334):

No testamento do Bispo D. Sancho, escripto na éra de 1336, dispõe de:

huas *Decretaes* com os seus *Casos*...

o seu *Decreto,*

e seu *Digesto.* (Diz que estudara em Valhadolid);

«o seu *Innocencio*

e sua *Instituta,* a seu irmão Estevam Perez...

hum *Breviario.*» *Censual,* fl. 112, ỷ. (Ap. J. P. Ribeiro, *Diss. chron.,* t, V, p. 85).

Livraria de Vasco de Sousa (1359):

No Formal de partilhas ou Inventario de Vasco de Sousa, commerciante e cidadão do Porto, vem descriptos os seguintes codices que possuia:

«umas *Degretaes* em linguagem;
um *Rabi Abel;*
um *Seisto* em purgaminho;
um *Sestimo* em papel; e
tres cadernos em purgaminho de *Terceiro*».

João Pedro Ribeiro, nas *Reflexões historicas,* (I, 9) diz: «Não é portanto novo, até na cidade do Porto agermanar-se a Litteratura com o Commercio; aonde nos nossos dias temos visto tantos capitalistas e negociantes condecorados com os gráos academicos.»

A Livraria manuscripta do Mosteiro de Alcobaça:

É indisputavelmente uma das mais opulentas collecções manuscriptas da Edade média da Europa, hoje desmembrada entre a Bibliotheca nacional e o Archivo da Torre do Tombo. O visconde de Santarem que visitou esta Livraria quando ainda estava em Alcobaça, ahi examinou um codice do seculo XI, (traducção da *Regra de Sam Bento*) e dez codices do seculo XII «entre os quaes se achava uma *Biblia* doada por D. Affonso I, rei de Portugal.» [1] Do seculo XIII possuia setenta e dous manuscriptos; notando especialmente dois *Diccionarios geographicos* latinos do monge Bartholomeu, um *Vocabulario latino* por Fr. Affonso de Louriçal, e um exemplar das *Confissões* de Santo Agostinho copiado por Fr. Theotonio de Condeixa. Do seculo XIV apontou o erudito visconde de Santarem setenta volumes, e vinte e tres do seculo XV; e comparando estas immensas riquezas com as da Bibliotheca de Louis de Bruges senhor de Gruthuxys, cujos 106 volumes estão hoje incorporados na Bibliotheca Nacional de Paris, conclue:

«1.º Que nenhum manuscripto da Collecção de Louis de Bruges remonta álem do seculo XIII, ao passo que a Collecção de Alcobaça possuia 10 do seculo anterior.

2.º Que a de Louis de Bruges possuia sómente quatro manuscriptos do seculo XIII, em quanto que a Collecção da Batalha possuia 72 d'esse seculo.

3.º Que a referida collecção depositada na Bibliotheca de Paris possuia dezoito manuscriptos do seculo XIV, e a de Alcobaça 70.

4.º Que do seculo XV a collecção de Louis de Bruges apresenta

[1] *Notes additionelles à la Lettre au baron Mielle,* p. 15.

oitenta e dois manuscriptos, em quanto que a de Alcobaça tem apenas 23.» [1]

Existe um Catalogo dos Codices da Livraria de Alcobaça attribuido a Fr. Francisco de Sá, publicado em 1775, que deu logar a aceradas polemicas, e a revelações curiosas sobre falsificações de manuscriptos pelos frades de Alcobaça. Fr. Joaquim de Santo Agostinho, na *Memoria sobre os Codices mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça,* [2] mostra como se cercou a Biblia do seculo XIV da lenda ficticia de ter sido tomada ao rei de Castella na batalha de Aljubarrota, e como é ficticio esse pretendido chronista *Laimundo,* capellão do Rei Rodrigo o vencido de Guadelete. Entre os eruditos de Alcobaça penetrou esse espirito, notado por Mabillon, o qual por interesse clerical viciava os documentos juridicos; e a eschola dos falsos Chronicões, começada no seculo XV por Annio de Viterbo, achou em Alcobaça um eminente discipulo no joven e phantasioso Fr. Bernardo de Brito. Os Codices escriptos em portuguez são da maxima importancia litteraria; não será facil justificar a sua attribuição aos auctores assignados no Catalogo de Fr. Francisco de Sá, mas nem por isso deixam de ser rigorosamente authenticos e verdadeiras origens da Litteratura portugueza.

PARTE LITTERARIA DOS MSS. DE ALCOBAÇA

Pergaminho do seculo XV, em gothico, por Frei Zacharias de Payo Pelle, *Historia do Cavalleiro Tunguli ou Tundal.* (Cod. CCXLIV.) N'este codice vem tambem um Cathecismo de Doutrina christã em vulgar.

Frei Roque de Thomar, traduz do castelhano em 1399 uma obra assim inscripta: «*Começa-se o pobre Livro das Confissões, dito assi, porque he feito e compellido para os Clerigos minguados de sciencia, e porque he assi como mindigado e apanhado dos Livros de Direito e da Sagrada Theologia.*» (Cod. CCLII).

Vitam S. Brandani Abbatis magni, et admirabilis ex Regali Hibernorum stirpe. (Cod. CCLVI).

Traducção *De Institutione Cœnobiorum* et *Collationes* Patr. Joan. Cassiani, por Frei Lopo de Santarem e Frei Baptista de Alemquer. (Cod. CCLIX).

Os *Psalmos penitenciaes* de Francisco Petrarcha. (Cod. CCLXI).

---

[1] Id. ibid., p. 20.
[2] *Mem. de Litt.*, t. v, p. 297 a 362.

O Codice CCLXVI, in-4.º magno, em pergaminho, do fim do seseculo XIV, traz em portuguez:

Vida angelica do infante Josaphat, filho de Avenir, rei indiano.[1]
Vida de S. Euphrosina, filha de Panucio.
Vida de S. Maria Egypciaca.
Vida de S. Tharsis.
Vida de Santo Aleixo Confessor.
Vida de certo Monge.
Exposição do Decalogo segundo a Doutrina da Egreja.
Narração da Morte de S. Jeronymo.
Meditações sobre as Horas Canonicas.
Historia de um Mouro que desejou ir ver o Paraiso.
Historia do Cavalleiro Tubuli. (Tundal).
Symbolo da Fé.

Cod. CCLXX: traducção portugueza *De contemptu Mundi.*

Cod. CCLXXIII, in-4.º: *Orto do Esposo, de varios logares da Escriptura, dos Prophetas e Santos Padres, dividido em diversos capitulos com muitos Exemplos,* por Frei Hermenegildo de Tancos.

Cod. CCLXXIV: Outra traducção do *Orto do Esposo,* e dos Livros de S. Cassiano *De Institutione Cœnobiorum.*

Cod. CCLXXVI: *Livro ascetico intitulado Castello perigoso,* do seculo XIV.

Cod. CCXCI: *Vida de S. Bernardo,* traduzida por Frei Francisco de Melgaço (seculo XIV).

Espelho de Monges, composto por Frei Francisco de Melgaço.

Traducção do tratado *De Anima,* de S. Bernardo.

Cod. CCC: *Regra de S. Bento,* traduzida por Frei Martinho de Aljubarrota.

Cod. CCCII: *Vitam Caroli Magni et Rolandi,* quae a Turpino scripta fingitur.

Cod. CCCXXIV: *Das Partidas de Castella,* fol. do seculo XIV.

Cod. CCCXLIX: *Traducção do Velho Testamento.*

---

[1] *Barlam e Josaphat;* é o titulo arabe *Baralâm e Jëuâsef,* traducção da lenda budhica proveniente do *Lalita Vistara.* Renan identifica o nome de *Josaphat* com o de Budha: «Josaphat é uma alteração de *Joasaf,* fórma empregada pelos christãos orientaes, que tambem é uma alteração de *Budasf* (=*Bodhisattva*) em consequencia dos erros que produz no arabe a omissão das pontos diacriticos.» (*Nouvelles Études d'hist. religieuse,* p. 133). O monge João de Damasco extrahiu a lenda budhica de uma redacção syriaca. (*Jornal asiatico,* VII serie, t. XVIII, p. 159, onde se citam os principaes estudos criticos).

Quaedam excerpta ex Laertio, *De vita et moribus Philosophorum*. (Cod. CCLXV).

Cod. CCCLXXVII, in-4.° gothico:

Aristotelis 8 *Libros Topicorum*
duos *Elenchorum*
Dialecticam } conformes á ed. de Paris de 1538.

Cod. CCCLXXVIII: Roberto, Exposição dos 7 livros dos *Topicos*.

Cod. 379 a 382: Mss. in-4.° fol. com *Logica, Metaphysica* e outros tratados segundo as idéas peripateticas.

Cod. 383: Thomaz de Aquino, *De Potentiis Animae, De Natura Materiae*.

Cod. 385: Obras de Raymundo Lullo, *Compendio da Arte demonstrativa, Arte inventiva da verdade*.

Pedro Lombardo, *Libros Sententiarum*. Cod. CCXX (seculo XII vel XIII.) Outro (CCXXIV) Commentarios de S. Thomaz de Aquino. (Cod. CCXV).

S. Thomaz de Aquino, *Summa Theologica,* Cod. CCXXVIII, e IX.

Livraria da côrte do rei D. Diniz:

Pode-se formar um elenco approximado da Livraria d'este grande monarcha, pelas referencias dos manunscriptos coévos; citaremos as seguintes obras, que synthetisam o gosto palaciano em uma côrte da Edade média:

Estoria geral de Hespanha.

Traducção das *Partidas* de Affonso o Sabio.

Traducção da *Chronica d'Almansor,* do medico arabe *Rhazes,* por Gil Pires.

Livro Velho das Linhagens.

Nobiliario do Conde D. Pedro.

Poemas de *Tristão e Yseult*.

Flores e Brancaflor.

Novella de *Amadis de Gaula*.

Merlim.

Roman de Brut.

Roman des Douze Paires.

Livro das Trovas do Rei D. Diniz.

Livro das Cantigas do Conde de Barcellos.

As *Cantigas* de Affonso o Sabio.

Aristoteles.

Historia de Troya.

De concordantias ibilinorum Carmen cum Prophetarum oraculis, de Gastão de Fox, traduzida por D. Pedro Galvão, arcebispo de Braga.

As obras guardadas nas Bibliothecas claustraes, episcopaes e reaes da Edade média encerravam os germens litterarios sobre que haviam de trabalhar os creadores das Litteraturas modernas, e sobre que tinham de exercer-se as linguas nacionaes. A *Visão de Tundal* contém o grande thema sobre o qual Dante elaborou a *Divina Comedia;* a *Chronica de Turpin* fecunda as imaginações creadoras das Gestas Carlingianas, taes como o *Roman des Douze Paires* e a *Chanson de Roland.* A historia de *Barlam e Josaphat,* que suscita a invenção lendaria dos Agiographos, revela a união da cadeia tradicional entre o Oriente e o Occidente, reforçando a continuidade mantida pelos vestigios do saber greco-romano. Emfim, a *Epistola do Preste João ao Imperador de Roma* vem desde o seculo XII entre as relações apocryphas, junto com as relações de *S. Brendan* e prophecias de *Merlim*, acordando o espirito de aventura, que levou os portuguezes a iniciarem as expedições maritimas preoccupados em descobrirem esse reino mysterioso do Preste João das Indias. Quer pelo lado scientifico, philosophico ou poetico, este balanço intellectual de uma época que vae transformar-se encerra o mais dramatico interesse.

CAPITULO II

O Estudo Geral em Lisboa, e a faculdade Ubique docendi (1288-1380)

Emancipação do theologismo no seculo XIII e o grande interesse pelos estudos humanistas.— Relação intima entre a Pedagogia e a Politica: As Universidades seculares e o advento do Terceiro estado.— Influencia das traducções arabes sobre a propagação dos estudos humanistas.— A *Cathedra* germen de uma Universidade medieval; a *Schola,* do typo juridico e rhetorico de Roma e Constantinopla, reapparece pelo desenvolvimento da Cathedra em um *Estudo geral.*— Fervor pelo estudo das Leis, e o ensino das *Faculdades permittidas.* — Primeira accepção da palavra *Universidade,* dada á collectividade dos Mestres e Estudantes.— Fórma da incorporação da classe escholar á maneira da Guild ou das Irmandades peninsulares, d'onde a funcção do *Rector* e do *Conciliario.*— A investidura do grão como de pequeno Cavalleiro *(Baschelor)* e a *Birreta* symbolo romano da manumissão.— Os papas coadjuvam contra-vontade a fundação das Universidades.— Nicoláo IV e as tres universidades de Montpellier, Macerata e Lisboa sob o seu pontificado.— D. Diniz conhece a necessidade de fundar um *Estudo geral* em Lisboa.— A lucta com o clero superior por causa das Jurisdicções demora-o na realisação do seu pensamento.— Representação de varios Priores e Abbades offerecendo para o Estudo geral parte dos seus rendimentos.—D. Diniz acceita-os, e funda antes de 1288 a Universidade em Lisboa.— Representação dos Priores e Abbades a Nicoláo IV pedindo a concessão para a cedencia de parte dos seus rendimentos.— Bulla de confirmação.— A concessão do fôro ecclesiastico aos escholares, e lucta d'estes com os burguezes.— Influencia de Affonso o Sabio em seu neto D. Diniz, e influxo da Universidade de Salamanca na creação da de Lisboa.— O ensino da Theologia particularisado ás ordens dos Dominicanos e Franciscanos, representantes dos Nominalistas e Realistas.— Trasladação da Universidade para Coimbra em 1307; reposta em Lisboa, em 1338; outra vez transferida para Coimbra em 1354; fixa-se em Lisboa depois de 1377.— A Universidade obtem a faculdade *Ubique docendi* em 1380.— Centralisação dos Estudos.

É no seculo XIII que a razão humana começa a emancipar-se do theologismo, bem longe de possuir os elementos para se elevar á synthese positiva; é no seculo XIII que as classes servas attingem a di-

gnidade civil, sem comtudo poderem ainda affirmar-se como um poder social. O seculo XIII foi, como diz Comte «sob todos os aspectos o precursor directo da revolução occidental.» A necessidade de reconstituir um novo Poder espiritual manifesta-se mesmo dentro da Egreja, vendo-se os Papas e os altos dignatarios do sacerdocio cooperando para a creação das Universidades ou Estudos geraes. Referindo-se a este estado de espirito que desprezara o theologismo para cultivar as sciencias humanas, escreve Comte: «A incredulidade desenvolveu-se sobretudo no sacerdocio regular, e entre os grandes dignatarios do clero secular, mais bem collocados para apreciar o conjuncto das tendencias modernas.»[1] Esta iniciativa sacerdotal apparece na supplica dos Abbades e Priores ao rei D. Diniz e ao papa Nicoláo IV, para o estabelecimento de um *Estudo geral* em Lisboa. A necessidade de reconstituir o Poder temporal, tão difficil como o problema anterior, achou nos Jurisconsultos, que fizeram renascer o Direito romano, a cooperação necessaria para se definirem os direitos reaes magestaticos, para accentuar a impersonalidade da lei sob a instituição do Ministerio publico, e para realisar-se desde o seculo XV a dictadura temporal das monarchias absolutas, base de ordem empirica na grande e prolongada revolução occidental. Comte caractarisa admiravelmente a influencia d'estes dois factores moraes, que imprimiram direcção á historia moderna da Europa:

«Os metaphysicos e os legistas tornaram-se os orgãos respectivos, mais apparentes do que reaes, da influencia espiritual e da auctoridade temporal propria á revolução occidental, que, segundo a divisão dos dois poderes, se conformou portanto á separação irrevogavelmente esboçada na Edade média.

«Apesar da intima communidade de origem, de educação, e mesmo de costumes, os Jurisconsultos devem ser sempre distinctos dos Ontologistas, acima dos quaes a vida activa os collocou immediatamente. Produzidos pelo feudalismo, como aquelles entre o clero, elles mereceram por muito tempo a confiança que o antigo poder temporal e o novo elemento pratico concordaram em attribuir-lhes, conforme a generalidade das suas vistas politicas. Orgãos passageiros de uma funcção equivoca, que confunde a appreciação espiritual e a repressão temporal, elles foram por isso mesmo, incapazes de mandar, e acharam-se mais dispostos a fornecerem uteis instrumentos ás forças susceptiveis de prevalecer.

---

[1] Comte, *Système de Politique positive,* t. III, p. 509.

«Quanto aos metaphysicos, que, apezar das suas formas pedantescas oram sempre, como ainda hoje, mais litterarios que philosophicos, a sua influencia permaneceu, durante toda a transição moderna, mais nociva do que util, tanto ao espirito como ao coração. Productos parasitas de um ardor theorico que precedia fatalmente o seu verdadeiro destino, estes discursadores, dignos successores dos sophistas gregos, não comportaram outra efficacidade a não ser a de propagar por toda a parte a emancipação completa.»[1]

No seu fundamental *Discurso sobre o estado das Lettras no seculo XIV,* Victor Leclerc considera a instituição das Universidades como simultanea com os Parlamentos «annunciando pelos seus progressos uma das transformações da antiga sociedade, o advento do terceiro estado.»[2] Na historia da pedagogia importa conhecer sempre as relações que existem entre as doutrinas que constituem a instrucção individual e as fórmas por onde se aperfeiçôa a organisação social. A ausencia d'este criterio tem tornado improficuas as observações d'aquelles que analysam as instituições escholares, reduzindo todas as suas suggestões e planos de reforma á mais deploravel inefficacia. No periodo historico em que os Jesuitas dominaram a instrucção publica da Europa, elles separaram estes dois problemas, impondo disciplinas e methodos de ensino exclusivamente litterararios em contradicção com a tendencia experimental e de livre critica com que começou a renascença scientifica do seculo XVI. Augusto Comte relacionou sob o ponto de vista de uma applicação social estes dois principios, a conformidade da educação individual com a direcção temporal da sociedade, ambas derivadas das mesmas noções scientificas. Assim *Pedagogia* e *Politica* são os meios praticos por onde uma doutrina philosophica pode harmonisar o desenvolvimento individual com o progresso da sociedade. Na marcha historica da Europa, nem sempre as capacidades dirigentes tiveram conhecimento da intima relação entre a Politica e a Pedagogia; e em rigor póde-se affirmar, que a sua dependencia imperscindivel de uma doutrina philosophica está ainda longe de ser comprehendida. As grandes crises do ensino europeu caracterisam-se pela simultaneidade com os profundos abalos politicos: o ensino *secular* das Universidades estabelece-se conjunctamente com os Parlamentos e concorrencia do Terceiro estado, assim como o ensino *scientifico* das Polytechnicas, orga-

---

[1] Comte, *Système de Politique positive*, t. III, p. 527.
[2] Op. cit., t. I, p. 262.

nisado pela Convenção franceza, é uma resultante do phenomeno da dissolução do regimen catholico-feudal no fim do seculo XVIII.

Investiguemos esta primeira crise.

A Egreja renegára a tradição da cultura greco-romana, e foi pela influencia dos Arabes que se despertou o interesse pelos estudos scientificos e philosophicos, que determinaram a renascença intellectual da Europa. Como se reatou esta continuidade? Depois que a religião christã se tornou politica, sob Constantino, ella dirigiu o poder temporal para a destruição do hellenismo; em 529 o imperador Justiniano publicou um edito mandando fechar todas as escholas philosophicas, e segundo o historiador byzantino Agathias, os eruditos e philosophos Damascio, Simplicio, Eulamios, Prisciano, Isidoro de Gaza, Hermias e Diogenes de Phenicia foram procurar asylo na côrte dos Sassânides, na Persia, onde reinava o celebre Chosroës Nushirwan. Tal foi o facto que originou a communicação dos Arabes com a civilisação hellenica, e foi na occupação do Occidente que elles pelo esplendor das suas escholas deslumbraram Carlos Magno, o grande organisador da Europa. As obras de Aristoteles formavam uma vastissima encyclopedia constituida por sciencias experimentaes, em que se reconhecia a superioridade do criterio objectivo; as explicações, os commentarios dos que as estudavam forneciam ao espirito uma actividade critica e a preponderancia do ponto de vista *humano*. As traducções arabes das obras mathematicas de Euclides, do *Almagesto* de Ptolemeu, das obras medicas de Hippocrates, do *Organum* de Aristoteles, do *Phedon, Cratylo* e *Leis* de Platão, revelaram novos horizontes á intelligencia, que estava atrophiada pelos escholasticos, que reduziam a instrucção ao fim exclusivamente sacerdotal. Esta nova corrente hellenica conservara-se entre os christãos nestorianos, e mesmo no sul da França a existencia de um mosteiro onde se conservava o rito das egrejas de Smyrna e de Constantinopla, explica-nos com que facilidade se acceitava o contacto com as escholas dos Arabes. Aquelle que trazia a iniciação scientifica d'essas escholas, e que possuia o segredo da interpretação das doutrinas da Grecia, afastado das Collegiadas, abria o seu estudo em um logar isolado, e a fama da sua capacidade attrahia de todas as partes da Europa as intelligencias ávidas de saber, que vinham acercar-se com fervor da sua *Cathedra*. Os discipulos vestiam-se com a toga dos philosophos antigos, e d'aqui veiu o costume das vestes talares nas Universidades; o estudo fazia-se debaixo dos arvoredos ou nos logares elevados, d'onde veiu o chamar-se ao Monte de Santa Genoveva, onde se fundou a Universidade de Paris, a *collina dos Doutores*.

Uma *Cathedra* era o minimum de uma Universidade; assim abrem-se em Salerno e Montpellier *Escholas especiaes* para a Medicina e para o Direito, desenvolvendo-se em determinados cursos com mais cathedras e cathedrilhas supplementares. Quando se alargou o quadro das disciplinas em um *Estudo geral,* é então que apparece o typo pedagogico da *Universidade* como as de Paris, Oxford, Bolonha, Padua, Salamanca, Napoles, Upsal, Lisboa e Roma. Em Roma, no tempo de Ulpiano, existiu eschola especial de Direito; em Constantinopla, estabelece-se em 425 uma Eschola publica com vinte oito professores de Litteratura grega e romana, um de Philosophia e dois de Direito,[1] estipendiados pelo estado. Este caracter *humanista,* com que se funda a Eschola de Constantinopla, reapparece nas Universidades medievaes, em que a Grammatica, a Dialectica e a Rhetorica constituem o curso das *Artes* incorporado com as outras Faculdades, sendo do grupo dos seus graduados escolhidos os Reitores, como notou Victor Leclerc na Universidade de Paris, onde os estudantes de Artes tinham a maioria nas eleições escholares. É d'este caracter *humanista,* em que o Direito se ensinava nas escholas de Rhetorica e de Dialectica para os que se dirigiam á advocacia, que se conservaram mais tarde incorporados no Estudo geral os *Collegios de Artes,* e se conferia o gráo de *Doutor em lettras.* Alcuino, na descripção da Eschola de York, apresenta como constituindo o seu quadro pedagogico a *Grammatica,* a *Rhetorica* e a *Jurisprudencia.*[2] Nas Acta Sanctorum indica-se na Vida de S. Bonitus d'Auvergne os seus conhecimentos de grammatica, dos decretos de Theodosio, e dos recursos da dialectica. Nas escholas de Pavia, como se vê na Vida de Lanfranc, ensinava-se *segundo o costume* as Bellas Lettras, a Jurisprudencia e o exercicio da Oratoria. Chamavam-se *Sententiae* os principios ou regras geraes de Direito que se invocavam nos discursos do exercicio rhetorico. No poema de Wipo, *Panegyrico de Henrique III,* pede-se ao rei que organise os estudos na Allemanha, em que se cultivem as Lettras e as Leis, concluindo:

> Moribus his dudum vivebat Roma decenter,
> His studiis tantos potuit vincere tyrannos,
> Hoc servant Itali post prima crepundia cuncti.[3]

---

[1] Savigny, *Historia do Direito romano na Edade média,* cap. v.
[2] Id., ibid., cap. vi, p. 360.
[3] Canisio, t. iv, p. 167. Ap. Savigny, op. cit.

Estes estudos conservaram-se durante toda a Edade média; porém, o fervor que mereceram os estudos das Leis, pela fixação do poder real, é que determinou o desenvolvimento das cadeiras especiaes, formando o typo da Universidade. O Concilio de Rheims, de 1131, prohibia expressamente aos monges e conegos regulares o estudo das Leis civis e da Medicina, e o uso da advocacia com espirito de cobiça.[1] O papa Innocencio IV, na bulla de 1254, lamenta o facto do abandono da Philosophia e da Theologia, pelo estudo das Leis civis, que conduzia ás dignidades ecclesiasticas e aos beneficios. E termina a bulla: «Consequentemente decidimos pelas presentes, que de ora em diante nenhum professor de Jurisprudencia, nenhum advogado, seja qual for o logar ou a reputação de que gose na faculdade de Direito, não poderá pretender ás prebendas, honras e dignidades ecclesiasticas, nem mesmo aos beneficios inferiores, se elle não der as provas de capacidade exigidas nas faculdades das *Artes*...»[2] Eram essas as *Faculdades permittidas,* que se ensinavam sem dependencia da auctoridade pontifical; assim no *Estudo geral* não entrava a Theologia, concessão pela qual os Papas ficaram com ingerencia nas Universidades. A obscuridade que reina sobre a origem das mais antigas Universidades da Europa resulta da falta de conhecimento da continuidade historica que existiu entre as Escholas humanistas do trivium e quadrivium com os Estudos geraes.[3] Ainda no seculo XVI escrevia o illustre poeta Antonio Ferreira, que frequentara os estudos litterarios no Collegio real de Coimbra, ao *principal* Diogo de Teive:

> Não fazem damno as Musas aos Doutores,
> Antes ajuda a suas Lettras dão...

A tradição pedagogica das antigas escholas de Direito de Constantinopla e Beryto reappareceu nas Universidades, nos cursos de cinco annos. Os alumnos de cada anno tinham nomes ou alcunhas peculiares: os que frequentavam o primeiro anno eram os *Dupondii* (do minerval que pagavam, o dupondium, que valia dez *asses*); os do segundo

---

[1] *Histoire littéraire de la France,* t. VII, p. 151 e 152.—Tailliar, *Précis de l'Hist. des Inst.*, p. 114.

[2] Ap. Ozanan, *Dante et la Philosophie catholique,* p. 431–433.

[3] Depois da renascença do Direito civil, a importancia dos estudos medicos pela vulgarisação das obras dos Arabes tambem contribuiu para o desenvolvimento do *Estudo geral.*

anno eram denominados *Edictales,* porque estudavam o Edicto commentado por Ulpiano; os do terceiro anno, embora continuassem o estudo do Edicto, eram denominados *Papinianistas*, porque estudavam as *Responsa Papiniani;* os quartanistas eram os *Lytae,* palavra grega referente á solução dos enigmas das leis que propunham em disputas entre si; os quintanistas eram chamados os *Prolytae,* por continuarem as disputas applicadas ás Constituições imperiaes. Sob as reformas do imperador Justiniano, embora se modificassem as doutrinas do ensino de cada anno, conservaram-se os titulos escholasticos, com excepção dos que frequentavam o primeiro anno, que trocaram o nome offensivo de *Dupondii* por *Justinianistas.* [1]

O nome de *Universidade* empregou-se, na primitiva accepção, como designando a collectividade dos mestres e estudantes, *Universitas magistrum et scholarium.* E do caracter social que tomou esta corporação pedagogica, moldada segundo as irmandades ou guilds, com um fôro civil privilegiado, é que o nome de *Universidade* veiu a prevalecer sobre a designação de *Estudo geral,* que significava mais a reunião das disciplinas pedagogicas. O espirito associativo é o que transparece nas designações communs do fim da Edade média, *Universitas studii,* e *Universitatis collegium,* que algumas ordens monasticas pretenderam conservar imprimindo-lhes o individualismo do seu instituto. [2] O caracter associativo da classe escholar, tomado das guilds germanicas ou das jurandas e irmandades, apresenta nos seus cargos as mesmas cathegorias de chefes: o *Rector scholarum,* eleito pelos estudantes, é em tudo similhante ao *Rector societatum;* e como a associação escholar era formada pela federação dos estudantes estrangeiros, competia-lhe a intervenção de um *Consiliarius* (o Cancellario), que regulava as relações dos grupos nacionaes, [3] como o *Consiliarius* da guild.

---

[1] Charles Giraud, *Hist. du Droit romain,* p. 433. Este costume, que passou para as Universidades da Edade média, (*Caçadores* e *Bacchantes*) conserva-se na Universidade de Coimbra, onde os alumnos do primeiro anno têm o nome de *Novatos* e uma certa posição de inferioridade perante os *Semiputos* ou secundanistas; os do terceiro anno são os *Pés de banco,* os do quarto anno *Candieiros.*

[2] «Os padres dominicos chamam *universidade* aos seus estudos de Lisboa, Batalha e Coimbra, onde tiveram e tem agora seu collegio, e nunca lhe duvidaram d'isso, assignando-se assim nas patentes.» (Nota do Dr. Manuel de Sousa ás *Noticias chronologicas da Universidade,* nota 56, ao § 754.)

[3] Na Universidade de Verceil (1220) a corporação escholar compunha-se da 1.ª *Nação:* França, Normandia e Inglaterra; 2.ª *Nação:* a Italiana; 3.ª *Nação:* Teutonica: a 4.ª *Nação:* Provençaes, Hespanhoes e Catalães.

Os Papas concederam a esta nova classe social, que se amoldava ao typo das associações democraticas, o *fôro ecclesiastico,* garantindo assim essas novas instituições de Universidades, e exercendo sobre ellas um poder jurisdicional pela *Licentia docendi* ou a *Licenciatura;* a Realeza sobre o fôro ecclesiastico concedeu-lhe a *protecção* soberana, chamando-se por esta circumstancia a Universidade de Paris a primogenita dos reis. Para a realeza o escholar ou *clericus*[1] adquiria pelos estudos um gráo de cavalleria, imitando-se pela imposição da *birreta* o symbolo da manumissão romana, pelo gráo de *bacharel* a qualidade de pequeno cavalleiro *(bas-chevalier, bascheleur)*, e conforme entrava nos conselhos da côrte o titulo senhorial de Conde *palatino*. Este conflicto entre o poder real e o pontifical é notado pelos historiadores das Universidades, na auctoridade dos gráos e simultaneidade de dois Reitores.

Se o catholicismo estabelecera a confraternidade pela crença, o fervor dos estudos humanistas creava a confraternidade pela sciencia, e do encontro dos discipulos que vinham de differentes paizes da Europa receber a mesma disciplina nasceu essa designação de *Universidade* *(Universitas studii)*, antes das diversas *cathedras* serem encorporadas em um systema unitario de instrucção civil pela auctoridade temporal. Os papas, que anteriormente condemnavam a cultura greco-romana, como vimos pela reprehensão de S. Gregorio Magno ao bispo Didier, repellindo *Donato,* agora obedeciam a essa corrente, que desde o seculo XIII generalisou a instituição das Universidades pela Europa; Innocencio III, em 1212, appresenta pelo seu legado o regulamento da Universidade de Paris, e Honorio III (1216 a 1227) ordena que os Cabidos mandem alguns jovens frequentar as Universidades publicas, chegando a depôr um Bispo *porque não lera Donato,* como o refere Tiraboschi. Pelo seu lado Gregorio IX, coadjuvando o restabelecimento da Universidade de Paris em 1229, e honrando com privilegios a Universidade de Bolonha, sente que o desenvolvimento do Direito civil romano pela realeza é um perigo para a auctoridade pontifical, e organisa o corpo do Direito canonico. O papa Innocencio IV pela sua bulla de 1254 condemna o desenvolvimento do Direito civil, que se ensinava juntamente com a Dialectica e com a Rhetorica; era uma primeira reacção clerical contra o humanismo: «Um deploravel rumor se

---

[1] Nas Notas de Figueirôa ás *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, lê-se: «o titulo de *clerigo de el-rei* não denotava logar de pessoa ecclesiastica absolutamente, senão que queria significar *homem letrado,* admittido ao conselho dos reis para com elles despachar.» Ap. *Instituto* de Coimbra, t. XIV, p 191.

espalha, e repetido de bocca em bocca, veiu affligir os nossos ouvidos. Diz-se que a multidão dos que aspiram ao sacerdocio, abandonando, repudiando mesmo os estudos philosophicos, e por consequencia tambem os ensinos da Theologia, corre compacta ás escholas onde se explicam as Leis civis. Accrescenta-se—que em um grande numero de paizes os bispos reservam as prebendas, as honras e as dignidades ecclesiasticas para aquelles que occupam cathedras de jurisprudencia, ou que se prevalecem do titulo de advogado, etc.» Apesar do protesto, Innocencio IV funda a Universidade de Placencia, e concede privilegios ás Universidades de Tolosa, e de Valencia, na Hespanha. Alexandre IV (1261) mandou os seus sobrinhos frequentarem a Universidade de Paris; e Nicoláo IV (1288 a 1292), convertendo em Universidade a eschola de Montpellier e fundando tambem a Universidade de Macerata, segundo affirmam alguns escriptores, concede os privilegios de fôro ecclesiastico á nova Universidade de Lisboa, fundada pelo rei D. Diniz. Esta creação do monarcha foi apoiada pelo pedido de diversos prelados portuguezes, que, contra a bulla de Innocencio IV de 1254, pretendiam dotar com prebendas das egrejas do padroado real os lentes chamados para ensinarem as disciplinas humanas; a bulla de confirmação de Nicoláo IV é uma permissão d'este donativo.

Nos conflictos do Poder real com o pontifical, á medida que se estabelecia a independencia soberana sobre a prepotencia feudal, e se esboçava a dictadura monarchica, os Reis precisavam de fortificar-se nos seus conselhos com a opinião dos Jurisconsultos, convidados do estrangeiro, ou tendo frequentado as Universidades da Italia, até que o proprio interesse lhes suggeriu a necessidade de fundar tambem um Estudo geral ou Universidade. Junto de D. Affonso Henriques vemos figurar D. João Peculiar, *Letrado em ambos os Direitos,* e *Mestre* Alberto, que assigna o foral de Leiria de 1142, apesar de estrangeiro. Sobre o valor da palavra *Mestre* escreve José Anastacio de Figueiredo[1]: «não me atrevendo só a decidir de certo, se a palavra *Mestre* (á qual se substituira *Doutor* depois da instituição dos gráos academicos) com que nos nossos antigos tempos se acham designados e prenomeados alguns homens e jurisconsultos em differença de outros que se chama Fulanos *das Leis,* denota que elles, além da sciencia que possuiam, e lhes fazia dar o dito prenome, tambem estavam ensinando, ainda que

[1] *Época da introducção do Direito Justinianeo em Portugal.* Mem. de Litt., da Academia, t. I, p. 272.

particularmente, por ser a traducção da palavra *Praeceptor,* de que sempre (depois de conhecida a dita palavra *Doutor)* para o dito fim se usou.» D. Sancho I (1185) procedeu como seu pae, mandando vir de Milão o jurisconsulto Leonardo, que já sob D. Affonso II serviu em Roma como seu procurador, e *Mestre* Vicente, que o serve como legista na concordia com suas irmãs. Os nomes de *Magister* Dominicus, arcediago de Santarem, *Magister* Petrus, *Magister* Pelagius, chantre do Porto, figuram como compondo o conselho de D. Affonso II. Anastacio de Figueiredo attribue ao tempo de D. Sancho II e D. Affonso III a redacção de um Compendio de Direito feito em portuguez por *Mestre Jacobe das Leis* a pedido de Affonso Fernandes, para que «*lhe escolhesse algumas flores de Direito brevemente, para que podesse ter alguma carreira ordenada para entender, e para delinear os preitos segundo as Leis dos sabedores.*» [1] Mais tarde os titulos de *Mestre* e *Doctor* apparecem empregados para distinguirem os graduados em Theologia, e os graduados em Direito canonico ou civil *(in utroque)*. O titulo de *Mestre,* primeiramente usado nas Escholas das Collegiadas, conservou o primitivo uso, designando os que ensinavam Artes e n'ellas eram graduados nas Universidades, e os Doutores *in sacra Pagina* ou Theologia.

Algumas das Canções satyricas de Estevam da Guarda, privado de D. Affonso III, referem-se a *huũ meestre de leys que era manco d'ũa perna e copegava d'ela muito,* e outra *a hũ juiz que non ouvia ben.* Eis a sirvente, em que o equivoco entre o defeito physico e o defeito da sciencia juridica fere indirectamente a justiça real, que ia submettendo a independencia do foro senhorial:

> En preyto que dom Joam ha
> con hun maestre ha gram questom,
> e o meestre presupom
> o de que o dereyt'está
> tan contrairo per quant'eu vi,
> que se lh'outrem nom acorr'i
> o meestre decaerá.

---

[1] J. A. de Figueiredo diz que este Compendio se acha no Foral da Guarda, na Torre do Tombo, Casa da Corôa, Armario 17, Maço 6, N. 4, de fol. 18 até fol. 40, e considera-o como «todo ordenado sobre o Digesto e Instituições de Justiniano, com que se conforma nas sentenças e disposições ou regras que comprehende.» (Mem. cit., ibid.)

Mais se decae, quem será
que já dereito, nem razon
for demandar, nen defenson
en tal maestre que non dá
en seu feit'ajuda assi,
mais levará per quant'oy
quem lh'o direito sosterrá.

Ca o meestre entende já
se decaer, que lh'é cajom,
antr'os que letrados som
onde vergonha prendrá,
d'errar seu dereito assi
e quem esto vir des ali
por mal andante o terrá.[1]

A sirvente seguinte foi escripta ainda na menoridade de D. Diniz, sob a regencia de sua mãe, contra um juiz surdo:

Meu dano fiz por tal juiz pedir
quando a rainha madre d'el rei deu
hũ cavaleiro oficial seu
pois me non val d'ante tal juiz ir;
ca se vou e lev'o meu vogado
sempre me diz que está embargado,
de tal guisa que me non pod'oir.

Por tal juiz nunca jamais ha
desembargad'este preyto que ey,
nem a rainha, nem seu filh'el-rei
pero lh'o mandem nunca m'oirá;
cá ja me disse que me non compria
d'ir per d'ant'el, pois m'oir non podia
mentr'embargado estever com'está.

Mais a rainha pois que certa for
de qual juiz en sa casa ten,
terá per razon, esto sei eu ben
de poer hi outro juiz melhor,
e assi poss'eu aver meu dereito
pois que d'i for este juiz tolheito
e me deren qualquer outr'oidor.[2]

A importancia dos jurisconsultos crescia com a auctoridade mo-

---

[1] *Cancioneiro da Vaticana*, n.º 908.
[2] *Ibidem*, n.º 910.

narchica, e em 1271, em uma questão com o Mestre de S. Thiago, D. Affonso III tem por arbitro entre outros o *Doutor em Leis* D. Gomes, conego de Çamora. Em 1282, em uma lei de D. Diniz se cita *huma Ley do Degesto velho, que se começa,* etc., por onde se infere que já era grande a influencia da Eschola de Bolonha em Portugal, porque o nome de *Digesto velho* provém da divisão feita pelos Glossadores ao Digesto em tres partes: o *Digestum vetus* (que acaba no tit. II, do liv. XXIV, *de divortiis*), o *Infortiatum* (no portuguez antigo o *Esforçado*, que vae do tit. III, até ao ultimo tit. do liv. XXXVIII) e o *Digestum novum* (que comprehende todo o resto das *Pandectas*). Por este facto se comprova que o Direito romano se vulgarisara em Portugal pelos textos revistos e generalisados pelos glossadores de Bolonha, *littera Bononiensis* «adoptados por todos e desde então seguidos pelos copistas e pelos estudantes.» [1] Antes porém de existir uma Eschola publica em Portugal para Legistas e Decretistas, já os jurisconsultos, que occupavam os conselhos da corôa e as dignidadss ecclesiasticas constituiam direito pelas suas opiniões e decisões. [2] Era preciso conciliar as leis canonicas, as leis feudaes, foraes e os costumes da côrte com um principio de justiça, que transparecia no Direito romano; e d'ahi os casos, as cautelas, as glosas, e interpretações dos doutores, emfim esse imperio da Opinião, com que a Eschola de Bartholo dominou até á renovação historica de Cujacio.

A necessidade da fundação de um *Estudo geral* fazia sentir-se tanto aos que affrontavam as difficuldades de ir frequentar as Universidades de Hespanha, França e Italia, como á realeza, que precisava nos seus conflictos com os Papas e Bispos, assentar a esphera dos direitos reaes. É por isso que a fundação de um Estudo geral em Lisboa, nos apparece simultaneamente devida á representação dos Abbades e Priores de varias egrejas, que se offereceram ao rei D. Diniz para contribuirem para as despezas com parte das rendas dos seus beneficios, [3] como

---

[1] Ch. Giraud, *Histoire du Droit romain*, p. 459.

[2] J. Anastacio de Figueiredo cita as phrases frequentes no Livro de Leis e Posturas antigas: «*he dereito per Cantorem Elborensem... Item, he costume per Magistrum Julianum e per Magistrum Petrum*... etc., Mem. litt., I, p. 282. Este *Cantorem Elborensem* ou Chantre de Evora seria o celebre D. Domingos Jardo, que se doutorára em Paris, no tempo de D. Affonso III.

[3] Este documento da Representação dos Priores e Abbades a D. Diniz, antes de 1288 não existe; tambem falta o documento da acquiescencia do monarcha, de que resultou os Abbades fazerem a Petição a Nicoláo IV, em 1288, para auctorisar a cedencia de parte da renda das suas egrejas para o *Estudo geral*, e conceder-lhe o fôro ecclesiastico. «A attribuição d'esta gloria da fundação das Escholas publi-

sobretudo á iniciativa do proprio monarcha, estimulado pelo esplendor das Universidades de Sevilha, e de Salamanca, e auxiliado pelo bens dos Templarios, com que veiu mais tarde a constituir os salarios dos Lentes, quando pela mudança da Universidade, os Abbades e Priores se recusaram a contribuir com a quota parte dos seus beneficios.

Dos estudos de Paris, frequentados pelos ecclesiasticos portuguezes, fala D. Nicoláo de Santa Maria, citando a carta de doação de D. Sancho I, de 14 de setembro de 1192: «dou e concedo ao Mosteiro de Santa Cruz quatrocentos morabitinos de minha fazenda, para sustentação dos Conegos do dito Mosteiro, *que estudam em as partes de França*...»[1] A reputação das Escholas de Paris era immensa, e generalisara-se a idéa que era indispensavel frequental-as para ser bom mestre; Hauréau, no seu estudo sobre a *Philosophia Scholastica* descreve as enormes difficuldades que era preciso vencer para frequentar essas Escholas: «Para ter o direito de ensinar os outros era preciso ter feito alguma permanencia nas escholas de Paris; quem não tivesse ido ali ouvir os illustres regentes da grande Eschola, passava por ignorar os principios elementares da sciencia. Quando nos ultimos confins da Bretanha insular, nos extremos longiquos da Calabria, da Hespanha, da Germania, da Polonia um joven clerigo manifestava alguma inclinação para os altos estudos e parecia aos seus superiores que viria a ser um logico, era immediatamente enviado para Paris. Partia sósinho, a pé, atravessando os rios, as montanhas, os mares, sob a protecção dos homens de guerra, ou dos salteadores que elle encontrava no seu caminho. Era uma vida de aventuras e de perigos que o disciplinava de ante-mão para as agitações e rudes provas da eschola. Cada noite achava asylo no mais proximo mosteiro; se a noite o surprehendia

---

cas não é de admirar que cada chronista ou escriptor diga dever-se aos prelados da sua religião por estes tempos, por quanto não era menos controvertida entre os papas e os reis; aquelles com o intuito e piedade do fim ultimo pretendiam pertencer-lhes a erecção das Universidades, e estes pelo direito da soberania tinham para si ser inseparavel a fundação das Escholas da sua regalia dentro do territorio temporal de cada princepe. D'aqui veiu a questão: *An Academiae Universitates et Collegia sint ecclesiastica, vel secularia.* Da qual tratam ex professo Affonso de Escobar, *De pontificia et regia Jurisdictione in Studiis*, cap. I.—Bento Pereira na *Academia sive Respublica litteraria*, n.os 15, 23, 48, 54, 56 e 59; Mendo, *De Jure academico*, liv. I, 9. 8, n.os 221, 238, 240, 243, 246, 249, 610; Cortiada, t. III, *Decis.*, 135, n.os 10, 22, 24 e 36.» Das Notas de Figueiroa ás *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, nota 3.ª ao § 60. *Instituto de Coimbra*, vol. XIV, p. 187.

[1] «*qui in partibus Galliae studiorum causa commorantur*...» Ap. Chr. dos Con. regr., Parte II, liv. VII, cap. XV.

longe do povoado, ia bater á porta de qualquer casa isolada; e para alcançar o agasalho o mais cordial bastava-lhe declarar o seu titulo de escholar: aqui a hospitalidade era-lhe liberalmente concedida; além, era-lhe devida, e a lei municipal punia como um delicto toda a infracção a este artigo consuetudinario: Aos escholares compete por toda a parte o direito de asylo.» [1]

No pedido dos Abbades ao Papa Nicoláo IV, em 12 de novembro de 1288, para *confirmar* em Lisboa um *Estudo geral de Lettras*, allude-se a esta difficuldade das jornadas dos estudantes para as Universidades estrangeiras: «por vermos que á falta d'elle, muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical atalhados com a falta de despezas, e descommodos dos caminhos largos, e ainda dos perigos da vida, não ouzão, e temem ir estudar a outras partes remotas, receiando estas icommodidades, de que resulta appartar-se do seu bom proposito, e ficar no estado secular contra vontade.» [2]

Em uma canção do trovador portuguez Pero Mendez da Fonseca, allude-se a estas viagens aos estudos no estrangeiro, e ao prestigio com que cercavam os que regressavam á patria:

Chegou Payo de maas artes
con seu cerame de Chartes,
e non leeu el nas partes
que chegasse a huu mez;
e do lunes ao martes
foy comendador d'Ocrés.

Semelha-me busuardo
viind'en ceramen pardo,
e hu non ouvesse resguardo
en nenhum dos dez a sex;
log'ouve manto tabardo
e foy commendador d'Ocrés.

E chegou per hua grada
descalço gram madrugada,
hu se non catavam nada
d'hum hom'a tam raffez;
cobrou manto com espada
e foy commendador d'Ocrés. [3]

---

[1] Hauréau, *De la Philosophie Scholastique*, t. I, p. 23.

[2] Trad. na *Monarch. luzit.*, Parte V, Escript. XVI.

[3] *Cancioneiro da Vaticana*, n.º 1132.—O estribilho refere-se á Ordem dos *Spatharios*, cujo convento principal era em Uclés.

N'esta canção acha-se uma referencia ao estudo das *Partes,* nome com que se designava a *Summa da Theologia* de S. Thomaz de Aquino, que durante cinco seculos dominou nas escholas. Eram tres as *Partes:* a que tratava dos sêres em geral e dos entes de razão; a que analysava as faculdades e os seus motivos sob o ponto de vista theologico; a ultima era uma Christologia ou o plano da redempção. O ensino das *Partes* (1.ª e 2.ª) foi permittido fóra das escholas. A referencia ás *Maas Artes* corresponde ao estudo de faculdade não permittida, sem segurança de orthodoxia. Por esta satyra vê-se a importancia repentina que os estudos davam na sociedade civil, elevando ás dignidades das ordens os que iam cursal-os ou simular que os cursavam no estrangeiro.

Uma outra sirvente de Affonso Eanes de Cotom pinta-nos com côres carregadas a cultura pedantesca da physica ou medicina de Mestre Nicoláo, que finge ter frequentado a Eschola de *Montpellier,* usando as vestes doutoraes, as largas fraldas, a que allude o anexim popular hespanhol e portuguez:

Meestre Incolás a meu cuydar
é muy boõ fisico por non saber
el as suas gentes guarecer,
mais vejo-lhi capelo d'ultra-mar;
e traj'al uso bem de Monpiller,
e latyn como qual clerigo quer
entende, mais non o sabe tornar.

E sabe seus livros sigo trazer,
como meestre sabe-os catar,
e sab'os cadernos ben cantar,
qual cór non sabe per elles leer;
mais bem vos dirá 'qui quanto custou
todo per conta ca elle x'os comprou,
ora vede se a gram saber.

E en boõ ponto el tan myto leeu,
ca per o prezam condes e reyx,
e sabe contar quatro e cinqu' et seix,
per 'strolomya que aprendeu;
e mais vos quer' end' ora dizer,
en mays vam a el quen a meester
an d'el des antanho que o outro morreu.

E outras artes sab' el muy melhor
que estas todas de que vos faley,
diz das luas como vos direi,
que x'as fezo todas nostro senhor,

e dos estormentos diz tal razom
que muy bem pod'en elles fazer som
todo homem que en seja sabedor.[1]

Em uma outra canção é apodado o doutor por Montpellier:

Sabedes vós Meestre Nicoláo
o que antano mi nõ guareceu,
aquel que dizedes meestre máo,
vedes que fez per ervas que colheu.
....

E direy-vos eu d'outra maestria
que aprendeu ogan' em Mompiler,
non ven a el home com maloutya
de que non leve o mais que poder,
et diz amigo esto t'é mester...[2]

Attribue-se ao papa Nicoláo IV, eleito em 1288, a transformação da Eschola de Montpellier em Universidade; por ventura este successo estimulou alguns clerigos e *seculares* a pedirem ao mesmo pontifice a permissão para dotarem com parte dos seus rendimentos um Estudo geral em Lisboa, depois de terem a acquiescencia do Poder real.

A individualidade historica do rei D. Diniz preoccupando-se com a fundação de um *Estudo geral,* elle mesmo apaixonado trovador, tendo em volta de si cavalleiros que conheciam todos os segredos da poetica provençalesca, e se entretinham, acabadas as guerras maurescas, com as novellas amorosas da Tavola Redonda, uma tal individualidade só se avalia tendo presente que os chefes temporaes da sua época appresentam os mais elevados caracteres de superioridade; taes são: Frederico II, trovador e philosopho, que na sua bibliotheca reune manuscriptos gregos e arabes, e pretende dotar a Europa com uma traducção das obras de Aristoteles; Roberto de Napoles, que protege os sabios; Affonso X de Castella, avô do rei D. Diniz, tambem trovador e philosopho, conhecido pela variedade dos seus escriptos; Sam Luiz, que tinha por seu leitor Vicente de Beauvais, e assentava á mesa S. Thomaz de Aquino; e Philippe o Ousado, que tomara para preceptor de seu filho Egydio De Colonna, o auctor da obra apreciada em todas as côrtes, *De regimine principum.* O poder temporal favorecia o desenvolvimento da intelligencia pelo instincto da sua propria inde-

[1] *Cancioneiro da Vaticana,* n.º 1116.
[2] *Canc. Colloci-Brancuti,* n.º 441.

pendencia; era a cultura do Direito romano que mais lhe interessava para fundamentar o imperio da Realeza. O papa Innocencio IV, na sua lucta contra o poder temporal, sentiu esse lado perigoso dos novos estudos, e na bulla para o restabelecimento dos estudos philosophicos, de 1254, decahidos ante a preferencia pelos estudos juridicos, interpõe a sua condemnação, prohibindo o provimento dos cultores das leis civis em prebendas e beneficios ecclesiasticos. No reinado de D. Diniz o regimen feudal é atacado pela lei sobre *Coutos* e *Honras;* a jurisdicção civil é separada da auctoridade militar dos Alcaides, e regulada a acquisição dos bens immoveis pelos mosteiros;[1] e o privilegio de conferir nobreza reservado unicamente ao Rei, que organisa Livros de Linhagens e Nobiliarios, como o cadastro dos fidalgos existentes, para que ninguem mais possa sel-o sem pertencer ao seu fôro real. Egual transformação se operava na realeza em Castella.

Assim como os habitos poeticos de Affonso o Sabio, de Castella, influiram na cultura da Poesia provençal na côrte e prendas pessoaes de D. Diniz, seu neto, tambem não foi sem influencia a acção exercida nos estudos classicos pela creação do grande monarcha fundando a Universidade de Sevilha. O caracter do *Estudo geral* acha-se precisamente definido nas Leyes de Partidas como uma das manifestações da prerogativa real (Partid. II, L. V, tit. 31): «Dicen *Estudio General,* en que ha maestros de las artes, assi como de *grammatica* e de *logica* et de *arismetica,* et de *geometria,* et de *musica* e de *astronomia,* et outrosi en que ha maestros et señores de *leyes;* et *este estudio debe ser estabelecido por mandado de papa, ò de emperador, ò de rey.*» Por aqui se vê como o antigo nucleo do *Trivium* e *Quadrivium* se desenvolveu com a cultura das Leis, que fôra primitivamente litteraria e rhetorica, em um novo typo pedagogico, como manifestação do poder pontifical e real, ou verdadeiramente como resultante do conflicto intenso entre os poderes espiritual e temporal. Á faculdade *ubique docendi,* que o poder espiritual concedia ás immunidades do fôro privilegiado contrapunham os reis, ou o poder temporal, o seu *Protectorado.* No privilegio de Affonso o Sabio dado á Universidade de Sevilha, em 8 de dezembro de 1254, estatue regalias que se repetem na instituição de D. Diniz: «Mando que los maestros et los escolares que vinieren hy al Estudio, que vengan salvos et seguros por todas las partes de mis regnos et

---

[1] Villa Nova Portugal, *Introd. do Direito romano em Portugal,* Mem. Litt. t. V, p. 390.

por todo mio señorio, con todas sus cosas, et que non den portadgo ninguno de sus libros nin de sus cosas que troxieren para si et que estudien et vivan seguramente et en paz en la cibdat de Sevilha.»

Uma bulla de Alexandre IV, de 29 de abril de 1255, menciona a Universidade de Salamanca com um *Estudo geral,* categoria que só pertencera ás Universidades de Paris, Oxford e Bolonha: *unum de quatuor Orbis Generalibus Studiis.*

As Universidades de Palencia e de Valladolid decahiram porque Salamanca tornou-se o fóco mais activo dos estudos na Peninsula; contra esta forte corrente teve de luctar a Universidade de Coimbra, circumstancia que influiu na exiguidade e fraco esplendor das suas origens.

Na dotação dos professores de Leis e Canones, D. Diniz seguiu as disposições de Affonso o Sabio na fundação da Universidade de Salamanca. No primeiro regimento das cathedras de Salamanca estatue Affonso X, em 1254:

«*De los Maestros.*—Mando é tengo por bien que haya un maestro em *Leyes,* é yo que le dé quinientos maravedis de salario per el año: é que haya un bachiller *legista.*

«Otrosi, mando que haya un maestro en *decretos,* é yo le dé trescientos maravedis cada año.

«Otrosi, mando que hayan dos maestros en *decretales*, é yo que les dé quinientos maravedis cada año.

«Otrosi, tengo per bien que haya dos maestros de *fisica,* é yo que les dé doscientos maravedis cada año.

«Otrosi, que haya dos maestros en *logica,* é yo que les dé doscientos maravedis cada año.

«Otrosi, mando que haya dos maestros em *gramatica,* é yo que les dé doscientos maravedis cada año.

«Otrosi, mando, é tengo per bien que haya un *estacionario,* é yo que le dé cien maravedis cada año: é el tenga todos los ejemplares buenos é correctos.

«Otrosi, mando é tengo per bien que haya un maestro de *organo,* é yo que le dé doscientos maravedis cada año. etc.» [1]

Conhecendo-se como os estudantes portuguezes frequentavam as Universidades de Bolonha, Montpellier e Paris, no seculo XIII, e como

---

[1] Cit. na *Historia de la Universidade de Salamanca,* de P. Chacon. Ap. Sempere, *Historia del Derecho español,* p. 276.

as Universidades peninsulares, sobretudo as de Salamanca e Sevilha, sob o vigoroso impulso de Affonso o Sabio, faziam Portugal intellectualmente feudatario da Hespanha, a necessidade da independencia monarchica obrigava D. Diniz a estabelecer tambem na sua côrte um *Estudo geral*. As terras ou cidades tinham fortes rivalidades entre si por causa das suas Universidades: Bolonha temia-se de Montpellier por causa dos estudos medicos, e de Regio por causa dos estudos juridicos, chegando a contractar os lentes por clausula declarada de não abandonarem por outra a sua Universidade, e obrigando os estudantes com juramento de não deixarem de seguir os estudos de Bolonha. Honorio III prohibiu aos estudantes da Campania e da Toscana o obedecerem a este juramento. N'esta lucta das Universidades, que raptavam entre si os melhores lentes, aconteceu por vezes os lentes emigrarem com os estudantes, como Roffredo saíndo de Bolonha para Arezzo, e nascerem novas Universidades, como a de Padua com elementos saídos de Bolonha. N'uma d'estas migrações era lente em Bolonha o celebre *Pedro Hispano,* o nosso portuguez Pedro Julião,[1] como se sabe por uma carta de Guilherme Gascão, convidando-o a ir para Padua, para onde Frederico III transferira a Universidade. As Universidades tornavam-se uma centralisação das Escholas seculares sob o poder real; Frederico II, fundando a Universidade de Napoles em 1224, prohibiu aos seus subditos o saírem a frequentar estudos estrangeiros, e mandou recolherem-se á patria os que andavam fóra. Tambem fóra de Portugal figuravam muitos escholares, circumstancia que influiria por certo no animo de D. Diniz para a creação de um *Estudo geral*. Em Bolonha, no fim do seculo XIII (1265 a 1294), frequentavam os estudos doze mil alumnos, e na matricula publicada por Sarti figuram *portuguezes* entre os francezes, flamengos, tedescos, hespanhoes, inglezes e escossezes.[2] Bolonha era um fóco de cultura da poesia trobadoresca, a qual se propagara tambem muito cedo a Portugal por via de Italia; ali abundavam os estudantes da Provença, do Poitou e de Limoges, e o proprio trovador Ugo de Mataplana frequentou esses estudos, sendo tambem bolonhez o trovador Rambertino de Buvalelli. Quando vemos conhecidas em Portugal as canções dos trovadores Sordello, de Mantua, e Bonifazio Calvo, de Genova, não podemos deixar de considerar como uma das fontes da sua communicação o conhecimento dos

---

[1] Tiraboschi, *Storia della Letteratura italiana,* t. IV, p. 47.
[2] Id., ibid., t. IV, p. 50.

estudantes portuguezes que regressavam de Bolonha. Na linguagem dos trovadores portuguezes do fim do seculo XIII abundam as palavras italianas e mesmo fórmas poeticas das *Bailatas,* como as que eram populares em Bolonha.[1] Depois de terminada a guerra dos Albigenses, em 1229, uma das clausulas do tratado de Paris foi a fundação da Universidade de Tolosa á custa do Conde Raymundo, com quatro mestres de Theologia, dois de Decretos, seis para Artes liberaes, e dois de Grammatica. O trovador Folquet, de Marselha, depois de uma existencia desvairada fez-se monge, e nomeado bispo foi um dos mais ardentes promotores da Universidade de Tolosa, como reducto contra a heresia albigense. Para essa Universidade tambem se precisou attrahir estudantes, representando-lhes a benignidade do clima, a turbulencia da Universidade de Paris, o ensino da *Physica* de Aristoteles, que fôra prohibido na Universidade parisiense, e a peregrinação celebre de *Rocamador.*[2] A perseguição contra os Albigenses fez a dispersão de muitos trovadores nas côrtes peninsulares; no Cancioneiro da Vaticana ha preciosas referencias á romagem de Rocamador. D. Diniz pensava em fundar um *Estudo geral* á imitação d'esses que se estabeleciam na Peninsula. A bulla do Papa Nicoláo IV, que approva essa instituição, parece alludir á heresia meridional, e necessidade de lhe oppôr um embaraço: «Do estado do Reino de Portugal, tanto mais vigilante cuidado temos, quanto maior é em nós o desejo, de que no mesmo Reino, apartados alguns impedimentos, *cobre vigor a observancia do culto divino,* se attenda ás obras da salvação, e que *a pureza da fé catholica se esforce...*»

D. Diniz começou a reinar em 1279, e entre as difficuldades suggeridas pelas ambições de seu irmão o infante D. Affonso, e pelas complicações da politica castelhana, começou desde logo o conflicto com o alto clero, que durou até 1289. Esse conflicto debateu-se em Roma, diante dos papas Martinho IV, Honorio IV e Nicoláo IV; durante este tempo o rei não podia fundar o *Estudo geral,* porque os Bispos protestavam contra a cedencia dos rendimentos das Egrejas de que o rei era padroeiro. E emquanto o arcebispo de Braga, D. Tello, o bispo de Silves, D. Bartholomeu, o bispo de Coimbra, D. Americo (Aymeric d'Ebrard) e o bispo de Lamego, D. João, debatiam contra o poder

---

[1] Até 1300, Bolonha era frequentada por estudantes peninsulares, distinguindo-se Mateo (1204), Pedro Decretalista, Garcia, Bernardo Compostellano, canonista, João de Deus e Raymundo de Peñafort.

[2] *Histoire litteraire de la France*, t. XXII, p. 87 a 89.

real junto do papa, D. Diniz encontrou no clero menor um singular apoio para a realisação do seu plano de um *Estudo geral*. No meio da prolongada pendencia do alto clero portuguez contra o monarcha, o papa Nicoláo IV foi surprehendido por uma representação collectiva de varios prelados reunidos em Monte-Mór-o-Novo em 12 de novembro de 1288, pedindo-lhe consentimento para dos rendimentos das suas egrejas poderem pagar os salarios dos mestres e doutores de um Estudo geral em Lisboa. Por esta via D. Diniz apresentava diante do papa uma refutação eloquente contra o quadro de violencias que os Bispos lhe assacavam em Roma. Vê-se portanto que a reunião dos Prelados, Abbades e Reitores em Monte-Mór-o-Novo obedeceu a um plano, porque essa reunião fez-se «em companhia de pessoas religiosas, prelados e outras, assi clerigos *como seculares* dos Reinos de Portugal e Algarve, avida plenaria deliberação no caso...» Estes seculares, que nunca foram nomeados, eram fidalgos padroeiros de egrejas, templarios e outros cavalleiros de ordem. A reunião de Monte-Mór fôra precedida de outra anterior a 1288, em que deliberaram apresentar uma Petição «ao Excellentissimo D. Diniz nosso rey e senhor, rogando-lhe encarecidamente se dignasse de fazer e ordenar hum Estudo geral na sua nobilissima Cidade de Lisboa.» D'este acto inicial não existe documento directo actualmente. Muito antes tambem de 1288, o rei D. Diniz attendeu a petição acceitando os rendimentos necessarios para dotar o Estudo geral: «Ouvida por este Rey e admittida a nossa petição benignamente, com consentimento d'elle, que é o verdadeiro *padroeiro dos mosteiros e egrejas* sobreditas, se assentou entre nós, que os salarios dos Mestres e Doutores se pagassem das rendas dos mesmos mosteiros e egrejas, taxando logo o que cada uma havia de contribuir, reservando a congrua sustentação.»

As escholas episcopaes e abbaciaes já não podiam satisfazer as necessidades do espirito, que pendia de preferencia para os estudos humanistas, do que se queixava amargamente o Papa Innocencio IV na bulla de 1254, por que via menos interesse pela theologia, e as dignidades ecclesiasticas conferidas a jurisconsultos. Obedecendo a esse fervor humanista, e procurando apoio na auctoridade real, é que alguns abbades e priores se dirigiram a D. Diniz, «rogando encarecidamente se dignasse fazer e ordenar um *Estudo geral* na sua nobilissima cidade de Lisboa.» O rei Diniz, verdadeiramente homem de lettras, e o principal trovador portuguez, como neto de Affonso o Sabio, a quem imitava na elevada cultura intellectual, e como conhecedor da fama da Universidade de Paris, comprehendeu logo as vantagens que

adviriam ao seu estado pela fundação de um Estudo geral, onde o Direito romano se tornasse conhecido e base authentica dos direitos reaes. Os abbades e priores pediam auctorisação a D. Diniz, como padroeiro dos seus mosteiros e egrejas, para consentir que destacassem das suas rendas, salva a reserva da congrua de sustentação, as quantias necessarias para os salarios dos mestres e doutores; e antes mesmo que os abbades e priores se dirigissem ao papa a pedir-lhe a Confirmação da Universidade emquanto ás faculdades permittidas, salarios dos lentes, fôro privilegiado e concessão de ensino aos graduados, D. Diniz deu logo cumprimento á fundação do Estudo geral em Lisboa, do qual fala Nicoláo IV por lhe ter chegado aos ouvidos essa noticia. Sómente em 12 de novembro de 1288 (2 dos idus de novembro de 1326) é que assignaram em Monte-Mór-o-Novo o requerimento ao Papa para a confirmação da Universidade: o Abbade de Alcobaça; os Priores de Santa Cruz; de S. Vicente, de Lisboa; de Santa Maria, de Guimarães; de Santa Maria d'Alcaçova, de Santarem; de S. Leonardo, de Athouguia; de S. Julião, de S. Nicoláo, S. Irene, Santo Estevam, de Santarem; de S. Clemente, de Loulé; de S. Maria de Farom (Faro); de S. Miguel e S. Maria, da Cintra; de S. Estevam, de Alemquer; de S. Maria, S. Pedro e S. Miguel, de Torres Vedras; S. Maria, de Gaia; de S. Maria, da Lauriãa (Lourinhã); das egrejas de Villa Viçosa, Azambuja, Estremoz, Beja, Mafora (Mafra) e do Mogadouro.[1] O papa Nicoláo IV, em 9 de agosto de 1290 (5 dos idus de agosto) no terceiro anno de seu pontificado, confirma a instituição e privilegio de D. Diniz ao Estudo geral de Lisboa; mas reservando a livre acção no dominio espiritual, concede o gráo de licenciatura aos escholares em *Artes, Direito Canonico* e *Civil,* e em *Medicina, excepto em Theologia.* Esta clausula negativa, não deixou de causar reparos ao chronista Frei Francisco Brandão, e ao Reitor Francisco Carneiro de Figueirôa, porém a verdadeira explicação só pode encontrar-se na observação dos caracteres typicos das Universidades medievaes.

Quando os prelados se dirigiram ao papa Nicoláo IV em 12 de novembro de 1288, já o Estudo geral estava organisado, dotado e funccionando activamente em Lisboa; o que pediam ao papa recem-eleito era apenas a confirmação canonica da applicação das rendas ecclesiasticas. Na bulla de Confirmação dada pelo papa ao fim de dois annos, em 9 de agosto de 1290, elle justifica-se da demora alludida a estarem

[1] No *Livro Verde,* fl. 4, em publica fórma.

já *apartados alguns impedimentos,* do grande litigio dos bispos com o rei sobre as jurisdicções, e acceita o facto consummado do estabelecimento e exercicio da Universidade: «Declaramos e havemos por valioso e agradavel a nós tudo o que sobre esta materia está feito...» O papa Nicoláo IV apesar de deferir á confirmação pedida pelos prelados, reconhece como pertencendo ao rei D. Diniz a iniciativa da fundação da Universidade: «Em verdade á nossa noticia chegou, que procurando-o o carissimo em Christo filho nosso Diniz, illustre Rey de Portugal, não sem muita e louvavel providencia, estão de novo plantados na Cidade de Lisboa Estudos de cada uma das licitas faculdades...» É depois da iniciativa real communicada por D. Diniz ao Papa directamente, que Nicoláo IV allude á cedencia das rendas das egrejas: «e aos Mestres d'ellas, para que mais desembaraçadamente se occupem no estudo, dizem estar taxado e promettido certo salario por alguns prelados, Abbades de Cister, e Priores de S. Agostinho e de S. Bento, e Reitores de algumas egrejas seculares dos reinos de Portugal e Algarves.» Já Brandão, na *Monarchia Lusitana,* reparara em que na bulla de 1290, allude-se especialmente aos Priores de Santo Agostinho e de S. Bento como offerecendo rendas para os salarios do Estudo geral, quando elles se não acham enumerados na lista dos Abbades que fizeram a petição em 1288. [1] Resultou isto de um pedido ulterior, que viera informar o pontifice do accordo em que o rei estava com o clero, máo grado as côres negras com que os bispos pugnavam pelas suas jurisdicções. Usando da sua auctoridade soberana, D. Diniz exerceu a iniciativa da fundação expropriando o Cabido da Sé de Lisboa do *Campo da Pedreira,* no bairro de Alfama, (junto á Porta da Cruz aberta em tempo do rei D. Fernando,) onde mandou construir Casas para o Estudo geral. Depois do accordo com os bispos o rei teve de indemnisar o Cabido, entregando-lhe o valor correspondente, [2] ao que parece com litigio, por que sómente o veiu a fazer passados mais de dez annos. O papa Nicoláo IV concedia aos escholares

---

[1] *Monarch. Lus.*, P. V, Liv. XVI, cap. 67.

[2] «D. Diniz, por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, a vós Domingos Duraens, Almoxarife, e Escrivaens de Lisboa saude: Mando-vos, que filhedes huma das minhas casas, ou huma das minhas tendas d'essa Villa, que valha cada anno trinta e cinco livras de alquier, e entregadea ao Cabido de Lisboa, ou a quem vos elle mandar, pelo Campo da Pedreira, que lhes mandei filhar, em que mandei fazer as Casas para o Estudo. Dada em Lisboa, 4 dias de Setembro. Era 1338 (de Christo, 1300.)» Ap. D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl. de Lisboa,* P. II, cap. 74, n.º 2.

o fôro ecclesiastico, invadindo assim a esphera civil d'aquelle monarcha que submettia a propria nobreza ao seu fôro real, nos Livros das Linhagens. A exemplo da Universidade de Bolonha, em que o Bispo é que conferia os gráos, Nicoláo IV submette tambem a Universidade de Lisboa a essa dependencia, destacando o ensino da Theologia para os Dominicanos e Franciscanos. Como o ensino das Escholas menores estava a cargo das Collegiadas, desde logo nasceu o conflicto entre o Mestre Eschola da Sé e o Bispo ácerca da superintendencia da Universidade.

Estabelecidas as Escholas no Campo da Pedreira, foram localisados os Estudantes, como uma classe privilegiada, no bairro da Porta do Sol e Santo André em diante por toda a freguezia de Alfama.

Em uma sociedade formada por classes com as garantias juridicas de differentes legislações pessoaes e territoriaes, era preciso que a nova corporação dos escholares se fortalecesse sob a protecção de um determidado fôro. No fim da Edade média estavam em conflicto os differentes fóros: os estatutos territoriaes ou cartas de communa, cartas *pueblas* ou Foraes; o fôro da Casa do Rei, que se amplia na codificação geral; o fôro da nobreza feudal, que se regula pelas façanhas e pelo privilegio pessoal do *Foro velho de Castella;* por ultimo a Egreja systematisou as suas immunidades, agrupando differentes bullas pontificias no Decreto de Graciano e constituindo depois o corpo do Direito Canonico, quando pela sua parte os Reis pela revigoração do Direito romano se elevaram á creação do Ministerio publico, verdadeira iniciação do fôro civil moderno. No meio d'esta complexidade de elementos sociaes, a corporação recente dos estudantes organisa-se como as germanias ou *guilds,* e recebe pela grande sympathia que achava entre os dois poderes, dos Papas o fôro ecclesiastico com o habito da clericatura, e dos Reis o fôro da nobreza com um como que gráo de cavalleria com a imposição do barrete de bacharel. Na lettra da bulla de Nicoláo IV, *De statu regni Portugalliae* concede-se ao novo Estudo geral o fôro ecclesiastico com todos os seus privilegios, estendendo-se até aos creados dos lentes e estudantes: «Mandamos mais, que nenhum dos Mestres, Estudantes ou creados seus, dado o caso, o que Deus não permitta, que os comprehendam em algum maleficio, sejam julgados ou castigados por algum leigo, se não fôr, que condemnados no *juizo ecclesiastico,* os remettam ao secular.» Sob a fórma de favor á classe escholar, Nicoláo IV servindo o rei D. Diniz, obrigava-o a reconhecer as jurisdicções e immunidades, contra as quaes luctara durante dez annos. É por tanto absurdo querer inferir da concessão do fôro ecclesias-

tico ao Estudo geral, que a Universidade de Lisboa proviesse da iniciativa clerical, e mantivesse um caracter pontifical.

Os privilegios exorbitantes da classe escholar não podiam deixar de produzir constantes conflictos com a população burgueza. Na bulla de Nicoláo IV, pede-se a D. Diniz: «que obrigue com o seu poder os habitantes de Lisboa a arrendarem as casas que estão devolutas para n'ellas habitarem os alumnos, pagando o competente aluguer que fôr taxado por dois clerigos e dois seculares, homens catholicos e circumspectos, eleitos sob juramento em commum por vós e pelos mesmos cidadãos, e que além d'isso o mesmo monarcha por meio dos seus balios, officiaes e ministros da mesma cidade, prestando o juramento devido, haja de garantir pessoas e fazenda dos alumnos e tambem a seus servos, a segurança e immunidade.» Eis os germens dos conflictos dos estudantes com a população de Lisboa, *scandala et dissentiones,* que determinaram o rei D. Diniz a mudar a Universidade de Lisboa para Coimbra em 1307.[1] Os escholares principalmente decretalistas ou canonistas, eram os primeiros que reclamavam as isempções do seu fôro ecclesiastico, conforme proseguiam no estudo d'esse direito spurio; e outros, depois de formados ou mesmo sem frequentarem os estudos, usavam o trajo de estudante para se acobertarem com os privilegios dos escholares. Pela provisão dada por D. Pedro I, á Universidade de Coimbra, em 13 de abril de 1361, vê-se os que estudantes se queixaram do seu Conservador resolver os pleitos entre elles e outras pessoas pelas Leis das *Partidas* e não pelo direito que aprendiam nas aulas, que era o canonico. Tambem nas côrtes de Elvas d'este mesmo anno, os Prelados e ecclesiasticos queixavam-se de que *as Justiças muitas vezes não queriam guardar o direito canonico,* preferindo *as Sete Partidas feitas por El-Rei de Castella, ao qual o reino de Portugal não era sugeito.*»[2] O fôro academico, como concessão ecclesiastica, era essencialmente perturbador provocando a corporação á impudencia escandalosa.

Os estudantes seculares das Universidades usavam espada, para se distinguirem da clericatura; vivendo por tanto fóra da clausura e da communidade dos Collegios, entregaram-se á vida airada, á *tuna,* nome talvez derivado dos *nocturni grassatores,* que andavam provocando rixas com os burguezes, fiados na impunidade de um fôro privilegiado. Essas luctas, celebres na Universidade de Paris, manifestaram-se tambem em Lisboa, por fórma a preoccupar a auctoridade real. No Can-

[1] Bulla de Clemente V, de 26 de fevereiro de 1307, na qual concede a licença.
[2] *Mem. de Litt. da Acad.,* t. I, p. 285.

cioneiro da Vaticana vem uma *Pergunta que fez Alvaro Affonso, cantor do senhor infante a hũu eschollar,* em que allude ás aventuras dos *grassatores:*

> Luiz Vaasques, depois que parti
> d'essa cidade tam boa, Lisboa,
> achey tal encontro, que digo por mi'
> que son já descreto e faço a crôa:
> a terra de Cintr'a par d'esta serra
> vy hũua serrana que bradava guerra,
> vós tenentes comigo deçê-vos a terra
> pois lá tang'assi, et qua ora sõa.[1]

Os estudantes tambem contribuiam com certas quotas para os salarios do Estudo, e d'ahi o direito de elegerem o seu Reitor e o pessoal administrativo da Universidade. Era a tradição effectiva dos *Dupondii* das escholas imperiaes. Dos estudantes de Bolonha era corrente dizer-se: *Scholares non sunt boni pagatores.*

Na poesia popular portugueza existem reminiscencias não só da predilecção da realeza pelos estudos seculares ou Escholas palatinas, mas do typo turbulento da classe privilegiada dos estudantes. Lê-se no romance de *Dom Carlos Montealvar:*

> Pagem como ignorante
> A Elrey o foi contar,
> Á *Casa dos Estudantes*
> *Onde estava a estudar.*[2]

E nos *Cantos populares açorianos:* (n.º 82)

> Já os canarinhos
> Pelas faias cantam,
> Já os meus vizinhos
> Por aqui se alevantam;
> *Já os Estudantes*
> *Vão para o Estudo,*
> *Com meias de seda,*
> *Calção de veludo,*
> *Fivellas de prata,*
> *Que desbancam tudo.*[3]

---

[1] *Canc. da Vaticana*, n.º 410.

[2] *Rom. geral*, n.º 31.

[3] O papa Urbano v, para destruir a differença que se estabelecia entre estudantes ricos e pobres, impoz a uniformidade das vestes escholares. Victor Leclerc, *État des Lettres au XIV siècle*, t. I, p. 295.

Nas maximas populares ha muitas referencias aos costumes dos estudantes, como a classe individualista e já tendendo para substituir a clericatura pelo typo militarista do espadachim:

> Estudante
> Bergante,
> Chapéo de alguidar,
> Com o sentido nas moças
> Não póde estudar.

Na *Nova Floresta*, de Bernardes, encontra-se este outro annexim, commum á tradição hespanhola: (t. II, p. 86.)

> Até quatro dorme o Santo,
> Cinco, o que não é tanto;
> Seis ou sete, o Estudante,
> Outo ou nove o passeante,
> Dez, o porco,
> As mais o morto. [1]

Alguns d'estes costumes eram communs á Universidade de Salamanca, d'onde regressavam muitos estudantes portuguezes, e a qual não foi sem relação com a Universidade de Coimbra, onde o titulo de *Cancellario,* dado ao Prior de Santa Cruz, parece ter o sentido que em Salamanca lhe ligaram como synonimo de Mestre-eschola da Sé. A mudança da Universidade para Coimbra em 1307, seria tambem para a libertar da ingerencia do bispo de Lisboa, e para aproveitar o nucleo das escholas menores do Mosteiro de Santa Cruz.

A Carta de 15 de fevereiro de 1309, em que D. Diniz regulamenta o Estudo geral transferido para Coimbra, revela-nos algumas circumstancias da sua organisação interna; conservou-se o mesmo quadro dos estudos de Lisboa, que segundo a bulla de confirmação de Nicoláo IV de 1290, constava das cadeiras de:

Direito canonico,
Direito civil,
Medicina,
Artes (Grammatica, Dialectica e Rhetorica)

---

[1] As horas de descanço do estudante no rifão popular, condizem com o que estabelece o rei D. Manuel no seu Estatuto da Universidade de Lisboa: «Ordenamos que o Capellão do Estudo se apparelhe de maneira, que *em sahindo o sol,* comésse a missa, e em fim d'ella começarão os Lentes de Prima a lêr...»

A *Sacra Pagina* (Theologia e Escriptura) era lida em cursos especiaes nos Conventos dominicanos e franciscanos. Este mesmo quadro apparece-nos reproduzido na escriptura de 18 de janeiro de 1323, em que se estabelece a dotação d'essas diversas cathedras, com a differença de alli mencionar-se pela primeira vez a cathedra de *Muzica*. Tambem na bulla de Clemente VI de 1350, em que, estando já outra vez a Universidade em Lisboa, se concedem beneficios ecclesiasticos sem obrigação de residencia aos lentes e estudantes, enumeram-se as mesmas disciplinas. Da simples organisação do ensino se tira a comprehensão de um certo numero de factos peculiares á Universidade; os titulos honorificos de *Mestres* e *Doctores* correspondiam aos gráos em Canones dados pela auctoridade do Papa, e aos gráos em Leis, dados pela auctoridade do Rei. [1] *(Magister in Decretalibus, Doctor in Decretis)*. Esta duplicidade da corporação escholar persistiu na eleição dos Reitores, que eram simultaneamente dois, representando um o interesse dos canonistas, e o outro o dos legistas. O Conservador era o Juiz especial do fôro privilegiado dos escholares, concedido pelo papa aos que frequentavam o Estudo geral; o rei teve a necessidade declarar-se Protector da Universidade, para prevalecer sobre a auctoridade papal, e pelo desenvolvimento do Protectorado real a Universidade e o ensino superior ficaram mais tarde sob a obediencia da dictadura monarchica, perdendo a corporação a faculdade de fazer estatutos para seu governo, e a classe escholar o privilegio de eleger reitores e conservadores.

A carta de privilegios concedidos á Universidade pelo rei D. Diniz em data de 15 de fevereiro de 1309, estabelece que o ensino da Theologia ficará exclusivamente a cargo dos Dominicanos e dos Franciscanos *(volens ut ibidem apud Religiosos conventus fratrum* Predicatorum, *et* Minorum *in Sacra Pagina docent...)* As duas ordens monasticas dos Pregadores e Menores eram então em toda a Europa os representantes mais fervorosos das doutrinas aristotelicas, e rivaes inconciliaveis diante dos problemas da Scholastica. Os Dominicanos sustentavam as doutrinas de S. Thomaz, que soubera conciliar os dogmas da theologia com os habitos criticos do Nominalismo; os Franciscanos, defendendo as opiniões de Alexandre de Halés, seguiam sob o impulso de S. Boaventura as exaltações mysticas que se coadunavam com o subjectivismo dos Realistas, e que o genio peninsular levou ao mais alto

[1] Esta differença dos titulos conservou-se nas *Conesias magistraes* e *Conesias doutoraes*, que mais tarde foram creadas.

gráo de exageração em Raymundo Lullo, o prototypo do D. Quixote nas especulações philosophicas. As luctas das duas escholas centralisam-se entre as duas Ordens monacaes; Hauréau caracterisa essa lucta: «A paixão do seculo XIII é a philosophia; os chefes dos partidos belligerantes são commentadores de Aristoteles; os problemas cuja solução agita as consciencias, pertencem ao dominio das cousas abstractas: mas que esforços, que combates para fazer prevalecer um systema, uma simples fórmula, e ás vezes, menos ainda, uma mera palavra! As duas escholas rivaes são dois campos d'onde se vêem incessantemente sahirem novas phalanges.» [1] No maior fervor da lucta entre os Dominicanos e Franciscanos, o synodo diocesano de Paris em 1277 foi impotente: «os Franciscanos, continuaram a commentar no espirito de Averrhoes todos os sentimentos do seu primeiro doutor Alexandre de Hales, e pelo seu lado os Dominicanos impuzeram-se como um dever sagrado a obrigação de sustentar todos os articulados do peripatetismo thomista.» [2] Estas duas correntes dominicana e franciscana foram superiormente representadas por portuguezes fóra de Portugal; a thomista pelo afamado *Pedro Hispano,* e a mystica pelo não menos immortalisado *S. Antonio* de Lisboa, que professou em Montpellier, em Padua e Tolosa. Entre os grandes doutores da Edade média, o portuguez Pedro Hispano teve a gloria singular de ser memorado por Dante, na sublime epopêa da *Divina Comedia:*

> Ugo da San Vittore, è qui con elli
> E Pietro Mangiator, e PIETRO HISPANO
> Le qual già luce in *dodici libelli.* [3]

Dante referia-se ás *Summulae logicales,* celebres em todas as escholas, as quaes se dividiam em doze tratados: 1.º Da enunciação (das *Perihermeneias* de Aristoteles); 2.º Dos cinco universaes (dos *Predicaveis* de Porphyrio); 3.º Dos Predicamentos (*Predicamenta* de Aristoteles); 4.º Do Syllogismo simpliciter (*Liber Priorum* de Aristoteles); 5.º e 6.º Sobre Fallacias (*Elencos* de Aristoteles). A estes seis tratados seguiam-se-lhe os outros seis conhecidos pelo titulo geral *De parvis logicalibus,* divididos arbitrariamente nas escholas; 7.º Da Supposição; 8.º Da Relação; 9.º Da Ampliação; 10.º Da Appellação; 11.º Da Res-

---

[1] *De la Philosophie Scolastique,* t. I, p. 214.
[2] Ibid., p. 217.
[3] *Paraiso,* Canto XII.

tricção; 12.º Da Distribuição. Assim se prefazem os *dodeci libeli,* a que allude Dante. [1]

Entre as Canções de Affonso o Sabio, que vêm no Cancioneiro Colocci-Brancuti, encontra-se uma que parece referir-se a *Pedro Hispano* e a um celebre Garcia, que floresceu pelo seculo XIII na Universidade de Bolonha; eis a canção:

Pero que ey ora mengua de companha,
Nem Pero Garcia, nem *Pero d'Espanha*
Nem Pero galego
Non iran comego.

E bem vol-o juro por Santa Maria,
Que *Pero d'Espanha*, nem Pero Garcia,
Nem Pero galego,
Non iran comego.

Nunca cinj'a espada com boa bainha,
Se *Pero d'Espanha*, nem Pero Garcia,
Nem Pero galego
For ora comego.
Galego, galego
Outro irá comego. [2]

Nos nossos primeiros estudos, considerámos que as Canções de Affonso o Sabio eram extranhas aos Cancioneiros provençalescos portuguezes. Combatendo este modo de vêr, o Marquez de Valmar na Introducção ás *Cantigas de Affonso o Sabio,* escreve: «Apesar das duvidas que podiam suscitar-se, já em 1859, o insigne philologo Fernando Wolf, julgou sem hesitar, que ao regio trovador Affonso x pertenciam as 19 cantigas profanas que no grande Cancioneiro galaico-portuguez do Vaticano (ms. 4803) estão rubricadas com esta epigraphe: *El Rey Dom Affonso de Castella e de Leon.* De identica opinião foi o sabio Frederico Diez. Tambem nunca vacilou n'este ponto o illustre romanista hespanhol D. Manuel Milá y Fontanals. Assim o manifesta no seu livro *Los trobadores en España,* ao designar os poetas

---

[1] Hauréau, na op. cit., diz que Pedro Hispano estudara em Paris e alli ensinara a Philosophia, e conclue que o seu resumo do *Organum* é «feito com gosto e intelligencia, e que mereceu tornar-se o manual dos professores e dos estudantes.» Indica a *Histoire litteraire de la France*, t. xx, onde vem a lista das suas obras.

[2] *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, canç. n.º 365.

castelhanos e andaluzes que se acham entre as 147 d'aquelle Cancioneiro.» (p. 13.)

«A nós, sempre nos dominou, como mais verosimil a idéa de que o auctor das Cantigas profanas do Cancioneiro vaticano, designado com o nome de *Affonso Rey de Castella e de Leon,* não podia ser senão o Rei Sabio; não só porque foi o primeiro Affonso, que com exactidão historica pode chamar-se Rei de Castella e de Leão, senão por que são do seu tempo, da sua intimidade litteraria e até elevados funccionarios do Estado varios dos trovadores portuguezes que resplandeciam em sua côrte e cuja connexão com o rei se adverte nas mesmas trovas. Nas ditas Cantigas profanas se vê claramente, que a poesia d'estes cantares em idioma gallego-portuguez e em fôrma provençal, satyricos, amorosos, livres ás vezes até á desenvoltura, constituia um laço de fraternidade intellectual que, assim como acontecia na Provença e na Catalunha, collocava principes e plebeus em uma esphera commum de cultura, de engenho e de alegria.» (p. 14).

A prova evidente da existencia das Canções profanas de Affonso o Sabio foi encontrada no *Cancioneiro Colocci-Brancuti,* publicado em 1880. Diz o Marquez de Valmar: «N'esta collecção complementar ha varias cantigas com esta epigraphe: *El-rei D. Affonso de Castella et de Leom.* Este grupo fórma segundo todas as apparencias, com o que no Cancioneiro vaticano tem egual epigraphe, um conjuncto de cantares que pertencem a um só poeta regio. E quem é este Affonso, trovador? Com surpreza verdadeiramente agradavel, advertimos, ao examinar o *Cancioneiro Colocci-Brancuti,* que á frente d'aquelles cantares (quem o imaginaria, ante aquelle montão de poesias superficiaes, satyricas, galantes e mesmo obscenas) se acha uma das piedosas *Cantigas* consagradas por Affonso x á santa virgem Maria.» (p. 16) O Marquez de Valmar encontrou effectivamente a cantiga n.º 467, que começa:

Deus te salve groriosa
Reyna Maria [1]

[1] Já em 1862, Amador de los Rios (*Hist. critica de la Litt. Españ.*, II, 448) tinha dado noticia d'esta Canção de Affonso o Sabio:

Deus te salve, gloriosa
Reyna Maria,
Luna de los santos fremosa,
Et dos çeos via etc.

Extrahira-a do Codice toledano das Cantigas de *Loores de la Virgen*, canç.

inclusa no Codice escurialense (j. b. 2) com o n.º XL, e no Codice de Toledo com o n.º XXX. Um trabalho especial do romanista Cesare de Lollis, *Cantigas de Amor e de Maldizer di Affonso el Sabio, Re di Castiglia,* tende á prova d'esta mesma doutrina, apoiado na observação de Angelo Colocci, dando-o como auctor das 30 canções dos dois Cancioneiros. [1]

Notámos as relações de Affonso o Sabio com a côrte portugueza de seu neto, para mais accentuar a influencia que lhe attribuimos na creação da Universidade de Lisboa; como tambem a sua idealisação trobadoresca da Virgem, que propagando-se pelas Universidades meridionaes em certo modo coadjuva a influencia philosophica dos Franciscanos. Depois que o portuguez Pedro Julião (*clericus universalis*, por ser graduado em todas as faculdades) foi eleito papa em Viterbo, em 15 de septembro de 1276 com o nome de João XXI, [2] um dos primeiros empenhos do seu rapido pontificado foi o estabelecer a concordia entre Philippe rei de França e Affonso o Sabio; a canção d'este monarcha-trovador a Pedro de Hespanha adquire um sentido historico.

Dante referiu-se aos livros vulgarisados em todas as escholas da Edade média, nos quaes Pedro Hispano espalhou as doutrinas de Aristoteles e a medicina averrhoista, *Summulas Logicas*, os *Problemas,* os *Canones Medicinaes* e o *Thesaurus Pauperum*. Pedro Hispano era natural de Lisboa, freguezia de S. Julião, arcediago de Vermoim, D. Prior de Guimarães, sendo nomeado cardeal de Frascati pelo papa Gregorio X no

---

XXX. Esta indicação, na impossibilidade de poder consultar o monumento manuscripto, bastava para nos guiar na inferencia de que nos Cancioneiros provençaes portuguezes devia existir alguma composição de Affonso o Sabio, por isso que ha no Cancioneiro da Ajuda allusões ao seu caracter.

[1] O Marquez de Valmar termina com um grande espirito de justiça: «Assim fica retificada a aventurada affirmação de Th. Braga, de que não apparece trova alguma de Affonso X nos Cancioneiros portuguezes. Ha que ter em conta, que o illustre professor portuguez publicava em 1878 a sua formosa Introducção á edição critica do Cancioneiro da Vaticana, e que só dois annos depois foi dado á estampa o Cancioneiro Colocci-Brancuti, que veiu espalhar nova luz sobre este ponto de historia litteraria e abrir campo a romanistas eruditos, que, estudando a fundo o caracter e circumstancias de cada uma d'estas cantigas, querem desvanecer toda a duvida, e converter, se é possivel, em evidencia o que até agora só podia admittir-se como mera, embora plausivel, conjectura.» (p. 16.)

[2] É frequente o equivoco de dar o nome de João XXI ao successor de Clemente V, Jacques d'Euse (João XXII) conforme se indica ou não na lista dos Papas o successor de João XIV, um João XV, eleito sem ordenação canonica e fallecido em 985.

concilio geral de Leão em 1274, e successor de Adriano V em 1276 com o titulo de João XXI. D'este pontifice portuguez, cujo nome figura como bispo de Braga confirmando os documentos do reinado de D. Affonso III, diz Martinho de Fulda: «*Fuit magnus medicus, et scripsit librum de Medicina, qui Thesaurus pauperum vocatur.*» Porém a sua grande influencia nas escholas medievaes foi com a Logica, as *Summulas*, ás quaes ainda alludia Kant, quando para dizer de um individuo que não tinha juizo, empregava a periphrase: *Falta-lhe a segunda de Pedro*. As *Summulas logicales* foram attribuidas a Miguel Psello, escriptor do seculo XI, pertencendo a Pedro Julião apenas a traducção do grego; [1] porém esta asserção não assenta em fundamento algum, ao passo que Dante, e Ricobaldi de Ferrara, do seculo XIII affirmam que Pedro Hispano fizera tratados de logica, [2] sendo alguns d'elles traduzidos em grego trinta annos depois da sua morte. [3] A grande reputação européa de Pedro Hispano não deixaria de actuar na determinação do rei D. Diniz para fixar em Portugal os talentos que andavam elevando as Universidades estrangeiras. Durante toda a Edade média as doutrinas de Pedro Hispano, vulgarisador da logica aristotelica, influiram constantemente na direcção do ensino européu, especialmente dialectico.

A eschola dos Franciscanos, em que prevalece o caracter mystico, foi representada no fim do seculo XIII pelo portuguez Antonio de Padua, santificado nas poeticas lendas populares; a sua actividade exerceu-se na prédica, e pela austeridade ascetica finou-se prematuramente aos trinta e sete annos. Santo Antonio foi mandado pelo celebre instituidor dos Menores frequentar as escholas de Artes e Theologia, que estavam no maior esplendor no mosteiro de Santo André em Vercelli, onde ensinava Thomaz Gaulez, o mais afamado theologo do tempo; teve por companheiro de estudo o inglez Adão de Marisio, [4] vindo depois o famoso portuguez ensinar theologia em Bolonha ao lado de Rolando Bandinelli, (papa, sob o nome de Alexandre III) e por ventura de S. Thomaz de Aquino. [5] A auréola da santificação popular offuscou-lhe a

---

[1] Bartholomeu Keckermman, t. I *Op. Prœcog.*, *Log.*, p. 105 e 107.

[2] Eccardi, *Corpus hist. medii œvi*, t. I, col. 1219.

[3] Nessel, Catalogus, sive recensio specialis omnium Cod. Ms. grecorum Bibliothecæ Cæsareæ Vindebon. Part. 5. Cod. 128, onde se acha assim descripto: «*Excerpta miscellanea ex diversis etc... Ex Dialecticœ Mag. Petri Hispani, interprete Georgio Schelario.*»

[4] Tiraboschi, *Storia della Letter. ital.*, t. IV, p. 315.

[5] Ibidem, p. 112.

importancia da individualidade philosophica. Comprehende-se como o celebre *Cantico de le creature,* que se attribue a S. Francisco de Assis, recebeu a sua primeira fórma metrica em portuguez, nas fórmas strophicas da poesia trabadoresca bem conhecida entre a aristocracia portugueza, e d'essa lingua passou para italiano, rimado por Frei Pacifico.[1] Em philosophia os Franciscanos exerceram uma acção profunda por via das doutrinas de Raymundo Lullo, e é talvez d'esta influencia *raymonista,* que tanto dominou nas Universidades meridionaes, que resultou o fundarem-se cadeiras de *hebraico* e de *arabe* na Universidade de Lisboa. No começo do seculo XIV, foi preso em Lisboa, um aristotelico averrhoista chamado Thomaz Scott, da ordem franciscana, por ter affirmado a doutrina atheista dos *Trez Impostores,*[2] *(tres fuisse in mundo deceptores.)* Por este facto infere-se que a lucta doutrinaria entre as duas Ordens tambem chegara a Portugal, e que para evitar que o ensino da Theologia se envolvesse com as theses audaciosas do peripatetismo, como os *foeda dicta* de Thomaz Scot ou de Andrès Scot, é que elle ficou confinado nos mosteiros das duas ordens dominantes, *ut sit fides catholica circumdata muro inexpagnabili bellatorum,* como diz a Carta de D. Diniz de 15 de fevereiro de 1309.

O papa Nicoláo IV, que fôra eleito em 15 de fevereiro de 1288, figura como o primeiro franciscano que subiu ao throno pontificio; a grande protecção que sempre deu á Ordem dos Menores, influiu por certo no privilegio do ensino da theologia nos seus claustros, e em que predominava o caracter mystico, compartilhado com os dominicanos, mais argumentadores e casuistas.

Falando do antagonismo dos Franciscanos com os Dominicanos, emquanto ás doutrinas philosophicas, essa lucta manifestou-se tambem emquanto á crença, e sob este aspecto penetrou nas Universidades no seculo XIV. Os Fransciscanos fizeram-se os paladinos da cavallaria mystica, proclamando a *Imaculada Conceição de Maria,* que começou a ser jurada nas Universidades occidentaes; os Dominicanos sustentavam que Maria fôra concebida como os outros filhos de Adão. Duas

---

[1] Renan, no seu estudo sobre S. Francisco de Assis escreve ácerca do *Cantico das creaturas:* «A authenticidade d'este texto parece certa; mas é preciso notar que falta o original italiano. *O texto italiano que se possue é uma traducção de uma versão portugueza,* que tambem fôra traduzido do hespanhol. O texto original fôra rimado por Fr. Pacifico.» *Nouvelles Études d'Histoire religieuse,* p. 331.

[2] Victor Leclerc, *Histoire litteraire de la France au* XVI^me^ *siècle,* t. II, p. 46; tira este facto, da obra de Alvaro Pelagio, *Collyrium fidei contra haereses.*

vezes tinha o partido franciscano soffrido a condemnação do novo dogma em 1304 e 1333; em 1384 o reitor da Universidade de Paris convoca o corpo academico para deliberarem sobre este assumpto, e o partido dominicano ficou vencido. [1] Assim como as Universidades resultavam da emancipação das intelligencias na dissolução do Poder espiritual no seculo XIII, tambem o novo dogma, elaborado pela sympathia e idealisação popular da Virgem Mãe e symbolisado por fórmas mais concretas do que a do monotheismo abstracto, que davam logar á creação de uma nova Arte, esse novo dogma achou nas Universidades a consagração de um juramento por assim dizer de defeza pelas armas da Dialectica. Notando as modificações da expressão humana da idéa monotheista, Comte comprehendeu superiormente o novo ideal que fecundou a poesia moderna: «Desde o seculo XII, que a Virgem obtem, sobretudo em Hespanha e na Italia, um ascendente progressivo, contra o qual o sacerdocio muitas vezes reclamou em vão, e que elle por vezes foi forçado a sanccionar para manter a sua propria popularidade. Ora, esta suave creação esthetica não pode attrair uma adoração directa e privilegiada sem alterar radicalmente o culto em que ella surgiu. Ella é propria para servir de intermediaria entre o regimen moral dos nossos antepassados e o dos nossos descendentes, transformando-se pouco a pouco em personificação da Humanidade.» [2] Affonso o Sabio, o fundador da Universidade de Salamanca, exerceu o seu elevado talento poetico n'esta sublime idealisação nas composições dos *Libros de los Cantares et de los loores de Santa Maria;* e ao proprio D. Diniz, fundador da Universidade de Lisboa e Coimbra, foi attribuido um *Cancioneiro de Nossa Senhora,* hoje totalmente perdido. Entre as composições do audacioso philosopho Raymundo Lullo, figuram excellentes canções em dialecto malhorquino em louvor da Virgem; e o predominio das doutrinas raymonistas nas Universidades meridionaes, onde os cursos duravam *ataa Santa Maria de Agosto*, propagava tambem o prestigio do novo ideal entre os escholares, que faziam *puys* ou concursos de cantos reaes em honra da Imaculada Conceição, [3] costume que re-

---

[1] Victor Le Clerc, *Discurse sur l'État des Lettres au XIVème siècle,* t. I, p. 378.

[2] *Système de Politique positive,* t. I, p. 355, e t. III, p. 485.

[3] Renan, no estudo sobre: *Estado das Bellas Artes em França no seculo XIV,* allude á importancia do novo ideal na Arte moderna: «A devoção da Virgem inspira n'este seculo mais obras de arte do que em nenhum dos outros que o precederam. Os livros de horas, os psalterios, as vidraças, estão cheios da Virgem Maria, das suas dores, dos seus gosos, das provas da sua influencia, dos milagres ope-

appareceu nas Academias poeticas ou Arcadias do seculo XVII e XVIII. Quando, n'este longo processo da dissolução do regimen catholico-feudal, se estabeleceu dentro da Egreja um esforço e systema de reacção contra o Protestantismo, pela organisação da Companhia de Jesus, os sustentaculos da theocracia, para lhe reconsquitarem o poder espiritual, apoderaram-se por toda a parte do ensino das Universidades, e obedecendo a uma intuição de continuidade revivificaram o culto e o juramento da Conceição. [1]

A importancia que tiveram os Franciscanos e Dominicanos na organisação das Universidades ligava-se á situação angustiosa em que se encontrava o Poder espiritual da Egreja diante de um novo regimen mental em que a rasão preponderava sobre a crença; Comte define nitidamente a missão das duas ordens monachaes: «A imminente desorganisação espontanea do catholicismo estava mesmo indicada, desde o começo do seculo XIV, segundo graves symptomas precursores, quer pelo afroixamento quasi geral do verdadeiro espirito sacerdotal, quer pela intensidade crescente das tendencias hereticas. Este duplo começo de decomposição intima foi então, sem duvida efficazmente combatido pela memoravel instituição dos *Franciscanos* e dos *Dominicanos,* tão sabiamente adaptada, um seculo antes, a um tal destino, e que é preciso considerar, com effeito, como o mais poderoso meio de reforma e de conservação que pudesse ser verdadeiramente compativel com a natureza de um tal systema; mas a sua influencia preservadora devia ficar rapidamente esgotada, e a sua necessidade unanimemente reconhecida não podia finalmente se não fazer melhor sobresair a proxima decadencia inevitavel de um regimen que tinha recebido debalde uma tal

---

rados pela sua intercessão.— As Madonas francezas quasi que egualam em graça as que a Italia creava na mesma época. É no seculo XIII que as representações da Virgem attingem em França uma graça ideal e quasi raphaélica. Esta especie de embriaguez da belleza feminina, que, inspirando-se sobretudo do Cantico dos Canticos, transparece nos hymnos do tempo, exprimia-se tambem pela pintura e esculptura. Ha estatuas da Virgem, que seriam dignas de Nicoláo de Pisa pelo encanto, pela harmonia e suavidade. O empenho que se ligava á belleza da Virgem era um acto de devoção; fazel-a bella era como que um serviço que ella se encarregava de recompensar.» (Op cit., p. 247).

[1] Comte reconheceu esta ultima relação entre o seculo XIII e a instituição da Companhia de Jesus: «O nobre enthuziasta que a fundou, annunciando-se simultaneamente como defensor do catholicismo e adorador da Virgem, merece ser erigido sociologicamente como digno continuador da reforma do seculo XIII, cujo abortamento pretendia reparar.» (*Politique posit.*, t. III, p. 553).

reparação. Ao mesmo tempo, os meios violentos introduzidos então, em grande escala, para a extirpação das heresias, constituiam necessariamente um dos signaes menos equivocos d'esta invencivel fatalidade; por que nenhum dominio espiritual não podendo evidentemente assentar, em ultima analyse, senão no assentimento voluntario das intelligencias, todo o notavel recurso espontaneo á força material deve ser considerado, em relação a elle, como o mais irrecusavel indicio de uma decadencia imminente e já sentida.»[1]

Antes de entrarmos no periodo da primeira transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra em 1307, importa esboçar o quadro geral das ideias dominantes d'onde dimanou o novo ensino humanista. Á proto-Renascença provocada pelos Arabes, seguiu-se uma maior approximação do hellenismo, a que Ampère chama a segunda Renascença, do seculo XIII; é d'esta approximação que provém o generalisar-se as divisões pedagogicas do *trivium* e *quadrivium,* que se suppõe de origem pythagorica, e que se acham no livro de Philon, *De Congressu,* e em Tzetzes. O hellenismo alexandrino era o unico conhecido, e por isso a actividade do espirito seguia essa direcção, dispendendo-se no estudo da grammatica, da rhetorica, na argucia dialectica e no theurgismo mystico. Antes mesmo de irromper a querella philosophica dos Nominalistas e Realistas, já a influencia dos ultimos neo-platonicos da Eschola de Alexandria apparecia no Occidente, no meado do seculo IX, e João Scott proclamava a doutrina dos *Universaes,* antes de ser conhecido o problema proposto por Porphyrio, sobre o qual se exerceu toda a actividade da Scholastica. Platão era mal conhecido através das hallucinações de Plotino, e o Realismo, que foi mais tarde desenvolvido pelo conhecimento do *Timeo,* teve verdadeiramente a sua origem na these dos *Universaes,* «a essencia que contém toda a creatura, da qual participa todo o sêr, e que, dividindo-se, desce através dos *generos* e das *especies* a esta especie mais particular a que os gregos chamam o atomo, isto é, o *individuo.*» O contacto com as especulações philosophicas dos arabes Avicebron, Avicena e Averroes favorece este exaggerado subjectivismo, que veiu a systematisar-se nas grandes luctas especulativas do seculo XIII, «sob todos os aspectos o precursor directo da revolução occidental.»[2] A tradição scientifica da Grecia, que se elevára a uma concepção positiva na mathematica, na astronomia, e nas ob-

---

[1] *Cours de Philosophie positive,* t. V, p. 358.
[2] *Système de Politique positive,* t. III, p. 509.

servações geraes da physica, estava corrompida pelos desvarios da cabala, da astrologia judiciaria e pela alchimia; e o espirito de observação condemnado pela Egreja, como se vê em relação a Rogerio Bacon, não podia dar uma disciplina concreta a essas vagas abstracções em que a philosophia se tornava instrumento subalterno da theologia. Como as affirmações não dependiam da comprovação dos factos, mas da habilidade da argumentação, entenderam que a verdade resultava da demonstração logica, e desenvolveu-se esta arte até ao ponto de absorver toda a actividade mental das escholas do fim da Edade média; d'aqui o nome de *Scholastica.*

A Philosophia scholastica caracterisa-se pelo exclusivo trabalho hermeneutico ou interpretativo; philosophar é commentar, glosar, apostillar, explicar, como observa Saint-Hilaire. A dialectica exerce-se n'uma esgrima de syllogismos sobre palavras que se convertem em entidades ontologicas, taes como *Generos, Especies,* se são *Realidades, Concepções, Accidentes* ou *Universaes*? Procura-se conciliar as conclusões com os dogmas da Theologia, ou dá-se livre expansão ao raciocinio, roçando pela heterodoxia; prevalece n'uns a tendencia concreta do empirismo, n'outros a abstracção de um espiritualismo que se esvae na inanidade. Os pensadores do Occidente achavam-se já predispostos para esta anarchia do Ontologismo escholastico, quando tiveram conhecimento das phrases de Porphyrio na Introducção ás *Categorias* de Aristoteles. Eis o problema de Porphyrio, que tinha de suscitar tantas pugnas especulativas: «Não investigarei se os generos e as especies existem por si mesmos ou se são puras concepções abstractas; nem no caso de serem realidades, se são corpóreas ou não; nem se existem separadas das cousas sensiveis ou confundidas com ellas.» As differentes fórmas como a Edade média respondeu a este problema complexo, e pelo qual tanto se apaixonou, constituem as phases historicas por que passou a Philosophia scholastica. Quando surgiu o problema, Aristoteles era apenas conhecido nas suas doutrinas pelas *Categorias* e *Hermeneia,* e Platão era conhecido pelo *Timeo,* uma psychologia idealista que facilmente era admittida pela Egreja, porque falava da origem divina da alma, da sua immortalidade, e de uma decadencia ao ligar-se ao corpo. Esta confusão das doutrinas aristotelicas e platonicas nos mesmos cerebros produziu o desvairamento theorico, prevalecendo na primeira phase da Scholastica o *Realismo,* sustentado por Santo Anselmo. Porém, á medida que a obra de Aristoteles começou a ser melhor conhecida, foi prevalecendo o criterio da objectividade, e Roscelin inicia a phase *Nominalista,* negando valor objectivo ás idéas geraes e consi-

derando-as como um mero producto da linguagem ou simples nomes. As duas doutrinas combatem-se em um absolutismo inconciliavel, e d'essa intransigencia doutrinaria resulta uma terceira phase, do *Conceptualismo,* em que Abailard estabelece as Concepções como factos psychologicos verdadeiros, transformando assim a fórma palavrosa dos *Universaes*. O grande genio philosophico não podia agradar a nenhum dos grupos em conflicto doutrinario, vendo-se injustamente perseguido. E assim como um melhor conhecimento dos livros de Aristoteles deu uma enorme segurança aos Nominalistas, tambem a leitura dos Dialogos de Platão veiu produzir na Philosophia scholastica uma quarta phase, dos *Mysticos,* que affirmaram que a Sciencia era constituida pela intuição, e esta pela concentração mystica da alma. Sustentaram esta doutrina do emocionismo religioso Godofroy, Hugo e Ricardo de Sam Victor. Conhecidas estas differentes correntes da Scholastica, as duas Ordens monasticas dos Dominicanos e Franciscanos apoderaram-se d'essas questões, prevalecendo entre os primeiros um eccletismo essencialmente nominalista, de Alberto Magno e S. Thomaz de Aquino, e entre os segundos o sentimento mystico, sustentado em parte por Bacon e principalmente por S. Boaventura. Em todas estas variedades da especulação philosophica, Aristoteles foi sempre o orientador mental: «Quer sejam *Nominalistas, Conceptualistas, Realistas* ou mesmo *Mysticos,* todos ou quasi todos os mestres da Edade média proclamaram-se discipulos fieis de Aristoteles, e o seu principal empenho é justificar esta pretenção.»[1] As rivalidades das duas Ordens monasticas reflectiu-se nas polemicas dos *scottistas* ou franciscanos, com os *thomistas* ou dominicanos, e d'essas luctas resultaram os novos problemas da Liberdade, da Graça e da Predestinação, que reapparecem com o individualismo dos Protestantes e no conflicto dos Jansenistas com os Jesuitas do seculo XVII. Quando a Philosophia scholastica parecia esgotar-se, ainda a revigoraram pelos seus exaggeros dialecticos o hallucinado e genial Raymundo Lullo, e o audacioso Ockam, que, como um precursor do positivismo, nega todas essas entidades ontologicas que por tantos seculos povoaram as escholas e os claustros.

As escholas eram um torneio permanente de argumentação, em que se abusava até ao desvario das categorias do raciocinio, admiravelmente definidas por Aristoteles. O grande philosopho não tinha culpa

---

[1] Barthélemy Saint-Hilaire, vb.º SCHOLASTIQUE, no *Dict. des Sciences philosophiques.*

da errada comprehensão da sua obra inexcedivel; no fim do seculo XVI um outro portuguez, Francisco Sanches, no seu livro *Quod nihil scitur,* ataca esta errada actividade mental, restabelecendo a preponderancia do criterio da observação e da experiencia como meio de chegar á verdade, assentando assim as bases do ensino scientifico moderno. A falta de elementos concretos de observação e de experiencia, fez com que nas escholas se esgotassem em vagas abstracções, sendo a philosophia o centro para onde convergiam todos os esforços mentaes que se dispersavam sem destino. As luctas entre *Nominalistas* e *Realistas* foram a resultante d'esta incoherencia doutrinaria; a tendencia para a organisação de *Encyclopedias* era o effeito d'este pedantismo inconsciente, que se conservou sempre nas disciplinas humanistas; e a formação prematura de *Classificações hierarchicas dos Conhecimentos humanos,* quando ainda se não suspeitava da existencia da physica, da chimica, da biologia, nem da sociologia, era um esforço contra a dispersão de elementos sem nexo dogmatico, que não conduziam a nenhuma conclusão fundamental. A falta de seriedade na sciencia reflectia-se no entono auctoritario dos mestres, e na vaidade balofa dos gráos honorificos, que se ligaram desde muito cedo ao ensino humanista das Universidades. O titulo de *Grammaticae Doctor,* acha-se desde o seculo IX empregado por Alcuino; o titulo de *Baccalarius,* era já usado em 1045, como se comprova pela Chronica de Radulpho Glaber; o titulo de *Doctor Scholasticus,* era applicado a Abailard, Pedro Lombardo, Porretanus e outros, como se vê em Galterus de S. Victor, que escrevia por 1180; os gráos academicos instituiram-se regularmente por 1151, *secundum pompam litterarum saecularium,* como relata Pedro, bispo de Orvieto, estendendo-se tambem para os que frequentavam a theologia, recebendo em 1198 o gráo de doutor em theologia em Paris o que teve o titulo de Innocencio III. De par com os doutores das leis ou dos decretos, e doutores em artes, os theologos eram tambem os *Doctores sacrae paginae.*[1]

A actividade do seculo XII e XIII foi gasta n'esse jogo de palavras, chamado a Philosophia scholastica; a tradição das escholas especulativas da Grecia renasceu nas Universidades, mas viciada pela theologia catholica. A verdadeira comprehensão da Philosophia scho-

[1] Ed. Duméril, *Poésies populaires latines du Moyen-âge*, p. 452, col. 2. O M. Pedro da Cruz, que em 1429 era lente de theologia em Lisboa, intitula-se *Magister in sacra pagina.*

lastica, e mesmo a sua alta importancia, só podem ser conhecidas, relacionando-a com os antecedentes hellenicos, e com a evolução subsequente das crises philosophicas da Europa. Na Philosophia da Grecia existiram duas escholas fundamentaes caracterisadas pelas suas concepções, a *eschola jonica*, que especulava sobre os elementos objectivos do conhecimento, e a *eschola eleatica*, que deduzia o conhecimento do universo dos dados subjectivos do espirito pela synthese aprioristica. Estas duas fórmas do conhecimento estão representadas pelos dois eminentes pensadores Aristoteles e Platão; a acção de Aristoteles, que se acha rehabilitado pela sciencia moderna, foi especialisada particularmente nos processos casuisticos da Logica, e o influxo de Platão actuou sobre os devaneios mysticos da theologia christã e em grande parte na idealisação sentimental dos creadores do lyrismo moderno. As luctas que se travaram desde o seculo XVI contra o *aristotelismo* são apenas uma reacção contra o abuso da dialectica escholar, porque a superioridade scientifica de Aristoteles só podia ser definitivamente reconhecida quando a civilisação europêa continuasse a creação das sciencias cosmologicas, interrompidas durante o longo periodo da Edade média, proseguindo depois da Mathematica e da Astronomia a moderna Physica, a Chimica, e as sciencias biologicas.

Falando do regimen encyclopedico, diz Comte: «Tendeu a modificar o systema geral da razão humana, desenvolvendo melhor do que na Edade média, o ascendente do *nominalismo* sobre o *realismo*. Um tal triumpho constituiu o passo mais decisivo para o advento directo da sã philosophia até á impulsão de Hume e á elaboração de Kant. Além de annunciar a preponderancia final da lei sobre a causa, elle indicava, no meio da preparação objectiva, o presentimento de uma synthese subjectiva, segundo a importancia concedida á logica artificial como nexo provisorio de todos os nossos pensamentos. Ainda que os orgãos pessoaes d'esta reacção philosophica fossem as mais das vezes frades em logar de medicos, nem por isso deve deixar de relacionar-se essencialmente com a constituição encyclopedica propria d'estes. Esta apreciação dogmatica acha-se confirmada pela nota historica sobre a tendencia dos frades para os estudos medicos, que muitas bullas papaes lhes prohibiram especialmente.» [1]

A influencia de Aristoteles foi enorme na Edade média, embora não comprehendido no assombroso conjuncto das suas doutrinas con-

[1] *Syst. Politique positive*, t. III, p. 541.

cretas. Aristoteles concebia claramente os dois elementos essenciaes do conhecimento, o individual, ou o *subjectivo,* cuja realidade estava na propria consciencia, e o *objectivo,* ou os dados do mundo exterior, conhecidos segundo as impressões variadas, que chamava nomes. A investigação d'este elemento objectivo constituia a actividade scientifica, como o exercicio da faculdade subjectiva constituia a disciplina philosophica. A Edade média, não comprehendendo esta intima dependencia, exaggerou a parte subjectiva, reduzindo a acção de Aristoteles simplesmente á sua Logica, e sem o apoio dos factos experimentaes, considerou que fóra do espirito humano existiam idéas geraes que dirigiam os phenomenos, deixando-se enlevar nos sonhos idealistas de Platão.

Sob esta dupla corrente, as duas escholas *jonica* e *eleatica* renasceram com outros nomes; os que ligavam a maior importancia á objectividade, e que davam toda a preponderancia ao criterio sensualista, foram designados *Nominalistas;* aquelles que subordinavam o conhecimento á pura subjectividade, consideravam-se como espiritualistas, e com o nome de *Realistas* fortificavam-se com a theologia catholica, ou attrahidos pela idealisação pantheista de Platão, chamavam-se os *Universaes*. Quem poderá rir-se d'estas tremendas luctas escholasticas entre *Nominalistas* e *Realistas,* se era esse effectivamente o grande problema da intelligencia humana?[1] Ainda no seculo XVII Locke e Berkeley separam estes elementos do conhecimento; a realidade para Locke é *objectiva,* e para Berkeley *subjectiva;* toda a renovação do genio philosophico de Kant consistiu no exame da importancia d'estes dois elementos do conhecimento, concluindo no Criticismo pela necessidade final do seu accordo; e a origem historico-dogmatica do Positivismo proveiu do desenvolvimento successivo das sciencias *objectivas,* desde o seculo XVI a XIX, e da necessidade de coordenal-as em um todo systematico, começando pela subordinação do criterio *subjectivo* aos dados verificaveis das sciencias, e acabando pela synthese nova em que a realidade e a subjectividade se conformam como unica manifestação da verdade.

As doutrinas philosophicas, que penetraram nas Universidades da Edade média, principalmente nos paizes meridionaes, estavam repre-

---

[1] Diz Emile Chasles: «Não são duas escholas que se combatem, são duas grandes tendencias do espirito humano que se acham em conflicto.» *(Dict. des Sciences philosophiques,* vb.° NOMINALISME.)

sentadas pelas altas individualidades, Sam Thomaz de Aquino, Duns Scott e Raymundo Lullo, dando logar ás escholas intituladas dos *Thomistas,* dos *Scottistas* e dos *Raymonistas,* que muitas vezes deturpavam as doutrinas dos mestres. A influencia d'este ultimo, conhecido pela antonomasia de *Doutor Illuminado,* exerceu-se nas Universidades meridionaes, havendo uma cadeira especial para explical-o nas Universidades de Hespanha. Além da sua doutrina, que se distinguia por um contacto mais directo com a philosophia dos Arabes, e pela aspiração a conciliar a razão com a fé, elle exerceu uma acção notavel nas Universidades, proclamando a necessidade do estudo das linguas orientaes, realisado no *Collegio Trilingue* de Erasmo, e sobretudo no *Collegio de França* sob Francisco I. O papa attendeu-o, permittindo que as linguas orientaes fossem ensinadas em Roma e nas grandes Universidades de Bolonha, Paris, Oxford e Salamanca. Na Universidade de Lisboa não existiram desde a sua fundação cadeiras de *arabe* e de *hebraico;* mas fizeram-se traducções do Velho Testamento, e na *Côrte Imperial,* manuscripto da Bibliotheca de D. Duarte, figura-se um combate dialectico com os doutores arabes sobre os dogmas christãos, tal como os fazia Raymundo Lullo.

Falando d'este grande visionario, que queria, além da conciliação da fé com a razão, a unificação da humanidade pelo christianismo, Gardia retrata-o com mestria: «Este homem, de raça catalã, não se parece com nenhum dos seus contemporaneos do Occidente. Elle não é nem scholastico, nem classico; o seu caracter permanece independente, e o seu espirito indisciplinado. É Arabe pelas idéas, pelo methodo e pela linguagem. Ao contacto do Oriente, e graças á sua vida errante, elle sacudiu o jugo pesado da theologia das escholas; ama o raciocinio mais do que a razão; mas reconhece os direitos da razão e a necessidade da sua intervenção em materias da fé.» E termina com este bello traço positivo: «Tinha um genio singular, e não é para elle uma pequena gloria o ter entrevisto, desde o seu tempo, uma cousa que nós entrevemos hoje com nova intuição, a unidade da sciencia pela coordenação empirica e racional dos conhecimontos humanos, e uma cousa que de longe apenas entrevemos, a unidade da vida social, isto é, o estabelecimento e a consolidação da ordem na humanidade.»[1]

A Universidade atrazara-se conservando confundido o ensino das Escholas menores, ou secundario, com o das Escholas maiores, ou su-

[1] Ap. *Revue germanique*, t. XIX, p. 223 e 224.

perior; a classificação das disciplinas estava ainda estabelecida pelo regimen do *Trivium* e *Quadrivium,* ou das *Sete Artes,* com o systema de coordenação scientifica de Raymundo Lullo. O rei D. Duarte conhecia as doutrinas philosophicas dos *Raymonistas* ou Lullistas; na Bibliotheca de Alcobaça (cod. 383) guardavam-se as Obras de Raymundo Lullo, *Compendio da Arte demonstrativa* e *Arte inventiva da Verdade.*[1] Não admira pois que a coordenação das disciplinas da Universidade se conformasse com a Classificação das Sciencias por Lullo; para este philosopho, era a *Theologia* a base dos conhecimentos, porque o seu objecto é Deus, e em seguida a *Philosophia,*[2] que nos revela o conhecimento das causas e dos effeitos nas seguintes categorias:

a) NATURAL	*Metaphysica.*	
	Physica.....	Medicina.
	Mathematica.	Astronomia, Musica, Arithmetica.
b) MORAL	*Monastica,* ou governo de si mesmo.	
	Economica, ou governo de um para muitos.	
	Politica, ou governo de muitos por muitos (Leis.)	
c) SERMOCIONAL	*Grammatica,*	
	Logica,	
	Rhetorica.	

Grande somma dos elementos d'esta classificação já apparece systematisada quasi pela mesma fórma por S. Boaventura, que tambem

---

[1] Os *Raymonistas* pretendiam explicar os mysterios da fé pela razão; eram uns racionalistas prematuros, combatidos pela Sorbona.

[2] Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara,* t. I, p. 36, define esta ordem de estudos: «Nas idéas da Edade média não havia senão a Philosophia, que fosse capaz de dar validez aos espiritos e preparal-os para o estudo das outras sciencias. Era a unica faculdade, sobre a qual se exercia o ensino das classes superiores. Tudo o mais pouco valia.» E accrescenta: «Pensava-se geralmente que a instrucção litteraria era sufficiente, quando coadjuvava a leitura dos livros de Philosophia. Ora estes livros eram imperfeitas traducções de Aristoteles, ou Commentarios sobre o mesmo auctor, escriptos em o latim o mais árido, o mais despido de ornatos. Á força de se querer sacrificar a fórma á essencia, chegara-se a banir da composição toda a figura, toda a imagem, tudo o que não era rigorosamente demonstrativo. O discurso, articulado como um esqueleto, não admittia senão *proposições, conclusões, corollarios maiores, menores* ou *consequencias;* o pensamento era forçado sómente a *distinguir*, a *definir*, a *resolver.* Tal era o genero *Scholastico*, genero monotono e esteril, cuja cultura exclusiva teve o deploravel effeito de dessorar muitas intelligencias grandes.»

dera á *Theologia* a preeminencia, separando as Artes mechanicas ou praticas das doutrinas theoricas. A *Classificação geral dos Conhecimentos humanos,* proposta por S. Boaventura, é de maxima importancia, porque se basêa sobre as tres manifestações do nosso sêr, activa, especulativa e affectiva:

I.— Artes mechanicas
(Operações artificiaes)
- Tecelagem,
- Carpinteria,
- Metallurgia,
- Cantoneria,
- Agricultura,
- Caça,
- Navegação,
- Theatrica,
- Medicina (Pharmacia e Cirurgia.)

II.— 1. Conhecimentos adquiridos pelos Sentidos *(Fórmas naturaes da Materia)*— Isto é, grupos de phenomenos, segundo os criterios inductivos da *Observação*, *Experiencia*, *Comparação* e *Filiação.*

— 2. Philosophia
(As verdades intelligiveis)
- *Racional* (no Discurso)............ Grammatica, Logica, Rhetorica.
- *Natural* (nas Cousas)............. Physica, Mathematica, Metaphysica.
- *Moral* (nos Costumes) ou *Ethica*... Monastica, Economica, Politica.

III. Theologia
(As verdades da salvação)
- Sentido *allegorico* (A Fé)—Doutores: Santo Agostinho, Anselmo.
- Sentido *moral* (A Virtude)—Prégadores: S. Gregorio, S. Bernardo.
- Sentido *analogico* (Beatitude)—Contemplativos: S. Diniz, Ricardo.

Só depois de bem conhecer estas Classificações do saber medieval, é que se comprehende a tendencia do ensino das Universidades em tornar-se prematuramente *philosophico* em vez de *scientifico*. A sciencia contradictava os dogmas da Egreja, e a Theologia entendia-se bem com as vagas abstracções de uma Metaphysica tradicional, tornando-a a sua *ancilla*. Quando se deu a grande crise da renovação das Sciencias no seculo XVI, as Universidades reconheceram que entravam n'um periodo critico, tendo de abandonar o seu humanismo; a lucta foi grande, sob o nome de *aristotelismo,* designação imperfeita para denominar a velha dialectica universitaria, e teve seus martyres, como Pedro de la Ramée; mas as Universidades não acompanharam o novo espirito critico, porque os Jesuitas, como activa milicia papal, apoderaram-se d'ellas,

recrudescendo no exclusivismo pedagogico das humanidades (grammatica, logica ou dialectica e rhetorica.)

Comte descreve admiravelmente a genealogia mental do espirito metaphysico, que sob a fórma de Philosophia scholastica cooperou no fim da Edade média para a dissolução do regimen theologico e do poder espiritual: «Desde esta divisão verdadeiramente fundamental da philosophia grega em *philosophia moral* e *philosophia natural*, que dominou sempre até aqui o conjuncto do movimento mental da elite da humanidade, o espirito metaphysico appresentou concorrentemente duas fórmas extremamente differentes e gradualmente antagonistas, em harmonia com uma tal distincção: a primeira, de que Platão é considerado como o principal orgão, muito mais proximo do estado theologico, e tendendo mais a modifical-o do que a destruil-o; a segunda, tendo por typo Aristoteles, bem mais visinho, pelo contrario, do estado positivo, e tendendo realmente a desprender o entendimento humano de toda a tutella theologica propriamente dita. Uma, não foi, pela sua natureza essencialmente critica, senão o inverso do polytheismo, do qual ella proseguiu activamente a sua universal decadencia; ella presidiu sobretudo, como já o mostrei, á organisação gradual do monotheismo, que, uma vez constituido, determinou espontaneamente a fusão final d'este primeiro espirito metaphysico no espirito puramente theologico proprio d'esta ultima phase essencial da philosophia religiosa. Ao contrario, o outro, desde logo principalmente entregue ao estudo geral do mundo exterior, teve de ser, na sua applicação, longo tempo accessorio, ás concepções sociaes, necessariamente e constantemente criticas, conforme a combinação intima e permanente da sua tendencia antitheologica com a sua impotencia radical, a produzir uma verdadeira organisação. Era a este ultimo espirito metaphysico que devia naturalmente pertencer a direcção mental do grande movimento revolucionario, que apreciamos. Espontaneamente afastado pela preponderancia platonica, emquanto a organisação do systema catholico devia principalmente occupar as altas intelligencias, este espirito aristotelico, que nunca deixara de cultivar e engrandecer em silencio o seu dominio organico, tendeu a apoderar-se, por seu turno, do principal ascendente philosophico, ampliando-se tambem ao mundo moral e mesmo social, logo que esta immensa operação politica, emfim sufficientemente consummada, deixou naturalmente predominar d'ahi em diante a necessidade da expansão puramente racional. É assim que, desde o seculo XII, sob a mais eminente supremacia social do regimen monotheico, o triumpho crescente da Scholastica, veiu realmente constituir o primeiro agente geral da des-

organisação radical da potencia e da philosophia theologicas, ainda que pareça paradoxal esta propriedade de emancipação attribuida a uma doutrina hoje tão cegamente desprezada. A principal consistencia politica d'esta nova força espiritual, de mais em mais distincta, e desde logo rival do poder catholico, postoque d'elle fosse emanada, resultava da sua aptidão natural a apoderar-se gradualmente da alta instrucção publica, nas Universidades, que, então quasi exclusivamente destinadas á educação ecclesiastica, deviam necessariamente abranger depois todas as ordens essenciaes da cultura intellectual. Appreciando, a este ponto de vista historico, a obra de S. Thomaz de Aquino, e mesmo o poema de Dante, reconhece-se facilmente que este novo espirito metaphysico tinha então essencialmente invadido todo o estudo intellectual e moral do homem, e começava tambem a estender-se directamente ás especulações sociaes, de maneira a testemunhar já a sua tendencia inevitavel a libertar definitivamente a rasão humana da tutella puramente theologica.—Mas as grandes luctas decisivas dos seculos XIV e XV, contra a potencia europêa dos papas e contra a supremacia ecclesiastica do solio pontifical, vieram por fim apresentar espontaneamente uma larga e duravel applicação social a este novo espirito philosophico, que, tendo já attingido a sua plena maturidade especulativa de que era susceptivel, desde então tendeu sobretudo a tomar nos debates politicos uma participação crescente, que, pela sua natureza negativa para com a antiga organisação espiritual, e mesmo por uma consequencia involuntaria, ulteriormente dissolvente para o poder temporal correspondente, do qual ella tinha desde então secundado o systema de absorpção universal. Tal é a incontestavel filiação historica, que, até ao seculo passado, naturalmente collocou, em todo o nosso Occidente, a potencia metaphysica nas Universidades á frente do movimento de decomposição, não sómente emquanto elle permaneceu espontaneo, mas depois quando se tornou systematico.» [1]

Tentar a historia do ensino sem conhecer a genealogia das idéas ensinadas, ou pelo menos a sua influencia nos methodos pedagogicos, é entrar com os olhos fechados em um campo de manifestações tão complexas como este que se relaciona com toda a civilisação europêa.

Depois das idéas dominantes no ensino humanista, temos notado as tentativas dos principaes espiritos da Edade média para o estabelecimento de uma Classificação dos Conhecimentos. Nas disciplinas das

[1] *Cours de Philosophie positive,* t. v, p. 388 a 391.

Universidades, como a de Vercelli, em 1228, encontramos a *Theologia*, as *Leis*, as *Decretaes*, a *Medicina*, a *Dialectica* e a *Grammatica*;[1] na Universidade de Coimbra ensinavam-se as *Leis*, os *Canones*, a *Medicina*, a *Dialectica*, a *Grammatica* e a *Musica*. Existia um pensamento commum a todas as Universidades; e esse pensamento só póde ser explicado como uma applicação das theorias taxonomicas das sciencias segundo a época.

A mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra em 1307, conservou a Theologia separada do novo estabelecimento, sendo ensinada nos mosteiros dominicanos e franciscanos, e as Artes e Sciencias em casas de aluguer e depois no sitio onde mais tarde veiu a fundar-se o Collegio de S. Paulo. Nos primeiros Estatutos dados por D. Diniz á Universidade em 1309, estabelece-se o quadro pedagogico: «Fundamos na nossa Universidade de Coimbra, á qual n'este ponto damos a preferencia, e inauguramos radicalmente o Estudo geral, querendo que sejam mestres *in Sacra Pagina* os religiosos das Ordens dominicana e franciscana... Tambem um Doutor em *Decreto*, e um Mestre em *Decretaes*... Além d'isso para que o reino possa ser melhor governado, queremos que haja um professor em *Leis*, para que os governantes e Juizes do nosso reino possam com o conselho dos peritos decidir as questões subtis e arduas. Tambem ordenamos que no sobredito Estudo, haja um Mestre em *Medicina* para que agora e no futuro os corpos de nossos subditos sejam dirigidos sob o devido regimen da sanidade. Item, queremos que ahi mesmo hajam Doutores e Mestres de *Dialectica* e *Grammatica* para que recebam com o fundamento de quererem ser ministros e juizes e nos que acharem mais agudeza de intelligencia aquelles que desejarem chegar a maiores sciencias.»[2] Nas *Memorias politicas* de Joaquim José Rodrigues de Brito, vem uma reducção dos ordenados dos lentes da Universidade n'esta primeira época: «Segundo a Memoria tirada das *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, impressa por Francisco Leitão Ferreira em 1729, o Lente de Prima de *Leis*, tinha de renda 21$600, ou 600 livras; o de *Canones*, 18$000 réis; e o de *Musica*, 2$340. Conhecemos já que as livras d'aquelle tempo eram de 36 réis cada uma, e que 600 valiam 21$600, que multiplicados por 19 sommam 410$400 réis; e por 4, em 1:641$600, ou mais de 4:000 cruzados. Os 18$000 réis do lente de Prima de Canones em 1:368$000

---

[1] Tiraboschi, *op. cit.*, t. IV, p. 55.

[2] *Livro Verde*, fl. 12 ỳ.—Tambem na *Monarch. Luzitana*, P. V, App. Escr. XXV; e nas *Provas da Historia geneal.*, t. I, p. 75.

reis; e os 2$340 do Professor de Musica em 177$840 réis de hoje. Não nos devemos de admirar pois de que se leia em todos os historiadores que o sr. D. Diniz convidara com grandes ordenados aos lentes das Universidades da Europa, quando vêmos que lhes assignou uns d'esta qualidade; nós devemos notar que elles deviam ser um bom attractivo n'uns tempos em que o luxo privado era limitadissimo.» [1] A leitura da Carta de Constituições do Estudo de Coimbra, pelo rei D. Diniz em data de 27 de janeiro de 1307 [2] só nos confirma os enormes privilegios concedidos á classe escholar, com um fôro independente para os que praticassem algum crime; com a faculdade de elegerem reitor, conselheiros, bedel e outros officiaes da Universidade; com taxa marcada para os alugueres de casa, e podendo viajar pelo paiz sem pagar portagem, além de muitas outras garantias para não serem perturbados no seu estudo. A sciencia tendia a converter-se em um poder social, e effectivamente os Jurisconsultos estabeleceram regras de direito, já recebidas da jurisprudencia romana que renascia nas Universidades, já coordenando os costumes ou praxes conforme a rasão. Para que se fundasse uma unificação da esphera civil, quando ella não era reconhecida, e existiam o fôro da nobreza, o fôro ecclesiastico, o fôro real, e os foros territoriaes, em conflicto permanente, era preciso que a classe especulativa dos escholares gozasse tambem o favor das immunidades, para que ella produzisse esses espiritos austeros que reduziram as fórmas pessoaes da auctoridade á acção abstracta do Ministerio publico.

A Cadeira de Musica não apparece apontada nos Estatutos ou Provisão de 15 de fevereiro de 1309; no emtanto vem computado o seu salario na Resolução de 18 de janeiro de 1323, em que D. Diniz trata com o Mestre de Christo, que se obriga a pagar os salarios aos

---

[1] *Op. cit.*, t. II, p. 78. (1803.) Os salarios eram pagos por duas vezes, em dia de S. Lucas, e no de S. João Baptista. Estes salarios acham-se estabelecidos na Resolução de 18 de janeiro de 1323, no accordo de D. Diniz com os Freires de Christo. *Livro Verde*, fl. 2 ỳ a 4.

[2] J. P. Ribeiro, *Diss. chron*, t II, p. 234. Por esta Carta de D. Diniz approvando a Constituição da Universidade de Coimbra, vê-se que o novo Estudo tinha o privilegio de formular o seu proprio Estatuto: «A quantos esta Carta virem faço saber, que a Universidade do meu Estudo de Coimbra me enviarom pidir por merçee, que eu lhes confirmasse *as Constituiçoeens, que entre sy fezerom*, entendendo que erom a serviço de Deus, e meu, e a proveito dessa Universidade: das quaes Constituições o theor do verbo a verbo tall he: etc.»

Alli se consigna a eleição dos Reitores pelos Escolares; os Estatutos tinham sido appresentados e approvados em congresso do Reitor, Officiaes e Escholares.

lentes em troco dos fructos e rendas das Egrejas de Soure e Pombal. Definamos esse estudo.

A primeira corrente musical que se manifesta em Portugal é a *ambrosiana,* como se infere do testamento de D. Muma Dona, onde vem citado o *Passionarii Ambrosii.* Santo Ambrosio introduziu na Egreja do occidente o canto grego, eliminando o genero chromatico e o enharmonico, e adoptando o genero diatonico. A segunda corrente musical é a do canto *gregoriano,* ou do *canto feito,* desenvolvida pelos trovadores portuguezes, que applicavam esse estylo ás canções provençalescas em lingua vulgar, admittindo uma revolução na Musica, que era conhecida pelo nome de *Descante* e pouco sympathica á disciplina liturgica da egreja no seculo XIV.[1] É justamente quando uma bulla pontificia condemnava o *Descante,* em 1322, que em seguida se acha mencionada a cadeira de Musica na Universidade.

Na Canção ou *Gesta de maldizer,* de Affonso Lopes Baiam, encontra-se a celebre neuma *Aoi,* com que terminam as cantilenas da *Chanson de Roland.* Esta neuma não era peculiar da epopêa franka; Francisque Michel, no Ms. Harleiano, n.º 9908, achou antiphonas terminando por *Euouae.* Se ella apparece na Canção portugueza do seculo XIII, é porque reproduzia um costume musical da época, em que a phrase *saeculorum amen,* pelas suas vogaes *Euouae* servia para indicar o tom em que se cantava o psalmo. Fernando Wolf, no estudo sobre os *Lais* já tinha observado este facto, e Felix Clément, na *Historia geral da Musica religiosa* confirma-o dizendo: «que as antiphonas são sempre seguidas de um Psalmo, que o tom sobre o qual se canta este psalmo é indicado pela terminação, que esta terminação é designada pelas palavras *saeculorum amen,* cujas vogaes sómente são notadas sobre cinco, seis, sete ou oito notas, segundo as regras da psalmodia; e que não ha um unico antiphonario, desde S. Gregorio até ao ultimo vesperal mpresso em 1860, que não apresente quatrocentas ou quinhentas vezes este *euooae* indispensavel ao cantor para entoar o psalmo.» (Op. cit., p. 165.)

A neuma da canção satyrica portugueza não provém de uma parodia da fórma epica, mas sim de ser destinada para o canto, seguindo o estylo dos antiphonarios.

A musica era uma das Sete Artes de que se compunha o *trivium*

---

[1] Lê-se na *Histoire litteraire de la France*, t. XXII, p. 133: «A musica dos hymnos da Egreja foi durante muito tempo a musica que serviu para as canções profanas, mesmo na lingua vulgar.»

e *quadrivium*. No *Leal Conselheiro* encontram-se circumstancias notaveis para a sua historia. Os monarchas da Europa entretinham em suas Capellas um bando de menestreis e cantores; e este facto bastante contribuiu para a creação da musica moderna.

Pelo seculo XIV começa uma revolução profunda na musica antiga; o canto grave e unisono, a que a Egreja deu o titulo de *canto gregoriano,* foi mobilisado com a reunião de outras vozes produzindo um accordo d'onde saíu a musica moderna. Em 1322 uma bulla pontifical condemnava o *descante,* e estabelecia a supremacia do *canto gregoriano;* o *descante* era uma novidade perigosa. Jean des Murs, define: «Descanta, aquelle que ou juntamente com um, ou com muitos docemente canta, de modo que de sons distinctos faz-se um só som, não pela unidade da simplicidade, mas pela união da doce concordancia da variedade.» [1] El-rei D. Duarte, no capitulo: *Do regimento que se deve de ter na capella para seer bem regida,* diz: «Prymeiramente se proveja bem ante que o Senhor venha aa Capella o que ham de dizer, seendo avysados todos em geeral, e cada huũ em special, *do que soo ou com outro* ouver de dizer, assy no leer como em cantar.» (P. 449.)

«que se nom consenta nenhũn *desacordativo* aa estante, porque hũa corda destemperada he abastante para destemperar um estromento.

«Item, que se conheçam as vozes dos Capellaães, qual he pera cantar *alto,* e qual pera *contra,* e qual pera *tenor,* e assy cantem contynuadamente pera cada huũ seer mais certo no que cantar.

«Item, que se conheça quaaes antresy nas vozes sam melhor *acordados,* e aquelles cantem algũas cousas que se ajam estremadamente cantar, porque ha hi algũas vozes, que ainda que sejam boas, antre sy no se *acordam* bem, e outras que ambas junctas fazem grande avantagem.

«Item, que se guarde onde ha destar a estante, e a casa quejanda he pera soarem melhor as fallas (vozes) porque se está a par dalgũa janella, o vento vae por ella fora, e faz menos soar as fallas; e esso mesmo faz em coro alto, ou muyto alongado, porem se deve resguardar o lugar pera mylhor soarem, specialmente se he tal tempo em que se queira resguardar, ou mostrar seus Capellaães.» (Pag. 450.)

Por estas observações de D. Duarte, se verá que em Portugal já estava admittido o *descante,* substituindo o *canto gregoriano*. O accordo das vozes, d'onde saíu a harmonia, procurava-se na melhor consonancia das vozes que melhor se reuniam; assim começaram a serem clas-

[1] Apud Victor Le Clerc, *Hist. Litt.*, t. I, p. 530.

sificadas de *alto, contra-alto, tenor*. As condições acusticas para melhor se produzirem as vozes tambem começavam a ser notadas. Assim a musica, considerada então como um ramo da mathematica, ia tomando uma fórma scientifica.

D. Duarte tambem apresenta alguns preceitos para se ensinar a musica aos meninos, indicando os meios de lhes fazer perder aquelle pudor natural que se tem antes de desprender a voz: «que tanto que ouverem conhecimento de cantar que os façam cantar aa estante, *e que lhe façam ensinar alũas cantigas* a alguũ que saiba bem cantar, e esto pera aas vezes cantarem ante o Senhor, *ca esto lhe faz perder o empacho de cantar,* e esforçar a voz, e gaançar melhor geito e mais gracioso de cantar.» (P. 451.) Estas cantigas profanas usavam-se em todos os officios, e só depois do Concilio de Trento é que foram banidas da liturgia; nas Constituições dos Bispados portuguezes ha uma severa e constante prohibição d'essas arias e motetes, signal do seu frequente e tenacissimo uso. D. Duarte tambem providencía emquanto á expressão que se deve dar á musica:

«Item, se deve guardar que o cantar seja segundo as cerimonias da Igreja, ou triste ou ledo, e segundo os tempos em que esteverem.» (P. 451.)

«Item, devem seer avysados que em qualquer cousa que ouverem de cantar, ora seja *canto feito* ou *descante*, declarem a letera d'aquello que cantarem, salvo se ella for deshonesta pera se dizer.» (P. 453.)

Da necessidade de accordar as vozes, veiu a fixação das *claves,* a principio marcadas por *letras*. Diz D. Duarte: «em qualquer cousa que cantarem devem declarar a *letera* vogal segundo he scripta, e esto porque alguũs teem de costume pronunciar mais huũa letera que outra em aquello que cantam.» (P. 454.)

Aqui se vêem acceites ambas as fórmas, o *canto feito* ou gregoriano, e o de muitas vozes. Comparando-se esta despreoccupação com as queixas dos partidarios do canto antigo, vê-se que a lucta tinha acabado. Como Jean des Murs se queixava amargamente: «Oh! se os antigos mestres da arte ouvissem o *descante* d'estes doutores, o que diriam? O que fariam? Elles interromperiam o discipulo d'esta musica nova, para lhe dizerem:—Não foi de mim que aprendeste estas dissonancias, e o teu canto não está de accordo com o meu. Pelo contrario, tu me contradizes e me escandalisas. Cala-te, antes; mas tu antes queres *delirar* e *descantar*.» [1] As Universidades coadjuvaram esta revolução.

---

[1] Apud Victor Le Clerc, *Hist. Litt.*, t. I, p. 530.

Além da influencia dos estudos humanisticos na emancipação da consciencia individual, as Universidades exerceram uma profunda acção social cooperando pelos seus doutores legistas para a libertação e preponderancia da esphera civil. Esta obra interessava directamente os reis; e se a fundação da Universidade pelo rei D. Diniz é simultanea com a restricção do direito de conferir nobreza e limitação da classe que gosava d'esse fôro estabelecidas nos *Nobiliarios,* tambem esse outro rei que unificou os fóros locaes, convertendo as garantias dos Foraes no direito commum das Ordenações do Reino, o rei D. Manuel, reorganisa a Universidade dando-lhe novos Estatutos; em 1537 D. João III chama a si a faculdade de lhe nomear os Reitores. Todas as leis e decretos que se acham no Archivo nacional relativos á Universidade de Coimbra, e summariados no Indice da legislação por João Pedro Ribeiro, encerram quasi que exclusivamente privilegios e doações de rendimentos. Quando a Universidade passou para Coimbra, accentuou-se mais o seu caracter real ou secular, sendo Mestre Pedro, physico do rei, e Martim Lourenço, seu clerigo, os procuradores na côrte dos negocios da Universidade.

N'esta época, em que a Theologia absorvia toda a cultura dos espiritos, a Medicina era olhada como um tanto heterodoxa, por causa das escholas arabes; o facto da preferencia ligada pelo rei ao seu physico condiz com a guerra de intrigas domesticas em que o envolveram os franciscanos, já com a chamada Rainha Santa, já com o proprio filho. Uma provisão de 1 de dezembro de 1312 permitte que os Escholares e os Lentes possam comprar casas em Coimbra e deixal-as por sua morte a *pessoas leigas;* era evidentemente um intuito de definir o caracter secular de uma classe cujo instituto era dotado com bens ecclesiasticos.

Dizia o antigo ditado: «Onde está o rei, está a côrte;» e conseguintemente a Universidade, como fundação real, devia estar proxima da sua auctoridade immediata. Por Carta de 16 de Agosto de 1338 de D. Affonso IV, transferindo a Universidade de Coimbra para Lisboa, dá-se como fundamento «*a assistencia que n'esta cidade fazia El-rei a maior parte do anno.*» [1]

A transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1307, foi pedida por D. Diniz ao papa Clemente V; o papa allude aos *scandalla et dissentiones* que se deram entre os escholares e os

---

[1] Liv. IV da Chanc., fl. 30, ỿ. Ap. J. P. Ribeiro, *Ind. chr.*

cidadãos, por causa dos privilegios que gosavam, taes como o dos alugueres das casas taxadas para os estudantes e o fôro criminal ecclesiastico. Ao mesmo tempo que o papa Clemente v expedia de Poitiers em 26 de fevereiro de 1308 uma bulla para o rei, confirmando os privilegios concedidos por Nicoláo iv, remettia na mesma data uma outra ao arcebispo de Braga e ao bispo de Coimbra, para effectuarem a transferencia do Estudo geral. Não era propriamente a mudança das Faculdades o objecto d'esta commissão, porque pela Carta de *Constituição do Estudo geral em Coimbra* de 27 de janeiro de 1307, já a Universidade estava funccionando n'aquella sua nova séde; o trabalho dos dois bispos consistia em substituir as rendas que a Universidade perdera na mudança de Lisboa. Os Abbades e Priores, que haviam dotado a Universidade quotisando-se nos rendimentos das suas egrejas, com auctorisação de Nicoláo iv, retiraram os seus subsidios por não acquiescerem á vontade de D. Diniz, na transferencia do Estudo geral para Coimbra; a bulla de Clemente v permittia a annexação de seis egrejas parochiaes do padroado real para mantimentos dos Mestres do Estudo de Coimbra, e os dois prelados escolheram as egrejas de Soure e Pombal, que tinham pertencido á Ordem dos Templarios recentemente extincta, e que o rei incorporara na nova Ordem de Cavalleria dos Freires de Christo. O Mestre e Conventuaes da nova Ordem representaram ao monarcha para que lhes permitisse ficarem com as egrejas, pagando a Ordem de Christo os salarios dos mestres do Estudo. A resolução do monarcha não foi prompta; sómente em 1323 em escriptura de 18 de janeiro, datada de Santarem, é que permittiu a compensação, sabendo-se por este documento [1] a importancia dos salarios: ao *Mestre das Leis,* 600 livras; ao de *Decretos,* 500; ao da *Fisica,* 200; ao de *Grammatica,* 200; ao de *Logica,* 100; ao de *Musica,* 75; a dous Conservadores, 40 a cada um. Os pagamentos eram por S. Lucas (18 de outubro) e pelo S. João. Por este documento se vê, que as cathedras tinham ainda um só professor; que a hierarchia pedagogica estava confundida, não se destacando as Artes das cadeiras maiores; e que as épocas escholares eram apenas duas, como ainda hoje se observa nos cursos das Universidades allemãs. É d'este tempo que os medicos foram chamados *Fisicos,* porque se denominava como Fisica a cathedra de Medicina. [2] Muitas foram as providencias de D. Diniz no estabeleci-

---

[1] *Livro Verde*, fl. 2 ỳ a 4.

[2] Por uma Carta de D. Affonso iv, de 1328, vê-se que a Ordem de Christo não cumpriu sempre o seu compromisso para com a Universidade, por que o rei em 15

mento da Universidade em Coimbra; em Carta de 27 do novembro de 1308, datada de Leiria, manda aos alcaides, alvazis e concelho de Coimbra, e ao seu almoxarife e seu escrivão de Coimbra, para que os escholares tenham açougues, carniceiros, vinhateiros, padeiros e mettam seus almotacés;[1] em Carta de 15 de fevereiro de 1309 datada de Lisboa, estabelece a protecção aos escholares, os quaes não serão presos bem como os seus homens depois da noite, a quaesquer horas, se andarem com lanternas, candeia ou outro lume. Ficavam assim independentes da subordinação ao *sino corrido,* vivendo em um bairro especial da porta de Almedina para cima. O costume do *sino corrido,* em Portugal, correspondia ao *couvre feu* das outras cidades européas. Na Carta de 25 de maio de 1312, fala-se dos furtos e desaguisados nocturnos «e esto porque non *tangiam sino* na See as horas que deviam que é acostumado por meu senhorio de se tanger... que tanjam 3 vezes ao dia o sino grande da see... quem andar depois se filhe e leve ao castello... e se for escolar ou seu homem e levar armas defesas lh'as filhem e os levem ao castello, e no outro dia se entreguem ao juiz d'elles, levando o alcaide a carceragem.» (*Livro Verde,* fl. 14). Ainda hoje existe o costume d'este sino tangido, chamado no calão academico a *cabra.* Pela Carta de 25 de maio de 1312, ao alcaide e alvazis, sabe-se: «*que havia poucas casas na almedina*, muitos pardieiros e casas derribadas...»[2] O monarcha impoz que fossem reedificadas, para serem alugadas aos estudantes. N'esta mesma carta determina-se «ao alcaide e alvazis... para que aluguem aos escolares as casas *da porta d'almedina para cima.*» Por Carta de D. Pedro I, de 1361 descreve-se o bairro dos escholares: «bairro limitado *des a porta d'almedina* para dentro... que era muito estreito... per razam das casas que na motividade (terremoto) se perderam... e muitos pousam no dito bairro, e que o dito bairro seja coutado.»[3] Ainda em 1365, torna o rei a dirigir-se ás mesmas auctoridades sobre o *bairro apartado.* Os conflictos dos estudantes com a população burgueza é que impunham esta separação, que parecia um privilegio; em Carta de 6 de novembro de 1370, D. Fernando escreve ao Conservador da Universidade «sobre os privilegios dados aos moradores da *almedina* da cidade de Coimbra, manda

---

de julho d'este anno escreve ao Conservador para «que os Mestres tenham pela Commenda de Pombal 1.500 libras, e pela de Soure 1.200 para os salarios; e que procedam contra os devedores.» (*Livro Verde*, fl. 23 y e 24).

[1] *Livro Verde*, fl. 12.

[2] Ibidem, fl. 14 y.

[3] Ibidem, fl. 23.

que os guardem, especialmente sobre prisões dos escholares e officiaes.»[1] Porém, por Carta de 14 de outubro, d'este mesmo anno, vê-se que se ia alargando o bairro apartado para fóra da Almedina, escrevendo o rei: «Sobre os escolares terem escolas e lerem no arrabalde da cidade... que lhes dessem escolas convinhaveis e pousadas... e que das casas que houver no arrabalde façam escolas e pousadas em que morem como se lhes davam *antes quando liam dentro em essa almedina.*»[2] O ensino da Theologia fóra da Universidade, obrigava uma parte dos escolares a sahirem do seu bairro apartado para cursarem essa disciplina nos conventos dos Dominicanos e dos Franciscanos. Era uma das causas dos conflictos com a população burgueza.

A prohibição do ensino da Theologia na Universidade de Lisboa, encerra uma grande luz não só para se comprehender a organisação das Universidades da Europa, no seculo XIII, emquanto ao quadro das disciplinas pedagogicas e subsequente centralismo dos estudos theologicos, como para definir as phases historicas de *Universidade* e *Estudo geral,* porque passou a instituição do rei D. Diniz.

Pela bulla de 1290, o *Estudo geral* de Lisboa conferia nos seus gráos o direito de *ubique regendi;* em virtude d'esta prerogativa universitaria os lentes eram contractados e attrahidos de umas para outras universidades, segundo a sua reputação; e os estudantes podiam tambem preferir as universidades mais afamadas em certo numero de disciplinas. A falta da *Faculdade theologica* no Estudo geral de Lisboa, causava por ventura uma diminuta frequencia de escholares, indo os que seguiam as ordens graduar-se em Paris. Não tinhamos bem uma Universidade, mas uma *Faculdade permittida.*

Conhecedor dos estudos theologicos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, seria talvez este um dos principaes motivos que levaram o rei D. Diniz a transferir a Universidade para Coimbra em 1307;[3] esta transferencia é denominada pelo proprio monarcha uma fundação: «*inauguramos radicalmente o Estudo geral.*» O estudo da Theologia, peculiar dos Dominicanos e Franciscanos, que reagiam contra a Renascença do seculo XIII como os Jesuitas reagiram contra a Renascença do seculo XVI, não é incorporado no plano universitario, não tendo por isso a cadeira dotação real; só apparece *salariada* em 1400. Apesar de haver

---

[1] *Livro Verde*, fl. 32.

[2] Ibidem, fl. 32 ỳ e 33.

[3] Já em janeiro da éra de 1345 (anno de 1307) se achava a Universidade funccionando em Coimbra. (J. P. Ribeiro, *Diss. Chron.*, t. IV, p. 234.)

n'esta transformação *mestres das sagradas letras*, nem por isso a Universidade de Coimbra gosou a prerogativa de Estudo geral ou da *facultas ubique docendi;* e não tendo outra importancia mais do que um Estudo real, era por isso que acompanhava a côrte, voltando outra vez para Lisboa, onde já se acha estabelecida em 1338, porque o rei ahi reside a maior parte do anno. Como, porém, favorecer a nova instituição, se lhe falta a faculdade *ubique docendi?* Dispondo do poder temporal, o rei D. Pedro I centralisa os estudos, prohibindo que se ensine fóra das Escholas. Pela mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra, os Priores e Abbades, que tão generosos se mostraram na dotação do Estudo geral, contribuindo com parte das suas rendas, negaram-se, sob o pretexto da mudança, a continuarem esse encargo. [1] Assim desde 1307 a Universidade ficou inteiramente real. D. Diniz, que tinha com os bens dos extinctos Templarios constituido a Ordem dos Cavalleiros de Christo, obteve em 1323, do Mestre d'esta Ordem, que das rendas das egrejas de Soure e Pombal, que lhes entregara, tirasse os salarios para pagar aos lentes e officiaes da Universidade estabelecida em Coimbra. [2] Quando foi novamente transferida para Lisboa, em 16 de agosto de 1338, a Ordem de Christo recusou-se a entregar os rendimentos das egrejas de Pombal e Soure, pretextando o facto de ser tirado o Estudo geral a Coimbra. Outra vez se encontrou a Universidade sob a égide do poder real, annexando-lhe os rendimentos das egrejas do seu padroado, em Sacavem, Azambuja, Torres Vedras, duas em Obidos, e as da diocese de Lisboa. Para esta annexação foi preciso obter a bulla de Clemente VI, de 7 de janeiro de 1348, que concedia apenas que se applicasse á Universidade até á quantia de *tres mil libras* (de 36 réis); no cumprimento d'esta bulla o poder real só ao fim de quatro annos conseguiu vencer as resistencias dos priores das varias egrejas annexadas, prolongando-se a resistencia do prior de Sacavem até final sentença a favor da Universidade, em 1386. A historia economica da Universidade de Coimbra, tão interessante como a litteraria, mostra claramente que bem pouco deveu esta instituição á iniciativa e impulso ecclesiastico. [3]

---

[1] Diz J. Maria de Abreu: «pretexto com que os prelados de diversos mosteiros se excusaram ao pagamento das collectas, que haviam offerecido para a sustentação da Universidade, quando se fundara primeiro em Lisboa.» (*Instituto*, t. II, p. 28.

[2] Obrigado pela Escriptura de 18 de janeiro de 1323, porque a Ordem de Christo não queria cumprir o encargo que lhe exigira o rei.

[3] O Dr. Motta Veiga, no *Esboço historico-litterario da Faculdade de Theolo-*

Em 1354 é trasladada outra vez a Universidade para Coimbra;[1] porém, não lhe aproveitaram os estudos theologicos de Santa Cruz, porque os estudos de Paris attingiram o mais alto esplendor, centralisados ali pela influencia dos papas de Avinhão. Na obra de Fr. H. Denifle, *As Universidades da Edade média até ao seculo XIV*, apresentam-se alguns aspectos d'esta falta da faculdade theologica em algumas Universidades, por onde os Papas, firmados no poder espiritual, luctavam com os Reis. Assim o papa restringia o poder *ubique docendi*, e o rei apenas podia centralisar os estudos no seu estabelecimento. Diz Denifle: «Até 1400, houve 46 Universidades, mas de umas 28 de entre estas, isto é, de quasi dois terços, foi excluido na época da sua fundação o estudo da Theologia. Para explicar este facto, que até agora se não julgava tão geral, e que não pode deixar de causar-nos admiração, tem-se dito que a Theologia era então ensinada nas escholas dos conventos, especialmente dos dominicanos e franciscanos. Mas esta explicação não satisfaz. O motivo porque se erigiram ou permittiram cadeiras de Theologia só n'um numero relativamente pequeno de Universidades, deduz-se das considerações seguintes. A principio fundaram-se algumas universidades onde só se estudava o Direito, outras onde se estudava só a Medicina, e não era por então necessario fazer entrar a Theologia no quadro dos estudos de taes Universidades, que nos apparecem na Italia, na França e na Hespanha. Por outro lado, Paris era já, em parte, desde o seculo XII, havida como a patria, como a terra classica da Theologia. Honorio III disse-o expressamente em 1219, e as suas palavras continuaram a ser verdadeiras por alguns seculos. Todavia, nos documentos pontificios do seculo XIII, relativos á fundação e privilegios das Universidades, ainda não era formalmente prohibido o estudo da Theologia nas Universidades, ou n'algumas d'ellas. Apenas Nicoláo IV prohibiu que em Montpellier e Lisboa se conferissem gráos em Theologia. Mas no seculo XIV, precisa-

---

gia, forçou as conclusões: «que a Universidade foi fundada por influencia e a pedido do clero portuguez; que foi o clero portuguez, que principalmente concorreu para a sustentação e conservação da mesma Universidade, logo desde o seu principio.» (Pag. 26 seg.) A comprehensão dos documentos mostra-nos o contrario. J. Silvestre Ribeiro chega a caracterisar a Universidade como pontificia.

[1] O local em que se estabeleceram as Escholas e o bairro dos estudantes, em Coimbra, desde 1307, foi da *Porta da Almedina para dentro*, da *Porta da Almedina para cima*, como se sabe pela referencia dos documentos de 1361 e 1377, e pela tradição, que collocara a Universidade no sitio onde foi mais tarde fundado o Collegio de S. Paulo.

mente no tempo em que os Papas residiam em Avinhão, e a Universidade de Paris era designada como *romanae sedis studium,* apparece frequentes vezes, nos documentos pontificios relativos á erecção de Estudos geraes, a seguinte fórmula: *são permittidos os estudos em qualquer Faculdade, menos em Theologia.* Os Papas de Avinhão ligavam uma importancia especial, que é facil de comprehender, ao principal estabelecimento litterario da França, que era ao mesmo tempo o primeiro da christandade, e interessavam-se mais do que qualquer dos seus antecessores em que elle fosse frequentado por individuos vindos de todas as partes da Europa. Este fim podiam elles attingil-o só por meio de privilegios concedidos precisamente á Faculdade a que a Universidade de Paris devia a sua gloria.» [1] Comprehende-se á vista da generalidade d'este facto, que no seu primeiro periodo historico a Universidade de Coimbra fosse apenas uma *Faculdade permittida* sem a prerogativa de *ubique docendi.*

A instituição universitaria, pela sua tendencia secular ou civil, reagia por uma forte centralisação do ensino; assim, por Carta de 22 de outubro de 1357 o rei D. Pedro manda que os Reitores e Conservadores não consintam que alguem ensine fóra das Escholas e dê lição, salvo de *Partes* ou de *Regras* ou de *Gaton* ou de *Cartula,* ou dos Livros meores; e os que quizerem lêr os Livros maiores os venham lêr nas Escholas. [2] Este mesmo intuito centralisador é manifesto na penalidade imposta em 1384 por D. João I, condemnando os que lêrem fóra das Escolas em 10 libras pela primeira vez, em 20 pela segunda, tendo á terceira expulsão. Pela prohibição de 1357 se infere que já se ia destacando um ensaio elementar de primeiros rudimentos, que constava da carta do A B C e da leitura do *Proverbios de Catão.* No *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte ha uma referencia ao ensino das crianças: «E filhayo por huũ A B C de lealdade, ca he feito principalmente para senhores e gente de suas casas, que na theoria de taes feitos em respeito dos sabedores por moços deveemos seer contados, pera os quaes A B C he sua propria ensinança.» [3] Na sua obra o rei D. Duarte cita por vezes os *Proverbios de Catão*, e ainda no primeiro quartel do seculo XV invocava a sua auctoridade: «Do que pertence aos senhores, mais non screvo, por me non louvar ou doestar por que

---

[1] *Die Universitäten des Mittelalters bir 1400*, t. I, p. 703 a 705. Ap. J. M. Rodrigues, *A Faculdade de Theologia*, p. 28. Coimbra, 1886.

[2] *Livro verde*, fl. 19, ỷ. J. P. Ribeiro, *Indice chronolog.*

[3] Op. cit., p. 5.

o *Gatom* o defende...» [1] As *Regras,* a que se refere a prohibição de 1357, são a designação corrente do *Quicumque vult*, ou o Symbolo de Santo Athanasio, que se repetia de cór, [2] e sobre que se exerceram mais cedo as linguas vulgares. Sob o titulo de *Partes,* como já observámos, designava-se a *Summa Theologica* de S. Thomaz, e no ensino da Theologia, na cadeira de vespera, davam-se *As Partes de S. Thomaz,* como no quarto anno do curso das Artes, no seculo XVI, se conservavam a *1.ª e a 2.ª de S. Thomaz.*

A necessidade de um centralismo pedagogico resultava do cahos

---

[1] *Leal Conselheiro,* p. 38. Ácerca d'este livro escreve Leroux de Lincy no seu *Le Livre des Proverbes français:* «De todos estes livros de moral empregados durante a Edade média para a instrucção da mocidade o mais celebre é o que tem o nome de Dyonisius Cato. É uma collecção de preceitos dividida em quatro partes, na qual a sabedoria antiga do paganismo está misturada com os preceitos dos primeiros christãos. É bastante difficil dizer quem seja o auctor d'esta collecção, e apesar das eruditas dissertações feitas no seculo XVII, nada se concluiu sobre este ponto. Durante muitos seculos attribuiu-se esta obra a Catão o Antigo, que a compuzera, dizia-se, para instrucção do seu filho; mas é facil certificar que nem Catão o antigo, nem Catão de Utica podiam ter escripto este livro, pelo menos tal como chegou até nós, pois que *Virgilio*, *Ovidio e Lucano* são nomeados entre os poetas cuja leitura era recommendada. O erudito Fabricio fixa plausivelmente a data dos *Disticos* no seculo II da nossa éra e no reinado do imperador Valentiniano. Esta collecção gosou de uma grande auctoridade, principalmente nas escholas, onde era considerada como, segundo Aulo-Gellio (lib. XII, *cap.* 2), escripta pelo censor romano para uso de seu filho. Desde o seculo II a XII numerosos testemunhos provam a importancia dos *Disticha Catonis;* Isidoro cita-os nas suas Glosas, Alcuino, Pedro Abélard, Hincmar, archebispo de Reims, e muitos outros os invocam como testemunho, e João de Salisbury elogia-os como excellentes para a educação das crianças e adaptadissimo para lhe inspirar os melhores principios de virtude. A reputação dos *Disticos* estava bem firmada nas differentes Universidades da Europa, na época em que começaram a ser traduzidos em francez.» (*Op. cit.*, t. I, p. XLII.) Leroux de Lincy enumera traducções da primeira metade do seculo XII, do seculo XIII, e como foi uma das primeiras obras consagradas pela impressão antes de 1445, prolongando-se a sua popularidade durante todo o seculo XVI e XVII, reunidas ás differentes *Palavras de Ouro* dos moralistas litterarios. E conclue: «Como se vê, esta obra, quem quer que seja o auctor, gosou durante mil e duzentos annos de uma popularidade immensa. Composta para instrucção da mocidade, foi elaborada por differentes troveiros da Edade média, que a tornaram o texto de um poema moral e de uma collecção de proverbios. Á imitação d'estes velhos poetas, os nossos rimadores do seculo XV e XVI apoderaram-se dos *Disticos* para os reunir ás suas elocubrações. Finalmente, volvendo este livro ao que fôra na sua origem, é uma collecção de quadras ao uso da infancia. Hoje está completamente esquecido.» (*Ibid.*, p. XLVII).

[2] Fr. Fortunato de S. Boaventura traz nos *Ineditos de Alcobaça*, t. I, p. 166,

doutrinario contra o qual se pretendia reagir por um severo dogmatismo. Rémusat caracterisa este cahos doutrinario no typo eminente de Abélard, que em Theologia era *trinitario,* em Metaphysica *platonico*, em Logica *aristotelico,* e em Rhetorica *ciceroniano*. O mesmo cahos se dava na Jurisprudencia entre civilistas ou *bartholistas*, e os canonistas ou *decretalistas*. Um tal cahos só podia desapparecer gradualmente, se o ensino se fosse restringindo ás bases positivas e unanimes da sciencia objectiva e experimental, que assignala a Renascença. O individualismo critico prolongou a anarchia intellectual, dando logar á compressão temporal da dictadura monarchica.

Referindo-se á centralisação dos estudos na Universidade, estabelecida pela carta de D. Pedro I, em 22 de outubro de 1357, inferiu J. Maria de Abreu que esta incorporação do ensino particular era a fórma primitiva dos *privata docentes,* conservada ainda nas Universidades da Allemanha. [1] Pelos estatutos de 1384 permittiram-se leituras sobre qualquer disciplina nas aulas da Universidade, a bachareis e escholares examinados e aprovados por um doutor ou mestre da faculdade. [2]

Em 1377 foi transferida por D. Fernando a Universidade para

---

uma antiquissima traducção portugueza: *Este he o* Quicumque vult *per linguajem*. No ms. 266 da livraria de Alcobaça achámos um resumo escripto nas guardas do volume:

«Qualquer, que quiser salvo seer, sobretudo lhe ha mister de teer a fee catholica;

«Ca a qual se a cada hum no tever, inteira e nom corrompida, pera sempre sua alma será perdida.

«Ca fee catholica aquesta he que honremos huum Deus em Trindade, e Trindade em unidade.

«Esta he a fee catholica, a qual se cada huũ fielmente firmemente nom creer, per nenhuma guisa salvo pode ser.»

[1] «N'esta epoca havia nas Universidades lições ordinarias e extraordinarias. Eram estas quasi sempre professadas pelos bachareis, que aspiravam ao gráo de doutor; e versavam sobre certo numero de textos. Os escholares pagavam a estes leitores. Os *privata docentes*, das Universidades de Allemanha são um simile d'esta antiga instituição, que foi decahindo, depois que se augmentara o numero dos professores ordinarios em cada faculdade, com rendas proprias para pagamento dos seus salarios.» M. J. de Abreu, *Mem. hist. da Universidade.* No *Instituto*, t. II, p. 29.

[2] J. M. de Abreu reforça a sua comparação: «Era o systema das antigas Universidades da Allemanha, que ainda hoje vigora em muitas d'ellas. Esta concorrencia entre os professores ordinarios e os leitores extraordinarios, authorisados pela Universidade, revela n'aquella época um gráo de adiantamento mui superior ao que rasoavelmente podia esperar-se na nossa situação.» Ibid., p. 90.

Lisboa; [1] conservou-se ella em Coimbra até perto do fim d'esse anno, como se infere da Carta de D. Fernando de 3 de junho de 1377, e de outra do 1.º de julho d'esse mesmo anno, dirigida a Affonso Martins Alvernaz. N'este primeiro documento declara o rei: «E vendo e considerando, que se o nosso Studo *que ora estaa na cidade de Coimbra,* fosse mudado na de Lisboa, que na nossa terra poderia aver mais letrados, que averia, se o dito Studo na dita cidade de Coimbra estevesse, por alguns lentes que de outros regnos mandamos vir não queriam leer se nom na cidade de Lisboa... mandamos que o dito Studo, *que ora estaa na dita cidade de Coimbra,* seia em a dita cidade de Lisboa pela guiza, que ante soya estar.» [2] Na carta a Alvernaz, vem a referencia aos Reitores simultaneos; [3] n'esta carta pedia D. Fernando que lhe enviassem um homem da escolha da Universidade para com elle combinar as cousas necessarias ao funccionamento das escholas e moradas dos estudantes. Não se sabe se os lentes mandados vir de outros reinos chegaram a ensinar; é certo porém, que no principio d'este anno escholar, 1.º de outubro de 1377 «não havia no Estudo de Lisboa ledores de *Leis, Decretaes, Logica* e *Philosophia,* por cujo motivo a Universidade pedira ao rei que lh'os assignasse.» [4]

D. Fernando preoccupava-se com a mudança da Universidade de Coimbra para Lisboa, e este pensamento realisado em 1377, fôra appresentado ao papa Gregorio XI, quando o rei lhe solicitou a concessão das insignias caracteristicas dos gráos de Doutores, Mestres, Licenciados e Bachareis. Ao conceder essas insignias, pela bulla de 1376, o papa

---

[1] Depois que a Universidade foi trasladada para Lisboa por D. Fernando em 1377, tornou a ser estabelecida nas mesmas casas do *Campo da Pedreira*, onde sempre estivera; porém nos documentos encontra-se esse local designado com duas novas indicações, *junto á Porta da Cruz*, por que então Lisboa fôra cercada por uma muralha ordenada por D. Fernando, onde se abrira essa porta, e na *Moeda Velha*, porque alli se estabelecera a Casa da Moeda, depois que a Universidade foi mudada para Coimbra, passando desde 1377 para os paços chamados do Limoeiro. As casas das Escholas ficaram com a denominação popular da *Moeda Velha*, sem comtudo deixarem de ser as mesmas a que alludem os documentos do reinado de D. Diniz.—Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade,* p. 73. *(Mem. da Ac. de Hist.* de 1729).

[2] Carta de 3 de junho de 1377. *Livro Verde*, fl. 34.

[3] Sabede que os *rectores* e universidade do Studo *que ora estaa na cidade de Coimbra...* Carta de 1 de julho de 1377. *Livro Verde*, fl 40.

[4] J. Maria de Abreu, citando a Carta de 1 de janeiro de 1378. Ap. *Instituto*, t. II, p. 56. *Livro Verde*, fl. 36 ỳ a 38 ỳ.

Gregorio XI dirige-a ao Estudo de Lisboa, quando só no fim do anno seguinte é que a mudança foi effectuada. Não attribuimos isto a um equivoco, mas á supposição de que o rei de Portugal teria já levado á pratica o seu annunciado intento, que estava ligado a um plano geral de reformas emprehendidas no seu reinado e que vieram a fructificar no tempo de D. João I.

Pela Carta de 1 de julho de 1377, em que D. Fernando confirma os privilegios da Universidade em accordo com o delegado dos escholares, conhece-se que o numero dos lentes augmentara, por isso que ahi se trata dos lentes da manhã; este costume reapparece em todo o seu vigor no seculo XVI. Tambem se faz referencia n'esta mesma carta aos *actos* ou exames dos escholares: «Outrosi nos pedio que fosse nossa mercê que os lentes da manhã em direito fizessem ao menos dois *autos* no anno pera os escholares averem modo de arguir. A esto respondemos: Mandamos que nos prazia e praz de se fazer e guardar pela guiza, que por elle (Lopo Esteves) foi pedido.» [1]

A mudança da Universidade para Lisboa, á parte as rasões que já vimos indicadas pelo rei D. Fernando na Carta de 3 de junho de 1377, era tambem um meio habil para revisar a titulo de confirmação todos os privilegios academicos, modificando-os em harmonia com a auctoridade real, que ia gradualmente avançando para o exercicio da dictadura do seculo XV. Na mudança da Universidade, os escholares pediram por via do seu delegado Lopo Esteves, que o rei lhes confirmasse todos os privilegios que gosavam; o rei confirmou-lh'os, mas submetteu a jurisdicção do Conservador ao direito commum, admittindo apellação das sentenças civeis e criminaes d'estes juizes privilegiados, e que nos autos civeis dessem aggravo. Regulamentou tambem a fórma das citações a requerimento dos escholares, exigindo-lhes préviamente juramento de não procederem de má fé e seguirem o estudo com o intuito de aprender e não de se aproveitar do fôro escholar. Pediam mais os estudantes licença regia para advogarem emquanto frequentassem os cursos, porque esta permissão attrahia maior numero de alumnos. O rei interpoz a sua auctoridade, estabelecendo pela Carta de 3 de junho de 1377, que só advogassem pela competencia do seu gráo os Doutores, Mestres e Bachareis: «Mandamos, que possam esto fazer os que forem *doutores*, e *mestres* e *bacharees*, e outros nom; por-

---

[1] J. M. de Abreu, nas *Mem. historicas da Universidade* é que fixou este facto, observando que Figueiroa affirmava que até aos *Estatutos* de 1431 não achara noticia de se fazerem *actos* na Universidade. *Instituto*, t. II, p. 57.

que aos escholares nom pertence, nem é proveitoso de o fazerem, por nom averem azo de leixar o Estudo e de aprender, porque cheguem e ajam gráo na sciencia.» D. Fernando fez todas as concessões que os escholares pediram, excepto aquellas que cerceavam a auctoridade e a justiça real; não lhes deu isempção do encargo de terem cavallo, que era exigido a todos os que tinham um determinado rendimento (duas mil livras, pela lei de 21 de agosto de 1357). E comprehende-se isto tanto melhor, quando se sabe que foi sob o reinado de D. Fernando que se estabeleceu a primeira organisação da força militar em Portugal. Resalvando a independencia das justiças do rei, tambem D. Fernando não consentiu que os Conservadores da Universidade podessem processar os juizes e officiaes das differentes terras por não terem dado cumprimento aos seus mandados e sentenças, sem que primeiramente se provasse essa negligencia e se apresentassem os motivos para em vista d'elles se lhe dar remedio.

O convite de mestres estrangeiros fez com que a Universidade, por exigencia d'estes, fosse transferida pela terceira vez para Lisboa, em 1377. O rei D. Fernando trabalhou para obter para a Universidade uma concessão do papa Gregorio XI, dos gráos de bacharel e doutor em qualquer licita faculdade; o papa concedeu os gráos e insignias pela bulla de 7 de outubro de 1376; porém o rei queria mais, o privilegio *ubique docendi,* sem o que não tinha um Estudo geral, cujos gráos valessem em toda a parte. É assim que se podem comprehender as palavras de uma nova impetração ao papa Clemente VII, em que o rei D. Fernando diz: «*quod in Regno Portugalliae* GENERALE STUDIUM, *quod in illis partibus summe foret expediens, non habetur*...» Desconhecida a corrente historica, esta confissão da falta de um *Estudo geral* em 1376 não se comprehende; e muito menos se comprehende a concessão do papa Clemente VII, que, em documento de 7 de junho de 1380, satisfaz o pedido de D. Fernando, para que se funde em Lisboa um Estudo geral, com todos os privilegios concedidos aos outros Estudos geraes, e tendo os graduados o privilegio *ubique docendi.* Este mesmo documento foi communicado ao bispo de Lisboa e ao deão de Coimbra.[1]

Denifle, na obra sobre *As Universidades na Edade média,* considera este facto como constituindo um segundo periodo na historia da

[1] Estes documentos foram pela primeira vez publicados por Denifle, *op. cit.*, t. I, p. 530-532. Ap. J. M. Rodrigues, opusc. cit., p. 32.

Universidade portugueza; adquirira o direito *ubique docendi,* elevando-se acima de faculdade permittida. Este progresso foi commum á evolução geral das Universidades; diz Denifle: «A *facultas ubique docendi* continha-se já em germen no conceito do Estudo geral. Faltava apenas enuncial-a formalmente, e Gregorio XI foi o primeiro que o fez a respeito da Universidade de Tolosa, que por isso ficou fixando época na historia das Universidades. A excepção a respeito das Universidades de Paris, Bolonha, e em parte tambem da de Oxford e posteriormente da de Orleans, que por muito tempo só reconheceram os gráos por ellas conferidos nas Faculdades que formavam a sua especialidade e sujeitavam a novo exame os graduados n'outras Universidades, fundava-se apenas na evolução propria d'estas Universidades e nos seus Estatutos especiaes, e confirma a regra de que o privilegio da *facultas ubique docendi* era uma propriedade caracteristica dos Estudos geraes.»[1] Parece que, sob D. Fernando, a Universidade não se achava definitivamente fixada em Lisboa,[2] como se infere da bulla de 7 de ju-

---

[1] *Op. cit.*, p. 21-22. Rodrigues, ibidem, p. 29.

[2] As numerosas mudanças que a Universidade soffreu de Lisboa para Coimbra e de Coimbra para Lisboa, desde D. Diniz até D. Fernando, são consideradas como a principal causa do desapparecimento dos documentos primitivos da sua actividade pedagogica. Ignora-se quaes foram os seus primeiros lentes e reitores, podendo vagamente reconstruir-se esse quadro pelas referencias dos documentos legaes. Os Bedeis formavam a *Tabula Legentium* com a lista dos nomes dos lentes das diversas cathedras no começo do anno, conforme liam á hora de *prima* (de manhã) ou de *vespera* (á tarde); era um trabalho imperfeito, como ainda se vê pelas listas ou pautas formadas no tempo de D. Manuel. Pelas referencias tiradas dos alvarás sobre negocios da Universidade, e algumas indicações dos dois chronistas Fr. Antonio da Purificação e D. Nicoláo de Santa Maria, formamos a seguinte:

Tabula Legentium dos seculos XIII e XIV

Mestre Martinho, natural de Leão de França; lia Canones (1290.)

Mestre André Ursinus, natural de Viterbo; interprete dos Santos Padres (1290.)

Mestre Gerardo, italiano; leu Theologia.

Mestre Alvaro de Veiros; leu Escriptura.

Mestre Agostinho Bello; foi o primeiro que leu Artes, e passou depois a ler Theologia.

P. Mestre Domingos Martins, regrante; leu Theologia (1307.)

Mestre Gil das Leis, que fez as Constituições da Universidade (1317.)

P. Simão da Cruz; leu Theologia (1330.)

nho de 1380, dirigida simultaneamente ao bispo de Lisboa e ao deão de Coimbra, pelo papa Clemente VII; a sua fixação *para sempre, em Lisboa,* por D. João I, em 1384, actuou profundamente no seu desenvolvimento, principalmente no que respeita á Jurisprudencia e á Cosmographia, periodo que termina em 1537, e que cooperou para entrarmos dignamente na Renascença.

Mestre Pero das Leis (1339.)
Mestre Gonçalo das Decretaes (1357.)
Mestre Affonso das Leis (1358.)
D. João Affonso, Doctor in utroque jure (1368.)
João Sanches, Doctor em Degredos (1368.)
Gonçalo Miguens, Bacharel em Degredos (1368.)
Pedro Domingues, Mestre de Grammatica (1368.)
Mestre Lucas, lente de Theologia (?)
Mestre Thadeo, lente de Rhetorica e depois de Philosophia (?)
Johanes, Doctor Legum (1385.)
Steve Anes, Bacharel em Degredos, bedel (1386.)
Mestre Mendo; leu Physica (1387.)
Fernão Martins, lente (1388.)
Lourenço Annes, Doctor em Leis, Bacharel em Degredos (1390.)

CAPITULO III

A Universidade sob a Dictadura monarchica (1384 a 1504)

Na desorientação metaphysica a disciplina social concentra-se na Dictadura monarchica no seculo xv.—Acção dos Jurisconsultos, prevalecendo sobre os Ontologistas.—D. João I, definindo a dictadura monarchica, fixa a Universidade em Lisboa, em 1384, e invade a sua autonomia com a nomeação de um Provedor.—Factos analogos sob D. Affonso v e D. João II.—Estado de angustia economica da Universidade, pela resistencia do clero em contribuir conforme ordenava a bulla de 1411.—O Infante D. Henrique torna-se Protector da Universidade, por 1418, talvez pelas antigas dependencias da Universidade com o Mestrado de Christo, e pela resistencia contra a absorpção do Poder real.—O Estudo da Mathematica e da Astronomia, ou a continuação do primeiro par encyclopedico dos gregos.—A doação do Infante D. Henrique, em 1431, de umas casas para as aulas da Universidade.—O ensino da Theologia apparece salariado desde 1400; dotado com doze marcos de prata annuaes das rendas dos dizimos do Mestrado de Christo na ilha da Madeira.—Pessoal docente em 1430.—Os litigios com os vigarios das egrejas annexadas á Universidade prolongam-se até 1461.—Estado de ignorancia do clero portuguez, attestado na bulla de 20 de dezembro de 1474.—Origem das Conezias magistraes e doutoraes.—Os Estudantes pobres, sob D. João I e D. Duarte.—O Infante D. Pedro reconhece a necessidade da fundação dos Collegios junto da Universidade á maneira de Oxonia e Paris.—Natureza d'estes Collegios.—O Infante D. Pedro projecta em 1446 a fundação em Coimbra de uma Universidade de Leis, Canones, Theologia e Artes, dotada pelas rendas da egreja de S. Thiago de Almalaguez.—D. Affonso v, por provisão de 1450, pretendeu tornar effectiva a creação da nova Universidade de Coimbra.—O *collectum* (colheita) ou talha nas Escholas medievaes.—Os Estudantes pobres de S. Nicoláo, *Caçadores, Martinets, Sopistas* e os *Goliardos.*—Instituição do Collegio do Dr. Mangancha para Escholares pobres, em 1448.—Conclusões defendidas pelo Dr. Mangancha, em Pisa, diante de Eneas Sylvius, em 1437.—Estatutos feitos pela Universidade em 1431.—D. Affonso v, por Alvará de 1471, estabelece um novo Regimento ou Estatuto para a Universidade.—A coexistencia dos dois Reitores.—O pedido dos Povos nas côrtes de Vianna sobre os estudos da Nobreza.—O desenvolvimento dos estudos humanistas no seculo xv e a *Arte nova.*—Os tres aspectos do Humanis-

mo: *italiano* (Angelo Policiano e Cataldo Siculo); *germanico* (Clenardo); e *francez* (os Gouvêas.)—Os Legistas tornam-se impotentes para resolverem o problema da reorganisação do Poder temporal.—Os Ontologistas ou Metaphysicos absorvem-se na erudição classica, e reapparecem dirigindo como humanistas o seculo XVI.

Os seculos XIV e XV, em que se opéra do modo mais intenso a dissolução do regimen catholico-feudal, em que a Synthese absoluta do theologismo decae nos espiritos pela desorientação metaphysica, e em que a disciplina temporal, tomando a direcção da sociedade, se concentra em uma forte dictadura, estes dois seculos em que começa verdadeiramente a edade moderna, têm sido geralmente e erradamente considerados como constituindo o fim da Edade média. A rasão d'este erro ou illusão é evidente: os factos caracteristicos dos seculos XIV e XV estavam já implicitos na terminação da época medieval, e a sua espontaneidade e similaridade entre todas as nações da Europa só se tornava apreciavel como decomposição latente de um regimen. A scisão protestante no seculo XVI é que se impunha com toda a evidencia aos espiritos como a crise revolucionaria e de individualismo critico, e por isso é que ahi se demarcou a Edade moderna. Porém esse seculo, como os dois seguintes, são o phenomeno da dissolução systematica do regimen catholico-feudal, de que os seculos XIV e XV foram a phase inicial.[1] Comte caracterisou a transformação historica d'estes dois seculos: «Ao seculo XIV pertence principalmente a *dissolução espiritual,* ao passo que a concentração temporal caracterisa principalmente o seculo seguinte.»[2] Já comprovámos uma parte d'esta affirmação historica, seguindo a marcha da dissolução espiritual através do conflicto doutrinario dos Ontologistas; agora vamos indirectamente esboçar a manifestação da dictadura temporal, que se apodera da Universidade, tira-lhe o seu individualismo de corporação pedagogica e incorpora-a na unificação das funcções do estado. Os Jurisconsultos foram os organisadores theoricos d'esta dictadura monarchica; a transformação do regimen feudal sob D. João I opera-se pela preponderancia do chanceller João das Regras, legista da eschola de Bolonha. D. João I fôra levado ao throno por uma revolução popular e pelo sentimento de uma nação que proclamava e defendia a sua autonomia. Aproveitando a decadencia

---

[1] Comte, *Politique positive,* t. III, p. 531.
[2] Idem, ib., t. III, p. 534.

das Leis de Cavalleria pelas perturbações do reinado de D. Fernando, prohibiu á Nobreza que se apoderasse dos beneficios ecclesiasticos quando fallecessem os prelados, que tivesse bairro apartado, e que extorquisse mantimentos aos proprietarios. Mandando fazer correições ou inspecções pelas provincias, teve-se de separar a jurisdicção civil da militar, para evitar o conflicto entre os Corregedores e os Governadores; e esta separação levou o rei a reformar o systema militar, tirando aos fidalgos o direito de terem homens de armas ao seu serviço (*o pendão e caldeira*), e de estipendiar o serviço de guerra (a *contia,* identica ao *soldo*). A necessidade de pagar por conta do Estado estes novos encargos sociaes, que transformavam o regimen feudal, levou a novas despezas, que forçaram os legistas a organisarem um systema tributario, tal como as Sizas, e a revogabilidade e reversão das Doações régias, e outras disposições provocadas segundo as urgencias do fisco. A obrigação commum educava o sentimento de sociabilidade. Estabelecido o novo regimen militar e economico, decaíram por si os velhos elementos da organisação feudal, como a Avoenga, mobilisando a propriedade, dando garantias aos contractos, e facilitando as vendas dos generos pela simples Dizima em uma só terra. A reversão dos bens da corôa provocou como consequencia a lei das Sesmarias. N'este trabalho, em que o poder monarchico concentra todos os poderes, o jurisconsulto Ruy Fernandes codifica as Regalias ou esphera dos Direitos reaes na Ordenação de D. Duarte. [1]

«Por uma analyse profunda, torna-se facil reconhecer historicamente, entre as differentes forças sociaes que presidiram á transição revolucionaria dos cinco ultimos seculos, uma divisão natural em duas classes verdadeiramente distinctas, apesar da sua intima affinidade, a dos metaphysicos e a dos legistas, da qual a primeira constitue, na realidade, o elemento espiritual, e a segunda o elemento temporal d'esta especie de regimen mixto e equivoco, que devia corresponder a esta situação de mais em mais contradictoria e excepcional. As duas classes deviam em tempo conveniente emanar espontaneamente dos elementos respectivos do antigo systema, um do poder catholico, o outro da auctoridade feudal, e constituir depois para comsigo uma rivalidade gradualmente hostil, ainda que longo tempo secundaria.—É sobretudo em França que um tal desenvolvimento me parece, ao menos então, dever ser principalmente estudado, como sendo ali mais nitido e com-

[1] Villa-Nova Portugal, *Mem. da Acad.,* t. v, p. 391.

pleto do que em qualquer outra parte, á vista da influencia bem distincta e comtudo solidaria que ali adquiriram simultaneamente as *Universidades* e os *Parlamentos,* principaes orgãos permanentes, quer da acção metaphysica, quer do poder dos legistas. Devo ainda, para mais clareza, notar que cada uma d'estas duas classes se subdivide, por sua natureza, em duas corporações muito differentes, uma essencial e primitiva, a outra accessoria e secundaria: isto é, os metaphysicos em doutores, propriamente ditos, e em simples litteratos, e os legistas em juizes e em advogados, abstraindo dos togados mais subalternos.»[1]

«Considerando agora o elemento temporal correspondente, torna-se facil conceber historicamente a intima correlação natural ao mesmo tempo em quanto á doutrina e quanto ás pessoas, entre a classe dos metaphysicos scholasticos e a dos legistas contemporaneos. Por que, em primeiro logar, é, evidentemente, pelo estudo do direito, e desde logo do direito ecclesiastico, que o novo espirito philosophico proprio ao fim da edade média deveu penetrar gradualmente no dominio das questões sociaes; e, em segundo logar, o ensino do direito devia desde logo constituir uma parte capital das attribuições universatarias, além de que os canonistas propriamente ditos, derivação immediata, não menos do que os mais puros scholasticos, do systema catholico, tinham formado espontaneamente, na Italia sobretudo, a primeira ordem de legistas sujeita a uma organisação distincta e regular. A affinidade mutua d'estas duas forças sociaes é de tal fórma pronunciada, que se poderia, por uma apreciação exagerada ser tentado a considerar os legistas como uma especie de metaphysicos passados do estado especulativo ao estado activo, o que levava viciosamente a desconhecer a sua origem directa. Um exame mais completo, para de logo mostra a sua verdadeira origem historica na potencia feudal, da qual foram por toda a parte destinados primitivamente a facilitar as funcções judiciarias, por uma intervenção cada vez mais indispensavel, embora longo tempo subalterna. Além da influencia geral da sua educação essencialmente metaphysica, elles deviam por si proprios, quasi desde a origem, manifestar especialmente uma tendencia mais ou menos hostil para com o poder catholico, conforme a opposição crescente que devia naturalmente surgir entre as diversas justiças civis, quer senhoriaes, quer sobretudo reaes, contra os tribunaes ecclesiasticos, anteriormente na posse reconhecida da maior parte das jurisdicções importantes.— É

[1] *Cours de Philosophie positive*, t. v, p. 386.

comtudo certo, que o poder social dos legistas, como o dos metaphysicos, nunca teria deixado de ser essencialmente subalterno, se as grandes luctas intestinas do decimo quarto e decimo quinto seculo não tivessem vindo depois necessariamente offerecer á sua commum actividade dissolvente o campo o mais vasto e o exercicio o mais conveniente. Foi este, tanto para uns como para os outros, o tempo real do seu triumpho, senão o mais extenso, pelo menos o mais satisfatorio e o mais adaptado á sua verdadeira natureza, porque a sua ambição politica estava então em harmonia necessaria com a sua util influencia sobre a marcha correspondente da evolução humana: é, n'estas duas classes, a edade principal das altas intelligencias e dos nobres caracteres.» [1]

---

[1] *Cours de Philosophie positive*, t. v, p. 392 a 394. Fazemos aqui estas transcripções um pouco mais extensas, por que temos a certeza de que a obra de Comte nunca foi lida mesmo por aquelles que mais a discutem ou a refutam, e por que são as suas vistas sobre a marcha geral da historia moderna verdadeiras e surprehendentes revelações. Michelet, genio intuitivo, chega por outros processos ao mesmo resultado na apreciação da influencia dos Jurisconsultos, na larga demolição da Edade média:

«Emquanto os monges arrastavam o povo no seu mysticismo vagabundo, os Juristas, immoveis nos seus assentos não impelliam menos ao movimento. Estes almas damnadas dos reis, fundadores do despotismo monarchico, não pareciam então poderem ser contados entre os libertadores do pensamento. Cobertos do seu arminho, não fallavam senão em nome da auctoridade; resuscitam os processos do Imperio, a tortura, o segredo dos julgamentos. Intimam o espirito humano a seguir o caminho recto pelo itinerario do Direito romano. Mostram-lhe nas Pandectas o caminho necessario. Nada de mais, nada de menos. É a *Rasão escripta*. Se a humanidade se aventura a pedir outra cousa, elles não ouvem, não comprehendem, e abanam a cabeça: *Nihil hoc ad edictum praetoris*. Esta raça atravessou a Edade média sem dar por isso. Desde Triboniano que não usam datas. São os sete dormentes, que se deitaram sob Justiniano, e despertaram no seculo XI. Quando o mundo pontifical e feudal invoca o tempo como auctoridade, os jurisconsultos sorriem, e perguntam-lhe a sua edade; esta joven antiguidade de alguns seculos faz-lhes compaixão. A sua religião é tambem a da Roma, mas a Roma do Direito; esta torna-os atrevidos contra a outra; um dos da sua classe vae friamente *prender em flagrante* o successor dos Apostolos. Esta lucta começou por uma bofetada, e continuaram-na cortezmente durante quinhentos annos em nome das liberdades da egreja gallicana (nacional.) Fazem vagarosamente o feudalismo em pedaços com a successão romana, que desmembra os feudos. Reconstruem a monarchia de Justiniano. Elles provam doutamente aos reis; nivellam tudo sob um governante.— Na demolição do mundo pontifical e feudal, os legistas procedem com methodo. Primeiramente defendem o Imperador contra o Papa, depois impellem o rei de França contra o papa e o imperador.» (*Discours d'ouverture à la Faculté des Lettres*, 1834.)

Depois que o Mestre de Aviz se viu levado ao throno de Portugal pela revolução de Lisboa, quiz honrar a cidade decretando a permanencia perpetua da universidade n'ella. Ha o quer que de reconhecimento na Carta do Mestre de Aviz de 3 de outubro de 1384: «Fazemos saber que por honra e exalçamento da mui nobre cidade de Lisboa e Universidade e Estudo d'ella, confirmamos e approvamos os mandados sobreditos, e outorgamos ser perpetuado, e que stee perpetuamento o dito Estudo em a Cidade de Lisboa, e non se mude d'ella... d'este dia para todo o sempre, etc.» [1] No preambulo dos Estatutos (sem data) dados por D. Manuel á Universidade de Lisboa, em uma referencia á historia do Estudo geral renova a lembrança d'este intuito honorifico e categorico de D. João I: «E El Rei Dom João I de esclarecida memoria, meu bisavô, por seu mandado e carta patente fez que o dito Estudo e Universidade fosse reduzido e para sempre collocado em a muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, logar insigne e tão notavel d'onde o Infante Dom Henrique, de boa memoria, meu thio, fez doação ao dito Estudo de casas em que lessem, o salariou honradamente a Cathedra de Prima de Theologia por doze marcos de prata, etc.» Falam estes dois documentos do assento da Universidade em Lisboa; D. João I doara-lhe uma casa no sitio da Moeda-Velha, como se sabe pela Carta de 2 de maio de 1389 ao seu almoxarife João Vasques, [2] o que leva a inferir que as casas tambem sitas na *Moeda Velha* em que D. Fernando estabelecera a Universidade em 1377 eram então insufficientes. [3] N'estas casas se conservou a Universidade até 1431, em que o infante D. Henrique lhe doou uma casa mais ampla no bairro escholar de S. Thiago, onde permaneceu até 1503. Em um documento de 1418, de Lourenço Martins, recebedor das rendas do Estudo, lê-se: «*á porta de Santo Andre, da cidade de Lisboa, da parte de fora, contra o arravalde dos mouros.*» Isto parece justificar as palavras da doação do Infante: «Non tinha casas proprias em que lessem e fizessem seus autos, antes andava sempre por casas alheyas e de aluguer, como cousa desabrigada e desalojada.»

---

[1] *Livro Verde*, fl. 44, ỿ e 45.

[2] Ibid., fl. 64 ỿ.

[3] Esta primeira casa doada por D. Fernando á Universidade foi doada por D. João I, ao Mestre de S. Thiago, Mem Rodrigues de Vasconcellos em 1393, dizendo-se em relação aos confrontos: *á Porta da Cruz em que soem estar as Escolas;* a Universidade reclamou-a como sua, e o rei annullou a doação por Carta de 31 de outubro de 1393. (*Livro Verde*, fl. 65.)

No começo da dictadura monarchica do seculo XV, ainda a Universidade luctava com a falta de recursos; como se vê pela Carta de 6 de fevereiro de 1392, D. João I determina, que os estudantes ricos paguem 40 livras aos lentes de *Leis* e *Decretos;* os medianos que paguem 20 livras; e os mais pobres 10 livras; isto é, o dobro do que estabelecera o Estatuto feito pelos Reitores. A paga do *Collectum,* dava direito á eleição dos cargos da Universidade, sob este aspecto uma especie de guild escholar. O Bedel, (*pedellus,* por que acompanhava o corpo docente a pé) que formava no começo dos cursos a *Tabula Legentium,* foi elevado á cathegoria de tabellião da Universidade e escrivão das suas rendas, ficando a receber dos estudantes com beneficio 20 reaes de tres livras e meia; dos mais somenos 15; dos não beneficiados 10; e dos *Escholares pobres* de S. Nicoláo 10 reis; dos nobres, segundo sua pessoa.[1] Adiante mostraremos a influencia do *estudante pobre* na creação dos Collegios junto da Universidade.

D. João I, como já observámos, foi o que iniciou a dictadura monarchica, começando pela vaidade de bastardo coroado por cimentar o seu throno e dynastia por uma vergonhosa alliança com a Inglaterra, depois das relações independentes e dignas com a nação ingleza nos reinados de D. Affonso IV e de D. Fernando, em que um rejeitava a proposta de casamento do principe de Galles com sua filha D. Leonor, e em que o outro obrigava por um tratado o rei de Inglaterra a prestar-lhe soccorro de archeiros e homens de armas contra as aggressões castelhanas. De repente estas relações invertem-se; o Mestre de Aviz, bastardo ambicioso que deseja a todo o custo ser rei, para garantia do seu throno enfeuda a nação á Inglaterra. Escreve o conde de Villa Franca, no seu livro *D. João I e a Alliança ingleza*: «De todo o ponto notavel é tambem a convenção que em Londres formaram (9 de maio de 1386) os embaixadores de Portugal obrigando o reino a servir em guerra com armas e galés e á sua custa, como effectivamente ser-

[1] Reg. do Conselho da Universidade, de 7 de dezembro de 1415. Em um documento de 28 de novembro de 1390, apparece *Affonso Giraldes* nomeado bedel e escrivão da Universidade de Lisboa. E em um Conselho escolar celebrado no refeitorio de Santo Agostinho pelos «discretos varões Lançarote Esteves, reitor do estudo, Lourenço Anes doutor em leis e Bacharel em Degredos, Pero Domingues Mestre de Grammatica... *Affonso Giraldes* bedel e tabellião...» (*Livro Verde,* fl. 61 ỷ e 62). Pela data d'estes documentos, vê-se que Affonso Giraldes é o poeta que rimou a chronica da *Batalha do Salado,* de que só restam alguns fragmentos; o caracter d'esse poema condiz com a situação do auctor, verdadeiramente narrador sem invenção.

viu, a Inglaterra. Esta convenção que os nossos historiadores nem se quer mencionam, por que em geral se limitaram a copiar Fernão Lopes, convenção que por certo o arteiro chronista omittira adrede, para occultar que Portugal fosse servir Inglaterra, marca essa mesma época assignalada em nossas relações com a Grã-Bretanha. N'aquelle proprio dia foi que mediante solemne tratado os nossos embaixadores formaram com aquella potencia a denominada alliança mutua, inda hoje existente.» [1] O chronista Fernão Lopes, sempre preconisado como ingenuo e primitivo, collaborava conscientemente na lenda popular do bastardo, quer aproveitando-se das noticias da Chronica do chanceller Pero Lopes de Ayala, quer occultando á nação o affrontoso tratado de 9 de maio de 1386.

A nova côrte precisava de todos os apparatos tradicionaes da realeza; D. João I tratou de pôr em acção as phantasticas pompas do mundo novellesco da Tavola Redonda, anachronicamente, comparando-se por vezes ao bom Rei Arthur. As leituras favoritas dos serões do paço foram as novellas da *Demanda do Santo Graall*, do *Baladro de Merlim*, de *Galaaz*; os cavalleiros imitavam os heroes d'essas novellas, como Percival, D. Quea ou Lançarote, e as damas adoptavam por nome de baptismo os nomes das heroinas Iseult ou Iséa, Viviana, Briolanja; organisavam-se Passos de armas para os Cavalleiros da *Ala dos Namorados*, e aventuras combinadas como a dos *Doze de Inglaterra*. Tudo isto era falso e exterior; debaixo d'esta apparencia de generosidade e enthusiasmo, trabalhava a logica burgueza e inflexivel dos jurisconsultos cimentando a dictadura monarchica, e esta duplicidade do reinado está vivamente representada nas duas figuras, a do Condestavel, o guerreiro que imita a virgindade de *Galaaz*, e João das Regras *(Doctor Legum)*, que formúla a *Lei mental*, e que allia ao cargo de chanceller do rei o cargo do Estudo, ou de reitor da Universidade.

D. João I, quando ainda regente do reino, confirma os privilegios concedidos por D. Fernando á Universidade; mas por Carta de 15 de outubro de 1384 continua a subordinar o fôro excepcional dos escholares ao direito commum representado pela justiça do Rei; assim

[1] A pag. 263 e seguintes traz o sr. conde de Villa Franca o texto e traducção d'esse desconhecido tratado, extrahido da *Foedera* de Rymer, t. VII, p. 521.— O espirito d'essa alliança manifestou-se sempre, na entrega de Tanger e Bombaim, tratados de Methwen, e de 1810, occupação militar de Beresford, bill de 1839, indemnisação de 1850, tratados de Goa-Lourenço Marques-Zaire, e Ultimatum de 11 de janeiro de 1890.

as citações requeridas pelos escholares ao Conservador, seu juiz privativo, tinham de ser primeiramente revistas por elle conjunctamente com dois lentes legistas, prestado o juramento de que não havia malicia, e de que frequentara durante dois annos o Estudo o escholar litigante, que tambem não poderia citar por motivo de doação inter vivos.[1] A Universidade, pelo seu caracter de corporação autonoma reconhecido nos privilegios outorgados por D. Diniz, tinha o poder de nomear os seus empregados; D. João I atacou abruptamente esta garantia escholar, nomeando por Carta de 26 de janeiro de 1414 Lourenço Martins provedor e recebedor das rendas da Universidade;[2] o corpo docente julgou-se aggravado, o rei resolveu que fosse ouvida a Universidade, e por fim chegou-se á conclusão média, de que o officio de Provedor ficasse de nomeação da Universidade sob a dependencia da confirmação do cargo pelo rei.[3] Sob o governo de D. Affonso V, foram nomeados alguns lentes pelo rei, contra o que reagiram os escholares,[4] e a Universidade, em Carta de 12 de julho de 1476 é censurada por se metter a intrepretar os seus estatutos em vez de os cumprir como estavam estabelecidos. Submettida ao poder real, a Universidade foi minuciosamente regulamentada em quanto ás faltas dos lentes, duração dos cursos *(ataa Santa Maria d'agosto)*, repetições dos textos, fórmas das substituições e annos de frequencia. Diante d'esta absorpção, em que a Universidade perdia o seu caracter autonomo, e de federação de estudos *(universitas studii)*, já não havia rasão para se conservar a independencia mutua entre Legistas e Canonistas, e por isso a propria Universidade requereu ao rei para acabar com o costume da eleição dos dois Reitores simultaneos. Sob D. João II, a Universidade perde o direito de asylo; por Carta regia de 7 de setembro de 1494, o rei adverte a Universidade que não consinta que os malfeitores se accolham ao bairro dos Escholares contra a justiça ordinaria, apesar de ser *coutado,* por que de outra fórma proveria n'isso segundo lhe conviesse. Por ultimo, a reforma da Universidade por D. Manuel, declarando-se *Protector*, fazendo Estatutos, alterando as funcções do Reitor, e nomeando os lentes, assignala uma época nova na existencia d'aquella instituição pedagogica da Edade média.

A historia economica da Universidade no seculo XV é tambem de

---

[1] *Livro Verde*, fl. 47.
[2] *Ibid.*, fl. 88.
[3] *Ibid.*, fl. 89.
[4] Carta de 13 de abril de 1469.

um certo interesse dramatico; D. Fernando augmentara as congruas aos vigarios das egrejas annexadas ao Estudo geral de Lisboa, e privada assim de parte dos seus rendimentos, a Universidade teve de recorrer ás *tulhas* ou minervaes, pagas pelos estudantes aos lentes e bedel. D. João I, por Carta de 3 de outubro de 1384, restabeleceu os antigos salarios,[1] mas como as difficuldades economicas subsistiam, pediu ao papa para que concedesse a annexação á Universidade de uma egreja em cada uma das dioceses de Portugal. O papa João XXIII expediu em 1411 a bulla da concessão, sendo eleito para lhe dar cumprimento Gonçalo Martins, thesoureiro-mór de Silves, que em 17 de dezembro annexou á Universidade a egreja de S. Pedro de Eiras na diocese da Guarda, Santa Maria de Caria na diocese de Lamego, a de Sernache na diocese de Coimbra, Santo André de Lever no bispado do Porto, Santa Maria de Idaens no arcebispado de Braga, S. Salvador de Vianna do bispado de Tuy, S. Thiago de Montemór-o-novo no arcebispado de Evora; Silves e Badajoz ficaram fóra d'esta annexação, porque as suas egrejas pertenciam aos bispos, cabidos e ordens militares. Os rendimentos provenientes d'estas egrejas pouco mais montavam de quinhentas libras, e difficeis de receber, durando pouco tempo essa dotação pelas innumeras demandas do clero contra a Universidade.

O quadro das disciplinas da Universidade, em Lisboa, acha se indicado na Carta de 25 de outubro de 1400, tendo *o encarrego do dito Estudo* o Doutor João das Regras;[2] ahi se vê o numero de cathedras, pelos lentes que eram isemptos de pagarem pedidos:

Lentes de *Leis* até........ 3
Grammatica 4
Decretaes....... 3
Logica 2
Fisica.......... 1
Theologia....... 1
Musica......... 1
Bedel e Conservador.

Por esta Carta se vê que a cathedra de Theologia, que torna a apparecer citada em 1418, já estava *salariada* e encorporada no Es-

[1] *Livro Verde*, fl. 43 ỹ.
[2] Ibidem, fl. 90 ỹ e 91.

tudo geral. Na Carta de 1418 apparece a Philosophia, certamente sob o seu novo aspecto, a que os gregos chamaram *moral* em contraposição a *natural*. Não se encontram apontadas cadeiras de *Hebraico* e *Arabe*, mas não prova isto que não existissem, porque bastava não serem salariadas ou regerem-se fóra da Universidade para não virem incluidas nas disposições legislativas.

Foi n'este estado angustioso que o Infante D. Henrique, promotor das descobertas maritimas, começou a proteger a Universidade de Lisboa com valiosas doações, collocando-a em um palacio que comprara na freguezia de S. Thomé *para as Sete Artes liberaes*, e para todas as sciencias. O titulo de *Protector* da Universidade apparece pela primeira vez usado pelo Infante D. Henrique em uma Carta de 20 de outubro de 1418, dada em Cintra aos Juizes e Justiças, para «que possam procurar, razoar, vogar em praça ou em escondido.»[1] Figueirôa, nas Memorias manuscriptas, apenas apontava a Carta de 23 de agosto de 1443, dirigida de Villa Franca aos Reitor e Lentes pelo Infante D. Henrique, como *Protector*[2] e Governador da Universidade. Cremos que as antigas dependencias da Universidade com o Mestrado de Christo,[3] mais do que a organisação scientifica do Infante D. Henrique, é que levaram a elegel-o *Protector* da Universidade, talvez como meio de resistencia contra a absorpção do Poder real. A creação e protecção de Universidades era uma prerogativa soberana, como vemos reconhecida por Affonso o Sabio. Era como uma usurpação d'esse privilegio da realeza que os grandes vassallos tambem aspiravam a fundarem Estudos geraes.

A figura do novo *Protector* da Universidade de Lisboa, o Infante D. Henrique, merece accentuar-se no seu grande relêvo historico; tendo fundado a villa maritima de Sagres em 1419, depois do regresso de Ceuta, ali estabelece a lendaria Eschola ou Observatorio para dirigir os descobrimentos da Africa, pelo ensino da *Mathematica, Nautica* e *Geographia*, feito por Mestre Jaime da ilha de Malhorca e outros sabios convidados com bons salarios. N'esta Eschola de Sagres, escreve Silva Lopes, as Cartas geographicas se converteram em Cartas hydrographicas planas, cujo uso durou seculos: «N'esta Eschola se formaram os nossos mais habeis navegadores; adquiriram instrucção os fidalgos

---

[1] *Livro Verde*, fl. 93.
[2] *Ibidem*, fl. 109.
[3] Foi das rendas do Mestrado de Christo, da dizima da Ilha da Madeira, que o Infante salariou a cadeira de prima de Theologia.

e cavalleiros de sua casa; e se fez vulgar o uso da bussola e outros instrumentos nauticos, os quaes, postoque imperfeitos, eram assás vantajosos para os navegadores, que n'aquelle tempo não usavam da agulha, nem de outro instrumento.» [1] A applicação pratica da *Mathematica* e da *Astronomia* á navegação vinha no seculo XV provocar o desenvolvimento da serie scientifica, que predominou na Renascença pela posse directa dos dominios da *Physica*. Comte caracterisa de um modo luminoso esta entrada da rasão humana na renovação scientifica que precede a Renascença:

«Retomando o impulso scientifico da Grecia, deveu dar-se a concentração sobre o primeiro par encyclopedico *(Mathematica* e *Astronomia)* até que se tivessem produzido os resultados decisivos que o theologismo impediu na antiguidade. Quando esta base theorica da regeneração mental estivesse sufficientemente pósta, um rapido esboço da philosophia natural devia immediatamente conduzir a rasão moderna á elaboração directa do seu principal dominio, conformemente ás necessidades sociaes. Este plano, que sómente hoje póde ser concebido, prevaleceu espontaneamente desde o seculo XIV, segundo as leis necessarias da evolução especulativa, cujo ascendente, precedendo a sua descoberta, deveu involuntariamente regular uma marcha empirica.» [2] Como se personificou esta elaboração mental no Infante D. Henrique?

Na *Corographia do Algarve,* Silva Lopes descreve a actividade da lendaria Eschola de Sagres: «D'aqui mandava elle sahir embarcações para fazer os descobrimentos que havia emprehendido; em 1431 sahiu d'este porto em um navio o commendador d'Almourol fr. Gonçalo Velho Cabral com instrucção de navegar a O., e voltar logo que descobrisse alguma terra, o que praticou voltando em poucos dias do Baixo das Formigas, que avistou e examinou; tornando no anno seguinte descobriu a ilha de *S. Maria,* cuja capitania o Infante lhe deu. Convidados pela fama dos descobrimentos que os portuguezes faziam, concorreram a Sagres muitos estrangeiros notaveis, curiosos de cousas tão extraordinarias, taes como Balthazar, fidalgo allemão, gentil-homem da camara do imperador Frederico III; o malfadado Balart, fidalgo dinamarquez, que embarcando em o navio de Fernão Affonso em 1447 foi morrer a Cabo Verde em uma refrega de negros; o veneziano Luiz

---

[1] *Corographia do Algarve,* p. 210.
[2] Comte, *Système de Politique positive,* t. III, p. 517.

Cadamosto, que nos deixou escriptas as suas viagens n'estes descobrimentos; os fidalgos flamengos Jacome de Bruges, a quem o Infante fez donatorio da ilha *Terceira* por carta *(apocryfa)* de 2 de março de 1450 para a ir povoar; Guilherme de Wanderberg, cujo appellido depois mudou para Silveira, ao qual deu a ilha de *S. Jorge;* Jorge d'Utra, primeiro donatario e povoador das ilhas do *Fayal* e do *Pico:* etc.» [1] Mas que differença entre o vulto esboçado pelos *Infantistas,* que repetem phrases tradicionaes sem prova historica, e as primeiras observações de uma critica severa, que desponta!

O infante D. Henrique occupava-se nas descobertas maritimas exclusivamente para seu interesse pessoal, estabelecendo colonias de quem recebia as contribuições. Para isso empregava os filiados ou os recados da sua casa. Depois de descoberto o archipelago da Madeira, como as descobertas na costa de Africa foram encorporadas na corôa portugueza, o infante queria descobrir para si e mandou navegar até ao Cabo Bojador. A sua passagem do Tejo para Sagres, no Algarve, logar solitario e sem agua, sem os recursos para as noticias das navegações e para armar as expedições, só se explica pelo plano de se collocar fóra da dependencia da corôa nas terras do mestrado de Christo, que estavam sob o seu poder. No cap. II do livro I da Decada I de João de Barros allude-se a este pensamento, em que o infante queria ser mais do que capitão da corôa portugueza nas conquistas, encetando por isso expedições mais largas.[2] O caracter do infante D. Henrique decae diante do modo pouco leal como procedeu pondo-se do lado dos intrigantes contra seu irmão o honrado infante D. Pedro, Duque de Coimbra, deixando que o assassinassem, podendo salval-o pela sua auctoridade moral. O pensamento das descobertas maritimas amesqui-

---

[1] *Op. cit.*, p. 210,

[2] João de Barros, apesar de panegyrista do Infante, accentua o seguinte facto que o colloca em antinomia com o poder real: «Por que vendo elle como os Mouros do reyno de Fez e Marrocos ficavam per conquista metidos na coroa destes Reynos, por o novo titulo que seu pay tomou de Senhor de Cepta, e que per esta posse real a empresa d'aquella guerra era propria dos Reys d este Reyno, e elle nom podia entrevir nisso como conquitador mas como capitão enviado, em o processo da qual guerra elle avia de seguir a vontade d el Rey e a disposição do Reyno e não a sua: assentou em mudar esta conquista pera outras partes mais remotas de Espanha, do que eram os reynos de Fez e Marrocos. Com que a despeza d'este caso fosse propria d'elle e não taxada per outrem; e os meritos de seu trabalho ficassem metidos na Ordem da cavalleria de Christo que elle governava, de cujo thezouro podia despender.» (*Decada* I, liv. I, cap. 2.)

nha-se pelo movel do interesse mercantil exclusivo, que o dirigia, e o que ha de grandioso nos trabalhos do Mar tenebroso, reverte para o povo portuguez, esses valentes aventureiros, que foram os primeiros donatarios das descobertas, e de que o infante se aproveitou. Dois eximios patriotas e eruditos, os drs. João Teixeira Soares (da ilha de S. Jorge) e Alvaro Rodrigues de Azevedo (da ilha da Madeira) sustentaram estes novos elementos do criterio historico por onde tem de ser apreciado o infante D. Henrique, na sua resistencia contra a dictadura monarchica.

Na correspondencia do eruditissimo açoriano Dr. João Teixeira Soares, fallecido em 1882, acham-se os elementos criticos, em que a figura do Infante D. Henrique nos apparece a esta outra luz. Foi pena que a morte lhe não deixasse realisar este processo historico. Transcreveremos da sua correspondencia, publicada em extractos no *Archivo dos Açores,* alguns traços importantes d'essa critica negativa: «o que eu queria que me exhibissem era um unico documento, um unico, anterior á morte de D. João I... em que se provasse que o Infante D. Henrique tinha tido a menor idéa de viagens e de descobrimentos maritimos! Parece que era já tempo de fazer calar a lisonja, e apparecer a historia irrefragavel, que nos diz: que a actividade maritima dos portuguezes, já estava desenvolvida e firmada antes d'elle pelas explorações no Athlantico septentrional e descoberta de seus Archipelagos.

«Este principe não fez mais do que aproveitar esta actividade, dando-lhes uma nova direcção, mais positiva, e menos generosa, que elle soube monopolisar e continuar em seu proveito, e da Ordem, de que era Mestre.

«Foi um emprezario egoista n'este theatro da nossa actividade, nada mais. E note-se que o foi, depois da morte do pae, de quem nada obteve, e só do irmão, cujo filho adoptou.»[1] Teixeira Soares reunira uma grande somma de trabalhos para «um estudo sobre a *Chronica de Guiné,* e sobre o Liv. I da *Decada I* de João de Barros, em que digo e mostro cousas terriveis para a memoria d'este escriptor, sobre a do Infante D. Henrique, e para a ridicula seita dos Infantistas! O Infante D. Henrique vale pouco na historia dos nossos descobrimentos. É penoso o mister que a critica tem de exercer sobre este máo princepe, mas hade exercel-o um dia e hade ser tanto mais inexoravel,

[1] Carta de 26 de outubro de 1877, ao Dr. Ernesto do Canto.

quanto mais tardio vier.»[1] Em uma carta de 25 de maio de 1878 estabelece um ponto de partida: «Reputo genuinos os portulanos do seculo XIV com relação aos archipelagos da Madeira e Açores. O attribuir ao Infante a descoberta primitiva d'elles, procedeu de lisonja e de ignorancia. Azurara, que na parte historica se aproveitou apenas do que escreveu Affonso Cerveira, foi mais habilissimo cortezão, do que historiador severo e imparcial. Barros, que o seguiu cuidando que o unico exemplar que da Chronica d'aquelle conheceu acabaria nas suas mãos, foi mais do que um amplificador rhetorico, degenerou n'um insigne falsario. O seu extracto da Chronica impresso em frente d'esta, seria sem commentarios, a sua condemnação irremissivel. Não houve em Portugal homem perante quem a historia se tenha tornado mais deturpada e falsaria do que o Infante.

«Nada teve com navegações, descobrimentos maritimos e colonisação da Madeira, senão depois da morte de seu pae, que parece comprehendeu melhor do que os irmãos o pessimo caracter do filho. Comtudo, quanto arredados do que levo dito não estão os que têm feito a historia d'este principe! Os doze annos de esforços para passar o Cabo Bojador, foram apenas um recurso rhetorico da lisonja, que um descuido do proprio Azurara patenteou! Pois o que se tem dito da Villa de Sagres?... A verdadeira Sagres aonde está? Quando e para que fim foi fundada? Aquelle principe não foi mais que um ambicioso utilitario, sem a sciencia nem o alcance geographico que lhe attribuem. Aproveitou a sciencia e actividade maritima dos portuguezes, já assás firmada, para simples reconhecimento da continuação d'um boccado da costa africana, desviando assim o genio maritimo da nação para um campo mais utilitario, estabelecendo a escravidão africana e convertendo tudo em monopolio proprio. Na Madeira só continuou a colonisação fundada pelo pae, alterando profundamente o systema benefico d'aquelle, e convertendo tudo em seu proveito creando os dizimos, etc. etc. Na familia foi um Caim. A virilidade e nobreza de espirito não a tinha por ser um quasi eunucho. A adopção do sobrinho por filho, que infamia! pelo modo por que depois falseou esse acto! — A entrega que fez do irmão em Tanger, depois de o arrastar alli, não se commenta! O seu comportamento com o Infante D. Pedro e com os filhos é sem igual.»[2] No que fez pela Universidade ressumbra a vaidade pessoal!

---

[1] Carta de 25 de abril de 1878.
[2] *Archivo dos Açores,* vol. IV, p. 16 a 19.

O *Livro Verde,* da Universidade, dá noticia do estabelecimento das Escholas geraes em uns passos e assentamento de casas com seus pardieiros e chãos na freguezia de S. Thomé comprados pelo Infante D. Henrique em 1431, pelo preço de 400 corôas de ouro velhas, de bom ouro e justo pezo do cunho d el-rei de França, e doados «para as *sete artes liberaes, grammatica, logica, rhetorica, aresmetica, musica, geometria* e *astrologia*... que se lêam na casa pequena... e aí se pintem as sete artes liberaes... a fóra a *grammatica,* que é de grande arruido estê na casa de fóra... e a *logica* na logia... e a *medicina* n'outra casa e ahi se pinte Gualliano... e em cima se lerá *theologia* e ahi se pinte a Trindade... na de *Decretos* se pinte um papa... na de *filosofia natural e moral* Aristoteles... na de *Leis* um imperador... e que a doação se abra numa pedra e que se ponha sobre a porta.»[1] Por este documento se infere qual a fórma do estudo da grammatica, em voz alta e em chusma, feito provavelmente pelo texto do *Doutrinal* de Alexandre de Villa Dei, e tão vulgarisado que vem citado no Catalogo dos Livros de uso do rei D. Duarte simplesmente com o nome *Alexandre.* O *Doutrinal* renovava os velhos tratados grammaticaes de Servio, Varrão e Prisciano, dominando de um modo absoluto nas escholas até Pastrana; quando entrou em Portugal a influencia de Nebrixa, distinguiu-se o methodo, chamado *Arte nova,* como se infere do documento de 1494 em que se mencionam mestres de *grammatica de arte velha e da nova.* Quando o infante D. Henrique deu casa á Universidade, eram reitor do Estudo Vasco Gil, e o licenciado Diogo Affonso de Mangancha, Mestre Martinho, João Affonso de Leirea, Luiz Martins, João d'Elvas e Gomes Paes, lentes; d'entre estes nomes destaca-se o do Dr. Mangancha, que no seu testamento de 9 dezembro de 1447 instituiu um *Collegio para dez estudantes pobres* nas suas casas a S. Jorge, onde possuia tambem uma notavel livraria.[2]

---

[1] Op. cit., fl. 101. Escriptura de 12 de de outubro de 1431.

[2] No pequeno catalogo dos livros do Dr. Mangancha cita-se um *Chino,* isto é, o Commentario volumoso dos nove primeiros livros do Codigo, publicado pelo celebre professor da Universidade de Bolonha *Cino da Pistoia,* mestre de Bartholo. O seu Commentario data de 1314, e tem a importancia de ser a base em que os jurisconsultos *civilistas* se apoiaram contra os *decretalistas.* Diz Ginguené, na *Historia litteraria da Italia:* «Os canonistas e os legistas formavam como que duas seitas inimigas; e não sómente na sua qualidade de legista, mas como ardente gibelino, Cino tinha um grande desdem pelas decretaes, pelos canones e por tudo o que compunha a jurisprudencia papal.» (Ob. cit., t. II, p. 296.) As duas influencias pontifical e real nas Universidades caracterisam-se com evidencia n'este

Importa accentuar aqui a personalidade historica d'este afamado decretalista, que se achou no Concilio de Basilêa em relação com Eneas Sylvius (Pio II) na grande lucta de dissolução do poder pontifical, e que deslumbrou os humanistas italianos pela sua forte dialectica em umas theses ou *Auto de Ostentação*. [1]

---

antagonismo entre canonistas e legistas. João das Regras trouxe para Portugal as opiniões bartholistas, que vieram a prevalecer na Universidade e na grande pleiada dos *reinicolas*. O Infante D. Pedro, na carta ao rei D. Duarte, seu irmão, em que lhe apresenta o plano da reforma da Universidade, tambem propende para as doutrinas de Bartholo: «e parece-me, Senhor, que para abreviamento dos feitos aproveitara muito seguir-se a maneira, que o Senhor Rey ordenou sobre o Bartolo: com tanto que o Livro seja bem ordenado e corrido por............ Doctores, e afora aquelle que o tresladou etc.» (Ap. J. P. Ribeiro, *Diss. chron.*, t. I, p. 407, ed. 1860).

[1] Em uma Noticia da Embaixada do Conde de Ourem, em 1435, que se guardava manuscripta na Bibliotheca do Conde de Vimieiro, descreve-se tambem o *Auto de Ostentação*, que o dr. Mangancha sustentou em Bolonha, quando acompanhava essa embaixada. Foi consultado por Leitão Ferreira. (*Noticias chronologicas da Universidade*, p. 351.) Transcrevemol-o do Ms. publicado por D. Antonio Caetano de Sousa:

«Sabei, que aos treze dias do mes de Setembro, fez o muy nobre, e discreto Doutor Diogo Affonso, que vinha em companhia do muy nobre Senhor Conde Dourem com embaixada do muy nobre Senhor Rey de Portugal hum auto muito sólepne de Concruçoens, as quaes forom em Lex, e em Decretaes, e em outras artes liberaes, e sabei que em aquelle dia a tarde foi posto em huma muy alta e nobre cadeira, e seu livro ante si, segundo he custume dos escollares e Lentes, e estavam acerca da cadeira muitos bancos cubertos de muy nobres bancaes pera averem de sentar Arcebispos, e Bispos e outros Prellados, e pessoas a elles iguais, e sabede, que forom ahi muitos, e mui nobres, e bem entendidos escollares, e Doutores aa maravilha, segundo se dizia pela Corte do Papa, sabede que estando elle na cadeira vierom estes Bispos, que se ao diante seguem, que eram os mais letrados, que o Papa trazia segundo, que se dizia pela Corte do Papa, que per nome eram chamados Ambianeses, e outro Espelanteses, e acerca destes hum Embaixador de França, e disse o Bispo de Viseu, e outros muitos Doutores, e Prellados ao uso dito, que fallasse hum pouco mais alto, e começarom todos a oulhar, que era o que arguya o sobredito, e o Doutor des que os vio todos estar assentados, começou per seu latim de parlar, que ainda que fosse hum Anjo Angelical, que dos Ceos as gentes o latim viesse decrarar, nom poderia parecer milhor, e des que o Doutor acabou de prepoer seus argoimentos o Bispo d aquelles, que mais cerca d elles seya, que era o mais entendido, e de muyto mayor nobreza, e começou de dizer sub reverencia muy nobre Doutor, eu quero desfazer os vossos argumentos, e pollos em pouco valor, e logo começou darguir muy fortemente, que a todos parecia, que debelar o Doutor, e desbaratar, e em cima todas razoens ouve-se de callar, e o Doutor começou contra o Bispo darguir em tanto, que fez suas razoens boas, e conclusoens muy verdadeiras, e quando o Bispo esto vio, começou de embruscar, e

Emquanto D. Duarte trabalhava na sua encyclopedia moral intitulada o *Leal Conselheiro* (1428 a 1437), o Doutor Diogo Affonso de Mangancha conversava com o monarcha sobre differentes questões philosophicas, e offerecia-lhe apontamentos, que o rei intercalava no seu texto como homenagem ao seu saber. Tal é o capitulo LVIII: *Sobre a prudencia, feito per o Doutor Diegaffonso.* D. Duarte poz-lhe o seguinte preambulo, que nos revela a sua convivencia intellectual: «Porque mynha teençom he nom me ajudar em este trautado de alhea leytura por mynha, saluo em allegaçõoes ou parte dalguũs capitullos tirados doutros liuros, porém este a juso scripto que me o Doutor Diego Affonso do meu desembargo deu, sabendo que desta virtude da prudencia algũa cousa screvya, por me parecer de proveitosa ensynança, em seu nome o mandei aqui screver com alguũs mais adytamentos, e corregymento pera seguyr mynha teençom necessarios.» As paginas que se seguem a este preambulo resentem-se das divisões e formalismo do estylo escholastico, e são um modelo do genero. O Dr. Mangancha

---

nom lhe soube mais responder, e ficou alli vencido em aquelle logar, e quando veyo o outro ho outro Bispo, que estava acerca d aquelle isto vio começou per seu latim muy alto de arguir, que as gentes se maravilhavam mais d aquelle que do outro, e des que começou seus argumentos a fazer o ouue muy bem descuitar, ate que ouve de acabar suas razoens; des que acabou o Doutor começou de muy passamente o seu fallar, que as razoens do Bispo ficarom em muy pouco sobre o que forom postas, e sabede que depois d estes Bispos veyo hum Embaixador de El Rey de França, e começou de arguir por seu latim, que parecia, que era Rousinol que no Mayo bem canta, e esteve por espaço de huma hora com ho Doutor em argumentos, e isto fazia elle pollo abater, e por cuidar, que nom soubesse elle resumir todo o que elle alli lhe ouvesse de recontar, e sabede que tanto que ouve darguir, atas que ouve de callar, e que cansavam já, e quando o Doutor vio, que mais nom podia arguir, disse o Doutor muy umildosamente, prazavos Senhores de me averdes descuitar. Sabede, que este muy e discreto Barom muy mal trouxe seus arguimentos a conclusão, e alli trouxe, e começou darguir, que nom avia homem no mundo que tomasse prazer do seu razoar, e sabede, que aquelle Embaixador assi ficou vencido em aquelle lugar, e sabei que outros muitos Doutores, e bons Bachareis, que logo começarom darguir, e desputar com o Doutor, e elle a todos responder, e ouve de darem cabo com todos vencidos, e ouveram a ficar as conclusoens do Doutor muito lhes conveyo abonar, e disseram, que bento fosse o dia, em que ao estudo se fora assentar, que tantas boas cousas como elle sabia em a sua cabeça forom assentar, e todos disserom, que nom pensavam, que tal homem tão letrado avia em Portugal, e todos quantos hi estavam, todos lhe este louvor derom, o qual foi de feito segundo o que disserom, e grande louvamento ao Reino de Portugal, e assi foi acabado este acto, que suso dito fez.» (*Diario da Jornada que fez o Conde de Ourem ao Concilio de Basilea.* Ap. Hist. Geneal., Provas, t. v, p. 596.)

recitou a oração nas exequias do mallogrado monarcha seu amigo, e fez a Oração da Proposição *(Discurso do Throno,* segundo o visconde de Santarem) nas côrtes de Lisboa, de 10 de dezembro de 1439.

O Dr. Mangancha realisava o pensamento do Infante D. Pedro; em uma carta de João Pedro Ribeiro ao arcebispo Cenaculo, cita-se um papel sobre o provimento dos bispados, do seculo XV, junto com uma Carta do Infante D. Pedro, escripta durante a sua viagem ao rei D. Duarte seu irmão, na qual se lamenta por ordenarem os que *ignoram latim,* busca o remedio na *reforma da Universidade,* propõe o estabelecimento n'ella de *Collegios a exemplo dos de Oxonia e Paris:* «que nom dem Ordens a nenhuma pessoa que nom saiba falar latim; porque segundo vi e ouvi dizer a outros fora, nas terras de Spanha he avido por grande mingoa........... e para se os Prellados não escuzarem, que per mingoa de latinados não poderão ter esta ordenança, a mim me parece que a Universidade de vossa terra devia ser emendada, e a maneira vos escreverei, segundo ouvi dizer a outro que nisto mais entendia que eu.

«Primeiramente, que na dita Universidade ouvesse dous ou mais Collegios, em os quaes fossem mantheudos escolares pobres, e outros ricos vivessem dentro com elles aas suas proprias despezas, e todos morassem do Collegio a dentro, e fossem regidos por o...... que de tal Collegio tivesse carrego: a ordenança desto he tal. Em a Cidade de Lisboa, e em seu Termo ha da Universidade sinco ou seis Igrejas, e em aquestas se podiam bem fazer outros tantos Collegios, e a cada hum que tivesse hum Vigairo, que desse os Sacramentos, e dessem a este mantimento pertencente da Igreja e o mais fosse...... que para aquelle Collegio fossem deputados, e estes dormissem em hum Paço, que tivesse cellas, e comessem juntamente em hum lugar e fossem çarrados de só huma clausura. Aquestes, Senhor, despois que ouvessem dous annos em a Universidade fossem graduados, e lessem per juramento, e havendo elles tal criação com ajudorio da Graça de Deus serião bem acostumados Ecclesiasticos, e ainda os Bispos com seus Cabidos poderião fazer cada hum Collegios para seus naturais; e os Monges pretos outro si para si, e os Conegos Regrantes outro, e os Monges brancos outro, e ordenassem estes Collegios por maneira dos de Uxonia e de Pariz, e assi crescerião os Letrados e as Sciencias, e os Senhores acharião donde tomassem Capellães honestos e entendidos, e quando tais promovessem não serião desditos, e até d'isto se seguiria que vos achareis Letrados para Officiaes da Justiça, e quando alguus vos desprouvessem, terieis donde tomar outros, e elles temendo se

do que poderia acontecer, servirião melhor e com mais diligencia: e destes viram bons Beneficiados, que serião bons eleitores, e deshi bons Prelados, Bispos, e outros: aquesto havia mester bons hordenadores em o começo; e parece-me, Senhor, que se a Vossa Mercê isto quizesse mandar, averia grande honra a terra, e proveito por azo da Sabedoria, que deve ser muito prezada, que a muitos tirou e tira de mal fazer; mas devião ser taes ordenadores, que já estiveram em as ditas Universidades, bons homens, e avizados dos costumes, ou mandardes a alguem que vos escrevesse o Regimento dos dittos Collegios.»[1] É provavel que a fundação do Collegio do Dr. Mangancha, para Estudantes pobres nascesse d'esta sugestão do Infante D. Pedro; só em Coimbra e já na reforma de D. João III é que differentes ordens monachaes fundaram Collegios junto da Universidade.

O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, que tanto se interessava pela Universidade de Lisboa suscitando a idéa da creação de Collegios junto d'ella, sentiu a falta que a Coimbra fazia o ter sido despojada do seu Estudo geral em 1377, e sem esperança de tornal-o a possuir, porque pela Carta de D. João I de 1384 fixara-se para sempre em Lisboa. Lembrou-se pois o Infante D. Pedro de fundar em Coimbra uma nova Universidade, e como Regente do reino em nome de D. Affonso V estabeleceu o Estudo geral por carta do ultimo de outubro de 1443;[2]

---

[1] Esta Carta vem publicada na integra por J. P. Ribeiro, nas *Diss. chron.*, t. I, Doc. n.º CXVIII, p. 399, ed. 1860.

[2] Dom Affonsso etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que os Rex da piedosa lembrança de que nos desçemdemos, consyrando como todallas obras de deos procedem da sua maravilhosa sabedoria. E que outro esy nẽhuũ rregno nem principado nom pode ser firme se nom for rregido com muyta prudençia polla quall rrazom como tiranos destruydores das cousas pruvycas avorrecem os sabedores. assy os boõs prinçipes os devem muyto amar e preçar por tanto hordenarom na muyto antyga nobre abastada çidade de coymbra huũ Geral estudo de todallas çiencias por tall que os bem despostos achassem meestres de que podessem aprender virtudes sabedorias que he huũ graçioso dom do spirito sancto outorgado aos homeẽs assy como a huũ rrayo e huũa participaçom da divinall natureza na quall sse salva a rrazom da ymagem de deos a cuja semelhamça forom creados.

E desy que o emtemdimento armado de taaes armas quejandas pertemce segumdo diz o apostollo pella nossa spiritual cavallaria possamos pelejar e vemcer virtuosamente as agudas paixoeẽs a que formos incrinados. E continuando assy o dyto estudo por tempos, o muyto virtuoso e nunca vençido primcipe el Rey dom Joham meu avoo que deos aja e dee gloria por alguũas justas e proveytosas rrazões mudou o dito estudo aa muyto nobre e sempre leall çidade de lixboa de cuja continuada preseverança sayrom letrados em desvayradas sçiemçias que lhe feze-

para obter os meios para salariar as cadeiras de Leis e Canones, Theologia e Artes entrou em accordo com as dignidades e cabido da sé de Coimbra, e com o prior, chantre e beneficiados de S. Pedro de Almedina, e com o bispo de Coimbra D. Luiz Coutinho, que a 24 de maio de 1446 fizeram uma escriptura de doação das rendas da egreja de S. Thiago de Almelaguez, com a condição de caducar a doação se o Es-

---

rom grandes serviços per seu claro saber allumerarom os escuros entendimentos de muytos e trouverom verdadeyra honrra e proveyto a sua terra. E por que a nos pertençe manteer e acreçentar o que os sobreditos Rex por comservaçom destes rregnos e acreçemtamento da sagrada religiom xpãa bem hordenarom conheçendo que o estudo de lixboa nom abasta pera todos porque muytos moram em lugares tã alomgados que leixam daprender por nom virem tam longe de suas casas. Outros por aazo das pestillençias que aas vezes na dita çidade aconteçe sse partem do estudo e por nom acharem no rregno outras escollas homde possam estudar amdando assy ouçiosos lhes avem que esqueçem quanto aprenderom.

E aimda alguũs por homezios e arruydos ssom estorvados. outros pella muyta comversaçom dos amygos e parentes nom podem com rrepousado spirito estudar. E assy lhes he neçessario que vaão com gramdes despesas e trabalhos buscar estudo fora da terra domde muytos nunca mays tornam. E porem pera nos escusarmos estes inconvenientes por espertarmos os nossos subditos que sse desponham aos estudos das boas artes e virtuosas e ensinanças em guisa que as nossas çidades sejõ compridas de homeẽs letrados que per seu boom exemplo melhorem em muytos e per sua insinança prestem a todos.

Ffundamos e hordenamos estabellecemos outro geerall estudo na sobredita nobre çidade de coymbra que he comarquaã assy aos naturaaes de nossos rregnos como aos estramgeyros, saadia e avondosa de todallas cousas que pera a vida dos homeens sam neçessarias. E por ser o dito estudo milhor rregido queremos e mandamos que seia delle protector ho alto e poderoso primçipe o yffante dom pedro meu muyto amado e preçado tyo e padre nosso tutor e curador, rregedor e com a ajuda de deos defensor por nos de nossos rregnos e senhorio duque da dita çidade de coymbra e senhor de monte moor. E desy todos aquelles que delle lidemamente desçemderem que forem duques de coymbra. E esso meesmo ho homrrado em Jhũ xpo padre dom fernamdo arçebispo de bragua nosso bem amado primo e seos sobcessores na dinidade. E queremos e hordenamos que no dito estudo sse leom continuadamente todallas çiençias aprovadas per a sancta ygreja de rroma como sse leem nos outros estudos geeraes. E porque os mestres doutores e escollares possam na dita universidade estudar com rrepouso e viver em framqueza e querendolhes fazer graça e mercee de nossa çerta çiençia proprio movimento e poder absolluto damos e outorgamos aa dita universidade de coymbra e a todallas pessoas que nella pella sobredita maneyra estudarem e a cada huũa dellas e a seus bedees e rrecebedores livreyros e escrivaães e familiares a fora os privillegios que lhes per direito cõmuũ ssom outorgados Os quaaes lhe confirmamos q̃ueremdoos aqui aver por expressamente nomeados. Outorgamos lhe como dito he todollos privilegios e franquezas e liberdades e execuçoões que aa universidade de lixboa

tudo geral fosse mudado de Coimbra.[1] O desastre inesperado de Alfarrobeira em 1449, onde o Infante D. Pedro foi assassinado por intrigas do conde de Barcellos, obstou com certeza á realisação do generoso pensamento. Coimbra perdeu a occasião de ufanar-se com um nôvo Estudo geral.

---

pollos Rex passados ssom outorgados. E encomendamos ao dito yffante dom pedro e ao dito arçebispo protectores do dito estudo que lhe façom guardar e manteer os ditos privilegios E nom consentam a nenhuũa pessoa eclesiastica nem segrall por poderosa que seja que lhes vaa contra elles em parte nem em todo fazendo enxecutar rrealmente e com effecto as pennas em que cayrem aquelles que lhes contra os ditos privillegios forem. E mandamos e encomendamos em espeçiall aos Juizes, vereadores çidadaãos e homeẽs boõs da dita çidade em geerall a todollos de nossos rregnos que trautem benyna e graçiosamente os meestres doutores escollares e pessoas da dita universidade e os homrrem por nosso amor mantendo-lhes os ditos privillegios e liberdades que lhes assy outorgamos. E em testemunho dello lhes mandamos dar esta nossa carta seellada do nosso seello do chumbo. dada em a nossa villa de leyrea postumeyro dia de outubro per autoridade do dito yffante rregente etc. Martim Gill a fez anno do senhor Jhũ Xpo de mill e iiij c riij annos.» *(Livro decimo da Extremadura,* fl. lxviij. No Archivo nacional.)

[1] Este facto apparece pela primeira vez apontado por Miguel Ribeiro de Vasconcellos, *Instituto,* t. III, p. 302, seguido da Doação, ib., p. 318:

Carta de doação á Universidade

In nomine Domini, amen.—A quantos esta carta de perpetua doaçom e outorgamento virem. Nós dignidades e Cabido da See de Coimbra chamados singularmente para o acto seguinte a Cabido, e Cabido fazendo segundo nosso costume, e nós Prior e Chantre e beneficiados da Igreja de sam Pedro d'Almedina, fazemos saber, que consirando nos quanto a storia das letras he necessaria e proveitosa cousa a todos e singularmente aas pessoas eclesiasticas que hão de rreger e encaminhar si mesmos e outros a saber guardar os mandamentos de Deos e usar de virtudes, sendo nós certos da grande vontade que ha o mui illustre e mui virtuoso Principe o sr. Infante D. Pedro d'esta meesma cidade, tutor e curador d'El-Rei nosso sr. e curador e rregedor por ell destes rregnos de a ennobrecer, decorar e accrescentar e melhorar mandando aas suas proprias despezas fazer estremadas e selentes scolas e estudo geeral de todas as artes scienciaaes para soportamento e governança das quaaes som necessarias rrendas certas subficientes para salariar os doutores e mais Lentes e os outros officiaes e para soportar os carregos do studo e universidade dos studantes para a qual cousa o dito sr. rregente logo primeiro que outrem começou de o dotar assignando-lhe para sempre huma boa e grande cantidade de renda das suas proprias terras mandando-nos afincadamente e graciosa rrogar e rrequerer que nos outrosi que do dito studo e fructo das sciencias aviamos seer quinhoeiros quizessemos fazer para esto alguma ajuda de rrenda perpetua, e depois dos rrazoamentos que sobrello ouvemos todos acordadamente

D. Affonso v bem cedo reconheceu que fôra instrumento de um ambicioso traidor, e procurou, talvez sob a delicada influencia de sua mulher, D. Isabel, filha do Infante D. Pedro, reparar o attentado em que se achou envolvido. Por Provisão de 22 de setembro de 1450 deu

---

sem contradiçom sentimos e ouvemos por bem de outorgar a apropriar e dar ao dito studo quanto de direito podemos o padroado da Igreja de santiago d'almalaguez. O qual padroado e dereito de apresentar pertence a nós e ao prior chantre e colegio da Igreja de sam pedro de almedina de concensu e de permeo e assim estamos de posse pacifica seu quasi de apresentar. E de feito por aquesta prezente nos todos apreciamos e damos ao dito studo o nosso direito do dito padroado e o tiramos e demetimos de nós, de tal maneira que quando quer que acontecer de a dita Igreja vagar por morte ou rrenunciaçom d'alvaro paaez que ora d ella he prior ao qual nom entendemos por aquesta doaçom e outorgamento fazer algum prejuizo que as rrendas todas d ella que ora ao prior pertencem ficarão e pertencerão ao dito studo e lhe serão anexas por virtude desse nosso outorgamento o qual fazemos afora a terça que hy ha o cabidoo a qual o dito cabidoo sempre hy hade aver em salvo sem algumas custas nem censos salvo em apanhar ou arrendar sua rrenda. E afora esto meesmo tres moios pela velha de pão meado convem saber meio trigo e meio milho ou segunda que a dita egreja de S. Pedro d'almedina ha daver em cada hum anno do rreitor da dita Igreja de santiago segundo que sempre ouve e agora ha de alvaro paaez prior e segundo se contem em compromisso e escriptura desto que antre as ditas Igrejas ha e tão bem a dita Igreja de S. Pedro ha de dar aa dita Igreja de Santiago em cada hum anno tres meos d azeite por a velha praa lampeda segundo se contem em o dito compromisso, e aquesto outorgamento e doaçom fazemos com as condições seguintes, convem a saber que das rrendas desta Igreja susoditas que ao prior agora pertencem seja reservada e assignada ou taxada tal parte por o bispo para sustentamento do vigairo e vigairos perpetuos poedôiros em ella per tempus porque honestamente possão viver e soportar os carregos da dita Igreja que agora ao dito prior pertencem a aprezentação do qual ou dos quaes vigairos para sempre poedoiros seja ou pertença para sempre a nos e ao prior e beneficiados susoditos de S. Pedro de concensu e de permeo assim como nos agora pertence a apresentaçom dos Priores. Item, se porventura acontecesse as ditas escolas e studo nom virem a aperfeição para que se fazem convem a saber de se lerem em elle e aprenderem sciencias artes geralmente segundo se espera, e segundo se costuma de se lerem em os estudos geeraes ou depois cessasse por tempo ou tempos ou se mudasse para outra comarca, ou lugar fora desta cidade que em tal caso todas e quaaesquer que o dito studo ouvesse daquesta Igreja d almalaguez e lhe fossẽ como dito he unidas, e apricadas que logo ficassem ou fiquem esse facto apricados por aquella meesma guisa aa dita see e a sam pedro d almedina para as fabricas e obras dellas segundo que a cada pertence o direito do padroado e que as ditas see e Igreja de sam pedro da almedina sem outra autoridade Judicial possa aver e filhar por si as ditas rrendas como cousas devolutas a elles que lhes pertencem tanto que for certo ou notorio que o dito studo cessa de se leer em ell direito canonico e civil ou se mudar como dito he e que qualquer que por força ou contra razom e Justiça estas rendas lhe torvar ou embargar por

ordem para se estabelecer em Coimbra a nova Universidade, e que «se levantassem outros Estudos nas mesmas casas das Escholas antigas, junto aos seus paços, que são os do Collegio real, e que esta Universidade tivesse os mesmos privilegios que a de Lisboa, declarando

---

si ou por outrem seja maldito e escomungado e sacrilego e pedimos de mercee ao nosso prelado e sr. D. Luiz Coutinho bispo d'esta cidade que com estas condições e clausolas tenha pur bem de fazer a dita anexaçom em forma suso dita e acostumada e esto meesmo pedimos de mercee ao bem aventurado papa Eugenio nosso sr. que esta doaçom e outorgamento e anexaçom que se della fará do comprimento do seu poderio queira aprovar rratificar e confirmar a petiçom de nos todos seus humildosos servidores deam e cabidoo da see de Coimbra e prior e beneficiados da Igreja de sam pedro dessa cidade em testemunho das quaaes cousas mandamos todos ser feita esta carta seelada dos seelos da dita Igreja cathedral e da Igreja de sam pedro, feita em a dita cidade a 24 dias do mez de mayo. Era do nascimento de nosso Sr. Jhesu xpo de 1446 a.º»

Approvação e confirmação do bispo de Coimbra

D. Luiz Coutinho por mercee de Deos e da Santa Igreja de rroma bispo de Coimbra consirando as couzas e razoões contheudas em a suso dita doaçom serem verdadeiras e legitimas Inclinado aos justos reqrymentos do suso nomeado muy yllustre principe e Sr. Infante dom pedro, e dos padroeiros fazemos a doaçom e outorgamento com dezejo esso meesmo que ey do thezouro Incomparavel da sciencia ser acrescentado em esta cidade e rregnos rratificamos aprovamos e avemos por boa a dita doaçom e de consentimento e beneplacito de nosso Cabido e quanto com direito podemos anexamos unimos e ajuntamos as rrendas da dita Igreja de Santiago d almalaguez que ao prior ou priores pertencião e agora ainda pertencem aa Universidade do dito studo com as condições e clausulas contheudas e expressas em a suso dita carta de doaçom e outorgamento e per outra guisa nom reservando mais e taxando para convinhavel e onesto soportamento do Vigairo ou vigáiros que por tempo siam em a dita Igreja de santiago perpetuos e para elles terem de que paguem as procurações e confirmações e suporte todolos encarregos da dita egreja de santiago a que o prior ou priores de direito eram theudos. E esso mesmo a pagar aquelle pão meado da Igreja de sam pedro segundo o prior ora paga a terça parte de todo o que rrender a dita Igreja ou renderia ao prior se hy ouvesse como ha e mais todo pee do altar. E as outras duas partes da renda fazendo tres partes daquello que ao prior pertence fiquem e sejão unidas e apricadas ao studo o qual as aja ysentas e livres e as possa mandar arrendar ou apanhar como sua propria rrenda. Em testemunho das quaaes cousas mandamos ser feita esta Carta seelada do nosso seello pendente dada en na cidade de Coimbra a vinte e quatro dias do mez de maio era do nascimento de nosso Snr. Jesu xp.º de mil quatro centos quarenta e seis annos.

(Acham-se estes documentos no Archivo da Cathedral de Coimbra, gav. 1, R. 1, m. 2, n.º 29.) *Instituto,* vol. III, p. 317 a 319.

que não convinha haver n'este Reyno uma só Universidade.»[1] D. Affonso V chegou a nomear o Reitor para a nova Universidade, Mestre Alvaro da Motta. No começo da versão portugueza da *Vida de D. Tello e noticia da fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* cita-se o nome do Mestre Alvaro da Mota, como o do maior letrado dos Dominicanos no meado do seculo XV: «E esta obra esta em latim no liuro dos erdamentos de santa cruz, e foi tornada em lingoagem, porque o entendesem muitos, a requerimento de pedre annes prior de podentes, irmaão de afonse anes conigo de Santa cruz.—E esta treladaçom fez de latim em lingoagem *mestre aluaro da mota* da ordem dos prégadores, o maior letrado da ordem, estando em santa cruz com o prior dom gomes no anno de LV no mes de nouembro.»[2] Fez-se um silencio absoluto sobre o cumprimento da Provisão de 22 de setembro de 1450; não chegou a organisar-se a Universidade projectada pelo Infante D. Pedro em 1446, decretada por D. Affonso V depois da sua morte, e como que em sua homenagem. A influencia benigna da rainha D. Isabel cessou pela morte d'ella, envenenada, segundo a phrase incisiva de Ruy de Pina, que esteve sempre ao lado do espirito vingador de D. João II.

A fundação de *Collegios* junto das Universidades é um facto caracteristico desde o principio do seculo XIV, sobretudo em Paris, como se vê invocado pelo testemunho do Infante D. Pedro. O Dr. Mangancha comprehendeu o espirito do seu tempo, attendendo aos *estudantes pobres*, a quem já acudira D. João I fazendo-os contribuir com a quarta parte do que os outros pagavam para o salario dos lentes. O Collegio de Arras, (1302–1332) fôra fundado exclusivamente para os estudantes pobres d'aquella localidade que iam frequentar a Universidade de Paris; o Collegio do pateo Chardonnet, já dispunha de cem bolsas para dotação de alumnos; o Collegio de Navarra é dotado pela rainha mulher de Philippe o Bello, com vinte bolsas para o estudo da Grammatica, trinta para a Dialectica e vinte para a frequencia da Theologia. Estes Collegios constituem-se pelo seu desenvolvimento crescente em centros de ensino elementar, como o typo primario dos Gymnasios allemães ou dos Lyceus portuguezes. Victor Le Clerc enumera a longa lista dos Collegios fundados junto da Universidade de Paris, destacan-

---

[1] Brandão, *Monarch. Lus.*, P. v, Liv. XVI, cap. 73. Na carta de 22 de setembro, dada em Cintra em 1450, ordena que para os salarios dos lentes sejam pagos pelo almoxarifado de Coimbra treze mil reaes brancos aos quarteis, desde o primeiro de outubro do anno seguinte.

[2] *Portvgaliae Monvmenta historica,* Scriptores, vol. I, p. 75.

do-se das escholas episcopaes, das ordens monachaes e das nações estrangeiras, de que se acha vestigios em 1392. As ordem mendicantes assaltavam estes Collegios pelo seu parasitismo evangelico; e por isso destinavam-se elles especialmente aos pobres seculares, taes como os *escholares pobres da Sorbona,* os *moços pobres de S. Thomaz* e *do Louvre,* e em Lisboa os *Estudantes pobres de S. Nicoláo;* Le Clerc cita o costume da eleição do Reitor, em dia de *S. Julião o pobre.* [1]

Dava-se nas Escholas medievaes o nome de *Collectum* á contribuição ou honorario do alumno ao lente ou mestre de quem recebia as lições; este uso, conservado nas Universidades, explica a sua origem, por que as Universidades surgiram por iniciativa particular; e sob o poder real, era por causa do *Collectum* que se contractava para o magisterio os homens de mais saber e nomeada, agrupando-se em volta da sua cathedra os estudantes de todas as nações, augmentando pelo seu numero este subsidio. Por uma Carta de 6 de fevereiro de 1392 de D. João I ao Reitor da Universidade, sabe-se que «havia todos os annos discordias entre os lentes de Leis e Decretaes e os escholares por causa das *talhas,* que estes pagavam.» [2] O rei ordenou então, que os mais ricos pagassem 40 libras, e os *outros meoros* 20 libras, e os *mais pobres,* 10 libras. Estas questões repetiam-se com frequencia, a ponto de em 7 de dezembro de 1415 se fazer um instrumento «sobre a contenda entre bedel e escolares por causa da *colheita*... que em cada anno se lhe pagava... preços certos... a fóra alguns nobres que pagassem segundo suas pessoas.» [3] Este instrumento foi «feito na eschola das leis, presentes os discretos sages varões Rodrigo Anes, Prior de S. Pedro de Alemquer, e João Alpoem reitores, e João Lourenço licenciado em leis lente no estudo, Fernão Alvares lente de canones, Fernão Martim licenciado lente de fisica, Gonçalo Anes mestre de logica, Gonçalo Domingues mestre em grammatica, Christovam Lopes e João Gonçalves conselheiros na Eschola das Leis, e mais dous conselheiros por cada escola (fisica e canones, logica e grammatica).» Não obstante estas resoluções repetiram-se as questões «entre o mestre de grammatica e os escolares pela *collecta*» a qual variava segundo eram «*escolares de partes* e escolares de *regras;*» a obrigação de pagarem *collectum* aos mestres estendia-se tambem aos «moços familiares dos escolares que os servem, quando tambem ouviam de *regras* e de

[1] *État des Lettres au XIV siècle,* t. I, p. 270.
[2] *Livro verde* fl. 63.
[3] Ibidem, fl. 70, ỹ.

autores meudos, salvo se forem as escolas publicas.»[1] Em uma Carta passada em 1412, estabelece-se «para que os escolares de logica, por ser pequeno o salario do mestre, paguem *per annua collecta,* 20 reaes.»[2] Os escolares de partes, a *Secunda secundae* ou a *Summa de Sam Thomaz,* e os de *Regras,* e de *Catão*, Donato e Prisciano, formavam duas classes rivaes entre si, como o confessa Fernão de Oliveira alludindo ás zombarias entre os *Summulistas* e os *Rhetoricos*[3]. Na fixação do *collectum,* era attendida a circumstancia da pobreza do escolar, em todas as Universidades européas.

O *estudante pobre* formava uma classe na Edade média; elle pedia esmola para acudir ás necessidades da vida e despezas escolares. Thomaz Platter (1499–1582) descreve assim a sua situação de estudante: «tendo adiantado o nosso caminho até Strasburgo, nós encontrámos n'aquella cidade um grande numero de *estudantes pobres* e uma muito má eschola. Isto nos fez resolver a partir para Schlestadt. No caminho um sujeito nos desanimou, dizendo que em Schlestadt havia uma grande quantidade de estudantes pobres e poucos ricos. O meu companheiro poz-se a chorar e perguntou-me o que deviamos fazer. Vamos para Schlestadt, disse-lhe eu, porque lá temos uma boa eschola, e se um estudante pode ali viver, eu te prometto de nos sustentarmos a nós dois, por que ninguem conhece melhor do que eu o officio de mendigo. Achámos quartel em casa de um cego, e depois fomos ter com o magister, o celebre João Sapidus.» No seculo XIV tinhamos tambem os *estudantes pobres,* e ainda no seculo XVI os *estudantes honrados pobres.*

Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara,* descreve esta classe dos estudantes pobres ou *Martinets:* «Formavam os *Martinets* esta população de escholares sem mealha, muitas vezes sem pousada, que perpetuavam a imagem da barbarie no seio de uma sociedade policiada. Contavam entre si individuos dignos de consideração, mesmo de admiração; rapazes que tinham podido apaixonar-se pelo estudo no meio da abjecção em que tinham nascido. Vinham adquirir a sciencia á custa de todos os transes da miseria, vivendo de esmolas ou do modico salario que elles ganhavam entregando-se aos mais vis serviços. Porém, em volta d'elles agitavam-se os turbulentos, incapazes de toda a assiduidade, inimigos de toda a disciplina, frequentadores de

[1] *Livro Verde*, fl. 73.

[2] Ibid., fl. 9.

[3] No processo de Sanches (Brocense) pela Inquisição em 1584, ainda se insiste n'este caracter: «*mordaz como lo son todolos gramaticos...*»

collegios e tambem de tabernas, que se encontravam inevitavelmente nos motins, e muitas vezes em bandos entregues ás mais culpaveis industrias. A Universidade vexava-se de ter de reclamar em consequencia das capturas que fazia a policia; ella estatuiu que não admittiria aos gráos os alumnos que não fossem munidos de um certificado que attestasse que tinham passado o tempo dos seus estudos em um Collegio, em uma pedagogia ou em casa de algum honrado burguez da cidade; prohibição aos professores de receberem *martinets* nas suas classes, e aos bedeis da faculdade de os levar a exame.» [1] A importancia que os Collegios receberam do meado do seculo XV em diante pode attribuir-se aos regulamentos a que foram submettidos os *Martinets,* os Goliardos da tradição medieval.

Na Peninsula os Estudantes pobres seguiam ás vezes a vida mendicante, cantando de terra em terra, como se vê pelas coplas escriptas pelo Arcipreste de Hita. [2]

---

[1] *Hist. du College de Sainte Barbe,* t. I, p. 22. O nome de *Martinet* vem do culto grotesco que prestavam a S. Martinho, celebrado nos cantos latinos dos escholares, como se vê nas collecções de Du Méril.

[2] O Arcipreste de Hita, cujas poesias foram traduzidas em portuguez e se guardaram na Livraria do rei D. Duarte, refere os differentes cantares que compoz para os estudantes *nocturni grassatores* e pedintes :

Cantares fis algunos de los que disen los ciegos,
Et para *escolares* que andan nocherniegos,
É para muchos outros por puertas andariegos.
(ỳ. 1488 e seg.)

Uma amostra d'estes cantares, traz a rubrica: *De como los Escolares demandan por Dios:*

Señores, dat al Escolar,
Que vos bien demandar,
Dat limosna, ó racion,
Faré por vos oracion,
Que Dios vos dé salvacion,
Quered por Dios à mi dar.

El bien que por Dios fesierdes,
La limosna que por el dierdes,
Quando deste mundo salierdes
Esto vos habra de ayudar.
Quando a Dios dierdes cuenta
De los algos, et de la renta,
Escusarvos ha de afruenta
La limosna por él far.

Por una racion que dedes,
Vos ciento de Dios tomedes,

Eram estes clerigos ou escholares vagabundos, a quem o povo hespanhol chamava os *Sopistas,* e em França *Martinets;* o costume das vacações mendicantes conservou-se na Hespanha até ao primeiro quartel d'este seculo, em que alguns *Tunos* chegavam até Portugal trazendo cosidos no chapéo um garfo e uma colhér como insignias da classe. Nas Poesias de Alvaro de Brito, da collecção de Garcia de Resende, allude-se tambem a esta classe:

Estudantes prégadores
metem santas escripturas
em sermões,
derivados em amores,
fazem de falsas figuras
tentações.

Quando virem tal caminho
da má prégação se afastem,
os que ouvem;
dem-lhe todos de focinho,
taaes metaforas contrastem
e deslouvem.[1]

Et en paraiso entredes,
Ansi lo quiera él mandar;
Catad que el bien fazer
Nunca se hade perder,
Podervos ha estorcer
Del infierno mal lugar.

*

El Señor dé paraiso
Christus que tanto nos quiso,
Que por nos muerte priso,
Matáronlo Jodiós.
Murió nuestro Señor,
Por ser nuestro Salvador
Dadnos por él su amor,
Si él salve á todos nos.

Acordatvos de su estoria,
Dar por Dios en su memoria,
Si él vos dé la su gloria,
Dad limosna por Dios.
Agora enquanto vivierdes
Por su amor siempre dedes
Et con esto escaparedes
Del infierno é de su tos.

(*Colleccion de Poesias castellanas,* de Sanchez (ed. Ochoa), p. 516.)

[1] *Canc. de Resende,* t. I, p. 189.

Sobre estes *estudantes prégadores,* a que allude o poeta palaciano, acham-se preciosas referencias nas constituições e synodos episcopaes desde o seculo XIII, por onde se vê que estavam constituidos em uma classe mendicante, que frequentava as tavernas e parodiava os ritos e prédicas ecclesiasticas. No Sexto, ou as novas Decretaes de Bonifacio VIII, condemnam-se os *joculatores*, *goliardi seu bufones;* o concilio de Colonia de 1301 prohibiu-lhes prégarem nas praças publicas, onde atacavam a simonia de Roma parodiando o Evangelho *secundum Marcas argenti,* e vendendo indulgencias pelas portas, ou cantando canções latinas dissolutas no gosto das pastorellas populares, durante a missa. Um dos estatutos do concilio de Treves de 1227 prohibia aos escholares vagabundos e aos goliardos cantarem versos na missa depois do *Sanctus* e do *Agnus.* [1] Nas Ordenações Affonsinas ha um ataque contra esta *Familia Goliae,* formada entre estudantes de todas as Universidades: «Todo o clériguo *jogral,* que tem por officio tanger, e per elle soporta a mayor parte da sua vida, ou publicamente tanger por preço que lhe dem em algumas festas, que não sam principalmente ecclesiasticas e serviço de Deos; e o *tregeitador*, e qualquer outro, que por dinheiro por sy faz ajuntamento do povo; e o *Goliardo,* que ha em costume almoçar, jantar, merendar ou beber na taverna; e bem assy o *bufam,* que por as praças da villa ou logar traz almareo ou arqueta ao collo com tenda de marçaria pera vender; taes como estes, e cada huũ delles, usando os ditos officios ou costumes dos ordenados, como dito he, per hũ anno acabado, ou sendo amoestado por seus prelados, vigarios e reitores de suas freguezias por tres amoestações, e não leixando os ditos officios e maos costumes, passado o termo das tres amoestações, ainda que seja mais pequeno tempo que o dito anno, por esse mesmo effeito *perdem de todo o privilegio clerical,* assi nas pessoas como nas cousas, e são feitos em todo o caso da jurisdicção secular.» [2] Os cantos dos *goliardos* constituiram um genero litterario intermedio ao povo e aos eruditos; [3] alguns dos themas poeticos, que affectavam a

---

[1] *Histoire litteraire de la France*, t. XXII, p. 154.

[2] *Ord. Affons.*, liv. III, tit. 15, § 18. Adiante fallaremos de uma comedia de *Golias,* representada em Coimbra no meado do seculo XVI.

[3] Transcrevemos algumas estrophes do genero, de um mss. do seculo XV:

> Meum est propositum in taberna mori,
> et vinum appositum sitienti ori,
> ut dicant cum venerint angelorum chori:
> Deus sit propitius isti potatori.
> ....

fórma scholastica do *pro et contra,* chegaram até nós elaborados nas tradições populares, tal como o *Dialogus inter Aquam et Vinum*, do goliardo Gautier Map.[1] A este genero de cantares, a que na velha poetica provençal e franceza se dava o nome de *tenson* e *dispotoison,* ligavam-se outros themas, como a disputa entre a Alma e o Corpo, entre o Rei e o Papa, entre o Coração e os Olhos, em que a paixão da dialectica servia a expansão do genio satyrico. A oração do *Quicumque vult,* usada em todas as escholas da Edade média cahiu tambem na parodia dos goliardos applicada ás virtudes do vinho.[2]

Na Edade média já se distinguia as duas fórmas de educação— a que se dava aos clerigos, e a que constava de exercicios corporaes peculiar dos jovens fidalgos.[3] Em Portugal satisfez-se estas duas necessidades por meio dos Collegios para os *estudantes pobres,* como o do dr. Mangancha, e mandando frequentar as escolas de Italia aos filhos da nobreza, como vemos pelas cartas de Angelo Policiano dando conta dos estudos dos filhos do chanceller João Teixeira.

Fertur in convivium vinus, vina, vinum;
masculinum displicet, at que femeninum,
sed in neutro genere vinum est divinum,
loqui facit socios optimum latinum.

(Ap. Du Méril, *Poésies populaires latines du Moyen-Age,* p. 206.)

[1] Leite de Vasconcellos, no *Annuario das Tradições populares portuguezas,* p. 44, traz um pequeno estudo comparativo de *Un débat chanté* entre o Vinho e a Agua, popular em Vorey e em Marlhes-en-Forez, e umas cantigas de cego, de uma folha volante do Porto, por onde se vê a persistencia d'este thema vulgarisado pelos goliardos desde o seculo XIII.

[2] Transcrevemos das *Poésies populaires latines du Moyen-Age,* p. 202, o seguinte canto:

Quiqumque vult esse frater
bibat bis, ter et quater!
Bibat semel et secundo,
donec nihil sit in fundo!
Bibat hera, bibat herus,
ad bibendum nemo serus!
Bibat iste, bibat illa,
bibat servus cum ancilla!
Et pro Rege et pro Papa:
bibe vinum sine aqua!
Et pro Papa et pro Rege
bibe vinum sine lege.
Haec una est lex bacchica,
bibentium spes unica.

[3] H. André, *Nos Maîtres hier,* p. 100.

Para que se conheça perfeitamente a organisação de um Collegio de *estudantes pobres,* transcrevemos em seguida as principaes disposições do testamento do dr. Mangancha, datado de 1447: «declaro que Brranqua Annes em seu testamento me leixou seus beens, com condiçom que eu ffezesse ho que ella comigo ffalara: ho que ella commigo, eu com ella ffalamos e acordamos asy he, que todos nossos beens ffossem estatuidos e hordenados pera *hum Colegio, ffeito nas nossas Cassas de morada da beira de Ssam Jorge, em nas quaes se recebessem dez Escolares proves de todo,* e quatro servidores, sem numqua ter azemella, nem besta, avendo pela renda dos ditos beens duas tavolas ao dia, sem outra consooada, nem cama, nem all, que nom ffor veguilia, e quando a ffor, huma tavola, e a noyte consooada; *e que os meus liuros se posesem em huma Livraria per cadeas,* dentro das ditas cassas: e que todos os dias que nom lerem diga hum Capellam dos dez Missa na dicta Capella, e todolos outros Escolares estem a ella e a officiem se ssouberem e horem por nossas almas... Porem eu asy ho mando, convem a saber, que nas dictas cassas se hordenem dez cameras, e em ellas se armem dez leitos de madeira, e dez estudos, affora a salla e cozinha e despensa e adega, e celeiro pera pam e azeite, e a cassa pera dormirem os servidores: a estrebaria se alugue: E hy sejam reçebidos a primeira vez dez Escolares jaa Grammaticos, e passantes dez e seis annos; pero se forem Saçardotes, ainda que nom sejam Grammaticos, e aprendam Grammatica, recebam-nos por enliçom, sem ffrugito d'Oniversidade e de Maria Dias, sem Rey nem Arcebispo, nem outro poderoso: e d'esses dez seja hum Reitor do Collegio, e receba toda a renda per ho mordomo, e per ho escrivão, que seja houtro dos dez, e logo ho façam ssaber aos oyto, que escrepvam tambem: a primeira vacaçom de cada mez dê conta a todos, e nas outras vezes ho Collegio enleja hum, e a Oniversidade outro, sempre alternando, e sem ffrugitos, e rogos, os quaes se se provarem a enliçom nom valha: e quando algum ouver de ser reçebido primeiro traga a cama sua, em que ouver de dormir, e a leve quando se ffor; pero leixe a melhor peça que tever pera ho Colegio: e se hy morrer, ho Collegio lhe ffaça a despessa da doensa e do enterramento, e aja pera si quanto hy tever seu: e ainda ante que seja recebido jure cumprir sempre ordenações e boons costumes do Collegio, e sempre lhe seer ffavoravel, e proveitoso, a qualquer estado que venha, e que per sua morte leixe alguma coussa ao Collegio: E cada Escollar começante Gramatica, e per conseguinte nas outras Ciencias, possa estar dez annos e ho que ja ffor gramatico sete, e ho que leixa a Logica cinquo, e mais nom: e se algum se lan-

çar a ffolgar, sem continuar o estudo, á vista da Oniversidade e Colegio, seja lançado fora delle, sem numqua jamais tornar: e ho que ffor Doutor ou Mestre, ainda que seu tempo nom seja acabado, vase dy a cinquo messees. Nesse Colegio nunqua possam seer reçebidos ricus, barrigueiros, taffuys, bevedos, volteirus, guagos, nem doutros maus costumes, peitudos e de narizes tortos, bochechudos, que teem rossmaninhos nos rostos, ainda que sejam boons. Ho mantimento seja per esta guiza: no alqueire de pam se ffaçam vinte rações de poo de toda ffarinha, e nunqua mais, e á messa se ponha a cada hum, quer seja moço, quer homem, huma raçom, e nunqua mais, e ho que ssobegar a hums possam comer os outros, a quem minguar, nem guarde algum ho que lhe ssobegar: mas ho mordomo apanhe o derradeiro todo, e leve á dispensa, e semelhante sse ffaça do vinho, que a cada hum ponham em sua pinta, ffeita per esta medida, mea canada de vinho meado de agua: da pytança, asy carne, como pescado, a despessa se ffaça per tal guissa, que nunqua passe vinte reis cada dia, e se reparta per higual a grande, e a pequeno, Escolar e servidor. Ho assentamento da messa seja como cada hum vier, ssalvo que o Reitor tenha sempre a cabeçeira, e diguase oraçom hordenada á entrada, e ssayda, com commemoraçam de nossas allmas: e ho Colegio proveeraa de messas, banquos, cadeiras, mantees, pratees, escudellas, ssalvynhas, talhas, e panellas, espetos, grrelhas, cuitelos de cozinha, e todos outros atavios communs. Os servidores ssom estes, hum que seja Moordomo, e tenha as chaves dadega, e pam, e vinho, e carne, e lenha, e de todas as outras coussas, as quaaes proveera per mandado do Reitor aos do Colegio, e alhur nunqua, reçebendo-as, e destribuindo-as per escripto; outro servidor seja o Comprador e Cozinheiro; outro levador, acarregador da agua, e varredor, e levador das çuguidades á ribeira comuys, e particulares: e estes tomem per ssoldada, pero se alguns quigerem bem servir per trez annos, ssem ssoldada, possam di endiante ser espeitantes na primeira vagua de Sscollar, se nelles cabee, como nisso dicto he. E outros espeitantes nunqua possam seer ffeitos per Papas, nem Rey, nem Oniversidade, nem Colegio, nem per outra qualquer guisa que seja. Quando contenderem os de meu divido, ou os de Brranqua Annes, ou os de Maria Diaz, minha segunda molher, com outros, estes precedam, e antre sy estem a emliçon, sse nelles cabe, como dicto he. Pero Rui de Valldees, meu filho natural, possa ser no dicto Collegio, com seu Ayoo, aambos em huma Camara, sete annos, reçebendo ambos raçom do dicto Collegio, e camaa, e candeas, e de suas moradeas, e beens, se vestam e calçem etc., e o al se lhe ponha em deposyto, e com esses dous nom

pasem dez Escolares. E todo o que ssobegar cada anno das rendas deste Colegio se ponha em deposyto per scripto, per rrepartimento das cassas, e guarnimento dellas, e das posissoees e cassas dellas, e se tanto creçer o deposyto do Collegio, pera comprar posyssoes, e acreçentar Escollares. Os Reitores da Oniversidade possam tomar a conta ao Colegio, e constrangeer o Reitor delle, que comprem bem, e fulmine as posissoões, e acreçente nos Escolares, como susso dicto he.» etc. [1]

As Faculdades das Artes, como o affirma Hamilton, o celebre professor de Logica da Universidade de Edimburg, foram a base primeira das antigas Universidades da Europa; [2] desde porém, que as Universidades subsistiram por uma vida propria, as Faculdades das Artes ou se destacaram constituindo o ensino elementar, ou se tornaram subalternas das Universidades sob o nome de Collegios. Halmiton descreve esta instituição pedagogica, de modo que nos ajuda a comprehender o caso do Collegio do Dr. Mangancha: «O estabelecimento dos *Collegios* foi determinado, nas mais antigas Universidades, pela agglomeração excessiva de estudantes que ahi affluiam de todas as partes da Europa. Esta affluencia era grande sobretudo em Paris, em Bolonha, em Palermo durante os seculos XII e XIII. Ella occasionou n'esta cidade a raridade das habitações, e consequentemente o augmento dos alugueres. Os *estudantes pobres*, e d'estes era o grande numero, achavam-se na mais triste situação. Pessoas caridosas querendo pôr cobro a este grande inconveniente, não acharam outro meio senão arranjar casas para agasalhar um certo numero de estudantes durante o tempo dos seus estudos, e preserval-os assim tambem do contacto dos costumes corruptos do tempo dando-lhes inspectores. Estes primeiros estabelecimentos foram imitados dos hospicios (*Hospitia*) que as ordens reli-

---

[1] Ap. *Diss. chronologicas* de J. Pedro Ribeiro, t. II, p. 252. Doc. n.º XVI, com data de 4 de janeiro de 1448. Thomaz Platter (1499-1582) descreve este caracter dos estudos do seu tempo: «Nesta epoca as escholas eram poucas e más. Não havia livros impressos, e era preciso escrever sob o dictado do mestre o que se pretendia saber dos auctores.» Como se vê, o mestre era, ainda depois da descoberta da Imprensa um *lente*. Nas escholas da Edade média os estudantes mais novos eram chamados *Caçadores* e estavam sob a protecção dos mais velhos, que eram denominados *Bacchantes;* estes ensinavam-lhes os primeiros rudimentos, e os Caçadores tiravam esmola para prover ao sustento dos Bacchantes. Na Universidade de Coimbra ainda ha a tradição do *Veterano,* o estudante que protege o *Novato,* e a phrase *Andar á lebre* é um vestigio do antigo costume de procurar sustento á custa de alguem.

[2] *Fragments de Philosophie,* trad. de Peisse, p. 274.

giosas conservavam nas cidades de Universidade, para os seus membros que ali residiam como mestres ou como escholares. Juntou-se depois á moradia o sustento. Com a inspecção moral, havia tambem uma disciplina litteraria, mas sempre subordinada aos estudos publicos. Os membros d'estas pobres communidades ali achavam livros, que não podiam então ser adquiridos a não ser pelos ricos.

«Foi d'estes primeiros estabelecimentos que sahiram os Collegios annexos ás diversas Universidades da Europa. Em Paris adquiriram depressa uma alta importancia. Os seus regentes eram algumas vezes nomeados, sempre subordinados e dirigidos, e exclusivamente destituidos pela Faculdade a que pertenciam. As lições dos Collegios foram muitas vezes assemelhadas ás que se davam nas escholas publicas da Universidade; formavam tambem outras tantas pequenas Universidades ou fragmentos de Universidade. Foi no curso do seculo XV que se operou em Paris esta união intima dos Collegios e da Universidade. As grandes Faculdades de Theologia e das Artes tornaram-se exclusivamente collegiaes, e a Faculdade de Theologia de Paris acabou por se absorver inteiramente na Sorbonna.» [1]

Nos estudos portuguezes o Collegio fundado pelo dr. Mangancha corresponde ao phenomeno da protecção dada por particulares aos *estudantes pobres;* porém o caracter dos *Hospitia* das ordens monachaes é que vem a prevalecer no nosso systema pedagogico, como se vé pelas Escholas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. N'este mosteiro, os Collegios eram tres; dois d'elles eram verdadeiramente fragmentos de Universidade, e o outro consistia em uma simples Faculdade de Artes. O primeiro Collegio de Santa Cruz tinha cadeiras de *Theologia especulativa,* de *Moral,* de *Escriptura sagrada* e de *Canones;* o segundo Collegio conhecido pelo titulo de S. João Baptista, ensinava as *Leis, a Medicina* e a *Mathematica;* o terceiro Collegio de titulo de Todos os Santos, ou dos *estudantes honrados pobres,* tinha as cadeiras de *Artes, Rhetorica, Grammatica grega e hebraica.* [2] Com o tempo estes Collegios foram incorporados na Universidade de Coimbra; depois que a Universidade se fixon definitivamente em Coimbra depois de 1537, todas as ordens religiosas estabeleceram Collegios n'aquella cidade.

Os Collegios tornavam-se uma necessidade não só para os estudantes pobres, como para concentral-os em corporações que os disci-

---

[1] Halmiton, *op. cit.*, p. 277.

[2] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chr. dos Conegos Regr.*, t. II, 300.

plinassem na sua turbulencia. Em Portugal os Collegios ficaram inteiramente absorvidos pelas ordens monasticas, sendo para alli que a aristocracia portugueza mandava os seus filhos, pela confusão que ainda hoje persiste entre a educação e a instrucção. Os Collegios de Santa Cruz de Coimbra, onde o de Todos os Santos era para os *estudantes honrados pobres,* é que primeiro se ligaram á vida da Universidade quando foi transferida para Coimbra. Até á extincção das ordens monachaes em Portugal em 1834, os Collegios ou a instrucção secundaria fez-se sempre nos mosteiros; a educação de Alexandre Herculano foi ainda no Collegio do Espirito Santo dos padres das Necessidades, ou da Congregação do Oratorio. O facto geral explica-se pela supremacia que a Theologia veiu a ter na Universidade, onde ainda hoje conserva a precedencia honorifica a todas as outras Faculdades. [1]

A intervenção do Infante D. Henrique nos negocios da Universidade de Lisboa deu em consequencia ficar a sua administração entregue ao Mestrado de Christo, para o pagamento do salario do professor de Theologia. O Mestrado foi incorporado no rei.

No testamento do Infante D. Henrique, de 13 de outubro de 1460, acha-se confirmada a dotação da cadeira de Theologia: «Item ordeno e mando q̃ o lente da theologia da catedra de prima, aja em cada hum anno pera sempre doze marcos de prata, por a primeira renda dos dizimos que a ordem de christos ha na Ilha da Madeira, pello qual fara o principio no estudo, e dira certas missas e pregações segundo faz declaraçom na carta minha que lhe delo leixo. E esto em renenbrança da doaçom que lhe fiz das casas em que estaa o dito estudo.»[2] Esta pensão foi acceite por bulla de Sixto IV, em 1472, então já convertida em doze talentos.

A phrase *fará o principio no estudo,* quer dizer, que encarregava o lente de Theologia de fazer o discurso inaugural ou *Oração de Sapiencia,* que no seculo seguinte é desempenhada pelos Mestres de Artes. Na Carta de 22 de setembro de 1460, a que allude o testamento,

---

[1] Por bulla do Papa Nicoláo V, de 26 de junho de 1453, a cadeira de Theologia dos Franciscanos, de Lisboa, é incorporada na Universidade, podendo n'ella guardar-se os seus reitores e mestres. Na Universidade de Salamanca as cathedras de *Theologia* só foram instituidas no fim do seculo XIV; concedeu-as Benedicto XIII, para n'ellas se estudarem as doutrinas thomistas e scotistas.

[2] Este testamento foi pela primeira vez publicado pelo marquez de Sousa Holstein, no seu estudo *A Eschola de Sagres*, de p. 81 a 86, extrahido de um ms. da Bibl. nac.

estabelece tambem o primeiro *Prestito* da Universidade em honra da sua pessoa: «Por ende eu mando, e ordeno, rogo, e encomendo todolos Mestres e Governadores, que depois de mim a esta Ordem veerem, que por a primeira renda dos dizimos, que a dita Ordem ha na minha Ilha da Madeira para sempre em cada hum anno por dia do Natal mandem dar, e dem ao Lente da Theologia da Cadeira de Prima no estudo da Cidade de Lisboa doze marcos de prata, polos quaes os Lentes que a dita Cadeira teverem, hão de fazer estas cousas a suso escritas: Primeiramente *farõm o principio do estudo.* E ante que a elle entrem, depois que esteverem na cadeira, lerá altamente, que o oução os que arredor esteverem, a carta que eu dei ao dito estudo da paga destes doze marcos de prata.—E tambem será theudo ir à Santa Maria da Graça, que é no mosteiro de Santo Agostinho da dita cidade, por dia de Santa Maria da Annunciaçom, que ha a vinte e cinco dias de março, e hi dirá missa cantada e pregaçom. E em este dia devem ir sempre em cada hum anno com elle os Rectores, Conselheiros, Lentes, e todolos outros escolares do dito estudo em sua ordenança, segundo costume ao dito mosteiro, por encomendar minha alma a Deos em remembrança da doaçom que lhe fiz das casas em que está o dito estudo.» [1] Este encargo cumpria-se *Sub prestito juramento,* e d'aqui veiu o converter-se a fórmula em designação do acto praticado por toda a Universidade, quando ia em *Prestito* a Santa Maria da Graça.

É para notar que o Infante D. Henrique se preoccupe no seu testamento das varias capellas que institue, com missas por sua alma e proclamação solemne dos beneficios que fez á Universidade dando-lhe casa, e não se refira ás emprezas de descobertas maritimas, com que o glorificam. Em vez de dotar ou salariar uma cadeira de Cosmographia ou Nautica, subsidia uma cadeira de Theologia, já existente, a de *prima,* que era salariada. Muito antes de 1460, tinham os Franciscanos obtido do papa Nicoláo V concessão para incorporarem na Universidade a sua cadeira de Theologia, e poderem n'ella receber o gráo de Mestres; seria uma cadeira pequena ou cathedrilha, porque a nova cadeira instituida por D. Manuel foi denominada de *vespera.* [2]

Durante o seculo XV a Universidade de Lisboa, dotada pelos reditos

---

[1] Brandão, *Monarch. lusit.,* P. V, Append. Escript. XXVI.

[2] As cathedras grandes eram denominadas de *Prima*, *Vespera, Terça* e *Noa*, seguindo a mesma divisão das horas canonicas applicadas nos estudos. Junto das cadeiras grandes funccionavam tambem as cathedrilhas, que eram temporarias.

de doze egrejas parochiaes, e com a incorporação dos rendimentos de casas, egrejas, terras, pinhaes, e garantidos os seus lentes com a aposentação por impossibilidade physica com dois terços de ordenado, arrasta uma existencia obscura, indo a principal aristocracia portugueza frequentar as escholas de Santa Cruz de Coimbra ou os philologos de Italia e de Paris.

O conflicto entre o poder papal e o poder real no ensino publico europeu revela-se, além do interesse das dotações e do espirito da doutrina pedagogica, na propria organisação economica escolar. Existe uma distincção radical entre os titulos de *Estudo geral* e de *Universidade* empregados simultaneamente nos documentos historicos; a designação de *Universidade* era mais sympathica aos papas, e a de *Estudo geral* accentua-se de preferencia nos documentos officiaes da realeza. Victor Le Clerc, descrevendo algumas phases d'este conflicto escreve: «Clemente V havia empregado, além da palavra *Estudo geral* a de *Uuiversidade;* o rei (sc. Philippe o Bello) não reconhecia senão o primeiro titulo. Uma bulla de João XXII, tambem discipulo da mesma escóla (de Paris) persiste, em 1320, a chamar-lhe *Universidade;* as Ordenanças continuam a prevalecer sobre as Bullas; etc.» [1] Nos primeiros estatutos do rei D. Diniz, diz-se que inaugura o *Estudo geral* na *Universidade* que trasladára para Coimbra; no preambulo da reforma d'el-rei D. Manuel, lê-se: que «os illustrissimos reis de Portugal fundaram um *Estudo geral* n'esta cidade de Lisboa e o dotaram de rendas,» e em seguida confunde os dois termos sobre a collocação do «dito *Estudo e Universidade*» em Lisboa. Esta confusão corresponde effectivamente ao facto que se deu em Portugal, em que o ensino superior ficou sob a influencia exclusivamente clerical emquanto ás disciplinas litterarias, e em que a administração pertenceu indiscutivelmente ao centralismo monarchico. A Egreja comprehendeu que o desenvolvimento extraordinario das Universidades significava a manifestação de uma nova fórma do poder espiritual que se fundava na Europa, e por isso tratou de apoderar-se d'essas novas instituições. O poder real, pelo ensino do direito romano nas Universidades, via que era esse o meio de alargar o seu poder temporal, estabelecendo uma legislação superior aos privilegios senhoriaes e ecclesiasticos, e tornando-se o centro de toda a esphera civil. Cada um d'esses dois poderes via o problema pelo seu lado particular, vindo a ficar as Universidades verdadeiramente atra-

---

[1] *État des Lettres au XIV[e] siècle,* t. I, p. 278.

zadas, debatendo-se em questões inuteis, emquanto se ia creando um estudo scientifico na Europa, depois da Renascença, e pela acção desprotegida de certas individualidades iniciadoras. É principalmente no seculo XVI, que se dá nas Universidade o conflicto doutrinario do espirito clerical e secular; no seculo XV o conflicto entre o poder papal e real versa quasi sempre sobre prerogativas e intervenção economica. Em Portugal o proprio monarcha D. Affonso V para resistir á animadversão do clero contra a bulla de Sixto IV, que concedia á Universidade uma conezia por cada diocesse (1474), entrega-a á administração do bispo D. Rodrigo de Noronha, nomeando-o *Protector e Governador do Estudo d'esta cidade de Lisboa:* «tenho por bem e me praz e lhe dou daquy em diante que elle tenha carrego de Governador e Protector por mym do *Estudo* e Universidade de minha Çidade de Lisboa, com poder de dar Officios e Cadeiras e fazer todallas outras cousas geraes e speciaes acerca dello asy como eu mesmo o ffaria se por mym regesse e governasse.» [1]

Depois do Infante D. Henrique succedeu-lhe como *Protector* da Universidade o infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V; parece que terminou n'elle o poder que a Universidade teve de escolher Protector, por que o rei D. Affonso V apparece com essa dignidade, que transmitte por nomeação a seu sobrinho o bispo de Lamego D. Rodrigo de Noronha, o qual tendo-a renunciado passa o titulo de Protector para o cardeal D. Jorge, eleito pela Universidade sob indicação do proprio monarcha. Quando a dictadura monarchica se achou no seu periodo mais intenso sob D. João II, foi este monarcha Protector da Universidade, ficando este titulo em todos os reis que se lhe seguiram, e acabando assim a livre eleição dos Reitores, e a escolha dos lentes pelo corpo escholar. A Universidade ficou completamente sob o Poder real; e se em principio foi isto um progresso em quanto á incorporação da Instrucção publica sob a direcção do Estado, foi praticamente uma calamidade, por que d'esse excesso de intervenção do poder temporal sobre as cousas do espirito resultou o ser entregue a Universidade sem resistencia á absorpção theocratica dirigida pelos Jesuitas.

Os litigios promovidos pelos vigarios das egrejas annexadas á Universidade de Lisboa prolongaram-se até 1461, em que Pio II interveiu com uma bulla impondo perpetuo silencio sobre taes demandas; mas os interesses materiaes foram mais poderosos, e o clero continuou a

---

[1] Carta de 23 de agosto de 1476. Ap. *Provas da Hist. geneal.*, t. II, p. 13.

resistir contra a Universidade, que se achava em uma deploravel situação economica. Em 1453 os Franciscanos, que ainda conservavam o exclusivo do ensino da Theologia nos seus conventos, obtiveram uma bulla de Nicoláo V para os seus Mestres serem incorporados na Universidade e os seus alumnos graduarem-se n'ella; era propriamente os salarios das cathedras de Theologia o que attrahia para a Universidade os Mendicantes. Fóra da Universidade havia uma decadencia absoluta do ensino, e o clero cahia no mais deploravel analphabetismo. D. Affonso V pede ao papa Sixto IV a cedencia para os lentes da Universidade de uma conezia em cada uma das sés do reino, e que os bispos quando não tivessem bons mestres de Grammatica e Logica contribuissem com as rendas equivalentes a um canonicato. Sixto IV comprehendeu a necessidade do ensino e expediu a bulla aos 20 de dezembro de 1474, lamentando o estado em que se achava a instrucção do clero portuguez *«ea propter fere omnes rectores ecclesiarum Grammaticam nesciebant.»* [1] Os bispos e cabidos resistiram contra a bulla de Sixto IV, e capitaneados pelo bispo de Lisboa, o astuto D. Jorge da Costa, propozeram ao papa uma substituição, adoptando o processo da antiga annexação de uma egreja em cada diocese, que nunca cumpriram, obtendo a revogação da bulla por outra de 1475. N'estas difficuldades D. Affonso V nomêa *Protector* da Universidade seu sobrinho, bispo de Lamego, D. Rodrigo de Noronha, para tratar de uma tão complicada negociação, e ser o executor da bulla; e para vencer a reluctancia do clero, indica á Universidade que eleja seu Protector o proprio D. Jorge da Costa (cardeal de Alpedrinha), o que foi levado a effeito em 8 de março de 1479. [2] Quando d'ahi a pouco a dictadura monarchica se exerceu pelo caracter implacavel mas justo de D. João II, o cardeal de Alpedrinha, como um dos grandes potentados que reagiam contra a

[1] D'aqui vem a origem das duas prebendas nas Cathedraes, providas em Mestres em Theologia *(conezia magistral)* e Doutores em Canones ou Leis *(conezia doutoral.)* Quanto á ignorancia do clero, basta consignar o facto da Provisão de 1450 do vigario geral de Braga confirmando João Vasques, conego do mosteiro de Villa Nova de Moinha em prior do mosteiro de S. Miguel de Villarinho *com dispensa da constituição que prohibe dar o governo do mosteiro a quem não souber ler, cantar e entender ao menos ao pé da letra* (latim.)» (*Catalogo dos Pergaminhos do Cartorio da Universidade de Coimbra*, p. 65.)

[2] D. Affonso V nomêa protector da Universidade D. Jorge da Costa, cardeal: «Por ser creado na dita Universidade como por seer sempre zeloso e amador da sciencia, homem letrado e desejador do bem e accrescentamento do dito Estudo.» (Ap. *Cuidados litterarios*, p. 247.)

auctoridade real, fugiu de Portugal. Sómente sob o governo de D. Manuel, e por breve de Alexandre VI de 23 de junho de 1496, é que a pendencia se resolveu, adoptando o clero o systema da Egreja de Hespanha, contribuindo para a Universidade com as conezias magistraes e conezias doutoraes, vindo a sua apresentação a ser uma prerogativa da corôa, desde a regencia de D. Catherina.

O espirito de independencia contra o poder real com que o Infante D. Henrique exerceu a dignidade de Protector da Universidade, manifesta-se em uma singular coincidencia; no mesmo anno em que a Universidade de Lisboa teve casa propria, estabeleceu tambem para si novos Estatutos, por que se regeu ainda quarenta annos.

Os Estatutos que a Universidade formulou para seu governo em 16 de julho de 1431 contém abreviadamente as seguintes clausulas:

Constava o anno lectivo de oito mezes.

Tomava o gráo de bacharel o que frequentava durante tres annos, defendendo conclusões publicamente (exame geral e final.) Na Universidade de Paris este exame era denominado *Tentativa*.

Admittiam-se aos gráos os estudantes das Universidades estrangeiras, lendo tres lições successivas com venia dos lentes.

Só os bachareis eram admittidos ao acto de licenciado, frequentando um quarto anno, e defendendo conclusões que se affixavam durante cinco dias nas Escholas, argumentando os doutores que quizessem. No caso de frequentar um quinto anno, e lendo por quatro annos na Universidade, dispensavam-se as conclusões.

O acto para licenciado fazia-se na egreja, tirando ponto de manhã e sustentando-o de tarde ante os lentes, reitores, cancellario e licenciados que serviam de substitutos; [1] o gráo era conferido pelo cancellario, seguindo-se uma refeição aos lentes, á custa do graduado, e propinas a dinheiro.

O que tomava o gráo de Magisterio, ou doutor em Theologia, fazia acto solemne de vespera, sobre uma questão proposta pelo presidente, sendo argumentado por quatro doutores; era o acto de *Vesperias*, e o defendente era chamado o *Vesperisando*. [2] O gráo dava-se na egreja, no dia seguinte, vindo o doutorando entre charamellas e varios

[1] Na Universidade de Paris as theses de Licenciatura eram denominadas *Menor ordinaria*, *Maior ordinaria* e *Sorbonica*, a que entre nós se chamava *Augustiniana*.

[2] Além do acto de *Vesperias*, que se fazia das 3 ás 6 da tarde em Paris, havia tambem a *Aulica* depois de recebido o barrete, e a *Resumpta* para fruir os emolumentos de doutorado.

doutores ouvir a missa do Espirito Santo; pagas as propinas de barretes e luvas, o doutorando recebia o gráo e pagava um jantar aos lentes, e no dia seguinte os escholares faziam uma cavalgada em que acompanhavam o novo doutor. (Era o *victor,* tambem usado em Salamanca.)

Estabelece-se a fórma de juramento ao receber o gráo; as precedencias entre mestres, licenciados e bachareis; ordena a fórma talar para as vestes dos lentes, sendo mais curtas as dos estudantes; e determina que os estudantes não tenham mulheres em casa (as antigas *focarias),* nem cavallo ou cães de caça. Foi o ultimo Estatuto que a Universidade fez por sua iniciativa; o de 1471 foi-lhe dado pela auctoridade real, como todos os mais que se lhe seguiram.

D. Affonso v, por alvará de 12 de julho de 1471, estabeleceu um novo Regimento ou Estatuto para a Universidade de Lisboa, em que o poder real exerce a sua interferencia immediata:

«Nos El Rey fazemos saber a vos Rectores e Conselheiros do Estudo desta muy nobre e sempre leal Cidade de Lisboa, e a quaeesquer outros, a que esto perteeçer, e este Alvara de Regimento for mostrado, que nos avemos por bem, e proveito do dito Estudo, que d'aquy endiante sse tenha neelle esta maneira que sse segue.

Item primeiramente açerca da elleiçam dos Reitores mandamos, que se tenha esta maneira: em o começo do Estudo os Estudantes ssos da Escolla dos Canones, per juramento dos avangelhos, que lhes será dado per os Rreitores do anno pasado, com o Bedeel escolheram quatro continuus da dita Escolla, que lhes pareçerem mais perteecentes, per ydade e costumes e çiençia e vallia, pera sse delles emleger hum Rreitor, e per esto modo as Escolas das Lex escolheram outros quatro, e ellectos assy todos oyto, os Rreitores do anno passado com o Bedeel daram juramento a cada huum Escollar per ssy ssos, que enleja outro, que parecerem mais aptos em costumes, çiençia e hidade, e vallia, pera seerem aquelle anno Rreitores, e assy acabaraa de tomar todas as vozes dos Escolares, que segundo costume ssooem de dar voz em elleiçam de Rreitores, e tomadas asy as vozes dos Escolares, per este modo tomaram as vozes dos Leentes, e Conselheiros, e todo assy acabado, os que mais vozes teverem sejam electos por Rreitores, com tanto que os electos sejam continuuos em hirem aas liçooeens.

Item mandamos, que a elleiçom dos Consselheiros sse faça per esta guissa: os Escollares ssoos de cada Escolla per juramento, que lhes será dado per hum Reitor já ellecto, com o Bedel, elegeram dous Escolares mais entendidos, e antygos, e continuus, pera aquelle anno seerem Conselheiros.

Item, as materias que os Leentes de cada Escolla ouverem de leer pello anno, seram escolheitas ssoo per vozes dos Escolares.

Item, os Leentes leeram segundo o Estatuto ataa Santa Maria dagosto, e leerom per Relogios o tempo que he ordenado, e Bedeel comprara os Relogios do dinheiro da Universidade, e os Conselheiros teerom cuydado de teerem os Relogios e de os guardar, e sse per sua negligencia os Relogios sse perderem ou quebrarem, elles seram obrigados de aa sua custa comprarem outros.

Item, os Leentes da Prima de Dereito, segundo o Estatuto, faram cada huum anno duas, duas, Repetiçooens, e nom nas fazendo em pena lhe seja descontado por cada huma Repetiçam çem, çem, rreis de seu sallario, e pera os dictos Leentes poderem estudar as dictas duas Repetiçooes, possam leer dous mezes per sobestituto, posto a contentamento dos Escolares, a saber, por cada huma Repetiçam huum mez.

Item, a Missa que sse diz na Capella das Escollas, sse começará de dizer em nascendo o soll, e acabada de dizer os Leentes da Prima seram prestes pera começarem a leer suas liçooens.

Item, em começo do estudo, antes de os Rreitores seerem electos, o Bedeel de sseu officio leera este Regimento a todos os Leentes e Escolares.

Item, as fautas, que fezerem os Leentes, e queremos que sejam pera corregimento das Escollas.

Item, mandamos que se screpva este Regimento, e Mandado nosso, com todollos outros nossos, e terminaçooens, que sam feitas per os Rreitores, no Livro dos Estatutos, e Privilegios. E porem vos mandamos que muy inteiramente conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar este Regimento, como neelle he contheudo, por que assy o havemos por serviço de Deus, e nosso, e bem d'essa Universidade.

Ffeito em Lisboa XII dias de Julho: Antam Gonçalves o fez, anno de mil CCCCLXXI.—Rey · ⁝ ·—Regimento do Estudo.»[1]

Nos documentos da Universidade de Coimbra ha referencias a mais

---

[1] Apud J. P. Ribeiro, *Diss. chron.*, t. II, p. 258, ed. 1810. Doc. n.º XVI.—Este *Livro dos Estatutos e Privilegios* é o que se chamou antigamente *Livro Verde*, por ter uma capa de veludo d'esta côr. É uma copia sem authenticidade, feita por Vasco de Avellar, escolar em direito canonico, e terminada em 20 de maio de 1471. Comprehende documentos de 1288 a 1450; na encadernação moderna tem o titulo: *Copias das Escripturas interessantes á Universidade mandadas tirar por El Rei D. Fernando.* Gabriel Pereira fez um indice dos documentos contidos nas 110 folhas d'este livro; vem no *Boletim de Bibliographia portugueza*, p. 226 a 243 do vol. II.

do que um *Reitor* ao mesmo tempo, e á differença entre o Reitor e o Cancellario. Este facto não comprehendido pelos investigadores, como Figueirôa, explica-se pelo duplo espirito *secular,* que elegia um dos Reitores, e *clerical,* que se representava pelo Cancellario, e pelo privilegio dos bispos conferirem os gráos academicos. Victor Le Clerc accentua este antagonismo na Universidade de Paris, o typo fundamental de todas as Universidades da Europa: «Os reis, que a principio não lhe tinham concedido senão um apoio duvidoso e percario, desde que perceberam que força havia para elles n'esta associação nova, tornaram-se os seus amigos declarados, emquanto que os papas, seus primeiros e mais ardentes promotores, não tardaram a ter medo d'ella, a affastarem-se, a combatel-a, até que, mesmo nos ultimos momentos da sua existencia, o Cancellario da egreja de Paris, encarregado, como representante da auctoridade pontificia, de instituir os licenciados da grande Eschola, e da qual as pretenções iam até a reclamar ali uma especie de presidencia perpetua, não cessou de a perseguir como inimigo, já que não a podia guerrear como mestre.»[1] Na Universidade de Lisboa preponderou o espirito clerical, por isso que elle invadira o poder temporal; mas ainda assim os principaes Estatutos, como os de D. Manuel, e as reformas de D. João III fizeram-se já sem a dependencia do Papa, ao passo que a Universidade de Paris só chegou a ser reformada por exclusiva auctoridade real depois de 1600.[2] A coexistencia de dois Reitores para governarem a Universidade, como se encontra em muitos documentos do seculo XIV e XV, é um facto resultante da organisação do Estudo geral, em que o *Direito civil* e o *Direito canonico* eram as disciplinas fundamentaes, cujos gráos doutoraes eram dados, o primeiro pela *auctoridade do Rei,* e o outro pela *auctoridade do Pontifice.* Os dois Reitores eram eleitos separadamente por estas duas populações escholares, que obedeciam a auctoridades differentes. Este costume foi renovado por D. Affonso V, por Carta de 13 de abril de 1469. Achamos eleitos simultaneamente dois Reitores em 1397: Vasco de Freitas e Diego Affonso rectores;[3] em 1415: Rodrigo Annes e João Alpoim reitores;[4] em 1469 a confirmação d'este uso por D. Affonso V; e em 1481 João Fogaça e Gonçalo Annes, Reitores.[5] Por Carta de 12 de ju-

---

[1] *État des Lettres au XIV siècle,* t. I, p. 262.
[2] Ib., p 278.
[3] *Livro Verde,* fl. 63 ỿ.
[4] Ib., fl. 70 ỿ.
[5] *Hist. do Municipio de Lisboa,* t. I, p. 339.

lho de 1476 sabe-se que a Universidade representava a D. Affonso v para que houvesse um só reitor, para facilitar o expediente dos negocios escholares; foi encarregado o bispo D. Rodrigo de Noronha de resolver conjunctamente com a Universidade, persistindo ainda o costume em 1481, como acima vimos, signal de que os Canonistas reagiram contra a absorpção da sua independencia.

A dependencia completa da Universidade á auctoridade real é um facto relacionado com a submissão da nobreza á mesma dictadura temporal. A nobreza tornou-se palaciana e serventuaria da realeza; a Universidade, como corporação regulamentada pela auctoridade soberana, servia-lhe de apparato e ostentação nos actos publicos. No Auto de acclamação de D. João II, em 1 de setembro de 1481, citam-se como presentes: «E seendo hy J.º Fogaça e G.º Anes rreitores da universidade do estudo desta çidade, E com elles acompanhavam o leçemceado bertolameu gomez, e o doutor Jº Vaaz da porta nova, E o leçemçeado fernam rroiz E mestre Joane leente de fissica, E outros muytos bacharees e escollares congregados em nome da sua universidade.»[1] O que a principio poderia parecer uma homenagem, tornava-se agora uma obrigação para a Universidade: «Aa porta da see, ou de qualquer Igreja a que el Rey deçer, quando entrar na çidade, asy no lugar que lhe pella çidade sera ordenado, estara todo o collegio da universidade ordenadamente per seus graaos, segundo antre sy tem per ordenança. E asy a pessoa dantre elles que fara a arengua a El Rey, segundo he costume.»[2] Os Jurisconsultos, que demoliram systematicamente a Edade média feudal, arreiavam-se com o titulo de *Condes Palatinos*, como vemos em Vasco Fernandes de Lucena, chanceller da Casa do Civel, Desembargador do Paço, que recebeu esse titulo nas côrtes estrangeiras onde andou como embaixador. Comte fala da «incapacidade organica que caracterisa os legistas assim como os metaphysicos, egualmente reservados, em politica e em philosophia, a operarem simples modificações criticas sem nunca poderem fundar cousa alguma.»[3] Os seculos XIV e XV apresentam o quadro da elaboração social e mental que dissolve o velho regimen theologico-militar sem comtudo existir o predominio de uma doutrina ou ponto de vista systematico. Os Legis-

---

[1] Livro II de el-rei D. João II, fl. 1. Ap. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, t. I, p. 339.

[2] Regimento de 30 de agosto de 1502. Ap. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, t. II, p. 390.

[3] *Cours de Philosophie positive*, t. v, p. 343.

tas, oriundos do Feudalismo, transformam-se no fim do seculo XV em Jurisconsultos humanistas, no seculo XVI em Chancelleres e Escrivães da Puridade, no seculo XVII em Diplomatas, nos seculos XVIII e XIX em Ministros, mas sempre privados da clara concepção das fórmas definitivas do poder temporal. Pelo seu lado, os Metaphysicos ou Ontologistas do seculo XI a XIII, emergindo do Catholicismo, transformam-se nos seculos XIV e XV nos Philologos ou Humanistas, nos seculos XVI e XVII em Philosophos, no seculo XVIII em Litteratos, e no seculo XIX em Ideologos politicos e Jornalistas, dispendendo a actividade mental em uma critica dispersiva e negativa, impotentes para estabelecerem o accordo das intelligencias. Tanto os Legistas como os Metaphysicos contentaram-se em renegar a Edade média, uns imitando os codigos romanos, e os outros admirando os exemplares da litteratura hellenica e adoptando o latim como a lingua dos espiritos cultos.

A Renascença classica, cujo maior fervor se concentrou na Italia, no seculo XV, reagiu contra as tradições da Edade média, desprezando-as como barbaras em comparação das obras primas da Grecia e Roma. Esse desprezo da Edade média reflectiu-se em todas as manifestações do espirito, do sentimento e da actividade; a architectura das cathedraes foi chamada gothica, pelo desprezo a que era votada diante das ordens gregas; as farças populares ficaram esquecidas pela imitação das tragedias de Seneca e das comedias de Terencio; a historia dos differentes estados e os livros philosophicos eram especialmente redigidos em latim; a poesia dos trovadores e as canções de Gesta ou épicas eram substituidas por imitações das odes de Horacio e da *Eneida* de Virgilio. Luiz Vives, no seu livro *De Institutione Foeminae christianae,* condemna as principaes obras da litteratura da Edade média, o *Amadis de Gaula, Tristan de Leonis, Flores e Brancaflor, Lançarote do Lago,* as *Cem Novellas* de Boccacio. O proprio Dante, já no seculo XIII estivera para escrever a *Divina Comedia* em latim; e Petrarcha receiava pela sua immortalidade não escrevendo em latim. O lado vicioso do humanismo das duas Renascenças foi o ter estabelecido a solução de continuidade entre a sociedade moderna e a Edade média. O ensino tornou-se sem base natural e nacional; converteu-se o saber em uma erudição *livresca,* e as manifestações artisticas do sentimento amesquinharam-se na imitação servil do classicismo. Na parte especulativa propagavam-se auctoritariamente as doutrinas de Aristoteles, esterilisando-as pelo excesso de immobilidade canonica; na vida civil copiavam-se os codigos romanos da dissolução imperial contra os fóros ou leis locaes. Os mestres impunham a auctoridade do passado, e os

historiadores procuravam as origens de cada estado nos heroes foragidos de Troya, ou nas guarnições romanas da época da conquista. As linguas nacionaes eram abandonadas nas escolas para os alumnos falarem entre si grego e latim, e representarem nos seus divertimentos escolares comedias de Aristophanes e de Plauto. O desprezo pela Edade média perturbou a marcha da intelligencia européa, que procurava um methodo no negativismo de Sanches, nos esforços de Bacon e de Descartes, sem conhecer que o mal provinha d'esta falta de solidariedade com o passado. Os Jesuitas apropriaram-se da tradição humanista e propagaram-na até hoje com a mesma inintelligencia com que a receberam no meado do seculo XVI.

É curiosa a situação das intelligencias em Portugal no seculo XV; a admiração pela antiguidade classica vae-se impondo á predilecção das obras da Edade média. A Bibliotheca do rei D. Duarte manifesta esta dupla influencia, reunindo a par dos poemas dos cyclos épicos da Tavola Redonda e Greco-romano as obras de Cicero e Tito Livio. A lingua nacional, tão admiravelmente empregada por Fernão Lopes nas suas Chronicas, é substituida pelo latim, sendo chamado Matheus Pisano para redigir n'essa lingua a historia da tomada de Ceuta. No Cancioneiro de Resende começam a apparecer as referencias aos nomes da mythologia greco-romana, como um novo effeito poetico; os neologismos gregos e latinos introduzem-se aos centenares por meio das traducções do infante D. Pedro; o rei D. Duarte ensina as regras para fazer uma boa versão latina, e o chronista Gomes Eanes de Azurara, alardeando uma abundante erudição de escriptores classicos, imita as redundancias e construcções figuradas de Tito Livio. É n'este momento historico que o ensino apresenta pela primeira vez em Portugal uma *bifurcação,* destacando-se o que pertence aos clerigos e bachareis do que pertence ao aperfeiçoamento secular da nobreza. Para a Edade média, a cultura litteraria era uma superioridade, que approximava a classe popular da nobreza; este sentido social apparece implicito no titulo honorifico de *Bacharel.* Ainda nos anexins portuguezes se equiparam as duas classes sociaes: «Ou armas ou lettras.»

Nas Côrtes de Vianna, sob D. João II, os povos apresentaram o seguinte requerimento ao rei para que interviesse na educação da Nobreza: «Que aprendam *Grammatica,* e jogos de espada de ambas as mãos, dançar, e balhar, e todas outras boas manhas e costumes, que tiram os moços dos vicios, e os chegam a virtudes; e criando-se desta maneira alli os ordene V. A. aonde mais se inclinarem. E em quanto assim moços forem, durmam e criem-se em Vossa Camera, aonde se

criaram aquelles de quem elles descendem... e faça V. A. hum homem Fidalgo, que tenha carrego dos Donzees, que os castigue e faça alimpar, e aprender as boas manhas.»

Este pedido fundava-se porventura nos factos da côrte de D. Affonso v, que, pela exiguidade da receita do estado e pelo dispendio em tenças a varias familias, tinha restringido o numero de moços fidalgos admittidos no paço. No orçamento do estado sob D. Affonso v, em 1477, gastava-se a quantia de 202$540, importante para aquella época, em subsidios a moços fidalgos para estudos;[1] porém esta quantia era deduzida na metade, por causa do *deficit* que já então se dava na administração publica.

A tradição medieval da inspecção sobre os costumes dos escholares prevaleceu até hoje na Universidade de Coimbra no systema das *informações* no fim da formatura. Entre a Universidade e os Collegios deu-se sempre uma alternativa de importancia, ora tornando-se collegial a Universidade, ora os Collegios convertendo-se em Faculdades de Artes, como no tempo do predominio jesuita, no Collegio de Santo Antão de Lisboa, e no Collegio do Espirito Santo de Evora, que se converteu em Universidade. N'esta poderosa influencia dos Collegios em França figura gloriosamente o nome portuguez na familia dos Gouvêas, que ali tanto se acreditaram pelo seu genio pedagogico; o grande Montaigne fala com veneração do seu mestre André de Gouvêa. Em Inglaterra tambem se deu o phenomeno da preponderaucia do systema collegial: «Foram os Collegios que pouco a pouco se apoderaram do monopolio da instrucção e do governo da Universidade.»[2]

Junto com o desenvolvimento dos Collegios dá-se um phenomeno interessante nas fórmas pedagogicas: o *Lente* é substituido pelo *Professor,* e o alumno, admittido muito novo á frequencia collegial, precisa de um patrono ou *tutor,* que o dirija nos seus actos e lhe repita as lições. O *tutor* medieval, que era de ordinario um estudante pobre, (o *fellow* das Universidades inglezas) tornou-se com o tempo em *leccionista* e *repetidor.*

Vimos pela Carta de 22 de outubro de 1357 que se não podia ensinar fóra das Escholas geraes, e que os estudantes pagavam uma certa quota aos lentes, segundo a sua classe de ricos ou de pobres. Esta centralisação universitaria resultava de que só podiam en-

---

[1] Torre do Tombo: Gav. 2. Maç. 9, n.º 16, *Papel da Fazenda de D. Affonso V.*
[2] Hamilton, *op. cit.*, p. 278.

sinar os que eram graduados regentes, e que recebiam a propina ou enxoval (o *pastus* e *collectum*). Pela fundação dos Collegios, com intuito de servir os Escholares pobres, as lições tornaram-se gratuitas, e por isso teve de se ampliar a todos os graduados a faculdade de ensinar. Sobre este ponto escreve Hamilton: «Para alliviar um pouco os estudantes, e para assegurar-se a cooperação de mestres habeis, concederam-se honorarios a certos graduados que davam lições gratuitas. Em muitas Universidades os candidatos aos gráos eram obrigados a seguirem estes cursos, e a estes graduados salariados é que foi exclusivamente dado mais tarde o titulo de *Professor*. A instituição dos Professores pagos fez necessariamente decahir os cursos dos outros regentes, pois que os estudantes preferiam naturalmente as lições gratuitas; e ainda que o graduado conservasse o direito de ensinar publicamente, esse direito foi quasi que inteiramente abandonado a este corpo de professores em todas as Universidades da Europa.» [1] Ainda encontramos uma provisão de D. João III, de 1533, em que concede licença a D. Affonso, sobrinho do rei do Congo, para ensinar grammatica em Lisboa, fóra do bairro das Escholas Geraes. Todos estes factos, apparentemente anecdoticos, ligam-se ao systema e espirito do ensino europeu, e é este criterio historico indispensavel que falta aos que entre nós se arvoram a escrever e a legislar sobre pedagogia.

O typo de *tutor*, que é a origem do mestre particular, teve a sua mais alta manifestação em Italia; o celebre Victorino de Feltre, escolhido para mestre de quatro filhos do marquez de Gonzaga em 1424, pela reforma que introduziu nos habitos escholares, attrahiu discipulos de todas as partes da Europa para a sua *Maison Joyeuse*. A Italia tornou-se nos fins do seculo XV o centro dos estudos classicos, ou da Renascença. Por 1489 frequentavam os estudos na Italia os filhos do chanceller João Teixeira, e o celebre humanista Angelo Policiano escrevia ao rei D. João II de Portugal, dando-lhe conta dos estudos dos seus pupillos: «Na verdade, pedi, não ha muito, a estes subditos vossos que estão aqui, mancebos de subido talento e elevado caracter, os filhos de João Teixeira, vosso Chanceller-mór, que por sua intervenção me fossem ahi copiadas as memorias (se é que existem) dos vossos feitos: prometteram elles desempenhar-se cuidadosamente do encargo, em respeito da obrigação que devem ao seu preceptor; etc.» D. João II escreveu-lhe em carta datada de 23 de outubro de 1491: «Resta, Angelo

[1] Hamilton, *op. cit.*, p. 274.

amigo, que aos filhos do nosso Chanceller-mór, fidalgos de nossa casa, consagreis os maiores desvélos. Sem duvida que a vossa bondade não havia mister de recommendação para assim o fazerdes espontaneamente, comtudo encarecidamente vos rogamos que por nosso respeito tenha ainda algum augmento o vosso zélo. E na verdade a elles deveis toda a gratidão, porque o pae e os filhos, aquelle com os louvores, estes com os testemunhos provadissimos do vosso saber, não cessam de vos exaltar, falando-nos de vós, e de fazer chegar até estes confins da terra a fama do vosso nome, o que não faz pouco em prol da vossa gloria e reputação. Mas aos proprios mancebos nós damos os emboras por lhes ter cabido o viver em tempo em que da fonte abundante da vossa sciencia possam beber alguma instrucção...» Em uma carta de Angelo Policiano ao chanceller João Teixeira, lhe diz: «Para a Italia os mandastes, afim de se lhes formarem os costumes, serem instruidos nas boas lettras e aprenderem todas as Artes liberaes, segundo é proprio de quem tem de occupar a mais elevada posição.» Depois de ter falado da sua assiduidade ás aulas, accrescenta: «Aquelle que lhes destes para aio e pedagogo, cuida n'elles, dirige-os e educa-os com tão levantada prudencia, amor e desvélo, que nada ha que desejar. Certamente, que vos não engano, mas por outro lado, tambem me não engano a mim.» [1] Esta carta é datada de Florença em 17 de agosto de

---

[1] Estas cartas appareceram pela primeira vez publicadas em portuguez nos *Poetas palacianos*, p. 299 a 306; incorporamol-as aqui definitivamente como preciosos documentos pedagogicos:

Angelo Policiano a D. João por graça de Deus rei invictissimo de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa e senhor da Guiné, saude!

Comquanto nem a minha condição nem o meu saber nem merecimento algum meu sejam taes que eu julgue ser-me licito escrever-vos, rei invicto, todavia a vossa grandeza, lustre e gloria, os vossos louvores, espalhados já por toda a terra, têm-me assombrado de modo que, de si mesma, a propria penna arde em desejos de presentar-vos lettras minhas, attestar-vos os meus sentimentos, exprimir-vos a minha sympathia e, finalmente, render-vos graças em nome de todos quantos pertencemos a este seculo, o qual agora, por favor dos vossos meritos quasi divinos, ousa já denodadamente competir com os vetustos seculos e com toda a antiguidade. De feito, se a brevidade de uma carta ou a consideração do tempo o consentira, a mesma verdade me déra ousadia para que tentasse mostrar que nem laureis nem dourados carros de nenhum antigo heroe pódem ser comparados ás vossas glorias e immortaes feitos. Sim:—deixando atraz os combates que, ainda em tenros annos, empenhastes contra os povos impios da insoffrida Africa, os poderosissimos exercitos de inimigos apartados uns dos outros que derrotastes, as

1489; estava então no seu mais alto esplendor a Renascença litteraria, artistica e philosophica na Italia, e por este tempo se iniciou entre a aristocracia portugueza o costume de ir frequentar as escholas dos pedagogistas italianos, costume que durou ainda em todo o reinado de D. Manuel. Depois de Victorino de Feltre, Angelo Policiano apparece-nos como o typo completo do *tutor* ou pedagogo, primeira manifestação do homem de sciencia fóra do centralismo das Universidades. Escreve Gi-

---

praças que rendestes, as prêas que fizestes, as leis que impuzestes a nações barbaras e indomitas, passando não menos em silencio os brazões pacificos, que não cederiam a palma ás glorias guerreiras,—que grandioso e vasto quadro de proezas apenas acreditaveis se me não offerecia, se eu fosse commemorar as vagas do tumido e soberbo oceano, antes intactas e sem carreira aberta, provocadas e quebrantadas pelos vossos lenhos, as balizas de Hercules desprezadas, o mundo que havia sido mutilado, restituido a si mesmo, e aquella Barbaria, d'antes nem por vagas noticias de nós assás conhecida, selvagem, feroz, vivendo sem organisação regular, sem figura de lei, sem religião, quasi ao modo de brutos animaes, agora trazida á policia humana, á brandura de trato, suavidade de costumes e, até, aos sentimentos religiosos! Que logar tão azado não teria eu então para recontar os preciosos beneficios que os habitadores do nosso continente d'alli receberam, os abundantes recursos que de lá vieram para nos melhorar e opulentar a existencia, o engrandecimento que até á historia antiga coube, a fé que adquiriram antigas narrativas que outr'ora escassamente se podiam acreditar, e, por outro lado, a quebra que tiveram na admiração? Então haveria eu tambem de absolver de toda a suspeita de falsidade o grande Platão e os annaes seculares do Egypto, que, sem prestarem credito, fizeram menção d'esse oceano por ti subjugado com poderosos exercitos. De maneira que tambem confessaria que rasão teve Alexandre de Macedonia em se amesquinhar lamentando que ainda restassem outros mundos ás suas victorias. Na verdade que outra coisa nos fizestes vós, preclaro principe, senão—achar seria expressão inadequada—trazer de trevas eternas e, quasi diria, do antigo chaos, para a luz que nos illumina, outras terras, outro mar, outros mundos e, em cabo, outros astros?—Mas a que fim veiu espraiar-me agora n'este assumpto? Foi para vos rogar em nome não só do presente seculo, senão tambem de toda a posteridade e de todos os povos, que não soffraes que de tão sublimas obras feneça ou se perca a memoria que deve ser eternisada, mas antes ordeneis lhe alce um padrão a voz dos varões doutos, á qual nem o dente roedor do tempo no seu curso silencioso vale a consummir. E, se daes favor ao merecimento, porque não o haveis de dar á gloria, companheira do merecimento? E se ganhaes por mão a todos os monarchas em generosidade de brios e grandeza de animo, esta vida humana tão breve, tão instavel, que de tão escassas e mingoadas esperanças depende em tão angustiados limites é estreitada, porque a não haveis de prolongar com a carreira immortal de immarcessivel gloria? Porque não ha-de a memoria de feitos grandiosos transmittir-se aos vossos successores mesmos, para que essas illustres façanhas que jámais encontrarão segundas, lhes aproveitem servindo-lhes tambem de ensinamento e norma? Porque não haveis de deixar um como typo a vossos filhos e futuros netos, para que nenhum degenere jámais da perenne e abònada

raud, na sua *Historia do Direito romano* (p. 461): «O celebre Angelo Policiano teve a gloria de tirar a jurisprudencia da barbarie em que a tinham mergulhado os discipulos de Bartolo, e de tornar mais attrahente o estudo d'esta sciencia pela sua união com o estudo das bellas-lettras e da historia. Encontrou adversarios violentos. Os sectarios da Scholastica designaram os partidarios das bellas-lettras sob o nome de *humanistas*, ou de *nominaes*, tomando para si o de *realistas*, para indi-

---

virtude dos seus maiores e a tenham diante dos olhos como traslado para se lhes formar o caracter e educar o coração segundo a principes convém? Finalmente porque não hão-de tambem os outros reis que nascerem sob os desvairados climas do mundo, haver de vós, senão que imitar, ao menos que admirar? Ora fazer extremadas proezas e não lhes dar realce e luz com as lettras o mesmo vale que procrear filhos de peregrina gentileza e não lhes dar sustentação. Não aconteça, não, rei excelso, que essas vossas glorias, tão credoras da immortalidade, fiquem escondidas n'aquelle vasto acervo da nossa fragilidade, em que jazem sepultados os trabalhos de todos quantos não houveram os suffragios dos varões de saber prestante. Acordae-vos de Alexandre, acordae-vos de Cesar, os dois nomes principaes que a fastosa antiguidade nos alardeia. De um, assás memorada é a exclamação que soltou ao pé do tumulo de Achilles, chamando afortunado ao mancebo por ter encontrado em Homero o pregoeiro das suas glorias. O segundo, ainda quando estava apercebido para travar combate, e quasi que até no meio do estrondo das pugnas, com tal esmero compunha as memorias dos seus feitos, que nenhuma obra a critica julga por tão bem trabalhada que a purissima elegancia d'aquelle auctor lhe não leve a palma. A estes, logo, vós devieis, ao menos imitar, a estes a quem nos outros respeitos desmesuradamente vos avantajaes. O que vos acabo de dizer, comprehendereis que é a expressão da verdade e não a linguagem da adulação, quando para vós mesmo volverdes os olhos da vossa intelligencia soberana e tiverdes attentamente examinado os formosos titulos da vossa gloria, magestade e poderio, e considerado reflectidamente a que fastigio estaes subido nas cousas humanas. De feito, ver-vos-heis rei da Lusitania, isto é (para resumir em uma palavra o que entendo), de um povo de romanos de que outr'ora numerosas colonias, segundo a historia refere, se achavam disseminadas n'esta região mais do que em nenhuma outra. Vereis em vós o libertador da Africa, essa terceira divisão do orbe, que desde já, pelos vossos esforços, solta dos ferros dos barbaros, exulta cada vez mais com a esperança de completa liberdade. Vereis em vós tambem o domador d'aquelle vasto e indignado oceano, a cujos primeiros embates o mesmo Hercules, o subjugador do mundo, enfiou. Reconhecereis em vós o defensor da santa fé christã e da verdadeira religião, e o mais potente arbitro da paz e da guerra contra a perfidia de Mahomet, alagando só com a vossa magestade aquella pestilencial furia e acabando as guerras mais consideraveis só com o terror do vosso nome, só com a maravilha do vosso valor. E ao mesmo tempo, senhor das chaves de um novo mundo, como que abrangeis em um punhado os seus numerosos golfos e os promontorios e as praias e as ilhas e os portos e as praças e as cidades á beira-mar, e quasi tendes nas vossas mãos nações innumeras, aonde, comtudo, nem a propria fama com as suas azas tão velozes havia até então chegado.

carem que elles se occupavam das cousas, em quanto os seus adversarios se contentavam com palavras.» A Eschola humanista triumphou pela comprehensão das origens, e o nome do portuguez Antonio de Gouvêa e o de Cujacio são os dos verdadeiros precursores da Eschola historica de Savigny.

A influencia da Italia nos estudos philologicos resultou do caracter complexo do criterio, simultaneamente artistico e scientifico, li-

---

E quão grandioso não é ver os reis mais ignotos arderem em desejos de vos visitar, venerar as vossas pisadas, e correrem açodados a ajoelhar aos vossos pés e a receberem á porfia das vossas mãos tão poderosas pela fé como pelas armas as aguas purificadoras do baptismo?! e ver, espertados pelo amor de uma virtude jámais ouvida dos antigos seculos, os habitantes dos mais apartados confins da terra acudirem apinhados á vossa presença, e já todo o meio-dia, arrancado do fundo das suas moradas, dar-se pressa a correr venerabundo ante vós, para de mais perto contemplar esse semblante celestial, a auréola de gloria que vos adorna a regia fronte, essa magestade, fiel transumpto da divina?! Com taes grandezas venha alguem pôr em parallelo a tomada de Babylonia, bem que ufana dos seus muros de tijolo, a róta dos barbaros do oriente, já do proprio natural tão fugazes! Venha pôr em parallelo a provocação, não muito esforçada, das iras do Scytha nomada, vagando por dilatadas campinas, comtanto que não lance tambem á conta de louvor o assassinato, em meio dos festins, dos mais caros amigos, nem a adopção de estrangeiros costumes e desdourosas adulações! Ponha em parallelo tambem o vencimento das Gallias, a custo subjugadas ao cabo de dez annos, ou outros feitos inferiores a este, comtanto que não tenha encomios para o sangue de concidadãos e parentes barbaramente vertido por todo o orbe! — Assim que, rei sem par, vós sobre todos (estoure embora a inveja) vós sobre todos sois digno de eternas honras. A vós, primeiro do que a ninguem, devem de ser consagradas as nossas vigilias, quero dizer, as de todos quantos somos sacerdotes das Musas. Por tal razão (se, homem desconhecido, mas a vós mui dedicado, encontro alguma fé junto á vossa pessoa) seja incumbido, eu vos conjuro, a sujeitos idoneos o encargo de pôr em memoria (sem duvida que interinamente), em qualquer lingua, em qualquer estylo o assumpto tão ubertoso dos feitos praticados por vós e pelos vossos, obra que, mais tarde, tanto os outros em quem ferve o mesmo enthusiasmo, como tambem nós mesmos, envidando todas as forças, hajamos de polir e aperfeiçoar. Na verdade, pedi, não ha muito, a estes subditos vossos que estão aqui, mancebos de subido talento e elevado caracter, os filhos de Teixeira, vosso Chanceller-mór, que por sua intervenção me fossem ahi copiadas as memorias (se é que existem) dos vossos feitos: prometteram elles desempenhar-se cuidadosamente no encargo em respeito da obrigação que devem ao seu preceptor; todavia não quiz eu faltar a mim proprio, mas assentei de vos endereçar eu mesmo esta carta, rei mui indulgente e clemente, a quem já posso dar tambem o nome de meu, querendo antes poder ser arguido de arrojado, se escrevesse, do que de apoucado de animo, se me conservasse silencioso. — No que respeita a minha pessoa, não é, certo, ordinaria a minha condição, mas, na profissão das lettras, tambem alguns crêem que não é de todo inferior a minha reputação. Quasi de menino foi eu criado (e porventura que

gando á comprehensão da Arte antiga a historia, a politica, a lingua e a grammatica. O genio italiano realisou o impulso da Renascença sem dependencia do accidente da tomada de Constantinopla. Escreve Hillebrand, em um estudo sobre a historia da Philologia: «Ainda que o estudo dos auctores classicos não deixasse de occupar os grammaticos gregos desde Aristarco até Chalcondylas, a verdadeira hora do nascimento, a verdadeira patria da philologia, foram o decimo quarto seculo

---

esta circumstancia virá a proposito) no seio da honesta familia d'aquelle varão illustre, o primeiro personagem na sua tão florente republica, Lourenço de Medicis. Não cedendo a ninguem em dedicação á vossa pessoa, soube elle, fallando-me de vós, accender em mim enthusiasmo tão ardente pelos vossos merecimentos, que, dia e noite, eu não largo de pensar no pregão dos vossos feitos, e o mais fervoroso voto que eu agora faço é que me seja outorgada força, poder e finalmente ensejo, para que o vosso nome tão digno de divinos elogios, os testemunhos da vossa piedade, integridade, rectidão, temperança, prudencia, juizo, os da vossa justiça, fortaleza, providencia, liberalidade e grandeza de alma, e emfim os de tantas obras, tantas e tão eximias façanhas vossas, tenham monumentos fieis levantados, ainda que seja por mim, na lingua latina ou grega, de modo que não haja vicissitude de humanos acontecimentos, nem assalto da varia e inconstante fortuna, nem vetustade de seculos que valha a extinguil-os.

D. João por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e d'além mar em Africa, e senhor de Guiné, ao mui douto varão e prezado amigo, Angelo Policiano, saude!

A vossa agradavel carta, que já ha muito li, e, sobretudo, o que amiudadas vezes nos tem referido o nosso querido Chanceller-mór João Teixeira, me deu cabal conhecimento de quanto vos interessa a nossa gloria (se em cousas humanas alguma existe) e quanto desejaes salvar do olvido com as vossas lettras o nosso nome e feitos. Tal vontade, ainda que é uma prova assaz clara de entranhado affecto e summa deferencia, todavia parece-nos que nasce ainda mais da bondade do vosso coração, da agudeza de ingenho e da copia de saber, que miram a alvo mais remontado. Assim que nos sentimos grandemente penhorados de vós, e, quando o tempo e as circumstancias o demandarem, testemunharemos mais amplamente o nosso agradecimento, esperando que não hajaes de vos arrepender da affeição que nos dedicaes. Respondendo em breves termos ao assumpto da vossa carta, dir-vos-hemos que somos gratos sobremaneira ao offerecimento que tão frequentemente nos fazeis dos vossos serviços e affectuosa diligencia para nos alcançardes a immortalidade, e estimamol-o. E para pôr em effeito o intento, teremos todo o cuidado de ordenar que a nossa chronica, que, seguindo o uso do nosso reino, mandamos escrever em lingua vernacula, seja composta no idioma toscano, ou, pelo menos, no latim commum, enviando-vol-a depois, o mais depressa que ser possa, para que vós, sem vos afastardes do caminho da verdade, assegurando a nossa memoria, a adorneis com as graças e gravidade do vosso estylo e com a vossa erudição, e a aperfeiçoeis de fórma que, ao menos com o auxilio da vossa eloquencia,

e a Italia; porque a obra dos Alexandrinos estava sepultada com os proprios objectos das suas investigações; a obra dos Byzantinos não exercia influencia alguma sobre o movimento dos espiritos na Europa, e demais, faltava-lhe completamente a qualidade constitutiva da sciencia, o espirito critico. Tal foi o enthusiasmo que inspirou a sciencia nova ao povo italiano, tão amoroso do bello e tão ardente nas suas predilecções, que mal se pode indicar um poeta, um historiador, um

---

se torne digna de ser lida. Com effeito, muito releva (e melhor o sabeis) o estylo em que é recontado cada feito, embora illustre. Porquanto, assim como a experiencia mostra que as comidas melhores de natureza, se houve menos aceio em as guisar, são avisadamente engeitadas, assim a historia, se lhe fallecem as devidas galas e donaire proprio, havemol-a por sem merito e merecedora de que a engeitem. Defeitos d'esta ordem, porém, não ha que receial-os se fôrdes vós, sujeito de tão subidas partes e tão versado em todas as boas lettras, quem haja de tomar a peito a historia dos nossos feitos. Esta é pois a nossa intenção. Resta, Angelo amigo, que aos filhos do nosso Chanceller-mór, fidalgos da nossa casa, consagreis os maiores disvelos. Sem duvida que a vossa bondade não havia mister recommendação para assim o fazerdes espontaneamente, comtudo, encarecidamente vos rogamos que por nosso respeito tenha ainda algum augmento o vosso zelo. E na verdade a elles deveis toda a gratidão, porque o pae e os filhos, aquelle com os louvores, estes com os testemunhos provadissimos do vosso saber, não cessam de vos exaltar, fallando-nos de vós, e de fazer chegar até estes confins da terra a fama do vosso nome, o que não faz pouco em prol da vossa gloria e reputação. Mas aos proprios mancebos nós damos os emboras, por lhes ter cabido o viver em tempo em que da fonte abundante da vossa sciencia possam beber alguma instrucção, para que, servindo primeiro a Deus e depois a nós, hajam de merecer e conquistar tanto a bemaventurança celeste, como a terrestre.

De Lisboa, aos 23 dias do mez de outubro de 1491.

Angelo Policiano a João Teixeira, Chanceller-mór real, saude!

Muitas vezes tentei escrever-vos algumas letras para vos fazer conhecer os meus sentimentos e affeição, mas sempre me tomou o passo uma especie de timidez, não sei se diga nobre, se rustica, por saber que não era de vós assás conhecido e porque, antes, como que me fazia recuar o brilho deslumbrante das vossas qualidades e posição. Emfim, porém, já a consideração do meu dever, já o conceito da vossa bondade acabou commigo, que, tal como fosse, vos escrevesse a presente carta. Que assumpto, pois, heide eu esperar que seja mais asado para mim e mais bem acceito de vós, do que a exposição sincera do que sinto a respeito dos que são filhos vossos e discipulos meus? Para a Italia os mandastes, a fim de se lhes formarem os costumes, serem instruidos nas boas-lettras e apprenderem todas as artes liberaes, segundo é proprio de quem tem de occupar a mais elevada posição. Mas, affigura-se-me, de casa trouxeram comsigo os costumes paternos; assim que, exemplos ainda mais os dão, de que os recebem. Jámais se descobre n'elles acto algum improprio ou ruim ou descomedido ou grosseiro. Não ha enxergar n'elles

homem de estado d'esse tempo que não fosse tambem philologo. Por isso a época inteira do despertar do espirito humano no fim da Edade média recebeu o nome do facto particular; e a Renascença dos estudos da antiguidade tornou-se identica com a Renascença do homem. A gloria de ter renovado a philologia offuscou todas as outras glorias da Italia de então. Foi um mal. Porque, no fim de tudo, este trabalho não foi mais do que um dos numerosos elementos do movimento geral

---

petulancia nem arrogancia nem licenciosidade de vistas, nem soltura de linguagem nem desconcerto de semblante, finalmente cousa nenhuma, ou seja no gesto ou no porte ou no modo de estar ou no andar, que desagrade, que incommode, que se possa taxar de affectado ou de insoffrivel. Todos os dias frequentam os templos, ouvem as lições dos mestres, não só com assiduidade, senão tambem com vivo gosto. Prendem os corações dos condiscipulos mais adiantados com a polidez das maneiras e condescendencia; esquivam inteiramente o trato com aquelles que no seu conceito lhes damnariam os costumes ou a reputação. Entre elles não ha porfia, cujo objecto não seja o estudo; mas n'este ponto o certame não conhece treguas. Em parte nenhuma estão mais vezes ou de mais bom grado do que na presença dos mestres ou na companhia dos condiscipulos. Tambem opportunamente dedicam tempo ao cuidado na conservação da saude, e por isso logram-na excellente. Em talentos primam de modo que (não quero ser prolixo) bem denunciam que são vossos filhos. Percebem com facilidade o que lhes é ensinado, pronunciam com elegancia, retêm com facilidade, imitam com facilidade. Da applicação que direi? Maior ardor, mais afincada perseverança, á fé que nunca vi. D'ahi tão grandes progressos têm feito em ambas as linguas, que eu, comquanto não mui desaffeito a vêr e educar talentos, pasmo de maravilhado. Aquelle que lhes déstes para aio e pedagogo, cuida n'elles, dirige-os e educa-os com tão levantada prudencia, amor e disvelo, que nada ha que desejar. Certamente que eu vos não engano, mas, por outro lado, tambem me não engano a mim. A propria inveja assombrada confessaria que esta é a verdade. Assim que dou os emboras á vossa ventura, mas não felicito menos a vossa traça e proposito. De feito não é pequena a gloria que para vós redunda de terdes tantos e tão invejaveis filhos tão longe de vossos olhos, do seio da familia, da patria, e por tão dilatado tempo, não para engrossarem cabedaes ou tratarem em commercios, segundo o estylo dos nossos, mas para enriquecerem o espirito de excellentes principios e grangearem para os annos adiantados um precioso deposito de saber, sobre o qual a mesma fortuna não tem dominio. O vosso proposito logral-o-heis não só, além das vossas esperanças, mas até penso, além de tudo quanto se conhece. Não é menor, porém, acreditae-me, a gloria que para vós aqui adquirem, do que a instrucção que para si obtêm. E, já por vós, já por elles, voto-lhes tão cordeal affecto e sinto ser correspondido de maneira, que se me affigura que, no affecto e no zelo, quasi tomei o vosso logar. Assegurado n'isto, ousarei rogar-vos que á minha carta, que havendo de ser julgada do vosso rei, como de um Apollo, desde já estremece e enfia, vós com o vosso alto valimento lhe outorgueis tanto favor, que antes prove a indulgencia, do que a censura de tão subida magestade.

Em Florença, aos 17 dias do mez de Agosto de 1489.

pelo qual o povo italiano abriu a éra nova da historia universal, e é amesquinhar, ao que parece, a potencia do genio italiano o considerar este grande movimento como provindo completamente de uma origem estrangeira, de olhar esta riqueza da Italia no decimo quinto seculo como uma riqueza emprestada, devida a um impulso exterior. O que seguir com attenção o trabalho intellectual da Italia nos ultimos seculos da Edade média, concluirá com certeza, que mesmo sem a tomada de Constantinopla, e sem a immigração dos sabios byzantinos, a nação encerrava bastantes elementos para regenerar por si só o espirito humano: e desde esta época os espiritos mais apaixonados pela antiguidade classica, como Pic de la Mirandola, protestaram elles mesmos contra esta maneira exclusiva de considerar a revolução a mais importante e completa que tem realisado a humanidade.» [1]

De Italia tinha D. Affonso v mandado vir o dominicano Justo Baldino, celebrado latinista, para verter para a linguagem ciceroniana as chronicas do reino por Fernão Lopes. O rei nomeou-o bispo de Ceuta (1480 ou 1481), porém nunca saíu de Portugal; em 1487 governou a diocese do Porto, e em 1490 benzeu em Setubal o chão da egreja de Jesus das recoletas franciscanas. [2] Damião de Goes reproduz na Chronica de D. Manuel uma carta de João Rodrigues de Sá, em que lhe conta que as Chronicas do reino entregues ao bispo Justo Baldino se perderam por occasião da sua morte, da peste de 1493, na villa de Almada. [3] A idéa de traduzir para latim as chronicas do reino era o effeito do enthusiasmo humanista provocado pela Renascença. Outros italianos vieram para Portugal, como Cataldo Siculo, para dirigir a educação de D. Jorge, bastardo de D. João II, e de D. Manuel. Em uma polemica do professor Raphael de Regio, da Universidade de Padua, e dedicada a Ermoláo Barbaro, em 1488, conta elle que no anno de 1482 fôra chamado a professar rhetorica em Padua, com o ordenado de 200 florins, um certo Cataldo Siciliano, porém que o desafiara e o desapossara da cadeira por consentimento dos escholares. [4] Segundo Tiraboschi, este Cataldo Parisio Siciliano é aquelle mesmo celebrado no epigramma de Henrique Caiado, como seu primeiro mestre:

> Formasti ingenium primus, primus per altos
> Duxisti lucos antraque Pieridum.

---

[1] *Étude sur Ottfried Muller*, p. XXXI.
[2] Levy Maria Jordão, *Hist. eccl. ultramarina*, t. I, p. 38.
[3] *Chronica de D. Manuel*, Part. IV, cap. XXXVIII.
[4] Tiraboschi, *Storia della Letteratura italiana*, t. VI, p. 1050.

O nome de *Filelfo,* celebre professor na Universidade de Veneza, tambem foi conhecido em Portugal, e Marco Antonio Sabellico teve a honra de lhe serem traduzidas em portuguez as suas *Eneadas*. A corrente humanista entrava francamente em Portugal sem a suspeita de heterodoxia; no Cancioneiro de Resende já apparecem traducções portuguezas em verso das *Heroides* de Ovidio. Esta corrente não podia deixar de influir nos estudos; porém o desastre da morte do principe D. Affonso, e pouco depois a morte do rei D. João II, seu pae, demoraram essa consequencia, que veiu a realisar-se sob o novo dynasta D. Manuel. A reforma da Universidade de Lisboa no reinado de D. Manuel foi tardia; a Italia não dominava já exclusivamente nos estudos humanistas, Paris tornava-se um poderoso centro de erudição. Nas escholas collegiaes de Santa Cruz de Coimbra falava-se latim e explicava-se Homero em grego. Havia mais purismo e procurava-se uma melhor intelligencia da antiguidade greco-romana. Esta corrente fez com que se distinguisse no ensino da grammatica a *Arte nova,* apparecendo com este titulo em 1493 professada por João Garcia. Uma carta do rei D. Manuel, de 22 de janeiro de 1500, prohibia pagar-se moradia aos moços fidalgos se não apresentassem certidão de frequencia de Grammatica: «Mayordomo-mór amigo, avemos por bem que nenhum moço fidalgo nem seja apontado nem paga sua moradia salvo per certidão de Diegalveres, Mestre de Grammatica; notificamovolo asi e mandamovos que asi se cumpra, salvo naquelles que nos especialmente vos apontamos e declaramos. Escripta em Lisboa a 22 de janeiro de 1500.»[1] Um vilancete do conde de Vimioso, dirigido ao poeta palaciano Ayres Telles, allude a este prurido dos estudos humanistas em Portugal e na côrte:

> Estudaes e fugis de mim,
> sois latino;
> que quedas dá o ensino
> do Latim?
> Trazeis todo decorado
> o *Metamorfoseos;*
> eu trar-vos-hey assombrado
> de rir de vós.
> Coitado, triste de ti,
> homem mofino,
> que foste nacer em sino
> de Latim.[2]

[1] Nas *Provas da Historia genealogica*, t. II, p. 381.
[2] *Canc. geral*, ed. de Stuttgard, t. II, p. 121.

O estudo da *Grammatica,* recommendado á nobreza sob D. João II, tornou-se obrigatorio no paço, e entre os moços fidalgos. Jorge Ferreira de Vasconcellos, na comedia *Eufrosina* (acto III, scena 2.ª), allude a este estudo, que se fazia pela Arte de Pastrana: «Como se alguem se rira, se vos ouvisse, desses vossos preceitos e *Arte Pastrana* muito pouco contestaes para satisfazer juizos primos, que não sofrem mais que escrito de duas palauras, e estas prenhes.» Era esta Arte de Pastrana chamada a *Arte velha.* A pedido da rainha Isabel, Antonio de Nebrixa, que estudara na Italia, fez um resumo da Grammatica latina em manifesta reacção contra os velhos methodos grammaticaes de Raban Mauro, João de Garland, Villa Dei, Gautier, Everard, dos quaes Pastrana era o continuador; chamava-se-lhe geralmente a *Arte nova;* «no seculo XV, se ensinava a lingua latina nas Escholas da Universidade de Lisboa, pela Arte de João de Pastrana, a qual na mesma cidade, em volume de 4.º e letra gothica, se acabou de imprimir no anno de 1501, aos 28 de Novembro, explanada por Antonio Martins, que na dita Universidade havia sido o primeiro Mestre da referida Arte, como tudo consta d'ella.» [1]

Era conhecida esta grammatica na linguagem das escholas pelo titulo de *Thesaurus pauperum* e *Speculum puerorum.*

Antonio Martins fez-lhe varios Additamentos, resumidos de um outro livro intitulado *Baculo de Cegos,* e appropriando-lhe algumas doutrinas grammaticaes de Antonio de Nebrixa, innovador, e a cuja Grammatica, que então penetrava nas escholas, se dava o nome de *Arte nova.* [2]

Esta edição de 1501, corrente nas escholas, era retocada pela diligencia do bacharel João Vaz. O ensino da Grammatica dava celebridade: «João Garcia, alguns annos antes d'este (1505), leu Grammatica no bairro das Escholas (1492) o que consta por se trasladar nos livros dos Conselhos uma provisão escripta em Almeirim a 4 de Novembro d'este mesmo anno, pela qual elrei D. Manoel, attendendo aos annos que ensinava grammatica em o dito bairro, e ao proveito e fructo que fizera, em que não podia continuar impedido de suas enfermidades, lhe fazia mercê gozasse os privilegios da Universidade, como se actual-

[1] *Notic. chron.*, n.º 1171.

[2] Diz Nicoláo Antonio, na sua *Bibliotheca:* «Omnes enim Pastranae Grammaticam regnasse in Scholis nostras, antequam ex Italia reversus ex Bononiensi Universitate, ac S. Clementis Hispaniarum Collegio suam Artem Hispaniae invexisset Antonius Nebrissensis...»

mente lêsse.»[1] O uso do latim, nas satyras violentas com que por toda a Europa se atacava a Roma dos Papas, tornava a linguagem da distincção entre os espiritos cultos, como uma aspiração á unidade mental. Diz Victor Le Clerc: «A christandade europêa formava n'estes tempos como uma unica republica, cuja dictadura perpetua estava em Roma; e os cidadãos os mais poderosos, para não dizer os unicos cidadãos d'esta immensa republica, os membros do clero, não escreviam quasi senão em uma mesma lingua, na antiga lingua romana, o latim.»[2] Com o estudo do latim pelos humanistas da Renascença é que a dictadura de Roma foi destruida.

O esplendor da Renascença decahiu na Italia, principalmente depois da tomada de Florença. Succedeu-lhe a França n'esta obra renovadora, emquanto não foi tambem embaraçada pelas guerras de religião. A França imprimiu á Philologia um caracter proprio; sobre este aspecto escreve Hillebrand: «Graças á justeza e nitidez do espirito francez e á sua tendencia para a generalisação, graças sobretudo á prosperidade da jurisprudencia nas Universidades de Paris, Orleans e Tolosa, e aos estudos profundos, e ao mesmo tempo exactos e philosophicos, do direito romano, em que se distinguiram os Cujacios, os Hottman, os Pithou, a philologia tomou uma fórma e um alcance novos. As duas sciencias sustentaram-se, engrandeceram-se e completaram-se reciprocamente. Foi, segundo as expressões de Etienne Pasquier, o «*mariage de l'estude du droict avecques les lettres humaines*», que assignalou «*le siècle de l'an mil cinq cent*», primeiro e fecundo esforço tentado para penetrar na vida publica dos antigos, e tirar de Demosthenes e de Cicero as mais bellas fórmas oratorias. De um outro lado, o methodo exacto da jurisprudencia introduzido pelos sabios francezes nos estudos philologicos, permaneceu até hoje como o processo universalmente adoptado; e embora outras direcções sejam impressas mais tarde a estes estudos pelos povos do norte, é ainda o methodo francez que domina ali sem contestação.—A justeza de methodo, o interesse pelas fórmas politicas da antiguidade, e vistas geraes e fecundas, eis o subsidio da França para esta obra accumulada das nações e dos seculos.»[3] As guerras de religião determinaram a ruina do humanismo francez, pervertido pelo empirismo das escholas jesuiticas. O refugio contra as perseguições religiosas tornou a Hollanda o centro dos estudos philo-

[1] Nota do Reitor Figueirôa ás *Notic. chron.*, Not. 76, § 933. *Inst.*, t. XIV, p. 260.
[2] *Hist. litteraire de la France*, t. XXII, p. 166.
[3] *Étude sur Otfried Muller*, p. XXXII.

logicos, em que a critica era um poderoso instrumento para a conquista da liberdade de consciencia.

A influencia franceza despontava já no fim do reinado de D. Manuel; em 11 de janeiro de 1516 escreve o rei á Universidade, dizendo que vae mandar vir de França o dr. Diogo de Gouvêa para ser oppositor á cadeira de Vespera; em seu logar parece ter vindo em 1517 Mestre João Francez. A acção da Renascença italiana em Portugal revelou-se successivamente em outras fórmas de actividade: na Ourivesaria, como o indica Garcia de Resende; no Theatro, com a fórma em prosa das comedias de Sá de Miranda e de Ferreira; na Pintura, com as doutrinas de Francisco de Hollanda. O ultimo resto d'esta influencia na pedagogia acha-se na instituição de uma Academia litteraria da Infanta D. Maria. Só muito tarde é que as Academias litterarias se propagaram quando já se tinham tornado na Europa em exclusivamente scientificas, conservando comtudo o primitivo caracter palatino.

Resta-nos esboçar o caracter que a Philologia tomou na Hollanda, e que não foi sem influencia nos estudos da Peninsula, onde os *Erasmistas* eram considerados como livre-pensadores, e que teve representantes directos em Portugal, como o flamengo Nicoláo Cleynarts, e Damião de Goes, o amigo de Erasmo. Sobre este ponto transcrevemos o juizo de Hillebrand: «N'este paiz dominado pelas luctas politicas, n'esta Universidade de Leyde, que deveu a sua vida á resistencia patriotica dos seus cidadãos, a philologia vivificou-se ao contacto da realidade. Ella tornou-se pratica, formou uma parte integrante da vida nacional, um elemento vital da existencia do povo, que, por assim dizer, viveu uma segunda vez a antiguidade. Aonde Marsilio Ficino não vira senão a belleza harmoniosa da linguagem e do pensamento, aonde um Hotman não tinha procurado senão as tradições dos tribunaes e a historia do direito, os Dousa, os Heinsius, os Grotius tentaram descobrir as paixões e os principios politicos da antiguidade para os assimilarem ao homem de estado, ou ao partidario latente sob o escriptor. A diplomacia, a historia, a eloquencia publica, a poesia nacional mesmo, adoptaram a lingua de Cicero. Refazendo, por assim dizer, de uma maneira classica e sabia, as luctas do Pnyx e do Forum, no senado dos Estados-Geraes, penetrou-se melhor na vida antiga, adquiriu-se uma comprehensão mais completa d'estas paixões e das idéas de outr'ora com as quaes se identificavam. O espirito sagaz e pratico proprio dos hollandezes veiu collaborar, evitando pela sua perspicacia e lucidez o defeito tão espalhado hoje de se malbaratarem em hypotheses sem fun-

damento e na adivinhação sem base. O principal merito dos discipulos e successores de José Scaligero e de Justo Lipsio até Perizonio foi alargar o campo que a França tinha cultivado sem pensar em engrandecel-o, descobrir os diversos elementos da antiguidade e suas relações reciprocas, explical-os uns pelos outros, e ligal-os como partes de um organismo vivo...»[1] Estas tres fórmas do Humanismo cooperaram nas grandes luctas do pensamento nos tres seculos que se vão seguir; embora não lhe fornecessem um principio organico para a reorganisação social, determinaram comtudo um novo typo pedagogico.

O ensino europeu recebeu um typo uniforme com o desenvolvimento das Universidades, todas constituidas pelas quatro Faculdades, *Theologia, Direito, Medicina* e *Artes*. «Esta ultima, diz Hamilton, corresponde ás nossas duas Faculdades de Sciencias e de Lettras; comprehende as Lettras propriamente ditas, as Sciencias physicas e mathematicas.»[2] Aqui temos o facto da *bifurcação* dos estudos humanistas em scientificos e classicos, iniciado no seculo XVI, distinguindo-se em Portugal, a par de Ayres Barbosa, dos Resendes e Gouvêas, afamados eruditos, Garcia de Orta, Pedro Nunes e Francisco de Mello, como verdadeiras summidades scientificas, que sustentam dignamente a actividade de um grande seculo de elaboração systematica.

A Renascença da antiguidade classica apresenta dois aspectos independentes, que actuaram diversamente na disciplina dos espiritos: o aspecto *litterario* renegava a Edade média, quebrando a solidariedade historica da civilisação occidental, fazendo recuar a idealisação esthetica ás concepções de um obliterado e não comprehendido polytheismo; o aspecto *scientifico,* continuando os conhecimentos da Mathematica e da Astronomia dos Gregos, entrava fortalecido por essas leis geraes do universo na comprehensão dos phenomenos da Physica, e actuava directamente na emancipação das intelligencias, restabelecendo sobre o principio da Graça, que dominou a Edade média, o imperio da Natureza. Este duplo aspecto da Renascença, apparentemente antinomico, estabelece nas fórmas da actividade mental da Europa moderna uma accentuada *bifurcação,* que veiu a preponderar no ensino. Os que cultivam as humanidades, ou litteratura, exercem-se de um modo exclusivo, desconhecendo tudo quanto pertence á investigação das leis da natureza. As Bellas-Lettras e a Philosophia moral são objecto da preoccupação dos poderes temporaes, que restringem toda a Pedagogia a

---

[1] *Étude sur Otfried Muller*, p. XXXVI.
[2] *Frag. de Philosophie*, p. 272.

esse objectivo. Os Jesuitas, apoderando-se da Instrucção publica dos Estados, firmam-se nos estudos humanistas para reagirem contra os perigos das novas concepções implicitas na Philosophia natural experimentalista. A *bifurcação* estabeleceu-se, ficando fóra do quadro pedagogico as disciplinas naturaes, que só foram incorporadas pela Convenção.

Tabula Legentium do seculo XV

1408 — Fr. João Viegas, lector em *Theologia*.
1414 — Gonçalo João, mestre de *Logica*.
1415 { João Lourenço, licenciado em *Leis*, lente no Estudo.
Fernão Alvares, lente de *Canones*.
Fernão Martins, licenciado, lente de *Fisica*.
Gonçalo Anes, mestre de *Logica*.
Gonçalo Domingues, mestre em *Grammatica*.
1416 — Gonçalo João (lente de *Logica* em 1414), lente de *Medicina*, depois bispo de Lamego.
1429 — Mestre Pedro da Cruz, *in Sacra Pagina*.
1430 { Diogo Affonso, lente de *Decretaes*.
Mestre Martinho, idem.
João Affonso de Leirea, idem.
Luiz Martins, idem.
1431 { Estevão Affonso, doutor em *Canones*.
Affonso Rodrigues, doutor em *Leis*.
Diogo Affonso Manganeha, *in utroque*.
1434 { João de Elvas, lente de *Vespera de Decretos*.
Gomes Paes, licenciado em *Canones*.
1437 — João Gallo, carmelita, lente de *Mathematica*.
1442 — Martim Alho, lente de *Theologia*.
1443 { Mestre Alvaro, lente de *Fisica* de prima.
Gomes Paes, mestre de *Logica*.
Alvaro Pires, bacharel em Leis, lente de *Vespera*.
1453 — Fr. Lourenço, lente de *Theologia*.
1460 { Fr. Soeiro de Santarem, lente de *Philosophia*.
Mestre Pedro da Graça, idem.
1469 — Mestre Joanne Cavalleiro.
1481 { Bertholameu Gomes, licenciado.
João Vaz da Porta Nova, doutor, que retocou a Arte de Pastrana.
Fernam Ruiz, licenciado.
Mestre Joanne, lente de *Fisica*.
1486 — Mestre Fr. João de Magdalena, lente de prima de *Theologia*.
1492 — João Gomes, mestre de *Grammatica*.
1500 — Fr. Rodrigo de Santa Cruz, lente de *Theologia* e *Philosophia moral*.
1501 — Mestre Antonio Martins, lente de *Grammatica de Pastrana* ou *Arte velha*.
1504 — Fr. João Claro, *Vespera de Theologia*.
1505 — João Garcia, mestre de *Grammatica*, é aposentado com honras e privilegios de lente.

Serie dos Reitores da Universidade emquanto foram de eleição escholar[1]

1288 — Frei André Ursinus, lente de Santos Padres?
1290 — Mestre Gerardo, lente de Theologia.
? — Mestre Agostinho Bello, lente de Artes, e depois de Theologia.
1330 — Mestre Simão da Cruz, lente de Theologia.
1368 { Gonçalo Miguens, bacharel em Degredos.
? Prior de S. Jorge, bacharel em Canones.
1378 — D. Martinho Domingues, conego de Evora.
1384 — Lançarote Esteves.
1387 — Lopo Martins, sacerdote.
1388 — Vicente Affonso.
1390 — Lançarote Esteves.
1393 — Vasco Esteves, vigario de S. Thomé.
1396 { Vasco de Freitas.
Diogo Affonso.
? { Salvador Rodrigues (ou *Alvaro Roiz*, segundo Figueirôa), deão da Guarda.
Affonso Diniz, conego de Braga.
1398 — Vicente Affonso.
1400 — Doctor João das Regras.
1408 — Fr. João Vargas, lente de Theologia.
1415 { Rodrigo Anes, prior de S. Pedro de Alemquer.
João de Alpoim, sacerdote.
1417 — D. Pedro Escacha (serve por elle:
— Pedro Gonçalves, prior de Santa Maria de Obidos.)
1418 { João Affonso, escolar de Leis (servindo por D. Pedro.)
Gil Martins.
1429 { Vasco Gil, escolar de Canones.
Ricardo Paim, escolar de Leis.
1431 { Vasco Estevam, vigario de S. Thomé.
Pero Lobato (falta em Figueirôa.)
1435 — Vasco Gil.
1440 — Pedro Esteves.
1441 — Gonçalo Martins, escolar Canonista.
1442 { Gomes Affonso.
Martim Alho (falta em Figueirôa.)
1449 { João de Elvas, lente de prima de Canones.
Gonçalo Garcia de Elvas, lente de prima de Leis.
1458 { João de Elvas, lente de prima de Canones.
Bartholomeu Gomes, lente de prima de Leis.
1478 — Lopo da Fonseca, licenciado,

---

[1] Nas *Memorias da Universidade de Coimbra*, do reitor Figueirôa, vem esta lista de reitores menos desenvolvida. Vidè *Annuario da Universidade*, de 1876 a 1877, p. 214 a 216.

1481 { João Fogaça (falta em Figueirôa.)
Gonçalo Annes.

1487 — Fernão Lopes.

1493 — Alvaro Martins (ou Anes), capellão da Rainha.

1494 — Rodrigo Caldeira, lente de prima de Canones (em logar de Alvaro Anes.)

1495 { Alvaro Martins (falta em Figueirôa.)
Mestre João de Magdalena.

1499 — O bispo de Fez (D. Francisco Fernandes, mestre de D. Manuel.)

CAPITULO IV

As Livrarias manuscriptas do seculo XV e a descoberta da Imprensa

As Livrarias das Collegiadas e episcopaes succedem-se as magnificas Livrarias dos reis e principes.—A opulencia das copias e illuminuras e exaggeração dos preços dos livros manuscriptos.—Caracter historico e litterario das Livrarias principescas do seculo xv.—As bibliothecas principescas abundam em traducções.—Os livros destinados ao uso publico, ou *Encadeados*.—Cino de Pistoia e Bartholo.—Livros facultados pelo Municipio de Lisboa para a consulta publica.—*Encadeados* da Universidade.—O Corpo das Leix deixado pelo Dr. Pedro Nunes ao Municipio e emprestado aos escholares.—O costume dos *Encadeados* da Livraria dos monges do Pa ço de Sousa.—Os livros prohibidos eram tambem *encadeados* para se não poderem abrir.—A descoberta da Imprensa coadjuva o fervor dos Humanistas pela antiguidade classica, e faz esquecer ou desprezar as obras poeticas e historicas das Litteraturas da Edade média.—Causa da ruina e desmembração das Livrarias principescas.—Reconstrucção da *Livraria do rei Dom João I*, que se divide pelos seus filhos.—*Livraria do rei Dom Duarte*, conhecida pelo *Catalogo dos seus livros de uso*.—Descripção dos principaes livros d'esta Bibliotheca.—A *Livraria do Infante Dom Fernando;* seu caracter mystico.—A *Livraria do Condestavel de Portugal*, D. Pedro, que foi rei de Aragão.—O seu inventario official em aragonez.—A *Livraria de D. Affonso V*, reconstruida pelas referencias do chronista Azurara.—Comparação com as Livrarias celebres da Rainha Isabel a Catholica, do Principe de Viana e do Duqne Filippe Sforza.—Outras bibliothecas particulares do seculo xv, de que ha noticia: *Livraria do Doutor Mangancha*, de *João Vasques*, de *D. Vasco Perdigão*, bispo de Evora.—Os eruditos desprezam a Litteratura da Edade média, prevalecendo a erudição classica desde o fim do seculo xv.—A quebra da solidariedade e continuidade historica torna mais difficil a solução da crise da reorganisação do poder espiritual.—A descoberta da Polvora e da Imprensa tornam systematica a grande crise.

Na transição da civilisação polytheica para o christianismo o sentimento serviu de apoio ao novo regimen social em que entrava o Occidente, disciplinando-se na moral com que o catholicismo dirigiu o prolongado regimen da Edade média através de todas as perturbações.

Quando a synthese theologica se tornou impotente para manter a unanimidade dos credulos, a emancipação das consciencias tomou um exclusivo caracter *intellectual,* como vimos pela livre critica dos Ontologistas, e *social*, como vimos nos esforços dos Jurisconsultos para fundarem a auctoridade impessoal da lei civil. N'esta forte decomposição do regimen medieval e recomposição da sociabilidade moderna, faltou á intelligencia e actividade a presidencia do *sentimento,* circumstancia que aggravou a transição tornando-a prolongadamente revolucionaria. Comte poz em evidencia este aspecto: «a transição moderna abrangeu simultaneamente a intelligencia e a actividade, mas deixando de parte sempre o sentimento. Isto resume os caracteres essenciaes da revolução occidental. Destinada a desenvolver os elementos theoricos e praticos da civilisação final, desprezou o regulador geral da existencia humana».[1]

O *sentimento,* separado da emoção religiosa, já tinha sido nitidamente expresso na idealisação da vida domestica e publica nos poemas da Edade média; as novas litteraturas, fixadas pelas linguas vulgares, eram verdadeiramente o orgão destinado a activar a cultura do *sentimento* e a dar-lhe a presidencia definitiva, conduzindo do ideal de Patria, que surgia em cada nova nacionalidade, para o ideal de Humanidade, que resultava da solidariedade historica da antiguidade classica e catholico-feudal para a Europa moderna. Infelizmente essa solidariedade foi quebrada, e as novas Litteraturas que brotaram das tradições da Edade média cairam no desprezo diante da admiração dos exemplares greco-romanos. O exame das Livrarias manuscriptas do seculo XV evidenceia este conflicto.

Os reis, que procuravam concentrar a dictadura temporal no meio da agitação que resultava da dissolução do regimen catholico-feudal, assim como pretendiam disciplinar os espiritos submettendo á sua protecção as Universidades, tambem fundaram as opulentas bibliothecas do seculo XV, onde foram reunidos os mais esplendidos livros manuscriptos do saber medieval e da antiguidade classica, de um valor incalculavel pelo esmero artistico das copias, das illuminuras, das encadernações, e pela sua extrema raridade. Possuir uma Livraria era a ostentação de uma riqueza, que era titulo de soberania e apanagio de um grande principe; são conhecidas as Livrarias de Isabel a Catholica, do rei D. Duarte, de Filippe Sforza, do Principe de Viana, de Condestavel de Portugal, de Carlos VI, e do Duque de Anjou. Os

[1] *Système de Politique positive,* t. III, p. 514.

reis preoccupavam-se com a existencia de um novo poder moral, o julgamento da opinião, e chamavam a si os letrados para escreverem as chronicas dos seus feitos; os principes subsidiavam traductores dos livros antigos para as linguas vulgares, tornando accessiveis as idéas theoricas da moral, que vieram a servir de base critica contra Roma na época da Reforma, e as doutrinas politicas sobre a fórma de governo com que o individualismo protestante reagia contra as monarchias. Nos dois seculos anteriores, floresciam as Livrarias das Collegiadas e episcopaes, repletas de collecções de leis canonicas e romanas, de especulações scholasticas e de moral patrologica. No seculo XV as Livrarias principescas, que por assim dizer se dispersam ou desbaratam com a descoberta da Imprensa, que actuou sobre o criterio e o gosto, apresentam uma predilecção decidida nos espiritos pelas obras de historia, de moral e politica, e pela poesia cavalheiresca das epopêas mediévicas, pelos cancioneiros e relações de viagens. Entre esses livros destacam-se os exemplares dos escriptores gregos e romanos, em um syncretismo espontaneo, que se interrompe com a descoberta da Imprensa. Quando se espalha a nova fórma de reproducção dos livros, todo o empenho da sua applicação incidiu sobre os manuscriptos greco-romanos, que vêm alimentar a paixão exaltada dos humanistas; as obras da Edade média caem rapidamente em um desprezo desdenhoso dos sabios, continuando apenas a merecer a predilecção das mulheres, que comprehendiam melhor a idealisação dos sentimentos cavalheirescos e das allegorias amorosas, do que as phrases rhetoricas de escriptores cuja actividade mental coincidira com a decadencia do regimen polytheico.

O arrebatado Carlos VI lia, como D. João I e o Condestavel Nuno Alvares, os Romances de *Saint Graal,* de *Lancelot do Lago* e o *Tristan;* para elle traduziu João Galeim o *Regimento de Principes* de Gil de Roma, bem como a vida e feitos de Julio Cesar. Isto em 1397. Ao mesmo monarcha, vencedor de Roosbeke, dedicou Honoré Bonet a *Arvore das Batalhas*. Tanto este como alguns dos livros mencionados figuram na livraria do rei D. Duarte, que se rodeára de todos os livros que então constituiam a educação de um principe. Na livraria de Luiz, duque de Anjou, tio de Carlos VI, guardava-se uma traducção de Valerio Maximo, a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, a *Vida dos Padres,* a *Politica* de Aristoteles, e o *Regimento de Principes*. Luiz XII trouxe de Italia, entre outros volumes de Visconti e dos Sforza, um livro em que estavam reunidos o *Saint Graal, Merlim* e os *Sete Sabios*. Os livros communs a estas bibliothecas reaes e principescas revelam-nos uma corrente de gosto dominante, que ainda no seculo XV vae cair na

paixão popular, abandonada com desdem pelo prurido erudito da antiguidade investigada pelos humanistas.

A admiração pelas obras primas da antiguidade classica e o desprezo pela Edade média, caracterisam o estado mental dos eruditos, jurisconsultos, humanistas e metaphysicos, para quem a cultura do sentimento estava completamente substituida pelo vigor intellectual, auctoritario e pedante. Escreve Comte, observando o caracter negativo da Revolução occidental, pelo abandono da synthese absoluta ou theologica: «O Occidente achou-se levado a desconhecer, e mesmo reprovar o conjuncto da Edade média, e sobretudo a divisão fundamental dos dois poderes.—É verdade que o desenvolvimento continuo da intelligencia e da actividade determinou espontaneamente uma admiração universal pela civilisação antiga, viciosamente julgada pelo monotheismo defensivo. Mas esta regressão empirica era proveniente mais do odio á Edade média do que do amor da antiguidade; assim o confirma a preferencia geralmente concedida aos Gregos sobre os Romanos, segundo a natureza mais intellectual do que social da revolução moderna. A cadeia dos tempos occidentaes achou-se desde então quebrada mais gravemente do que depois da continuidade devida ao catholicismo.» [1] As litteraturas das novas nacionalidades formadas na Edade média idealisavam situações da vida domestica e publica sob a sua fórma sentimental ou affectiva; emquanto os eruditos desprezavam essas creações modernas, preferindo os exemplares antigos, as mulheres continuaram a amar a Edade média, nas novellas de cavalleria, na poesia trobadoresca ou de cancioneiro, e no mysticismo. «Por isso, como diz Comte, desde o inicio do movimento moderno, sem nada pronunciarem sobre a antiguidade, aspiraram espontaneamente á Edade média.» [2]

---

[1] *Système de Politique positive,* t. III, p. 515.

[2] É extremamente curioso o modo como João Luiz Vives, que juntamente com Erasmo e Budeus formava o triumvirato do humanismo na Renascença, condemna no seu livro *De Institutione Foeminae christianae* todas as obras das litteraturas da Edade média:

«Que uso é este, que já se não acceita como canção aquella que não for obscena. Deviam tomar conta d'isto as leis e os fóros, se os governantes quizerem que as consciencias se não contaminem. Deviam fazer o mesmo d'esses outros livros vãos, que são: Em Hespanha, o *Amadis*, *Florisandro, Tirante, Tristão de Leonis, Celestina*, a alcoviteira, mãe da malvadez; em França, *Lançarote do Lago*, *Paris e Viana*, *Ponto y Sidonia*, *Pedro do Provença*, e *Magalona*, *Melusina;* e em Flandres, *Flores e Brancaflor*, *Leonela e Cananior*, *Curias e Floreta*, *Pyramo e Tisbe.* Ha outros traduzidos do latim em vulgar, como são as infacetissimas *Facecias e Graças* desgraçadas de Pogio, e as *Cem Novellas* (Decameron) de João Bocacio,

A paixão pelas obras primas da antiguidade greco-romana, que idealisaram a concepção polytheica decadente, mal se pode explicar pela emoção esthetica em espiritos educados sob a unidade do monotheismo occidental. Essa paixão, que se apoderou dos eruditos e dos politicos, era a resultante do caracter da revolução em que se elaboraram as fórmas da sociedade moderna, revolução *intellectual,* como se vê pelo individualismo anarchico dos pensadores, e *social,* como se patenteou nos movimentos dos Paizes Baixos, Inglaterra e França, que fundam a liberdade e a egualdade civil. Nas obras da litteratura grega foram os pensadores encontrar as doutrinas theoricas para a moral e para a especulação critica, e nos escriptores romanos o conhecimento de uma vida publica quasi sociocratica, que se prestava como exemplo para a actividade. Comte accentuou muito superiormente este aspecto sempre mal comprehendido da Renascença, e do desprezo pela Edade média.

O rei D. Duarte fala com enthusiasmo da leitura dos bons livros: «E posto que aa primeira pareça nom sentirem proveito de o veer nem ouvir, saibam que o leer dos bons livros e boa conversação faz acrecentar o saber e virtudes, como crece o corpo, que nunca se conhece, senom passado per tempo: de pequeno que era se acha grande, o delgada fornido; e assy com a graça do Senhor o boo studo, filhado com boa tençon do simpres faz sabedor, do que bem nom vive, temperado e virtuoso. E de tal leer avemos tres proveitos: primeiro, despender aquelle tempo em bem fazer; segundo, acrecentar em boa sabedoria; terceiro, por o cuidado, quando estiver ocioso, avendo lembrança do que leeo nom se occupar em alguns nom boos pensamentos, ante retornando ao que aprendeu acrecentar em boo saber e virtudes.» [1] De-

---

livros todos elles escriptos por homens ociosos e desoccupados, sem letras, cheios de vicios e sordidez, nos quaes eu me maravilho como se pode achar cousa que dê deleite a não ser que os nossos vicios nos tragam tanto al retòrtero; por que doutrina e virtude, como a darão os que nunca a lobrigaram? Pois quando se metem a contar alguma cousa, que prazer ou que gosto pode haver onde tão aberta, tão tola e descaradamente mentem?... que agudeza, ou que de bom pode haver em uns escriptores conhecedores de tão boa doutrina (a sensualidade) que em sua vida nunca leram um bom livro? eu por mim digo em verdade, que nunca vi, nem ouvi dizer que lhe agradavam obras d'este genero, senão ás pessoas que nunca tocaram nem viram um bom livro, e eu tambem fiz d'essas leituras algumas vezes, mas nunca achei vestigios alguns de bom engenho.» (Cap. v, ap. *Obras escogidas de Filosophos*, p. xxxv, Coll. Rivadeneyra.»)

[1] *Leal Conselheiro*, p. 7.

pois da leitura o rei D. Duarte aconselhava as traducções, e ensinava o modo como se deveriam fazer. Victor Le Clerc observou este caracteteristico das Livrarias do seculo XV: «As bibliothecas do clero possuiam de ordinario os auctores latinos no original; os seculares em *traducções.*» [1] D. Duarte mandou fazer um grande numero de traducções, e na sua livraria prevaleciam os livros *em linguagem, por castellão, por portuguez, por aragoes.* Na livraria do Condestavel de Portugal abundavam os livros em francez, não só por que «era naquelle tempo a lingua franceza estimada e corrente entre os principes por corteză e polida,» como refere Fr. Luiz de Sousa, mas porque era a lingua em que existiam mais traducções. Paris era então o grande mercado dos livros; os preços por que se vendiam eram fabulosos, [2] e só accessiveis ás bolsas de principes, que se não pejavam de pedirem livros emprestados uns aos outros, e de deixarem como garantia d'elles valiosos penhores. A riqueza da illuminura influia no seu alto valor; havia em Portugal uma verdadeira eschola de illuministas. Do manuscripto do *Leal Conselheiro,* de el-rei D. Duarte, n.º 7007 da Bibliotheca de Paris, escripto em gotico sobre pergaminho, e em duas columnas, diz o visconde de Santarem: «As letras capitaes, ou iniciaes, em principio de cada capitulo, são admiravelmente desenhadas e illuminadas com primorosas côres, muitas vezes recamadas de ouro, e cujos accessorios occupam pela maior parte toda a extensão da columna em que o capitulo principia.» Em nota diz o illustre philologo: «A execução calli-

---

[1] *Hist. litteraire*, t. I, p. 355.

[2] Apontamos o preço de certos livros, que se acham cotados nos catalogos de alguns reis e principes do seculo xv, e que tambem se guardavam na livraria de D. Duarte: *Troye la grant*, 32 livres parisis.—*Lancelot du Lac*, 125 livres; (em 1404 custara 300 escudos de ouro; *Tito Livio*, 150 livras tornezas, e 500 um exemplar illuminado: Tito Livio e Boecio, em 1397 custaram ao duque de Orleans, 337 livras e 10 soldos tornezes. A traducção latina das nove partes de Aristoteles, em 1340, custara a um religioso de Saint Bertin, 21 soldos. Nos livros de João de Saffres de 1365, vem os seguintes preços: *Merlim*, 15 gros, *Troie la grant,* 12 gros, *A Rosa*, 4 florins; *Galaaz*, 4 florins; um caderno de *Tristan*, 1 florim; e um outro *Tristan*, 20 francos de ouro. Le Clerc, *Hist. litteraire,* t, I. p. 335.—No Catalogo dos Bispos do Porto, p. 59, cita-se o testamento de D. Julião, de 1298, em que vem o preço de um *Codigo*, por 50 morabitinos, e de umas *Decretaes*, por egual quantia: «Item, mandamus Velasco Facundi Thesauraris Ecclesiae Portucalensis, quinquaginta morabitinos in quibus emat unum *Codicem* legalem. Item, mandamus Petro Fernandi Canonico nepoti nostro, quinquaginta morabitinos, in quibus emat unum volumen *Decretalium.*»

graphica d'este codice é mui superior á do codice que encerra a *Chronica da Conquista de Guiné* por Azurara.» Na edição de 1842, vem o *fac-simile* da primeira pagina do texto, em que se vê um primoroso specimen da illuminura no seculo XV em Portugal. Conclue a citada auctoridade: «a calligraphia e a arte da illuminação dos pergaminhos estava levada a grande perfeição em Portugal muitos tempos antes que el-rei D. Manuel subisse ao throno, e que por sua ordem se executassem os admiraveis Codices dos Brazões que se conservam no real Archivo da Torre do Tombo, e em poder do Armeiro Mór, bem como os sumptuosos Livros chamados de *Leitura nova;* mostra finalmente quanto esta arte se achava entre nós aperfeiçoada antes do nascimento do celebre Perugino, mestre de Raphael e do nosso Gram Vasco; pois a nosso vêr este Codice foi escripto entre os annos de 1428 e 1437, visto que tendo sido trasladado a rogos da rainha, só isto poderia ter logar depois do primeiro anno, que foi o do seu casamento, e o de 38, que foi o da prematura morte de El-Rei.» [1]

Garcia de Resende, na *Miscellanea,* que vem no fim da Chronica de D. João II, descreve os progressos da calligraphia e da imprensa, e a arte da illuminura:

> E vimos em nossos dias
> A *letra de fórma* achada,
> Com que a cada passada
> Crescem tantas livrarias,
> A sciencia é augmentada.

e mais abaixo:

> *Pintores, luminadores*
> Agora no cume estam
> ....
> E ha em Portugal taes
> Tão grandes e naturaes
> Que vem *quasi* ao olivel.

Garcia de Resende atrevia-se a comparar esses artistas com Raphael e Albert Durer. Na *Chronica da Conquista de Guiné*, de Gomes Eanes de Azurara, vem um bello retrato do Infante D. Henrique, quando estava de luto. A carestia dos livros fazia com que se guardassem com todas as cautellas, prendendo por correntes aquelles li-

---

[1] Visconde de Santarem, Introducção ao *Leal Conselheiro*, p. XV.

vros que eram destinados á leitura publica; *catenatus,* quer dizer segundo Le Clerc, o livro permittido ao uso commum. Os livros de leis, necessarios para defenderem os interesses individuaes, foram no seculo XV facultados ao publico por meio de correntes, no municipio de Lisboa; Bartholo, e as Leis romanas ahi eram consultados, e mesmo emprestados aos escholares.

A importancia das doutrinas de Bartholo nos tribunaes portuguezes apparece revelada em uma Carta regia de 18 de abril, de 1426, em que á Camara municipal de Lisboa se mandam entregar dois livros contendo o *Codigo,* a *Glossa* ou commento de Cino da Pistoia, e as *Conclusões* de Bartholo, ficando *encadeados* para uso commum: «porque os tralados de tirar de latim em linguajem nom som tam craros, q̃ os homẽs q̃ muyto nom sabem os podessem bem entender, por esto nos trabalhamos de fazer hũa *decraração* em cada hũa ley e na grossa e no bartalo; q̃ de sobrello he escripto, pella q[l] mandamos aos nossos desembargadores, q̃ per aquella decraraçom façam livrar os feitos, e dar as Sentenças... E vos poẽem estes liuros na Camara desse Concelho, *presos per hũa cadea bem grande e longa.* E nom os leixees a ninguem, salvo aaquelles que feitos ouverem ou a seus procuradores ou sse temerẽ daver alguns feitos. E esto seja presente o escripuam da dita Camara. Ende al nom façades.» [1]

Depois do recurso dos *livros encadeados* para os estudantes pobres, encontramos os livros emprestados pela Camara municipal de Lisboa, por disposição testamentaria do Dr. Pero Nunes, em beneficio dos escolares em leis. Em uma escriptura de 28 de janeiro de 1466, obrigou-se por publico instrumento o *escolar em leis* João Fernandes, apresentando como fiador seu pae Fernão de Cintra, a restituir á Camara municipal de Lisboa os livros que lhe foram emprestados por ser *escolar* e *parente bem chegado do Dr. Pero Nunes:* «cinquo liuros que som hũu *corpo de lex*, convem a saber: hũu volume e hũu *codigo,* e hũu *dejeesto novo*, e outro *dejeesto velho* e hũu *esforçado.*» Estes livros tinham sido legados pelo Dr Pero Nunes: «para por elles aprenderem os escollares e filhos de çidadãos e *parentes seus,* que aprender quizessem de direito.» Pela escriptura referida era o escolar obrigado a restituir os volumes d'esse Corpus Juris como os recebera *bons*, *limpos e encadernados,* ficando ao contrario sujeito á pena de *trinta mil reaes*

---

1 *Livro dos Pregos,* fl. 216 ỿ. Ap. *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* t. I, p. 312.

brancos ora correntes, com todas custas e despezas, perdas, dapnos que por ello receberem e fezerem.» [1]

Na Carta II do abbade Frei Joham Alvarez, aos monges do Paço de Sousa, datada de Bruxellas em 1467, ainda se fala no costume dos livros *encadeados:* «Primeiramente vos sabees bem, como ao tempo que eu cheguey a esse Moesteiro, hy nom avia nenhum livro da Rregra de Sam Beento em nossa lingoa, nem tam soomente huum de vos outros Monges nom sabia cousa nenhuũa da Regra: e eu vola tornei em lingoagem, e a puse nesse Moesteiro, bem scripta em letra redonda em *huum liuro de pergaminho com sua cadea e cadeado* posto na estante do Cabydo...» [2]

No testamento do Doutor Mangancha de 1447, referindo-se á Livraria do Collegio que funda, repete esta mesma clausula: «E *que os meus livros se ponham por cadeas* dentro das ditas casas.»

Sobre este costume de conservar os livros prezos por correntes para a leitura commum, escreve o sabio Victor Le Clerc, na *Histoire litteraire de France au XIV^me siècle:*

«As fortes fechaduras e a excommunhão não foram as unicas precauções contra os furtos: era uso quasi geral o *encadear* os livros.

«Estas *cadeas* foram algumas vezes uma punição infligida ás obras suspeitas. Os franciscanos do Oxford, que tiveram medo dos livros do seu confrade Rogerio Bacon, pregaram-os com cravos compridos, que não deixavam folheal-os, ficando livre o accesso á traça e á poeira. Não se perdeu a tradição, por que em 1473 os livros dos Nominalistas, por ordem de Luiz XI foram prezos por cadeas, ou póstos a ferros, como diz Robert Gaguin, para não serem «despregados, e abertos, senão outo annos depois, em nome do mesmo rei e do preboste de Paris, que declara que de futuro cada qual estudará n'elles o que quizer. Na Universidade sómente a nação allemã recebeu com jubilo esta auctorisação de ler taes livros; mas, por ventura, leu-os menos do que quando eram prohibidos e cravados.

«A mais das vezes, a cadêa que prendia o volume ao pulpito por um annel passado na lombada da encadernação, não era senão uma garantia de segurança, e a fórmula—*Incatenabitur,* era antes de tudo uma recommendação que significava que a leitura não era prohibida.

---

[1] Livro II *Mistico dos Reis*, fl. 42; apud *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, t. I, p. 328.

[2] Ap. J. P. Ribeiro, *Dissert. chron.*, t. I, p. 370, ed. 1860.

Sobre os livros da antiga Sorbonne que estavam á disposição de todos esta inscripção era commum. O catalogo dos dominicanos de Dijon, em 1307, revela-nos que os commentarios de Frei Thomaz sobre os quatro Evangelhos não eram lidos entre elles senão com a condição: *Habentur in catenis*. Em 1318, o cardeal Michel du Bec, no seu testamento datado de Avignon, impõe aos carmelitas de Paris, legatarios dos seus livros, a obrigação de os terem *encadeados*. Os livros da Abbadia de Marmoutiers ainda estavam encadeados no seculo passado. A intenção d'esta disposição não soffre duvida ante o legado de Philippe de Cabassole, em 1372, aos conegos de Cavaillon, como tambem no que fez em 1438, á egreja de Saint Omer, o prevoste Quintin Minaret do grande diccionario latino o *Cathalicon* transcripto no seculo precedente: *statuendo ipsum librum* concatenatum *in choro munere, ut in ipso aliquid videre seu legere cupientes faciliorem haberet valeant accessum*.

«Temos ainda outras provas, de que no recinto do côro não se depositavam sómente os livros liturgicos *encadeados*, mas sim obras litterarias e philosophicas. Em 1374, a fabrica da Egreja de Treguier pagou nove soldos e nove dinheiros—para encadernar um livro chamado *Filosogium* (Philologium ou Sophologium?) que mecer Jean Gourion, no seu testamento deixou para ser preso ou *encadeado* no côro da dita egreja.—

«A Italia, permaneceu fiel, nas suas bibliothecas, a muitos usos antigos, taes como os armarios á altura de apoio, como no Vaticano, e os livros *encadeados*, como os de Malatesti, em Cerena, e uma parte dos da Laurenciana de Florença...

«Mesmo em França o uso das cadeas para os livros, permaneceu por muito tempo. Em 1553, Josse Clichthove, legando alguns dos seus livros á casa de Navarra, quer que elles estejam sempre presos, *ut illic semper affixa maneant ad usum studantium et litteratorum*. Em 1718, os livros da Abbadia de Saint-Jean des Vignes, em Soissons, continuam a estar presos por cadêas. Muitos manuscriptos e alguns livros impressos que se conservam nas grandes bibliothecas francezas, ainda têm as ferragens que os prenderam outr'ora ás estantes.» [1]

Ainda no fim do seculo XVI prevalecia na Livraria da Universidade de Coimbra o costume medieval dos *livros presos por cadeas;* costume consignado nos Estatutos de 1591 e que passou para os de

---

[1] Op. cit., t. I, p. 359 e 360.

1653 sem reparo: «Averá na Universidade uma livraria publica, na qual estarão os livros de todas as faculdade em estantes ou almarios, *presos por cadeas,* e repartidos e ordenados na melhor maneira e ordem, que puder ser para bom concerto. E a pessoa que tiver cargo da dita casa e chave d'ella, será bom latino, e saberá grego e hebraico, sendo possivel; e terá conhecimento dos livros para os saber ordenar, e dár razão delles.» [1]

Depois da descoberta da Imprensa, os livros escholares eram allugados em folhas dobradas em quatro partes (*quaternus*, caderno e cahier) estabelecendo-se uma taxa para este commercio. Quando se estabeleceu a censura dos livros, as obras que tinham de ser postas á venda eram taxadas no seu preço pelo numero de *pliegos* ou folhas de que constavam, segundo e antigo uso das Universidades.

Um dos grandes factores da Renascença foi indubitavelmente a descoberta e vulgarisação da Imprensa, fazendo prevalecer o livro sobre a palavra isto é, convertendo a instrucção por via da *auctoridade* em um desenvolvimento *autodidacta* ou individualista. Além d'isso, generalisando as obras primas da antiguidade greco-romana, revelou que existiam tambem noções moraes fóra da Biblia, e pelo trabalho dos prelos promoveu-se a fórma escripta das linguas e litteraturas nacionaes, que deram por este facto um enorme relêvo ao sentimento de patria. A descoberta da Imprensa communicou-se muito cedo a Portugal; lêmos no Boletim da Sociedade de Geographia, a seguinte communicação de Buckmann: «Em 1460, alguns negociantes d'esta cidade de Nuremberg informaram o governo real de Portugal da descoberta e utilidade da Imprensa feita por Gutemberg e Faust em Mayença. Um Cardeal, ou o prior de um grande convento de Coimbra (Santa Cruz?) mandou vir em 1465 os primeiros typographos de Nuremberg para Portugal, onde elles imprimiram de 1465 a 1473 em um Convento os auctores gregos e latinos, e muitos livros ecclesiasticos, como por exemplo S. Thomaz de Aquino, etc.—Segundo uma velha chronica estes impressores que vieram a Portugal era *Emanuel Semons* (Simon) de Nuremberg, e *Christophe Soll* de Altdorf; ensinaram muitos discipulos, e immediatamente a Typographia espalhou-se por todo o reino de Portugal.» [2] Estes factos concordam com a celebre nota manuscripta das *Coplas* do Condestavel D. Pedro, vista

---

[1] *Estat.*, liv. II, tit. 46.

[2] *Bolet. da Soc. Geographia,* 2.ª serie, p. 674.

pelo conde da Ericeira na Livraria do conde de Vimeiro; n'essa Nota se diz: «*Este livro se imprimiu* seis annos *depois que em Basilea foy achada a famosa Arte da impressão.*» [1] A imprensa foi introduzida em Bazilea por Berthold Rot, o qual ainda em 1468 trabalhava em Moguncia; Berthold não datava nem assignava os seus impressos, e só a começar de 1474 é que ali se acha um outro impressor Bernard Richel rubricando todos os seus livros. [2] Bernard, nas *Origens da Imprensa,* considera Richel como successor de Barthold, e por tanto a actividade de Barthold circumscreve-se em Bazilêa desde 1468 a 1473. Se á data de 1468, em que começa a imprensa em Bazilea, ajuntarmos *seis annos,* segundo a nota manuscripta das *Coplas* vista pelo conde Ericeira, conclue-se que estas foram impressas em 1474, na época em que trabalhavam entre nós os dois impressores de Nuremberg.

Infelizmente, apesar de todos os privilegios de nobreza dados aos impressores, a Typographia pouco se desenvolveu materialmente, e quasi nada codjuvou o movimento da Renascença e a vulgarisação da litteratura nacional. [3] Percorramos agora, por uma paciente reconstrucção historica, as sumptuosas Livrarias manuscriptas de Portugal no momento em que se generalisava a Imprensa, que, além de outros factores, veiu tambem influir para a sua completa dispersão.

---

[1] Ap. *Collecção dos Doc. da Academia de Hist.*, 1724; n.º XXIII.

[2] Auguste Bernard. *De l'origine de l'Imprimerie*, t. II, p. 120.

[3] Dos novecentos volumes impressos em Portugal em todo o seculo XVI, quasi duas terças partes foram de Theologia.

No seu opusculo *A Imprensa portugueza durante o seculo* XVI, escreve o sr. Tito de Noronha: «Os generos em que se dividem os 900 obras sahidas dos prelos em Portugal durante o seculo XVI, são conforme a rapida apreciacão d'ellas os seguintes: (p. 13)

Theologia e Mystica	406
Litteratura, poesia, etc.	160
Polygraphia	127
Historia, viagens, e relações	101
Direito e Legislação	60
Sciencias Naturaes e exactas	46
	900

Livraria do rei D. João I

Demanda do Santo Graal.

Este manuscripto portuguez das novellas da Tavola Redonda do periodo de mutação de verso para prosa, é uma livre paraphrase da novella franceza que tem por titulo *La tierce partie de Lancelot du lac avec la Queste du Saint-Graal et de la dernière partie de la Table-Ronde,* que foi muito apreciada na côrte de D. João I. Consta de 199 folhas de pergaminho a duas columnas, com o titulo *A Historia dos Cavalleiros da Mesa redonda e da demanda do santo Graal.* Estão publicadas até ao presente 70 folhas pelo Dr. Karl von Reinhardstoettner (Berlim, 1887.) Na folha 21 lê-se: «Mas esto nom ousou mudar *ruberte de borem* (Robert de Borom) de frances em latim, porque as puridades da santa egreja nom nas quis elle descobrir; ca nom convem que as saiba homẽ leigo. E doutra parte auja medo de descobrir a DEMANDA DO SANTO GRAAL, assi como a *verdadeira storia o conta de latim...»* E ainda na folha 129 se refere a um texto latino anterior á redacção falsamente attribuida a Roberto de Borom: «ca o nom achei *em francez, nem Borom nom diz, que en mais achou na grande storia do latim,* de quanto eu vos conto.» É evidentemente uma referencia ao *Liber Gradalis,* em que um monge do seculo VIII consignara a lenda da vinda de Joseph de Arimathia á Bretanha, cuja egreja disputava por isso a primazia á de Roma; através das amplificações de Geoffroy de Monmouth é que Roberto de Borom conheceu a tradição bretã, que elle poz em verso no poema de *José ab Arimathia,* e que amplificadores anonymos, servindo-se do perstigio do seu nome, desenvolveram em prosa franceza, no seculo XIII, dando relêvo a alguns nomes, como *Uter-Pendragon, Artur* e *Merlim,* tomados da *Historia Britonum,* de Nenius. [1] O Ms. portuguez pertence á Bibliotheca imperial de Vienna, sob o n.º 2594. Estas novellas em prosa constituiam o encanto de todas as côrtes no começo do seculo XV. Acha-se um exemplar na Livraria de Isabel a Catholica: *Tercera parte de la Demanda del santo Grial en romance* (n.º 143, do catalogo feito pelo seu camareiro Sancho de Paredes.) Na Livraria do Principe de Viana, de 1461, existia tambem um manuscripto *del sangreal* en frances (n.º 36.) [2] Esta novella existia tambem nas Livrarias de Carlos VI e de Luiz XII.

---

[1] Paulin Paris, *Les Romans de la Table-Ronde,* Introduction.

[2] Mila y Fontanals, *De los Trovadores en España*, p. 520.

Regimento de Principes.

Livro escripto por Gilles de Rome para dirigir a educação de Philippe o Bello, que o nomeou Bispo de Brouges; foi o primeiro monge augustiniano que se doutorou em Paris.[1] D. João I citou esta obra aos seus cavalleiros na tomada de Ceuta em 1415. Gil de Roma, no *De Regimine principum* (liv. II, P. III, c. 20) diz que á meza dos principes e dos reis se devem fazer leituras em lingua vulgar. Nas côrtes do seculo XV o *Regimento de Principes* era sómente lido em francez.[2] Além do exemplar da livraria de D. João I, D. Duarte conservou entre os seus livros de uso uma traducção portugueza feita a seu pedido pelo Infante D. Pedro. Villemain descreve esta obra que tanto se leu nas côrtes da Europa, e que vulgarisando doutrinas de Aristoteles e S. Thomaz influiu nas ideias da Renascença: «Os dois primeiros livros da sua obra *De Regimine principum* são o directorio da consciencia para uso dos reis. O terceiro livro é um tratado de direito politico, em que o auctor examina as diversas fórmas de governo e as leis civis que lhes correspondem, discute as opiniões de Aristoteles, de Platão e mesmo o fragmento de Hippodamo, tão curioso e tão pouco conhecido. Gil de Roma é grande adversario da servidão pessoal, e só reconhece a realeza quando esta se conforma com as leis eternas da justiça. É partidario da republica nos pequenos estados. Este livro é mais um exemplo do gráo singular de cultura que se conservou sempre em alguns espiritos da Edade media.»[3]

Na livraria de Isabel a Catholica (n.º 153) guardava-se uma traducção: *Gobernamiento de los Principes em ramance, pergamino,* por Frai Juan Garcia de Castrojeriz, confessor da rainha D. Maria, mulher de Affonso XI, em 1340, para instrucção de D. Pedro, que se denominou o Cruel, e feita a pedido do mestre do principe o bispo de Osuna D. Bernabé. D. Jayme, Conde de Urgel, tambem mandou fazer uma traducção em limosino, por Fr. Arnal Strangol, em 1430.

A Historia geral de Hespanha.

Obra de Affonso o Sabio, mandada traduzir por el-rei D. Diniz, existe em Paris na bibliotheca nacional; é como descreve o illustre philologo Nunes de Carvalho: «Um volume de pergaminho, caracter meio gothico, com lettras encarnadas em partes e de outras côres tam-

---

[1] Victor Le Clerc, *Hist. litteraire de la France*, t. I, p. 61, 83, 84.

[2] Id., ibid., p. 433.

[3] *Tableau du Dix-huitième siècle,* p. 123. Bruxelles, 1852.

bem nos principios dos capitulos.» Nunes de Carvalho classificando a lettra como do seculo XV, considera este manuscripto como autographo. Falando da primeira folha, diz: «esta folha tem uma cercadura de arabescos illuminados a côres e tem as Armas reaes de Portugal sobre a Cruz de Aviz, e com os escudos de modo que se usavam antes da mudança que n'elles fez El-Rei D. João II em 1488. A primeira letra do prologo é um *O* grande de ouro e azul, metido dentro de um quadrado illuminado a côres, e dentro do *O* está um Rey com opa de purpura, corôa de ouro de bicos na cabeça, sentado, com uma penna na mão, e diante de si um livro, em que parece estar para escrever.» [1]

A este manuscripto parece referir-se o grammatico Fernão de Oliveira n'este texto: «As dições velhas saõ as que foraõ usadas: mas agora são esquecidas como Egas... Sancho... Dinis... nomes proprios e ruão quiz dizer çidadão segundo que eu julguey ẽ hũ livro antigo o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rey dom Johão de boa memorea o premeiro deste nome em Portugal: por seu mandado foy o livro que digo escrito e está no moesteiro de Pera longa: e chamma-se *estorea geral:* no qual achei estas e outras anteguidades de falar: etc.» [2]

Na Livraria da rainha Isabel a Catholica, n.º 108 do catalogo feito pelo camareiro Sancho de Paredes, existia: «Otro libro de pliego entero de mano, que es la *historia de España en lenguage portugués,* con tablas horadas guarnescidas en cuero blanco.»

A Confissão do Amante.

É um longo poema inglez de John Gower, formado de uma grande selecção de contos de origem franceza, e imitações de João de Meung; extrae assumptos de Ovidio, dos velhos poemas francezes de *Lancelot, Amadas, Tristan, Partenopeus de Blois,* e cita o Dante. [3] Foi traduzido em portuguez por um conego da egreja de Lisboa, Roberto Payno, vulgarisando assim na côrte de D. Filippa de Lencastre a obra do contemporaneo de Chaucer. [4] O livro de João Gower divide-se em

---

[1] O editor diz: «Esta primeira pagina ha de lithographar-se.» Porém a edição foi interrompida a p. 192, e o dr. Nunes de Carvalho morreu poucos annos depois de avançada edade.

[2] *Grammatica de Lingoagem portugueza*, cap. xxxvj.

[3] *Confession Amantis that is the Sage in englisshe the Confession of the lover* made and compiled by John Gower, sq. (London, 1838, in fol.)

[4] Dá noticia d'esta traducção, que foi parar a Hespanha, Amador de los Rios, *Hist. de la Litt. española,* t. VI, p. 46

tres partes, cada uma escripta em sua lingua, latim, francez e inglez: *Speculum meditantis, Vox clamantis* e *Confessio amantis*. Esta ultima parte foi traduzida em portuguez. É natural que este manuscripto seja um dos muitos que Filippe II mandou de Lisboa para a Livraria do Escurial.

Livro de Orações de uso do rei D. Fernando.

Entre as raridades bibliographicas da Bibliotheca do Rio de Janeiro, para ali transportadas por D. João VI, figura: «um *Livro de Orações* de uso de el-rei Dom Fernando de Portugal, precioso tanto pela sua muita antiguidade como pelas estampas e desenhos coloridos de que são ornadas as suas margens e as vinhetas de seus capitulos.»[1]

Livro das horas de Santa Maria.
Salmos certos para finados.
Livro da Montaria.

D'estes tres livros fala o rei D. Duarte, como escriptos por seu pae D. João I: «E semelhante o muy excellente e virtuoso Rei, meu Senhor e Padre, cuja alma Deos aja, fez huũ *livro das horas de Santa Maria,* e *salmos certos para finados,* e outro da *Montaria.*» Os Livros de Horas da Virgem, inspirados pelo novo culto que se propagara ás Universidades, eram um pretexto para as bellas illuminuras, para as composições de hymnos e sequencias e para a musica religiosa. Raymundo Lullo, tambem sob o titulo de *Horas de Nostra Dona Santa Maria,* escrevera uma collecção de cançonetas para serem cantadas. D'esta poesia diz Gardia: «é notavel pelos pensamentos audaciosos e pouco orthodoxos sobre o livre arbitrio do homem, sobre a justiça e a misericordia de Deus. Ali o amor mystico occupa como de ordinario um logar consideravel.»[2] Na Livraria de João Vasques, do meado do seculo XV, guardava-se um esplendido livro das *Horae Beatae Mariae Virginis.*

Na Bibliotheca nacional conserva-se o *Libro de Monteria* composto por D. João I «*trasladado de um original de mão escripto em pergaminho, que se achou na Libreria do Collegio da Companhia de Jesus, de Monforte de Lemos, pelo bacharel Manoel Serrão Paz este anno de 1626.*»

---

[1] *Panorama,* t. VIII, p. 230.

[2] *Revue germanique,* t. XIX, p. 215. Gardia allude a uma Ode ao Sêr supremo, de Lullo, achada na Bibliotheca da Universidade de Coimbra por Heine, que a offereceu á Bibliotheca de Berlin.

O livro que estava em poder dos Jesuitas era o original que pertencera á Livraria do rei D. Duarte, a que este monarcha chama uma compilação. Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 171-172) existia um *Libro de Monteria,* pergamino marca mayor en romance. Otro, *de los montes e de la monteria* mandado escrever por Affonso XI.

Livro da Cetraria, que foi d'el-Rei Dom João I.

Assim apparece citado no catalogo dos Livros de uso do rei D. Duarte. Entre os livros da rainha Isabel a Catholica (n.º 173) existia o *Libro de Cetraria,* em papel. Porventura é o livro da Cetraria de D. João Manuel, porque a compilação que fez João de Sahagun, caçador de D. João II de Castella, com este mesmo titulo, só foi conhecida mais tarde. De D. João Manuel guardava-se o *Conde de Lucanor* na Livraria de D. Duarte, e segundo cremos, recebido entre os livros herdados de seu pae.

Agricultura, que foi d'el-Rei Dom João.

Descripto d'esta fórma no catalogo dos Livros de uso de D. Duarte. Na Bibliotheca do duque Filippe Sforza, segundo o catalogo de Facino da Fabiano, guardava-se uma *Agricultura* (Varro, Cato ou Palladio?) É mais natural que o livro possuido por D. João I fosse um manuscripto arabe; no principio d'este seculo publicou-se uma traducção do *Libro de Agricultura,* seu auctor el doctor excellente Abu-Zaccaria-Jahia-Aben-Mohamed-ben-Ahmed-Ebu-el-Awan, sevilhano, por D. Josef Antonio Banqueri, Madrid, 1802. Na Bibliotheca de D. Duarte e do Infante Santo existiam alguns livros arabes de philosophia e medicina. Na Livraria de Carlos V, de França, tambem se encontrava uma *Agricultura.*

O Livro da Primeira Partida.

Bartolo.

Codigo, com o Commento de Cino da Pistoia.

Estas tres obras, que tambem figuram entre os Livros de uso do rei D. Duarte, devem considerar-se como tendo-lhe advindo da Livraria de seu pae. As *Conclusões* de Bartholo foram entregues á Camara de Lisboa para serem facultadas á consulta do publico em 1426. As *Partidas* de Affonso o Sabio andavam geralmente em codices separados, como vemos pela Livraria da rainha Isabel a Catholica: «Cod. 88, 89, *tercera partida, cuarta partida;* 90, *cuarto libro de las Partidas;* 91, *quinta partida;* 92, 93, *sesta partida.*»

Livro das Trovas do Rei Dom Diniz.

Este Cancioneiro do monarcha trovador torna a apparecer na Livraria de D. Duarte, com certeza proveniente da herança de seu pae, e como deposito precioso que andava na casa real. De um outro exemplar dá noticia Francisco de Pina e de Mello, no prologo do seu poema *Triumpho da Religião,* como tendo-o visto em Hespanha: «Em toda a Hespanha, o primeiro que conheceu a Poesia foi o nosso rei Dom Diniz: *Hoje existe na Livraria do Escurial hum livro de versos seus, que elle mandou a seu avô Dom Affonso X* de Castella, a quem chamaram o Sabio.»[1] Apesar de Fr. Joaquim de Santo Agostinho pôr em duvida que Filippe II mandasse transportar para a Livraria do Escurial muitos manuscriptos do mosteiro de Alcobaça, é comtudo plausivel o facto em relação a outros monumentos, como já notámos ácerca da traducção da *Confissão do Amante.*

A Biblia, ganhada aos Castelhanos.

Tal era o nome do codice VI da Livraria de Alcobaça, que tem a seguinte declaração em gothico simulado: «*Biblia ganhada na batalha de Aljubarrota por el Rey Dom Joam o primeiro de gloriosa memoria, a qual era do proprio rei de Castella, e foi ganhada dentro da sua propria tenda, como consta de huma memoria que está no fim d'este proprio livro.*» Fr. Joaquim de Santo Agostinho, na Memoria sobre os Codices manuscriptos de Alcobaça, demonstrou cabalmente que esta Biblia é uma parte da Biblia do côro do mosteiro de Alcobaça, tendo o mesmo formato e letra, mas introduzida em uma capa chapeada de bronze, com as armas de Castella, que servira a um volume maior.[2] A Biblia illuminada era uma das principaes joias das bibliothecas principescas do seculo XV.

Estoria geral.

Mandada traduzir por D. Diniz; suppõe-se estar hoje na Bibliotheca do Escurial; manuscripto do seculo XIV, em pergaminho e fórma grande, contendo apenas a Parte I. Junto a esta traducção, no mesmo codice, acha-se tambem a traducção de trinta e um capitulos de uma versão portugueza do *Genesis.*[3]

---

[1] *Triumpho da Religião*, p. III. Coimbra, 1756.

[2] *Memorias de Litteratura portugueza,* t. V, p. 302 a 305.

[3] Ribeiro dos Santos, *Memoria sobre algumas traducções e edições biblicas,* p. 19. (*Mem. da Acad.*, t. VII.)

Estoria geral, e *Historia da Biblia.*

Na Bibliotheca do Escurial está um codice do seculo XV, com letras iniciaes illuminadas, em que vem a traducção portugueza da *Estoria geral,* e «os primeiros seis livros da primeira parte da *Historia da Biblia,* e os vinte primeiros capitulos do livro VII, isto é, o *Genesis* até a Historia da lucta de Jacob com o Anjo.»[1]

Os Evangelhos, Actos dos Apostolos e *Epistolas de S. Paulo.*

Sobre estes manuscriptos escreve o Dr. Ribeiro dos Santos: «D. João I, por uma particular devoção de seu espirito, mandou trasladar por grandes letrados, em lingua portugueza, os *Evangelhos,* os *Actos dos Apostolos* e as *Epistolas de S. Paulo*... Ignoramos se estas traducções existem ainda hoje em alguma parte.»[2]

Livraria do rei D. Duarte

Esta Livraria, formada em parte com os livros que pertenceram a seu pae D. João I, foi constantemente enriquecida pelas encommendas ás Feitorias portuguezas nas principaes cidades da Europa, e pelas traducções que o monarcha pedia a seu irmão e aos eruditos do seu tempo. D. Duarte era um perfeito amador de livros; não teve a ventura de admirar a descoberta da Imprensa, que tanto veiu augmentar a Bibliotheca de seu filho D. Affonso V. Diz João Pedro Ribeiro: «Estas Feitorias precederam á invenção da Typographia no seculo XV; pois tendo todas de remetter para a Livraria d'El-rei as obras que se fossem publicando, succedeu virem as primeiras edições até triplicadas e quadruplicadas e assim permaneceram até nossos dias.»[3] O Catalogo dos livros d'este rei philosopho appareceu nas *Provas da Historia genealogica* (I, 54) com o titulo: *Memoria dos livros de uso d'El-rei Dom Duarte, a qual está no livro antigo da Cartuxa d'Evora, d'onde a fez copiar o Conde da Ericeira, Dom Francisco Xavier de Menezes.* Transcrevemos esse Catalogo, commentando-o:

---

[1] Ribeiro dos Santos, *Memoria sobre algumas traducções e edições biblicas,* p. 19. (*Mem. da Acad.,* t. VII.)

[2] *Memorias da Academia,* t. VII, p. 20. Mais adiante cita tambem uma traducção do *Apocalypse*, em portuguez, do mesmo reinado.

[3] *Reflexões philologicas,* n.º 4, p. 11, not. a.

O Pontifical.

É o livro da Vida dos Papas, conhecido pelo titulo de *Liber pontificalis,* attribuido a Anastacio Bibliothecario. O luxo calligraphico e os retratos dos pontifices tornavam este livro uma das joias mais esplendidas das bibliothecas reaes. A sua importancia historica é grande, por isso que foi redigido sobre documentos da egreja primitiva, conhecendo-se a existencia de tres redacções anteriores á de Anastacio: a primeira attribue-se ao começo do seculo VI, em grande parte á época do pontifice portuguez S. Damaso; as outras duas pertencem aos meados do seculo VIII. Anastacio Bibliothecario do Vaticano, eleito cardeal em 848, e tendo assistido ao oitavo concilio geral em Constantinopla em 869, floresceu no seculo IX sob os pontificados de Nicoláo I, Adriano II e João VII. O *Liber pontificalis* existe publicado por Blanchini e Vignoli (1718-1755) e por Muratori na collecção dos *Scriptores rerum italicarum* [1].

Marco Paulo, latim e linguagem, em 1 volume.

A existencia d'este livro na Bibliotheca de D. Duarte está ligada ao facto da viagem do Infante D. Pedro, que segundo a tradição *correu as quatro partidas do mundo.* O Infante trouxe de Veneza um exemplar latino das viagens de Marco Polo, e este facto significa a importancia progressiva que essa celeberrima relação ia adquirindo, porque até aos principios do seculo XV era considerada em geral como fabulosa, e até se conta que os parentes de Marco Polo lhe pediram á hora da morte que se retratasse, libertando a sua consciencia da responsabilidade de tantas mentiras. A importancia d'este livro sobre a cosmographia do seculo XV foi de tal ordem que se lhe attribue uma influencia decisiva sobre as descobertas de Vasco da Gama e de Christovam Colombo. Marco Polo era conhecido em Veneza pelo nome de *messer Marco Millone,* por causa das grandes riquezas que trouxera da Asia; o seu livro tambem recebeu o nome de *Milhão*, e no *Cancioneiro de Resende* encontramos esta allusão particular, no sentido de maravilha inacreditavel:

> Tambem dizem que é bispado
> Elvas com menystraçãm;
> outros meten mays *Mylham*
> do mesmo ponteficado.[2]

---

[1] Tiraboschi, *Storia della Letteratura italiana*, t. III, p. 215.
[2] *Canc. ger.*, t. II, p. 141.

Gomes Eanes de Azurara já se serviu d'este manuscripto para a *Chronica da Conquista de Guiné,* escripta antes de 1453,[1] como suppõe o visconde de Santarem, por isso que a edição das Viagens de Marco Polo é de 1484. Foi sobre elle que se fez a traducção portugueza que em 1502 imprimiu Valentim Fernandes junto com a Viagem de Nicoláo Veneto; pelo Catalogo de D. Duarte vemos que existia uma traducção portugueza pelo menos desde 1428, com certeza a terceira das versões d'esse notavel livro. Na sua noticia sobre Marco Polo, e da influencia na cartographia do seculo XV, escreve Walckenaër: «Foi assim que Marco Polo e os sabios que deram credito á sua relação prepararam as duas grandes descobertas geographicas dos tempos modernos: a do Cabo da Boa Esperança e a do Novo Mundo.» Na Bibliotheca de D. Duarte não se acham outras relações de viagens na Asia, como as de Rubruk, Jourdain, de Severac, nem outras *Mirabilia* taes como as viagens do minorita Frei Oderico, de Mandeville, de Johan Hayton, o que nos leva a concluir que o folheto popular das Quatro partidas do Infante D. Pedro não pertence ao seculo XV. Pelo Livro de Marco Polo (cap. 74) é que se espalhou em Portugal a noticia do *Preste João das Indias,* cujos descendentes reinavam ainda no seu tempo no paiz de Panduk, nas fronteiras da China e da Mongolia, como vassallos de Khubila-Khan. G. Pauthier confirmou a veracidade d'esta noticia nos historiadores chinezes. As outras fontes da lenda do *Preste João,* como a Carta apocrypha ao Imperador de Roma, a Relação da Viagem á Tartaria do frade dominico Rubruquis, a Carta de João de Monte Corvino de 1305, e a *Histoire de Saint-Louis* de Joinville, que tanto estimularam a imaginação occidental, foram tambem a causa do fervor dos primeiros exploradores portuguezes na Africa.

Viatico.

Livro de medicina arabe, traduzido por Constantino chamado o Africano, monge do Monte Cassino, que o attribuiu a si. Foi publicado junto com as obras de Isaac, que vivia em 1070, segundo Antonio Gallus, as quaes appareceram em Lyon em 1515 em casa de Barthélemy Trot. O terceiro dos opusculos de Isaac trata *De Dietis universalibus cum commenti* PETRI HISPANI, o nosso celebre portuguez Pedro Julião, auctor das *Summulas logicales* e do *Thezaurus Pauperum.*[2] Tambem

[1] Cita-o a p. 227. Ed. Paris.

[2] Ach. Chereau, *La Bibliothèque d'un Médecin au commencement du XV siècle,* p. 16.

se acha assim intitulado este livro: «*Breviarium Constantini, dictum Viaticum.*» O compilador Constantino era chamado o Africano por ser natural de Carthago; as suas obras de medicina eram extractadas dos auctores gregos e arabes; segundo Deizimeris passa por ser o fundador da Eschola de Salerno. Era muito vulgar este livro nas antigas bibliothecas senhoriaes, achando-se citado como existente em uma collegiada da Galliza.[1] Segundo Daremberg, na *Histoire des Sciences médicales,* os medicos salernitanos apparecem citados desde 846, e Constantino Africano é um compilador plagiario, como o provaram tambem o orientalista Steinschneider e Dugast.[2] O que se devia á tradição scientifica greco-latina foi ignorado, como diz Daremberg: «Os velhos salernitanos ficam na sombra; comtudo o Monge Constantino não succumbiu sob a sua reputação; continuaram a copial-o, esperando emquanto não foi impresso.»[3] A predilecção pelo livro do *Viatico* em Portugal explica-se pela corrente arabe, que tambem se deu nos estudos philosophicos, porque a medicina era exercida pelos Mudjares, e os livros, embora redigidos em portuguez, eram *aljamiados,* isto é, escriptos com caracteres arabes, como já temos observado. Parece que na Bibliotheca de D. Duarte existiu uma outra copia com o titulo de *Breviario.* Entre os livros do infante D. Fernando mencionados no seu testamento vem citado: *Hum livro que chamam Izac, em linguagem;* julgamos ser o auctor do seculo XI de diversos opusculos medicos. Na Bibliotheca do duque Filippe Sforza, organisada por Facino da Fabriano, vem o «*Viaticum* constantini.»

As Collações que escreveu João Rodrigues.

É o livro ascetico, composto por S. João Cassiano, que se intitula *Collações dos Santos Padres,* cuja leitura vem recommendada na Regra de S. Bento: «Legat unas Collationes, vel Vitas Patrum.» O rei D. Duarte guardava na sua livraria outros exemplares d'esta obra: *Collações que foram do Arcebispo de Sam Thiago, Livro dos Padres Santos, que foi de João Pereira,* e as *Collações de letra pequena.* Na Livraria de Alcobaça tambem se guardava uma traducção completa em lingua portugueza das obras de S. João Cassiano.[4] O rei D. Duarte cita com frequencia no *Leal Conselheiro* este livro immensamente lido

---

[1] *Les Codices de las Iglesias de Galicia,* p. 125. Madrid, 1874.
[2] *Histoire des Sciences médicales,* t. I, p. 261.
[3] *Ibidem,* p. 317.
[4] Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Ineditos,* t. I, p. 15.

nos claustros da Edade média: «no livro das *Collações dos Santos Padres* se demostra que geralmente sam quatro (as divisões da vontade).»[1] «E antes convem no tempo da paz viver como nos conselhou Sam Joham...»[2] «E o primeiro, que pertence ao temor, no *livro das Collações* se apropria á fé...»[3] O sabio monarcha não se contenta a abonar a sua opinião com a auctoridade de S. João Cassiano,[4] transcreve nos capitulos XVIII e RI a traducção do texto das *Collações*.

Na Livraria do duque Filippe Sforza tambem existia o *Liber Cassiani super Collationibus sanctorum patrum*. Na Livraria de Isabel a Catholica guardava-se uma *Suma de Colaciones* (n.º 31.)

Miracula Sanctorum.

Porventura algum dos *Flos Sanctorum* manuscriptos do seculo XV, ou a *Legenda Sanctorum,* de Jacques de Voragine, denominada vulgarmente a *Legenda aurea.*

Blivia.

A Biblia traduzida em vulgar era o livro mais sumptuoso das Bibliothecas principescas, pela sua grandeza, como pelos trabalhos de illuminura, encadernação e ourivesaria, que o revestiam de um luxo inexcedivel. Nas luctas contra o Protestanttsmo, foi prohibido na Hespauha o uso da Biblia em vulgar, circumstancia que influiu no desapparecimento d'estes manuscriptos.

Breviairo.

Traducção do *Breviarium Constantini?* (Vid. *Viatico*, p. 211.) Sendo livro liturgico, é natural que fosse do rito mosarabe, por isso que o rito romano só começou a ser imposto no reinado de D. Affonso V. Gil Vicente, falando de um clerigo que violenta uma rapariga, pinta-o

---

1 *Op. cit.,* cap. III.

2 *Ibidem*, p 30.

3 *Ibidem*, p. 40.

4 *Ibidem*, p. 75, 77, 83 e 109.—N'este manuscripto apparece-nos o R com valor de quarenta; e já acima fica um documento, a pag. 126, em que o R tem o valor de XL. A causa do emprego d'este signal no systema da numeração romana, que apparece nos manuscriptos do seculo XV, não tem sido cabalmente explicada. Brandão, na *Monarchia lusitana,* Prologo, escreve: «Á letra X... quando valia quarenta, se ajuntava ás duas pontas de cima uma virgula ou plica.» O X nunca valeu quarenta; a plica introduzida pelos copistas era o *l* da dezena xl, que por abreviatura escreveram x̃ e por impericia transformaram em R, como o explica Viterbo.

promettendo-lhe a absolvição pelo *Breviairo de Braga,* que era propriamente o do rito da egreja nacional. Existe uma edição de 1521 do Breviario de Braga, com o titulo: «*Arte de rezar as Horas canonicas: ordenada segundo as Regras e costume braccharense: com outras cousas muytas que geeralmente som necessarias para o rezar das ditas horas, por qualquer costume que se reze.* Dirigida ao reverendissimo Senhor o senhor Dom Dioguo de Sousa, Arcebispo e Sñr da Cidade de Bragua, primas das spanhas rẽ. novamente feita por Sisto Figueira, Bacharel en canones residente em o studo de Salamanca. E por mandado de Sua Senhoria impressa.» Este exemplar unico pertenceu á Livraria de Barbosa Machado, e acha-se hoje na Bibliotheca do Rio de Janeiro.[1]

Collações que foram do Arçobispo de Sam Thiago.
É a obra de S. João Cassiano.

Dialectica de Aristoteles.
O nome de *Tratado de Dialectica* foi dado por Aristoteles a uma das partes dos *Topicos,* que é um dos seis tratados que compõem o *Organum,* ou a *Logica,* designações ambas empregadas pelos commentadores gregos da grande obra do philosopho sobre a intelligencia. Seria uma traducção em portuguez, como o dá a entender o titulo.

Dialectica de Avicena.
É a *Logica* do celebre medico arabe do seculo XI Ibn-Sina, a qual fazia parte, junto com a Physica e a Metaphysica, de um resumo *(Al-Nadjah)* que o proprio auctor fez da sua vasta encyclopedia philosophica *Al-Schefâ,* em que segue as doutrinas de Aristoteles. Qualquer livro de Avicena era julgado no seculo XIV *valde sumptuosum et grave.* Como medico exerceu uma influencia completa nas Universidades de França e Italia perto de seis seculos, até que na época da Renascença a sciencia medica achou as fontes gregas. Na Livraria do Condestavel de Portugal tambem se guardava um *Evicenna* (n.º 1.)

Valerio Maximo.
É uma d'aquellas obras de compilação que devia agradar profundamente ao gosto da Edade média e ao pedantismo da erudição. O livro *De dictis et factis memorabilibus* é uma collecção de anecdotas so-

---

1 *Annaes da Bibliotheca do Rio de Janeiro,* t. I, p. 370.

bre religião, costumes de Roma, exemplos de virtudes, de vicios e crimes, mas sem valor moral, e inintelligentemente extractados de fontes ignoradas hoje. Na Bibliotheca do duque Filippe Sforza guardava-se um: *Valerius Maximus;* na do principe de Viana (n.º 68); e na do Condestavel de Portugal: *Valerius Maximus en vulgar frances* (n.º 17) e *lo Valerio, en vulgar castella* (n.º 79.)

Epistolas de Seneca com outros Tratados.

São as cento e vinte quatro Cartas dirigidas a Lucilio Junior, ou pequenos tratados de moral sob a fórma epistolar, quando Seneca cahira no desfavor de Nero. Seneca foi immensamente lido pelos Padres da Egreja, e o auctor mais admirado durante a Edade média. Com as Epistolas andavam reunidos outros tratados, formando um livro chamado *Seneca christianus.* Tambem no catalogo da Livraria do principe de Viana (n.º 28) vem *epistole senec en frances* e *las epistolas de seneca* (n.º 46.) Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 18) *Epistolas de Senecha en vulgar frances.*

Regimento de Principes picado de ouro nas tavoas e as cobertoiras vermelhas.

D. Duarte cita com frequencia este livro: «o livro do *Regimento de Pryncepes,* que compoz Frei Gil de Roma.»[1] «E diz no Livro do *rregimento de Pryncypes,* que por trez cousas pertence aos Rex e Senhores seer prudentes...»[2] «o livro do *regimento dos Principes,* em que se declaram os peccados e fallicimentos que pertencem a todos os estados, officios e hydades.»[3] Na Bibliotheca de Filippe Sforza guardava-se um: Egidius, *De regimine principum;* e na do principe de Viana: *un libre en frances nomenat egidi de regimine principum* (n.º 72.) Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, attribue ao Infante D. Pedro uma traducção portugueza d'esta obra.

Pastoral de letra antiga.

Livro de Sam Gregorio, que D. Duarte cita no *Leal Conselheiro:* «como diz Sam Gregorio no seu livro *pastoral*» (p. 207.) E «mando aquy tralladar dous capitullos do dicto livro *pastoral,* que fez Sam Gregorio sobre a virtude da liberaleza.» (p. 240.)

---

[1] *Leal Conselheiro*, p. 282.

[2] *Ibidem*, p. 288.

[3] *Ibidem*, p. 191.

Declaraçam sobre as Epistolas de Seneca.

Commentario no sentido christão ás doutrinas estoicas formuladas pelo philosopho nas suas Epistolas. D. Duarte cita-o frequentes vezes no *Leal Conselheiro* (p. 49, 242, 251, 258, 313, etc.)

Agricultura que foi de João Pereira.

Talvez uma traducção da obra de Collumella *De re rustica*. Naturalmente este Joham Pereira é o mesmo doutor a quem o desembargador Mangancha comprou o *chino em pergaminho* (o commentario de Cino da Pistoia ao Codigo.) Na Bibliotheca do duque Filippe Sforza havia uma *Agricultura*.

Livro da Quinta Essentia.

Obra de Alchimia, attribuida a Raymundo Lullo.

Hum livro pequeno que começa: Si cupis esse memor.

A este livro allude D. Duarte: «E per o saber da *arte memorativa*...»[1] O visconde de Santarem julga ser a *Ars magna* de Raymundo Lullo. Pelo menos o rei D. Duarte era versado nas doutrinas do grande Doutor illuminado: «e aynda que os *Raymonistas* muito demonstrem.»[2] «ca *mestre Reymon*, em huũ livro que fala da entençam primeira e segunda...»[3] Na Livraria de Sforza havia uma *Ars memorativa supra tota philosophia*.

Outro dito livro pequeno, que começa: Domino meo illustri potenti domino comite Nicolao de Petraldo.

É uma dedicatoria, de que nada se infere sobre o que seria este pequeno livro.

Os Cadernos da Confissão que escreveu João Calado.

Livro liturgico.

Livro dos Evangelhos.

Na Livraria do principe de Viana tambem se guardava *lo testament novel* (n.º 69.) A traducção feita por Martim de Lucena por man-

---

[1] *Leal Conselheiro*, p. 11.
[2] *Ibidem*, p. 205.
[3] *Ibidem*, p. 394.

dado de Inigo Lopes de Mendoza guardava-se na Livraria da rainha Isabel (n.os 18 e 19.)

Actos dos Apostolos.

Pertence á collecção das traducções portuguezas da Biblia do seculo XIV e XV.

Genesy.

Estoria geral.

Na Livraria de D. João I existia a *Estoria geral de Hespanha,* junta a um fragmento de versão portugueza do *Genesis.* Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 100) achava-se: «Otro libro de pliego entero de marca mayor escripto en papel, é en romance, é de mano, que se diçe de las gentes que poblaron à España primero, que es la *estoria general,* con cobertura de papel forrado de cuero blanco.»

O Livro de Salomão coberto de bezerro.

Attendendo á época e á representação da Alchimia na Livraria de D. Duarte, o livro attribuido a Salomão é a *Clavicula,* a que Cornelio Agrippa, no seculo XV, ligava muita importancia. O *Soliman Nameh* (Livro de Salomão) de Firdusi, baseado sobre lendas maravilhosas, não podia ser então conhecido em Portugal.

Coronica de Espanha.

Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 99) guardava-se: «Otro libro de marca mayor é romance é de papel, que es la *crónica de España,* con unas cuberturas de papel con cuero branco.» E sob o n.º 108: «Otro libro de pliego entero de mano en romance, que es la *historia de España en lenguage portugués,* con unas tablas horadas, guarnescidas de cuero blanco.» Na livraria do Condestavel de Portugal (n.º 52) cita-se outro exemplar *en vulgar portuguez.*

Coronica de Portugal.

Complemento á *Historia geral de Hespanha,* trasladada em portuguez... *e continuada na parte que diz respeito a Portugal,* etc. A ultima continuação fez-se já no reinado de D. Affonso V. Guarda-se na Bibliotheca nacional de Paris. Começou a ser impressa pelo Dr. Nunes de Carvalho.

Livro dos Martyres.

Manuscripto do Agiologio impresso em 1513 por Bonhomini, com

o titulo *Livro e Legenda de todolos santos Martyres*. Na lista dos presentes mandados pelo rei D. Manuel ao Preste João figuram: «trinta *Livros da vida dos Martyres,* e todos seram de lenguagẽ portugueza.»[1] E mais adiante: «cem *livros da vida e paixam dos Martyres*» encadernados em tavoas, meos cobertos de couro.»[2]

Livro de Tristam.

Porventura é a redacção conhecida pelo nome de *Bret,* que pertence a Luce du Gast e Helie de Boron. Na Bibliotheca de Filippe Sforza guardava-se um: «Librazolo de Nuptiis domini *Tristani.*» E na Livraria do Principe de Viana (n.º 38) *tristany de leonis.* Era um dos livros lidos pelo arrebatado Carlos VI.

O Amante.

Veiu da Livraria de D. João I.

Blivia.

Livro da Montaria que compilou o vitorioso Rei Dom João ao qual Deus dê eternal gloria.

Veiu da Livraria de D. João I para a de D. Duarte

Merli.

É uma das partes do cyclo das Novellas da Tavola redonda, que se acha integralmente representado em Portugal pela *Demanda do Santo Graal, Baladro de Merlim, Summa da Tavola Redonda, Lançarote do Lago* e *Galaaz.* No Catalogo da Livraria de Isabel a Catholica figura (n.º 142): «Otro libro de pliego entero de mano escripto en romance, que se dice de *Merlin* con cobertura de papel de cuero blancas, é habla de *Josef ab Arimathia.*» Em 1498 imprimiu-se em Burgos o *Baladro del sabio Merlin.*[3] Porventura o *Baladro* era uma recitação feita pelos *Balatrones?* Na Bibliotheca de Benavente, da rainha Isabel, de 1440, existia uma *Brivia complida en romance con un poco del libro de Merlin.* Na Livraria do duque Filippe Sforza tambem se guardava um *Merlinus, in prophetiis.*

---

[1] *Boletim de Bibliographia,* II, 21.

[2] *Ibidem,* p. 54.

[3] Em um documento italiano de 1160, a palavra *Balatrones* vem junta dos termos *jograes* e *histriões.* (Muratori, *Diss.* XXI.)

Regimento de Principes.

É um outro exemplar do livro de Gil de Roma, a traducção feita ou mandada fazer pelo Infante D. Pedro.[1] Com este titulo de *Regimento de Principes* ha outros livros, como o de S. Thomaz de Aquino, dedicado a Hugo III, rei de Chypre, e o de Fr. Francisco Jimenez, do fim do seculo XIV, além de uma composição poetica de Manrique, dedicada a Fernando o Catholico antes de ser rei de Castella.

Segredos de Aristotiles.

É a obra intitulada *Secretum secretorum,* a qual, segundo Warton: «É uma obra cheia de disparates que a Edade média attribuiu sem escrupulo a Aristoteles.» Andou traduzida em latim de um supposto original grego, e em arabe, em hebreu, italiano, francez, inglez, flamengo, e tambem em portuguez, como se infere pelo titulo com que é inscripto no catalogo do rei D. Duarte. No manuscripto da Bibliotheca nacional de Paris, do seculo XIV, diz-se que Aristoteles compozera esta obra na sua velhice, narra os prodigios que fizera, provando que subira ao céo em um carro de fogo. Na Bibliotheca de Edimburgo o manuscripto 18. 7. 4. é a traducção do *Segredo dos Segredos:* «Cy commence le livre des meurs du gouverment des seigneurs, appelé les *Secrets des Secrets* de Aristote.»[2] Na Livraria do duque Filippe Sforza inscreve-se um manuscripto: «De conservatione sanitatis Magistri Magni: *Secreta secretorum* Aristotilis: flos medicine.» No *Leal Conselheiro,* o rei D. Duarte cita-o duas vezes: «cá tal rey louva muyto Aristotilles no seu livro *De Secretis Secretorum,* e nom sem razom.»[3] Foi tambem traduzido em verso no seculo XII, por Pedro de Vernon.

O Livro de Galaaz.

Era a leitura favorita do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que procurava imitar a virgindade do heroe, como se diz na *Chronica anonyma;* faz parte do cyclo completo da Tavola Redonda, muito saboreado na côrte de D. João I.

O Livro da Cetraria por Castellão.

Pertenceu á Livraria de D. João I.

---

[1] *Panorama,* t. IV, p. 7.

[2] Paul Meyer, *Rapport,* p. 106.

[3] *Op. cit.,* p. 176 e 301.

O Livro das Trovas de El-Rei Dom Diniz.

É um Cancioneiro d'aquelle monarcha trovador, independente do corpo dos Cancioneiros da Bibliotheca do Vaticano e Colocci Brancuti, onde se acha incluido. Naturalmente era uma copia sumptuosa, que se guardava na côrte. A referencia que o marquez de Santillana faz ás trovas de D. Diniz já é allusiva a uma vasta collecção em que a par de outros trovadores se destacava o egregio monarcha. Lopes de Moura publicou com o titulo de *Cancioneiro de D. Diniz* 117 canções extrahidas da collecção vaticana 4804; com o achado do Cancioneiro Colocci Brancuti appareceu mais uma serie de trovas de D. Diniz desconhecidas.

Livro da Corte Imperial.

O manuscripto que actualmente existe na Bibliotheca do Porto, n.º 803, em pergaminho in-4.º de 134 folhas, e que pertencera á Livraria de Santa Cruz de Coimbra, termina: «*Este livro he chamado* Corte enperial *em que he disputado a ffé christã com os Judeos e mouros, segundo claramente se mostra nos capitolos em esta tavoada escriptos.*» Tem no rosto a seguinte nota: «*Este livro he chamado* corte enperial *o qual livro he dafom Vasques de calvos morador na cidade do porto.*» É um livro mystico com fórma novellesca, uma como degeneração da cavallêria celeste.

Livro da Lepra encadernado em purgaminho.

Livro de Logica.

Qualquer dos tratados mais importantes da Edade média, como a Logica de Aristoteles ou a de Avicenna.

Livro das Pregações.

Provavelmente alguma *Summa Predicantium,* como se usavam na Edade média, e traduzida em vulgar. Na Livraria do Infante Santo guardava-se um *Livro das Pregações por Fr. Vicente em lingoagem.*

Libro das Meditações de Santo Agostinho, e das Confissões.

Existia um outro exemplar na Livraria de D. Duarte: *Um livro das Meditações de Santo Agostinho, que trasladou o moço da Camara.* O Infante D. Fernando tambem possuia outra copia.

Caderno das Commemorações, em letra grosa.

Livro das Oras do Espirito santo encadernado em letra grosa coberto de coiro verde.

Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 48) havia um manuscripto com o titulo: *Ores de nostre dona, del Sanct sperit e lo quicumque vult.*

Cadernos das cidades e villas de Portugal.

Era um cadastro do reino, porventura mandado fazer pelo proprio D. Duarte; as divisões territoriaes prevaleceram até ao anno de 1527, em que o rei D. Manuel mandou fazer esse outro que se intitula: *Livro do numero que se fez das cidades e vylas e loguares dantre doyro e mynho e moradores dellas, e assy com quem partem.* [1] Este mesmo grande cadastro geral do paiz desmembrou-se; J. Pedro Ribeiro ainda viu o fragmento supracitado de Entre Douro e Minho, e uma copia do cadastro da Beira; Rebello da Silva achou na Torre do Tombo o cadastro do Alemtejo, não se encontrando o do Algarve.

Livro da Virtuosa Bemfeitoria.

No *Leal Conselheiro* fala o rei D. Duarte d'este livro (p. 169): «e o infante Dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmão, de cujos feitos e vyda som contente, compoz *o livro da virtuosa bemfeitoria,* e as *horas da confissom.*» E falando da virtude da liberaleza, torna a alludir a este trabalho: «daquesta virtude no livro da *virtuosa bemfeitoria,* que meu sobre todos presado e amado irmão o Infante Dom Pedro compoz, he bem e largamente trautado.» (p. 173.) É uma compilação dos sete tratados de Seneca. O illustre Infante traduziu tambem Vegecio, *De Re militari,* e Cicero, *De Officiis.* Na Academia das Sciencias existe um apographo da *Virtuosa Bemfeitoria.*

Livro das Ordenações dos Reis.

Em uma certidão de 1459 do Mostreiro de S. João de Tarouca, cita-se o *Livro das Ordenações que anda na Chancellaria,* talvez o codigo mandado ordenar por D. João I ao seu jurisconsulto João Mendes Cavalleiro. As *Ordenações* de D. Duarte acham-se hoje publicadas na *Portvgaliae Monvmenta historica.*

Livro dos Officios da Casa de algum rei.

Opusculo attribuido a S. Bernardo, mas escripto por Bernardo

---

[1] Arch. nacion., Gav. 15, Maç. 24, n.º 12; e Gav. 5, Maç. 1, n.º 47.

Silvestre ou Carnotense, no seculo XII; foi traduzido para castelhano, suppõe-se que por Hernan Perez de Gusman. Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 33) existia tambem: «Otro librico chiquito delgado en pergamino de mano en latin que es *el regimento de la casa* que hizo Bernaldo à Raimundo, con unas cobiertas de cuero colorado.» Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 38) vem um *Levament fet des Officials de casa del senyor Rey,* mas não tem o caracter geral da obra acima indicada.

Bartolo com tavoas e coiro verde.

Talvez a traducção portugueza dos Commentarios do celebre jurisconsulto italiano, á qual allude o Infante D. Pedro. Na Livraria da rainha Isabel (n.º 72): *Bartolo sobre el esforzado.*

Marco Tullio, o qual tirou em linguagem o Infante D. Pedro.

É a traducção do livro *De Officiis.* Na livraria de Isabel a Catholica (n.ºs 118 e 119): Tulio *de Officiis,* en latin; e na do Principe de Viana (n.º 17): Tullius *de officiis;* outro na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 16.)

Livro da Guerra.

D. Duarte cita-o no *Leal Conselheiro.* Vegecio, *lyvro da cavallaria* (p. 290); será este a traducção feita pelo Infante D. Pedro do *De re militari.*

O Livro do Conde de Lucanor.

Collecção de quarenta e nove contos ou exemplos, por Don Juan Manuel, imitados do gosto oriental e em parte tirados da *Disciplina clericalis* de Pedro Affonso. Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 160) tambem se guardava: «Otro libro de pliego entero en papel de romance, que son *los consejos del conde de Lucanor* con unas tablas de cuero colorado viejas.»

Julio Cesar.

Este titulo pode designar os *Commentarios,* que tambem se guardavam na Livraria do Principe de Viana (n.º 21): *commentariorum cesaris.* Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 11): *Suetonio, da Vida* de Julio Cesar *en portugués.* Parece ser este o livro pertencente a D. Duarte.

Coronica despanha em cadernos.

Bartolo em cadernos encadernado em purgaminho.

Conquista de Ultramar

Narrativa das guerras da Terra santa, mais novellesca do que historica; parte é traduzida de Guilherme de Tyro, e outra imitada das aventuras do *Chevalier du Cygne*. Attribuiram-na a Affonso o Sabio. Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 47) tambem se guardava um exemplar: *Coroniques e Conquestes de Ultramar, en vulgar castellá.* No *Cancioneiro geral,* de Resende, allude-se (III, 531):

> assy o diz outro texto
> na *conquista d'ultramar.*

Livro da Cetraria, que foi d'El-rei Dom João.

Orto do Sposo.

Guardavam-se duas copias na Livraria de Alcobaça (n.º 273.) Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 58) tambem se descreve: *Orto do Esposo en vulgar portugués.* O titulo completo é: *Orto do Esposo edificado de muitos Exemplos para instrucção e recreação das Almas,* por Frei Hermenegildo de Tancos. Guardam-se hoje na Bibliotheca publica de Lisboa. Alguns dos Exemplos vem publicados nos *Contos tradicionaes do Povo portuguez.*

Agricultura, que foi d'el-rei Dom João.

Arvore das Batalhas.

O rei D. Duarte mostra que leu este livro, citando-o no *Leal Conselheiro* (p. 86): «nossa fé se pode creer sem myllagres com tantas mortes de santos, heresias, ypocrisias, cysmas, symonias, como d'ellas em somma se faz mençom no *livro da Arvore das Batalhas.*» Tambem Martorell no *Tirant il Blanch* faz com que o seu heroe, adormecendo sobre o cavallo, vá dar a uma ermida onde Guilherme, duque de Warwich, que fazia vida solitaria, estava lendo a *Arvore das Batalhas.* É este livro escripto por Honoré Bonnet, prior de Salons de Cran, do tempo de Carlos VI. Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 9) vem: *L'arbre de batalles, en frances.* Ha uma traducção manuscripta de Diego de Valencia, do tempo de D. João II.

Marco Tulio.

É o livro da Rhetorica de Cicero, traduzido por D. Affonso de

Cartagena, bispo de Burgos, a pedido de D. Duarte. Guarda-se hoje na Bibliotheca do Escurial, talvez proveniente do saque de Filippe II em Portugal. Tem o seguinte titulo:

Libro de Marcho tullio çiçeron q̃ se llama dela Retorica, trasladado de latin en romance por el muy reverendo obp̃o de burgos a ynstancia del muy esclaresçido Principe don eduarte Rey de Portugal.

«Fablando con vos, princepe esclarecido, en materias de sciencia en que vos sabedes fablar, en algunos dias daquel tiempo en que en la vuestra córte, por mandado del muy católico Rey, mi señor, estaba, vinovos á voluntad de haber la *Arte de la Retorica* en claro lenguaje, por conocer algo de las doctrinas que los antiguos dieron para fermoso fablar. Et mandástesme, pues yo a esta sazon parecia haber algunt espacio para me ocupar en cosas estudiosas, que tomasse un pequeno trabajo, et pasase de latin en nuestra lingua la retorica que Tulio compuso. Et como quier que en el estudio della fué yo tan poco ocupado, e despendi tan poco tiempo, que no digo para la trasladar, mas áun para entender algo della me reputaba et reputo insuficiente; pero acatando al vuestro estudioso deseo, comencé á poner en obra vuestro mandamiento. Et comenzando ocupar en ello la péñola, sobrevino minha partida et quedó á vós, segunt se suele facer en las compras, como por manera de señal, una muy pequeña parte del comienzo; et vino conmigo el cargo de lo acá complir... Pero entre las otras ocupaciones tomè algunt poco espacio para complir vuestro mandado, et pagar ya esta debda.»

Livro das Trovas d'El-Rei Dom Affonso, encadernado em couro, o qual compilou F. de Montemór o novo.

Collecção das Cantigas de Affonso o Sabio, avô de D. Diniz, em numero de quatrocentas e uma, em versos de seis e doze syllabas, imitações da poesia provençal, escriptas em dialecto galleziano.

Valerio Maximo em aragoez.

Guerras da Macedonia em papel de marca grande

É a *Historia Alexandri magni regis Macedoniae, de Praeliis.* Schoell, na sua *Historia abreviada da Litteratura grega* (I, 329), filia nas tradições heroicas de Alexandre, que se propagaram na Europa, o desenvolvimento das lendas de Carlos Magno e de Arthur; diz o critico: «Simeão Seth tambem traduziu do persa para grego uma historia fabulosa de Alexandre o Grande, que ao que parece foi o original ou o modelo do primeiro romance de cavalleria que a Europa co-

nheceu, da famosa *Historia e Vida de Carlos Magno e de Roland,* composta antes do seculo XII, e attribuida a Turpin, arcebispo de Rheims no tempo de Carlos Magno. Não quer isto dizer que Turpin conhecesse a traducção de Simeão Seth, mas circulava uma versão latina, intitulada *Historia Alexandri magni, regis Macedoniae, de praeliis,* que desde os primeiros tempos da typographia foi muitas vezes impressa e traduzida em muitas linguas. No romance attribuido a Turpin, as façanhas que o Oriente fabuloso conta de Alexandre, são attribuidas a Carlos Magno, o heroe do Occidente; por seu turno este romance foi o modelo da Chronica do rei Arthur e dos Cavalleiros da Tavola Redonda, composta por 1138, por Godefroi de Monmouth, e porventura da Historia de Amadis de Gaula, que veiu a ser para a Hespanha o que Carlos Magno foi para a França e Arthur para a Inglaterra, o heroe a quem os novellistas subsequentes prenderam o fio das suas fabulas. A Historia de Alexandre tambem provavelmente motivou a idéa do primeiro poema francez de uma certa extensão, que um normando, chamado Alexandre, compoz por 1200; este poema, cujo titulo é *Alexandre,* apresenta numerosas allegorias que se referem a Filippe Augusto. Assim, um medico de Constantinopla, do seculo XI, empregando alguns momentos de ocio nos passatempos da côrte onde vivia, deu nascimento a um dos generos de litteratura o mais rico e o mais agradavel da Europa.» Na Livraria do Principe de Viana (n.º 48): *Decada de bello macedonico.* Na do Condestavel (n.º 45): *De bello macedonico.*

O Livro de Romaqueya, em papel.

No *Conde de Lucanor,* capitulo XIV, ha um conto da Romaquya, mulher do rei Ben-Avit de Sevilha. Seria alguma novella mais desenvolvida d'esse cyclo tradicional?

Capitulos que El-Rei Dom Duarte fez quando em boa hora foi Rei.
Livro de Monteria, por castellão.

Livro de papel velho encadernado em purgaminho que fala dos costumes dos homens e outras cousas.

Na entrega dos Livros da Universidade de Lisboa, de 1513, cita-se como existindo ali: *Hũ volume de filosofia sobre os Costumes e vida dos homens.* É um livro de ethica, do seculo XV.

O Arcypreste de Fysa.

É a collecção das poesias do celebre Juan Roiz, conhecido pelo

nome de Arcipreste de Hita, do reinado de Affonso XI. É o poeta que mostra a mais directa influencia franceza dos troveiros na peninsula. Uma folha de pergaminho avulsa, contendo a fabula do *rato e da montanha,* foi trazida de Santa Cruz de Coimbra para a Bibliotheca do Porto por Diogo Kopke; por ella se vê que existiu uma traducção portugueza em verso das obras do Arcipreste de Hita. O nosso estudo sobre esta traducção do seculo XV vem nas *Questões de Litteratura e Arte portugueza.* O poema *Ovidio da Velha,* de Richard de Fournival, que vem citado na *Côrte Imperial,* seria talvez conhecido através da paraphrase castelhana *Bodas de D. Melon de la Huerta,* do Arcipreste de Hita. Na Livraria de Isabel a Catholica (n.º 131): «Otro libro que se dise el *Arcipreste de Ita,* en papel de mano de cuarto de pliego en romance, que son *las coplas del Arcipreste de Fita,* con unas tablas de papel forradas en cuero colorado.»

Libro de Anibal por portuguez.

Na Livraria do principe de Viana (n.º 24) vem uma: *vita aliexandri scille et annibalis.*

Livro de Monteria.

Um livro das Meditações de Santo Agustinho que treladou o moço da Camara.

Estorya de Troya por aragoez.

É o celebre livro intitulado *Historia Trojana,* de Guido de Columna, terminado quando muito em 1285, e imitado de Dares Phrygio. O conde D. Pedro já cita este livro no seu Nobiliario: «E per esta rrazom moueromsse todas as gentes das terras, e veerom sobre a Troya e teueromna çercada dez annos. E ouue hi grandes fazemdas e mortes, gramdes cauallarias *assy como falla na ssa estorea.*»[1] No retrato que Hernan Perez de Gusman fez do chanceller Pero Lopes de Ayala, seu tio, diz: «Por sua causa foram em Castella conhecidos livros que d'antes o não eram, taes como Tito Livio, que é a mais digna leitura romana, a *Queda dos Grandes,* os *Moraes* de S. Gregorio, o livro de Isidoro *De summo bene,* de Boecio, a *Historia de Troya.*» Na Bibliotheca do duque de Ossuna guarda-se uma traducção da *Historia de Troya* em gallego.[2] Jayme de Coresa, secretario de Pedro IV de Aragão, tra-

---

[1] *Port. Mon. hist.,* vol. I, p. 236.
[2] Tubino, *Recherches d'Anthrop.,* p. 11.

duziu-a para limosino em 1287. Possuiu-a a rainha Isabel na sua Livraria (n.os 109 e 110) e em Benavente: *Conquista de Troya,* que romanzó Pedro de Chenebrilla. O principe de Viana (n.º 55) possuia uma *Istoria tebane et troyane.* Na Livraria do Condestavel de Portugal (n.º 85): *Troya en leti.*

Livro de Rumelião.
Livro de Estrologia encadernado e coberto de coiro preto.

Livro de resar d'el-Rei em que está a Confissão geral.
Talvez o livro das *Horas de Santa Maria,* de seu pae, e o livro das *Horas de Confissão* escripto pelo infante D. Pedro.

Livro das Trovas de El-rei.
Cancioneiro do rei D. Duarte, hoje completamente perdido; sabe-se que era poeta, pela traducção em verso de redondilha que fez da oração do *Justo Juiz,* escripta em latim do seculo X, que em outro logar publicámos.

Livro dos Padres Santos em papel de marca mayor que foi de João Pereira.

Livro da Primeira Partida.
É um fragmento do *Septenario* de Affonso o Sabio, compilado das Decretaes, do Digesto, Codigo Justinianeo e Fuero Juzgo. Na Livraria da rainha Isabel tambem apparecem as *Partidas* em separado.

Dous livros de Martim Pires.
No *Leal Conselheiro* (p. 352) lê-se: «em huu lyvro que fez huu que se chama Martym Pires, he feita boa declaraçom segundo vos já demostrei; e quem d'elles (peccados) quizer aver comprida enformaçom veja o dicto livro, porque lhe dará para ella grande ajuda.» Frei Fortunato de S. Boaventura, nos *Ineditos de Alcobaça,* t. I, p. 15, fala «das obras theologicas do hespanhol Martim Pires, e outras, que não dariam menos de trinta a quarenta volumes...»

Collações de letra pequena.

Livro de cavalgar, que el-rei D. Duarte compilou.
É o ultimo livro do catalogo de D. Duarte; estava já escripto an-

tes do *Leal Conselheiro* (1428 a 1437), porque ahi apparece citado: «Com esto concorda huu capitullo que no *livro de cavalgar* avia scripto, o qual aqui fiz tralladar.» (p. 398.) Pelo titulo da obra vê-se que D. Duarte o compozera *em sendo Iffante*. Esta obra, alguns seculos perdida, foi achada em 1820 na Bibliotheca nacional de Paris, no codice 7007, sendo publicada com o *Leal Conselheiro*. Alludiram a ella os chronistas Duarte Nunes de Leão e Frei Bernardo de Brito, por fórma vaga, como quem não vira a obra; o visconde de Santarem diz cathegoricamente que «não se encontrou em Portugal até hoje nem mesmo um só fragmento.»

Todos estes livros se dispersaram com o tempo: «Dos livros que ajuntou D. Duarte, apenas sabemos da existencia do intitulado *Corte Imperial* e de um fragmento do *Regimento de Principes*. Tudo o mais quasi com certeza se poderia talvez dizer que, ou o tempo consummiu, ou jaz sepultado por Bibliothecas estrangeiras como succede ás obras do mesmo monarcha.»[1] D. Duarte cita outras obras, como os *Distichos*, de Dionysio Cato, e a *Vita Christi,* de Ludolpho Cartusiano, escripta em 1330: «E naquesto esso medes concorda hua parte daquelle livro da *Vita Xpõ,* que fez segundo dizem, que por el nom se nomêa, huu freire da ordem dos Cartuxos...» Este livro, mandado traduzir pela duqueza de Coimbra, D. Isabel, foi dado á estampa pela rainha D. Leonor em 1495, e é um dos primeiros e principaes monumentos da Imprensa em Portugal.

Tratado de Virtud.

«Conmigo pensando determiné trasladar en nuestra comun lengua castellana un gracioso e noble tratado que de virtudes fallé, el cual de los dichos de los Morales filosofos compuso el de loable memoria D. Alfonso de Santa Maria, obispo de Burgos, al muy illustre e muy inclito Sr. D. Duarte rey de Portugal, seyendo princepe, al cual *Memorial de Virtudes* intituló.» (No Escurial.)

Livraria do Infante D. Fernando o Santo

É principalmente composta de livros mysticos, segundo o caracter de D. Fernando; antes de partir para a desgraçada expedição a

[1] *Panorama*, t. IV, p. 7.

Tanger, onde foi victima, fez o infante testamento, e n'elle enumera os seus livros: [1]

Huma Brivia pequena por latim.
Item, hum flos sanctorum.
Item, hum livro de pregações de Frey Vicente por lingoagem.
Item, hum livro que chama Crimaco.
Item, hum Evangeliorum.
Item, hum caderno de canto de Santa Maria das Neves.
(Enumera varios cadernos de officios liturgicos.)
Item, o livro das Collações dos Padres e estatuta Monachorum.
Item, os sermões de Santo Agostinho por Latim.
Item, hum livro de lingoagem que chamam rozal de amor. (Citado no Index de 1624.)
Item, hum livro das meditações de S. Bernardo.
Item, hum livro de lingoagem que chamam Stimulo amoris.
Item, o Soliloquio de Santo Agostinho, e de suas meditações em lingoagem.
Item, outro livro que chamam Izac, em lingoagem.
Item, hum livro de papel por Latim de muitas cousas misticas que foi do Thezoureiro de Evora.
(Enumera Missaes e Antiphonarios.)
Item, hum livro da vida de S. Jeronymo em lingoagem.
Item, o Livro da Rainha Dona Ilizabeth.
Item, dous livros piquenos de Orações etc. bem como o livro dos moraes de San Gregorio.
Item, leixo a Fernam Lopez, meu escrivão da puridade, hum livro de lingoagem que el me deu, que chamão hermo espiritual.

Descreveremos d'estes livros aquelles que nos revelem o estado mental da época, que precedeu a descoberta da Imprensa.

No testamento do Infante Santo vem citado o livro de *Izac*. É uma obra de Medicina, assim designada pelo nome do seu auctor; d'ella fala Rodriguez de Castro: «Por los años de Cristo de 1070, vivia en España un celebre judio medico, llamado Izchaq, auctor de una obra de medicina en castellano, que trata de varias especies de calenturas y de

[1] O testamento está publicado por José Soares da Silva, *Memorias de D. João I*, t. I, p. 150.

tercianas e cuartanas; y he visto ms. en un códice in-folio de la bibliotheca San Lorenzo del Escurial.» Segundo Amador de los Rios, nos *Estudios sobre los Judios de España* (p. 229, ed. 1848), o livro intitula-se los *Libros de Isaaque*, e é posterior ao seculo XI. Segundo a noticia que Amador de los Rios dá d'esta obra, era ella dividida em cinco livros: o primeiro trata da febre ephemera; o segundo das insolações, febres produzidas pelo frio, pelo banho, pelo excesso de comida, pela fome, fadiga, vigilias, sanha e pezar; o terceiro trata da febre *etipsy;* o quarto da febre *causon* e da sua crise, e da *synoca, pleurisis*, *sconon, periplemonya, syncopi* e *ictericia;* o quinto livro trata das pestilencias. A obra é uma vulgarisação da Medicina grega no Occidente, como o confirma o *Livro da Lepra* (o Tratado da Elephantiase, de Constantino) da Livraria de D. Duarte (p. 220.)

O manuscripto intitulado *O livro da Rainha Dona Ilizabeth* é uma chronica da rainha S. Isabel, mulher de D. Diniz, escripta, segundo Frei Francisco Brandão, depois de 1374, e que se guardava no convento de Santa Clara de Coimbra. O chronista da *Monarchia luzitana* extrahiu uma copia d'esse codice, que publicou na parte IV da sua obra.

O livro *Hermo espiritual,* que o chronista Fernão Lopes offerecera ao infante, escripto em portuguez, é quanto a nós o livro impresso em 1515, e summamente raro, que se intitula *Bosco deleitoso,* em que em fórma de dialogo, e com a auctoridade dos santos padres, se exalta a vida eremitica e contemplativa. Os archaismos e construcções syntaxicas peculiares do nosso seculo XV conduzem-nos a esta inferencia.

É, porém, para notar as relações litterarias do Infante Santo com Fernão Lopes; sobre este ponto escreveu Herculano: «Fernão Lopes e Frei João Alvares foram feitura sua; e provavelmente não nos louvariamos hoje d'esses dous homens, dos quaes um deu o primeiro impulso á nossa linguagem historica e outro á nossa linguagem oratoria, se a boa sombra de D. Fernando os não fizesse medrar.»[1]

Frei João Alvares, secretario do infante, a quem acompanhou no captiveiro, voltou a Portugal depois da sua morte, indo em seguida a Roma e á Belgica. De lá mandou para o Mosteiro do Paço de Sousa, de que era abbade commendatario, uma traducção d'esse extraordinario livro da *Imitação de Christo,* que se julga ser o texto impresso no principio do seculo XVI. Esta obra veiu dar um profundo golpe nos

[1] *Panorama*, t. IV, p. 6.

theologos, emancipando os espiritos crentes da direcção casuistica dos padres, como notou Draper. Era a parte do sentimento no conflicto da dissolução do poder espiritual, que tornou a apparecer nos mysticos hespanhoes e francezes como protesto contra o formalismo frio dos jesuitas.

Epistolas e Evangelhos do anno.

Traducção feita por D. Filippa, filha do infante D. Pedro e neta de D. João I: «consta que passára á nossa lingua as *Epistolas e Evangelhos do anno,* posto que tirados da lingua franceza, cujo original da propria letra se conservava no convento de Odivellas, adornado com estampas por sua mão.» [1]

Livraria do Condestavel de Portugal, filho do Infante D. Pedro

Este principe, que soffreu todas as desgraças de que foi victima seu pae, depois de uma expedição a Hespanha em auxilio de Alvaro de Luna, teve na côrte de Castella relações litterarias com o marquez de Santillana, a quem mandou pedir as suas obras, achando-se já em Portugal. O erudito marquez mandou-lhe uma copia magnifica de todas as suas composições poeticas, em 1449, e fel-a acompanhar de uma Carta em que expõe de um modo rapido mas verdadeiro a historia da poesia moderna. [2] O Condestavel D. Pedro era tambem poeta, e no seu longo desterro de Portugal escreveu as *Coplas do Contempto do Mundo* e a *Satyra de felice e infelice vida.* Proclamado rei de Aragão pelos catalães (1463), foi-lhe difficil sustentar a lucta contra D. João II de Aragão, e expirou vencido e devorado pela consumpção (1466.)

Em uma conta de pagamento de D. Pedro ao bispo de Vich, refere-se o rei de Aragão aos «*libros nostros tam de theologia, strologia, philosophia et poesia quam de istoriis vulgaribus in cathalana, francigena aut portugalensi vel latina aut alliis quibusvis linguis descriptos et continuatos.*»

Esta livraria do Condestavel de Portugal, e rei de Aragão, foi em grande parte formada com a que pertenceu ao Principe de Viana, morto

[1] Ribeiro dos Santos, *Memorias da Academia,* t. VII, p. 21. Cita tambem outra versão do seculo XV por Fr. Julião dos Eremitas de Santo Agostinho.

[2] Publicada nos *Poetas palacianos,* p. 161 e seg.

em 1461, e como elle martyr da autonomia catalã. No Archivo de Aragão foi achado o inventario que se fez á Livraria e Monetario do desditoso D. Pedro de Portugal. Em uma Memoria sobre *D. Pedro, El Condestable de Portugal, considerado como escritor, erudito e antiquario,* por Andrés Balaguer y Merino, vem transcripto pela primeira vez esse inventario, ainda assim pouquissimo conhecido:

1. Evicenna.
2. *Biblia.*
3. *Missal roma,* notat en alguns lochs de cant pla.
4. Paulus Virgerius, *en portugues,* e molts altres tractats.
5. *Missal roma.*
6. *Flors sanctorum* en romanç.
7. *Missal dominical e Santoral* segons la consuetut del Orde de Prehicadors en lo qual ha moltes oracions e officis e algunes istories.
8. *Ethicorum, Politicorum* et *Yconomicorum.*
9. *L'arbre de batalles,* en frances.
10. *Alexandre,* en frances.
11. Suetonio, *De vida de Julio Cesar,* en vulgar portugues.
12. Crestina, *dels fets de la Cavalleria,* en frances.
13. Joannis Crisostomi.
14. Virgilius, en vulgar toscha e part en leti.
15. Matheus Palmerii, *De temporibus.*
16. Tullius, *De Officiis.*
17. Valerius Maximus, en vulgar france s.
18. *Epistoles* de Senecha, en vulgar frances.
19. *Epistole* beati Ieronimi.
20. *Les Etiques* de Aristotil, en vulgar castella.
21. *Vita Marci Antonii et alliorum Principum.*
22. *Coroniques dels Reys de France,* en vulgar frances.
23. *Epistole* Leonis Pape.
24. Franciscus Petrarcha, en vulgar toscha.
25. *Flors Sanctorum.*
26. *Super ludo Scachorum, De moribus et officiis nobilium.*
27. *Liber de Viris illustribus.*
28. *Les Eneheides* de Virgilio.
29. Libre scrit en papel, ab test e gloses.
30. *Biblia* (del prior de prehicadors).
31. Lo primer volum de la *Biblia* ab la glosa ordinaria.
32. Primer volum de Nicolau de Lira sobre la *Biblia.*

33. Segon volum de Nicolau de Lira sobre la *Biblia*.
34. Titus Livius *De secundo bello punico*.
35. *Los morals* de Sent Gregori *sobre Jop*.
36. *Usatges de Cathalunya*.
37. Josephi *De bello judayco*.
38. *Levament fet dels officials de casa del senyor Rey*.
39. Boecio, *de consolacion,* en vulgar castella.
40. *Constitutiones* Clementis Pape.
41. Incipit *Prefacio* Rabani *ad Ludovicum regem*.
42. Plinio, *de la natural Istoria*.
43. *Epistoles de Fallaredis et Gratie sinia*.
44. *Summa super Decretalium*.
45. *De bello macedonico*.
46. Cornelius Tacitus.
47. *Coroniques o Conquestes de ultramar,* en vulgar castella.
48. *Ores de nostre dona, del Sanct sperit,* e *lo quicumque vult*.
49. *Missalet*.
50. *Commentaria* Cesaris.
51. *De vita et moribus alexandri magni*.
52. *Les coroniques de Spanya,* en vulgar portugues.
53. Salusti, en romanç castella.
54. *La contemplacio de la Reyna,* en vulgar catala.
55. *Speculum ecclesie mundi*, vulgar catala.
56. *De laude Criatoris*.
57. Isidorus *De Etymologia*.
58. *Orto de Esposo,* en vulgar portugues.
59. *Coroniques dels Reyes darago e Comts de Barcelona,* en vulgar catala.
60. Libre en pergamins, en vulgar castella.
61. *Liber* Justinus.
62. *Sidracho lo Philosopho,* en vulgar frances.
63. *Declamaciones* Senece.
64. *Diversos Tractats,* en romans castella.
65. *Les Constitutiones e usatges de Cathalunya*.
66. *Liber Quartus* beati Thomae.
67. *Livro das Virtudes*.
68. *Breviari roma*.
69. *Lo Mestre de les Sentencias*.
70. *Parabole* Salomonis.
71. *Libre* en paper, en vulgar castella.

72. *Libret* scrit en paper, en catala.
73. Ovidi *metamorfoseos,* en vulgar castella.
74. *Libre,* começa: *Ecce Rex tuus venit.*
75. *Libre,* começa: *In principis creavit.*
76. *Les Concordançes de la Biblia.*
77. *Libret: comença lo offici* etc.
78. *Liber* Ysocretis.
79. Lo Valeri, en vulgar castella.
80. *De la inmortalitat de la anima,* en vulgar castella.
81. *Les Cent Balades,* en vulgar frances.
82. *Satira de contento del mundo,* en vulgar castella.
83. *Libre,* começa: *Augustalis dicitur augustorum.*
84. Boecius *de Consolatione,* in ladino.
85. *Troya,* en leti.
86. El Marques de Santillana, *es tot en cobles rimades.*
    Rotol de pergami *L'Avologia dels Reys de França.*
87. *Officier de cant pla.*
88. *Antifoner* tot notat de cant pla.
89. *Antifoner* ab responsos.
90. Lo volum de *Dret.*
91. *Clementines.*
92. Joan Bocaci, en vulgar castella o *portugues.*
93. *Ores* ab les armes de Portugal.
94. *Missal,* en pergamins.
95. *Missal roma.*
96. *Catholicon.* [1]

---

[1] Transcrevemos em seguida o Catalogo da importantissima Livraria do Principe de Viana, que o Condestavel tanto admirava, e cujo filho mandou educar com disvelo. D'esta Livraria foram adquiridos alguns codices pelo Condestavel, e isto basta para que convenha formar-se uma idéa do seu conjuncto:

1. Primo de *divino amore.*—2. Lactantius.—3. ultima Beati Thomae.—4. secunda secunde.—5. prima secunde.—6. prima pars beati Thomae —7. dos oracionetes —8. super primo sententiarum.—9. orationes demosthenis.—10. gesta regine blanche.—11. magistre sententiarum.—12. exameron beati Ambrosii.—13. glosa salterii cum aliis tractibus secundum sanctum Thomam.—14. psalterinm.—15. Rebanus, de naturis rerum.—16. secunda pars Biblie.—17. tullius de officiis.—18. finibus bonorum et malorum.—19. justinus.—20. epistole phallaridis et Cratis.—21. commentariorum cesaris.—22. elius lampridius.—23. nonnius marcellus.—24. vita aliexandri scille et annibalis.—25. comentariorum rerum grecarum.—26. les ethiques por lo princep trasladades.—27. epistole familiares *tulli.*—28. epistole

Livraria de D. Affonso V

Os chronistas Ruy de Pina e Duarte Nunes de Leão asseveram que D. Affonso v fôra o primeiro rei portuguez que *ordenara livraria* no paço; o que pode haver de verdade n'este asserto limita-se á faculdade de ser a livraria consultada pelo publico. Gomes Eanes de Azurara termina a sua *Chronica da Conquista da Guiné,* dizendo que a acabou em 1453 na livraria do rei D. Affonso v. São muitos os livros antigos que Azurara cita nas suas obras, com um prurido de erudição que caracterisa os espiritos cultos do seculo xv; se attendermos ao alto preço que os livros tinham antes da descoberta da Imprensa, e á riqueza das Livrarias manuscriptas dos Principes, conclue-se que Azu-

---

senec en frances.—29. alfonseydes.—30. de bello gothorum.—31. epithome titi livii.—31. de secreto conflictu francisci petrarchae.—34. coronica regis francie. 35. analogia navarre abs histoire de spanya.—36. del *sangreal* en francés.—37. hun libre de greon en francés.—38. *tristany* de leonis.—39. libre en frances de pedres precioses.—40. un libre de cavalleria.—41. un libre de sermons.—42. libre de boeci en francés.—43. un altre intitulat giron en frances.—44. los morals dels philosophs en frances.—45. los evangelis en grech.—46. las epistoles de seneca. —47. decade secunde bello punico.—48. decade de bello macedonico.—49. Cornelius tacitus.—50. guido didonis super ethica.—51. la tripartita Istoria en frances. —52. de proprietatibus rerum en francés.—53. orationes tullii.—54. tragedie senece.—55. Istorie tebane et troyane.—56. Isop en frances.—57. lo papaliste ho cronica sommorum pontificum.—58. prime secunde.—59. sumari de leys.—60. Josephus de bello judaico.—61. de vita et moribus Alexandri cum quinto curcio.— 62. laertius diogenes.—63. de viris illustribus.—64. quintilianus.—65. eusebius de temporibus.—66. plutarchus.—67. dant.—68. Valerius maximus.—69. lo testament vell.—70. lo testament novell.—71. los cinc libres de moyses en un volum en frances.—72. un libre en frances nomenat egidi de regimine principum.—73. altre libre que trata de vicis e virtuts.—74. altre libre en frances intitulat lo libre du tresor.—75. un libre que começa lo romans de vernius.—76. un altre libre intitulat del amor de Deu.—77. un lapidari en frances.—78. la cent ballades.—79. los treballs de hercules.—80. un libre... de diverses materies de philosophia.—81. la cronica vella.—82. un libre de coples.—83. la coronica vella.—84. lo roman de la rosa.—85. leonardi aretini de vita tiranica.—86. un alfabet en grech.—87. un libre de philosophia de aristotil en metres.—88. libre frances ogier le danois.— 89. un libre... de coblas.—90. tres libres de compte dieg odrig.—91. un libre francés que comença libre de claressia intitulat ymage mundi.—92. libre intitulat tractatus legum.—93. mols coerns.—94. las genealogies en un rotol de pregami usque ad Karolum Regem navarre.—95. Matheus palmerii.—96. lo pressia major.— (Ap. Milá y Fontanals, *De los Trovadores en España*, p. 520.)

rara dispunha de uma grande bibliotheca, e pelas suas citações podemos recompôr a Livraria de D. Affonso v:

Canticas de Dante.

Pela primeira vez nos apparece um indicio de ser conhecida em Portugal a *Divina Comedia;* Azurara cita-a na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes* (p. 446): «aquelle famoso poeta Dante, na sua primeira cantica, etc.» Na *Chronica da Conquista de Guiné* enumera successivamente as seguintes auctoridades:

S. Thomaz e S. Gregorio (p. 10.)
Orosio (p. 11.)
Marco Polo (p. 11, 227 e 360.)
Metamorphoseos, de Ovidio (p. 12.)
Phedra e Hypolito, de Seneca (p. 12 e 42.)
Lucas de Tuy, continuador da Chronica de Isidoro de Sevilha (p. 22.)
Cicero (p. 23 e 41.)
Sam Jeronymo e Salustio (p. 36.)
Ethica, de Aristoteles (p. 37.)
Valerio Maximo (p. 38) *Summa da Historia de Roma* (p. 76.)
Lucano (p. 39.)
S. Chrysostomo (p. 42.)
Viagens de Sam Brendam (p. 45.)
Santo Agostinho, *De civitate Dei* (p. 76.)
Decadas de Tito Livio (p. 76 e 149.) [1]
Rodrigo de Toledo (p. 89.)
Flavio Josepho, *Das Antiguidades judaicas* (p. 89.)
Gualter, *Das gerações de Noé* (p. 94.)
As Obras dos Romãos (p. 148.)[2]
Vegecio, *De re militari* (p. 148 e 412.)
A Scriptura Santa, Seneca, Tito Livio (p. 149.)
Paulo Vergeryo, *Ensinança dos moços fidalgos* (p. 84.)
Bernardo, *Regimento da Casa de Ricardo, senhor do castello Ambrosio* (p. 224.)

---

[1] Escreve Paul Meyer, no *Rapport sur une mission litteraire en Angleterre,* p. 32: «Uma obra que figurava em todas as bellas livrarias do fim do seculo xiv e xv era a traducção de Tito Livio, que executou Pedro Bercheure para o rei João; o seu successo estendeu-se além dos Pyrenneus, ao que parece, porque o manuscripto Harleiano, 4893, apresenta-nos uma traducção catalã d'esta traducção franceza.»

[2] Era uma compilação que na Edade média andava reunida ao Livro de *Orosio,* e tratava exclusivamente da vida de Cesar.

Fr. Gil de Roma, *Regimento de Principes* (p. 253.)
Aristoteles, Tolomeu, Plinyo e Homero, Esidro, Lucano e Paullo Orosio (p. 288.)
Gundofre, ou Gundolfo (p. 291.)
Mestre João o Inglez, ou Duns Scoto (p. 295.)
Pharsalia, canto dez (p. 300.)
Hermas, o Pastor (p. 350.)
Mestre Pedro, ou Pedro Lombardo (p. 260.)
Alberto Magno, *Da celestial gerarchia* (p. 458.)
S. Thomaz, *De Potentia Dei* (p. 460.)
Evangelho de S. Lucas (p. 461.)
Epistolas de S. Paulo (p. 462.)
Jeham de Lanson (p. 2.)
O Amadis de Gaula (na *Chronica de D. Pedro de Menezes.)*

Vasco Fernandes de Lucena, que foi guarda d'esta Livraria sob D. João II, apparece em um alvará de 16 de novembro de 1496 com o titulo de «governador moor da nossa Torre e *livraria.*»

Livraria do Dr. Diogo Affonso de Mangancha

No testamento d'este decretalista, de 1447, em que funda um Collegio para dez escolares pobres, deixa-lhe tambem *hos livros todos.* Apenas indica alguns d'esses livros:

«Item, requeiram ao Bachaler Diego Lourenço *a segunda parte do Bartolo ssobre o Esfforçado,* e a Mendaffonso, filho d'Affonse Annes da Rua das Esteiras, *os Bartolos ssobre o Digesto novo,* que lhos emprestey; e tenho um *Chino em purgaminho* apenhado do Doutor Joham Pireira por mil e quinhentos reis, mando que lho dem sem pagar nada, porque começa bem seu mundo.» [1].

Livraria do bispo D. Vasco Perdigão

Ainda nos apparece uma referencia a uma Livraria do seculo XV: «Dom Vasco Perdigão, bispo de Evora, installou em 1462 uma Livraria por cima da sala capitular.» [2]

---

[1] Ap. *Dissert. chron.*, de J. P. Ribeiro, t. II, p. 256.
[2] *Portugal Pittoresco*, vol. I, p. 124.

Sobre a Livraria da Universidade de Lisboa nada pudemos descobrir anterior ao seculo XVI; é comtudo presumivel que a possuisse. Nos Estatutos da Universidade de Salamanca, de 1422, dados por Martinho V, vemos estabelecido que se devem gastar mil florins na compra de livros para todas as faculdades, e que estes se colloquem em ordem dentro do Estudo geral, sendo o Estacionario responsavel pela sua guarda, com o salario annual de vinte florins, e afiançado. Os livros eram defendidos com penas de excommunhão, costume que se conservou em todas as antigas bibliothecas. [1]

A raridade dos manuscriptos e o seu alto preço tinham motivado as primeiras tentativas da impressão typographica, especialmente para os livros destinados ao ensino publico. A *Grammatica,* de Donato, e o *Catholicon*, de João Balbi, foram primitivamente reproduzidos pela fórma xylographica, ou gravura em madeira; desde que se mobilisou pela serra os caracteres, e que o processo da gravura serviu para abrir os ponções com que se fizeram as matrizes *(Frappes),* que, á imitação da fundição das medalhas, serviram para a fabricação dos typos, estava creada a grande arte da Imprensa. A descoberta foi complexa, dependendo de invenções anteriores, como o papel, e simultaneas, como o prélo, as balas, a tinta seccativa, viscosa, e a maravilhosa impressão a côres. O prestigio do Livro, a que a Edade média ligara a concepção ideal da sabedoria e da magia na designação de *Speculum,* ia desapparecer pela reproducção material e facil da typographia; mas vinha desencadear os quatro ventos do espirito, trazendo á actividade *speculativa* da Europa as doutrinas politicas da *Monarchia Universal,* a li-

---

[1] Na Memoria de Bussche sobre as relações de Portugal com Flandres (p. 8) cita-se um *Juan Vasques natif de Portugal, maître d'hotel de Donna Isabeau de Portugal, duchesse de Bourgogne:* «Vasques possédait une bibliothèque ou tout au moins divers manuscripts de valeur. M. le chanoine Carton, dans ses notes, malheureusement dispersées aujourd'hui et dont quelques-unes sont devenues la propriété de l'État, cite comme ayant passés par ses mains les ouvrages suivants, portant les armoiries de Vasques et celles des van Ackere:

Un *Sénèque* en 2 parties, imprimé à Naples (apud Moravum) en 1475, in-fl.

Histoire de Troie la Grant, manuscript curieux de la maison de Henri second. Ms. in-fl., écriture de fin XIVe siècle.

Un livre d'heures intitulé: *Horae Beatae Mariae Virginis*, in-16, relié en cuir, orné d'une garniture historiée en argent, avec deux fermoirs.—Manuscript sur vélin, exécuté vers le milieu du XVe siècle. 280 feuillets, douze miniatures. Sur le plat, les armes de Portugal presque effacées. Sur le feuillet de garde, l'écu de Vasques avec celui de sa femme, portant la date: Brugis M. CCCC. LXVIIIJ.»

vre critica dos textos biblicos e a dissolução da hierarchia catholica, o conhecimento da terra pelas Viagens de Marco Polo, que suscitavam as audaciosas expedições maritimas á America e á India, emfim um maior cosmopolitismo e o conhecimento das fontes vivas da Civilisação occidental. A Imprensa propagava-se a todos os paizes como um destino: na Allemanha, de 1454 a 1480, a Mayence, Bamberg, Strasburg, Colonia, Nuremberg, Bale, Augeburg, Munster e Spira; na Italia, (1465) a Roma, Subiaco, Veneza, Lucques, Foligno, Milão, Bolonha, Florença, Trevi, Napoles, Sicilia; em França, (1471) a Paris, Lyon, Bruges, Alost, Louvain, Aivon e Utrech; na Hespanha, (1474 a 1477) a Valencia, Barcelona, Saragoça e Sevilha; em Portugal entra em 1478, como se infere da nota das *Coplas do Menosprecio do Mundo,* do Condestavel de Portugal, e definitivamente em 1489 quando os judeus Tzorba e Rabban Eliezer imprimiram o Commentario sobre o Pentateuco, e em 1491 a edição hebraica do Pentateuco, de Lisboa.

A forte reacção do pedantismo Scholastico contra a livre critica da Renascença achou um apoio accidental na descoberta da Imprensa, empregada nos seus primeiros annos a dar publicidade aos livros que mais tinham dominado nos estudos durante toda a Edade média, taes como o *Catholicon*, de João de Genova, o *Mammotrectus*, de Marchesini, o *Brachiologus,* de Ebrard de Bethune, o *Grecismus,* de João de Garlandia, e outros muitos, que encontrámos nas opulentas Bibliothecas manuscriptas no goso de um unanime respeito. Michelet accentuou esta influencia deleteria da Imprensa ao desabrochar da Renascença: «A Imprensa, beneficio immenso, que vae centuplicar para o homem os meios da liberdade, serve então, é preciso dizel-o, para propagar as obras que, desde trezentos annos, têm mais efficazmente embaraçado a Renascença. Ella multiplica ao infinito os Scholasticos e os mysticos. Se imprime Tacito, tambem inunda as bibliothecas de Duns Scot e de S. Thomaz; ella publica, eternisa os cem glosadores do Lombardo, que era esquecido no pó. Afogadas de livros barbaros da Edade média, que são desenterrados ao mesmo tempo, as escholas soffrem uma deploravel recrudescencia de absurdos theologicos. Pouco ou nada em lingua vulgar. Os livros antigos publicavam-se com uma extrema lentidão. Só quarenta ou cincoenta annos depois da descoberta da Imprensa é que se lembram de dar á estampa Homero, Tacito, Aristoteles. Platão ficou para o outro seculo. Se se publica a antiguidade, publica-se e republica-se com outro empenho a Edade média, sobretudo os livros de classes, as Summas, os epitomes, todo o ensino de tolice, de manuaes de confessores e de casos de consciencia; dez Nyder contra

uma *Illiada:* por um Virgilio vinte Fichet.»[1] Como explicar este antagonismo da Scholastica contra a Renascença? É facil. O estudo dos exemplares das Litteraturas greco-romana, e dos seus philosophos, provocava a renovação da grammatica e da critica philologica; os doutores aterraram-se diante dos novos methodos e formularam uma condemnação suprema: *o melhor grammatico será sempre o peor dialectico, e um pessimo theologo.*[2]

Pela reacção dos criticos da Renascença, que luctaram contra o pedantismo doutoral, é que se aprecia a natureza da erudição e dos livros que occuparam os prelos ao alvorecer da Imprensa, e especialmente o antagonismo entre as duas épocas, que tão profundamente se contrastavam.[3] É notavel como a mesma nota critica sobre as especulações medievaes e os livros pedantescos apparece accentuada pelo genio satyrico de Gil Vicente, e pelo renovador das doutrinas pedagogicas, o sarcastico Rabelais. A velha Dialectica dos Nominalistas e Realistas, que embaraçara o desenvolvimento scientifico iniciado por Rogerio Bacon e Arnaldo de Villa Nova, continuava a esteril lucta no seculo XVI, sob o titulo de *Thomistas* e *Scottistas,* difficultando a expansão da Renascença.

É natural que cada um d'estes grupos seguisse a bandeira do seu corypheo, os dominicanos as doutrinas de S. Thomaz e os franciscanos as de Duns Scott. Gil Vicente ridicularisou toda esta velha erudição

---

[1] *La Renaissance*, p. XCIII.

[2] Dizia Vives: «Quoties mihi Johannes Dullardius ingessit: quanto eris melior grammaticus, tanto pejor dialecticus et theologus.» *(De causis corrup. Artium*, lib. II, p. 72.)

[3] Escreve Quicherat, na *Histoire du Collège de Sainte Barbe,* t. I, p. 150: «A Edade média teve curiosidade e um grande poder de reflexão; faltou-lhe o genio observador e o sentimento critico. A sciencia, da qual não comprehendeu senão o lado especulativo, foi para ella como as cousas creadas, de que se serve sem pensar em fazer nada semelhante. Creu firmemente que tudo quanto se podia saber estava já escripto; os livros da eschola continham todo o deposito; o que havia a fazer era tirar-lhe as consequencias pelo raciocinio.—A Renascença apparece-nos ao contrario como a evolução dos espiritos reconduzidos por um instincto inteiramente pratico á vereda da investigação e tomando o seu curso para a conquista do livre exame. A sua applicação foi ver e comprehender antes de raciocinar; e como ella se entregou logo ás obras litterarias da antiguidade, o primeiro resultado foi declarar falsa a sciencia que tivera a pretenção de possuir a chave d'ella. Os exercicios sobre que se fundava a instrucção elementar eram futilidades e palavrorio. Para conseguir a intelligencia dos auctores não bastava ter disputado sobre a grammatica: era preciso reconstituir o mundo em que esses auctores tinham vivido.»

medieval, que se perpetuava na Universidade, quando a Italia iniciava o renascimento das litteraturas classicas:

> No quiero deciros especulaciones
> De Santo Agostin *De Civitate et cetra*,
> No quiero de *Scoto* alegar ni letra,
> No quiero disputas en *predicaciones*.[1]

No *Auto da Mofina Mendes*, Gil Vicente ridiculisa todo o velho aristotelismo representado pelos padres da Egreja, e em contraposição com as doutrinas scientificas de Sacrobosco e Regiomontanus, que restauravam a astronomia:

> Vicentius,—*Scala coeli*,
> Magister Sententiarum,
> Demosthenes, Calistráto,
> Todos estes concertaram
> Com Scoto, livro quatro.
> Dizem: Não vos enganeis
> Letrados de rio torto,
> Que o porvir não no sabeis,
> E quem nisso quer pôr pêis,
> Tem cabeça de minhoto.
> Ó bruto animal da terra,
> Ó terra filha do barro,
> Como sabes tu, bebarro,
> Quando hade tremer a terra,
> Que espanta os bois e o carro?
> Pelos quaes *dixit* Anselmus,
> E Seneca—*Vandaliorum*,
> E Plinius—*Chronicorum*,
> *Et tamen glosa ordinaria.*
> E Alexander—*de aliis*,
> Aristoteles—*De Secreta secretorum.*
> Albertus Magnus,
> Tullius Ciceronis,
> Ricardus, Ilarius, Remigius,
> Dizem, convem a saber:
> Se tens prenhe tua mulher
> E per ti o compozeste,
> Queria de ti entender
> Em que hora hade nascer,
> Ou que feições hade ter
> Esse filho que fizeste.

---

[1] *Obras*, t. III, p. 337.

Não no sabes; quanto mais
Commetterdes falsa guerra,
Presumindo que alcançaes
Os secretos divinaes
Que estão debaixo da terra.
Pelo que diz Quintus Curtius,
Beda—*De religione christiane*,
Thomaz—*Super trinitas alternati*,
Augustinus—*De angelorum choris*,
Hieronimus—*alphabetus hebraice*,
Bernardus—*De virgo ascentionis*,
Remigius—*De dignitate sacerdotum;*
Estes dizem juntamente
Nos livros aqui allegados:
Se filhos haver não podes
Nem filhas por teus peccados,
Cria d'esses engeitados
Filhos de clerigos pobres.

Rabelais, no *Pantagruel,* contando *Como Gargantua foi educado por um sophista em lettras latinas,* enumera os deploraveis livros que dominaram no ensino ainda depois da descoberta da Imprensa, e antes de serem inutilisados pelas obras superiores dos grandes genios da Renascença: «De facto ensinou-lhe um grande Doutor sophista, chamado mestre Thubal Holoferne, a *Carta,* tão bem que elle a dizia de cór de traz para diante... Depois leu-lhe Donato, o Facet, o Theodolet, e Alanus *in Parabòlis*... Depois leu-lhe *De modis significandi* com os commentarios de Hurtebise, de Fasquin, de Tropditeux, de Gualebault, de João le Veau, de Billonio, Brelingandus e uma caterva de outros (nomes com que ridiculisa os commentadores da Edade média.) Depois leu o *Compost*..., e em seguida teve um outro velho catarroso, chamado Mestre Jobelin Bridé, que lhe leu Hugutio, Hebrard, o *Grecismo,* o *Doutrinal,* as *Partes,* o *Quid est,* o *Supplementum,* Seneca, *De quatuor virtutibus cardinalibus,* Passavantus *cum commento,* e *Dormi secure,* para as festas. E alguns outros do mesmo jaez, com a leitura dos quaes se tornou tão sabio que ficou na mesma.» [1] Reiffenberg mostra como estes livros persistiram no ensino até á época da Renascença. [2] A *Carta* e as *Partes* já vimos como dominaram em Portugal (vide p. 117); a Grammatica de Donato resistiu por muito tempo á de Prisciano, e ao

---

[1] *Pantagruel*, liv. I, cap. XIV.
[2] 2e *Memoire sur les deux premiers siècles de l'Université de Louvain*, p. 13.

Doutrinal de Alexandre Villa Dei (1242), que foi desthronado por Pastrana. As *Parabolas* de Alain de Lille (1160 e 1190) andavam juntas com o *Facetus*, o *Theodulos*, que fortificavam os Proverbios de Dionysio Cato, para o ensino moral da mocidade; o *De Modis significandi* é de João de Garlandia; o *Compost* era o *Computus* de Aniano, por onde se calculava a epacta e aureo numero; Hugutio é o pisano (1212) que compoz uma grammatica, aproveitando-se dos trabalhos de Papias; Hebrard é o auctor do *Grecismus*, Ebrard de Béthune, cuja etymologia grega dominava nas escholas a par da grammatica grega de Bolzani. O *Quid est* era a grammatica pelo systema de perguntas e respostas; o *Supplementum* era um resumo de historia, por Filippe de Bargamo, com o titulo *Supplementum Chronicorum*; o *Mamotret*, que encontramos no Catalogo da Livraria da Universidade de Coimbra em 1537, é o *Mamothreptus*, ou *Mamotractus*, de João Marchesini, e impresso em 1470: «O livro de Marchesini é destinado, como o *Catholicon*, a facilitar a intelligencia das Santas Escripturas, dos hymnos sagrados e das homelias, mas não é um diccionario, como muitos imaginaram. Foi acabado em 1466. Rabelais não se esqueceu de cital-o na sua Bibliotheca ficticia de S. Victor sob o titulo *Marmotretus de baboinis et singis cum commento Dobbellis*.»[1] O outro livro, da educação de Gargantua, *De moribus in mensa servandis*, é um poemeto de João Sulpicio; o *De quatuor virtutibus cardinalibus* é um tratado feito por S. Martinho, bispo braccharense; Passavantus é o florentino Giacomo Passavanto, prosador do seculo XIV; o *Dormi secure* é um livro de sermões para todas as festas do anno.

Quando os estudantes de Louvain, em 1521, foram ao chamado dos Dominicanos, para queimarem os escriptos de Luthero, elles atiraram ás chammas os livros rançosos dos *Sermones discipuli*, o *Tartaretum*, o *Dormi secure*, o *Paratum*, e outros cartapacios d'esta laia.[2] Observa Reiffenberg: «Estas obras, que gosaram de uma longa e teimosa celebridade, que luctaram muito tempo contra os manuaes mais correctos ou mais elegantes dos restauradores das lettras, estão agora completamente desconhecidas, apesar de não ser inutil comtudo formar uma idéa dos livros que serviram de guia á mocidade durante muitos seculos, e que lhe foram por assim dizer impostos, attenta a influencia que deviam necessariamente exercer sobre os habitos subse-

---

[1] Reiffenberg, 3e *Memoire*, p. 16.
[2] Idem, 2e *Memoire*, p. 13.

quentes dos espiritos assim como sobre as suas faculdades. Uma historia philosophica dos livros classicos nas differentes edades litterarias seria um trabalho digno dos nossos pensadores eruditos.»[1] Sem este exame prévio das Livrarias do seculo XV, não nos seria facil caracterisar a crise pedagogica que se passou nas Universidades que resistiam contra os novos methodos, reforçando-se com a auctoridade do passado.

As Universidades tornaram-se o ponto de apoio d'esta resistencia contra o novo espirito da Renascença; fechadas no quadrado inexpugnavel das Faculdades, com as suas disciplinas cathegoricamente formuladas, e as auctoridades de glossadores estabelecidas pelo consenso de tres seculos, oppozeram-se vivamente aos estudos humanistas, confundindo-os com as tendencias para uma reforma religiosa. Mas a luz fez-se por toda a parte; o conhecimento dos poetas latinos tornou melhor entendido o *Corpus juris;* a leitura do texto de Aristoteles revelou que a Edade média raciocinara e discutira sobre phrases attribuidas ao philosopho através da imaginação dos commentadores arabes; a vulgarisação da Biblia nas linguas nacionaes acordava nas consciencias um mais profundo sentimento religioso e presagiava uma harmonia de tolerancia entre o Occidente e o Oriente. As Universidades abraçaram por seu turno o espirito novo, deixaram-se arrastar momentaneamente na corrente da Renascença. Durou isso pouco tempo; porque os Jesuitas, ao organisarem-se como corporação docente, retomaram o ensino na phase em que as Universidades o abandonavam, e restauraram systematicamente o pedantismo scholastico, com o azedume da lucta do primeiro quartel do seculo, tal como cahira ferido pelos sarcasmos de Erasmo e de Ulrico de Hutten, de Rabelais e de Gil Vicente. E quando a lucta era renovada pela Egreja, para se oppôr á dissolução da crença causada pelos Humanistas, os principaes genios da reacção religiosa, quer do Protestantismo, quer do Jesuitismo, Calvino e Loyola, iam procurar nas Universidades a disciplina da dialectica, as armas da auctoridade.

Antes da descoberta da Imprensa, a necessidade de resumir os livros manuscriptos creou na Edade média a predilecção pelas Encyclopedias, como notou Humboldt; e já no seculo XV, poucos annos antes da Imprensa, ou aproveitando-se do seu espantoso impulso, figuraram as grandes Encyclopedias, *Imago mundi,* de Pedro d'Ailly (1410), e a *Margarita philosophica*, de Reisch (1486). E quando Humboldt

---

[1] Reiffenberg, 3ª *Memoire,* p. 11.

prova como Colombo deveu á *Imago mundi* as indicações tradicionaes que o levaram ao pensamento da descoberta da America, estabelece a relação entre a encyclopedia de Pedro d'Ailly com as outras encyclopedias medievaes;[1] assim, torna-se surprehendente esta continuidade que liga as especulações mentaes de uma edade com as descobertas que determinam a fórma de uma nova civilisação. Tambem a empreza da descoberta do *Preste João das Indias,* a quem foram em embaixada em 1487 Pero da Covilhã e Affonso de Paiva, por ordem de D. João II, que acreditava n'essa lenda da Edade média, fez com que Vasco da Gama se aventurasse com segurança á descoberta da via maritima da India.

[1] «Tudo o que Colombo sabia da antiguidade grega e latina, todas as passagens de Aristoteles, de Strabão e de Seneca sobre a proximidade da Asia oriental e das columnas de Hercules, que mais do que nenhuma outra cousa, segundo a relação de D. Fernando, despertaram em seu pae o desejo de ir á procura das Indias (autoridad de los escritores para mover al almirante á descubrir las Indias), o almirante tinha-as colhido nos escriptos de d'Ailly. Trazia comsigo estes escriptos nas suas viagens; etc. Verdadeiramente, ignorava que d'Ailly transcrevera palavra por palavra (o tratado *De quantitate Terrae habitabilis)* um livro anterior em data, o *Opus majus*, de Rogerio Bacon. Singular tempo em que os testemunhos tomados á tôa de Aristoteles, de Averroes, de Esra e de Seneca, sobre a inferioridade da superficie do mar comparada á extensão da massa continental, podiam convencer os reis que emprezas dispendiosas teriam um resultado seguro.» *(Cosmos*, t. II, p. 302.)

SEGUNDA ÉPOCA

(SECULOS XVI E XVII)

A UNIVERSIDADE SOB A INFLUENCIA DA RENASCENÇA E DA REACÇÃO CONTRA O PROTESTANTISMO

SECÇÃO 1.ª

O Humanismo francez actuando na Renascença em Portugal (1504-1555)

CAPITULO I

A crise pedagogica na Europa determinada pela Renascença

Fórma systematica da dissolução do regimen catholico-feudal nos tres seculos XVI, XVII e XVIII.—A revolução religiosa sob os seus tres aspectos: *Lutheranismo* (dissolução da disciplina); *Calvinismo* (dissolução da hierarchia); *Socinismo* (dissolução do dogma).—A revolução politica nos seus tres aspectos de: *Soberania nacional* (Revolução dos Paizes Baixos); *Egualdade* (Revolução da Inglaterra); *Liberdade politica* (Revolução franceza).—N'esta grande crise estabelece-se uma reacção da parte do regimen catholico-feudal: Concentração do Poder temporal, e a Theoria da Monarchia universal.—Tentativa de restauração do Poder espiritual e do Poder theocratico: Inquisição e Companhia de Jesus.—Alliança dos dois Poderes para se sustentarem: Autos de Fé, Saint Barthélemy, Revogação do Edito de Nantes.—Vicissitudes dos Estudos humanistas entre esta corrente de dissolução e de reacção.—O saber medieval, auctoritario, livresco e interpretativo persiste nas Universidades no primeiro quartel do seculo XVI. Descredito d'esse saber: Erasmo e o *Elogio da Loucura;* de Hutten e as *Epistolae obscurorum Virorum;* Rabelais e a satyra de *Gargantua.* Protestos de Vives contra a persistencia da velha Dialectica.—O saber da Renascença, individual, experimentalista e de Livre Exame.—Renovação do estudo do Grego, do Latim e do Hebraico: Erasmo e o esplendor do Collegio Trilingue.—Budé cria o primeiro nucleo do Collegio de França, novo typo pedagogico da *Instrucção superior* liberto do molde

quadrivial das Universidades.—Os Humanistas entre a reacção catholica e o Protestantismo.—Os Jesuitas desenvolvem o typo da *Instrucção secundaria.*—Os Protestantes proseguem na tradição christã e fundam a *Instrucção primaria* ou popular.—Os Experimentalistas iniciam a fórma Polytechnica ou especial da *Instrucção superior.*—Os grandes pedagogistas praticos: os Gouvêas.—As Universidades libertam-se da tradição medieval, mas tornam a cahir sob a inanidade dialectica pela direcção dos Jesuitas.

A nova synthese mental, que determinara na Europa a preponderancia da rasão sobre a fé, foi a causa principal da fundação das Universidades, e o caracteristico organico que separa a Edade média dos tempos modernos. Porém a elaboração d'essa synthese, complicada pela decomposição do regimen theologico, emquanto á crença religiosa, e do regimen feudal, emquanto á liberdade politica, não póde seguir um desenvolvimento normal por falta dos elementos experimentaes, que só tarde se systematisaram em sciencias positivas, destinadas a darem apoio ás consciencias dirigidas por convicções unanimes e universaes. E como a elaboração d'esta synthese era complicada com a incorporação do proletariado em uma sociedade guerreira, que aos costumes da conquista contrapunha o trabalho livre, pacifico e productivo, os velhos poderes que decahiam luctavam com violentas reacções para restaurarem o passado, quer separando-se, quer confundindo-se, mas sempre produzindo um estado de tensão revolucionaria, de que resultaram, emquanto ao poder *espiritual,* a quebra da unidade catholica pela Reforma, e as guerras de religião, os retrocessos da Inquisição e dos Jesuitas, e emquanto ao poder *temporal,* as revoluções dos Paizes Baixos, da Inglaterra, e a explosão definitiva da liberdade politica na França. N'esta longa crise de cinco seculos, em que se manifesta laboriosamente o espirito moderno, o seculo XVI é o periodo da actividade mais intensa e decisiva para a emancipação da humanidade. O grande seculo é um ponto de partida; é um estadio superior em que se entra. Os materiaes para a construcção da synthese mental são-lhe fornecidos por uma nova comprehensão do passado, como se vê pelo trabalho dos philologos e traductores da Biblia; o presente é alargado pelas descobertas maritimas dos Portuguezes; o criterio objectivista fortifica a rasão, libertando-a das ficções theologicas; a dignidade individual affirma-se pelo desenvolvimento da industria e pelas tentativas de reorganisação pedagogica, que chegam até á creação do *Ensino popular.* E como os esforços para o retrocesso foram mais intensos nas guerras dynasticas, que dilaceraram o Occidente, á busca de um equilibrio politico, ou mesmo da realisação da utopia da *Monarchia universal,* o

processo de decomposição do regimen catholico-feudal entrou tambem em uma phase systematica. Comte caracterisou com uma superior clareza esta feição fundamental do seculo XVI na historia moderna: «esta immensa elaboração revolucionaria dos cinco ultimos seculos deve ser previamente dividida em duas partes successivas, nitidissimamente distinctas pela sua natureza, embora sempre confundidas até ao presente: uma comprehende os seculos XIV e XV, em que o movimento critico se conserva essencialmente espontaneo e involuntario, sem a participação regular e accentuada de uma qualquer doutrina systematica; a outra, abrangendo os tres seculos seguintes, em que a desorganisação, tornando-se mais profunda e decisiva, se manifesta d'ora em diante sob a influencia crescente de uma philosophia formalmente negativa, gradualmente estendida a todas as noções sociaes, de alguma importancia; de modo a indicar desde então, altamente, a tendencia geral das sociedades modernas a uma inteira renovação, cujo verdadeiro principio permanece comtudo radicalmente envolto de uma vaga indeterminação.»[1] As negações da Reforma, emquanto á disciplina, á hierarchia e ao dogma da Egreja; as negações dos regalistas para com o poder espiritual, e dos absolutistas para com a collectividade nacional; as negações dos monarchomacos proclamando o individualismo e a theoria da rebellião; finalmente, as negações dos livre-pensadores, formuladas já n'um deismo abstracto, já em um deliberado atheismo, todas estas negações se debatem n'esses tres seculos de fecunda actividade revolucionaria nos dominios da intelligencia e da politica, mas não chegam a systematisarem-se em uma doutrina e em uma disciplina que substituam geralmente a desmoronada synthese theologico-feudal e organisem o regimen moderno ou normal. É em presença das transformações capitaes do seculo XVI[2] que vamos encontrar as Universidades presidindo como corporações docentes á direcção do regimen mental da Europa. Comprehenderam ellas o seu destino? Acompanharam as necessidades do espirito moderno, como no seculo XIII? Francamente, não. Ficaram atrazadas; luctaram contra o trabalho dos criticos humanis-

---

[1] *Cours de Philosophie positive,* t. v, p. 362.

[2] Charles de Rémusat, na sua *Politique libérale*, caracterisa assim o grande seculo: «Este seculo XVI, que não tem superior nos fastos do espirito humano, foi uma éra de soffrimentos e de crimes. Quando a luz do genio moderno dominava finalmente com o seu brilho as sombras incertas de um longo crepusculo, não foi esta a menor miseria de uma sociedade que pelas novas idéas acordava para novas necessidades, o sentir-se mais desgraçada ou mais opprimida no momento em que ella concebia melhor os seus direitos á felicidade e á justiça.» *Op. cit.*, p. 18.

tas, e, quando pareciam transigir com as disciplinas da Renascença, cahiram facilmente em poder dos Jesuitas, servindo-lhes de instrumentos já montados para um retrocesso systematico.

É conveniente avivar as circumstancias em que se encontraram as Universidades n'estas duas épocas tão radicalmente differentes. Durante a Edade média a Egreja exercera sobre as intelligencias uma absoluta auctoridade, pela credulidade imposta com os seus dogmas; aquelle que discutia, ou fazia escolha dos elementos doutrinarios mais plausiveis, era condemnado por heretico. Junto do poder civil começou a desenvolver-se a liberdade intellectual, e deve-se a Frederico II a vulgarisação das sciencias professadas nas escholas arabes, que activou as especulações philosophicas e criticas. Não era só na Biblia que existia a verdade, como o proclamava a Egreja; os poetas e escriptores da antiguidade tambem tinham entrevisto as altas concepções moraes. No começo do seculo XI, Vilgard, da eschola de Ravenna, como o confessa Glaber, ensinava que a verdade se achava nos poetas antigos, mais do que nos mysterios christãos.[1] O confronto critico dos tres monotheismos, a religião mosaica, christã e islâmica, passou das discussões dialecticas para a idealisação da litteratura do fim da Edade média, e facilmente o deismo dos que sacudiam o jugo da theologia terminava em um franco atheismo. N'esta lucta da intelligencia critica, esse confronto das tres religiões monotheicas foi mythificado em um livro phantastico, sem realidade, a que o seculo XIII chamou *Os tres Impostores,* attribuindo-o successivamente a todas as intelligencias que haviam sacudido o jugo theologico; primeiramente attribuiram-o a Averroes, para stigmatisar o influxo da philosophia dos Arabes, depois a Frederico II, por isso que a protegia, e seguidamente a Pedro della Vigna, Arnaldo de Villa Nova, Poggio, Boccacio, Aretino, Machiavelli, Champier, Pomponaço, Cardan, Ockin, Servet, Postel, Campanella, Muret, Jordano Bruno, Spinosa, Hobbes e Vanini,[2] a todos quantos desenvolveram a actividade philosophica. Mesmo a Portugal chegou esta tradição do *Livro dos tres Impostores,* trazida por um certo Thomaz Scott, como se sabe pela noticia de Alvaro Pelagio: «Em uma obra inedita, *Collyrium fidei contra haereses,* Alvaro faz menção de um certo Thomaz Scott, ora minorita, ora dominico, com o qual tinha argumentado muitas vezes, e que se achava então (começo do seculo XIV) nas prisões de Lisboa, por se ter atrevido a repetir por toda a parte que

[1] Renan, *Averroes,* p. 227.
[2] Idem, ibid., p. 235.

tinham existido no mundo tres impostores *(tres fuisse in mundo Deceptores.)*» Victor Le Clerc, de quem tomamos este facto, observa: «Como esta impiedade já antiga, e que Gabriel Barlette no seu sermão de Santo André attribue por antecipação a Prophyrio, chegou a divulgar-se até Lisboa?» [1] Nos Contos populares da tradição medieval tambem andava esta idéa em fórma de Parabola, no *Gesta Romanorum,* (conto LXXXIX) no *Novellino antico,* (LXXII) no *Decameron* de Boccacio, (jorn. I, novell. 3) vindo através das versões oraes receber fórma litteraria no *Conto do Tonel,* de Swift, e no drama *Nathan o Sabio,* de Lessing. [2] Assim, a par da *Verdade theologica,* reconhecia-se que existia tambem uma *Verdade philosophica,* doutrina que se começou a professar no seculo XIII na Universidade de Paris, onde o lente João de Brescain, em 1247, se justificava das censuras episcopaes, dizendo que aquillo que lhe imputavam como heresia era ensinado *philosophicamente* e não *theologicamente.* [3] A Egreja formulava o principio: «Nada se pode saber mais, porque a theologia sabe tudo o que é possivel saber-se.» A par d'esta these surgia a contraria: «Os verdadeiros sabios d'este mundo são unicamente os philosophos.» [4] Uma vez destruida a auctoridade dos dogmas, a Egreja, que sempre condemnara Aristoteles, teve de admittir o seu *Organum,* para se reforçar com a dialectica. Os Philosophos, que só admittiam como verdade as especulações racionaes, dividiram-se sob a tradição averroista de Aristoteles e sob a renovação do idealismo de Platão; na Italia é onde se observam claramente estas duas correntes mentaes: «O renascimento do hellenismo, que se annunciava em Padua, em Veneza e no norte da Italia pelo regresso ao texto verdadeiro de Aristoteles, manifestava-se em Florença por um regresso a Platão. Florença e Veneza são os dois pólos da philosophia, como da arte, em Italia. Florença e a Toscana representam o ideal na arte e o espiritualismo na philosophia; Veneza, Padua, Bolonha, a Lombardia, representam o realismo, o racionalismo, o espirito exacto e positivo. Platão convinha só aos colloquios de Careggi e dos jardins de Ruccellai; Aristoteles ás instituições reflectidas de Veneza.» [5] Para que esta dissidencia especulativa terminasse era preciso vir á verificação experimental das sciencias inductivas ou de observação; assim no seculo XVI a au-

---

[1] *État des Lettres au XIVe siècle,* t. II, p.. 46.
[2] Edelestand Duméril, *Histoire de la Poésie scandinave,* p. 345.
[3] Lange, *Histoire du Matérialisme,* t. II, p. 202.
[4] Idem, ibid.
[5] Renan, *Averroes,* p. 309.

ctoridade de Aristoteles é discutida n'esse grande certamen do portuguez Antonio de Gouvêa com o genial Pedro Ramus.

Os povos catholicos do Occidente, os que estavam mais em contacto com a Egreja e melhor conheciam os seus vicios, cahiram n'esse scepticismo benevolo da tolerancia, e, tomando a rasão como elemento de um novo poder espiritual, lançaram-se ao estudo e investigação dos phenomenos da Natureza. É da Italia que sae este impulso, que determina a phase scientifica da Renascença, como escreve Draper: «Era nas Universidades e Academias eruditas que fermentava a heresia: a Universidade de Padua passou desde longo tempo por um fóco de atheismo, e a cada instante eram suppridas Academias por causa de heresia, taes como as de Modena e Veneza entre outras.»[1] Diante da severidade dos experimentalistas, os dados *objectivos* adquirem um poder de convicção nos espiritos, e as concepções *subjectivas* da theologia procuram debalde sustentar-se pela habilidade da argumentação dos dialecticos. N'este ponto a Renascença, na phrase pittoresca de Michelet, foi uma rehabilitação da Natureza, abandonada pelos mysticos e amaldiçoada pelos theologos. Tal foi o caracter da grande crise dos espiritos da Europa no seculo XVI, preponderando o criterio da objectividade sobre o velho saber tradicional, hypothetico e subjectivo das escholas. Goethe formulou com profunda intuição este caracter de objectividade na influencia intellectual de uma época: «Em todo o esforço sério, duravel, scientifico ha um movimento da alma para o mundo; vós o constataes em todas as épocas que têm verdadeiramente avançado pelas suas obras: ellas estão completamente voltadas para o mundo exterior.»[2] De facto na Renascença do seculo XIII esse caracter de objectividade foi proclamado em toda a sua altura por Rogerio Bacon, no *Opus tertium:* «Eu chamo sciencia experimental aquella que despreza as argumentações, porque os mais fortes argumentos nada provam emquanto as conclusões não forem verificadas pela experiencia.» Como porém se pretendia conciliar no seculo XIII as affirmações theologicas e metaphysicas com o titulo de *Duas Verdades* (theologica e philosophica) Bacon protesta que a verdade só pode provir da sciencia, sem que esta esteja dependente de outras concepções: «A sciencia experimental não recebe a verdade das mãos das sciencias superiores; ella é que é a dominadora, e as outras sciencias suas serventuarias.—A sciencia experimental é a rainha das sciencias e o termo de toda a es-

---

[1] *Histoire du Développement des Idées,* t. III, p. 161.

[2] *Conversas com Eckermann.*

peculação.—Nós temos meios bem diversos de conhecimento, taes como a auctoridade, o raciocinio e a experieucia; porém a auctoridade não tem valor se lh'o não ligarem, ella não faz comprehender cousa alguma, mas simplesmente crêr; ella impõe-se ao espirito sem esclarecel-o. Quanto ao raciocinio, não se pode distinguir o sophisma da demonstração senão verificando a conclusão pela experiencia e pela pratica.» [1] Estes principios fundamentaes da synthese positiva, comprehendidos no seculo XIII, não tinham ainda o apoio das descobertas astronomicas e physicas para se impôrem a todos os espiritos; por isso Bacon foi perseguido como heretico. O trabalho isolado dos experimentalistas accumulou os materiaes para a nova construcção, e no seculo XV as descobertas do systema planetario, da America e do Oriente, da Imprensa, e da circumducção do globo pelo portuguez Fernão de Magalhães, da polvora applicada á artilheria, e dos textos authenticos das obras de Aristoteles, conduziram para uma emancipação da intelligencia e da consciencia, e muito antes do chanceller Bacon e de Descartes, o seculo XVI entrava em um *consensus* mental, que é a synthese ou o espirito da Renascença. Esta profunda crise dos espiritos determina uma alteração fundamental do systema de Ensino na Europa; á *Auctoridade* da Egreja e á *Dialectica* das Universidades, segue-se a comprovação *experimental,* que não depende da sancção dos papas nem dos reis. Eis a terceira phase da Pedagogia, iniciada no seculo XVI, mas viciada pelo ensino dos Jesuitas, que, para afastarem os espiritos da curiosidade experimental das sciencias, esgotaram as intelligencias nos artificios da Dialectica para subordinarem a rasão á Auctoridade. [2] O quarto termo d'esta progressão será aquelle em que os dados *objectivos* da experiencia se systematisem pela rasão em synthese subjectiva ou normal, e em que a auctoridade seja a consideração dos elementos evolutivos ou historicos por onde se chegou ao conhecimento.

É extremamente notavel na historia a repetição dos mesmos factos, como phenomenos de um organismo; quando no seculo XIII Rogerio Bacon inicia o criterio experimental como conduzindo á verdade, abandonando a auctoridade e a dialectica, tambem ataca Aristoteles,

---

[1] Ms. de Douai, cit. por Viollet le Duc, *Entretiens sur l'Architecture,* p. 460.

[2] Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara*, t. I, p. 47, referindo-se á ruina da eschola dos *Realistas*, diz: «Depois da Renascença, ella cahiu em completo esquecimento. O seu nome nem pronunciado seria, se os Jesuitas não tivessem tentado fortificar-se n'ella, nos tempos que precederam a reforma cartesiana.»

dizendo: «Ha meio seculo apenas, Aristoteles era suspeito de impiedade e proscripto das Escholas. Eil-o hoje erigido em mestre soberano! Qual é o seu titulo? É sabio, diz-se; seja, embora, mas não soube tudo. Fez o que era possivel para o seu tempo, mas não attingiu o limite da sabedoria... Porém, diz a Eschola, é preciso respeitar os antigos.» E contrapõe-lhe: «os mais novos são na realidade os mais velhos; as gerações modernas devem exceder em luzes as de outr'ora, porque são herdeiras de todos os trabalhos do passado.» [1] Na crise intellectual da Renascença, em que vem a preponderar o criterio experimental, reapparece o julgamento de Aristoteles: uns rejeitam-no, como Ramus; Gouvêa e os Protestantes querem que seja estudado como o mestre de toda a objectividade nos seus textos authenticos; e a Companhia de Jesus vicia o problema, impondo o Aristotelismo, não o que resulta da comprehensão directa dos textos, mas do confronto fatigante das opiniões de todos os commentadores. Já não era possivel obstar ao desenvolvimento do criterio experimental; as suas descobertas impunham-se á rasão, obrigando-a a reconstruir a sua synthese, e fazendo-a desprezar o velho e esteril formulismo dialectico. Desde Bacon que se accumulavam as verdades experimentaes ou scientificas; em 1460 publica-se a *Imago mundi,* de Alliaco, o livro sobre que meditava Christovam Colombo, em 1468 Toscanelli colloca o seu gnomon na cathedral de Florença, em 1482 imprimem-se as obras de Euclides com figuras em cobre; Leonardo de Vinci (1452-1519) observa o movimento annual da terra, a theoria das forças applicadas obliquamente á alavanca, as leis do attrito, as velocidades virtuaes, a camara obscura, a perspectiva aérea, as sombras coloridas, o uso do iris e os effeitos da impressão luminosa, a queda dos corpos, os planos inclinados e arco de curva; e além de applicações mechanicas de hydraulica e fortificação, estuda os phenomenos da respiração e combustão, e o phenomeno geologico da elevação dos continentes. [2] Esta actividade mental passava-se em todos os espiritos superiores; em 1520 Regiomontano publica o resumo do *Almagesto* de Ptolomeu, em 1527 Fernel, medico de Henrique II de França, mede a grandeza da terra, aproveitando os resultados da circumducção do globo pelo portuguez Fernão de Magalhães; Rheticus publica as tábuas astronomicas, e Cardan, Tartaglia, Scipio Ferreo e Steffel aperfeiçôam a Algebra, instrumento de pasmosas des-

[1] *Compendium Philosophae*, c. I; ap. Viollet le Duc, op. cit., p. 460.
[2] Draper, *Histoire du Développement des Idées*, t. III, p. 243.

cobertas, até que Copernico, em 1536, attinge a concepção definitiva do systema planetario.

Assim como a organisação das Universidades, no seculo XIII, representa uma profunda crise no ensino europeu provocada pela propagação da Philosophia dos arabes e da Logica byzantina, egualmente a Renascença no seculo XVI, embora resultante do enthusiasmo pelas descobertas da antiguidade classica, vem imprimir ás intelligencias um novo impulso pela generalisação do criterio experimental e abandono da esterilidade dialectica. As consequencias d'esta nova direcção foram da mais alta importancia; as Universidades, corporações officiaes como as francezas, ou autonomas como as inglezas, continuaram a transmittir no seu ensino as concepções tradicionaes, e a liberdade do pensamento exerce-se no isolamento individual, sob às perseguições dos poderes constituidos, até que esses investigadores experimentalistas se agrupam espontaneamente, e sem intuitos docentes, nas Academias scientificas, que vieram a prevalecer no seculo XVII.

Para avaliar esta crise pedagogica, importa conhecer o phenomeno social da Renascença, extremamente complexo pela variedade dos successos impulsivos que contém, e pela falsa noção a que o titulo de Renascença conduz. O seculo XVI não regressa ao passado pelo facto de communicar directamente com as obras dos philosophos gregos, por vulgarisar pela Imprensa as maravilhas da Litteratura hellenica e admirar os prodigios da sua architectura e esculptura, ou mesmo por fundar a sciencia politica pelo estudo das obras de Thucydides e Aristoteles. No meio d'esta paixão pelo passado havia um espirito de revolta contra as concepções preponderantes da Edade média, como se vê em Luiz Vives e todos os Humanistas, e uma expansão de originalidade, de independencia mental, e de concepções, que na sua parte analytica vieram a definir-se em Kepler e Galileo, e na sua parte synthetica em Bacon a Descartes.

As mudanças de concepções correspondem quasi sempre a modificações da organisação social; e o que vimos na relação dos Parlamentos simultaneos com as Universidades, vêmos agora no estabelecimento das Monarchias absolutas e o individualismo critico, scientifico, philosophico e politico que se impõe desde o seculo XVI até á crise franceza da Revolução. N'esta substituição de concepções é natural a oscillação, em que as velhas idéas parecem adquirir mais vigor, como se vê pela recrudescencia do Humanismo quando os Jesuitas se apoderam habilmente do ensino europeu; porém esse vigor, embora se prolongue por mais de um seculo, é ficticio, revelando na severidade

didactica a inanidade do espirito que o alenta. Entre as Universidades italianas e a de Paris é que se definiu melhor o conflicto mental entre o livre pensamento scientifico e a conservação da submissão á theologia medieval. Comprehende-se pois como é que no começo do seculo XVI Portugal, sob o governo dos fanaticos D. Manuel e D. João III, povoou com alumnos as escholas de Paris.

A Renascença, como um phenomeno complexissimo nos factos que tambem encerra, não pode ser fixada de um modo chronologico categorico. Postoque ella seja em si uma consequencia de duas renascenças anteriores, a da entrada dos Arabes no Occidente, e a que começa com as Cruzadas, os seus limites chronologicos devem estabelecer-se como quer Lange «desde o meado do seculo XV até ao meado do seculo XVII.»[1] Dentro d'estes dois seculos de enorme actividade, a Renascença da Europa apresenta tres crises successivas, que se influem simultaneamente, fazendo d'essa época dignamente o começo da civilisação moderna.

O primeiro periodo pode caracterisar-se como *philologico e artistico*. (É preenchido pela Renascença italiana.)

O segundo periodo como *theologico e critico*. (Comprehende a Reforma, especialmente na Allemanha.)

O terceiro como *scientifico e philosophico*. (Determinado pelas descobertas de Galileo, e esboço das Syntheses de Bacon e Descartes.)

As duas Universidades de Bolonha e de Paris, uma fóco dos estudos juridicos, e a outra o centro activo das especulações da Philosophia e da Theologia escholastica, exerceram sobre toda a Europa uma missão civilisadora, alternando-se a sua influencia conforme a politica dos estados era accentuadamente democratica, ou mais francamente monarchica. As relações da Politica com a Pedagogia fazem-se sentir n'esta dupla influencia. Quando a organisação politica consiste na decadencia das instituições democraticas pela preponderancia das *regalias* monarchicas, assim a influencia de Bolonha vae sendo substituida pela da Universidade de Paris. Cantu caracterisa as differenças organicas das duas Universidades: «A Universidade de Bolonha compunha-se de estudantes que elegiam os seus chefes, aos quaes os proprios professores estavam submettidos, ao passo que a de Paris era formada de professores a quem os estudantes estavam subordinados. Estes dois systemas prendem-se á fórma do governo das duas cidades

[1] *Hist. du Matérialisme*, t. I, p. 200. (Trad. Pommerol.)

e á natureza do ensino. Bolonha, como republica, comprazia-se a cultivar o estudo das leis; Paris, cidade monarchica, preferia o da theologia. O systema bolonhez propagou-se na Italia, no meio-dia da França e do outro lado dos Pyrenéos; o systema da França foi imitado em Inglaterra e na Allemanha.»[1] Era no meio-dia da Europa que se conservavam as tradições municipaes; na época da fundação da Universidade de Lisboa a realeza lucrava com o estudo das leis romanas, e imitava a organisação da Universidade de Bolonha; sob D. João I, a liberdade popular que o acclamava garantia-se com a fórma do direito aprendido em Bolonha por João das Regras; D. João II, atacando a fidalguia, pendia tambem para a cultura recebida na Italia. As ordens religiosas preferiam Paris, por causa do esplendor dos estudos theologicos; portanto a sua preponderancia na côrte de D. João III, e as fórmas da monarchia absoluta imposta por D. Manuel no fim do seu reinado e pelo fanatico D. João III, fizeram com que a mocidade procurasse em França a educação litteraria; na reforma da Universidade, em 1537, e sua trasladação para Coimbra, acabaram certos privilegios, como a *eleição dos reitores,* e seguiu-se com a chamada de mestres francezes, ou educados em França, a organisação e implantação dos costumes da Universidade de Paris.

«A Universidade de Paris, sendo uma das derradeiras, que sustentava a Scholastica e todos os velhos dislates, era a eschola de predilecção.—Os espiritos militantes tambem sentiam por instincto que Paris era o verdadeiro campo de batalha, onde devia travar-se até á morte a lucta dos dois espiritos. Da Universidade de Alcalá, o *Cavalleiro da Virgem,* Ignacio de Loyola, um capitão na inactividade, ferido, com trinta e sete annos, acabava de chegar ás escholas de Paris (fevereiro de 1528) e ali permaneceu sete annos.—Da Universidade de Bruges, dedicada ás idéas novas, e protegida por Margarida, um estudante de dezoito annos vinha muitas vezes a Paris, o sombrio e violento, o sabio e eloquente Calvino.—Da Universidade de Montpellier tambem veiu, occasionalmente, um medico, um critico audaz, Rabelais, que levou comsigo uma viva antipathia, um desprezo magnifico por uns e por outros.»[2]

Vives, no *Liber in Pseudo-Dialecticos,* escripto em 1519 e dirigido ao seu amigo Fortis, referindo-se ao atrazo dos estudos em Paris,

---

[1] *Hist. Univer.*, XI época, cap. 24.
[2] Michelet, *La Reforme,* p. 371.

traça um quadro das velhas doutrinas scholasticas, contra as quaes combatia. Lamenta que a Universidade de Paris, a quem competia a iniciativa da renovação, persista na conservação dos methodos atrazados da barbarie scholastica, e tanto mais lhe custa isso por serem professores hespanhoes os que sustentam o estandarte do retrocesso. Referia-se com certeza a Gaspar Lax e a João Celaya. Deplora os dias preciosos que gastou n'estas disputas ôcas de idéas, em que predominava o absurdo, e revolta-se contra a linguagem inintelligivel, que parodiando a expressão ciceroniana se converteu em um palavriado de giria que nem o proprio Cicero poderia entender. O seu odio contra *Pedro Hispano,* cujas *Summulas* ainda imperavam nas escholas no primeiro quartel do seculo XVI, leva-o a ponto de affirmar que elle é uma das causas mais directas da corrupção da linguagem. Accusa os que se estribam na auctoridade de Aristoteles, quando ignoram a propria doutrina do mestre, e desconhecem as suas obras, onde a dicção grega é pura, e o bom senso está livre das argucias e barbarismos que se propagam em nome do philosopho. Combate a dialectica das escholas, porque fazem d'essa arte um fim, quando não é mais do que um meio para servir de instrumento á propagação de conhecimentos, dispendendo estupidamente todo o tempo dos estudos n'ella. E com uma imagem expressiva, Vives compara o Dialectico ao pintor que levou a sua existencia a preparar os pinceis, sem nunca se preoccupar com o quadro. Para comprovar o seu juizo, allega o facto dos seus dois antigos mestres, Lax e Dullard, que choravam amargamente o tempo malbaratado no scholasticismo.

Pela primeira vez se entrava em um estado mental de positividade. Porém as luctas contra a antiga Scholastica, contra a theologia, contra o dogmatismo pedagogico, além dos conflictos inconciliaveis entre o poder temporal e a dissolução da hierarchia e da disciplina da Egreja, embaraçaram a reorganisação de uma nova synthese intellectual. E para chegar a essa synthese era preciso retomar o systema de observação tal como o realisara a Grecia na creação do primeiro par scientifico, até chegar, através de todas as catastrophes sociaes ou crises revolucionarias, a submetter os phenomenos moraes e historicos ao mesmo espirito, e sob esta identidade reorganisar a synthese geral do universo. Tal é a synthese positiva. N'esta complexidade de livros, e accumulação de factos concretos, a intelligencia precisa de um regimen; o mestre retoma a primitiva auctoridade, mas necessaria e inilludivel, e é através da sua exposição que dirige o discipulo até ao ponto em que elle por si mesmo possa racionalmente governar as suas leituras e corroborar os elementos syntheticos.

Durante a Edade média o ensino consistia na audição da palavra do mestre; a falta de livros era supprida pela exposição oral e perstigiosa do lente, que explicava um texto raro e inintelligivel, que o modificava segundo o seu estado mental, e quasi sempre em um ponto de vista synthetico. Cahiu-se assim gradativamente em uma sciencia subjectiva, que prevalecia sobre os textos authenticos, como se deu em relação á obra de Aristoteles.

Com a descoberta da Imprensa facilitou-se a posse e vulgarisação dos livros, e os livros foram considerados como o deposito de toda a sciencia. O *lente,* menos livre do que na Edade média, no seculo XV cingia-se ao texto, cercando-o de glosas, commentos, interpretações, notas, sob um aspecto casuistico, fragmentario e pedante. A letra prevalecia sobre o espirito. Montaigne fala d'esta sciencia *livresca,* apanhada pelos pedantes «au bout de leurs levres, pour la degorger seulement et mettre au vent.»

Na época da Reforma e da Renascença, a renovação dos estudos consistiu principalmente em renovar os elementos do conhecimento scientifico, iniciando-se o processo da observação em logar da auctoridade, transformando pela critica o estudo das linguas classicas, que tornaram melhor comprehendidos os livros classicos da antiguidade, das litteraturas, da religião e do direito.

«Contra este grande movimento, uma opposição viva, ardente, foi levantada tambem. Duas causas diversas tinham presidido á sua nascença. A primeira achava-se na auctoridade despotica que exercem sempre sobre o vulgo as opiniões arreigadas pelo tempo nos espiritos, por mais absurdas que sejam. As primeiras tentativas dos sabios da Renascença tinham-se dirigido contra a philosophia degenerada que reinava nas escholas e que juntava á barbarie da fórma a esterilidade mais triste ainda do fundo: a rasão presa nas categorias de um aristotelismo bastardo, esgotava-se sobre fórmulas e permanecia a maior parte do tempo alheia ás realidades; as abstracções eram tudo, os factos eram nada. Era necessario apear esta barreira, antes de avançar; mas apenas se lhe tocou, logo a eschola, atacada na sua existencia, se levantou em peso, com um ardor que presagiava uma lucta prolongada, e que deu margem a bastantes diatribes odientas, hoje cahidas no esquecimento. Mas se a ignorancia e a rotina tiveram uma larga parte em tudo isto, não se pode negar que o zelo exaggerado, digamos mais, que o excesso em que cahiram muitos apostolos do progresso não suscitou contra os seus esforços sempre resistencias conscienciosas, e, até um certo ponto, esclarecidas. Na admiração pelas fórmas brilhantes da

litteratura antiga, os renovadores deixaram-se levar até á adopção mais ou menos completa do fundo de idéas que elles restabeleciam.» [1]

Sabe-se já qual foi a influencia da descoberta da Imprensa no ensino europeu, substituindo ao *lente* o professor, á palavra do pulpito ou da cathedra o texto do livro accessivel ao vulgo. A fuga dos sabios byzantinos para as cidades da Italia, por occasião da tomada de Constantinopla pelos turcos, fez com que se generalisassem as obras litterarias da Grecia, e portanto que o acanhado humanismo latino se aperfeiçoasse com essa corrente do hellenismo, orgão de idéas universalistas que se haviam perdido na expansão de Alexandre para o Oriente. Sob Lourenço de Medicis (1470-1492) o Platonismo puro recebido do conhecimento directo da obra do philosopho, repelle esse platonismo desvairado da eschola de Alexandria, assim como o Aristotelismo averroista é substituido pelo Aristotelismo alexandrista, em que, como diz Draper: «as puras doutrinas de Aristoteles vêm em logar das baixas doutrinas aristotelicas das escholas.» [2] N'esta reivindicação das doutrinas do stagyrita, Portugal acha-se dignamente representado pelo triumpho de Antonio de Gouvêa, que impoz o respeito que se deve ter pelo grande philosopho, conhecido directamente seu texto, contra Pedro Ramus, que protestara com rasão contra o Aristoteles deformado pelas apostillas escholasticas. O latim tambem foi mais profundamente conhecido pelos eruditos italianos, como Lourenço Valla, Angelo Policiano, Pic de la Mirandola, que procuravam restabelecer como fórma definitiva a elocução *ciceroniana*. A Italia era o fóco da cultura latinista, e Valla proclamava nos seus desalentos politicos: «Perdemos a nossa supremacia, mas pela virtude deslumbrante da lingua latina nós ainda dominamos sobre uma grande parte do universo. Nossa é a Italia, nossa a Hespanha, a Allemanha, a Pannonia, a Dalmatia, a Illyria, e tantos outros povos. Porque, onde quer que reina o idioma romano, ahi se conserva o imperio de Roma.» Á sombra d'este conhecimento da lingua latina é que a Egreja dominara nos espiritos, como interprete da Biblia, e como possuidora da linguagem da liturgia. O conhecimento philologico do latim, do grego e do hebreu veiu emancipar os espiritos, revelando que nos escriptores gregos existiam idéas de ordem tão elevada como na Biblia, e conduzindo pela analyse dos novos gram-

---

[1] Namèche, *Sur la vie et les écrits de Vives.* Memoires couronnés de l'Académie de Bruxelles, t. xv, p. 8 (1841.)

[2] *Histoire du Développement des Idées,* t. II, p. 135.

maticos latinos á critica dos textos, e a esse racionalismo que provocou a Reforma religiosa. Draper viu claro o alcance d'esta parte philologica da Renascença: «O renascimento da pura latinidade e a introducção do grego lançaram os fundamentos de uma critica mais correcta. Uma edade de erudição era inevitavel, na qual tudo o que não pudesse sustentar um exame profundo seria implacavelmente rejeitado.»[1] Assim, como ainda observa Draper, pelo desenvolvimento da philologia em critica, a intelligencia europêa achou-se naturalmente na crise religiosa, a que se chamou de um modo restricto—a Reforma; o celebre latinista Nebrixa, que inicia os estudos humanistas na Hespanha, foi accusado á Inquisição por ter tido a audacia de apontar alguns erros de grammatica na versão da Vulgata. O poder moral de Erasmo na Europa resultava da sua livre critica philologica, e quebrando os moldes quadriviaes das Universidades, inaugurou o novo typo da *Instrucção superior,* que veiu a ser realisado no Collegio de França por Francisco I. Comprehende-se o terror da Egreja ao vêr fugir-lhe o seu poder espiritual; primeiramente considerou como heretico o acto de traduzir para as linguas vulgares a Biblia, e depois tratou de organisar um corpo de latinistas, que, luctando com os philologos da Renascença, se apoderassem do ensino publico, obstando ao desenvolvimento das linguas vulgares. Tal foi a causa do estabelecimento dos Jesuitas, no segundo quartel do seculo XVI, para subordinarem este movimento philologico á Egreja: «Os jesuitas blasonavam de formarem o laço entre a religião e a litteratura.»[2] Alguns philologos do seculo XVI cahiram n'esta illusão, como se vê pelas palavras de João Sturm: «Congratulo-me por vêr fundar este instituto, por dois motivos: o primeiro é que, tomando parte na nossa obra, dedicam-se á cultura das sciencias, porque eu tenho visto que auctores elles explicam e que methodo seguem, um methodo que se afasta tão pouco do nosso, que se diria que temol-o bebido nas mesmas fontes; o segundo, é que elles nos obrigam a redobrar de ardor e de vigilancia, se nós não quizermos deixal-os desenvolver mais zelo do que nós, e formar discipulos mais letrados e sabios do que os nossos.»[3] N'esta concorrencia activa, os Jesuitas, pelo absoluto imperio do latim, não crearam, nem deixaram crear uma *Instrucção popular,* iniciada pelos Protestantes, mas definiram no ensino

---

[1] *Histoire du Développement des Idées*, t. III, p. 150.
[2] Idem, ibid., p. 172.
[3] Ap. André, *Nos Maîtres—hier,* p. 149.

publico europeu o typo da *Instrucção secundaria,* exclusivo dos seus Collegios, o qual ainda prepondera nos Gymnasios e Lyceus modernos.

É a começar no seculo XV que as Litteraturas modernas são escriptas, não nos dialectos vulgares como as tradições da Edade média, mas nas linguas nacionaes, isto é, os dialectos que se tornam exclusivos conjunctamente com o facto politico da unidade nacional de um povo. A Egreja perdia no seu poder espiritual, porque o sentimento popular achava alimento nas creações profanas das novas litteraturas; Draper notou tambem este facto: «A preponderancia do latim era a condição da sua força; sua decadencia, sua ruina e desapparecimento, o signal da reducção do seu dominio a um pequeno principado italiano. De facto, o desenvolvimento das linguas européas foi o instrumento da sua ruina.» [1] N'esta lucta para salvar um poder que lhe fugia, a Egreja começou por considerar toda a actividade do pensamento como uma heresia, amaldiçoando-a com anathemas e com o canibalismo das fogueiras. Usando da sua influencia junto do poder temporal, organisou a resistencia pela força bruta, lançando contra as novas idéas os Dominicanos *(Domini canes),* que se consideravam, por um terrivel trocadilho, os Cães de Deus, para farejarem a impiedade, e deu-lhes o privilegio de julgarem da heterodoxia nos Autos de Fé, da Inquisição. [2] Este terrivel tribunal foi instituido em Portugal por bulla de 23 de maio de 1536, nas vesperas da reforma da Universidade de Lisboa, em 1537. Como, porém, a Europa da Renascença já não era a Europa

---

[1] Op. cit., t. III, p. 131.

[2] «Os doutores de Louvain, mesmo os mais oppostos ás boas lettras, tinham, ainda que inconscientemente, cooperado na revolução que rebentou no seculo XVI na Egreja e no mundo intellectual em geral, quer diffundindo as luzes por um ensino habil, quer afastando o gosto da barbarie, á força de ridiculo e dos absurdos, quer finalmente dando mais energia á necessidade de innovar, por uma resistencia inhabil ou brutal. Luthero teve, desde o principio, e emquanto pareceu moderado, fervorosos amigos em Louvain, como adiante veremos, mas foi ali mesmo combatido com affinco, e por desgraça, por uma maneira pouco honrosa para os seus adversarios. Em um folheto de algumas paginas, impresso em 1521, e do qual Daniel Francus tirou um resumo, lê-se uma anecdota curiosa: Os Dominicanos do Louvain quizeram fazer um auto de fé dos escriptos de Luthero; cada qual tratou de vir assistir a este bello espectaculo; muitos trouxeram livros destinados ás chammas, porém não eram os do doutor anathematisado. Os estudantes acharam mais engraçado substituil-os, um pelo *Sermones discipuli*, outro pelo *Tartaretum*, este pelo *Dormi secure*, aquelle pelo *Paratum*, e uma multidão de cartapacios d'esta especie.» (Reiffenberg, 2^e^ *Mémoire sur les deux premiers siècles de l'Université de Louvain.* Nouv. Mém. de l'Académie Royal de Bruxelles, t. VII, p. 13, 1832.)

do seculo XIII, a Egreja acceita o movimento intellectual para desvial-o em sua vantagem, e aproveita a instituição da Companhia de Jesus, organisada em Paris, para se apoderar do ensino publico dos Collegios e Universidades. Assim a reforma pedagogica feita pelos Gouvêas em 1547 é annullada pela entrega da Universidade de Coimbra aos Jesuitas em 1555. Pela singular importancia que o Doutor Diogo de Gouvêa tinha junto de D. João III, é que a nova instituição da Companhia de Jesus foi admittida em 1540 em Portugal, aconselhando-o a que lhe confiasse o ensino da nobreza: «deu este alvitre a el-rei o Doutor Diogo de Gouvêa, portuguez e pessoa de grande auctoridade, que tinha sido Reytor do Collegio de Santa Barbora, naquellas celebres escholas de Paris, quando ali estudaram Santo Ignacio e seus companheiros.»[1] Os Jesuitas pagaram com a costumada ingratidão áquella illustre familia de humanistas, lançando fóra da Universidade de Coimbra os professores trazidos por André de Gouvêa, quando em 1547 veiu de Bordéos reorganisar os estudos superiores; destruiram a sua obra, e com a fundação do Collegio das Artes fizeram o assalto á Universidade, de que se apoderaram em 1555 por ordem de D. João III. Aqui temos em presença uma da outra a Ordem dos Dominicanos e a Companhia de Jesus, uma antiga, com perstigio e a auctoridade, com o privilegio dos Autos de Fé, para extirpar pela fogueira os hereticos e pensadores; a Companhia era recente, nascida no meio das dissidencias doutrinarias da Egreja, quando estava triumphante a Reforma na Allemanha, quando todo o fervor religioso era suspeito, sendo por isso os Jesuitas apupados como *Franchinotes*. Os Dominicanos não podiam vêr com bons olhos estes novos concorrentes. Se era preciso manter a auctoridade da doutrina catholica, elles bastavam com as suas fogueiras; os seus Autos de Fé eram feitos com pompa, como uma festa publica, e desempenhavam-se com um canibalismo sincero. O Jesuita transigiu emquanto á doutrina, mas teve só em vista manter a auctoridade temporal do Papa, tornando-se o seu corpo diplomatico em todas as côrtes da Europa como confessor dos reis e da aristocracia. Em Portugal não foram bem recebidos os Jesuitas; na côrte dominavam os Dominicanos, que haviam alliciado para si o infante D. Henrique, Inquisidor-geral (3 de julho de 1539), porém os Jesuitas apoderaram-se do animo do rei, que lhes deu logo a direcção exclusiva do ensino dos moços fidalgos. Sobre uma tal base é que elles luctaram, vencendo todas as difficuldades,

[1] P. Balthazar Telles, *Chronica da Companhia,* liv. I, c. IV, p. 15.

captando os filhos das familias mais poderosas, e obtendo dotações e rendas para a fundação de Collegios. Por fim o proprio Cardeal-Infante-Inquisidor veiu a reconciliar-se com os Jesuitas, aos quaes o papa Paulo III dava as mais absolutas isempções, como á sua milicia secreta. Os Dominicanos continuaram a queimar hallucinados de demonomania, mas este meio era impotente para abafar o movimento intellectual da Renascença da Europa, que provocara a dissidencia religiosa da Reforma; os Jesuitas foram com a corrente do seculo, fizeram-se humanistas, pedagogos, e explicaram nas suas escholas, em longos exercicios de rhetorica, os monumentos da litteratura greco-romana, préviamente recortados nas suas *Selectas*. A recrudescencia dos Dominicanos e o fervor nascente dos Jesuitas foram nas nações occidentaes a consequencia d'esse outro movimento esteril do Protestantismo nos povos do norte. No Occidente a actividade scientifica pôde exercer-se pela conciliação artificiosa das *Duas Verdades*, accumulando-se as observações e experiencias que conduziram á synthese philosophica da Renascença. Onde o Protestantismo entrou, toda a actividade de espirito foi desgraçadamente dispendida em questões theologicas, e em um puritanismo de boa-fé, que por praticas severas de liturgia imprimiu no cidadão o sello da subordinação muda; a Allemanha, é facto, que iniciou a Reforma, mas ficou fóra da corrente da civilisação até ao fim do seculo XVIII, quando recebeu o influxo dos incredulos Encyclopedistas francezes.

O phenomeno revolucionario do Protestantismo, que se generalisa na Europa no seculo XVI, não resultava de uma simples reacção contra os costumes do clero ou dos abusos do Papado; era a consequencia de um espirito de critica inherente a todo o monotheismo, que impõe uma determinada unidade dogmatica pela refutação das doutrinas que se não conformam com ella. Esses processos polemicos, como uma faca de dois gumes, cortam pelas heresias e suscitam heresias. A Egreja na sua constituição encontrou sempre dissidencias, que só começaram a ser importantes desde que surgiu a separação entre os dois poderes espiritual e temporal. Á medida que a Europa saía do regimen feudal, e se concentrava a soberania, constituiam-se os estados nacionaes; resultava que a realeza pela dictadura e apoiada nos exercitos permanentes prevalecia sobre o poder dos papas, cuja acção enfraquecia pela independencia das egrejas nacionaes. Era portanto no seculo XVI que a crise religiosa se devia manifestar de um modo mais intenso, aggravada pela transformação politica das monarchias, e pelo desenvolvimento litterario das linguas nacionaes, que tornavam desnecessario o

uso do latim. O conhecimento dos poetas e moralistas grego-romanos tirava ao catholicismo o imperio exclusivo da verdade theologica e suscitava o livre exercicio de uma critica que começava com um intuito philologico e acabava por uma negação de heterodoxia, dissolvendo o systema catholico. A dissolução que começara no seculo XIII com o ensino leigo, era individual; no seculo XVI é social, dividindo a Europa em dois elementos distinctos, e reduzindo a Egreja a um partido de combate. Comte formúla em nitidas palavras esta evolução do Protestantismo, como expressão negativa do livre-exame individualista: «Os doutores que sustentaram tão longo tempo contra os papas a auctoridade dos reis, ou as resistencias correspondentes das Egrejas nacionaes ás decisões romanas, não podiam certamente evitar de se attribuirem, de uma maneira mais ou menos systematica, um direito pessoal de exame, que, de sua natureza, não devia, sem duvida, ficar indefinidamente concentrado entre taes intelligencias nem sobre taes applicações; e que, com effeito, espontaneamente ampliado depois, por uma invencivel necessidade, simultaneamente mental e social, a todos os individuos e a todas as questões, gradualmente conduziu á destruição radical, primeiramente, da *disciplina* catholica, depois da *hierarchia,* e por fim até do proprio *dogma.*» [1]

É pela successão d'estas phases da crise protestante que derivava da situação das sociedades modernas, que vimos os povos catholicos participarem das aspirações para uma reforma da *disciplina* dentro da egreja, e os reis ainda os mais piedosos exercerem auctoridade indiscutivel sobre o clero dos seus estados. Fernando, de Hespanha, chegava a propôr ao concilio a abolição do celibato clerical, e junto com o rei D. Manuel combinaram «que cada um d'elles per seus embaixadores, mandasse amoestar o Papa e pedir-lhe como obedientes filhos da Egreja catholica, que quizesse poer ordem e modo na dissolução da vida, costumes e expedição de breves, bullas e outras cousas que se na côrte de Roma tratavam de que toda a christandade recebia escandalo.» [2] Se encontramos um poeta como Gil Vicente atacando no seu *Auto da Feira* as simonias de Roma, [3] tambem se inspira no mesmo

---

[1] *Cours de Philosophie positive*, t. v, p. 378.

[2] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel,* P. I, cap. v.

[3] Algumas inferencias se podem produzir, de que Gil Vicente conheceu as idéas da Reforma. Gallardo, na *Biblioteca de Livros raros* (p. 984), falando de uma primeira redacção do Auto das Barcas, que tem o titulo de *Tragicomedia allegorica do Infierno y Paraiso*, diz que é uma imitação de uma composição drama-

sentimento religioso Frei Bartholomeu dos Martyres debatendo no Concilio de Trento a favor da extincção do celibato, tal como o realisou a primeira phase protestante, que chegou mesmo em Roma a ter sinceros partidarios n'essa modesta associação do Oratorio do Amor divino, que se reunia em Transtevere, e que contou entre os seus membros Sadoleto, Contarini, Giberti e Caraffa. Os grandes poetas lyricos do seculo XVI, como Sá de Miranda, Miguel Angelo e Victoria Colonna, participaram d'esta aspiração melancholica de uma reforma possivel sem sahirem da obediencia á *disciplina* da Egreja.

O espirito severo e ao mesmo tempo poetico de Sá de Miranda, pertence a uma cathegoria de genios superiores que só podem ser bem comprehendidos pela parte que tomaram nas duas correntes artistica e intellectual da Renascença e da Reforma. Miguel Angelo e Victoria Colonna, no seu delicado lyrismo amoroso, exprimem o sentimento por um esforço do pensamento; e a emoção reflectida perdendo em espontaneidade ganha em profundidade. Sá de Miranda tem no seu lyrismo esse predominio do pensamento, a contemplação activa de uma organisação formada. Mas tanto nos versos de Sá de Miranda, como nos de Miguel Angelo e Victoria Colonna, ha uma tristeza inexprimivel, que apparece no principio do seculo XVI nas almas catholicas, que sem approvarem a dissolução do papado, e sem se desligarem da egreja de Roma, acham na aspiração á simplicidade evangelica do Protestantismo um esforço sympathico, que abraçariam se isso não fosse formulado como quebra da *disciplina* canonica. Em Portugal, como nos outros povos occidentaes, não lavrou o Protestantismo dissidente, mas sentiu-se a necessidade de restaurar a Egreja primitiva; esses espiritos, que viam no Protestantismo a heresia e a repressão inquisitorial, cahiram na tristeza da sua instabilidade moral. Sá de Miranda possuiu uma

---

tica de Juan Valdés, secretario latino de Carlos v, o qual seguira as idéas da Reforma: «La traza de esta comedia menandrina (es decir, ejemplar moral) se echa bien de ver que está tomada del *Dialogo de Mercurio y Caron* de Juan de Valdés.» Na segunda redacção d'esta tragicomedia, põe Gil Vicente na bocca do onzeneiro:

> Sancta *Joanna de Valdés!*
> Cá é vossa Senhoria?
> (*Obr.* II, 223.)

> Diz que não hade cá vir
> Sem *Joanna de Valdés.*
> (*Ibid.*, p. 231.)

Biblia em linguagem vulgar, o que nos revela que provou o pômo do livre exame;[1] mas a belleza austera dos seus versos, a tristeza humana tão parecida com a de Miguel Angelo e Victoria Colonna, são tambem a revelação de que subjugou o seu sentimento á inflexibilidade da *disciplina*.

A prohibição de lêr a Biblia em traducções nas linguas vulgares generalisou-se no occidente como meio de reagir contra o livre exame proclamado pela Reforma. O bispo de Toledo, D. Bartholomeu Carranza, nos seus *Commentarios sobre el Catecismo cristiano* (1558), allude a esta prohibição: «É questão muito debatida ha mais de vinte annos a esta parte... se é conveniente que a Sancta Escriptura se traduza nas linguas vulgares, de maneira que cada nação a tenha na sua.—Tratou-se esta questão no Concilio de Trento, porém não se pôde determinar, para dar logar a outros assumptos.—Antes que as heresias do malvado Luthero sahissem do inferno a esta luz do mundo, não sei que estivesse prohibida a Sagrada Escriptura nas linguas vulgares entre nenhuns povos. Em Hespanha havia Biblias trasladadas em vulgar por mandado de Reis Catholicos, em tempo que se consentiam viver entre christãos os mouros e judeus com suas leis. Depois que os judeus fo-

---

1 Sá de Miranda possuia uma antiga traducção da Biblia, apesar das prohibições canonicas que a Inquisição fazia respeitar pela fogueira. Diz Frei Fortunato de S. Boaventura, no prologo que precede a edição das *Historias d'abreviado Testamento velho,* da livraria de Alcobaça: «Tive esperanças de confrontar este codice com outro quasi similhante, que ainda ha poucos annos se guardava na Livraria dos Bispos de Lamego, e n'esta idéa fiz uma viagem no coração do inverno, quando já começava de se imprimir este volume; porém desgraçadamente vim a saber, que eram inuteis os meus desejos, por se haver perdido ou extraviado o Codice que pertencera a *Francisco de Sá e Miranda.*» *(Collecção de Ineditos portuguezes,* t. II, p. VIII.) Ribeiro dos Santos *(Memorias da Academia,* t. VII, p. 20 sg.) diz que a traducção historiada do antigo Testamento «existiu em poder de D. Miguel de Vasconcellos Pereira, que morreu Bispo de Lamego.» Porventura pertenceria a traducção da Biblia a Antonio Pereira Marramaque, o amigo de Sá de Miranda, condemnado pela Inquisição por traduzir a Biblia em vulgar. Na primeira folha da traducção estava incorporada a licença concedida a Sá de Miranda por Frei Francisco Foreiro. Ácerca do seu amigo Marramaque escreve ainda Ribeiro dos Santos: «Muitos varões doutos já em tempos antigos desejaram vêr entre nós a trasladação das santas Escripturas em portuguez; foi um d'elles Antonio Pereira Marramaque, Senhor dos Logares da Taipa, Lamegal e Cabeceiras de Basto, e grande amigo de Francisco de Sá de Miranda, que muito o inculcava e persuadia no Dialogo entre o Gallo e o outro animal sobre o v.º do Psalmo: *Lex Domini immaculata,* que foi um dos motivos por que se lhe negava licença para a impressão.» *(Memorias da Academia,* t. VII, p. 23, not.)

ram expulsos de Hespanha, acharam os juizes da Religião que alguns dos que se converteram á nossa santa fé instruiam seus filhos no judaismo, ensinando-lhes as cerimonias da lei de Moisés por aquellas Biblias vulgares, as quaes depois imprimiram em Italia, na cidade de Ferrara. Por esta causa tão justa se prohibiram as Biblias em Hespanha; porém sempre se teve attenção com os collegios e mosteiros e com as pessoas nobres que estavam fóra de suspeita, e se lhes dava licença que as tivessem e lêssem. Depois das heresias da Allemanha, traduziram a Sancta Escriptura em tudesco e francez, e depois em italiano e inglez, para que o povo fosse juiz, e vissem como fundavam suas opiniões. Isto causou infinito damno, porque entendem a Escriptura como a cada um lhe parece... etc.» Aqui temos reconhecido o individualismo critico, que mesmo sem romper com a Egreja se exercia, sobretudo nos trabalhos da philologia. É n'esta situação delicada que nos apparece Erasmo, exercendo na Europa um verdadeiro poder espiritual, cortejado pelos reis catholicos que o procuravam attrahir para os seus estados, como Francisco I e D. João III, bajulado por Luthero, que precisa do perstigio do humanista para o seu triumpho, e que, apesar das terriveis satyras do *Elogio da Loucura,* defende com simplicidade a unidade catholica. Apreciando esta primeira phase de decomposição da constituição catholica, conclue Comte: «não se pode duvidar que os povos catholicos participassem tão realmente como os protestantes d'esta primeira transformação revolucionaria, salvo a differença das fórmas e a diversidade dos meios, que pouco importam ao resultado. Não sómente em França, mas na Hespanha, na Austria, etc., os reis, sem se arrogarem tão abertamente uma vã e ridicula supremacia espiritual, eram já com certeza, no tempo de Luthero, para os seus cleros respectivos, senhores não menos absolutos, não menos independentes, em rigor, do poder papal, como se tornaram então os principes protestantes.» [1] O nome de *libertino,* que se tornou, com a corrupção do sentido primitivo, synonimo de devasso, significava no seculo XVI esta independencia geral da auctoridade dos papas, e os protestos contra a sua *hierarchia,* como se tornaram effectivos na phase calvinista. Os *libertinos* eram principalmente litteratos e humanistas; era por elles que a Reforma penetrava em França, e que na Suissa tomava um caracter politico. Calvino, na sua dissidencia critica, rejeitava a affirmação do livre-arbitrio de Luthero, e repellia tambem a effi-

---

[1] *Op. cit.,* t. v, p. 411.

cacidade das obras; proclamando a justificação pela Graça, procedia pelo esforço de uma approximação directa entre o homem e a divindade, por chegar á negação da *hierarchia* catholica eliminando todos os intermediarios, o papa, os padres da egreja e os proprios santos. Era verdadeiramente o fóco vital do protestantismo, que persistiu na Egreja na terrivel polemica entre Jesuitas e Jansenistas sobre a Graça efficaz e o Livre-Arbitrio. N'esta dissolução intensa, o clero submette-se á realeza para resistir como um partido, e realisam-se as carnificinas desde a Saint-Barthélemy até ao canibalismo resultante da revogação do Edito de Nantes. Comte estabelece a relação entre estas tres phases do protestantismo: «Luthero não arruinou mais do que a *disciplina* ecclesiastica para melhor a adaptar, como já expliquei, a esta servil transformação (a subserviencia politica do clero). Tambem esta primeira desorganisação, em que o systema catholico era o menos alterado possivel, constituia realmente a unica fórma sob a qual o protestantismo poderia organisar-se provisoriamente em uma verdadeira religião de estado, ao menos nas grandes nações independentes. O Calvinismo, primeiramente esboçado pelo celebre cura de Zurich, veiu depois ajuntar a esta demolição inicial a do conjuncto da *hierarchia* que sustentava a unidade social do catholicismo, não continuando depois a trazer ao dogma christão senão modificações simplesmente secundarias, ainda que mais extensas que as precedentes. Esta segunda phase, que só convém ao estado de pura opposição, sem comportar nenhuma apparencia organica duravel, parece-me constituir a verdadeira situação normal do protestantismo, se se pode assim qualificar uma tal anomalia politica; porque o espirito protestante desenvolveu-se então da maneira mais conveniente á sua natureza eminentemente critica, que repugna á inerte regularidade do lutheranismo official. Por ultimo, a explosão anti-trinitaria, ou o socinismo, completou naturalmente esta dupla dissolução prévia da disciplina e da hierarchia, juntando-lhe finalmente a das principaes crenças que distinguem o catholicismo de todo e qualquer outro monotheismo.»[1] Socino, que como Calvino era um profundo humanista, que aprendera o grego e o hebreu para lêr os dois Testamentos, rejeita tudo o que não provém da letra da Biblia e dos Evangelhos, tal como os *dogmas* da Trindade, da consubstancialidade do Verbo, da divindade de Jesus, e da expiação e recompensas. A doutrina vinha de Italia, do fóco do humanismo, onde a metaphysica em

---

[1] *Ibidem*, t. v, p. 465.

Giordano Bruno tentava uma audaciosa synthese. O socinismo, como observa Comte, era o ultimo grão do protestantismo, que o approximava do Deismo moderno. O rigor sanguinario de Calvino, que manda queimar o medico Miguel Servet, transforma-se em Socino na tolerancia humana, protestando contra a pena de morte infligida aos hereges. É n'esta phase mental que vamos encontrar os homens de sciencia, especialmente os mathematicos e os medicos.

Era vulgar no seculo XVI o aphorismo italiano, *duoi medici, quatro athei;* o empirismo critico despertava esta accusação, que Descartes converteu em louvor, quando disse: «Se os homens chegarem a vêr a luz é da Medicina que ella lhe ha de vir.» Comte explica esta transição insensivel de um deismo metaphysico para o atheismo: «A maior parte das intelligencias, sobretudo as cultivadas, não sabem esperar e duvidar preparando, como procederam os verdadeiros philosophos da antiguidade. Foi por isso que a vã indagação de uma synthese objectiva, mais absoluta que qualquer theologia, se achou retomada no Occidente moderno conforme as bases gregas, com um ardor augmentado pela esperança de substituir toda a causalidade sobrenatural.»[1] O rei D. Manuel, querendo provêr a cathedra de *Astronomia*, recorreu aos medicos Mestre Filippe e Thomaz de Torres; em um dos pedidos dos povos nas côrtes de Torres Novas, em 1535, allude-se á livre critica exercida nos estudos da Physica, especialmente professada pelos christãos-novos: «pede a V. A. que mande apprender de *Physica* quarenta ou cincoenta christãos-velhos, que para isso tenham habilidade, *porque esta sciencia não anda agora senão em christãos-novos*...» Os grandes nomes dos medicos Abrahão Zacuth e de Amato Luzitano despertavam este terror dos credulos, que receiavam vêr perturbada a paz do estado pelas doutrinas scientificas. Com o negativismo dos homens de sciencia coincidia tambem essa metaphysica realmente negativa dos humanistas, que, alheios ao protestantismo, aproveitavam-se comtudo da faculdade do livre-exame. Referindo-se a esta metaphysica negativa que se manifestava desde o seculo XIII, Comte caracterisa a parte dos homens de letras do seculo XVI n'este movimento intellectual: «No seculo XVI ella deixa actuar o protestantismo, abstendo-se cuidadosamente de contribuir para a sua elaboração, e aproveita sómente a semi-liberdade que a discussão philosophica acabava assim de adquirir, necessariamente para começar a desenvolver directamente a

[1] *Système de Politique positive*, t. III, p. 513.

sua propria influencia mental, quer escripta, quer sobretudo oral; é o que se deprehende então altamente dos illustres exemplos de Erasmo, de Cardan, de Ramus, de Montaigne, etc.; é o que confirmam, com mais evidencia ainda, as queixas ingenuas de tantos verdadeiros protestantes sobre a expansão crescente de um espirito anti-theologico que ameaçava já de tornar essencialmente superflua a sua reforma nascente, fazendo alfim sobresahir immediatamente a irrevocavel caducidade do systema que era o objectivo d'ella.» [1]

É este espirito anti-theologico o que se exerce na critica dos grandes humanistas, quando restauram o estudo do latim, do grego e do hebraico, e renovam os methodos pedagogicos, como vêmos em Erasmo, Vives e Budé, e nos pensadores Rabelais, Montaigne e Huarte. O estudo do latim levou á renovação do estudo da Jurisprudencia romana, approximada dos successos da vida social revelada pelos poetas latinos; o estudo do grego facilitou o estudo dos Evangelhos, da Mathematica e da Medicina; o conhecimento do hebreu, approximado genialmente do arabe por Clenardo, transformava o estudo da theologia. Comprehende-se como por estes grandes resultados os trabalhos dos humanistas despertassem profundas tempestades, encontrassem o rancor conservantista das Universidades, e acabassem por perderem o apoio que os reis no seu primeiro enthusiasmo lhes concederam, abandonando-os á absorpção esteril dos Jesuitas.

O intuito do convite de D. João III chamando Erasmo para a Universidade de Lisboa revela-se approximando-o das tentativas que fizeram Francisco I, Carlos V e Henrique VIII, procurando attrahir para os seus estados o então omnipotente philologo. Escreve Nisard, nos seus *Estudos sobre a Renascença:* «Tres jovens reis, os maiores da Europa, elevados ao throno quasi ao mesmo tempo, Francisco I, Carlos V e Henrique VIII, disputam entre si qual o ha de ter como subdito voluntario. Os Papas escrevem-lhe para lhe participarem a sua coroação e offerecer-lhe a hospitalidade publica em Roma. As pequenas monarchias, a exemplo das grandes, as provincias e as cidades a par dos reinos, convidam-no para vir ao seu seio gosar de um ocio glorioso; todos o lisonjeiam, até o proprio Luthero. Todos os prelos da Allemanha, da Inglaterra e da Italia reproduzem os seus escriptos; todos aquelles que lêem, não lêem senão Erasmo.» [2] A importancia que o

---

[1] *Cours de Philosophie positive,* t. V, p. 490.
[2] *Études sur la Renaissance*, p. 56.

philologo encontrava na Hespanha acha-se synthetisada em um proloquio muitas vezes apontado nos processos da Inquisição:

> Quien dice mal de Erasmo,
> ó es frayle, ó es asno.[1]

Os hellenistas eram considerados pelos fanaticos como propugnadores da heresia de Luthero; Budé escreveu em 1534 um opusculo *De transitu ad Hellenismum* para combater esta imputação de heresia que vinha já do tempo de Justiniano. Contra a lingua hebraica, vociferava um prégador de Paris: «todos os que a aprendem ficam immediatamente judeus.»[2] Contra a boçalidade monacal vibraram eternas satyras Erasmo no *Elogio da Loucura,* Ulrico von Hutten nas *Epistolae obscurorum Virorum,* e Rabelais no *Pantagruel.* Era o exame critico da velha sciencia medieval, do pedantismo dos doutores e theologos. «Imaginaram combater os adversarios com as proprias armas, e penetrar no campo inimigo com o fardamento do inimigo. Tal foi a origem das *Epistolae obscurorum Virorum*... O judicioso Buhle considera que entre todas as satyras, que appareceram n'esta época, não ha outra em que a superstição, o espirito de controversia, a sêde de dominar, a intolerancia, a devassidão, a torpeza, a ignorancia e a latinidade barbara dos monges mendicantes e dos Scholasticos sejam ridicularisados com mais finura do que n'estas Cartas. Pode-se avançar sem receio, segundo o juizo d'este mesmo escriptor, que ellas e o *Elogio da Loucura* por Erasmo fizeram o maior mal á auctoridade papal e monachal.»[3] Segundo Voltaire, Rabelais conheceu estas Cartas, ás quaes allude na caricata Livraria de Sam Victor, citando o *Callibastratorium caffardiae auctore M. Jacobo Hochstratem haereticometra.* Porém, ás satyras anti-theologicas, em que uma critica intelligente der-

---

[1] Effectivamente os frades não perdoavam a Erasmo o ter facilitado a leitura dos Evangelhos pela cultura do grego, e de ter revelado a moral universal nos seus *Adagia.* O frade Médard, prégando em 1530, dizia contra Erasmo: «Acaba de apparecer um novo doutor, que se chama Erasmo, a minha lingua embaraça-se, quero dizer, um asno. Ora, este asno teve a audacia de corrigir o *Magnificat.* Foi o precursor das perturbações que affligem o mundo christão; de todas as heresias novas, da recusa de se pagar os dizimos, dos insultos com que se ataca o soberano pontifice, e da revolta dos camponeos da Allemanha.» (Ap. Barão de Reiffenberg, *4e Mémoire,* etc., p. 98.)

[2] Sismondi, *Histoire de Français,* t. XVI, p. 364.

[3] Reiffenberg, *4e Memoire,* p. 46.

ruia a scholastica, acoutada nas Universidades, seguiu-se a preparação do caminho para a grande crise pedagogica do seculo em que collaboraram, os Humanistas creando o typo verdadeiro da Instrucção superior (o *Collegio de França),* os Jesuitas destacando das Universidades a Instrucção secundaria *(Collegios de Artes)* e os Protestantes estabelecendo a Instrucção primaria com o desenvolvimento das *Escholas populares.*

A synthese mental esboçada no seculo XIII, que procurara a sua realisação na creação das Universidades, como orgãos de um novo poder espiritual, veiu no seculo XVI proclamar a necessidade de uma fórmula definitiva e universal como disciplina do individuo e da sociedade moderna, coexistindo independentes, e conciliando a auctoridade com a liberdade. As Universidades no seculo XVI, paralysadas no automatismo tradicional, não comprehenderam esta insurreição dos espiritos, e, como corporações consagradas pelo perstigio do passado, luctaram contra as forças vivas de um grande seculo de renovação, impuzeram os seus methodos dialecticos, as summas doutrinarias, a intolerancia dos lentes, e mais ainda o exclusivismo da protecção real, para embaraçarem a nova corrente das idéas. No seculo XVI as Universidades, incapazes de reorganisarem a synthese mental, ou mesmo de a comprehenderem, ficaram elementos de reacção, acabaram o seu destino, subsistindo comtudo como corporações docentes de uma caracterisada esterilidade. É notavel este phenomeno de decadencia das principaes Universidades, apesar das differenças da sua organisação: as Universidades inglezas decáem, apesar de conservarem todos os privilegios autonomicos, os seus rendimentos proprios e a cooperação activa de numerosos Collegios; a Universidade de Paris decáe, apesar de ter absorvido em si os Collegios, e de, em compensação da perda dos seus privilegios medievaes, ter as regalias da protecção do monarcha. Qual a rasão do mesmo effeito em condições tão differentes? Porque a fórma da sua actividade mental não se libertava da estreiteza das disciplinas quadriviaes, nem o espirito se libertava da letra dos textos viciados por preconisados commentadores.[1] Porque, emfim, esses mestres e doutores, envoltos no nimbo da emphatica sabedoria, e triumphantes nos actos academicos de ostentação, não presentiram a necessidade da renovação da synthese proposta pelo seculo mais laborioso da historia moderna.

---

[1] As Universidades allemãs attingem um grande desenvolvimento nos seculos XVII a XIX porque se transformaram segundo o typo polytechnico sem se preoccuparem do destino pratico no ensino.

A crise social do seculo XVI não é menos laboriosa do que a mental, complicando-se mutuamente, nas luctas doutrinarias do Protestantismo, e nas bases politicas proclamadas pelas revoluções protestantes. As descobertas maritimas dos Portuguezes tinham acabado de annullar a preponderancia da Republica aristocratica de Veneza, que, vencida por uma colligação monarchica, lançava a Europa na instabilidade até se determinar um novo equilibrio politico. Coube essa preponderancia a Carlos V, pela fusão da monarchia da Hespanha com a Casa de Habsburg, e pela suzerania dos feudos do Imperio na Italia, entre os quaes entrava o ducado de Milão. D'aqui procederam as prolongadas guerras entre Carlos V e Francisco I, que pretendia enfraquecer a Casa de Austria no equilibrio europeu; d'esse equilibrio resultou a perda da nacionalidade portugueza em 1580, incorporada na unidade castelhana, e a revolução que libertou os Paizes Baixos. Quando no seculo XVII a politica externa de Richelieu conseguiu scindir esse collosso, separando a monarchia da Hespanha da Casa de Austria, Portugal reconquistou sob a influencia d'esse plano a sua autonomia. As luctas das Casas reinantes, por um interesse de engrandecimento egoista, inspiradas por uma politica rudimentar, apparecem movidas tambem pelas doutrinas phantasmagoricas da Edade média, como a da *Monarchia universal*. Carlos V é accusado ao papa por aspirar á realisação da Monarchia universal, e a mesma increpação é atirada contra Francisco I e contra Henrique VIII; com o nome de *Quinto Imperio* a mesma theoria politica teve curso em Portugal no seculo XVI, talvez sob a impressão das grandes descobertas na Africa e conquistas na India.

D'onde provinha uma tal theoria?

A idéa do *Quinto Imperio* era uma tradição corrente das escholas da Edade média, que recebeu um sentido mystico na época do Protestantismo, quando os estudos humanistas da Renascença renovaram a theoria hellenica da *Monarchia universal*. Nos Breviarios historicos, usados nas escholas medievaes, a Historia era dividida em Monarchias; e até ao seculo XIII todo o passado humano, seguindo as prophecias de Daniel sobre os quatro monstros politicos, estava dogmaticamente dividido nas quatro Monarchias da Assyria, Persia, Grecia e Roma. A theoria prevaleceu na Italia até ao seculo XIII, e ainda no seculo XVIII o theologo Jano, em Wittemberg, sustentava essa divisão historica, combatendo como hereticas as opiniões contrarias. Depois das quatro grandes Monarchias devia seguir-se a realisação da utopia christã, esboçada por Paulo Orosio, na *Ormoesta,* e por Santo Agostinho, na *Cidade de Deus*. É por isso que entre os povos catholicos appareceu a

espectativa do *Quinto Imperio* do mundo, sustentada por interpretações allegoricas, vindo encontrar-se esta corrente mystica com a theoria politica da *Monarchia universal,* que motivava as ambições de Carlos v, Francisco I, Henrique VIII, e ainda de D. Manuel; o partido dos Anabaptistas hollandezes, quando banido de Munster e Amsterdam, refugiou-se em Inglaterra, recebendo a designação de *Homens da Quinta Monarchia,* tomada de uma predicção do Apocalypse, e pelo seu radicalismo politico foram um dos factores da grandiosa revolução de 1648. Uma mesma idéa estimúla a dissolução do poder temporal de modos tão diversos, já conduzindo a dictadura monarchica ao militarismo absoluto, já provocando as autonomias nacionaes e o mais radical egualitarismo. [1]

Ao quadro da revolução religiosa do Protestantismo liga-se organicamente a marcha das revoluções politicas da Europa nos ultimos tres seculos, pela affirmação do individualismo, fortificado pelo exercicio do livre-exame. Comte reconhece que se não podem separar as considerações sobre estas operações mentaes das que suscitam as diversas revoluções que derivaram d'ellas ou lhes deram influencia social: «A primeira d'estas revoluções preliminares é a que libertou a Hollanda do jugo hespanhol; ella ficará memoravel, como uma alta manifestação primitiva da energia propria á doutrina critica, dirigindo assim a feliz insurreição de uma pequena nação contra a mais potente monarchia europêa. É a esta lucta verdadeiramente heroica que é necessario referir a primeira elaboração regular d'esta doutrina politica; porém ella houve de se limitar sobretudo a esboçar especialmente o dogma da *soberania popular* e o da independencia nacional, que os legistas coordenaram logo na sua concepção espontanea do contracto social, seguindo as exigencias naturaes de um tal caso, em que a organisação interior não devia ser senão accessoriamente modificada, e cuja principal necessidade revolucionaria devia sómente consistir em quebrar um laço exterior tornado profundamente oppressivo. Um caracter mais geral, mais completo e mais decisivo, uma tendencia melhor pronunciada para a regeneração social do conjuncto da humanidade, distinguem em seguida nobremente, apesar da sua falha necessaria, a grande revolução ingleza, não a pequena revolução aristocratica e anglicana de 1688, hoje tão ridiculamente preconisada, e que só satisfa-

[1] Os Jesuitas, que tambem planearam uma restauração do Poder theocratico, conheceram a theoria do *Quinto Imperio,* propagada pelo padre Vieira no seculo XVII.

zia a uma simples necessidade local, mas a revolução democratica e presbyteriana dominada pela eminente natureza do homem de estado mais avançado de que o protestantismo se pode honrar (Cromwell). O esboço primordial do conjuncto da doutrina critica recebeu então especialmente o seu principal complemento natural pela elaboração directa do dogma da *egualdade,* até então apenas manifestado, e que não tinha podido resultar sufficientemente das inclinações calvinistas da nobreza franceza, ao passo que se vê nitidamente surgir, sob este memoravel impulso, da concepção metaphysica sobre o *estado de natureza,* antiga emanação da theoria theologica relativa á constituição humana antes do peccado original.»[1] Antes da violenta crise franceza, verdadeiramente européa e humana, em consequencia do estado de adiantamento da dissolução do regimen catholico-feudal, em que se affirma a *liberdade politica,* as duas revoluções protestantes tiveram a sua repercussão na America, mas sem que novos principios fossem affirmados na grande colonia universal. O problema da reorganisação mental e social, para ser comprehendido e tornar-se effectivo na sociedade, dependia sobretudo do desenvolvimento da rasão individual, e do apoio de novas sciencias experimentaes, que, a par de um inevitavel trabalho de negação, facilitassem por meio de verdades positivas a possibilidade de formar concepções verdadeiramente syntheticas. A Revolução franceza é no dominio social no seculo XVIII o que o seculo XVI foi no dominio mental, esboçando uma completa renovação pedagogica, quer nos gráos do ensino, quer nas theorias individuaes dos pensadores da Renascença.

As Universidades, que no seculo XIII foram o fóco de elaboração da primeira Renascença, deveram o seu grande esplendor á liberdade que exerceram ao emancipar-se da Egreja, discutindo com desassombro os problemas geraes, as concepções universaes que mais interessam o espirito humano. Mas, estabelecida assim a sua auctoridade, estacionaram no destino unicamente docente, e repelliram dos seus quadros pedagogicos todas as disciplinas que não visassem a um fim concreto e pratico. Este espirito de especialidade tornou-as auctoritarias no seu dogmatismo, pedantes e atrazadas, de sorte que em frente dos grandes conflictos intellectuaes e sociaes do seculo XVI as Universidades não comprehenderam a Renascença litteraria, nem a Reforma religiosa; combateram as aspirações do espirito humano, reforçando-se

---

[1] *Cours de Philosophie positive,* t. V, p. 469.

na velha dialectica, e restauraram o aristotelismo sophismado dos anonymos commentadores. E comtudo a actividade mental exercera-se profundamente fóra das Universidades, e o espirito humano no seculo XVI exigia uma cultura geral, uma tendencia synthetica coordenada sobre os elementos dispersos da livre-critica. Era verdadeiramente uma crise que determinava a transformação do ensino superior, e da qual dependia a missão social das Universidades ou a sua irremediavel decadencia. Essa nova phase do *ensino superior* appareceu desde que os estudos humanistas, não podendo romper os quadros quadriviaes ou das Faculdades, acharam na fundação do Collegio de França a liberdade para serem professados, e o espirito de generalisação, que o estado mental do seculo XVI reclamava. Renan caracterisa este logar eminente do Collegio de França no meio da profunda crise pedagogica: «A verdadeira e grande Renascença, aquella que a Italia tem a gloria eterna de haver fundado, produziu-se fóra das Universidades. Mais ainda, ella achou nas Universidades os seus inimigos os mais encarniçados: ella açulou os doutores de todas as castas. A Renascença foi obra de Florença e não de Padua, de gente culta e não dos professores. Nem Petrarcha, nem Boccacio, nem Bacon, nem Descartes foram figuras da Universidade. A Universidade de Paris em particular, no seculo XVI, attingiu o ultimo gráo de ridiculo e de odioso pela sua tolice, pela intolerancia e acinte em repellir todos os novos estudos. Foi preciso que a realeza, que pela sua poderosa tutella emancipara a Universidade da Egreja, tomasse sob a sua protecção, contra a Universidade, o movimento scientifico, e pelo Collegio de França no seculo XVI, pelas Academias do seculo XVII, creasse um contrapezo a estes habitos de preguiça, a este espirito de negação malevola de que os corpos puramente docentes difficilmente se podem preservar.»[1] Erasmo tivera esta fecunda iniciativa desenvolvendo o *Collegio Trilingue*, em que applicava os novos methodos ao ensino do latim, do grego e do hebreu. Foi sobre este nucleo, e á sua imitação, que Budeus, o amigo de Erasmo, juntamente com o cardeal João du Bellay, fundou entre 1528 e 1530 um Collegio separado da Universidade, destinado ás tres linguas classicas, que Francisco I protegeu em um momento de dissidencia contra a Sorbonne. Em 1528 apenas ahi se ensinava o grego e hebreu; em 1530 augmentaram-se as disciplinas, e regeram no Collegio de França as duas cadeiras de grego Toussain, amigo de Erasmo, e Danès; duas cadei-

[1] *Questions contemporaines*, p. 80.

ras de hebreu foram regidas por judeus venezianos, vindo Vatable a substituir um d'elles. O espirito encyclopedico que inspirava a nova fundação fez com que se abrisse pouco depois uma cadeira de Mathematica, desde 1542 uma de Medicina e de Philosophia, e successivamente cadeiras de Direito nacional, das linguas arabe e syriaca. Era n'esta liberdade critica e de ensino, n'esta facilidade com que se aggregavam novas disciplinas scientificas, n'esta despreoccupação do ensino theorico de toda a especialisação pratica ou applicada, que o Collegio de França se converteu em uma «eschola universal da livre-critica e de renovação do espirito humano», como o caracterisa Michelet,[1] e se tornou um organismo vivo, mantendo-se com vigor ao lado da Universidade, immobilisada na tradição medieval. As luctas da Reforma e a deploravel intervenção da realeza em favor da unidade catholica restituiram á Universidade o perstigio auctoritario, e pelas perseguições da intolerancia o Collegio de França decahiu da sua iniciativa scientifica, subsistindo comtudo como o modelo definitivo da instrucção superior.

Contra a emancipação intellectual da Renascença, e como reacção contra a Reforma, a Companhia de Jesus surgiu com o pensamento de restaurar a supremacia theocratica e de premunir as intelligencias contra a livre-critica, apoderando-se do ensino. Era um esforço supremo contra a dissolução do regimen catholico-feudal. Os Jesuitas apoderaram-se das Universidades quebrando o regimen da Edade média, pela conversão da Faculdade de Artes em um ensino elementar ou *secundario,* isto é, dogmatico, privativo dos seus Collegios. Desprezaram todas as disciplinas, que pelo seu estado theorico não podiam ser impostas pela auctoridade e incutidas passivamente na memoria; e tratando de captar a mocidade nobre e burgueza, que viria a occupar as altas funcções do estado, desprezaram completamente o ensino popular. A paixão pelo estudo, que levava os alumnos a agruparem-se em volta da cathedra do mestre, quer na Edade média, quer mesmo no

[1] *Reforme,* p. 380. O grande historiador falla assim do Collegio de França: «Gloriosa eschola que espera ainda o seu historiador. Ella quebrou o ultimo élo que prendia o homem ao passado, quando Ramus immolou o mais respeitavel idolo, Aristoteles, e sellou a revolução com o seu sangue. Ella teve duas glorias immensas, o ensino de duas cousas sobretudo, o Oriente e a natureza. Ali os rabbinos vieram apprender o hebreu nas lições de Vatable. Ali os Parses vieram da India pedir a Burnouf a sua lingua esquecida. Champollion e Letronne ali exhumaram o Egypto. Couvier, Ampère, Savart e outros grandes inventores renovaram as sciencias naturaes.»

seculo XVI, como succedeu no Collegio de França, essa paixão foi substituida por severos regulamentos, automaticamente cumpridos, que imprimiam no estudante o habito passivo da frequencia submissa. O systema pedagogico dos Jesuitas não teve originalidade na fórma; é uma reproducção das praticas de Trotzendorf e de Sturm, e na parte disciplinar, do regimen interno do Collegio de Santa Barbara, onde receberam a primeira direcção sob os dois portuguezes Diogo e André de Gouvêa. A originalidade consistiu no intuito, que veiu a ser claramente formulado na *Ratio studiorum,* o fim religioso conseguido pela annullação da vontade. Na fórma de organisação, o ensino secundario, explorado pelos Jesuitas, é semelhante ao dos pedagogos protestantes do seculo XVI;[1] mas pelas denuncias, pelos castigos degradantes ou orbilianismo, subjugavam as vontades, tendo em vista os favores em beneficio dos «que poderão chegar ás dignidades, á fortuna ou ao poderio, de quem seja preciso obter o seu favor ou se dependa da sua vontade.» A decadencia dos estudos humanistas, attribuida aos Jesuitas, resultou da immobilidade dos processos de ensino, que persistem ainda no seculo XIX, e do fim exclusivamente docente. O exercicio da liberdade intellectual, e o desprendimento do destino pratico, é que fez com que, ao passo que as Universidades de França, Italia, Hespanha e Inglaterra caíam na esterilidade, as Universidades allemãs se tornassem fecundas e verdadeiramente impulsoras da civilisação moderna.

Os Jesuitas, preoccupados com a restauração da hierarchia catholica, afastavam-se da tradição da egreja primitiva, que ligara a maxima importancia á *instrucção popular;* logicamente os Protestantes, regressando á simplicidade evangelica *(reformando* a Egreja *deformada,* como dizia Calvino), retomaram na sua propaganda o problema da educação do povo, e deram o primeiro impulso á *instrucção primaria.* É extraordinario o criterio com que os pedagogos protestantes introduzem no ensino superior as idéas dos criticos francezes da Renascença e como se afastam da supremacia de Roma pela creação de um ensino nacional, começando pela cultura da lingua patria e pela organisação da educação domestica. O ensino popular, desenvolvido pelas escholas régias, só teve uma existencia regular no seculo XVIII. João de Barros, na sua *Grammatica,* publicada em 1539, descreve assim a miseravel e rudimentar fórma do ensino primario em Portugal, na época em que mais brilhavamos pelos estudos humanistas: «Hũa das cousas menos

---

[1] Paroz, *Histoire universelle de la Pedagogie,* p. 133.

oulhada que ha n'estes reynos, é consentir em todalas nobres villas e cidades, qualquer idiota e nam aprovado em costumes e bõ viver, poer escola de insinar meninos. E hũ çapateiro que he o mais baixo officio dos mechanicos, não põe tenda sem ser examinado. E este todo o mal que faz, é danar a sua pelle, e nã o cabedal alheio; e maos mestres leixam os discipulos danados pera toda a sua vida, nam sómente com vicios d'alma de que podéramos dar exemplos; mas ainda no modo de os ensinar. Porque havendo de ser por hũa *Cartinha* que ahy ha de letra redonda, porque os mininos levemente saberám ler, e assi os preceitos de nossa fé, que n'ella estam escriptos; convertem-nos a estas doutrinas moraes de boos costumes: *Saibam quantos esta carta de venda.* E depois desto: *Aos tantos de tal mez. E perguntado pelo costume disse nichil.* De maneyra, que quando hum moço say da escola nam fica com nichil, mas pode fazer milhor huma demanda que hum solicitador d'ellas, porque mama estas doutrinas catholicas no leite da primeira edade.» João de Barros alludia ao *Catecismo pequeno,* de Diogo Ortiz, bispo de Ceuta; e para substituir a leitura dos processos forenses, que ainda encontrámos nas escholas, compoz o pequeno tratado da *Viciosa Vergonha.* Como os espiritos catholicos, que presentiam a Reforma emquanto á revigoração da *disciplina,* João de Barros foi logicamente levado para o problema instante da *instrucção popular.*

A antinomia entre o systema pedagogico da Edade média, e o proclamado pelos Humanistas, provinha da incompatibilidade das concepções dominantes: a Egreja, ante a degradação do peccado, educava pela repressão; os Humanistas, rehabilitando a Natureza, aperfeiçoavam-na pela bondade. Façamos o confronto dos dois systemas.

A revelação da antiguidade greco-romana pelos Humanistas veiu pôr em contraste estas duas concepções, que serviam de base á educação. No regimen catholico, e segundo o dogma do peccado original, em que estava implicito o mysterio da redempção, o homem nascia condemnado, e portanto com uma imperfeição ingenita, de que só podia libertar-se pela Graça ou pela Penitencia. A Graça levava á apathia physica e moral, ao *quietismo* mystico, ao desprezo de todas as sciencias e de todos os progressos humanos, como absurdas vaidades, que embaraçavam o caminho da salvação; a Penitencia, em todos os gráos do ascetismo, tratava de contradictar a Natureza, macerando-a, submettendo-a, deformando-a, até chegar ao anniquilamento ou á perfeição ideal do *nihilismo.* Era uma longa lucta; n'este esforço de subjugar a Natureza nasceu o plano da educação como uma pressão moral, como uma castração physica, por meio da pancada, e pela imposi-

ção do terror. A noção do ensino é a de um castigo *(castoiement,* da Edade média); o mestre impõe-se pelo rigor do *orbilianismo,* e a eschola torna-se uma bolgia infernal de tortura das crianças. Rodolpho Agricola, o grande iniciador dos estudos classicos na Allemanha (1443-1485), descreve a eschola do seu tempo segundo a disciplina dominante: «Uma eschola assemelha-se a uma prisão: ha alli pancadas, chóros e gemidos sem fim. Se ha cousa que para mim tenha um nome contradictorio, é a eschola. Os gregos chamaram-lhe *Schola,* desenfado, recreio, e os latinos *Ludus litterarius,* divertimento litterario; mas nada ha que seja mais afastado do recreio e do divertimento. Aristophanes denominou-a *phrontiserion,* isto é, logar de apoquentação, de tormento, e é a designação que mais lhe quadra.»[1] Um outro epigone da Renascença, Montaigne (1533-1592), que passou sete annos no Collegio de Guienne, descreve nos *Ensaios* a tortura das escholas: «Em logar de attrahir as crianças para as letras, não lhe apresentam em verdade senão horror e crueldade. Afastae a violencia e a força; em meu entender nada ha que abastarde e desvaire tanto uma natureza bem nascida... Esta policia da maior parte dos nossos collegios desagradou-me sempre... É uma verdadeira enxovia da mocidade captiva. Visitae-a na occasião das lições: não ouvireis senão gritos das crianças castigadas, e dos mestres desvairados na sua colera.» Tal era a disciplina pedagogica do catholicismo, motivada pela idéa da imperfeição da natureza humana; as escholas da Edade média obedeceram a este plano, que se impoz á Renascença na reacção do regimen religioso. Homens já barbados, como Ignacio de Loyola, em Paris, submettiam-se aos castigos corporaes dos mestres auctoritarios.[2] É por isso que para os grandes antagonistas dos Jesuitas na pratica da educação, os Jansenistas, e segundo a phrase expressiva de Saint-Cyran, «A educação christã é *uma tempestade do espirito.*»[3] As punições, os supplicios da eschola medie-

---

[1] Ap. Paroz, *Histoire universelle de la Pedagogie*, p. 89.

[2] Quando Ignacio frequentava o Collegio de Santa Barbara, foi accusado ao *Principal* o Dr. Diogo de Gouvêa de desvairar os condiscipulos com praticas de fanatismo. O principal ordenou que o alumno, que então contava quarenta annos, fosse receber o castigo da *salla:* «Chamava-se assim uma correcção mais infamante que dolorosa, que se administrava da seguinte maneira. Depois do jantar, estando todos os alumnos presentes no refeitorio, os mestres, munidos cada um de palmatoria, dispunham-se em duas filas. O delinquente, despido até á cintura, devia passar por entre elles, e receber de cada um uma palmatoada nas costas.» (Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe*, t. I, p. 193.)

[3] Ap. Michelet, *Nos Fils,* p, 155.

val, continuados no segundo Port Royal, e nas reformas do bondoso La Salle, prolongaram-se até ao nosso tempo, por isso que a velha synthese theologica é a que ainda predomina no ensino official. [1]

A Renascença, como um regresso á natureza, e como uma revolução em que preponderava o problema mental, encarou com desassombro as doutrinas da educação e a sua applicação ao systema de Instrucção publica, partindo do ponto contrario ao dogma theologico, de que a natureza era boa. O *Homem,* a sua liberdade, a sua acção, o seu aperfeiçoamento moral e physico, a sua confraternidade ou providencia propria, eis a synthese espontanea da Renascença. A Italia deu o nome a esta aspiração de um seculo, a *Humanidade;* a Europa veiu ao appêllo, cultivando as sciencias humanas, experimentaes e praticas, sendo os estudiosos que reataram a corrente intellectual da civilisação grego-romana denominados *Humanistas.* Quem mais do que a Grecia comprehendeu e realisou melhor a cultura do homem? Quem melhor do que Roma deu ao homem social mais o relêvo da acção e da energia do caracter? A Renascença não podia deixar de tomar conhecimento das suas doutrinas pedagogicas, vulgarisal-as e applical-as.

Merece notar-se como os grandes pedagogistas da Renascença, suggeridos no seu pensamento de renovação mental pela leitura dos escriptores grego-romanos, dividem os seus systemas pedagogicos segundo as caracteristicas determinadas nas obras classicas. Entre os planos de um Rabelais, no quadro da educação de *Gargantua,* e de um Montaigne nos *Ensaios,* um desenvolvendo todas as capacidades especulativas do homem pelo contacto com a natureza e pelo experimentalismo scientifico, o outro formando o typo do bom senso pratico, instruido e não erudito, mais sociavel do que individualista, entre estes dois planos systematicos encontram-se as mesmas differenças que separam Platão e Aristoteles de Xenophonte e Plutarcho, quando esboçaram as suas theorias de educação. Na civilisação grega, o antagonismo de Athenas e Sparta, que actua na existencia politica e nas manifestações da arte, reflecte-se nas capacidades individuaes, já na cultura da intelligencia e do sentimento, já no desenvolvimento da força physica, da adestração athletica para a acção militar. Em Athenas, o cidadão concorre ao

---

[1] O poeta Bocage, que era um excellente latinista, ao fallar dos seus estudos com o professor D. João Medina, diz que se o frequentasse por mais tempo *ficava aleijado.* Ainda ouvi na minha infancia os gritos lancinantes que sahiam de uma aula de latim; e na eschola primaria soffri a brutalidade do padre Antonio José do Amaral, que espancava as crianças segundo as crises de um humor irascivel.

ágora, onde discute as questões publicas, tem a investidura do poder pela eleição, o seu individualismo não desapparece n'uma subordinação passiva á collectividade; em Sparta, o cidadão é o soldado, que funda a sua dignidade na submissão ao estado. Dentro d'estes dois meios tão differentes, a *maieutica,* ou gestação do homem moral, como lhe chamou Socrates, foi radicalmente diversa. Em Sparta o homem é uma força que se adestra, domando a sensibilidade pelo rigor; em Athenas é um sêr que evoluciona em todo o seu individualismo, nos seus elementos affectivos, especulativos e activos, equilibrando-os entre si pelo fim social. O ideal da educação spartana está representado na Cyropedia de *Xenophonte,* onde expõe de um modo pittoresco o effeito de uma disciplina militar. Esta severidade estabelecia uma transição para que a educação catholica de repressão se conciliasse com as innovações dos humanistas; e de facto as doutrinas de Montaigne, preoccupando-se exclusivamente da acção, esclarecida por um saber geral, conservam uma certa austeridade, que o tornaram querido aos mestres Jansenistas, ao secco Locke e ao violento Rousseau.

Mas diante do deslumbramento da Renascença pela antiguidade classica, e sob o enthusiasmo da renovação scientifica e da livre-critica, os humanistas abraçaram de preferencia o systema de educação entrevisto pelos genios da Attica, formado no grande fóco da cultura do homem, Athenas, e deram curso aos pensamentos generosos, e ás vistas positivas de Platão e de Aristoteles. Rabelais, estabelecendo o contraste entre a educação medieval e *formulista* de Gargantua, e a instrucção moderna e realista de Eudemon, poz duas civilisações em confronto, e em evidencia immediata a superioridade do hellenismo. A Grecia tinha attingido a perfeição no desenvolvimento d'este producto da natureza — o homem; livre das peias de uma classe sacerdotal e da especulação esteril de uma theocracia deprimente, tratou os seus mythos com a inspiração da Arte, e em vez de elles se immobilisarem em dogmas, foram themas suggestivos para as epopêas, tragedias, typos esculpturaes, e até para esboços de synthese physica. Alli deram-se as condições para o desenvolvimento das faculdades humanas em uma ascensão progressiva, emquanto ao individuo pelas fórmas da actividade *esthetica, scientifica* e *philosophica,* e emquanto á sociedade pelas fórmas da organisação *moral, politica* e *economica.* Nada mais assombroso. Ainda sob o influxo da orientação esthetica, unica expressão da unidade nacional da Grecia, Platão, nas *Leis,* considerava a Educação como a disciplina «que dá ao corpo toda a belleza, e ao espirito toda a perfeição de que são capazes.» E d'esse influxo esthetico tira Platão

uma nova base para o systema pedagogico, a attracção do agrado: «conduzindo pelo *divertimento* a alma da criança a gostar do que deve tornal-a perfeita.» Como a Renascença comprehendeu este principio humano para reformar a cultura do homem, até então feita pela *severidade* da compressão! Desde que appareceu o Platonismo no seculo xv, appareceu logo a doutrina da *bondade* no ensino: acha-se em Gerson, condemnando o temor do alumno; em Victorino de Feltre, procurando a harmonia entre o espirito e o corpo; em Agricola, que transformou a instituição pedagogica dos hieronymitas, condemnando a pancada nas escholas; emfim em Eneas Sylvius (Pio II), alegrando os alumnos com a communicação das obras das litteraturas classicas. Mas, na anciedade do saber, que convulsiona a Renascença e a leva a tentar as mais audaciosas syntheses philosophicas, era em Aristoteles que a intelligencia moderna ia encontrar as bases de uma Pedagogia integral; não que a obra especial de Aristoteles fosse conhecida, mas pelos meios indirectos da exploração da *Politica* e da *Moral* se reconstituiu facilmente o systema, digno do espirito mais encyclopedico que tem existido na humanidade. Aristoteles estabelecia a necessidade de uma educação publica e commum, e, em attenção ao fim social, que fosse egual para todos, e sob a intervenção do Estado. É verdadeiramente um criterio positivo, e como tal precursor da Sociologia. Como homem de sciencia, medico, e preoccupando-se detidamente das condições hygienicas, Aristoteles completa o desenvolvimento do sêr physico, moral e social, nas tres fórmas da *Adestração,* para conseguir o desenvolvimento physico, da *Educação,* para dirigir o instincto e a sensibilidade, e da *Instrucção,* para disciplinar a intelligencia e a rasão. Nada mais lucido e verdadeiro. Se na época de Aristoteles estivesse já constituido o segundo par scientifico, *(Physica* e *Chimica)* teria ido muito além de Bacon; se o terceiro par *(Biologia* e *Sociologia)* estivesse organisado, realisaria o plano integral de Comte. Nos grandes pedagogistas da Renascença não é só o lado theorico que é impulsionado pelos escriptores gregos; os maiores philologos exercem uma iniciativa pratica profunda na transformação da Instrucção publica européa: Erasmo eleva ao mais alto esplendor o *Collegio Trilingue* e a época gloriosa da Universidade de Louvain; Vives faz a critica do ensino publico, e offerece a D. João III, em 1531, um plano de reforma que actuou na Universidade de Coimbra; Budeus organisa o Collegio de França; e Ramus, regenerando o ensino das linguas e da philosophia, determinou os traços para a reforma da Universidade de Paris. A paixão do ensino tornou-se a caracteristica do seculo, como se vê em Melanchton,

o extraordinario educador de toda a Allemanha; em Sturm, que sustenta na maior altura o Collegio de Strasburg (1537 a 1589); e sobre todos os portuguezes Gouvêas, Diogo, e seus sobrinhos André, Antonio, Marçal e Diogo o moço, que constituem uma dynastia, que tornara o *Collegio de Santa Barbara* o centro d'onde sahiram os homens mais extraordinarios que actuaram no seculo XVI.

Fallando do Dr. Diogo de Gouvêa, Quicherat descreve a instituição: «Fez uma viagem a Lisboa, com o fim de expôr ao rei D. João III, successor de D. Manuel, que, não tendo garantia alguma para o numero dos pensionistas da corôa, não sabe sobre que base assentará o estabelecimento; foi-lhe garantido que o numero permanente da colonia portugueza seria de cinquenta estudantes. Esta fundação data de 1526. Foi celebrada em Santa Barbara com festejos, discursos, nos quaes se ligavam em elogio simultaneo o rei D. João e o Cardeal Infante D. Affonso, seu irmão, principe a quem achavam sempre a ler latim e grego, e que contribuira com toda a sua influencia para o estabelecimento das cinquenta bolsas.

«Diogo de Gouvêa é representado, por aquelles que estiveram ás suas ordens, como um mestre vigilante e apto, cheio de gravidade, de uma probidade inquebrantavel, sabendo acima de tudo conservar nos mancebos o ardor da emulação. Appareceu no momento propicio; quando tomou conta de *Santa Barbara,* a grande geração que encheu o seculo XVI com as suas idéas começava os seus estudos. O desejo de chegar á perfeição em todos os generos encendia os corações, e não era preciso rigor para com discipulos que só aspiravam a exceder seus mestres. O merito de Gouvêa consiste em ter coadjuvado um ardor, que para muitos dos seus collegas era um motivo de medo. Por este meio attrahiu para *Santa Barbara* o que havia de mais distincto tanto como discipulos como em relação aos mestres, e o seu Collegio foi mais do que em nenhum outro tempo um viveiro de grandes homens.»

Uma phalange de nomes illustres portuguezes, que nos representaram na Renascença na Europa, recebeu no *Collegio de Santa Barbara* a sua educação humanista. D'ali sahiram os principaes humanistas do seculo XVI, e ali se disciplinou a forte geração que fundou a Companhia de Jesus, adoptando as fórmas do ensino empregadas pelos Gouvêas, para fazerem frente aos eruditos e apoderarem-se do ensino publico europeu.[1] Quando D. Manuel tentou reformar a Universidade de

---

[1] Diz J. Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara*, referindo-se á elevada cultura humanista dos barbistas: «D'aqui procede, que todos os mati-

Lisboa, dirigiu-se ao Dr. Diogo de Gouvêa; D. João III, realisando o pensamento de seu pae, dirigiu-se a André de Gouvêa, sobrinho e successor do Dr. Diogo de Gouvêa no principalato de Santa Barbara, mas a influencia dos padres da nova Companhia de Jesus prevaleceu no espirito do monarcha, annullando as mais generosas iniciativas. De André de Gouvêa escreveu Montaigne, que o conheceu (1539 a a 1546) quando elle regentava o Collegio de Guienne: «*le plus grand Principal de France.*» Antonio de Gouvêa, que foi amigo de Rabelais e de Calvino, luctou a favor de Aristoteles contra Pedro Ramus, e lançou as bases do estudo juridico da eschola de Cujacio.

Um outro aspecto em que as doutrinas pedagogicas da Grecia actuam na Renascença é o da necessidade de tratar da *educação da mulher*. Os humanistas, que comprehenderam o alcance da *bondade* para a criança que se ensina, acharam nos escriptores classicos o modo de dar á mulher essa nova capacidade formativa. Xenophonte, na *Economica,* fundamenta e planêa a educação feminina, e Plutarcho, nos *Preceitos do Casamento,* estabelece que só a mulher instruida, acompanhando a educação dos filhos, exerce o poder de crear os grandes typos, em quem foram despertadas e estimuladas as forças da consciencia e a energia do caracter. Erasmo e Vives deram curso a estas idéas, que suscitaram em todas as côrtes da Europa o esforço para converter a galanteria em erudição. A rainha Isabel de Castella acompanhou a reforma dos estudos humanistas, estudando ella mesma o latim com D. Beatriz Galindo, dama da côrte, denominada a *Latina,*[1] e mandando-o tambem ensinar a sua filha D. Joanna, mãe de Carlos V. As

---

zes da orthodoxia, como da heresia, se encontraram na geração que passou por Santa Barbara entre 1520 e 1530. Ao lado do ascetismo communicativo dos primeiros Jesuitas, achamos o mysticismo hallucinado de Postel; ao lado do rigorismo inquisitorial de Demochares, a tolerancia de Gelida e de André de Gouvêa, que não obstou a que estes homens virtuosos fossem irreprehensiveis na sua fé; e mais ainda o scepticismo mal sopeado de Buchanan ou a independencia philosophica de Antonio de Gouvêa, que uma voz inimiga taxou de materialismo, e que fez associar o nome d'este homem distincto com os de Bonaventure Desperriers e Rabelais. Emquanto ao espirito de seita, é representado por essa lucta religiosa de que João Calvino foi a encarnação.»

[1] Em relação á erudição feminina no seculo XVI, em Hespanha, lê-se em Fray Francisco d'Avila, *La vida y la muerte* (1508):

En nuestros tiempos agora
Fué *latina* la Galinda;
La Sepulveda fué linda
Doncella muy sabidora.

damas da mais alta nobreza seguiam esta corrente da moda; distinguiam-se pelo conhecimento do latim a marqueza de Monteagudo, D. Margarida Pacheco, e as filhas do conde de Tendilla, chegando D. Lucia de Medraño a dar lições sobre classicos latinos na Universidade de Salamanca, segundo informa Marineo Siculo;[1] D. Francisca Lebrija, filha do reformador humanista, professou sobre Rhetorica e Poetica na Universidade de Alcalá. Passava-se isto no tempo em que as côrtes de Portugal e Castella estavam reconciliadas pelo casamento do principe D. Affonso com a infanta D. Isabel. A rainha D. Leonor, mulher de D. João II, protegeu a Imprensa e a fundação do theatro nacional por Gil Vicente, e cercava-se de damas instruidas como D. Leonor de Mascarenhas, conhecida então como rival de Vittoria Colonna, pela elevação de espirito, que tanto admiraram Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda. A infanta D. Maria, ultimo fructo do terceiro casamento de D. Manuel, aprende latim sob as vistas de Fr. João Soares, que veiu a ser bispo de Coimbra, e para ella escreveu João de Barros em 1544 um *Dialogo de Preceptos moraes,* em fórma de jogo, para quando fôr desoccupada, *de verdadeira philosophia christã, porque estuda.* A infanta teve casa separada aos dezeseis annos, tendo por criadas senhoras instruidissimas, como *Luiza Sigêa,* Angela Sigêa, Joanna Vaz,[2] Publia Hortensia de Castro, Isabel de Castro, Paula Vicente, a *Tangedora,* filha de Gil Vicente, D. Leonor Coutinho e D. Leonor de Noronha. De uma d'ellas, Publia Hortensia, correu a lenda, que frequentara os estudos da Universidade de Coimbra sob as vestes escholares, em companhia de seus irmãos, e defendendo theses de logica e rhetorica. Em volta d'este centro distincto de saber e galanteria, gravitaram os principaes poetas portuguezes, Camões, D. Manuel de Portugal, Jorge de Monte Mór, Jorge Ferreira de Vasconcellos, João Lopes Leitão, Caminha, Sá de Menezes, e o apaixonado Jorge da Silva; forma-

---

[1] Vidal y Dias, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, p. 243.

[2] O Dr. João de Barros, no *Espelho de Casados* (fl. 36), fallando da competencia das mulheres para as sciencias, diz: «... som tam habiles e tam sabedoras como os homens.—Mas acabo este conto com que fora razam hir mais cedo. que he *Joana Vaz*, natural de Coimbra criada da Rainha nossa senhora por suas virtudes e doctrina mui açeita a ella nas lettras latinas, e outras artes humanas mui docta, de quem vi algumas cartas por que bem se pode provar esta noticia que dou della. Se as molheres não sabem tanto, he porque se occupam em outras cousas mais proprias a ellas, mas nam por que lhe falte habilidade pera tudo e como a molher tirou de si a onestidade, tudo fará ao que se quizer dispoer; por que arte, engenho, sotileza e discriçam lhe nam falta.»

vam como que a *Academia da Infanta D. Maria*, que achou nas letras a consolação para as decepções moraes a que a expuzeram as intrigas de Carlos v, de Filippe II, e a boçalidade de seu irmão D. João III, que annullou todas estas condições de progresso nacional, entregando a instrucção publica aos Jesuitas. O effeito da educação dos Jesuitas viu-se ao fim de trinta annos, em 1580, com a apathia e extincção da nacionalidade portugueza. Os espiritos tinham retrogradado ao formulismo da Edade média, e a nação estava fóra da historia em «*uma austera, apagada e vil tristeza.*» [1]

---

[1] Michelet synthetisa em poucas linhas o quadro das doutrinas da Renascença, que estimularam a nossa *vida historica:*

«Qual é o fim do homem? *Sêr homem,* verdadeira e completamente, desenvolver em si tudo o que está na natureza humana. Qual a via e o meio para isso? A *Acção.*

«Voltaire escreveu esta palavra em 1727, imprimiu-a em 1734. Sem o saber renovou o principio da antiguidade, a tradição da Grecia, a philosophia da *energia,* da acção.

«Desde o dia em que a *acção* reentrou no mundo, não sómente resultou uma prodigiosa creação de sciencias, de artes, de industrias, de potencias, de forças mechanicas,— mas uma nova força moral.

«A acção é moralisante. A acção productiva, a felicidade de crear, são de um encanto tão grande, que entre os trabalhadores serios dominam facilmente toda a paixão pessoal.

«No plano encyclopedico de educação, que nos dá o seculo XVI, o plano sabio, immenso, muito sobrecarregado, de *Gargantua*, vê-se portanto já, com surpreza, o fim nitidamente indicado. Não sómente o discipulo saberá tudo, mas saberá fazer tudo. A *acção* apparece como o seu mais alto desenvolvimento. Iniciam-no não só em todos os exercicios, mas em todas as artes praticas.

«O mesmo pensamento (froixamente indicado, é certo) no livro mediocre e judicioso de Locke. Mas brilha admiravelmente no grande livro inglez, o *Robinson*. Reproduz-se no *Emilio.* O homem moderno, *actua* e trabalha; pode sel-o, é obreiro.» (*Nos Fils*, p. VII a X.)

CAPITULO II

Os Estatutos manuelinos e a persistencia do Scholasticismo (1504-1521)

As descobertas portuguezas e o aspecto geral do reinado de D. Manuel.—A edificação das Escholas Geraes.—Organisação dos Estatutos de 1504.—Porque se não desenvolvem os estudos humanistas?—Leis contra os Judeus e extincção da Typographia hebraica.—Decadencia da Litteratura grega.—O Dr. Diogo de Gouvêa chamado de Paris para a reforma dos Estudos em Lisboa. —Recrudescencia do Nominalismo.—Fundação do Collegio de S. Thomaz, em 1517.—Influencia de João Celaya em Paris.—João Ribeiro substitue Celaya na defeza da Escholastica.—D. Francisco de Mello e os estudos mathematicos.—A abertura dos Estudos em dia de S. Lucas.—A *Oração de Sapientia* pelos lentes de Artes.—André de Resende.—Escholas particulares de Grammatica, no bairro das Escholas.—A Arte nova.—Respostas ás duvidas dos Escholares.—O Vejamen ou *Actus gallicus* na Universidade de Lisboa.—Sá de Miranda lente substituto; porque não prosegue no magisterio. —Projecto de fundação de uma Universidade em Evora sob D. Manuel (1520).—Diogo de Gouvêa pretende adquirir o Collegio de Santa Barbara para os Estudantes de El-rei.—Tabula legentium do primeiro quartel do seculo XVI.

A passagem do saber *formulista* da Edade média para o criterio *experimentalista* dos tempos modernos não foi unicamente determinada pelo esforço mental dos humanistas da Renascença; a necessidade de agrupar factos concretos, de corrigir as concepções antigas perante a objectividade dos novos aspectos com que se revelava a Natureza, tal foi a acção que exerceram em todas as intelligencias na Europa as descobertas maritimas dos Portuguezes. Os sabios vinham a Lisboa informar-se dos extraordinarios eventos, e se a rasão humana achou novos elementos para a emancipação das consciencias, a actividade social ia exercer-se em um trabalho pacifico de apropriação do planeta, e pela

creação da industria alcançava um meio imprevisto para a incorporação do proletariado na sociedade moderna, esse tremendo problema que nos legara a Edade média. Todos os esforços da grande geração de navegadores e exploradores geographicos do seculo XV tiveram como resultado as descobertas que tornaram Portugal uma das primeiras potencias da Europa no seculo XVI, aquella que mais influiu na marcha da civilisação humana, e que soube ligar o seu rapido esplendor nacional á universalidade de uma *missão historica*, que nunca poderá ser esquecida.[1]

Nem só aos grandes e poderosos imperios militares pertence a consagração da Historia, pela extensão do seu dominio e pelo esforço de unificação social das raças humanas; aos pequenos Estados, embora com uma existencia menos ruidosa, compete uma missão, quasi sempre cumprida com a consciencia de um destino, que os liga na sua aggregação transitoria á marcha progressiva da Humanidade. As pequenas Nacionalidades constituem os mais bellos capitulos da Historia universal; não podendo contribuir com uma actividade complexa para a obra da civilisação, os seus esforços especialisam-se com a perfeição de uma actividade exclusiva. Os Israelitas, os Phenicios e os Gregos são tres pequenos povos, em que melhor se observa este caracter da acção fecunda exercida pelas pequenas nacionalidades; Israel traz a idéa mo-

---

1 Sobre as navegações portuguezas dirigidas por um criterio scientifico, escreveu com indiscutivel auctoridade o Dr. Pedro Nunes, no seu *Tratado em defensam da Carta de marear*, na dedicatoria ao infante D. Luiz: «Ora manifesto he que estes descobrimentos de costas, ylhas e terras firmes, nam se fizeram indo a acertar; mas *partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria,* que são as cousas de que os Cosmographos ham d'andar apercebidos, segundo diz Ptolomeo no primeiro livro de sua Geographia. *Levavam cartas muy particularmente rumadas,* e nam já has de que os antigos usavam, que nam tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha...» (Fl. 1 ý.) Merece reparo o facto do Dr. Pedro Nunes não alludir aos pretendidos estudos mathematicos do infante D. Henrique e sua influencia nas descobertas maritimas. N'este tempo ainda João de Barros não tinha plagiado o inedito de Azurara, com que deu corpo á lenda infantista da Eschola de Sagres. Camões tambem escapou á lenda, como observa com espanto Ribeiro dos Santos: «O claro cantor dos *Luziadas,* que tinha occasião muito opportuna de fallar d'elle, e de fazer de seus descobrimentos hum necessario e indispensavel episodio, mais ligado com a acção do seu Poema, que o que fez do desafio dos Doze de Inglaterra, contentou-se de o nomear simplesmente, e de passagem em poucos versos, o que bem podéra ser objecto de hum Poema.» *(Memorias de Litteratura,* da Academia, t. VIII, p. 158.)

notheista, precursora do universalismo religioso; a Phenicia desenvolve o cosmopolitismo pelo commercio e generalisa o alphabeto; a Grecia cria a Arte, a Sciencia e a Philosophia, que ainda hoje suggerem saudaveis impulsos ao sentimento, á acção e á especulação modernos, e pelo seu espirito de independencia salvou o futuro da Europa da invasão persa. Sobre estas tres pequenas nacionalidades é que se apoia principalmente a Civilisação mediterranea. Uma outra pequena nacionalidade, Portugal, pelo genio das expedições maritimas abre o periodo das Civilisações atlanticas, em que todas as nações da Europa e da America são cooperadoras, e, como a Grecia outr'ora, susta as invasões dos Turcos na Europa pela descoberta do caminho maritimo da India. Diz Tiele, na *Historia geral das Religiões antigas* (p. 259): «Os pequenos povos tiram em geral o seu valor de uma aptidão e de uma vocação especiaes. Mas a cultura perseverante e assidua de um dom particular, a concentração das suas preoccupações e de suas forças sobre um só objecto, assignam-lhes ás vezes um logar eminente entre as nações e um papel de primeira ordem no desenvolvimento da civilisação, sobretudo no ponto de vista religioso e moral.» Na vida historica de Portugal, imposta pela situação geographica, da actividade maritima é que provém a sua independencia nacional, a riqueza colonial, a feição esthetica das suas mais bellas manifestações poeticas e architectonicas, a sua expansão fundando novos estados, e além de tudo isto uma influencia directa no advento da edade moderna da Europa, caracterisada pela actividade pacifica. Como pequeno estado, Portugal foi mais cedo livre do que o resto da Hespanha, e não deixará de ser para a peninsula o Estado typo para a sua remodelação federativa. Renan dizia que a historia da Grecia deveria escrever-se como um hymno; esse hymno, que resôa na alma de todos os que admiram os factores conscientes da Civilisação humana, é o que acompanha as paginas da Historia de Portugal e lhes dá vida.

Emquanto Portugal, simples appendice da Hespanha, firmava a sua autonomia com a descoberta da India e do Brazil, D. Manuel achava-se por um accidente elevado ao throno, á soberania com que nunca sonhara, e tratou logo pelo seu casamento de unificar sob uma mesma corôa o imperio das Hespanhas. As riquezas que os galeões traziam das recentes descobertas e conquistas desvairaram-no, levando-o á concentração do maximo poder absoluto, e á sumptuosidade pharaonica com que assoalhava esse poder, enviando embaixadas ruidosas aos differentes monarchas da terra. Não tinha a loucura dos planos politicos de um Carlos V, de um Francisco I ou Henrique VIII; tinha a puerili-

dade dos effeitos theatraes do rei que se acompanha pelas ruas com um longo sequito de elephantes e dromedarios, que vestia quasi diariamente novos fatos roçagantes, e que comia á vista do seu povo ao som de charamellas. As riquezas affluiam a Lisboa, de todas as ignoradas regiões do globo, e o monarcha, no enlevo de um sonho de grandezas, alheio a todas as idéas economicas e de administração, maltratava os homens que sustentavam este vigor momentaneo da historia portugueza, taes como Affonso de Albuquerque, Fernão de Magalhães, Duarte Pacheco e Antonio Galvão. Esta préga inferior do caracter de D. Manuel ficou accentuada na epopêa dos *Lusiadas* na phrase *rei iniquo;* a historia chamou-o *Venturoso,* não pela acção directa que exerceu a sua individualidade, mas por ter gosado de um modo egoista todos os elementos de ordem duramente estabelecidos por D. João II, e o effeito das descobertas dos navegadores e capitães, que elle considerava pouco seus amigos. Morreu na abundancia, dispondo inconscientemente de thesouros que julgava inexgotaveis, fazendo edificações, enriquecendo os filhos com casamentos, mitras e mestrados, dotando loucamente a ultima esposa, deixando em elaboração os germens que viriam, ainda no seculo XVI, determinar a ruina de Portugal. Não admira pois que n'este reinado de desvairamento de riquezas a vida intellectual não apresente o relêvo que o nome portuguez sustentava nas Universidades de Hespanha, Italia e França.

Logo que D. Manuel se achou elevado de duque de Beja a rei de Portugal, a Universidade de Lisboa mandou-lhe participar pelo reitor Alvaro Anes e Mestre João de Magdalena a sua eleição de *Protector,* honra que o monarcha acceitou por carta de 11 de dezembro de 1495. Foram os seus primeiros actos mandar provêr as cadeiras de prima e de vespera de Leis em oppositores, e em fazer convites a alguns doutores de Salamanca. Como a concessão de Sixto IV, obtida por D. Affonso V, ácerca das *Conesias magistraes* e *doutoraes,* não pôde ser levada á pratica pela opposição insistente do cardeal D. Jorge da Costa e de alguns Cabidos, D. Manuel conseguiu de Alexandre VI o breve de 23 de junho de 1496, para que em todas as cathedraes se estabelecessem prebendas para os *mestres* theologos e *doutores* juristas, da Universidade. O recente monarcha gloriava-se com as homenagens que a Universidade agradecida lhe prestava no seu pomposo latim. No livro das Epistolas de Cataldo Aquila Siculo, «que tinha vindo a estes reinos ensinar Rhetorica na Universidade de Lisboa»,[1] vem a Oração

[1] Ribeiro dos Santos, *Memorias da Academia*, t. VIII, p. 97.

latina, que o marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes, recitou na Universidade perante o rei D. Manuel.[1]

O rei, preoccupado com as festas do seu casamento (1497) com a princeza D. Isabel, viuva do mallogrado herdeiro de D. João II, achou-se com a perspectiva de vir a reunir Portugal e Hespanha sob um mesmo sceptro. Para este fim, em que se lhe levantavam no espirito as paixões da vaidade e do dominio, que sempre o caracterisaram, D. Manuel não hesitou em acceder á condição da expulsão dos judeus de Portugal (1496). Em resultado d'este acto de fanatismo, prohibiu o monarcha em 1497 o uso de livros hebraicos, exceptuando apenas as obras de Medicina e Cirurgia, ainda assim quando os que as possuissem fossem physicos ou cirurgiões antes de se converterem ao catholicismo.[2] O abandono completo em que caíram a lingua e litteratura hebraica reflectiu-se para sempre nos estudos theologicos na Universidade, apesar de D. Manuel crear em 1503 uma cadeira de vespera, que proveu em 5 de janeiro de 1504 no afamado cistersiense Frei João Claro.

A Universidade occupava então as Casas que lhe tinham sido doadas em 1431 pelo infante D. Henrique, *situadas acima da egreja de S. Thomé, contra o muro velho da cidade.* E emquanto o novo monarcha se achava enleiado pelos grandes successos, que iam transformar a existencia da nação portugueza e da civilisação moderna, como o regresso de Vasco da Gama em 1499 e a descoberta do Brazil por Pedro Alvares Cabral em 1500, a Universidade retomou um pouco da sua autonomia economica, tratando de alargar o edificio para as suas escholas; em 1502 compra ao conde de Penela umas casas com quintal, por 80$000 réis, para ahi estabelecer as suas aulas, e em 30 de agosto d'esse mesmo anno compra a Gabriel Gonçalves, por 30$000 réis, outras casas *que partem com as Escholas novas que agora se fazem.* D. Manuel interpoz a sua soberania doando á Universidade, em 18 de janeiro de 1503, o palacio que comprara ao Condestavel D. Affonso, que fôra de seu tio o Senhor de Cascaes, e que pertencera ao infante D. Henrique,[3] construindo com estes differentes predios as *Escholas novas, no*

---

[1] Edição de Lisboa, de 1500.

[2] Ribeiro dos Santos, na *Memoria sobre as origens da Typographia em Portugal*, commenta este facto: «desanimou inteiramente a Litteratura hebraica, tornou inuteis os seus prélos, e fez sahir de Portugal para extranhas terras uma Typographia tão util e vantajosa, que então nos honrou por suas illustres producções, e que ainda hoje nos podia muito ennobrecer com suas obras.» *(Memorias da Academia*, t. VIII, p. 18.)

[3] É frequente o equivoco de localisar a Universidade no palacio do infante

sitio que fica abaixo de Santa Marinha, conhecidas pelo titulo de *Escholas Geraes*, «que ainda hoje existem n'aquelle mesmo sitio, e que conservam este mesmo nome.»[1] Com o novo edificio das Escholas, o soberano deu tambem á Universidade novos Estatutos, a que elle chamou Ordenanças, impondo assim a mais absoluta auctoridade. No preambulo dos Estatutos manuelinos ligam-se estes dois factos como simultaneos: «Nós por fazermos o que devemos a nosso officio e Dignidade Real, e por serviço de Nosso Senhor, proveito dos nossos subditos e nobrecimento da dita Cidade (de Lisboa) *Fazemos mercê e doação aa ditta Universidade doutras Cazas* em lugar que parece mais conveniente, edificadas com forma e disposição de Eschollas Geraes e acrecentamos os sallarios aos Lentes e Officiaes; e *hordenamos que ouvesse Cathedra de Vespera de Theologia*, e Cathedra de Philosophia Moral. E porque havia muitos Estatutos, Accordos e Ordenanças diversas, que segundo a variedade dos tempos agora não são proveitosos: Queremos e Ordenamos, que d'aqui em diante a Universidade de nosso Estudo de Lisboa seja regida e governada por estas Ordenanças seguintes, etc.» Estes Estatutos, que começam pelo titulo *Que não possa fazer Estatutos sem El Rey ou Protector*, na copia que existe no tomo primeiro do Livro das Provisões da Universidade, não apresentam data; comtudo ella pode ser fixada pelas referencias do preambulo á *doação das Escholas geraes* em 18 de janeiro de 1503, e ao provimento da *Cathedra de Vespera de Theologia*, em 5 de janeiro de 1504, a qual fôra creada nos mesmos Estatutos com o salario de vinte mil réis.[2] Como estes Estatutos esti-

---

D. Henrique, comprado em 1443, confundindo-o com as casas doadas em 1431. Figueirôa explica o motivo por que se acham no Cartorio os titulos do palacio do infante: «Comprou mais o Infante D. Henrique a D. Alvaro de Castro, senhor de Cascaes, e a sua mulher D. Isabel, umas casas com seu quintal no bairro dos Escolares, que partiam com outras suas por preço de 400 dobras de ouro, das quaes os vendedores se deram por entregues por 44 panos de Castella, que receberam, feita escriptura no 1.º de septembro de 1443. Não consta que o Infante desse estas casas á Universidade, e se meteu no Cartorio d'ella esta escriptura por que devem ser as mesmas de que depois El Rey D. Manoel lhe fez mercê.» (Vide *Annuario da Universidade de Coimbra*, para 1874, p. 241.)

[1] Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade*, Add. ao n.º 615.

[2] O visconde de Villa Maior, na *Exposição succinta da Organisação actual da Universidade de Coimbra*, adopta a data entre 1499 e 1504 com o seguinte argumento: «Estabelecem elles (Estatutos) que para o cargo de Reitor seja eleito sempre *um fidalgo ou pessoa constituida em dignidade;* e para o anno de 1500 foi eleito o Bispo de Fez, talvez já em virtude das disposições dos novos Estatutos.» (Op. cit., p. 41.) O bispo de Fez, D. Francisco Fernandes, fôra pedagogo de D. Manuel e anteriormente tinha a dignidade de Mestre Eschola.

veram em vigor até novembro de 1537, em que D. João III deu á Universidade, já então em Coimbra, um novo *Regimento*, foi remettido para Coimbra o livro dos Estatutos manuelinos, para os casos omissos e praxes tradicionaes; o texto authentico assignado por D. Manuel perdeu-se, conservando-se o apographo a que falta a data. Em alvará de 16 de agosto de 1537 estabelece D. João III: «mando que emquanto não prover essa Universidade de novos Estatutos, usees e vos rejaes pelos Statutos que foram dos Studos de Lisboa, de que vos mando per ho doutor Francisco Mendes ho proprio livro d'elles assinado por el rei meu senhor e padre que santa gloria aja.»

Muitas das disposições da reforma de 1504 não foram cumpridas pela Universidade, como se infere de um alvará de D. João III, mas essa instituição pedagogica da Edade média acabou por annullar-se diante da monarchia absoluta, como as garantias foraleiras se extinguiram com a Ordenação ou codigo real. Desde que a Universidade perdeu de todo o seu caracter de corporação livre, deixava de acompanhar o movimento scientifico da Europa, que se operou pelo esforço das capacidades individuaes isoladas. A Universidade foi melhor dotada, teve mais opulencia, mas achou-se sem destino na época da Renascença. Tambem com a extincção das garantias foraleiras a nacionalidade portugueza achou-se sem vigor; Sá de Miranda queixava-se de que tudo concorria a Lisboa, receiando que o barco mettesse a prôa ao fundo. Extincta a vida local, acabou todo o elemento de resistencia que fizera das antigas behetrias ou cidades livres a nação portugueza, nunca encorporada até ao ultimo quartel do seculo XVI na unidade castelhana. A reforma da Universidade sob D. Manuel só pode ser bem apreciada buscando o pensamento que a determinou nos factos politicos que tornaram o poder monarchico absoluto ou independente. No preambulo faz o rei a concessão de novo edificio para as escholas, augmento de ordenados aos lentes, e justifica os motivos por que vae codificar a legislação universitaria em umas Ordenações:

«Primeiramente mandamos que o Reitor da Universidade do Estudo de Lisboa, Conselheiros, Lentes e todolos Officiaes juntos, não possam fazer Estatuto sobre o regimento da dita Universidade; e quando occorrer algum caso em que pareça ser necessario novo Estatuto, poderão requerer ao Protector, e por sua auctoridade se fará o Estatuto que fôr necessario.»

Foi este excesso de poder real sobre a Universidade que fez com que ella mais tarde podesse ser entregue aos Jesuitas, que fizeram d'ella o ponto de apoio para reagirem contra o espirito scientifico da

Renascença. O exame da reforma manuelina descobre-nos factos importantes, não só sobre a organisação administrativa da Universidade, como sobre a situação dos estudos. Insistiremos sobre esta parte em especial, e no que respeita aos costumes escholares. Desde que os Estatutos eram uma ordenação real, tornava-se necessario dal-os a conhecer aos estudantes: «Mandamos que o reitor mande a todos os Estudantes sob pena *prestiti juramenti,* que em cada hum anno vão ouvir os Estatutos e Ordenações da dita Universidade, os quaes o Bedel e o Escrivão do dito Estudo lerá alta e intelligivel vox no Geral das ditas Eschollas huma vez cada anno, o terceiro dia das Outavas do Natal, depois de comer; e o mandado do Reitor será publicado pelo Bedel á Vespera de Natal.»

Os cargos da Universidade, Reitor, seis Conselheiros, dez Deputados, Conservador, Sindico, Bedel, Escrivães, Taixadores, Sacador do Recebedor, Enqueredor, Guarda das Escholas e Sollicitador «todos estes officiaes serão eleitos pela Universidade, e confirmados pelo Protector; tirando o officio de Chanceller, que Queremos que o tenha sempre o que for Lente de Prima de Leys.» Vê-se que por esta reforma o Chanceller, que representara o poder pontifical nas Universidades, adquiria agora um caracter regalista, independente de eleição, e privativo de um Lente de prima em Leis. Mais tarde, na regressão clerical do reinado de D. João III, o cargo de Cancellario torna-se outra vez autonomico com o de Reitor, e um privilegio exclusivo dos Priores de Santa Cruz de Coimbra.

Vejamos qual o quadro dos estudos por esta reforma de 1504: «Ordenamos que na dita Universidade haja sempre Cadeira de Prima de *Theologia,* e outra de Vespera, e tres Cadeiras de *Canones,* a saber: De Prima, Terça e Vespera. E de *Philosophia Natural* huma, e outra de *Philosophia moral.* Tres Cadeiras de *Leys:* Prima, Terça e Vespera. De *Medicina* duas: de Prima e de Vespera. Huma Cadeira de *Logica* e outra de *Grammatica.*»

Os titulos das cadeiras eram derivados da divisão liturgica das horas canonicas;[1] principiava o trabalho escholar por uma missa ao romper do sol, e em seguida começavam as lições dos lentes de prima: «em sahindo o Sol comesse a Missa, e em fim d'ella começarão os Len-

[1] O cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna (papa com o nome de Benedicto XIII), na reforma que fez da Universidade de Salamanca, depois de 1381, funda tres cadeiras de Theologia, ordenando que uma se lêsse á *hora de Prima*, outra á *hora de Terça,* e outra á de *Vesperas.*

tes de Prima a ler...» Ainda hoje se chama lente de prima ao decano da faculdade, perdida a tradição das horas canonicas.

Um dos estimulos da reforma da Universidade por D. Manuel foi o augmento dos salarios dos lentes: «Ordenamos que a Cadeira de Prima de Theologia haja em cada anno doze marcos de prata, segundo se contém no Testamento do Infante Dom Henrique, pelos quaes lhe mandamos dar *trinta mil reis;* e á Cadeira de Vespera *vinte mil reis;* e ás Cadeiras de Prima de Canones e Leys, *trinta mil reis* cada huma, e ás de Vespera de Canones e Leys, vinte mil reis cada huma; e ás Cadeiras de Terça de Canones e Leys, dez mil reis cada huma; e á Cadeira de Prima de Medicina, vinte mil reis; e á Cadeira de Vespera, quinze mil reis; e á Cadeira de Philosophia Natural, vinte mil; e á Cadeira de Metaphysica vinte e trez mil reis; e á Cadeira de Logica dez mil; e á Cadeira de Grammatica dez mil.»

É immensamente curiosa a persistencia da tradição pedagogica conservada na Universidade ainda hoje; na reforma de D. Manuel encontram-se já estatuidas certas particularidades, que se observam automaticamente: «que os lentes de prima leam cada dia que for de lêr quase *hora e meia,* e os outros lentes huma hora; e *em fim de sua lição, decendo da Cadeira estarão hum pouco de tempo para responder a as duvidas e perguntas dos Eschollares;* os quaes lentes começarão a ler hum dia depois de *São Lucas,* e continuarão athé *Santa Maria d'Agosto* inclusive...» [1] E a tradição da quinta-feira: «quando na semana não houver festa de guarda, *deixarão de lêr á quinta-feira como sempre se costumou.*» As insignias doutoraes conservam ainda o mesmo symbolismo: «os theologos borla *branca,* e os canonistas *verde,* e os legistas *vermelha,* e os medicos *amarella,* e os artistas *azuloi...*» A transformação da classe de Artes na faculdade de Philosophia fez com que esta côr se conservasse como peculiar da nova disciplina. As precedencias das faculdades são ainda as mesmas determinadas por D. Manuel: «os mestres e doutores terão esta ordem antre si: primeiro os mestres em theologia; segundo os doutores canonistas; terceiro os doutores legistas; quarto os doutores medicos; em fim os mestres em artes. E os Regentes precederão aos nom Regentes em sua faculdade e guardarão em cada sciencia as antiguidades dos seus gráos.»

Em uma nota do reitor Figueirôa ás *Noticias chronologicas* de

---

[1] Segundo os Estatutos da Universidade de Salamanca, de 1422, formulados por Martinho v, as lições principiavam em *dia de S. Lucas*, e acabavam em *dia da Virgem de Septembro*.

Leitão Ferreira (74 ao § 924), observa-se que a abertura das aulas era em 18 de outubro, começando o anno escholastico em dia de *Sam Lucas,* no qual se recitava a *Oração de Sapientia;* este costume durou até ao anno de 1530, mudando-se a abertura dos cursos para o *dia de S. Remigio,* que era no primeiro de outubro.[1] É o que se determina pelos documentos, sem comtudo existir uma ordem formal para esta modificação. O lente da cathedra de prima de Theologia, pela disposição do infante D. Henrique, é que era obrigado a recitar a *Oração de Sapientia;* apparece por vezes esta prerogativa exercida por lentes da faculdade de Artes especialmente. Em 18 de outubro de 1519, o lente de *Logica,* Francisco Valentim, faz a oração do começo do estudo; em 1534 fez mestre André de Rezende, sem ser lente da Universidade, a *Oratio pro rostris;* em 1535, o lente de *Philosophia natural,* Duarte Gomes, licenciado em Medicina; em 1536 recitou-a o mestre de Grammatica, o afamado Jeronymo Cardoso.[2] Attribuimos este facto ao conservar-se na Universidade a tradição da antiga preeminencia da Faculdade de Artes nas Universidades, devida á importancia numerica com que os alumnos artistas preponderavam nas eleições dos Reitores annuaes e dos Lentes. A grandeza dos cursos de Artes é que fez com que se desdobrassem fóra da Universidade sob a regencia particular,[3] e viessem ainda no seculo XVI a constituir o ensino médio.

O quadro das disciplinas escholares era constituido por gráos de Bacharel, Licenciado e Doutor, aos quaes correspondiam varias frequencias e exames: «que os eschollares que ouverem de receber gráo de bacharel em artes cursem ao menos trez cursos a saber: hum curso ouvindo texto de *logica* e dous de *philosophia natural,* os quaes trez cursos se fará em trez annos ouvindo por a maior parte de cada hum anno, e provando os cursos per testemunhas juradas perante o scrivão do studo e o Rector ou mestre que ho hade graduar. E se ho mestre de quem ouvir jurar que he sufficiente poderaa receber gráo de bacha-

---

[1] Vide *Instituto,* t. XIV, p. 259.

[2] Ibidem, p. 277.

[3] «Por estes tempos (1505) e tambem depois eram permittidas escholas particulares não sómente de Grammatica, mas de qualquer sciencia, com duas condições: a primeira, que só eram permittidas no *bairro das Escholas geraes*, e a segunda que fossem graduados os mestres, ou examinados e approvados pela Universidade, os quaes, ainda que não tinham salario algum n'ella, nem entravam nos conselhos, gozavam de todos os privilegios da mesma Universidade e lhe eram sujeitos e ella lhes dava leis, etc.» (Nota do reitor Figueirôa ás *Noticias chronologicas*, ap. *Instituto*, t. XIV, p. 260.)

rel em artes posto que nom tenha acabados os cursos lendo primeiro trez liçoens disputadas, apontadas de hum dia pera ho outro. Ho que ouver de receber gráo de bacharel em theologia fará cinco cursos do *mestre das sentenças* ouvindo per a maior parte de cada hum anno, aos quaes cinquo annos se ouver cadeira de *brivia* fará dous cursos, e nom poderá receber gráo em theologia sem primeiro ser bacharel em artes. E ho canonista ouvirá outros cinquo, e se ouver cadeira de *decreto* ouvirá dous cursos n'estes cinquo annos. E ho que houver de ser bacharel em medicina ouvirá outros cinquo annos em medicina, como dito he, e antes que tome gráo em medicina será bacharel em artes.» Ainda hoje os cursos das faculdades constam de cinco annos, e o bacharelato em artes perdeu o titulo honorifico, ficando reduzido aos preparatorios elementares para as disciplinas superiores.

O gráo de bacharel era conferido com variadas ceremonias symbolicas, das quaes subsiste apenas o receber a borla na cabeça. Na reforma de D. Manuel o bacharelando pagava para a *arca do studo* uma dobra de ouro de banda, e outra para o escrivão (secretario) e bedel: «e hum *barrete* com hum *par de luvas* ao padrinho que lhe hade dar o gráo, e luvas ao Rector e lentes que prezentes forem ao auto; e será obrigado o Rector com a universidade e ho bedel diante com sua maça hir pello graduando a a sua pousada se for no bairro, e ho trarão a as schollas honradamente onde logo em principio do auto fará hũa arengua e depois lerá hũa lição e acabada a lição e disputa se fôr em *artes, medicina* ou *theologia* pedirá o gráo arengando, e despois d'isto se darão as luvas aos sobreditos e fará juramento em as mãos do scrivão e bedel... e assi avemos por bem que qualquer que se graduar arme ho geral de pannos finos por honra do auto.» [1]

Os que faziam curso de licenciatura eram argumentados pelo lente mais antigo da faculdade, em theses publicadas dois dias antes. O ceremonial do acto de licenciatura merece tornar-se conhecido: «quando algum se ouver de fazer licenciado, depois de ser feita a repetição e asinado ho dia do exame, loguo polla manhã iraa o bacharel com seus amiguos e ho padrinho e ho scrivão aa see e ouvirão missa do spirito

---

[1] O alto bom senso do grande renovador da pedagogia na Renascença, Pedro Ramus, protestava contra estes usos da Universidade de Paris: «Para que servem estas assignaturas e sêllos do reitor, do procurador, do recebedor, do principal? E que argumento sufficiente têm as *luvas*, os *barretes*, os *banquetes*, para provar a diligencia e a sufficiencia do discipulo?» E comtudo estes symbolos foram o segredo da importancia das Universidades depois da Edade média.

santo, e acabada a missa assentar-se-ha o Çancellario e ho padrinho, e o Cancellario verá ho livro se estão postos alguns sinaes e ho padrinho o tomaraa e abriraa em trez partes, e em uma d'ellas escolherá o bacharel a lição que hade ler, e ho scrivão assentará em seu livro titulo e lei que o bacharel hade ler, e este escrito enviaraa ho scrivão aos mestres ou doutores que hão d'arguir, e então se hiraa o bacharel pera sua casa e estudaraa esse dia e outro seguinte até tarde, e nestes dois dias *enviaraa a cada mestre ou doutor huma canada de vinho branco, e outra de vermelho bom e huma gallinha,* e ao Rector e ao scrivão e bedel, e levarão esto dobrado ho cancelario e padrinho.[1] Os pontos dos artistas serão estes, a saber: hũa lição no texto de *logica,* e outra no texto de *philosophia natural.* E ao medico assinarão huma lição no *avicena* e outra na *arte.* Ao legista huma lição de *codiguo* e outra de *digesto velho.* E ao canonista hũa lição nas *decretaes* e outra no *decreto;* ho theologuo leraa duas lições em dous livros das *sentenças.* No dia seguinte despois dos pontos aa tarde, irão os mestres ou doutores da faculdade e assi toda a universidade a casa do bacharel, e o bedel com sua maça, e os mestres ou doutores em seu habito irã todos ordenadamente pera a see e ante elles hirão moços com tantas tochas quantas são necessarias, a saber: duas pera o cancellario, duas pera o padrinho, e ho Rector e mestres ou doutores da faculdade se-

---

[1] Tendo anteriormente observado como a corporação universitaria foi moldada pelas associações obreiras (p. 65), como se vê pela identidade das designações hierarchicas, approximamos agora as propinas dos exames, que pagavam os mestres dos officios mechanicos. Escreve Lacroix (Bibliophile Jacob) na *Histoire des Cordonniers:* «As despezas que tinha a supportar o novo mestre eram consideraveis. Por um decreto do parlamento de 1614, a cada um dos jurados do officio, ao mestre dos mestres, e aos seis *bachareis* que assistiam á confecção da obra acabada desde o seu começo até ao fim, elle devia pagar um escudo pelos seus trabalhos, salarios e vacações. Ajunte-se a isto um tributo pela occupação da camara dos jurados, e o da obra acabada, que lhes ficava pertencendo. Em Pontoise pagava-se 20 soldos parisis ao rei, outros tantos aos jurados, 2 escudos á confraria, e *um jantar aos mestres e jurados.* Os estatutos de Saumur taxavam os novos mestres em 20 soldos tornezes para a receita ordinaria de Saumur, 20 soldos para os jurados, e 10 soldos para a *tocha da sagração*, que era em honra e reverencia de Nosso Senhor. A recepção custava em Amboise 3 escudos cobrados para o rei, 1 escudo aos tres jurados que tinham presidido ao exame, e *um jantar a estes ultimos, assim como aos procuradores da companhia.*—Finalmente, na Guienne, quem acabava de ficar mestre, pagava 7 francos bordelezes, dos quaes metade se applicava ás despezas das festas de Nossa Senhora e de S. Chrispim e Chrispiniano; *fazia além d'isso as despezas de um banquete*, mas sómente para os quatro jurados que tinham dirigido o seu exame e approvado a sua obra acabada.» (*Op. cit.*, p. 135.)

nhas tochas e ao bedel outra e a cada hum destes huma caixa de confeitos. E faram de tal maneira que entrem em exame pouquo antes de sol posto, e entrarão em luguar pera isso apparelhado onde ficarão só os mestres ou doutores da faculdade, Cancellario, Rector e scrivão, e terão suas mezas aparelhadas pera isso com livros e castiçaes com suas vellas, e começará a ler o bacharel suas liçoens as quaes nom consentirão que passem de duas horas, a saber, hũa hora em cada lição, porque tenham luguar pera arguir. E acabadas as liçoens ho bacharel sairaa fora da casa do exame aparelhando-se aos argumentos. E então trarão consoada honrada e honesta pera o Cancellario e os outros na qual se deterão pouquo, e logo será chamado o bacharel ho qual se assentaraa a par do padrinho, e começará a arguir o mais novo doutor ou mestre e assi per ordem; e acabado de arguir ho bacharel se iraa pera sua casa honradamente com seus amiguos, e então os mestres ou doutores comunicarão os merecimentos do bacharel...» Segue-se a ceremonia da votação como se usa ainda hoje no exame privado da Universidade, sendo o licenciado obrigado a dar «ao scrivão e bedel hũa loba de pano fino de seis covados ou dous mil reis pera ella, ho qual ficará em elleição do graduado.» O gráo era conferido na sé pelo cancellario «poendo-lhe o barrete na cabeça, estando o licenciado em giolhos...»

As ceremonias symbolicas do doutoramento são pittorescamente dramaticas, e merecem ser conhecidas, para que se avalie a estabilidade da nossa tradição universitaria:[1] «ho dia do magisterio ou doutoramento pella manhãa hirão os doutores ou mestres e os da universidade que ho quizerem honrar a caza do que hade receber o gráo, o qual hirá vestido de hũa roupa roçagante cõ seu capello vestido e sem barrete na cabeça, e se for frade em seu habito, e leval-o-ha honradamente aa see onde ouvirão missa do spirito santo, em fim da qual subirão os mestres ou doutores e assentar-se-hã em seus luguares ordenadamente cada hũ em seu habito, ho cancellario estaraa assentado em meo, e o Rector aa mão direita e todollos outros de hũa banda e outra per ordem, e ho que hade receber o gráo ficaraa em baixo assentado em hũa cadeira e diante hũa mesa com seu banqual, e estarão

[1] E curiosa esta confissão do visconde de Villar Maior, reitor da Universidade, na sua *Exposição succinta,* p. 43, ao descrever os Estatutos de D. Manuel: «*O ceremonial d'estes actos academicos, apenas modificados n'alguns pontos, ainda hoje se pratica...*» (1877.)—Nos Estatutos da Universidade de Salamanca, de 1538, tambem se descrevem os beberetes que o graduando tem de dar aos examinadores. (*Mem. hist. da Universidade de Salamanca,* de Vidal y Dias, p. 78.)

com elle dous bachareis ou licenceados e leraa huma breve lição, e arguirá primeiro contra elle o Rector brevemente e depois alguns mestres ou doutores de sua faculdade e acabado esto daraa luvas a todollos os bachareis e aos lecenceados, e doutores barretes e luvas, e aos fidalguos luvas, e assi aos officiaes de studo e ao Cancellario e padrinho barretes e luvas dobrado; e acabado esto hum homem honrado louvaraa então letras e costumes do graduando *e em linguagem per palavras honestas diraa alguns defectos graciosos pera folguar que nom sejam muito de sentir,* e n'isto o scrivão lhe dará juramento em forma antes que suba a receber o gráo; e acabado esto louvarão o doutorando diante do padrinho e estando em pee no terceiro degráo em baixo do padrinho pediraa o gráo per sua breve arengua e o padrinho louvando as letras do graduando lhe daraa ho gráo com suas insignias estando em giolhos ante elle a saber barrete com sua borla e anel e beijo na face, o que assi acabado hirsehão a comer e *comerão com elles todollos doutores e mestres e toda a universidade* e ho mestre em artes convidaraa sómente a jantar os doutores e mestres da universidade e os officiaes, e alem dos sobreditos guastos ho que ouver de receber gráo de doutor ou mestre daraa pera a arqua de studo cinco dobras douro de banda e ao scrivão e bedel trez mil reis conformando-nos com o statuto antiguo que lhe dava veste forrada.» As offertas das luvas transformaram-se depois da reforma pombalina em um embrulhinho com 1$600 réis, dado a cada um dos doutores que assistia ao doutoramento, como propina do abraço; ainda no nosso tempo eram obrigatorios a pitança ou almoço do exame privado, os pratos de doce de fructa offerecidos ao reitor, aos arguentes das theses e oradores do capello, e o jantar que se tornou facultativo.

O costume de increpar o doutorando «*em linguagem per palavras honestas de alguns defectos pera folguar, que nom sejam muito de sentir*» era ao que nas Universidades hespanholas se chamava o *Vejamen.* No seu estudo sobre Alarcon, escreve Guerra y Orbe ácerca d'este costume, imitado na Universidade do Mexico: «Los *Vejamens* habianse introducido en España á imitacion del gimnasio de Paris, sustituyendo ó parodiando con picantes burlas y sazonados dictos los enfadosos panegyricos. Dabanse raras veces por un doctor; muchas por un licenciado; en no pocas se lucia con esa liberdad un estudiante. Su objecto fué amansar la vangloria del triumfo academico, y solemnisar más alegremente la fiesta. Lhamase *Vejamen* el de los medicos e juristas, y se escribia en lengua castellana; pero decian *gallo, actus gallicus* (acto francés) como alusion de su origen, al de los teologos pronunciado com-

mumente en latin.»[1] Na litteratura portugueza existe uma peça que serviu de *Vejamen* no fim do seculo XVI, escripta pelo licenciado Fernão Rodrigues Lobo Soropita, com o titulo *Satyra, na data de umas cadeiras a um fulano de Figueiredo que era torto de um olho; e a um fulano Corrêa, judeu:*

Ah que del-rei, que morreu
O nosso Pero dos Reis!
Porque vem a ensinar leis
Um tortoles com um judeu!
Acuda-me o povo meu,
Que é necessario gram peito
Para vêr que sem respeito
Andam jogando as pancadas
Um judeu com leis sagradas,
Um torto com o direito.

Vede que boas lições
Estes dois vos podem dar!
Um póde cabras guardar,
Outro, por cabras, cabrões.
Quem lhe tirara os calções
P'ra sacudir-lhe o cotão!
Pois nunca vos servirão
Nem de pouco nem de muito,
Uma figueira sem fruito,
Uma Correia de cão.

O judeu e o zarôlho
Ambos se deram de pé;
Porque um manqueja da fé,
Outro manqueja de um olho.
Quem os puzera n'um mólho,
Como o bom Sylva deseja,
Para que n'elles se veja
Cumprida a lettra perfeita:
Tarde o torto se endireita,
Guardar do cão que manqueja.

....

Certo é para sentir,
Meus senhores estudantes,

---

[1] *Don Juan Ruiz de Alarcon*, p. 132. Madrid, 1871.—Ao contrario do *Vejamen* existia o *Victor* na Universidade de Salamanca, que era uma manifestação de homenagem que se fazia á porta do graduado.

> Ver lentes a dois bragantes
> Que muito são para rir!
> Que não se sabem vestir,
> E vem n'esta occasião
> Por alta ordenação
> A lêr nas nossas Geraes
> Dois cerrados animaes,
> Um por burro, outro por cão.[1]

Transcrevemos apenas estas estrophes para se conhecer a indole do *Vejamen*, que com o tempo decaíu na troça dos *grãos aos calouros.*

Na vida de Ignacio de Loyola, por Gonzales, cita-se a cerimonia grotesca a que se expunham os escholares quando se preparavam para o exame de bacharel. Quicherat allude a ella, sem comtudo conhecer que era commum ás Universidades de Paris, Hespanha e Portugal. Transcrevemos as palavras de Quicherat: «Esta prova era precedida de uma cerimonia que se chamava *la prise de la pierre*. Procurámos debalde em que é que consistia. Era sem duvida alguma divertimento pago pelo candidato aos seus condiscipulos. Era certo que, para *prendre la pierre*, se pagava um escudo de oiro, e que Ignacio hesitou longo tempo antes de se submetter a isso. Deu parte dos seus escrupulos a mestre João Penna, que o persuadiu a conformar-se com o costume. Elle *tomou* então a *pedra*, e foi censurado por aquelles que espiavam continuamente os seus actos. Provavelmente teria sido tambem censurado se se recusasse a proceder como os outros.»[2] Evidentemente a *prise de la pierre* era a parodia de um symbolo da antiga penalidade medieval, em que desappareceu o objecto, ficando a menção do acto. *Porter la pierre*, era o castigo que se dava aos altercadores; e nas praticas universitarias o bacharel dava as suas provas mostrando que era insigne em sustentar uma determinada opinião. Importa avivar a penalidade symbolica da *prise de la pierre*, porque pelas fórmas da legislação consuetudinaria se comprehenderá como a *pedra* (a que allude a nossa locução popular *pedra de escandalo*) se mudou nos *Vejamens* das Universidades em um *carneiro*[3] levado ás costas pelo bacharel. «Se duas mulheres altercarem até se espancarem, injuriando-se ao mesmo tempo, ellas levarão por toda a cidade e pela rua principal *duas*

---

[1] *Poesias e Prosas*, p. 95 a 99.

[2] *Histoire du Collège de Sainte Barbe*, t. I, p. 197.

[3] No celtico *Karn*, pedra, ára no cimo das montanhas, onde sacrificava o *Kairneach* ou druida. (Belloguet, *Glossaire gaulois*, p. 239.)

pedras prezas por cadêas...»[1] «Se acontecer que uma mulher sem consequencia diga a uma donzella palavras offensivas da sua honra, *prender-se-lhe-ha ao pescoço duas pedras* para isto destinadas, e os officiaes de justiça a levarão publicamente pela cidade, e tocarão trombeta adiante e atraz para a apuparem e chacotearem.»[2] Transcrevemos as palavras da legislação symbolica antiga, para se comprehender o valor da phrase «*prise de la pierre*»: «La femme que dirá vilonie à autre, si comme de putage, payera, ou elle *portera la pierre,* toute nue an chemise, à la procission...»[3] Na Universidade de Paris conservou-se a tradição da *pedra* symbolica; nas Universidades de Hespanha o *Actus gallicus,* chamado assim em rasão da sua proveniencia, recebeu o nome de *Vejamen,* pela intenção moral; porém na Universidade de Lisboa invectivava-se o graduado por *defectos graciosos,* vindo com a mudança para Coimbra a revivescer a cerimonia segundo o costume de outras Universidades, levando o graduado um *carneiro* ás costas.[4]

Pela reforma de D. Manuel vê-se que nem todos os lentes eram graduados em doutores, e beneficiava-os nas despezas caso se doutorassem. «E asi mandamos que os lentes de prima se façam doutores ou mestres dentro de hũ anno, do tempõ que ouverem a cathedra, e os que agora sam de prima se façam dentro em hum anno.»

Nos Estatutos manuelinos acham-se prohibições, pelas quaes se caracterisam os costumes escholares no seculo XVI, taes como o dos estudantes *espadachins* e as *focarias:* «Mandamos que nenhum Escollar entre nas Eschollas com armas offencivas nem defencivas, e o que o contrario fezer, perca as armas, etc.» E em novo articulado: «Item.

---

1 Jacob Grimm, *Poesie im Recht*, p. 721; Jura Tremonensia; apud Michelet, *Origines du Droit français,* cap. XII.

2 Droit de Hambourg, 1497. Grimm, op. cit., p. 720.

3 Documento de 1247; Ducange, *Gloss.* Apud Michelet, ibid.— As vestes talares dos doutores são, em um proverbio, equiparadas a saias, «muitas fraldas e pouca sciencia.» (Vide p. 31.) D'aqui tambem a relação da parodia com o symbolo penal.

4 Quando a Universidade se mudou para Coimbra, o costume do *Vexame* conservou-se com tal auctoridade que até os proprios Jesuitas recem-chegados de Paris se submettiam a elle. Lê-se na *Chronica da Companhia*, do P. Balthazar Telles, cap. XXII: «Doutorado o P.e Melchior Barreto, ordenou-lhe o P.e Simão Rodrigues que fosse levar ás costas um *carneiro esfolado* a D. Marcos Romeo, cathedratico de Theologia e Mestre do Infante D. Duarte, seu padrinho no grão. O cathedratico ficou admirado com o caso, e o novo doutor disse-lhe: «Este he, senhor Doutor, o *Vexame* que, depois do meu doutoramento, me dá a Companhia de Jesu, a fim de me graduar no espirito da mortificaçam e desprezo do mundo.»

Mandamos, que os Eschollares não tenham em sua caza mulher suspeita continuadamente, sob pena de mil reis para a arca do Estudo, e a metade para quem o accuzar, nem terã caens, nem aves de caçar. E andem honestamente vestidos e calçados, a saber, não tragão pelotes, nem capuzes, nem barretes, nem giboens vermelhos, nem amarellos, nem verdegai, nem cintos laurados d'ouro sob pena de perderem os ditos vestidos, etc.» Eram estes os costumes abusivos que mais exaltavam os escholares de Paris.

O typo do estudante espadachim, prevalecendo sobre a antiga physionomia clerical do escholar, e que se acha implicito na graduação universitaria do *Bacheleor* (bas chevalier), teve sob Luiz XI na Universidade de Paris o seu pleno desenvolvimento, quando este monarcha, instituindo uma especie de guarda nacional, quiz que o corpo docente usasse tambem armas. «Formou-se no seio das escholas uma classe de professores valentões e espadachins, que argumentavam puxando pelos cópos; e ainda mais, os discipulos das classes superiores auctorisavam-se com o exemplo para trazerem debaixo da capa a espada curta, o bacamarte, que Rabelais não deixou de pendurar ao lado de Pantagruel; e esta abominação nunca a Universidade conseguiu extinguil-a, mesmo quando sob os reinados ulteriores reconquistou o seu privilegio de clericatura.»[1] Nas Universidades allemãs prevaleceu este typo do estudante espadachim e duellista; na peninsula hispanica houve no seculo XVI a monomania da valentia, que dominou da nobreza até aos guapos e temerones populares, e em que o estudante occupava naturalmente uma posição intermedia.

Apesar de se crearem as Universidades como a preponderancia do ensino leigo contra a educação das Collegiadas, esses centros de renovação pedagogica nunca perderam completamente o caracter de *clericatura;* e apesar de, na lucta das doutrinas dos Jurisconsultos contra o arbitrio dos barões feudaes, prevalecer o aphorismo: *Cedant arma togae,* os homens doutrinarios não deixaram de imitar na sua hierarchia o espirito de classe da aristocracia militar, como nos *Condes palatinos*. Estas antinomias eram resultantes da inconsciente dissolução do regimen catholico-feudal, que se estava operando.

A festa dos *Reis Magos* era um dos divertimentos escholares mais favoritos do fim da Edade média; as Universidades, filhas da protecção real, não podiam deixar, n'essa fórma de divertimento, de protes-

---

[1] Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe*, t. I, p. 25.

tar contra a absorpção clerical do ensino. No latim das escholas chamava-se a esta festa, *regalia*. Escreve Quicherat sobre este costume: «N'este dia as portas dos collegios ficavam abertas, e os escholares, livres de toda a vigilancia, saíam cobertos de andrajos e com o fato do avesso, ou com qualquer outro arranjo ridiculo. Iam a um logar formar uma grande assembléa, aonde se ajuntava a elles toda a mocidade dos conventos, das sacristias e das officinas da cidade. Ali nomeava-se por acclamação o *roi des sots*.»[1] Até aqui o costume geral a todas as Universidades; em Paris, em 1469, este congresso do *roi des sots* causou um motim sangrento, ficando essa cerimonia extincta, em relação ás arruaças, mas transformada na sua fórma: «Os costumes seculares, continua Quicherat, não se extinguem de hoje para ámanhã. Por uma transacção, para a qual se fez vista grossa, as *regalia* perpetuaram-se no interior dos Collegios. Cada um teve o seu rei, não já *des sots,* mas da *fava,* celebrando-se a eleição d'este monarcha de um dia com representações de farças, que davam pretexto a decentes caracterisações.»[2] Em uma carta régia de 4 de julho de 1541, em que se prohibem as *Soiças* dispendiosas que os estudantes faziam, vê-se que este costume francez *(des sots)* era já antigo na Universidade.

Pelos Estatutos manuelinos foi regularisado na Universidade de Lisboa o costume que tinham os lentes de se ausentarem das cadeiras, confiando a regencia a um alumno, e recebendo o salario na ociosidade. Este costume era corrente nas Universidades, como vêmos pelas censuras que faz Pedro Ramus ao que se passava na Universidade de Paris. A approximação dos factos esclarece-os. Eis o que estabelecem os Estatutos manuelinos: «E se por ventura o Lente prezente não poder lêr por doença: Mandamos, que elle possa pôr hum substituto aa sua Cadeira—ad vota audientium,—o qual primeiro será apresentado ao Conselho, e o dito Lente neste cazo de doença, *contentaráa o substituto,* e o mais da renda ficará para elle; etc.» Compayré, referindo o facto consignado por Pedro Ramus na Universidade de Paris, mostra a extensão do abuso: «Nas faculdades superiores, direito, medicina, theologia, Ramus accentua abusos mais graves ainda. Os mestres tinham quasi completamente supprimido o ensino, nenhumas lições davam, e descançavam no trabalho particular dos discipulos, ou, quando muito, de obscuros mestres em artes, que, por algumas moedas de paga, en-

---

[1] *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 23.
[2] *Ibidem.*

sinavam em logar d'elles. Contentavam-se de assistir de longe em longe aos actos publicos, aos exames.»[1] Ramus, condemnando esta burla dos doutores, resultante do formulismo immovel dos textos pelos quaes se ensinava, chega á conclusão superior de que a melhor parte do ensino está implicita na palavra do mestre: «A viva voz de um douto e sabio professor instrue e ensina muito mais commodamente o discipulo, do que a leitura muda de um auctor, por grande que elle seja.»[2]

A fórma das substituições conhecida pelos Estatutos manuelinos *ad vota audientium*, e por indicação do lente proprietario, é que nos explica o encontrar-se na vida de Sá de Miranda, por D. Gonçalo Coutinho, a referencia a ter regido *varias cadeiras* de Leis na Universidade de Lisboa. É certo que em 1516 já apparece o seu nome, *Dr. Francisco de Sá,* citado com a honra do gráo academico no *Cancioneiro geral,* de Garcia de Resende; é portanto depois d'esta data e antes da sua viagem á Italia (1521 a 1527) que o grande renovador da poesia portugueza occupou uma cadeira na Universidade «*sómente por substituição*», como referem alguns manuscriptos genealogicos.[3] Porque não ficaria Sá de Miranda no magisterio da Universidade? A sua grande cultura humanista, completada pela viagem á Italia, separara-o do scholasticismo que durante o reinado de D. Manuel prevaleceu na Universidade de Lisboa. O erudito, que lia Homero no texto original e o commentava, que conferenciara com Ruscellai e Lactancio Tolomei, não podia escravisar-se ao formulismo medieval, que o fez abandonar a carreira da Universidade, da mesma fórma que não pôde entender-se com a reacção catholica, deixando o conflicto da côrte, onde era estimado, pelo remanso contemplativo da vida de provincia. Podemos considerar o nome de Sá de Miranda, na tradição da Universidade de Lisboa, como um protesto do espirito da Renascença contra a rotina scholastica, que veiu a ser combatida quando o proprio D. João III convidava Erasmo para a sua projectada reforma pedagogica.

Em 1516, por carta de 11 de janeiro, o rei D. Manuel participa

---

[1] *Histoire critique des Doctrines de l'Education en France,* t. I, p. 141.

[2] É digno de considerar-se que Ramus, precedendo Comte na importancia pedagogica das Mathematicas, «*sans lesquelles toute l'autre philosophie est aveugle*» tambem aqui se encontra com o principio formulado na *Synthese subjectiva*, sobre a necessidade de uma elaboração pessoal subordinada ás lições oraes antes de todas as leituras theoricas. (Op. cit., p. VII.)

[3] *Curso de Historia da Litteratura portugueza*, p. 230. D. Carolina Michaelis, *Poesias de Sá de Miranda,* p. VIII.

á Universidade que vae mandar vir de França o Dr. Diogo de Gouvêa para ser oppositor á cadeira de vespera de Theologia. Diogo de Gouvêa apparece na historia com uma singular reputação e importancia, formando parte da commissão de censura para o exame do texto grego dos Evangelhos impresso pelo grande hellenista Robert Etienne. Pelo seu tino e maneiras distinctas, era o Dr. Diogo de Gouvêa um como encarregado de negocios do rei de Portugal na côrte de França; a sua chamada a Lisboa obedecia a uma necessidade de reformas na instrucção, e a vinda do sabio pedagogo ao plano que concebera de concentrar os *Estudantes de El-Rei,* que frequentavam os estudos de Paris, em um collegio especial. Diogo de Gouvêa, por este motivo, não acceitou a cathedra de vespera de Theologia, sendo provido n'ella em 1517 Mestre João Francez, que se doutorou em S. Vicente em 1521.[1] D. Manuel, obedecendo á influencia franceza, tratou de fundar o *Collegio de Sam Thomaz,* no mosteiro de S. Domingos, para quatorze collegiaes da ordem dominicana e seis da hieronymitana, abrindo-se os estudos em 28 de janeiro de 1517. Ainda no reinado de D. Manuel, Diogo de Gouvêa procurou comprar a propriedade do Collegio de Santa Barbara a Robert Dugast; Quicherat allude a este facto: «Mas comprar *Santa Barbara* apresentava difficuldades insuperaveis. Robert Dugast, de proprietario dos edificios e terrenos, que primeiramente era, tornou-se proprietario do estabelecimento, e não queria ceder a posse por dinheiro algum. Diogo de Gouvêa só conseguiu ser arrendatario, e pelos litigios que surgiram pouco depois é que se conheceu com quem tratava: tendo entrado na posse em 1520, foi citado e condemnado no Chatelet, em fevereiro de 1523, por um atrazo no pagamento de sua renda.» Este atrazo deve attribuir-se á circumstancia do fallecimento de D. Manuel, em 1521, e á suspensão do subsidio ou bolsas que dava o rei, e que o seu successor manteve em numero de cinquenta e duas.

Entre os planos de reforma de instrucção publica, e talvez pelo influxo de Diogo de Gouvêa, pretendia D. Manuel erigir uma nova

---

[1] Escreve Sempere, na *Historia del Derecho español:* «No anno de 1508 a fama dos philosophos e theologos *nominalistas* de Paris tinha-se espalhado tanto que a Universidade de Salamanca, para que lhe não faltasse nada do que as outras possuiam, mandou certos commissarios á capital de França para que, com grandes salarios, trouxessem os mais doutos d'essa eschola, e assim vieram os mais famosos, os quaes estabeleceram a cathedra de *Durando*, e quatro de Logica e Philosophia, dois dos *nominalistas* e dois dos chamados *realistas,* pelo modo e fórma que se usava em Paris.» (P. 336.)

Universidade em Evora, em 1520: «não contente com a Universidade de Lisboa, comprou na cidade de Evora, junto ao Moinho de Vento, um chão que era do Coudel-Mór Francisco da Silveira e de sua mulher D. Margarida de Noronha, para n'elle fazer o Estudo que ordenava. Foi isto no anno do Senhor de 1520; e pode ser que esta fosse a causa de escolher el-rei D. Henrique, seu filho, esta mesma cidade para assento da Universidade, que ali fundou com tanta grandeza como hoje vêmos.»[1] Pelo menos, em 1535 a cidade de Evora representava a D. João III a conveniencia de mudar-se para ali a Universidade de Lisboa, que Coimbra tambem ambicionava, desde os projectos de D. Affonso V.

A época em que D. Manuel fundou o *Collegio de S. Thomaz* coincide com as bases consignadas no *Heptadogma,* de Robert Goulet, para o estabelecimento de qualquer Collegio nas capitaes europêas. Em primeiro logar recommendava o typo francez, como o dos Collegios de Navarra, Montaigu ou de Santa Barbara. As relações de D. Manuel com o Dr. Diogo de Gouvêa facilitavam a implantação do systema francez, que só veiu a realisar-se em 1547 por D. João III. Devia ser dirigido por um *Principal*, de um saber geral, porém melhor grammatico do que orador e logico, a cuja escolha ficariam os *regentes,* com estabilidade e pouco affectos ao lucro. Á mesa do collegio devia lêr-se a *Biblia* e a *Legenda Sanctorum,* para o espirito se alimentar juntamente com o corpo, e ali applicar os castigos corporaes para escarmento de todos os alumnos. Não se admitte a leitura dos Poetas, nem o proprio Catão ou Sulpicia, sem que saibam bem o Donato e *Dominus quae pars,* passando depois ao *Doutrinal* de Alexandre Villa Dei; para os mais velhos deve adoptar-se Perrotus, Augustinus Datus, Sulpicio e Despauterio. As leituras devem restringir-se, em a poesia a Virgilio, para a oratoria a Cicero. Da Grammatica passava-se para a Dialectica e Rhetorica; seguia-se Aristoteles na Logica, pelas *Summulas* de Pedro Hispano, com os commentarios que lhe fez Jorge Bruxellense, ou os de Lefèvre d'Étaples, ou principalmente os que então professava o escossez John Mair no collegio de Montaigu. A Logica devia ser dada nas escholas menores até aos livros das *Perihermeneias;* todos os dias se deve exercer a argumentação, em repetições, sabbatinas e conclusões.[2] Tal era o typo francez de um Collegio, emquanto á sua parte doutrinaria, antes de 1518. Ainda ali se dava o *Doutrinal* de Alexan-

[1] Brandão, *Monarchia lusitana,* P. V, liv. 11, cap. 73.

[2] Apud Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 325 a 331.

dre, quando já os humanistas allemães e italianos lhe chamavam com desdem *Alexandri glossa cacabilis,* e outros epithetos não menos limpos. Em Logica imperavam as *Summulas* de Pedro Hispano, sustentaculo da tradição da Edade média, contra todas as tentativas de renovação philosophica. Os Collegios preparavam para a Universidade de Paris, e não podiam adiantar-lhe o passo; só depois que a nova corrente humanista penetrou na Universidade, reconciliando-se os lentes em 1521 com o critico João Luiz Vives, é que nos Collegios se tentou modificar os methodos de ensino da Edade média. No Collegio de Navarra tomou essa iniciativa reformadora Lefèvre d'Étaples; no Collegio de Montaigu, John Mair desertava um pouco do nominalismo francez, professando as doutrinas de Duns Scot, e tornando-se pela sua extrema subtileza um quasi chefe da philosophia. Como se vê pela descripção do *Heptadogma,* eram d'Étaples e Mair os commentadores recommendados que se deviam ajuntar ás *Summulas* de Pedro Hispano. Mair caíu no descredito pelas facecias de Rabelais, que o catalogava na Livraria grotesca de Sam Victor, *Majoris, De modo faciendi bondinos,* e d'Étaples já não quebrava lanças por Pedro Hispano, cujo resumo do *Organum* de Aristoteles se aprendia de cór no começo dos cursos de Artes. Foi então que entre os estudantes hespanhoes se levantou um enthusiasmo desvairado para salvarem a honra do compatriota Pedro Hispano, exaggerando-se o furor dialectico e o requinte das distincções casuisticas. Tornaram-se regorgitantes os cursos philosophicos de João Celaya, cavalleiro de Valencia, especie de Quixote scholastico, que a si se dava o epitheto de *Doctor resolutissimus,* e que, seguindo os vôos de John Mair, fundia o scotismo com o thomismo, com a mais audaciosa improvisação, e sob as suggestões de Ockham. Os Collegios disputavam a regencia de João Celaya, e para satisfazer os porcionistas hespanhoes, o Collegio de Santa Barbara conseguiu attrahir o novo chefe de eschola, que ali regeu dois cursos philosophicos durante sete annos. Insistimos sobre este ponto, porque o Collegio de Santa Barbara era então frequentado por estudantes portuguezes, e João Celaya escolheu para fazer um desdobramento do seu curso o portuguez João Ribeiro. Os discipulos do valenciano distinguiam-se pela admiração hyperbolica pelas doutrinas a que chamaram o *Celaismo,* e defenderam desesperadamente o mestre contra as criticas acerbas do professor allemão Waim, que o caracterisava como charlatão. Quicherat, expondo este episodio da doutrina *celaica,* escreve algumas linhas ácerca de João Ribeiro, que vamos encontrar capellão de el-rei em Lisboa, levando por opposição a cadeira de Logica na Universidade em 20

de fevereiro de 1527, e desistindo depois em 1530, sendo a regencia d'ella provida por encommenda no Dr. Pedro Nunes.[1] João Ribeiro, como todos os estudantes que se graduavam em theologia, regía, como o proprio Celaya, a cathedra de Philosophia. Aproveitemos a noticia de Quicherat ácerca de João Ribeiro: «Elle começou por se entregar ao commercio. Arruinado em uma viagem que fez á Abyssinia, pensou ao repatriar-se em congrassar-se com as letras, de que tinha uma incompleta cultura. Era no tempo do rei D. Manuel. Seguiu as lições em Coqueret, assistindo ás estreias brilhantes de Celaya n'este collegio, ligando-se desde então ao professor valenciano, que foi para elle como um idolo. Tendo repetido as suas lições de Dialectica em Beauvais, veiu metter-se em Santa Barbara, quando Celaya ali fixou domicilio, para melhor se impregnar da sua doutrina sobre a metaphysica. Ás suas mãos foi confiado o facho do *celaismo,* depois da retirada do mestre para o seu paiz. Ribeiro conservou-o firme durante os primeiros annos do principalato de Diogo de Gouvêa, sendo auxiliado n'este cuidado piedoso por um professor champanhez chamado João Papillon, que fôra seu criado, e que morreu vinte annos depois grão-mestre do collegio de Navarra. De João Ribeiro resta-nos uma carta curiosa, que elle escreveu em 1517 a seu irmão Gonçalo Dias, camarista do paço, para o converter á philosophia, e attrahil-o para junto de si n'este collegio, onde elle tinha encontrado a felicidade.»[2]

---

[1] *Notas* de Figueirôa ás *Noticias chronologicas.* (*Instituto,* t. XIV.)

[2] *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 138. Transcrevemos em seguida a alludida carta, cujo original latino se acha no fim da exposição de Celaya sobre a *Physica,* e reproduzida por Quicherat (ibid., p. 336):

Carta de João Ribeiro a seu irmão Gonçalo Dias

«João Ribeiro, natural de Lisboa, sauda a seu irmão Gonçalo Dias, mancebo de boa indole, e moço da camara do felicissimo rei dos Luzitanos.

«Zenão, a principio um simples negociante, e mais tarde chefe da eschola dos estoicos, quando navegava da Phenicia, nação a mais commercial, para Athenas, affrontou um naufragio tão horrivel, que, perdidos todos os seus cabedaes, teve de refugiar-se semi-nú no porto mais proximo. Immediatamente virado para as letras, na espectativa de cariciosa fortuna, fez-se em Athenas discipulo de Crates, philosopho já insigne n'aquella edade; ahi, como em breve saboreasse os beneficios da philosophia, frequentemente costumava declarar que elle nunca tinha navegado com tão prospero sôpro dos ventos como n'aquella mesma viagem, pela qual tomara parte, não no lucro de um commercio contingente, mas no complemento das boas disciplinas.

«Eu, carissimo irmão, quando revolvo na mente os meus destinos, parece-me ter-me succedido o mesmo que aconteceu a Zenão; porque, tentando em algum

Quem fosse este João Ribeiro, tão apaixonado pelo *Celaismo,* o ultimo lampejo da Philosophia scholastica em Paris, só poderemos conhecel-o por algumas referencias dos livros de linhagens; com este nome apparece-nos um fidalgo da casa real e commendador da ordem de Christo, sendo-lhe concedido brazão em 1530. Era seu pae, Gonçalo Ribeiro, senhor de Aguiar de Neiva e Couto de Carvoeiro, no al-

---

tempo o caminho de uma vida vulgar, levado pela esperança insensata do lucro, embarquei primeiramente para a Ethiopia. D'aqui, enfastiado da vida commercial, visto que a fortuna com pouca felicidade me favorecia, passei para a França; vindo depois para Paris, para me reconciliar com as letras, das quaes me havia divorciado, coube-me um preceptor tal, como nem o proprio Zenão, nem eu mesmo nunca mais tive. Pelo que, como o sabio, posso na verdade affirmar nunca ter navegado com tão felizes ventos como n'aquella viagem para a Ethiopia, na qual julgando eu que a fortuna se revoltava contra mim com um rancor de madrasta, comecei a experimentar-lhe a benignidade de mãe; nem cousa alguma me podia produzir tanto ouro ethiopico quanto me adveiu d'aquelle precalço, por cujo motivo tudo se transformou para mim em vantagem, com o auxilio, segundo creio, da clemencia celeste. Portanto eu costumo ser grato á minha fortuna, tanto mais que ouvi que tu, retirado do convivio intimo do nosso serenissimo rei, a quem eras dedicado por obediencia, estavas já inclinado ás nossas Artes. A suprema providencia quiz dispôr tudo de sorte que nós ambos, a quem um mutuo affecto e um ardor fraterno ligou fortemente, fossemos levados com a mesma oppressão de espirito para o mesmo horoscopo: pois que tu, arrancado do seio da côrte para o meio das ondas, e eu, como tu, navegando pelo profundo e tormentoso oceano, ancorámos no mesmo porto da tranquillidade.

«Porém apenas nos devemos congratular por uma tal fortuna tua tanto quanto devemos lamentar que em melhor occasião não tivesses vindo a Paris no tempo conveniente, de fórma que eu te visse discipulo do meu illustradissimo preceptor, cujo merecimento e valor debalde, segundo creio, eu demonstraria, quando já em toda a Europa não ha pessoa alguma, que se dedique ao estudo das Artes liberaes, a quem não tenha chegado a fama do nome de *Celaya.* Houve muita gente —o que é importante para a presente narração—que por differentes processos, no intuito de ajudar as nossas Artes, escreveu muito e com erudição, mas quem as tenha illustrado com tanto fulgor e lucidez como *Celaya* (seja-me licito dizel-o) ninguem. É já bastantemente sabido que nenhuns escriptos são hoje tão vulgarisados entre os estudantes parisienses como os seus; nenhumas doutrinas theoricas são hoje recebidas com maior applauso e com maior acolhimento. Sempre que o acompanhei em publico, vi fixados n'elle os olhos da multidão circumfusa, apontando-o uns aos outros, de sorte que se julgaria ver n'aquelle homem mortal algo de immortal, elevado sobre o fastigio da humanidade: por estes successos da sua gloria crescente vê-se bem que em breve succederá que toda a turba de Artistas, repudiados os escriptos dos outros, imitará sómente a doutrina de *Celaya,* digna, digo eu (não tomeis isto a mal), de ser preferida a todas as outras, e a qual será adoptada em todas as escholas. Porque, além de todas as partes da Dialectica,

moxarifado de Ponte de Lima; em um documento judiciario de 1552 falla-se em seu filho João Ribeiro, «*primo co-irmão de Bernardim Ribeiro, fidalgo principal, conhecido pelos seus versos intitulados* MENINA E MOÇA.» Emquanto o primo se apaixonava pela formosa Aonia, e escrevia a inimitavel pastoral das *Saudades,*[1] João Ribeiro empregava todos os recursos da sua imaginação e enthusiasmo para attrahir seu

---

que elle tratou com admiravel clareza em nove volumes, existem mais os livros de sciencias physicas e outros volumes de philosophia, pelos quaes elle tão sabia quanto felizmente dissertou, de maneira que não só mereceu o louvor dos principaes escriptores, mas nem deixou logar ao louvor dos vindouros. Quando começo a analysar este successo, o mais auspicioso que se pode descrever, espero na verdade que succederá que elle não tenha chegado ao fim dos seus trabalhos sem que nos deixe aplanadas todas as difficuldades de toda a Philosophia moral e descobertos todos os segredos da Theologia, tanto quanto alguem se tenha já atrevido a esperar do mais eloquente dos homens.

«Mas vê tu, rogo-t'o, quam misera é a condição d'aquelles que não sabem mais do que corromper os louvores alheios: homens mediocres e mesquinhos como se acham jazendo na obscuridade não supportam vêr os outros na luz; nem para elles ha cousa alguma mais obnoxia e mais invisivel do que a propria virtude e a sciencia, a qual, por isso que mais refulge em *Celaya,* mais acremente é perseguida pelo aguilhão da inveja. Este furor de despeito mostra claramente o valor de um homem tal, visto que a inveja não se prende com os humildes e com os insignificantes, mas, como o fogo, procura os mais elevados, os que estão mais alto.

«Todavia, pelo que respeita aos teus estudos, eu nunca pedi com tanta vehemencia cousa alguma ao Todo Poderoso como a tua vinda para este celeberrimo emporio de disciplinas, onde em breve realisarias as tuas aspirações. Na verdade, já que não se effectuou o que desejavas, aprende com attenção o que só o talento de *Celaya* pode dar-te.

«Eu aconselho-te a que acceites com ambas as mãos esta occasião, agora miraculosamente offerecida para o teu desenvolvimento, necessario porque todo o corpo de sciencias physicas, a principio concebido de um modo rude e inculto, orna-se hoje com o incremento das mirificas doutrinas, que os primeiros creadores da Philosophia não quizeram indagar nem poderam explorar n'esse mesmo preambulo da sciencia incipiente.

«Por todos os modos, meu bom Gonçalo, e com os meus rogos, supplico-te, e, em nome d'esta auctoridade que liga dois irmãos, exorto-te a que te desenvolvas n'este determinado estudo tanto quanto poderes. Podes quanto quizeres, porque ainda devemos á natureza esta graça, o não querer que cousa alguma seja impossivel ao grande esforço. Adeus. Paris.» (Devemos esta traducção ao nosso discipulo o sr. Anselmo Vieira.)

[1] Manuel da Silva Mascarenhas, fidalgo governador da fortaleza do Outão, na edição que fez da *Menina e Moça,* dá-se por «parente do Autor, que era *primo co-irmão* de meu avô.» Isto confirma a referencia do processo judiciario a que alludimos.

irmão Gonçalo a frequentar as escholas de Paris como discipulo de Celaya e a vir sustentar a Philosophia escholastica, que succumbia aos primeiros golpes dos humanistas da Renascença.

Por este mesmo tempo frequentava a Universidade de Paris outro portuguez, o mathematico D. Francisco de Mello (1514-1517),[1] e Francisco Martins da Costa doutorava-se em direito na mesma Universidade. A época não era boa para a influencia franceza; ainda Pedro Ramus e João Luiz Vives não tinham atacado o seu velho scholasticismo, nem Budé tentara a fundação do Collegio de França. É por isso que a Universidade de Lisboa, sob todo o reinado de D. Manuel (1499 a 1521), permaneceu esteril, sem lentes celebres,[2] nem acção sobre o paiz, porque os estudantes portuguezes iam de preferencia doutorar-se a Salamanca. As grandes reformas sob D. João III foram motivadas pela transformação dos estudos francezes, e até certo ponto pela acção directa de Vives, que luctara no começo dos seus estudos pelos methodos medievaes.

A fundação da cadeira de Astronomia, por D. Manuel, obedecia mais á credulidade do monarcha pela Astrologia judiciaria do que á renovação do espirito scientifico. Escreve Ribeiro dos Santos[3]: «o mesmo rei foi dado a ella em tanto, que ao partir das náos para a India, ou no tempo que se esperavam, mandava tirar juizo por um afamado astrologo portuguez, Diogo Mendes Visinho... e depois d'este fallecer por Thomaz de Torres, seu Fysico, homem mui acreditado assim na Astrologia como em outras sciencias... Tão valida andava então a Astrologia por toda a parte que chegou o seu estudo a ser galhardia entre os Letrados; que deu occasião ás galhardias do comico Gil Vicente, que, qual outro Aristophanes escarnecedor, motejou dos astronomos no

---

[1] Existe na Torre do Tombo uma ordem ao Feitor de Flandres para pagar a D. Francisco de Mello o subsidio de tres annos que esteve nos estudos de Paris (7 de fevereiro de 1514), e ordem para lhe serem pagos 38$160 réis da despeza que fez emquanto frequentou a Universidade de Paris (20 de fevereiro de 1517).

[2] Apenas se cita o nome do Doutor Frei João Claro. Na Epistola dedicatoria do mathematico Fernel a D. João III, offerecendo-lhe o seu livro da *Cosmotheoria,* cita-lhe como afamados em theologia o alludido cisterciense: «In theologiam coronam eorundem adminiculis relati sunt *Johannes Clarus,* ordinis cisterciensis, et Jacobus de Govea, vir summa eruditione summaque prudentia conspicuus.» (4 de fevereiro de 1529.)

[3] *Memorias de Litteratura,* da Academia, t. VIII, p. 167.

Livro I das suas *Obras de Devaçam,* posto que confundia a Astronomia verdadeira com a Astronomia judiciaria:

> E porque *estronomia*
> Anda agora mui maneira,
> Mal sabida e lisongeira;
> Eu á honra d'este dia
> Muitos presumem saber
> As Operações dos Céos,
> E que morte hão de morrer:
> E cada hum sabe o que monta
> Nas estrellas que olhou,
> E ao moço que mandou
> Não lhe sabe tomar conta
> D'um vintem que lhe entregou.»

A cadeira de Astronomia foi provida em Mestre Filippe, medico de D. Manuel, obrigando-se a uma lição por semana, designado o dia e a hora pelo Reitor.[1] Regeu até 1521, succedendo-lhe o castelhano Thomaz de Torres, physico do rei, e antigo mestre de D. João III, tomando posse em 19 de outubro d'esse anno e lendo até 1537, quando se fez a mudança da Universidade. Assim como Vives, no seu libello *In Pseudo dialecticos,* imputa aos castelhanos a conservação prolongada do scholasticismo na Universidade de Paris,[2] podemos comproval-o emquanto á Universidade de Lisboa, e em especial pela vinda de aventureiros scientificos de Hespanha, que concorriam a explorar as prodigalidades do monarcha portuguez.

Na farça dos *Physicos,* escripta depois de 1519, introduz Gil Vicente o physico Thomaz Torres em uma consulta medica, satyrisando o estado de atrazo em que se achava então a sciencia:

> BRAZIA: Aqui vem o Fisico Torres.
>
> TORRES: Ora bem, Deos vos ajude,
> E vos dê muita saude,

---

[1] Por alvará de 29 de outubro de 1513 consta que é lente. (Ribeiro dos Santos, *Memorias de Litteratura,* t. VIII, p. 175, 2.ª ed.)

[2] «D'esta maneira elles prestam á Universidade de Paris um detestavel serviço, de a ridicularisar aos olhos da Europa, porque é já proverbial que em Paris instrue-se a mocidade para não saber cousa alguma, a não ser dizer dislates com inesgotavel loquacidade.» (Apud Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 113.

Isto não serão amores?
Hontem quiz vir e não pude.
Topei alli com mestre Gil,
E com Luiz Mendes, assi
Que praticámos alli
O Leste e o Oeste, e o Brazil,
E lá lhe dei razão de mi.
Este mal he já de dias?

CLERIGO: Hoy hay diez que asi estó.

TORRES: A que horas vos tomó?

CLERIGO: Alli á las avemarias.
Y de mañana comenzó.

TORRES: Dez dias de manhã cedo,
Estava Saturno em Ariés...
Doem-vos as pontas dos pés?

CLERIGO: Ay mezquino, que no puedo
Decir mi mal de que es!

TORRES: Bisexto he o anno agora,
Em Piscis estava Jupiter,
Saturno hade desfazer
Quanto natura melhora:
Bem ha aqui que guarecer.
Tambem em Piscis a lũa,
Isso foi em quartafeira;
Mercurio á hora primeira:
Não vejo cousa nenhũa
Pera febre verdadeira.
E tambem d'este ajuntamento
Dos planetas d'esta éra...
Não sei... não sei... mas per mera
Estrologia... não sei, eu sento
Não sei que he, nem que era.
Mas hade saber quem curar
Os passos que dá hũa estrella,
E hade sangrar por ella,
E hade saber julgar
As aguas n'uma panella.
E hade saber proporções
No pulso se he ternario,
Se altera, se he binario.
....

Mostrae cá ora, e veremos
Este pulso que nos diz.
Oys? qu'altera; ora chis,

Que antes que nos casemos
Haverá outro juiz.
Isto procede do baço,
Bem o mostram essas côres.
Tendes vós nas costas dores?
. . . .
Não coma senão lentilhas,
Si, ou abobora cosida,
Si; e assi Deos lhe dará vida.
Si, e dem-lhe caldo d'ervilhas,
Si, que esta febre he parida.
Agua cosida lhe dareis
Com avenca... si, então
Ámenhan lhe tirarão
Algum sangue... si, entendeis?
Si... então... si, logo he são.
Porém, a fallar verdade,
Segundo seu pulso está,
E segundo os dias que ha,
E segundo a viscosidade,
E segundo eu sinto cá,
E segundo está o Zodiáco,
E segundo está retrográdo
Jupiter, confessado
Ha mister, que está mui fraco,
Si... si... si, bem trabalhado.[1]

Gil Vicente caracterisa admiravelmente o estado da Medicina astrologica antes da renovação dos estudos pela vulgarisação dos livros de Hippocrates; com uma graça molieresca envolve tambem na mesma farça Mestre Filippe, porventura esse boticario de Sevilha, que depois de se tornar famigerado no jogo do xadrez, veiu á côrte de Lisboa apresentar o seu novo invento da observação das longitudes.

Por 1519 apresentou-se em Lisboa um castelhano, Filippe Guilhem, muito palavroso e arrotando um saber excepcional de Logica,

---

[1] *Obras* de Gil Vicente, t. III, p. 317. No *Auto dos Fysicos* allude a um outro medico do rei D. Manuel, mestre Nicoláo, que apparece em 1515 como formando parte do jury que examinou o boticario Diogo Velho. (Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, p. 310):

E quem isto não souber
Vá-se beber d'isso mesmo.
E *mestre Nicoláo* quer
E outros curar a esmo.

combinando os conhecimentos da Mathematica com a arte de trovar, com que se fazia admirar na côrte; vinha offerecer a D. Manuel um invento seu, a *Arte de Leste a Oeste,* para a qual navegação possuia um astrolabio de tomar o sol a qualquer hora. O rei mandou que o mathematico D. Francisco de Mello désse parecer sobre o invento, e diante da conclusão favoravel concedeu ao castelhano uma tença de cem mil réis com habito e a corretagem da Casa da India. É provavel que a *Arte de Leste a Oeste* fosse discutida por outros espiritos mais praticos, como aconteceu com o algarvio Simão Fernandes, que provou a falsidade do systema em 1519; Filippe Guilhem fugiu de Lisboa, sendo preso em Aldeia Gallega por ordem do monarcha. Gil Vicente não se esqueceu de tirar o partido d'esta comica situação:

> A muchos hizo espantar
> Vuesa próspera fortuna,
> Pues nunca vistes la mar
> Ni arroyo ni laguna,
> Supistes muy bien pescar...
> Ansi que por esta via
> Es de los sabios el cabo,
> Que sin ver astrolomia
> Él toma el sol por el rabo
> En qualquiera hora del dia.
> Respondieron al contrario,
> Diciendo: No es verdad;
> Porque dende chica edad
> No fue sino boticario,
> Hasta ver esta ciudad.[1]

Nas grandes navegações do seculo XVI, o phenomeno recentemente

---

[1] *Obras,* t. III, p. 377. Na *Historia geral do Brazil,* de Varnhagen, t. I, p. 459, vem mais noticias sobre Filippe Guilhem, por onde se infere que ficou ao serviço de Portugal: «Foi primeiro, em 1527, empregado na Casa da India. Em 1538 passou ao Brazil com Vasco Fernandes. Em 1551 partiu para a Bahia; ahi perdeu a mulher e um filho que tinha, e foi com os tres filhos que lhe ficaram exercer em Porto Seguro um emprego de fazenda. Com as novas de ouro que ahi teve enthusiasmou-se, e escreveu a Thomé de Sousa inculcando-se para a empreza. Chegou a ser para ella escolhido, porém adoeceu e voltou para a Bahia, onde, quando melhorou, foi encarregado da abertura do caminho da cidade para a Ribeira, etc. Voltou depois a Porto Seguro como Provedor, e ainda ali vivia aos 12 de março de 1561, com 74 annos de edade, pois se conserva uma carta que então escreveu, em que de novo recommendava a perseverança nas descobertas das minas, etc. Em 1551 havia sido feito Cavalleiro de Christo, com a tença annual de 50$000 rs.»

conhecido da variação da agulha preoccupou os pilotos e cosmographos, que procuravam por ella determinar a longitude geographica. Formavam taboas de declinação da agulha magnetica para deduzirem uma Arte de Leste e Oeste, ou um principio scientifico para a navegação; era uma especie de monomania. Ao fallar de Fernão de Magalhães, o chronista Barros allude a esta vesania commum: «sempre andava com Pilotos, Cartas de marear, e altura de Leste, Oeste, *materia que tem lançado a perder mais portuguezes ignorantes,* do que são ganhados os doutos por ella, pois ainda não vimos algum que o pozesse em effeito.»[1] Este juizo de Barros mostra-nos como o problema da determinação da longitude no mar, conhecido com o nome vulgar de *ponto fixo* e *navegação Leste Oeste,* havia de encontrar na côrte de D. Manuel um interesse tal que seduzisse a imaginação de aventureiros e utopistas, como o castelhano Filippe Guilhem.

Ao mathematico D. Francisco de Mello, recem-chegado dos estudos de Paris, onde frequentara a expensas de D. Manuel, que deu opinião sobre a *Arte de Leste a Oeste,* joga tambem Gil Vicente um acerado epigramma:

E se Francisco de Mello
Que sabe sciencia avondo,
Diz que o Céo he redondo,
E o Sol sobre amarello;
Diz verdade, não lh'o escondo.
Que se o Céo fôra quadrado
Não fôra redondo, senhor.
E se e sol fôra azulado
D'azul fôra sua côr.[2]

---

[1] *Decada* v, livro 8.

[2] *Obras* de Gil Vicente, t. I, p. 151. Transcrevemos da Memoria de Ribeiro dos Santos sobre D. Francisco de Mello, os documentos por onde se vê que frequentara os estudos de Paris entre 1514 e 1519. Eis o attestado do bedel da Universidade de Paris ácerca da sua frequencia, para justificar o recibo da pensão: «Ego Petrus meresse Bedellus facultatis Artium venerande nationis francie parisias. Certifico omnibus et singulis quibus interest, aut interesse potest honorandum et nobilem dominum magistrum Franciscum de Mello in artibus liberalibus magistrum continuum fuisse ac presenti esse in parisiensi hac Universitate Scholasticum. In cujus rei testimonium signum meum, etc. Die 2. Julii 1514.—P. meresse.» Em seguida vem o recibo: «Eu Francisco de Mello Fidalgo da Casa del Rei Nosso Senhor, Mestre em Artes, e Estudante ao presente de Pariz Confesso haver recebido de Silvestre Nunes, Criado e Feitor de sua Alteza em Frandes a somma de 38$160 rs. moeda de Portugal, que se monta na minha moradia e ce-

Em Paris, D. Francisco de Mello frequentara mathematica com o celebre medico Pierre Brissot, que em 1514 fôra admittido como lente na Faculdade de Medicina, onde luctara para introduzir as doutrinas de Hippocrates em substituição das doutrinas dos Arabes. Pierre Brissot ensinara philosophia nos dez annos anteriores, sendo no ultimo anno da sua regencia, que D. Francisco de Mello se graduou Mestre em Artes. Quando Brissot se achou em conflicto com a Universidade de Paris, por causa do seu hellenismo, resolveu viajar, para adquirir conhecimentos em Botanica, e veiu para Portugal, demorando-se em Evora, onde teve outro conflicto com o medico do rei sobre a questão se a sangria devia em uma pleuresia effectuar-se do lado affectado se do contrario. O medico francez morreu em Evora em 1529.[1] D. Fran-

---

vada do presente anno de 1514 da qual me tinha feito mercè por tres annos El Rei Nosso Senhor dos quaes este he o primeiro que se começou ho Janeiro passado derradeiramente da dita éra como no alvara da dita mercè se expressa a qual me he assignada na Feitoria de Frandis e por ser isso verdade e descarrego do dito Feitor lhe fiz esta segunda quitança feita e assignada de minha mão em Pariz o terceiro de Julho de 1514.— Francisco de Mello.» (*Corpo chron.*, P. I, Maç. XIV, Doc. 66.) A graça régia, foi prorogada nos annos de 1517 e 1518; eis a copia do alvará que a prorogou pelos annos de 1519 e 1520:

«Nos El Rei, etc. Mandamos a vós Francisco Pereira nosso Feitor em Frandes que pagueis a Francisco de Mello fidalgo da nossa Casa, filho de Manuel de Mello sua moradia e cevada por tempo de dous annos que se começaram por este Janeiro que ora passou d esta éra presente de 1519 e acabarám por Dezembro de 1520 da qual lhe fazemos merece pera sua mantença no estudo e monta-se-lhe por anno quarenta e sete mil e trezentos e setenta réis a razão de tres mil e quatro centos reis de moradia por mez, e alqueire e meio de Cevada por dia segundo vimos por Certidão de Bras da Costa Escrivão de nossa Cosinha em que dava sua fee que ficava posta verba como havia de haver o dito pagamento, etc. Feito em Almeirim, a 11 de Fevereiro de 1519.» (*Corp. chron.*, P. I, Maç. 24, doc. 28.— *Mem. de Litt.*, t. VII, p. 238.)

[1] *Nouvelle Biographie générale*, de Didot, t. VII, p. 443. Os homens de sciencia, pela curiosidade e investigação eram no seculo XVI agitados por um certo cosmopolitismo. Uns vão á India estudar novas plantas, como o nosso Dr. Garcia d'Orta, outros percorrem as Escholas da Europa á procura dos segredos profissionaes. Paracelso, na sua *Grande Cirurgia*, falla em Portugal como um dos paizes que visitara: «Tendo viajado pela França, Allemanha e Italia, e visitado as Universidades para saber os seus preceitos e fundamentos, pareceu-me todavia que me não era plausivel subordinar-me ás suas opiniões por muitas causas: mas tendo caminhado mais além, e atravessado a Hespanha, *Portugal*, Inglaterra, Dinamarca, Polonia, Lithuania, Prussia, Hungria, Transylvania, quasi todas as nações da Europa, eu diligentemente procurei e interroguei não sómente os Medicos, mas tambem os Cirurgiões, mestres de Estufas, mulheres, magicos, alchymistas, nos

cisco de Mello, logo que chegou a Portugal achou-se envolvido em negociações politicas, que o embaraçaram de se entregar á cultura da Mathematica; como homenagem de gratidão dedicou ao rei D. Manuel um Commentario em latim sobre a *Theoria da Optica e Perspectiva,* attribuida a Euclides,[1] que sob o titulo de *Specularia e Perspectiva* (Optica e Catoptrica) apparecera em Veneza em 1508 na terceira edição do mathematico grego, pela primeira vez traduzida em latim por Bartholomeu Zamberto. D. Francisco de Mello considerava os commentarios de Theon ao tratado da Optica, que Zamberto lhe additara, como muito incorrectos, e considerava a ommissão do tratado nas edições de 1509 de Lucas de Borgo, e de 1516 de Lefèvre d'Étaples, como um desprezo dos sabios do seu tempo contra o qual reagira seu mestre Pierre Brissot. Allude aos Commentarios de Brissot, que andavam em copias nas mãos dos seus discipulos, e lamenta que apenas possua alguns inintelligiveis fragmentos, de que mal se pode aproveitar para reconstruir o seu novo Commentario. Hoefer, na *Historia da Physica,* caracterisa assim a obra attribuida a Euclides: «A *Optica* não é mais que uma reunião de Theoremas de perspectiva. Segundo Kepler, o auctor d'este tratado, na sua qualidade de pythagorico, procurava demonstrar, pela perspectiva dos corpos celestes, o verdadeiro systema do mundo tal como o havia ensinado Pythagoras antes de Copernico.— Na *Catoptrica,* Euclides ensina que o raio visual é quebrado, refractado pela agua e pelo ar.— Distingue a *refracção* (diaclasis) da *reflexão* (anaclasis) em que, na primeira os angulos dos raios refractados ou emergentes não são eguaes (excepto para os raios perpendiculares) aos angulos dos raios incidentes. Explica pela refracção que os raios experimentam no ar, o engrandecimento do sol e da lua no horizonte. Mas não diz positivamente que pelo effeito da refracção os astros não occupam exactamente (excepto no zenith) o logar em que os vemos.»[2] D. Francisco de Mello, como discipulo do medico Brissot, conhecia o apparelho da visão, seguindo n'este ponto os mathematicos gregos

---

mosteiros, nas casas nobres e ignobeis, quaes eram os melhores e os mais excellentes remedios que usavam e tinham usado para curar as doenças.» (Ap. Daremberg, *Histoire des Sciences médicales*, t. I, p. 368.)

[1] Pelo titulo da obra: *In Euclidis* Magarensis Philosophi *atque Mathematici praestantissimi Perspectivae Commentaria*, conhece-se que D. Francisco de Mello seguiu o erro do seculo XVI, confundindo o mathematico alexandrino com o fundador da eschola philosophica de Megara, que o antecedeu um seculo. Este erro fôra propagado por Boecio, desde o seculo V da nossa éra.

[2] Hoefer, *Histoire de la Physique*, p. 170.

Heliodoro de Larissa e Ptolomeu. «É na Optica de Heliodoro, que se acha pela primeira vez exposto, que os raios luminosos que determinam a visão formam um cóne cujo vertice se apoia na pupilla do olho emquanto a base abrange a superficie do objecto apercebido. Tambem ahi se acha uma definição exacta do angulo visual, variavel de grandeza segundo vemos os objectos maiores ou mais pequenos.» [1] O tratado de Optica attribuido a Ptolomeu, traduzido para latim de uma versão arabe, traz pela primeira vez a exposição minuciosa dos principaes phenomenos da refracção, como a passagem da luz atravez de corpos transparentes de densidade differente. Foi preciso o desenvolvimento da Trignometria, para que Descartes fixasse a lei d'este phenomeno na constancia de relação dos senus de incidencia e de refracção.

D. Francisco de Mello emprehendeu um outro commentario ao livro de Archimedes, *Dos corpos fluctuantes sobre a agua,* que então ainda estava inedito. Archimedes, que levara a Geometria ao seu maximo desenvolvimento, sentiu a parte incompleta da Mathematica, á qual faltava ainda uma Mechanica. As relações entre a Geometria e a Mechanica ficaram assentes pela sua Theoria dos centros de gravidade ou *Isorropica.* Pelo conjuncto dos trabalhos de Archimedes, diz Comte: «Sou levado a julgar por elles os esforços de Archimedes para começar a preencher a principal lacuna do systema mathematico, fundando a Theoria abstracta do equilibrio. Mas, privado de toda a racionalidade positiva no que respeita o movimento, um tal trabalho permanecia desprovido da sua origem philosophica; de sorte que não comportava senão successos inductivos, nos quaes o incomparavel geometra manifestou sob um novo aspecto a sua plenitude mental. O seu principio da alavanca não podia satisfazer senão a casos parciaes, e a sua inducção hydrostatica não conseguiu senão o suscitar uma nova ordem de questões geometricas em relação á situação de equilibrio de um corpo fluctuante. Comtudo, uma tal tentativa bastava por si para fazer continuamente avultar a lacuna já conhecida do systema mathematico, de modo a melhor assignalar as relações directas d'este complemento necessario com o conjuncto da philosophia natural.» [2] Só depois que Kepler deduziu a constituição final da geometria celeste, é que Galileo, completado por Huyghens pôde fundar a Mechanica racional, e por ultimo Newton a Mechanica celeste. [3] Como se vê, D. Francisco de

---

[1] Hoefer, *Histoire de la Physique,* p. 170.
[2] *Système de Politique positive*, t. III, p. 319.
[3] *Ibidem*, p. 565.

Mello tentando a explicação d'estes dois tratados de Archimedes *(Peri epipedon isorropica,* e *Peri ton udati ephistamenon)* pouco se podia elevar acima dos casos inductivos, mas revela pela importancia que lhes ligava a necessidade de entrar no dominio da Mechanica.[1] É pena que estes trabalhos permaneçam ineditos; publicados com um estudo critico-historico, relacionariam Portugal de um modo digno com o movimento intellectual da Renascença. D. Francisco de Mello tomara tambem o grão de Licenciado em Theologia; nomeado para o conselho de D. João III em 1529, foi Reitor da Universidade de Lisboa de 1531 a 1533, e em 1534 eleito bispo de Gôa, fallecendo em Evora, em 27 de abril de 1536 com quarenta e seis annos de edade. Não chegou a cooperar na grande reforma dos estudos começada em 1537; assim como o conhecimento da lingua grega o approximara do estudo dos mathematicos alexandrinos, outros espiritos se achavam egualmente fortalecidos para incitarem D. João III a uma remodelação de ensino publico.

O conhecimento da lingua grega, que tanto actuou na transformação dos estudos na Renascença, achava-se no começo do seculo XVI fortemente radicado em Portugal. Escreve o bibliophilo Ribeiro dos Santos: «Entre outros muitos se esmeraram João Rodrigues de Sá e Menezes, que commentava *Homero* e *Pindaro;* Francisco de Sá de Miranda, que traduziu o mesmo *Homero;* Antonio Ferreira, que lia e imitava a *Anacreonte,* a *Moscho* e a *Theocrito;* Ambrozio Nunes, que esclarecia os Aphorismos de *Hipocrates;* Francisco Giraldes e Jeronymo Lopes, que liam pelos originaes de *Galeno;* João Rodrigues de Castello Branco,

---

[1] Os tratados attribuidos a Euclides tem nos ms. de D. Francisco de Mello os titulos: *Perspectiva Euclidis, cum Francisci de Mello Commentariis,* e *In Euclidis Megarensis, Speculariam Commentaria.* O livro de Archimedes, tambem como os outros dois tratados, dedicado ao rei D. Manuel (1521) tem por titulo: *Archimedis, De incidentibus in humidis cum Francisci de Mello Commentariis.* Sobre a proveniencia d'estes manuscriptos, escreve Ribeiro dos Santos: «que existem hoje na real Bibliotheca de Lisboa, que foram da magnifica doação que lhes fez o muito douto e pio Bispo de Beja... Arcebispo de Evora, D. Fr. Manuel do Cenaculo Villasboas.» *Mem. de Litt. port.,* t. VIII, p. 174 (2.ª ed.) Em outro logar accrescenta: « D'estes tratados teve um exemplar o Cosmographo-mór d'estes reinos Luiz Serrão Pimentel, Lente de Mathematica, com primorosas illuminações, de que depois fez prezente ao Marquez de Liche, quando foi visitar a sua Livraria, como refere o erudito Abbade de Sever. O exemplar que d'elles tem a real Bibliotheca de Lisboa he escripto em fol. em bom caracter, que parece ser mais moderno e dos fins do seculo XVI, principios do XVII, e com figuras geometricas nas Demonstracções.» *Mem. de Litt.*, t. VII, p. 248.

que illustrava o texto grego do *Dioscorides;* Jorge Coelho, a quem devemos a versão latina da Deusa Syria, de *Luciano;* D. Fr. Antonio de Sousa, que trasladava o philosopho *Epitecto;* Antonio Luiz, que nas aulas explicava *Aristoteles* e *Galeno,* pelo texto grego, e traduziu a este ultimo, e os commentarios de *S. Cyrillo* a Isaias; etc.» [1] Tanto em Portugal, como em França, era d'entre os humanistas que no seculo XVI se destacavam os mathematicos, os astronomos, e os medicos, os quaes pelo conhecimento do grego achavam as condições para reatarem a corrente scientifica interrompida depois dos trabalhos fundamentaes de Archimedes, de Hipparco e de Hippocrates. Por essa direcção nova conseguiram actuar nas Universidades fazendo-as transigir com o espirito da Renascença. [2]

Vives, que recebeu as suas primeiras lições de Jeronymo Amiguetus, professor da Universidade de Valencia, reagira desesperadamente contra a renovação dos estudos philologicos em Hespanha, iniciada por Nebrixa quando regressara da Italia; sob a influencia do seu antigo mestre, Vives atacou vivamente a Nebrixa, vindo porém mais tarde a reconhecer a direcção e o espirito critico da Renascença, e a prestarlhe uma plena homenagem, sendo um dos seus epigones.

Em Paris, quando foi completar os seus estudos na celebre Universidade, achou tambem por professores de philosophia, e adscriptos ao velho methodo dialectico, a João Dullard e Gaspar Lax (1505-1512); sómente depois que chegou a Louvain e recebeu a direcção intellectual de Erasmo é que se tornou um dos grandes corypheus da Renascença. Quando Vives tornou a Paris, em 1521, depois da sua critica acerba *In Pseudo-dialecticos,* os mestres francezes não se melindraram com elle, e declararam-lhe «que a direcção dos espiritos era outra actualmente, e não a do tempo em que ali estudara», como elle relata em uma carta a Erasmo.

Tambem Pedro Ramus, o grande reformador da Instrucção superior, na Renascença, descreve o estado da Universidade, que se conservava hostil ao movimento pedagogico: «Quando vim para Paris cahi

---

[1] *Mem. de Litteratura*, t. VIII p. 78, (2.ª ed.)

[2] Escreve Quicherat, na *Histoire du Collège de Sainte-Barbe*, t. I, p. 150: «A Universidade de Paris resentiu-se sob Luiz XI dos primeiros impulsos da Renascença; mas não os experimentou directamente senão no meio do reinado de Francisco I. Foi-lhe preciso mais de sessenta annos para passar do espirito da Edade média para o espirito moderno, menos plastica n'isto de que as escholas da Allemanha, que desde o começo do seculo XVI estavam já convertidas.»

nas subtilezas dos sophistas, e ensinaram-me as artes liberaes por perguntas e argumentações... Depois que fui nomeado e graduado mestre em Artes, o meu espirito não se achava satisfeito, e no meu fôro intimo julguei que estas disputas não me haviam trazido mais do que a perda de tempo.»[1] Nos *Avertissements au Roi sur la reformation de l'Université de Paris,* Ramus, condemnando o excesso de symbolismo nas cerimonias academicas, que pelas suas despezas se tornavam uma receita dos lentes e se antepunham á disciplina scientifica, caracterisa o estado deploravel em que se achava o ensino nas Faculdades: o ensino da Philosophia era *altercatorio* e *questionario;* o do Direito era mais canonico do que civil; o da Medicina, sem dissecções, mas com eternas disputas, só se adquiria fóra das escholas, matando os doentes: («D'où se dicton: *de nouveau médecin cimmetière boussu*»); a Theologia, embrulhada em objecções e refutações, não se exercia sobre os textos hebreus do Velho Testamento, nem sobre os gregos dos Evangelhos. Em summa, o espirito e fórma de ensino na Universidade de Paris synthetisou-os Ramus na phrase mordente de uma «*contentieuse et perilleuse altercation de preceptes.*»

André Falcão de Resende, em uma Satyra a Diogo Bernardes, louvando a vida religiosa, traça em alguns tercetos o quadro da educação universitaria portugueza, depois das grandes descobertas maritimas, censurando-a pelo seu destino exclusivamente pratico:

> Nasce o filho primeiro e o segundo,
> Nasce o terceiro e quarto; nasce o quinto:
> A Deos não dá nenhum; todos ao mundo;
>
> Porque dos bens da terra só faminto,
> Quanto mais d'elles tem, mais se amofina,
> Pois não gosou os vazos de Coryntho.
>
> E assim mandar ordena um filho á China,
> Instructo e chatim já na mercancia,
> Nos resgates das ilhas, Guiné e Mina;
>
> Inhabil na christã Philosophia,
> Porque o pae cego o tendo por affronta,
> Diz que qualquer fradinho isto sabia;

[1] *Remontrance au Conseil privé.* Apud Compayré, *Histoire critique des Doctrines de l'Éducation en France*, t. I, p. 133.

Mas contador experto em caixa e conta,
Sabe comprar barato e vender caro,
Que para sua cobiça isto é o que monta.

E já se embarca, e é só seu norte e pharo
Sempre o negro interesse, e nelle a prôa,
Deixa atraz patria, o pae, e o amigo caro.

Já o mar bravo aos mimos de Lisboa,
Á vida e alma antepondo a fazenda
Dobrando cabos, climas, chega a Goa.

Tira seu fato, e faz taverna e venda;
Trampeia, engana, troca, jura, mente,
Como um buforinheiro emfim põe tenda.

E em que redobre o resto, e que accrescente
Sempre ao cabedal, mais se desvela
Por navegar os mares de Oriente.

Tenta outra vez Neptuno, dando á vella,
Costeia rios, ilhas, enseadas,
Faz viagem á China, até dar nella.

Compra na veniaga as mais prezadas
Mercadorias; e as que traz, vendendo,
Nas embarcações torna carregadas.

Mas co' dinheiro o amor d'elle crescendo
Faz a cobiça, que inda em vão forceja
As medidas lhe encher, fundo não tendo.

Enfastia avareza tão sobeja;
A fortuna e o tempo conjurada
Levantam sobre as ondas má peleja.

Sópra o tufão com furia costumada,
Ergue e mistura o mar com as areias,
De quanto achando vai, não deixa nada.

Os galeões, navios e náos cheias
D'ouro, de prata, seda, e gente avara,
Ao fundo vão do reino das sereias.

Desce, e perde-se assi a fazenda cara,
E o afogado senhor d'ella ao profundo,
Que até o Cocyto negro emfim não pára.

A morte d'este avisa o irmão segundo,
Que a pé enxuto siga, e não do Oceano
Um caminho mais curto e mais jucundo;

Um caminho direito, que *Ulpiano*
Scevola, e outros fizeram, e, ainda escuro,
Com outros o abriu mais *Justiniano*.

Dão sentença final, que é mais seguro
(Ou seja emfim direito, ou seja torto)
Baldo e *Jazão* seguir, que Palinuro:

Que este, no mar, da gávea caiu morto;
Ess'outros de cadeira em dia claro
Levaram seus navios a bom porto.

E por isso a este filho o pae aváro
Quer que em Leis se gradúe, até ser nellas
Das bulras e das trampas casa e amparo.

Estuda mais que *Cépola,* Cautelas
Só *de pane lucrando* escreve e trata,
Refaz demandas mil sem refazel-as.

Intento sempre a juntar ouro e prata,
Morre emfim mal e pobre este trampista,
Que nunca de ser rico a sêde mata.

Ao irmão terceiro o pae faz Canonista,
Dos falsos; e por mais te honrar, Mafoma,
Depois de em contas ser fino algorista,

Á prática mandal-o assenta a Roma,
Que as *Decisões da Rota* e a Curia veja,
E faça de conluios grande somma:

E por manha ou dinheiro, inda que seja
Como Simão, que a Graça compra e vende,
Trabalhe de acquirir dos bens da Egreja.

E eis o coitado em Roma, e eis só que entende
Em Reservas, Regressos, Beneficios
E nelles rico e visto ser pretende.

....

A cobiça do pae, que, como tinha
Aos filhos na cabeça se pegava,
Ao quarto e ao quinto ao máo fim encaminha.

Diz que segura a vida assim lhes dava,
Sem vêr o triste, que era dar-lhes morte
E quão mal da perpetua os guardava.

E aos dous menores dá por melhor sorte,
Que a seu rei soldo e moradia vençam
Ora na côrte, ora na armada cohorte;

Mandando-lhe sob pena de sua bençam,
Que o seu despendam só como onzeneiros,
Que se uma moeda dão, dez descompensam:

Deixem o primor d'honra aos cavalletros,
Deixem armas e o ferro, tractem d'ouro
Que este os fará fidalgos verdadeiros.. [1]

Saídas das revoluções politicas da Edade média, as Universidades chegaram a constituir-se como esboços de um Poder *temporal* e *espiritual,* pela maneira como intervinham nas questões da egreja com a realeza, e como resistiam aos arbitrios da soberania; e principalmente ainda pelas garantias extraordinarias com que se acobertava a classe escholastica nas suas relações com a vida civil. Na Universidade de Paris tomava-se o juramento ao Preboste da cidade e á sua guarda ao entrarem em funcções; os burguezes não podiam exigir fiadores aos estudantes pelos alugueres das casas, e na sua resistencia contra a auctoridade real, a Universidade suspendia as lições, vencendo sempre pelo effeito poderoso d'este interdicto. Porém esta fórma nova do Poder temporal e espiritual, apesar de importante, tinha o defeito da *confusão dos poderes,* contra a qual luctava ainda a Edade média; por isso, com o desenvolvimento da monarchia absoluta, a Universidade perdeu o seu individualismo, e ficou reduzida a uma instituição paga pelo rei, por elle protegida e discricionariamente reformada. Diz Cantu: «Quando, depois de Luiz XI, os reis se tornaram absolutos, trataram logo de diminuir pouco a pouco o *poder temporal* que a Universidade adquirira pela auctoridade da sciencia. Ella mesma deixou de caminhar na vanguarda do progresso intellectual; os conhecimentos desenvolveram-se

---

[1] *Poesias* de André Falcão de Resende, p. 294 a 297. (Esta edição da Imprensa da Universidade não chegou a ser terminada, e está fóra do commercio; ficou interrompida a p. 480, onde começavam os versos em castelhano. Esta parte está hoje quasi inteiramente publicada nos *Autores portugueses que escribieron en castellano,* do Dr. Garcia Perez, p. 161 a 205.)

fóra das escholas; a Imprensa propagou-os, e esta corporação illustre acabou por tornar-se impopular.»[1] Subordinadas ao poder real, as Universidades procuraram o respeito, não no fervor scientifico, mas no perstigio official; a sciencia immobilisou-se, agarrada á auctoridade dos antigos escriptores, e esse circulo de doutrinas atrazadas, sustentado pela dialectica, que encobria com arte o pedantismo doutoral, veiu a chamar-se *Scholastica*. Emquanto as Universidades se fechavam n'este reducto da auctoridade doutrinaria, pensadores isolados e fóra da corporação foram-se reunindo, communicando as suas observações, e assim nasceu esse movimento scientifico experimental que caracterisa o seculo XVI. Deu-se n'este phenomeno o mesmo processo que nos seculos XI e XII determinara a organisação das Universidades: em roda de certas capacidades agrupavam-se espontaneamente os alumnos, e por esta fórma Constantino o Africano iniciou a fundação da Eschola de Salerno, e Irnerio a Eschola de Bolonha. Fóra das Universidades, pensadores mais audazes começam as suas investigações sobre os phenomenos cosmicos e physicos, reagem contra o vazio das argumentações dialecticas, e espontaneamente fundam essas gloriosas Academias, que determinaram o movimento scientifico do seculo XVII, de Bacon a Descartes, d'onde dimana todo o progresso intellectual moderno. É no seculo XVI que a realeza define o seu caracter absoluto; as Universidades, tornando-se tambem absolutas no dogmatismo e exclusivismo pedagogico, immobilisaram-se, findaram o seu destino, ficando fóra da historia. Como corporação vão atravessando outras épocas, fortalecidas pelas dotações do erario, pelas categorias dos empregos, pela pompa das cerimonias doutoraes, mas o seu poder *espiritual* transformou-se em uma *pedantocracia,* de que novas fórmas politicas vieram um dia a aproveitar-se.

Este estado mental sustentado pelas Universidades no seculo XVI, quando começava a grande renovação do criterio humano, synthetisa-se n'aquelles versos do *Fausto,* em que Goëthe invectiva a inanidade do saber dialectico: «Philosophia, Jurisprudencia, Medicina, e tu tambem pobre Theologia, eu vos estudei bastante, com o suór do meu rosto. E agora, eis-me, pobre louco, tão sabio como de antes era. Sim, chamam-me mestre, e doutor, e já lá vão dez annos, pouco mais ou menos, que levo os meus alumnos pelo nariz, e eu vejo que nós nada podemos saber.»

---

[1] *Historia Universal,* XI época, cap. 24.

Tabula Legentium[1]

1506

Licenciado Diogo Lopes, lente de Terça dos sagrados Canones.
Bacharel Gabriel Gil, substituto da Cadeira de Vespera, *vaga*.
Doutor João do Rego, lente de prima de Medicina.
O Bispo D. Martinho, lente de Metaphysica, substituido por Mestre Rodrigo, succedendo-lhe depois de 1513:
Frei João Gandavo, ou Framengo, até 1530.
Mestre Frei Luiz de Raz, lente de Philosophia natural, até 1521, em que morreu.
Pedro Rhombo, lente de Grammatica, até 1533, em que morreu.
Doutor Ruy Lopes, lente da Cadeira de prima de Canones, até 1510.
Doutor Estevão Jorge, lente da Cadeira de prima de Leis.
Doutor Gonçalo Vaz Pinto, lente da Cadeira de Vespera, e depois de prima.
Licenciado Agostinho Affonso, lente da Cadeira de Terça de Leis; provido na de Vespera, desistindo em 1521, por ser nomeado Desembargador.
Mestre Affonso, Doutor por Montpellier, o *Doutor da Ilha*, lente de Vespera de Medicina, até 1517, em que foi nomeado Physico-Mór.

1506 a 1507

Faltam: Frei João Claro, de Vespera de Theologia.
D. Martinho, de Metaphysica.
Mestre João de Magdalena.
Mestre Rodrigo, lente de Vespera e substituto de Philosophia.
Frei Francisco, lente de Philosophia.

1507 a 1508

Mestre João Claro (Começou a lêr em 9 de junho de 1508.)
Mestre Rodrigo.
Mestre Martinho, Bispo.
Mestre Luiz Vaz, lente de Philosophia natural (Começou a lêr por Mestre João Claro em 21 de fevereiro.)
Frei Francisco, lente de Philosophia.

---

[1] *Notas* de Figueirôa ás *Noticias chronologicas*, not. 74, ao § 924. (*Instituto*, t. XIV, p. 259.) «Diz mais que costumavam os bedeis no principio de cada um dos annos escholasticos escrever o nome de todos os Lentes d'aquelle anno, o que intitulavam *Tabula Legentium*, o que tambem se observou depois que a Universidade se mudou para Coimbra, mas por pouco tempo, e o que faziam com tal confusão que com difficuldade se pode conhecer o que queriam dizer, porquanto nem observavam ordem entre as faculdades, nem entre as cadeiras de cada uma d'ellas, e ou escreviam sómente o primeiro nome do lente ou o sobrenome, e que raras vezes lhe declaravam a cadeira de que eram lentes, e algumas sómente lh'a nomeavam, como v. g. o *lente de logica*.»

1510

Doutor Ruy Lopes, lente de prima dos sagrados Canones.
Bacharel João Vaz, Terça de Canones.
Agostinho Micas, Philosophia natural em 1510, em que parece ter sido creada.
Mestre Martinho, Bispo, 1510, lente de Metaphysica, ausente.
Agostinho Henriques, licenciado em Medicina, lêra a Cadeira de Logica em 1510.
João Monteiro, licenciado, lêra a Cadeira de prima de Canones.
Ruy Gonçalves Mareschotte doutorou-se em Canones e lêu n'esta Cadeira de prima até 1521.
Francisco Fernandes, lente de Vespera de Canones, passa a sua cadeira para Salvador Fernandes, licenciado in utroque por uma Universidade de França.
Bacharel Francisco Gentil, Terça de Canones.
O Licenciado Francisco Fernandes, Cadeira de terça de Canones, em 1506; eleito para Vespera em 1509.
Bacharel Gabriel Gil, lente de terça dos sagrados Canones em 1506, ausentou-se sem licença em 1507, deixando-a vaga.
Bacharel Estevão Dourado, provido na cadeira de terça, por opposição, em 23 de outubro de 1506.
Doutor Gonçalo Vaz Pinto, lente de prima de Leis, vaga pelo fallecimento do Doutor Estevão Jorge; acompanhou a Universidade para Coimbra.
Agostinho Affonso, lente de terça de Leis em que se lia a Instituta, passa á de Vespera, sendo provido na antecedente:
Gonçalo Lourenço, em 24 de novembro de 1507; rege até 1532?
Doutor João do Rego, lente de prima de Medicina, jubilado ao fim de 20 annos; regeu até 1513, fallecendo em 1518.
Diogo Freixenal, bacharel em Medicina em 2 de dezembro de 1508, nomeado para a cadeira de Vespera de Medicina, em substituição do *Doutor da Ilha*.

1513 a 1518

Doutor João Fernandes, lente da cadeira de Medicina ou Physica, provido em 1518 pela morte de João do Rego, proprietario.
Estevão Cavalleiro, leu na cadeira de Logica em 1513, 1514 e 1515.
Mestre Filippe, doutor em Medicina, provido na cadeira de Mathematica, creada por alvará de 29 de outubro de 1513.
Frei João de Gandavo, cadeira de Metaphysica, em 15 de fevereiro de 1514, regeu até 1530; provido na de prima de Theologia em 1532.
Luiz Affonso, Vespera de Canones, 1516.
Francisco Valentim, cadeira de Logica, 1517.
Mestre Gil, cadeira de Vespera de Medicina, 1517.
Francisco Gentil, Vespera de Canones, 1518.
Doutor Jorge Fernandes, Sexta de Canones, 1518.
Jorge Cabral, cadeira de Codigo, 1518.
Agostinho Micas, Prima de Medicina, 1518.
D. Pedro de Menezes, Philosophia moral, 1517.

CAPITULO III

Os Humanistas e a reforma da Universidade (1521-1537)

O duplo trabalho dos Humanistas no seculo XVI, *litterario* e *scientifico*, actua na reforma das Universidades na Renascença.—Os Humanistas promovem em Portugal as reformas pedagogicas de D. João III.—Contraste da diminuta instrucção do monarcha com os grandes esforços para a renovação da Instrucção publica.—A reputação dos sabios e philologos portuguezes nas Universidades de Paris, Salamanca, Padua e Louvain.—D. João III declara-se *Protector* da Universidade, e procura realisar as aspirações dos sabios portuguezes no estrangeiro.—O Doutor Diogo de Gouvêa, com o auxilio de D. João III, obtem o *Collegio de Santa Barbara* e cincoenta bolsas para os Estudantes d'El-rei.—A peste de 1525; a Universidade representa para ser encerrada.—Resolução do Conselho de 16 de dezembro de 1525 para que se não confundam os methodos da *Arte de Pastrana* com a de *Nebrixa*.—Ordena-se a construcção de dois Collegios, de *Santo Agostinho* e *S. João Baptista*, junto ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.—Reformas emprehendidas no Mosteiro de Santa Cruz por Frei Braz de Barros, como preliminares para a reforma da Universidade.—Dotação da Universidade com as rendas do Priorado-mór de Santa Cruz.—O Doutor Garcia d'Orta entra no magisterio.—Devassa de 1532 sobre as irregularidades praticadas no provimento das cadeiras.—Pensamento da mudança da Universidade implicito na clausula: *Emquanto o Estudo não mudar*.—Representação da Camara de Coimbra, pedindo para ser séde da Universidade; resposta de D. João III, em carta de 9 de junho de 1533.—Nas côrtes de Torres Novas, de 1535, Evora reclama para si a Universidade.—O arcebispo de Braga pede para trasladar-se a Universidade para a cidade de Braga ou para o Porto.—Os lentes da Universidade, receando que o Estudo seja mudado de Lisboa, representam em 14 de dezembro para fundar-se uma nova Universidade.—Influencia de João Luiz Vives e do seu livro *De Disciplinis*, dedicado a D. João III em 1531, sobre a reforma dos Estudos em Portugal.—Relações de Erasmo com André de Resende e Damião de Goes.—D. João III encarrega a Damião de Goes, em 1533, de convidar Erasmo para a Universidade portugueza.—D. Damião é encarregado em 1535 de contractar lentes para a Universidade.—Abundancia de mestres de Artes em Paris.—Carta de D. João III, de 8 de novembro de 1535, a Frei Braz de Barros, sobre os mes-

tres francezes.—Por carta de 11 de março é organisado em Coimbra o Curso de Artes.—O Doutor Garcia d'Orta deixa a Universidade em 1534, acompanhando para a India Martim Affonso de Sousa.—O Doutor Pedro Nunes.—Portuguezes illustres que ensinam em Salamanca ou ali se graduaram.—A côrte portugueza acompanha o fervor humanista.—Ayres Barbosa chamado a Portugal em 1521 para dirigir a educação dos infantes D. Affonso e D. Henrique.—André de Resende chamado a Portugal em 1534 para a educação do infante D. Duarte.—Nicoláo Clenardo e sua influencia na côrte.—Carta de Clenardo, de 26 de março de 1535, em que descreve os costumes e praticas pedagogicas em Portugal.—A eleição dos lentes.—O *Ludus* ou a Eschola secundaria.—A cultura exclusiva da memoria.—A *Arte de Latim* por D. Maximo de Sousa, 1535, prevalece no ensino até 1555.—A Grammatica de Clenardo, de 1538.—Mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra em março de 1537.—Série dos Reitores da Universidade de Lisboa até 1537.

As Universidades, que se mostraram hostis á renovação dos estudos no principio do seculo XVI, luctando pela conservação do scholasticismo, tiveram de transigir com o novo espirito, emquanto aos methodos e desenvolvimento de disciplinas scientificas. Os humanistas apresentavam-se sob dois aspectos, já como *philologos,* reconstituindo os textos dos livros classicos deturpados por anonymos commentadores, já como *sabios,* especialmente mathematicos, astronomos e medicos, a quem a litteratura grega interessava para continuar a marcha interrompida das sciencias. No seu combate contra o scholasticismo fortificado nas Universidades, os humanistas venceram; a transformação e reformas universitarias da seculo XVI vieram de fóra, de individuos extranhos ás corporações doutoraes. Na Universidade de Louvain, onde preponderava a direcção de Erasmo, embora não pertencesse a essa corporação, luctavam contra a velha Scholastica os celebres eruditos Martin Dorpius, Alaert de Amsterdam, Jacques Latomus ou Masson, João de Coster, Jacques Ceratinus ou Van Horn, Francisco Cromeveld e João Paludanus. Citamos de preferencia esta Universidade porque a frequentaram portuguezes que directamente influiram nas reformas sob D. João III, como André de Resende, Damião de Goes, ambos amigos pessoaes de Erasmo, e o louvavel reitor Frei Diogo de Murça.

Em Hespanha tambem triumphara o Humanismo, personificado na pessoa do erudito Nebrixa; Vives falla do tempo em que o combatera para lisongear os doutores, e como se converteu ás novas doutrinas. A *Arte nova* penetrou na Universidade a par da Grammatica de Pastrana, ou *Arte velha.* Em um assento do conselho escholar, de

16 de dezembro de 1525, deliberou-se «por evitar as diversas opiniões que os mestres de Grammatica seguiam em prejuizo dos estudantes, que fossem notificados para que os ensinassem pela *Arte de Pastrana* ou pela de *Nebrixa,* sem misturarem uma com a outra.»[1] Vê-se que a influencia humanista, assim como nos entrava por via da Belgica, tambem atacava a Universidade de Lisboa pelo lado da Hespanha. A Universidade de Paris rendeu-se ao assalto critico de João Luiz Vives, no ruidoso pamphleto *In Pseudos-dialecticos;* é certo que Vives dedicou a D. João III o celebre livro *De Tradendis Disciplinis,* em 1531, livro que determinou o pensamento da reforma da Universidade de Lisboa, annunciado pelo monarcha em 1532. Porém a influencia dos humanistas francezes deve fixar-se por 1527, quando D. João III, por via do Doutor Diogo de Gouvêa, e por via de Frei Braz de Barros, protege a empreza do *Collegio de Santa Barbara,* em Paris, e procede á reformação dos conegos de Santa Cruz de Coimbra e á fundação de dois Collegios no opulento mosteiro.

Os mestres que D. João III, no começo do seu reinado, chamou a Portugal para a educação de seus irmãos, eram portuguezes que se distinguiam nas Universidades da Europa, onde sustentavam as novas doutrinas humanistas.

Ayres Barbosa, que frequentara o humanismo na Italia com Angelo Policiano, regeu durante vinte annos as cadeiras de latim e grego em Salamanca; foi chamado a Portugal, por 1521, para vir ser mestre dos infantes D. Affonso e D. Henrique.

Pedro Margalho, que se doutorara em Paris, regendo depois uma cathedra de Philosophia moral em Salamanca, foi tambem chamado a Portugal, por ordem de D. João III, para vir ser mestre do cardeal D. Affonso. O rei, segundo se lê em uma carta de Clenardo a D. João Petit, bispo de Cabo Verde, deu-lhe uma conezia em Evora, e além de tenças um logar no Desembargo do Paço.

Depois d'esta deliberação, aproveita a vinda de Damião de Goes a Portugal, em 1533, para o encarregar de um convite a Erasmo para vir reger uma cadeira na Universidade de Lisboa. Em 1534 chama André de Resende para dirigir a educação do infante D. Duarte, encarregando-o ao mesmo tempo de ir a Salamanca a convidar o erudito Nicoláo Clenardo para o coadjuvar na sua missão. Emfim, o Doutor Pe-

---

[1] *Nota* de Figueirôa, n.º 76, ás *Noticias chronologicas,* § 933. (Ap. *Instituto,* t. XIV, p. 260.)

dro Nunes é em 1532 encarregado de ensinar mathematica e astronomia ao infante D. Luiz e ao cardeal D. Henrique, a cujas lições assistia tambem o futuro e glorioso vice-rei da India, D. João de Castro. A educação dos principes, induzindo o rei a procurar os melhores professores, levou-o a proteger officialmente os philologos e a admittir as suas doutrinas na Universidade. Quando a Companhia de Jesus penetrou em Portugal teve de desviar o animo do monarcha d'esta corrente; D. João III chamou a Portugal Damião de Goes em 1545 para vir ser mestre do principe D. João, mas o padre Simão Rodrigues teve arte para evitar essa nomeação, sendo o grande philologo substituido pelo Doutor Antonio Pinheiro, que ensinara rhetorica em Paris em um dos periodos gloriosos do *Collegio de Santa Barbara*. Esta instabilidade de caracter de D. João III resultava da sua mediocridade mental, facilmente sujeito a escrupulos religiosos.

A educação litteraria de D. João III, cuja rudeza não escapou aos cautelosos euphuismos de Frei Luiz de Sousa, não faria suppôr que no seu reinado recebesse a instrucção publica uma remodelação capital, como a que se observa nas Escholas de Santa Cruz, na transferencia da Universidade para Coimbra, e na fundação do *Collegio real*. Frei Luiz de Sousa descreve a cultura que o monarcha recebera: «pareceo novidade mandar el Rey vir ao paço, para dar lição de escrever ao Princepe, *hum pobre homem, que por bom escrivão, tinha eschola aberta na cidade*. Chamava-se Martim Affonso. Do que colligimos duas cousas: primeyra, que devia ser insigne na arte; segunda, que não averia então homem nobre, que o fosse n'ella. Davão-se em aquelle tempo todos os nobres tanto ás armas, e tão pouco ás letras, como se fôra verdade, que a pena embotasse a lança. Vicio e culpa que n'este reyno durou muytos annos, e cujo remedio devemos só a este Princepe, polla honra que despois que reynou, soube fazer ás letras e a todas as boas artes... Tratou el Rey de o applicar aos estudos de Grammatica e Latinidade, e dar-lhe nelles pessoas autorizadas pera mestres. Foram na Grammatica Diogo Ortiz de Vilhegas famoso letrado e pregador, castelhano de nação... O outro mestre foy o Doutor Luiz Teixeira, filho do Doutor João Teixeira, Chançarel-mór que fora del Rey Dom João segundo. Era Luiz Teixeira vindo de fresco de Italia com fama de homem eminente, tanto nas letras humanas, em que fora ouvinte de Angelo Policiano, como no Direito civil, sobre que escrevera doutamente. D'estes dous mestres ouviu o Princepe varios livros de Latinidade. Do segundo chegou a tomar principios da lingua Grega, e ouvir parte da *Instituta*, que he porta e entrada pera o estudo do direyto civil...

Para tudo teve o Princepe bom natural, acompanhado de grande memoria, que he huma das partes que mais se requerem nos que estudam qualquer sciencia: que se assi tevera a applicação, que lhe tolhiam os passatempos que costumam senhorear a idade juvenil, ou os mestres se atreverão a uzar com elle huma pouca mais de jurdição, podera ficar com perfeito conhecimento da Latinidade, e de outras artes, que el Rey seu pay dezejou que soubesse: principalmente as *Mathematicas,* de que Thomaz de Torres, medico e bom Astrologo, lhe leo alguns principios, assi dos movimentos dos Planetas, como da constituição do mundo, em terra e mares... *Porém de todo este cuidado se lhe não pegou mais que huma boa inclinação para as Letras e letrados...*»[1]

Herculano, na *Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal,* leva as affirmações pejorativas muito mais longe: «Durante a vida de seu pae muitos havia que o conceituavam como intellectualmente imbecil, ou que pelo menos o diziam. O proprio D. Manuel mostrava receios do predominio que, em tenra edade, exerciam no seu espirito homens indignos.» Eram os seus favoritos Martim Affonso de Sousa e seu primo D. Antonio de Athayde. Nas allusões mordazes dos linhagistas, nos nobiliarios manuscriptos, explica-se a influencia do conde da Castanheira, «porque lhe deixava tocar a mulher, quando era infante.» Animo facilmente suggestivel, quando de todos os lados os espiritos se interessavam pelo humanismo litterario e scientifico, e a intelligencia portugueza occupava logares proeminentes nas principaes Universidades da Europa, com o que a nação se ufanava, D. João III acompanhou a corrente, cobrindo a sua mediocridade com uma boa inclinação para as letras.[2] Ao começar a reacção do Scholasticismo, sustentada pelos Jesuitas, verdadeiros continuadores dos Nominalistas, a submissão de D. João III serviu-lhes para se apoderarem do ensino e lançarem de Portugal os mestres francezes. D'esta instabilidade do animo do rei resultam tres phases caracteristicas nas reformas da Instrucção publica portugueza:

A primeira decorre de 1521 até 1537, em que, depois da cha-

---

[1] *Annaes de D. João III,* p. 8.

[2] Escreve Villar Maior, na *Noticia succinta da Universidade de Coimbra,* apesar do seu respeito official: «inclinação que quasi se converteu em mania, querendo a todo o custo formar sabios e principalmente theologos; pois basta vermos que só em Paris sustentava, segundo affirma o auctor da *Monarchia luzitana,* setenta estudantes d'aquella sciencia.» (P. 52.)

mada de mestres eminentes para os infantes, o rei determina a reforma dos Conegos regrantes e a fundação dos Collegios de Santa Cruz de Coimbra, para os quaes vieram regentes portuguezes de França.

A segunda effectua-se entre 1537, em que se faz a trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra, para a qual são chamados sabios estrangeiros, até 1547, em que chega a Portugal Mestre André de Gouvêa com um completo corpo docente, de verdadeiras capacidades, para regerem as disciplinas do novo *Collegio real*.

A terceira phase começa pela perseguição aos mestres francezes, em que figura o detestavel cardeal D. Henrique, até 1555, em que D. João III entrega o *Collegio real* aos Jesuitas, que desde esse momento se acharam dirigindo a educação publica portugueza.

Depois do fallecimento de D. Manuel, em 1521, a Universidade não teve ensejo de eleger o novo monarcha para seu *Protector;* grassava então uma terrivel epidemia em 1522; a côrte abandonava Lisboa, e os lentes não se reuniam para os actos academicos, como o da eleição do reitor.[1] D. João III sentiu-se da falta da homenagem da Universidade, e ao fim de dois annos lembrou-lhe a eleição do *Protector*. A boa vontade do monarcha manifestou-se pela carta régia de 1523, augmentando os salarios aos lentes de prima de *Canones* e *Leis;* aos de prima e vespera de *Medicina;* aos de *Canones* e *Leis* de terça; aos de *Sexto* e *Codigo;* aos de *Grammatica* e *Logica;* ao de *Theologia* de vespera; aos de *Philosophia natural*, de *Metaphysica*, *Philosophia moral* e *Astronomia;* tambem augmentou o salario do Conservador da Universidade.[2]

Duas provisões de D. João III, de 17 de novembro e de 6 de dezembro de 1525, manifestam a intervenção do poder real na Universidade; na primeira manda que se faça a eleição do reitor[3] em dia de S. Martinho (como se usava em Salamanca), sentindo que não cumpram os estatutos manuelinos; na outra estabelece que os cargos es-

---

[1] D'esta peste de 1522 falla Frei Luiz de Sousa, *Annaes de D. João III*, p. 44 a 46 e 59. Meyrelles, *Epidemologia portugueza*, p. 236.

[2] *Cart. da Fazenda da Universidade*. Patrim. ant. Gav. 3, M. 5, n.º 2. (*Catal. pergam.* n.º 51, p. 23.)

[3] Escreve Figueirôa: «esta eleição do Reitor se fez por ordem de S. Magestade em 25 de novembro de 1525, e que antes de se votar se praticou sobre as pessoas mais dignas para esta occupação, e se fallou no *Bispo Ambrosio*, que suppõe era D. Ambrosio Brandão ou Pereira, bispo de Rostiona, e no Desembargador Jorge Cotão, que assim se acha escripto, e que este foi preferido.» (*Notas* ás *Noticias chronologicas*, not. 104; *Instituto*, t. XIV, p. 279.)

cholares não podem durar mais do que um anno. Havia uma certa quebra de disciplina na Universidade, mas deve isso attribuir-se aos constantes rebates da peste que assaltava Lisboa. Em 1525 a peste recrudesceu fortemente,[1] a ponto de ter a Universidade de representar ao rei para ser fechada, pelo grande perigo que corria o pessoal docente.

Em 9 de maio de 1525 representou a Universidade a D. João III: «Senhor. O Reitor, Lentes e Conselheiros e Deputados do vosso Estudo e Universidade da vossa Cidade de Lisboa com o acatamento que devemos, beijamos as reaes mãos de V. A. a que fazemos saber que a dita Cidade está tão impedida como V. A. sabe; e por que Senhor, os dias passados faleceo ho Doutor Micas[2] de peste, que foi uma grande perda do dito Estudo por ser hum letrado tão famoso e de que recebia tanto proveito e fruito; e porque Senhor, os bons letrados nom se fazem se nam com muito trabalho e longo tempo, e os que hora lemos no dito Estudo desejamos conservar nossa vida pera que mais annos sirvamos V. A. e façamos serviço no dito Estudo onde se criam e saem os letrados que governam Vossa Justiça e ensinam salvar as almas e curar os corpos, e por que etc. Assinados: Macarote, *Reitor*. Ho Bacharel Jorge Calvo; Doutor Luiz Affonso, Antonius Soares; Franciscus Valentinus, *Artium Magister;* Petrus Rhombus: Balthasar Lupus.»[3]

A peste de 1525 tornou-se mais intensa; D. João III fugiu para Coimbra em 1526[4] e ali se conservou até fins de 1527;[5] Gil Vicente,

---

[1] *Livro das Vereações de Coimbra,* de 1525, fl. 17 e 22. Meyrelles, *Epidemologia portugueza,* p. 238.

[2] Em uma nota do reitor Figueirôa ao § 955 das *Noticias chronologicas,* lê-se ácerca d'este lente: «Agostinho Micas principiou a lêr a cadeira de Philosophia moral n'este anno de 1510, em que el-rei D. Manuel parece que a creou de novo, por não se achar d'ella até aqui algum vestigio.» (Ap. *Instituto,* t. XIV, p. 262.) Depois d'esta data tomou o gráo de doutor em Medicina, e levou por opposição em 9 de março de 1518 a cadeira de prima da mesma faculdade. (Ibid., p. 277.)

[3] Ap. *Cuidados litterarios,* p. 247. Frequentavam a Universidade D. João de Castro, Fernão Vaz Dourado, Martinho de Figueiredo, Garcia d'Orta e Chrystovam Africano. (Ib.) D'este Pedro Rombo falla Cenaculo, como discipulo de Antonio Martins, tendo impresso em 1500: *Antonii Martini primi quandam hujus* ARTIS PASTRANE *in alma Universitate Ulixbonensi preceptoris: materiarum editio a baculo cecorum breviter collecta.*

[4] Regimento de 27 de setembro de 1526, em que allude ao decrescimento da peste.

[5] Allude a ella Amato Lusitano, *Curationum Medicinalium Centuriae septem,* p. 719. Meyrelles, *Epidemologia portugueza,* p. 239.

que acompanhava a côrte, escreveu e representou em Coimbra a *Farça dos Almocreves* e o *Auto da Serra da Estrella,* em que glorifica as familias nobres da terra. Foi durante esta permanencia do rei em Coimbra que elle se persuadiu da vantagem de fixar ali a Universidade de Lisboa.

Em 1527 já Francisco de Sá de Miranda se achava em Coimbra, de volta da Italia, onde se demorara desde 1521, na convivencia dos principaes litteratos; d'ali tinha trazido conhecimento das obras de Petrarcha e de Sanazarro, de Bembo, de Aretino e Ariosto, e ao vir encontrar em Portugal os velhos metros octonarios das coplas de Cancioneiro, e uma ignorancia completa dos metros endecasyllabos, já usados em Hespanha por Boscão e Garcilasso, emprehendeu a reforma da poesia portugueza, iniciando assim a esplendida época quinhentista. Nos seus versos conhecem-se referencias á lucta de uma eschola nova contra o perstigio tradicional de uma poetica em parte palaciana, da persistencia trobadoresca, e em parte popular. Sá de Miranda, no prologo da sua comedia *Estrangeiros,* combate contra o uso dos dramas em verso e com rima, e mais ainda contra a denominação barbara de *Auto* em vez de *Comedia;* era como que um ataque directo a Gil Vicente, o incomparavel representante da tradição medieval. Gil Vicente achava-se em Coimbra em 1527; já em 1523, na farça de *Inez Pereira,* repellira os ataques de *certos homens de bom saber,* que negavam a originalidade dos seus Autos. Esses homens de bom saber eram os humanistas, que estavam extasiados com a leitura das comedias de Plauto e Terencio, pallidos reflexos da comedia menandrina, e com as comedias italianas, apagado vislumbre do theatro classico. Sá de Miranda foi secundado por novos talentos, que se lançaram á imitação da poesia italiana; mas a importancia do facto não estava em fazer bem endecasyllabos e imitar os petrarchistas, mas em introduzir na idealisação poetica a profundidade philosophica, dando universalidade ao sentimento. Foi isso o que destacou Camões dos outros quinhentistas. A renovação litteraria achou no meio academico uma enthusiastica adhesão, como vêmos em Jorge Ferreira de Vasconcellos e em Antonio Ferreira, emprehendendo a composição do drama classico; e na preoccupação de uma epopêa virgiliana em varios espiritos, que foram supplantados por Camões. Alludimos aqui a esta revolução na Litteratura, porque egual transformação se operou na Architectura, substituindo-se o gothico pelas ordens gregas, e porque a queda do Scholasticismo nas Universidades, provocada pelos humanistas, tornou possivel a renovação das sciencias e necessaria a formação de uma nova synthese mental.

Apesar da imitação academica que predominou nas Litteraturas na época da Renascença classica, em que os modelos eram tomados de Virgilio para a Epopêa, de Horacio para o Lyrismo e de Terencio para o Drama, ainda assim o genio nacional achou expressão nos grandes escriptores, como em Camões, Lope de Vega e Cervantes, Molière e Shakespeare. Mas o que modificava profundamente o caracter das Litteraturas não era a imitação mais ou menos culta, era a separação effectuada entre os escriptores e o povo. Emquanto este continuava a repetir automaticamente as suas tradições, cada vez com menos comprehensão do seu sentido intimo, os escriptores entregavam-se á cultura da expressão litteraria sem preoccupação de um destino social. Perdiam-se assim a disciplina do sentimento e o uso d'esta immensa força modificadora das vontades. E o que foram os Scholasticos do fim da Edade média, desenvolvendo a Dialectica nos claustros e nas aulas, sem terem em vista actuar sobre as opiniões do vulgo, o mesmo foram na Renascença os Humanistas, enriquecendo as Litteraturas nacionaes com imitações dos livros da antiguidade e separando-se completamente do povo.

Emquanto D. João III se achava em Coimbra, emprehendeu a reforma do mosteiro de Santa Cruz, em cujas rendas estava encorporado o Priorado-mór, que era de padroado real. Como o rei gastava com as obras do mosteiro uma grande parte das avultadissimas rendas do Priorado-mór, entendeu intervir na reorganisação dos conegos, para o que obteve os competentes breves apostolicos. Encarregou da realisação d'este plano o provincial da ordem hieronymita, Frei Antonio de Lisboa, e Frei Braz de Barros, parente do futuro auctor das *Decadas*, começando na empreza em 13 de outubro de 1527; eram extranhos á Congregação dos conegos regrantes, e por isso não foram bem considerados os seus trabalhos de reformação. [1] Frei Braz de Barros é que apparece mais em evidencia, exercendo o governo do mosteiro, e cooperando em todos os actos relacionados com a reforma das Escholas de Santa Cruz e com a trasladação da Universidade para Coimbra. Os conegos de Santa Cruz não tinham obrigação claustral; pela reforma de Frei Braz de Barros foram forçados a adoptarem a clausura, estabelecendo-se assim uma separação entre os que se não submetteram e

[1] Sobre o caracter da reforma dos Conegos regrantes, por Frei Braz de Barros, falla com amargura D. Nicoláo de Santa Maria, dizendo: «cuja reformação parou em tirar as rendas aos nossos Conegos de Santa Cruz para a Universidade de Coimbra...» (*Chr. dos Regrantes*, liv. VI, p. 354.)

os que adheriram, que ficaram sujeitos ao governo de um Prior claustreiro, eleito entre elles. Entre os conegos que acceitaram o regimen claustral figura D. Bento de Camões, que veiu a ser eleito Prior claustreiro no anno em que a Universidade foi mudada para Coimbra, e que por esta circumstancia recebeu a dignidade de primeiro Cancellario da Universidade, inherente aos Priores de Santa Cruz. Desde 1527 começaram a adquirir grandes creditos o *Collegio de S. Miguel,* dentro do mosteiro, porque o seu edificio estava em construcção, frequentado pela nobreza, e o *Collegio de Todos os Santos;* e pela superioridade do ensino que ali professavam alguns conegos que haviam estudado em França, estabeleceu-se uma corrente na aristocracia portugueza, que para ali mandava os seus filhos para serem educados. O desenvolvimento extraordinario d'estes dois Collegios e a grande concorrencia de alumnos da fidalguia foram uma das causas que levaram D. João III a determinar-se pela escolha de Coimbra para assento da Universidade, e á fundação de mais dois Collegios, de *Santo Agostinho* e de *S. João Baptista,* junto do mosteiro, e á custa das rendas do Priorado-mór.

O cardeal infante D. Affonso, irmão de D. João III, renunciou o Priorado-mór de Santa Cruz em seu irmão o infante D. Henrique, sendo-lhe concedida essa faculdade por Clemente VII, em bulla de setembro de 1527. Como tutor do infante, e como padroeiro do Priorado-mór, entendeu D. João III applicar uma parte das suas avultadissimas rendas para a sustentação dos conegos claustraes, para a fundação dos dois bispados de Leiria e Portalegre, e para a dotação da Universidade. Por carta de 19 de janeiro de 1530[1] D. João III, com o consentimento do seu tutelado, que era administrador perpetuo de Santa Cruz de Coimbra, e consentimento dos conegos e convento, «fez a separação das rendas d'elle, deixando aos ditos conegos para seu mantimento, vestiaria e calçado, como para todo outro provimento da

---

[1] No livro dos *Breves da união das rendas de Santa Cruz, e Conesias*, fl. 62, vem a provisão de 19 de janeiro de 1530, sobre a reforma ordenada por D. João III: «D. João etc. faço saber, que vendo eu, como o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era do B. S. Agostinho, e os Religiosos d'elle Conegos Regrantes; que eram obrigados a guardar a dita Ordem e Regra, e viver nas Observancias regulares d'ella,... e querendo provêr, como a dita Ordem e Regra fosse inteiramente guardada, e os Conegos e Religiosos vivessem n'ella, assim religiosamente, como devião e cumpria; por serviço de Nosso Senhor e descargo de consciencia do Infante D. Henrique, meu muito amado e prezado irmão, Administrador perpetuo do dito Mosteiro, o mandei reformar, e assim os Religiosos d'elle, na dita Ordem e Regra...» (Ap. Dr. Silva Leal, *Mem. da Acad. de Hist. em 1733,* P. I, p. 120.)

vida em commum, as rendas de Quiaios, dos Redondos, das Alhadas e Maiorca, de Cadima, de Verride, de Murtede de Orvieira, de Antanhol dos Frades, de Condeixa a Velha, de Bordallo, de Ancião, dos Sebães e Rio de Gallinhas, e assim mais de todo o azeite, e vinho das pensões do dicto mosteiro e todos os carneiros, aves, e ovos dos fóros, e pensões de todos outros quaesquer logares, que até este tempo foram da Meza do Priorado-mór; e outrosim que para a vestiaria, e enfermaria dos dictos conegos e frades, e anniversarios e missas, tivessem tambem todas as rendas, que até aqui tinham da sua Meza conventual, e que tudo possuissem, governassem e administrassem e recolhessem como lhes bem viesse, por si ou por seus officiaes, sem n'isto o dicto infante, nem seus officiaes se intrometterem... que os dictos conegos escolherão e nomearão á sua vontade as mencionadas rendas, as quaes valiam e rendiam em cada anno por avaliação e estima certa, que d'ellas se havia feito *um conto e mil e duzentos e trinta quatro reis;* que bem lhes poderiam bastar para seu mantimento, e para outro provimento d'aquella real casa, de que todos foram mui contentes; e que haveriam as dictas rendas de janeiro de 1528 em diante...»[1] O infante D. Henrique acceitou esta separação por outorga de 28 de janeiro do anno de 1530, e os conegos de Santa Cruz a 22 de abril, sob a clausula da confirmação do papa.[2] Estas resoluções foram convertidas em instrumento publico em 23 de agosto de 1535. Em consequencia d'esta separação das rendas do Priorado-mór, D. João III encarregou Frei Braz de Barros em 1536 de mandar edificar os dois Collegios de *Santo Agostinho* e de *S. João Baptista,* de estudos menores, de Artes e Humanidades, e para onde se destinaram depois algumas disciplinas da Universidade na trasladação de 1537.

As reformas que D. João III mandou fazer no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e fundação de Collegios junto d'elle, ligavam-se ao projecto da mudança da Universidade de Lisboa: «dispoz prudentemente de longe os meios de effectuar esta mudança, determinando que no real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra se desse principio a Estudos publicos, pelos annos de 1528.»[3] Em outubro d'este anno começaram a reger-se os cursos regulares com alguns Mestres vindos de Paris, *em fórma de Universidade;* a fama d'estes estudos fez no anno

---

1 *Notas* de Figueirôa, n.º 111. Ap. *Instituto,* t. XIV, p. 282.

2 Bulla de Paulo III, de VII kal. maii de 1536, confirmando a separação.

3 Dr. Silva Leal, *Collecçam de Documentos e Memorias da Academia de Historia,* 1733, P. I, p. 402.

de 1529 convergir a Santa Cruz um grande numero de jovens fidalgos, vendo-se por esta circumstancia forçado o reformador Frei Braz de Barros a proceder em 1530 á construcção de dois Collegios, para receber os alumnos. Defronte do mosteiro, na rua da Sophia, e á custa das rendas da ordem, edificou-se o *Collegio de Todos os Santos,* para Theologos e Philosophos, e o de *Sam Miguel,* para Canonistas e Theologos. Os primeiros gastos, em que se dispenderam pouco mais de mil cruzados, foram cobrados de um deposito que se achava na Universidade de Lisboa; as restantes despezas foram á custa das rendas do Priorado-mór e do proprio mosteiro de Santa Cruz. Nos Estatutos d'estes dois Collegios se lia: «Ordenamos, que as Collegiaturas dos nossos Collegios sejam dezoito, nove em o *Collegio de Todos os Santos,* e nove em o *Collegio de S. Miguel.* Em cada um Collegio haja trez Familiares para serviço do Collegio. O primeiro Collegio seja de Theologos e Artistas, e o segundo de Canonistas, ou mixto de Theologos.»[1]

O *Collegio de Todos os Santos* era mais pequeno e ficou logo prompto, não chegando os seus alumnos a viverem no mosteiro. Eram conhecidos pelo nome de *Pardos,* da côr do seu habito; os do *Collegio de S. Miguel* tinham a denominação de *Roxos.*[2]

O *Collegio de S. Miguel* teve maiores proporções, levando por isso muito tempo na sua construcção; por este motivo, e para se admittirem collegiaes ao mesmo tempo, emquanto as obras proseguiam, estabeleceu-se dentro do mosteiro, na casa grande chamada do *Galeão,* junto á torre dos sinos e casa dos Priores-móres, onde foram recolhidos provisoriamente collegiaes e porcionistas fidalgos. Os alumnos não chegaram a saír do mosteiro para o seu Collegio, porque quando se acharam concluidas as obras D. João III apoderou-se d'elle por emprestimo, em 1547, para ahi estabelecer o *Collegio real,* sob o principalado de Mestre André de Gouvêa.

Junto do mosteiro de Santa Cruz tambem fundara Frei Braz de Barros os outros dois Collegios, de *S. João Baptista* e de *Santo Agostinho,* que subsistiram até ao anno de 1537, lendo-se ainda ali por algum tempo latim por cima da parochial de S. João, e a aula dos *Quodlibetos* e *Augustiniana* entre a egreja e a portaria, ao lado direito.

---

[1] Conservavam-se estes Estatutos no Cartorio de Santa Cruz, armario 14. Silva Leal, *op. cit.*, p. 404.

[2] «O habito dos collegiaes de *Todos os Santos* será huma loba de panno pardo, que quasi cubra os pés, e capello singello do mesmo panno; e o habito dos collegiaes de *S. Miguel* he lobas roxas sem collar, e do dito comprimento, e huma beca com rosca do mesmo panno.» (*Estat.*, const. 4; ap. Silva Leal, *op. cit.*, p. 405.)

Na *Descripçam e debuxo do moesteyro de Sancta Cruz de Coimbra* ha uma apreciavel referencia á typographia em que trabalhavam os conegos regrantes depois da vinda de Paris dos mestres Pedro Henriques, Gonçalo Alvares, e o hellenista Vicente Fabricio: «Em estas casas (de stāpar) sem nhūa pessoa secular aiudar aos religiosos, vereis como se exercitã em o officio de *cōpoedores, distribuidores,* outros em o de *correytores,* outros em *batidores,* outros em *tiradores,* e todos em silencio observantissimos guardadores.» [1]

A influencia do humanismo francez apparece-nos de um modo mais directo no Doutor Diogo de Gouvêa, que occupava em França uma missão qualquer sob D. Manuel; em uma carta de 9 de março de 1513, de Jacome Monteiro ao rei, noticia-lhe: «como o Dr. Diogo de Gouvêa partira para Ruão, munido das provisões necessarias para tratar da cobrança do ouro que havia sido tomado pelos francezes, o qual, segundo acabava de lhe escrever, havia já pela mór parte em seu poder...» [2] No principio de 1522 foi mandado regressar a Portugal o embaixador que fôra a Francisco I reclamar contra as piratarias que os francezes faziam á marinha portugueza, «ficando em Paris Pedro Gomes Teixeira para proseguir conjunctamente com *Mestre Diogo de Gouvêa* no requerimento de algumas cousas de sua fazenda, e assistir aos portuguezes em suas reclamações.» [3] Em outra carta de 23 de abril de 1522 dá o embaixador em França conta a D. João III da entrega do galeão e caravella aprezados pelos francezes, e de que o Doutor Diogo de Gouvêa partira para Ruão, d'onde o devia informar ácerca dos projectos de um aventureiro que pretendia ir descobrir o Catayo. [4] Como vimos, D. Manuel chamara a Portugal em 1516 o Doutor Diogo de Gouvêa para o magisterio da Universidade, mas o activo doutor pediu excusa, expondo ao rei o seu plano de concentrar em um Collegio em Paris todos os *Estudantes d'el-rei.* Emprehendera comprar o antigo *Collegio de Santa Barbara,* onde imprimisse uma certa uniformidade de ensino e de disciplina, para assim tornar mais proficuos os esforços dos seus

---

[1] Dr. Sousa Viterbo, *Manuel Corrêa Monte Negro,* p. 13.

Ainda hoje se chama ao apparelho em que se vão reunindo as letras *componedor,* e *compositor* ao que as reune; *batedor* é o que dá tinta, embora já se não usem as balas com que se batia na fôrma typographica, communicando-lhe a tinta; ainda se diz *tirar* e *retirar* ao imprimir por uma e outra banda, mas *impressor* ao que faz este trabalho.

[2] Visconde de Santarem, *Quadro Elementar,* t. III, p. 178.

[3] Idem, ibid., p. 199.

[4] Idem, ibid., p. 206.

patricios e os intuitos do monarcha. Diogo de Gouvêa apenas conseguiu do proprietario do Collegio o arrendamento em 1520; porventura a morte de D. Manuel causou-lhe algum transtorno, porque em fevereiro de 1523 apparece-nos condemnado no tribunal por atrazo de alugueres. De D. João III obteve então cinquenta bolsas ou subsidios para estudantes, collegiaturas que foram tambem coadjuvadas pelo cardeal infante D. Affonso. Este auxilio garantiu a existencia do *Collegio de Santa Barbara,* que desde 1526 entrou em uma actividade normal, e onde Diogo de Gouvêa mostrou as mais extraordinarias aptidões pedagogicas. Ahi entraram logo com o grão de mestres Marçal de Gouvêa, André de Gouvêa, Diogo de Gouvêa, o novo, e Antonio de Gouvêa, sobrinhos do famoso Principal, que teve por alumnos os mais assombrosos espiritos da Renascença. Na giria escholar era conhecido pela alcunha de *Sinapivorus (Engole-mostarda),* termo conservado por Francisco Rabelais, e applicado tambem a André de Gouvêa; esta alcunha referia-se á mansuetude e benignidade com que supportavam as fadigas do magisterio, vencendo as coleras violentas em que de ordinario cáem os que aturam alumnos indisciplinados.[1] Além d'esta reforma do methodo pedagogico, Diogo de Gouvêa não se aterrava com a liberdade mental dos seus collegiaes, e diante da crise difficil do Scholasticismo, que decaía luctando, e do experimentalismo da Renascença, que penetrava na Universidade de Paris, elle deixou invadir o *Collegio de Santa Barbara* pela corrente das doutrinas humanistas, como vêmos nas homenagens de veneração que lhe consagraram os regentes dos mais ruidosos cursos, o philosopho João Gelida e o mathematico Fernel. Para obter as cinquenta bolsas ou collegiaturas, o Doutor Diogo de Gouvêa veiu a Portugal para apresentar o seu pedido a D. João III; em principio de 1526 ainda se achava em Lisboa. No *Collegio de Santa Barbara,* o talentoso João Fernel, que para ali entrara como alumno em 1523, regia um curso de Philosophia, explicando com a maior lucidez o texto de Aristoteles desannuviado dos commentadores, e juntamente com esta disciplina encetara um curso de Mathematica, para o qual compoz uma obra a pedido do Principal Diogo de Gouvêa. Foi em 1527 que Fernel publicou o seu *Monalosphaerium,* dedicando-o a Diogo de Gouvêa; fôra consagrado ao primeiro anno do seu curso,[2] frequen-

---

[1] A locução: *Chegar a mostarda ao nariz*, significa a explosão da colera não reprimida. Revela-nos o sentido da alcunha rabelaisiana.

[2] Transcrevemos em seguida a importante *Carta de Fernel a Diogo de Gouvêa:* *«Ao varão perfeitissimo e sem senão, e celeberrimo doutor em Sagrada Theolo-*

tado por muitos alumnos portuguezes, hoje totalmente desconhecidos, como João Baptista, João Ximenes, Manuel de Teyve.

O curso do segundo anno foi intitulado *Cosmotheoria*, e professado em 1528. Fernel dedicou a obra a D. João III, em reconhecimento dos altos beneficios que o *Collegio de Santa Barbara* lhe devia; e apresentando o seu trabalho mostra esperança de que os seus novos methodos

---

gia, Diogo de Gouvêa, João Fernel, natural de Amiens, apresenta os seus respeitosos cumprimentos.

Quando andavas a dispôr as cousas, ó varão integerrimo, para uma partida longinqua e exposta a varios perigos, para o serenissimo rei dos portuguezes, mais do que uma vez me rogaste que, na tua ausencia, imaginasse eu alguma cousa por meio da qual os espiritos festivos e brincalhões dos mancebos (mórmente d'aquelles que tinhas acreditado deverem ser por mim educados) podessem colher as florinhas e as abastanças suavissimas das disciplinas mathematicas, e como por um accrescentamento de joias estrangeiras tornassem as outras artes, com as quaes se misturassem, mais illustres e mais apreciaveis.

Pois são com effeito de tal natureza que acarretam brilho e esplendor ás cousas vulgares, e conservam durante toda a vida o espirito no corpo como que banhado por um certo e incrivel deleite: o que a nobreza parece conseguir n'aquillo a que se applica.

Porém, emquanto ao que me diz respeito, com o fim de fazer alguma cousa digna do teu pedido, ordenei immediatamente ao meu animo aquillo que eu conheci — que tu beijavas e abraçavas piedosamente este genero de afagos. A estas cousas accresceu tambem um frequente e quasi diario pedido da mocidade estudiosa, a qual eu conhecera d'isso ter ainda mais desejos. Portanto, apresentados estes preambulos não vulgares, para um tal fim, á obra do uso de uma só Esphera, ha já muito tempo começado, lhe puz já a ultima demão, com a qual obra se abrisse um caminho mais expedito a todos para os segredos das mathematicas. Isto só na verdade para a habitação de cada um, e áquem e além do equador basta que accommodes as utilidades sem nenhum trabalho, de modo que, regulando-te pelos principios astrologicos, nada pareça teres omittido.

Porém, se alguem, apesar d'isto, entregando-se a impertinentes censuras, asseverar que aquelle mesmo instrumento, ao qual démos o nome de *Monalosphaerium*, apresenta semelhanças com o Astrolabio, com certeza não o negaremos — tem parecenças com o Astrolabio: porém com mais presteza, e na realidade mais em geral, abala e esparse por baixo a agua.

E por isto todos hão de julgar que o mesmo deve ser preferido ao Astrolabio, por isso que são mais nobres as artes quanto menos trabalho dão. Como se alguma arte, visto o céo, ensinasse a abarcar todas estas utilidades, julgaremos todavia esta mais digna do que aquella, carecendo de uma explicação enorme, não só dos volumes, mas tambem dos orgãos.

Porém este trabalhinho, seja lá apreciado como fôr, como se estivesse preparando para a edição, por qualquer parte que (bem como ave começando a cobrir-se de pennugem, a qual pela primeira vez sae do ninho morno), olhou em volta

coadjuvem os grandes navegadores portuguezes na determinação das posições das novas terras descobertas. A dedicatoria da *Cosmotheoria* a D. João III é um documento valioso, pelas referencias aos nossos maiores vultos historicos, e tanto mais que foi depois da viagem de Fernão de Magalhães circumdando o planeta que Fernel emprehendeu medir um gráo do meridiano da terra. [1]

---

de si para ver com que chefe ou guia poderia intrepidamente, desprezadas as baratas e o sitio, elevar-se aos áres vitaes. Tu, porém, entre os outros, compareceste, embora viesses de longe, e immediatamente reconhecendo seu chefe e patrono, seja considerada como quer que fôr, se votou e dedicou a ti, confiando em que a fortuna sempre havia de ser benigna. E qual foi a causa, pergunto eu, senão a augusta mansidão de maneiras, acompanhada pela integridade de costumes, addicionada a uma suprema erudição, na qual a todos supplantas? E com effeito parece que a natureza te ornara com os mais elevados dotes, de modo que parece ter-te adaptado para conciliares com a tua singular sabedoria, brilhantissima prudencia, eximia virtude, genuina probidade, maxima constancia na conservação da religião, e além d'isto para conciliares perante os principes, para ti, uma gloria não vulgar. Eis porque, não só quantos te conhecem, te applaudem em altos brados, a ti se dedicam, em ti depositam a maxima confiança, amam-te no extremo, respeitam-te e veneram-te. Isto mesmo comprova e confessa o ardentissimo fervor da caridade christã: eis porque, usando ainda d'esse mesmo fervor para com o teu principe, conseguiste que junto d'essa celeberrima Academia de Paris levantasse um monumento para memoria eterna, o qual para os vindouros tambem ha de grangear gloria e louvor eterno. Por estes pregoeiros das virtudes, as quaes devem ser cantadas não em voz lugubre, apressando-me rogo-te que tuas mãos (para as quaes livremente voou) de qualquer modo não deixem de acceitar este nosso obolo: mas, chegado ao teu veneravel coração, seja recebido com jubilo e seja festejado: de modo que com a ajuda d'elle, passando além dos annos da puberdade, nunca desappareça, nunca envelheça, nem sinta a crueldade das Parcas.

Adeus, ó modelo fidelissimo de humanidade e de probidade.

Paris, no celebradissimo Collegio de Santa Barbara, 1 de fevereiro de 1526.»

(Publicada na frente do *Monalosphaerium,* de 1527; traduzida da reproducção de Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 348, pelo professor Manuel Bernardes Branco.)

[1] Apresentamos em seguida esse documento, em que tanto exalta as navegações portuguezas:

«*Ao potentissimo e serenissimo Rei de Portugal João III, João Fernel, natural de Amiens, dirige seus respeitosos cumprimentos.*

A quem diariamente as delicias e os prazeres de novas descobertas vão afagar, ó inclyto rei, esse difficilmente pode ser amimado com o jubilo de um caso novo, a não ser que esse, muito mais que os outros, seja um simulacro de delicias. E acontece que um notavel concurso vindo das distantissimas regiões do mundo se encaminha para tua grandeza, concurso formado dos mais habeis homens do mundo: dos quaes um apresenta o ouro da Arabia, o outro os prodigios da Ethiopia, e o

Por circumstancias da sua vida, Fernel teve de deixar os estudos de Mathematica e de Astronomia para se entregar á Medicina, onde adquiriu um nome respeitavel e uma grande riqueza; se tivesse permanecido nos estudos da sua paixão, ficaria adscripto a Ptolomeo, de que não soubera emancipar-se, e seria mais um dos impotentes adversarios de Copernico. (Quicherat, *op. cit.,* t. I, p. 185.)

---

terceiro os inauditos generos de aromas e de pedras preciosas provenientes dos confins da India.

Eis porque me receei até hoje de te apresentar estes nossos presentinhos, por isso que nada apresentavam elles das delicias acima mencionadas. E por isso arreceiava-me que fosse eu tido antes por importuno do que agradecido: pois que existe um proverbio velho que nos aconselha—a não atirar poeira aos olhos. Porém a augusta mansidão pela qual te tornas insigne entre todos, me abriu um caminho mais amplo e pelo qual eu entrei um pouco menos audaz, e ao qual chegando dediquei ao teu illustre nome as nossas humildes lucubrações.

Deu-me a mão e a sua protecção, elle tão singular pela sua nativa benevolencia, tu ó rei que coadjuvas não só os bons escriptos, mas até mesmo os cultores d'elles, protegendo-os benignamente, condecorando-os, tendo tu imitado a não poucos da tua gerarchia.

Com effeito outr'ora João, d'este nome o segundo rei dos Lusitanos, a muitos cultores das letras protegeu; aos quaes depois não pouco Manuel exaltou, pois era mui déstro no desempenho dos encargos regios.

Entre outros, emquanto á pericia das leis, tornaram-se insignes Luiz Teixeira e Pedro Dias, cujos doctissimos livros, no tocante ao direito civil, andam elles pelas mãos de todos.

Para remate ou corôa dos theologos foram mencionados João Claro, da ordem dos cistercienses, e Diogo de Gouvêa, varão conspicuo, pela sua extraordinaria erudição e summa prudencia.

Porém tu, ó rei amplissimo, de tal modo ardeste no zelo da fé apostolica, de tal modo o amor das letras todo te penetrou, que, além d'aquelles cultores de uma Theologia mais sincera, aos quaes até hoje protegeste, tambem instituiste ainda não ha muito tempo, e com grandes despezas, cinquenta collegiaes, junto d'esta nossa celebradissima academia de Paris, com o fim de serem instruidos em todos os generos de disciplinas; e d'estes encarregaste para vigilantissimo pastor a Diogo de Gouvêa, tendo em conta que a vigilancia do pastor para com tamanho rebanho não pouco havia de ser util.

Tens não só a teu irmão, piedoso cooperador d'esta empreza, diligentissimo cultor de ambos os idiomas, e dignissimo na realidade de que lhe lancem aos hombros a purpura de cardeal.

Pois este é um pastor vigilante, o qual deseja mais a saude do dono da lã, do que a mesma lã. Este promette um specimen de virtudes, e tambem nos promette uma grande espectativa, notavelmente salutar para nós e para a republica christã.

Taes na verdade eram as cousas que convinham aos animos regios: pois são estas as cousas com que se consolida a republica christã, com que se sustenta,

A par de Fernel figura no professorado de *Santa Barbara* o valenciano João Gelida, patricio de Celaya, mas antagonista implacavel do Scholasticismo. Gelida tinha sido discipulo de João Ribeiro, o enthusiasmado *celaysta,* porém o estudo do grego, auxiliado pelo seu domestico Postel, fel-o comprehender que Aristoteles era muito differente do que propagavam os commentadores medievaes (idéa que sustentou

---

em que faz finca-pé, com as quaes a triste ignorancia é afugentada, e as mentes se patenteiam mais divinas.

Por todas as partes estes teus immortaes feitos proclamam que o teu animo é propenso a beneficiar os estudiosos, e de ti fallam como se fosses um verdadeiro asylo.

Eis porque tenho esperanças que a nossa Cosmotheoria ha de chegar com mais segurança ás tuas mãos regias, e ha de ser ataviada com mais esplendor.

E postas de parte estas cousas, narrará não só as grandezas dos elementos, mas tambem as grandezas dos globos celestes, os sitios, a composição das partes, mas tambem explicará em geral e com lucidez os movimentos dos astros.

Cada uma das quaes cousas se por acaso alguem julgar talvez fingidas, e (como dizem) feitas diante de uma tela ou panno de armar, por parecer arduo e temerario definir aquellas cousas que são com effeito difficeis para serem definidas, esse sem duvida tem a consciencia de ser um nescio.

Pois as agglomerações dos astros, as opposições, os eclipses, vêmol-os occorrerem exactamente nos proprios momentos em que os astronomos mais eruditos com antecedencia declararam que haviam de apparecer.

E por acaso este indicio não convence mais do que cabalmente de que existem razões dos movimentos celestes não ignoradas? Oxalá que aquelles logares das terras de que a cada passo os nauticos nos estão fallando os marcassem tambem com suas latitudes e longitudes! Eis porque se alguem disputar ácerca das grandezas dos orbes, esse, trocando o gráo para as demonstrações de Ptolomeo, cederá immediatamente do seu campo victorioso: pois a ninguem foi dado destruir estas, e nem sequer vel-as, tamanha é a força d'ellas, e tanta a excellencia da sua evidencia.

Eis porque determinei seguir n'este trabalho como auctoridades de primeira ordem a este auctor, com Affonso, rei de Castella, e a Alphragano (*Alfergani*) com o fim de que se alguma cousa parecer ardua ou digna de admiração não seja eu só tido como auctor de tal asserção, mas tambem elles. Pois d'estes tambem colhemos documentos, os quaes para com elles sendo tidos como invenciveis demonstrações, os submettemos ao nosso trabalho, como uns certos principios e fundamentos da arte astronomica; n'estes finalmente tudo quanto resta da obra se baseia completamente e teve o seu incremento mais solido. Mas para que houvesse de ser de mais utilidade, terminamos a Cosmotheoria com o *Planethodio:* instrumento o qual á primeira vista, sem incommodo algum de calculo, apresenta os logares dos astros e suas phases em cada um dos dias, patenteando ao mesmo tempo um como registro das operações.

São estas, pois, ó magnifico rei, as cousas que eu tinha para consagrar á tua serenidade, com o fim de que a ellas teu nome désse esplendor, como astro matu-

tambem Antonio de Gouvêa na celebre pugna com Pedro Ramus), e tratou de remodelar a educação da sua intelligencia, vindo a merecer do erudito Vives o epitheto de «Aristoteles do seu tempo». Gelida dedicou ao Doutor Diogo de Gouvêa a sua obra *De quinque Universalibus,* onde compara o *Collegio de Santa Barbara*, na demolição do regimen intellectual da Edade média, com o cavallo de Troya, d'onde saíam os

---

tino, e o movimento das estrellas se tornasse mais esplendido com o accrescentamento de um novo astro.

Nem julguei eu na verdade que taes cousas houvessem de ser dissonantes ao teu festivo engenho, sendo, como na realidade é, tão admiravelmente organisado para os segredos da natureza, e patenteando um ardor tão vivido para as emprezas difficeis.

Abraçando tu portanto esta contemplação celeste, tens patente a contemplação de todo o mundo.

Visto, pois, estar já sob a inspecção dos teus olhos a grandeza do orbe, de maneira que d'elle nada te seja occulto, e os mais remotos confins do globo te serem patentes pela industria dos reis teus antepassados, e com um tal nome não só o povo christão, mas tambem toda a corôa dos cosmographos do nosso seculo, uma auréola de gloria cinge o nome luzitano, não menor á que cingiu o nome do alexandrino Ptolomeo. Aquella na verdade, porque já totalmente foi destruido por varios o commercio com os turcos de ter aromas para vender: estes, porèm, porque as extremidades do austro e do oriente, até agora desconhecidos pelos nossos homens, abriram caminho para o nosso seculo. Nem eu jámais tinha exaltado com os seus devidos louvores aquelle Henrique, illustre prole de João primeiro d'este nome, o qual, o primeiro de todos, se entranhou pelas praias africanas e ethiopicas com o fim de visitar taes logares, e além d'isso abriu caminho para o promontorio da Ethiopia, com incremento não vulgar de todo o reino. Depois do qual, Bartholomeu Dias e Pedro Cão, grandemente conhecedores da arte de navegar, desde o promontorio da Ethiopia até á ilha de S. Thomé, d'aqui passando além d'aquelle cabo antartico da Boa Esperança, foram os primeiros que (pelo menos por este caminho) alli chegaram. Os quaes, no reinado de D, João II, com o cognome de bom agouro — de Boa Esperança, — em Sophala, região da Arabia (a qual julgamos que fôra chamada Ophir e Sophir, no segundo livro do Paralipomenos), hastearam a cada passo as bandeiras da Lusitania, indicando bastantemente o ardor de que estavam devorados de augmentarem o territorio de Portugal.

Porém, como a estes de nenhum modo fosse licito avançar mais além, passados alguns annos maior desejo dominou a D. Manuel, rei illustrissimo, e Vasco da Gama e Paulo da Gama, irmãos, se fizeram ao mar, os quaes não sómente se apossaram de Sophala, mas tambem de Callicut, e se apoderaram tambem das regiões ulteriores e opulentissimas da India.

Na maior parte dos logares foram levantadas á força fortificações, defendidas por machinas bellicas, e dispostos presidios em varios pontos, para que sem grandes difficuldades fossem repellidos os ataques dos infieis enraivecidos. E todas estas cousas tu agora conservas com cuidado e augmentas á custa de despezas, ampliando o teu imperio cuidadosamente. Um novo mundo se ergue, sendo tu

principaes talentos da Renascença.[1] O Doutor Diogo de Gouvêa achou-se envolvido nas questões religiosas do seculo XVI, mas o seu espirito tolerante, no meio das mais exaltadas pugnas theologicas, fez com que os adversarios, como Robert Etienne e De Thou, apenas lhe jogassem uma ou outra phrase sarcastica, mais mordente para a Sorbonne do que para o venerando pedagogo.

---

mesmo d'elle o fundador, o qual nem Alexandre macedonico, nem Ptolomeo alexandrino, jámais dirão serem d'elle fundadores, ou que o houvessem conhecido. Aquelle ouro, o qual antigamente o Sophir mandava com frequencia a Salomão, esse só a ti hoje é concedido. Finalmente aquellas madeiras de cedro, aromas e pedras que recebeu da Persia, para ti são remettidas, como se emquanto á ordem tu houvesses succedido a Salomão. Aquelles que para elle corriam de toda a parte, com o fim de haurirem d'elle a sabedoria, procuram-te com mais ardentes desejos, com o fim de tu os confirmares na fé de Christo. Indicam-n'o esses que não só agora junto de ti são emissrios do reino ethiopico de Manicongo, mas tambem do amplissimo potentado do *Preste João das Indias.* E eis que a quarta parte do mundo, á qual os nossos pozeram o nome de America, n'uma grande parte em tua honra abaixa os feixes e os estandartes: onde, a 36 gráos, para a latitude boreal, um immenso e riquissimo rio se apresentou no anno passado á vista dos teus, do qual (cousa inaudita) a barra se alarga por vinte e oito milhas, e até mesmo dizem que a agua potavel corre para o mar por espaço de vinte milhas. Porém nós realmente não nos encarregamos de narrar prodigios taes senão para que elles sejam apregoados como cousas dignas de serem sabidas por toda a parte. Pois já alcançaram tanta extensão, que passam já como em adagio.

Recebe, pois, ó serenissimo rei, por tua augusta benevolencia e vulto risonho, nossas lucubrações ácerca da contemplação do mundo: para que não só todos confessem que a Lusitania produzira isto como uma novidade, e aguce os dentes Theoninos firmado no favor da tua magestade, e assim ligarás com maior aperto na verdade a Fernel em alguma cousa que lhe fôr dedicada. Adeus, ó inclyto rei, supplico-te que descobertas as partes das terras para a luz, Christo as acceite nos céos. Paris, um dia antes das nonas de fevereiro, anno 1528.»

(Da dedicatoria da *Cosmotheoria,* libros duos complexa; reproduzida por Quicherat, *op. cit.,* t. I, p. 352. Devemos a traducção ao professor Manuel Bernardes Branco)

[1] Archivamos aqui a traducção da *Carta de Gelida a Diogo de Gouvêa:*

«*João Gelida apresenta seus mui respeitosos cumprimentos a Diogo de Gouvêa, gravissimo professor das sagradas letras.*

N'estes ultimos dias amplificámos, ó varão eruditissimo, a razão de discorrermos ácerca das cinco vozes, e passadas algumas horas de molestissimo trabalho, pareceu conveniente entregal-o ao teu nome para lhe dares luz: não porque julgue eu que este tão insignificante opusculo seja proprio para se apresentar a um varão tão illustre, mas sim porque eu faço aquillo que é do meu dever: ou para melhor dizer, que nem sequer cumpro em harmonia com o meu dever aquillo que a humanidade e a religiosa integridade dos costumes exigem em muito maior

A publicação que Robert Etienne fez dos Evangelhos pela primeira vez sobre manuscriptos gregos, collacionando-lhes as variantes, produziu um immenso ruido na Universidade de Paris. Os doutores reclamaram dos poderes publicos uma auctorisação para nada ser publicado, attenta a necessidade de manter a orthodoxia, sem o seu exame prévio. Robert Etienne ficou envolvido na rêde da argumentação ca-

---

escala. E sendo tu pois para com o rei de Portugal um varão de tamanha auctoridade e lealdade, que d'elle recebes alumnos para por ti serem educados, todos hão de julgar plenamente racional que esta primeira producção do meu engenho te haja de ser consagrada, dadiva que em harmonia com a condição do meu animo e vontade, espero que tu sem grande custo has de acceitar. Pois é proprio de um homem liberal (e todos dizem que o és) o mostrar magnanimidade, e não o receber dadivas. Porém, se na occasião presente eu me esforçasse em narrar os teus louvores, e os da nossa casa de Santa Barbara, de que és Principal diligentissimo, na occasião presente eu me esforçaria para continuar, e emprehenderia percorrer um vasto mar, no qual teria eu de me arreceiar antes do naufragio, do que da salvação. Quem ignora, pois, ó deuses immortaes, que do collegio de Santa Barbara, como de um cavallo de Troya, têm saido varões fortissimos, os quaes têm combatido e combatem sempre com ardor nos arraiaes dos medicos e dos theologos. Entre os quaes poderemos mencionar João Major, varão na realidade nunca assaz louvado. Porém, se voltarmos as attenções para os acampamentos Justinianeos, veremos que a maioria é do Senado parisiense, produzida pela nossa fecundissima Barbara, da qual manam fontes de todo o genero de doutrina, não sendo fóra de proposito o affirmar que ella é um como centro em volta do qual giram nossas academias, estando aquella sempre presente ás nossas vistas. Eis porque te devo dar os parabens, ó varão peritissimo, por seres tu a causa de florescer tão notavelmente Barbara, e por meio de seus serviços ainda tenha de florescer mais e mais. Apresento-te, pois, este opusculo dedicado ao teu nome, e peço-te que o acceites para que elle possa com mais valentia resistir ás calumnias, e arrostar com mais denodo os ataques dos invejosos. Pois com effeito eu auguro que não têm de faltar calumniadores, os quaes talvez pretendam attentar contra o nosso proposito. Mas julguei que d'elles nenhum caso deveriamos fazer, mórmente como ninguem se tenha julgado de uma classe tão abjecta, que não haja lucrado alguma cousa com taes estudos.

E eis porque, se por conselho de Aristoteles (como refere Quintiliano) seja vergonhoso o ficar calado, e, como Isocrates diz, o soffrer, não fica o nosso trabalho exposto a labéo, com a manifestação de taes cousas, as quaes dizem respeito á intelligencia das cinco vozes, e por outros foram passadas em claro, e annuindo a quotidianos pedidos eu n'ellas trabalhei. Adeus, pois, ó sectario da doutrina de Paulo e acerrimo refutador dos lutheranos, e continúa a favorecer com a tua costumada benevolencia ao teu Gelida. Do Collegio de Santa Barbara, a seis das kalendas de outubro do anno 1527.»

(Publicada á frente da obra *De quinque Universalibus,* e reproduzida em latim por Quicherat, *op. cit.,* t. I, p. 350. Devemos a traducção ao professor Manuel Bernardes Branco.)

suistica dos doutores, que não sabiam grego; quando se viu forçado a saír de França, contou os seus trabalhos n'um opusculo: *As censuras dos Theologos de Paris, pelas quaes tinham falsamente condemnado as Biblias impressas por Robert Etienne.* N'este escripto figura entre os censores o nosso Doutor Diogo de Gouvêa, o *velho:* «Eu voltei ao tribunal; peço que elles presentes digam o que têm contra mim e que produzam o resto dos seus articulados. Assim forçados, vieram dez, se bem me lembro, entre os quaes estava Odoacro, seu orador, Picard, e *Govea o antigo.* Entraram no conselho apertado, que estava reunido em muito maior numero que de costume; porque todos os cardeaes e bispos seguiam o tribunal e ali estavam; o condestavel, segundo depois do rei, e o chanceller.—Estes dez, em nome de todos, me davam o combate a mim só. Depois deu-se-lhes ordem para que apresentassem os artigos ou erros, se assim lhe quizerem chamar. Tendo debatido muitas cousas, com grandes risadas de toda a assembléa, por causa das suas birras tumultuosas, porque elles discordavam entre si, enraivecidos um contra o outro, deblaterando ambos, foi-me ordenado de responder immediatamente e fallar por mim. Creio que na minha defeza a objurgação de que usei pareceu muito dura aos dez embaixadores; comtudo, a verdade da cousa obrigou a alguns d'elles a testemunhar que as minhas annotações eram muito uteis.» No mesmo folheto descreve o exame ao exemplar dos Evangelhos, feito pelos theologos da Universidade: «Finalmente, eu lhe apresento no seu conclave nos Mathurins o Novo Testamento por mim impresso; e então presidiam *Govea* e Le Roux, que me tinham grande inimisade, homens muito ignorantes, mas bastante cautelosos fabricadores de ratoeiras contra innocentes. Elles vêem que é grego o que está impresso. Pedem que lhes tragam um velho exemplar. Pensaes que era para lêr n'elle!... Por fim concordaram que o encargo de lêr esta obra será confiado a dois de entre elles que sabem grego.»[1] Não admira que o Doutor Diogo de Gouvêa não fosse um hellenista; era o estudo do grego alheio á sua época escholar, como observa Quicherat, que nota a fraqueza dos ataques dos adversarios theologicos contra tão eminente individualidade. Na administração e governo litterario do *Collegio de Santa Barbara,* era o Principal auxiliado por seu sobrinho André de Gouvêa, *le plus grand principal de France,* como lhe chamava Montaigne, e que vere-

[1] Grande parte d'este folheto foi publicado por Firmin Didot, na *Biographia de Robert Etienne.*

mos mais tarde convidado por D. João III para fundar o *Collegio real* em Coimbra. Quando Mestre André de Gouvêa começou a governar *Santa Barbara,* seguiu a doutrina da Renascença, em rivalidade com o Collegio de Montaigu, que se mantinha nos velhos methodos scholasticos. André de Gouvêa chamou para o Collegio o celebre Latomus, amigo de Erasmo e um renovador da Dialectica pelo seu criticismo. Latomus, propagando em França o livro revolucionario de Rodolpho Agricola, *De inventione Dialectica,* poz em alarme todo o corpo theologico, que achava isso um desacato a Aristoteles. Reconhecido á protecção de André de Gouvêa, Latomus dedicou-lhe o resumo da obra de Agricola.[1] Bastam estes simples factos para nos revelar como a in-

---

[1] Transcrevemos em seguida a *Carta de Bartholomeu Latomus a Mestre André de Gouvêa:*

«Como de todo o genero de artes seja grande a utilidade, ó André de Gouvês, varão humanissimo, mas mui principalmente d'aquella parte á qual dão o nome de—Arte de discorrer—, parte da qual não só colhemos fructos, mas tambem adquirimos uma certa rasão para formarmos juizos, e para adquirirmos todos os conhecimentos das bellas artes. Pois nem a natureza, postoque a possuamos optima, basta por si só, se não fôr resguardada com um tal presidio; nem em genero algum de artes ou de letras alguem é felizmente versado, a não ser que haja sido imbuido n'um tal modo de discorrer, o qual não só concorre com aquillo que com mais certeza encaminha a mente d'aquelles que se entregaram ás letras, mas tambem deslinda questões que não pertencem á Litteratura. E penetrando no âmago das questões, explica-nos as difficuldades e os embaraços difficeis, e arreda-nos os tropeços. Eis porque, e com rasão, os homens, mesmo os mais doutos, julgaram sempre que devia ser procurada côm o maximo empenho. E, com effeito, não sómente elles mesmos a abraçaram com grande ardor e desvelo, mas tambem nol-a apresentaram enriquecida com a diligencia e estudo d'elles: e ainda tambem nol-a ataviaram com o seu engenho e industria amplissimamente, destinando-a para fructo da sciencia e dos conhecimentos.

Mas como duas sejam as partes em que ella se divide,—a de ensinar e a de fallar, a uma das quaes chamam Dialectica, e dando á outra o nome de Rhetorica, —muitas cousas por ellas, tanto n'um como n'outro genero, nos foram transmittidas com grande utilidade. Mas, segundo o meu modo de pensar, na segunda parte trabalhou com grandissimo fructo Rodolpho Agricola. Pois escreveu este varão ácerca da invenção dialectica um trabalho exacto e grandemente desenvolvido, no qual, além da doutrina e modo de tratar as cousas, o qual com a maxima conveniencia apresentou uma tal elegancia no discurso, que parece ter n'este genero supplantado a todos, no conceito de todos os homens eruditos. E, com effeito, como estes livros ha muito tempo andam nas mãos de todos, e por causa da sua utilidade sejam lidos nas escholas, havendo sido escriptos com maior desenvolvimento, de modo que não podem ser lidos dentro de um curto praso, tratei de os resumir,

fluencia da Renascença actuava no espirito de D. João III, e qual o caracter da projectada reforma da Universidade de Lisboa.

O elemento scholastico começou a ser expungido systematicamente da Universidade; D. João III mandou por 1529 que mestre Frei João de Gandavo, ou Framengo, dominico, mestre em Artes e Theologia pela Universidade de Paris, renunciasse a cadeira de *Metaphysica,* que alcançara por opposição em 15 de fevereiro de 1514; no conselho de 15 de janeiro de 1530 mestre Frei João de Gandavo apresentou a sua renuncia de lente de Metaphysica, pelo que o rei, em compensação, e tocado da sua obediencia, o jubilou com 13$000 réis de ordenado, por provisão de 22 de abril de 1530. Vê-se claramente que era um golpe no scholasticismo, porque Frei João de Gandavo, estando vagas as cadeiras de prima e vespera de Theologia, concorreu a ellas, e, não apparecendo outro oppositor, foi provido em 15 de fevereiro de 1532 na de prima.[1] A faculdade de Theologia fechava-se á corrente humanista, e como protesto abriu o seu seio ao sustentaculo do scholasticismo. Tambem por mandado de D. João III, Frei Luiz, da ordem de S. Francisco dos Claustraes, renuncia a cadeira de *Physica* em 9 de abril de 1530, pelo que lhe mandou dar uma tença de 11$000 réis, das rendas da Universidade.[2] As cadeiras de Philosophia eram especialmente providas em medicos, prevalecendo sobre a especulação subjectiva o criterio da observação e da experiencia, que desde Hippocrates e Galeno caracterisou esta categoria de sabios. Era um symptoma auspicioso da Renascença; a Physica *(De Natura),* a Metaphysica *(Prima philosophia)* e a Logica *(Censura veri)* libertavam-se do imperio das entidades mentaes. Assim vamos encontrar Pedro Nunes, ainda bacharel em Medicina, chamado á regencia de uma cadeira de *Philosophia moral;* e

---

no anno passado, e agora finalmente, pondo o maior empenho em que resumidos formassem um compendio, e depois, lendo-os outra vez, tratei de os dar á luz para utilidade dos estudiosos. E esta ultima edição, ó André de Gouvêa, julguei que t'a devia dedicar n'um tempo em que és o Principal n'um amplissimo Collegio. E eis porque t'a dedico, como é de justiça, prestando-te este preito da minha homenagem.

Adeus. 15 das kalendas de outubro (17 de setembro) anno 1533.»

(Vem publicada á frente do *Epitome commentariorum dialecticae inventionis Rodolphi Agricolae;* reproduzida por Quicherat, *op. cit.*, t. I, p. 360. Traducção do professor Manuel Bernardes Branco.)

[1] *Notas* de Figueirôa, n.º 85, ao § 960 das *Noticias chronologicas.* Ap. *Instituto,* t. XIV, p. 263.

[2] *Ibidem,* nota 98.

Garcia d'Orta, que em 1525 regressara de Salamanca graduado em medicina, chamado á regencia de um curso de *Philosophia natural* e de *Summulas*. Estes dois eminentes homens de sciencia, e as maiores glorias da Universidade, figuram ao mesmo tempo, quando a corporação já estava ameaçada de saír de Lisboa; ambos se acham relacionados com a grande figura historica de Martim Affonso de Sousa. Vagando a cadeira de *Philosophia moral*, que regia Frei Affonso de Medina, e se ausentou d'ella, por chamado de D. João III, em 1529, foi provido em substituição, em 4 de dezembro, Pedro Nunes, então bacharel em medicina, com a obrigação de lêr duas lições, uma theorica e outra pratica. Em 15 de janeiro de 1530 renunciou a cadeira de *Logica* João Ribeiro, e o conselho escholar a encommendou ao Doutor Pedro Nunes, lendo mais esta cadeira, tendo de salario 20$000 réis. Escreve Figueirôa: «attendendo a que fazia pouco fructo na de *Logica*, por falta de ouvintes, lhe encommendou a de *Metaphysica*, a qual leu por um anno.» A cadeira de Metaphysica ficara vaga pela renuncia de Frei João de Gandavo, em 15 de janeiro de 1530. Pedro Nunes deixou a Universidade, figurando ainda no exame privado de Luiz Nunes de Santarem, em 16 de novembro de 1535, e no exame privado de Manuel de Loronha, em 21 de janeiro de 1537; «porém depois devia de ir para Salamanca, pois de lá veiu para lêr a cadeira de *Mathematica* na Universidade de Coimbra, de que se lhe passou provisão em 16 de outubro de 1544, na qual cadeira jubilou por provisão de 4 de fevereiro de 1562, tendo sómente treze annos de leitura, e se lhe levaram em conta tres annos que leu Philosophia em Lisboa, e quatro que por ordem d'el-rei assistiu na côrte entendendo nas Cartas de marear e exame de pilotos, para completar os vinte que se requerem para a jubilação.» [1]

Pedro Nunes foi mestre do infante D. Luiz, ensinando-lhe «Philosophia, Arithmetica, Geometria, Acustica e Astronomia; tambem ensinou ao Cardeal D. Henrique, além da Arithmetica e Geometria, o tratado da Esphera, as theoricas dos Planetas, parte da grande composição dos astros de Ptolomeo, a Mechanica de Aristoteles, e toda a Cosmographia.» [2] Exercia este cargo por 1532, como se infere da dedicatoria do tratado *De Crepusculis* a D. João III. A sua reputação

[1] Figueirôa, not. 108, ás *Noticias chronologicas; Instituto*, t. XIV, p. 281.

[2] Ribeiro dos Santos, *Da Vida e Escriptos de Pedro Nunes. (Mem. de Litteratura*, t. VII, p. 251.)

como mathematico fez com que em 1533, ao chegar Martim Affonso de Sousa a Lisboa, da expedição a que fôra mandado com uma armada a explorar as costas austraes do Brazil e a reconhecer o Rio da Prata (1530), lhe apresentou nota de alguns phenomenos astronomicos, de que lhe pediu a explicação scientifica. Pedro Nunes compoz, para satisfazer a Martim Affonso de Sousa, o *Tratado sobre certas duvidas da Navegação*. Eis as duvidas que lhe formulara o valente capitão: «era a primeira, que estando ho sol na linha em todos os logares em que se achou lhe nacia em leste, e se lhe punha no mesmo dia em oéste: isto egualmente sem nenhũa defererença ora se achase da banda do norte ora da banda do sul... A segunda cousa era que elle se achara em XXXV gráos da outra banda da linha, no tempo em que o sol estava no tropico do capricornio e lhe nacia ao sueste e quarta de leste, e se lhe punha no mesmo dia ao sudoéste quarta de loéste, como aos que vivem na mesma altura desta parte do norte: e que nam via como podia isto ser: porque per rasam: assi avia de nacer aos que vivem da outra banda do sul quãdo ho sol anda per os signos da mesma parte: como nace a nós quando anda desta nosa banda.» A observação do nascimento e *poimento* do sol era um dos processos de determinar a altura do polo, e Pedro Nunes explicou geometricamente as causas dos phenomenos que Martim Affonso de Sousa observara nos mares do sul. E com relação á segunda duvida conclue: «E tudo isto se demostra ser assi porque a proporção que tẽ o sino do comprimento da altura em qualquer região: cõ o sino universal do circulo: essa mesma ha do sino da declinação q̃ tem o sol em qualquer dia: ao sino do rumo em que nace: o que craramente se prova per Tolomeo, no segundo do *Almagesto*. Do qual se segue quam facil cousa seja: resguardando pella menhã o sol no seu nacimento: com a agulha bem verificada: ou com linha meridiana: se for na terra: saber per conta sem mais instrumento a altura do polo em que nos achamos: o que eu em todo tempo sem saber a hora q̃ he nem ter linha meridiana: cõ instrumentos faço.» Como n'este trabalho Pedro Nunes contradictava opiniões auctoritarias de Jeronymo Cardan, de João de Monteregio, de Riccio, de Zeigler, de Copernico e de outros, soffreu algumas censuras dos homens praticos, por nunca ter embarcado;[1] refutando essas criticas, escreveu o *Tra-*

[1] Varnhagen, na *Historia geral do Brazil*, t. I, p. 467 (not. 83), julga que o Dr. Pedro Nunes, que em 1519 foi á India como védor da fazenda, e do qual existem na Torre do Tombo cartas de 1521, 1522 e 1523, é o mesmo Dr. Pedro Nunes illustre mathematico e astronomo; para esta identificação funda-se na quasi simi-

tado em defensam da Carta de marear, onde iniciou o estudo da *Loxodromia,* ou propriedade das linhas curvas. Hoefer escreve sobre este facto: «A loxodromia ou linha loxodromica, sendo a linha percorrida por um navio sempre dirigido sobre e mesmo rumo de vento, é uma curva de dupla curvatura, traçada sobre o spheroide terrestre; ella é, como o reconheceu Halley, a *projecção stereographica da spiral logarithmica.* Wright, Stevin e Suellius estudaram depois de Nunes as propriedades da loxodromia.» [1] No seu livro *De Crepusculis,* publicado em 1542, Pedro Nunes apresentou a solução do problema:—Achar o dia do anno em que o crepusculo é mais breve,—problema que J. Bernoulli procurara longo tempo debalde; n'este livro se diz «existirem elementos da theoria de Newton sobre as côres.» No seu trabalho *De Erratis Orontii Finei,* combate os paralogismos algebricos do mathematico francez, que pretendia ter resolvido o problema da quadratura do circulo. O facto principal em que assenta a reputação de Pedro Nunes é a descoberta de um instrumento de precisão, para supprir as pequenas divisões nos apparelhos astronomicos; é o *Nonio.* Tycho Brahe e o Dr. Halley fizeram um grande uso d'esta divisão, que tomou o nome do seu auctor, e se conservou até hoje entre os nauticos e os astronomos. [2] O quadrante mathematico proposto por Pierre *Vernier* em 1631

---

lhança das assignaturas manuscriptas: *ho doctor p.º nuniz.* O facto do provedor-mór da Fazenda na India se intitular *doctor,* é que torna improcedente a conclusão tirada da paridade das assignaturas; porque em 1529 Pedro Nunes era ainda *bacharel* em Medicina, como se vê na sua provisão de substituto da cadeira de Philosophia natural. Que elle não fez viagem alguma infere-se de uma passagem da *Defeza da Carta de marear,* em que allude á má vontade com que os pilotos recebem as explicações nauticas dadas por aquelles que nunca embarcaram: «Bem sey quam mal sofrem os pilotos que fale na India quem nunca foy nella; e pratique no mar quem nelle não entrou: mas justificam-se mal: poys nós sofremos a elles, que com sua maa linguagem e tam barbaros nomes falem no sol e na lua e nas estrellas, nos seus circulos, movimentos e declinações, etc.» Pedro Nunes era tambem combatido por theoricos auctoritarios, como Diogo de Sá, que em Paris publicou a obra *De Navigatione, libri tres.* Ribeiro dos Santos, na memoria sobre Pedro Nunes, deu aviso ácerca da possibilidade d'esta confusão: «por aquelles tempos houve outro do mesmo nome, com quem se não deve confundir o nosso Nunes, o qual se intitula o Doutor Pedro Nunes, Vedor da Fazenda da India em 1520› talvez o mesmo que se diz Chanceller da Casa da Supplicação por 1534 e Juiz dos Feitos d'Alfandega de Lisboa no mesmo anno.» *(Memorias da Academia,* t. VII, p. 255.) O erro de Varnhagen já apparece em circulação na *Histoire des Mathématiques,* de Hoefer, p. 349.

[1] *Histoire des Mathématiques,* p. 349.

[2] *Nouvelle Biographie générale,* de Didot.

é uma imitação do instrumento inventado cem annos antes em Portugal. Ribeiro dos Santos, na apreciavel biographia de Pedro Nunes, toca o verdadeiro ponto de vista critico por onde o seu genio mathematico deve ser considerado: «Em verdade, que se conhece bem o seu alto merecimento olhando para os annos em que a escreveu (a *Algebra);* isto é, desde 1532 ou 1533, tempos em que não apparecia em scena escripto algum de gregos e romanos, e nem talvez existia outro, senão o das *Questões arithmeticas* do alexandrino Diophante, que lançou n'ellas algumas sementes da Analyse, obra que ainda então se não tinha divulgado; tempos em que apenas corria o livro de Gebre d'entre os arabes, e os tratados mais modernos dos italianos, Fr. Lucas de Borgo, Cardan e Tartaglia, escriptores contemporaneos do mesmo Nunes; tempos alfim, em que ainda se não tinha dado á Equação huma nova fórma, mais commoda para as operações, nem raiado ainda o luminoso astro de Descartes, que as fez mudar de aspecto, e os de Leibnitz, de Bernouilli e de Newton, que estendeu os seus confins.»[1] Pedro Nunes foi chamado do serviço da Universidade para vir ensinar Mathematica ao rei D. Sebastião, fixando a sua residencia em Lisboa, em 1572, por convite do monarcha.[2] O ultimo anno conhecido da sua existencia é o de 1574, porque em o alvará de 12 de agosto d'esse anno se lhe faz a mercê de passarem padrões de 30$000 réis ao filho ou filha que o Doutor Pedro Nunes nomear no seu testamento.[3]

---

[1] *Vida e Escriptos de Pedro Nunes*, nas *Memorias da Academia,* t. VII, p. 250 a 283.

[2] Antonio de Mariz, na Dedicatoria da edição de Coimbra de 1573 do tratado *De Arte atque ratione navigationis.*

[3] Pedro Nunes recebeu muitas tenças, cujas cartas Ribeiro dos Santos cita na sua biographia. Transcrevemos mais esta, que falta n'aquelle estudo, e que espalha uma certa luz moral: «Mt.º ylustre sõr.—Eu fui a S. M. sabado ho qual me remeteo a V. S. cõ que heu mt.º folguei que pois meu requirimento está em mão de V.ª senhoria nã se ade perder minha justiça; o que pedi a el Rey noso sñor foy os cem mil reis de meu hordenado que m'os dê sua A. para meus filhos e que ho hoficio dalfandegua que me tem dado para minha f.ª que me dê satisfação dele em algua couza boa e honrada para a hindia para ajuda de a ẽncaminhar, e os meus trinta mil Rs. de tença que eu cõprei por me dr.º para mynha mulher histo para o que mereço é mt.º pouquo, e porẽ fazẽndo esta merce a meus filhos fiquarcy cõsolado que como disse a V. S. estã todas por ẽquaminhar e pois me eu esqueci de mynha mulher e delles por servir sua A. bem será que me faça merces para elles por descarreguo de sua consciencia que para my hir me ey fazer hermita para ẽcomẽdar a ds. a S. A. e a V. S.—aqui mãdo parte de meus serviços a V. senhoria certefiquo lhe que vão mt.º menos escritos que grã parte dos que eu fiz peço a

Vimos a influencia que as viagens do destemido Martim Affonso de Sousa exerceram sobre as estudos mathematicos do Doutor Pedro Nunes; vejamos agora como acompanhando este capitão-mór do mar para a India o Doutor Garcia d'Orta se liberta das questões estereis dos medicos hellenistas e arabistas, indo á exploração directa da Natureza, como um heroe da sciencia positiva. Martim Affonso de Sousa tinha chegado a Lisboa, da exploração das costas austraes do Brazil, em 1533, e logo em 1534 era despachado para a India com um cargo difficil e laborioso, mas subalterno do vice-rei; largava o Tejo em 12 de março com cinco náos: a *Rainha,* em que ia por capitão, acompanhado de muitos jovens fidalgos, que nunca o deixaram nos lances arriscados; a *Santa Cruz,* a *Santo Antonio,* a *Graça* e a *Sam Miguel.* Attentas as antigas relações de amisade do Doutor Garcia d'Orta com Martim Affonso de Sousa, a quem na velhice dedicou o seu livro dos *Colloquios dos Simplices,* é muito provavel que o doutor fosse companheiro de viagem da náo *Rainha,* e conversasse sobre o tempo da vida escholar em Salamanca, onde tambem se achara o capitão-mór do mar. Martim Affonso de Sousa era um d'aquelles mancebos favoritos de D. João III, quando principe, como o foram D. Luiz da Silveira e mesmo Sá de Miranda. Quando D. Manuel emprehendeu o seu terceiro casamento com D. Leonor, irmã de Carlos V, que o principe D. João pretendia para si, o rei afastou da côrte todos os que não approvaram esse tresloucado consorcio, e em especial os amigos do principe. Em 1521 Sá de Miranda foi viajar pela Italia, e Martim Affonso de Sousa, viajando pela Hespanha, visitou Salamanca, onde se demorou, namorando-se e casando alí com a gentilissima D. Anna Pimentel, filha do regedor de Salamanca e Talavera, D. Aryas Maldonado. Depois do fal-

---

V. S. por quẽ é que veja tudo mt.º bem como de seu servidor e com histo beijo suas mãos a quẽ noso sñor acrecente vi(da) e estado por mt.ºs anos.—servidor de V. S.

ho dotor
p.º nuniz.

(Publicada pela primeira vez por Varnhagen, na *Historia geral do Brazil,* t. I, p. 468.)

N'esta carta refere-se Pedro Nunes ao alvará de lembrança de 21 de outubro de 1557, da mercê de um officio no reino ou na India, para a pessoa que houvesse de casar com uma de suas filhas, e correspondente á categoria da pessoa; ficou sem effeito, porque se trocou pelo officio de contador da camara, como se vê da nota marginal do escrivão da Torre do Tombo, de 22 de abril de 1562. (Ribeiro dos Santos, *ibid.,* p. 254.)

lecimento de D. Manuel, em 1521, Martim Affonso de Sousa continuou em Salamanca á espera que o novo rei e seu antigo amigo o chamasse; o rei demorou-se a fazel-o, com certeza influenciado pelo pessimo caracter do valido D. Antonio de Athayde, aquelle que mais soube captar o monarcha. D. Luiz da Silveira retirou-se para a sua casa da Sortelha; Sá de Miranda foi fruir a commenda das Duas Egrejas para o Minho; e Martim Affonso de Sousa parece ter sido afastado systematicamente da côrte pelas expedições maritimas de 1530 e 1534. Estes factos nos explicam as relações de constante amisade do Doutor Garcia d'Orta com Martim Affonso de Sousa. O novo medico chegara a Portugal em 1526, estabelecendo-se em Castello de Vide;[1] a sua vinda para a côrte seria talvez por influxo de Martim Affonso. É certo porém que elle se dirigiu ao magisterio da Universidade de Lisboa, acceitando a regencia da cadeira de *Philosophia natural* em 1530, por encommenda do Conselho escholar em 5 de novembro.[2] A *encommenda* era uma especie de substituição, que só se tornava effectiva quando a cadeira era declarada vaga e se abria concurso ou opposição; mesmo o candidato votado em concurso exercia o magisterio por encommenda até receber o provimento ou despacho regio. Em 27 de janeiro de 1532

---

[1] Transcrevemos aqui a carta régia que o auctorisava a curar em Portugal:

«D. Joham etc. a quantos esta minha carta virem faço saber comfiando eu nas letras e ciemcia do leterado guarcia d orta morador em castello de vide e no exame que fez o meu fisyquo moor em o quall ho achou auto e soficiemte e ydonyo e soficiemte asy na teorica como na pratica queremdolhe fazer graça e merce comffiamdo nele que sempre o fara asy bem e como compre a servyço de deus e meu e saude do meu povo tenho por bem e lhe dou lugar e licemça que ele posa curar de fisyca por todos meus Regnos e senhoryos. E mamdo as mynhas justiças oficiaes e pesoas a que o conhecymento pertemcer que livremente o leyxen usar de sua cyemcia e aver os proes e percalços omrras e liberdades de que por seu grao exame e cyemcia lhe dereytamente pertence aver. E ele jurara em a mynha chamçaleria aos samtos avamgelhos que asy bem e como deve e com sua ciemcia e asy como compre a servyço de deus e meu e booa saude do povo. E mando que se algum fisyco em meus Regnos e senhoryos sem amostrar mynha carta pasada pelo meu fisiquo moor posto que graduado seja emcorra em pena de trimta dobras comteudas em meu Regimento e sendo Requerido pello lecemceado gracia d orta as mynhas justiças o constrangeram que paguen a dita pena. Dada em almeyrym ao x dia do mes d abrill. El Rei o mandou polo doutor diogo lopes cavaleyro da ordem de christo e fisyco moor em seus Regnos e senhorios Amtonio de faria a fez anno do nacymento de noso senhor jesuu christo de JB^{c}XXVJ.» (*Chancel. de D. João III*, liv. 36, fl. 97; publicada pela primeira vez na *Gazeta de Pharmacia*, de 1867, p. 45.)

[2] *Notas* de Figueirôa ás *Noticias chronologicas;* ap. *Instituto*, t. XIV, p. 281.

foi declarada vaga, além de outras cadeiras, a de *Summulas,* ficando o concurso aberto por vinte dias, e sendo a substituição por tres annos; mas n'esse mesmo conselho se concordou «que a cadeira de *sumas* a lese gracia dorta até Sam Lucas, e isto por *emcommenda*...»[1] As *Summulas* eram o celebre resumo de Pedro Hispano, que se dava ainda nas Escholas de Paris e em Salamanca. Na *Tabula Legentium* da segunda terça do anno lectivo de 1534[2] figura *L.^do^ orta,* e a nota: «aos desaseys dias do mes de março começou a ler ayres de luna a cadeyra d'artes q̃ foy do L.^do^ orta.» Na nota de Figueirôa: «leu até um de março de 1534 por estar de partida para a India.»

O Doutor Garcia d'Orta tinha partido no dia 12 de março; nos *Colloquios* (fl. 177 ỷ) descreve o começo da viagem: «Eu vim de Portugal um anno antes, e trouxe pouca fazenda (como se acontece a muitos), entre a qual trouce cinco quintaes de páo chamado *guaiacão,* o qual ao tempo de agasalhar, não foi bem alojado, e tomaram-me d'elle o que quizeram as pessoas que o queriam tomar; e chegando a esta terra, achei que pereciam muitas pessoas de *talparias,* e de outras chagas de *sarna castelhana,* e a muitas d'ellas não aproveitava o remedio das unturas. E chegando a esta terra, eu fui muito festejado por trazer este páo, porque já se haviam curado com elle algumas pessoas, ás quaes havia succedido bem, e assi esperavam por elle de Portugal, e eu vendi o que trouxe por mil cruzados; etc.» O Doutor Garcia d'Orta ia estudar na India as plantas medicamentosas, que na Europa eram mal conhecidas pelas incompletas descripções dos Arabes. No seculo XVI

---

1 No importante livro do conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo,* vêm estes documentos transcriptos do t. II, fl. 90 e ỷ das *Provisões* de Lisboa, que estão no Archivo da Universidade:

«Aos vimte sete dias do mes de janeiro de mil e quinhentos e trimta e dous annos no estudo de Lix.^a^ na capela do dito estudo pelo Sõr Reitor Lemtes conselheiros deputados foi acordado q̃ as cadeiras de *canones* s. de prima e vespera e sexta fosem postas por vagas e asi de prima de *fisica* e a de *sumulas.* Q em demtro de tres dias se venha quem quizer opoer a ellas e porq̃ asi foi acordado Mandaram os ditos Sõres asi asemtar pera o asinarem. Vagas som.^te^ a sustituiram.»

Depois das assignaturas segue:

«E a cadeira de *sumulas* se opoerá por vimte dias demtro dos quaes se opoeram, e esta sustituiçam he de tres annos.»

E no ỷ da folha: *Fas por gracia dorta.*»

«E loguo no dito dia atraz esprito foy acordado no dito cõselho q̃ a cadeira de *sumas* a lese *gracia dorta* até Sam Lucas e isto per encomenda, por emtam se fará eleiçam da dita catedra por tres annos.»

2 *Ms. dos Conselhos,* t. II, fl. 80 ỷ. Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 46.

a Medicina, que se renovava pelo estudo do methodo de Hippocrates, suggerida por novas investigações anatomicas e por tentativas de explicação physiologica, achou-se embaraçada pelo alto interesse que a Materia medica e a Pharmacologia adquiriram, por effeito da descoberta da America e da India. Muitos medicos distinctos tornaram-se botanicos, como Manardi, Ruellio, e o nosso Doutor Garcia d'Orta. A descoberta das novas Floras da America e India coincidia com o esplendor dos estudos classicos, e os principaes botanicos da antiguidade, como Theophrasto, Dioscorides e Plinio, achavam eruditos commentadores em Theodoro de Gaza, Hermoláo Barbaro, em Nicoláo Leonicenus e André Mathioli;[1] os proprios grammaticos faziam diccionarios de plantas e medicamentos, como Nebrixa e outros. D'esta relação dos estudos botanicos com o do texto dos escriptores classicos nasceu um certo desdem pelos medicos arabes e um enthusiasmo fervente pelos gregos.

O Doutor Garcia d'Orta refere-se muitas vezes a este antagonismo de eschola, e faz justiça aos Arabes, comprovando os factos consignados nos seus escriptos com os dados positivos da sua observação directa. Mesmo a fórma do Dialogo, adoptada nos *Colloquios,* parece intencional, como notou o conde de Ficalho; Ruano é o espirito submisso á auctoridade dos livros e á tradição da eschola, Orta é o livre investigador, que corta a direito contra arabes, ou gregos, quando os factos se lhe apresentam com outro aspecto. Comprehende-se assim o espirito da obra, implicito em trechos como estes: «Não me ponhaes medo com *Dioscorides* nem *Galeno,* porque eu não ey de dizer senão a verdade, e o que sey...» Ao que Ruano replica atemorisado: «Parece-me que destruis a todos os escriptores antigos e modernos, por isso oulhai o que fazeis...» E alludindo á auctoridade das escholas: «Fez isso porque avia medo de dizer cousa contra os Gregos, e não vos maravilheis d'isto, *porque eu estando em Espanha não ousaria de dizer cousa algũa contra Galeno e contra os Gregos.*» Era esta liberdade mental que o Doutor Garcia d'Orta não podia encontrar na Universidade de Lisboa, e ella dá ao seu livro a suprema importancia. Emquanto os seus contemporaneos chatinavam para enriquecer-se, Garcia d'Orta envelheceu estudando e fazendo bem. Camões, escrevendo a celebre Ode ao conde de Redondo, em encomio do sabio, sente-se commovido perante aquelle vulto:

[1] Hoefer, *Histoire de la Botanique*, p. 98.

E vede, carregado
D'annos, letras e longa experiencia,
Um velho, que ensinado
Das gangeticas Musas na sciencia
Podaliria sutil e arte silvestre
Vence o velho Chiron, de Achilles mestre.

Vede que em vosso tempo se mostrou
O fructo d'aquella horta, onde florecem
Prantas novas, que os doutos não conhecem.

Era esta immensa curiosidade de espirito que levava para a India, na armada de Martim Affonso de Sousa, o grande professor da Universidade de Lisboa Garcia d'Orta, em 1534, onde tivera uma cadeira de Philosophia natural, quando veiu dos estudos de Salamanca e Alcalá. A Europa deve-lhe a primeira descripção do *Cholera asiatico,* [1] exposta nos seus *Colloquios dos Simplices e drogas,* publicados em Goa em 1563, e generalisados na Europa na traducção latina de Carolus Clusius, em 1567, tirando-lhes a fórma dialogistica. Na Dedicatoria do Licenciado Dimas Bosque, ao leitor, vêm alguns traços biographicos: «homem que do principio da sua edade até auctorisada velhice, nas letras e faculdade de medicina gastou seu tempo, com tanto trabalho e diligencia, que duvido achar na Europa quem em seu estudo lhe fi-

[1] Tambem descreveu pela primeira vez a palmeira *areca* e o arbusto que produz a noz vomica *(Strychna nux vomica).*—Lê-se no Discurso do professor *Stokvis,* da Faculdade de Medicina de Amsterdam, na inauguração do Congresso internacional dos Medicos das Colonias, em 6 de setembro de 1883: «Rendamos a Cesar o que lhe é devido! Saudemos com reconhecimento a Hespanha e Portugal, como os colonisadores mais antigos, e rendamos sobretudo homenagem a esse nobre portuguez Garcia d'Orta, medico do vice-rei da India, que n'um livro afamado com rasão fez conhecer primeiro que ninguem, no meado do seculo XVI, em 1563, um grande numero de plantas medicas das Indias orientaes, desconhecidas até então na Europa. Mas convém advertir que esse livro, uma das grandes glorias da sciencia portugueza, esse livro, no qual o auctor, primeiro que todos os medicos europeus, nos dá uma descripção tão viva como exacta do *cholera,* não teria jámais despertado a admiração da Europa inteira se não fosse traduzido do portuguez em latim. Foi a Carolus Clusius, um dos primeiros e dos mais sabios professores de botanica em Leyde, que coube a honra de ter feito conhecer este trabalho notavel ao mundo scientifico. Mudou-lhe a fórma, deixando-lhe intacto o fundo; ajuntou-lhe as suas proprias investigações, as suas descripções de plantas e de raizes intertropicaes trazidas á Europa por Francisco Drake e outros, e foi assim que o mundo pôde aproveitar as descobertas do celebre portuguez.» *(Diario de Noticias,* n.º 6:344, 1883.)

zesse vantagem; saindo ensinado nos principios da sua faculdade das insignes Universidades de Alcalá e Salamanca;[1] trabalhando de communicar o bem da sciencia, que nas terras alheias tinha alcançado com sua propria patria, lendo nos Estudos de Lisboa por alguns annos, com muita diligencia, e exercitando-se na cura dos doentes até vir a esta parte da Asia, onde por espaço de trinta annos, curando muita diversidade de gentes, não sómente na companhia dos viso-reis e governadores d'esta oriental India, mas em algumas côrtes de reis mouros e gentios, communicando com medicos e pessoas curiosas, trabalhou de saber e descobrir a verdade das medicinas simples, que n'esta terra nascem, das quaes tantos enganos e fabulas não sómente os antigos mas muitos dos modernos escreveram, e o que elle por tantos annos e por tão diversas partes alcançou, quiz que o curioso leitor n'este breve tratado visse e entendesse; o qual teve começado em lingua latina, e por ser mais familiar a materia de que escrevia, por ser importunado dos seus amigos e familiares, para que o proveito fosse mais communicado, determinou escrevel-o na lingua portugueza a modo de dialogo; e isto causa algumas vezes apartar-se da materia medicinal e tratar de algumas cousas, que esta terra tem dignas de serem sabidas.» D'esta dedicatoria, datada de Goa em 2 de abril de 1563, inferem-se preciosos dados para a vida scientifica de Garcia d'Orta; e poderemos concluir qual a influencia da Universidade de Salamanca, em relação aos estudos da Medicina e da Mathematica, em Portugal.

A importancia dos estudos na Universidade de Salamanca, no seculo XVI, resultou da facilidade com que aquella corporação adheriu ao novo espirito da Renascença, e á tenaz opposição que apresentou contra o estabelecimento da influencia jesuitica. A mocidade portugueza frequentava de preferencia a Universidade de Salamanca, onde ficavam no magisterio os nossos principaes talentos; nas varias reformas da Universidade portugueza por D. João III era aos doutores de Salamanca, ordinariamente, que o monarcha recorria, convidando-os com bons salarios. O esplendor da Universidade de Salamanca synthetisa-se em alguns nomes celebres na época da Renascença; transcrevemos de Vidal y Dias: «entre os infinitos escriptores que a Universidade pro-

---

[1] Garcia d'Orta, referindo-se a Frei Domingos de Baltanas, diz: «Eu conheci esse frade *em Salamanca*...» *(Coll.*, fl. 163.)—«conheci *em Alcalá* a ouvir Medicina um, que se chamava Tordelaguna, o qual havia sido boticario e sabia algum pouco de arabio...» (Ib., fl. 224.) Estas referencias confirmam a noticia dos seus estudos dada pelo licenciado Dimas Bosque.

duziu destacam-se os celebres Arias Montano, que dirigiu a segunda Biblia polyglota, o restaurador da Theologia dogmatica Victoria, o da Jurisprudencia civil e canonica Antonio Agustin, o descobridor das fontes d'onde emanam as verdades eternas Melchior Cano, Pedro Ponce que conseguiu fazer fallar os surdos-mudos, Pedro Monzon que implantou em Hespanha o methodo de ensinar os elementos da Arithmetica e da Geometria antes da Philosophia, seguindo o conselho de Platão, Fernando Nuñes, professor da eschola destinada a traduzir Plinio, escrevendo ácerca d'elle doutas observações, o afamado cego Francisco Salinas, que foi ensinar Musica á Italia e que adquiriu um nome europeu com sete livros que escreveu sobre esta arte divina, o immortal Frei Luiz de Leão, tão perseguido em sua vida, como hoje é venerado, Francisco Sanchez de Brozas, que em sua *Minerva* fez germinar os principios philosophicos da Grammatica geral, e Fernão Perez de Oliva, Pedro Chacon, Zurita, Covarruvias, Salgado, Laguno, Medina, o astronomo João d'Aguilera, o doutor parisiense e cathedratico de Philosophia em Salamanca Affonso de Cordova, e o grande jurisconsulto Bartholomeu de las Casas, e o commentador biblico Aleixo Gomez de Aldearrubia, o orador sagrado Affonso de Orozco, e San Thomaz de Villa-Nova, que antes de ser frade augustiniano foi cathedratico de Philosophia moral, e o medico de Carlos V, Francisco Lopez de Villalobos, e tantos outros, emfim, que honraram a Salamanca n'este seculo tão fecundo em glorias hespanholas...» [1]

---

[1] *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, p. 244. Publicamos em seguida a série dos:

Portuguezes illustres que ensinaram em Salamanca ou que ali se graduaram

Ayres Barbosa, ensinou Rhetorica n'aquella Universidade. Imprimiu em Salamanca differentes obras litterarias (sem data).

Gaspar Alvares da Veiga, natural de Freixo de Espada á Cinta; ensinou Grammatica.

Amato Luzitano (João Rodrigues de Castello Branco), foi Doutor em Medicina por Salamanca.

Francisco Caldas Pereira de Castro, natural de Braga; estudou Direito, vindo depois para a Universidade de Coimbra.

Eduardo Caldeira, seguiu a Faculdade de Direito, sendo discipulo do celebre Diego Covarruvias e de Manuel da Costa.

Rodrigo de Castro, doutorou-se em Philosophia e Medicina, e estabeleceu-se em Hamburgo.

A influencia *scientifica* da Universidade de Salamanca, e em geral de outras Universidades hespanholas, deve-se attribuir á vantagem que nos novos estudos da Renascença offerecia o conhecimento da lingua arabe, em que estavam traduzidas as principaes obras dos mathematicos e medicos gregos. Porém a influencia *philologica* ou propriamente humanista reflecte-se em Portugal por via das Escholas de Paris e de Louvain, e por uma acção mais ou menos immediata de Erasmo, de João Luiz Vives e de Budeus, o grande triumvirato dos humanistas da Renascença. Erasmo não acceitou o convite de D. João III para vir occupar uma cathedra nos novos estudos que ordenava em Coimbra; Vives apresentou-lhe um valiosissimo plano de reformas pedagogicas; e a creação de Budeus, o *Collegio de França,* serviu de typo para a

---

Manuel da Costa, seguiu Direito, sendo lente em Coimbra e depois em Salamanca.

Sebastião Gomes de Figueiredo, ensinou Philosophia na Universidade. Imprimiu varios livros asceticos.

Henrique Jorge Henriques, natural da Guarda; ensinou Artes em Salamanca, e passou a reger a cadeira de Avicena em Coimbra. Era medico do duque d'Alba.

Henrique Fernandes, Doutor em Artes e Medicina; cathedratico de prima de Philosophia natural.

Luiz de Lemos, natural de Fronteira; philosopho e Doutor em Medicina; ensinou Philosophia em Salamanca, na sua mocidade, indo exercer o mister da Medicina para Llerena.

Garcia Lopes, cursou Medicina, e escreveu *De varia rei Medicae lectione,* Anturpia, 1564.

Frei Antonio Ludovico, franciscano e professor de Direito civil e canonico; aos cinquenta annos tornou-se celebre pelos estudos que fez do hebraico.

Pedro Margallo, tendo estudado Artes e Theologia em Paris, obteve a cathedra de Philosophia moral em Salamanca, e fez opposição á cathedra de prima de Theologia com Mestre Frei Francisco de Victoria. Veiu depois para Portugal, chamado por D. João III. Imprimiu em Salamanca, em 1520, um *Physices Compendium.*

Francisco Martins, natural da Beira; durante vinte e dois annos desempenhou em Salamanca a cathedra de Grammatica. Deixou varios escriptos.

Manuel Mendes de Castro, natural de Lisboa; foi lente de prima de Leis em Salamanca, e depois de Direito civil em Coimbra.

Affonso de Miranda, cursou a Faculdade de Medicina em Salamanca, e foi medico da camara de D. Sebastião.

D. Jeronymo Osorio, aos treze annos cursou em Salamanca Letras latinas e gregas, e, depois de ter ali seguido a Faculdade de Direito, foi continuar os seus estudos em Paris.

Pedro de Peramato, Doutor em Medicina, e primeiro medico do duque de Medina Sidonia; escreveu *Opera medicinalia,* 1576.

fundação do novo *Collegio real.* Como o mathematico Fernel, tambem João Luiz Vives falla com eloquencia do facto da descoberta do caminho maritimo da India, na dedicatoria a D. João III do livro *De Disciplinis.* As idéas de Vives sobre questões de pedagogia foram publicadas em 1531, em uma serie de tratados com os titulos *De corruptis Artibus, De tradendis Disciplinis* e *De Artibus;* estes tratados foram a fonte de consulta de todos os reformadores, precedendo gloriosamente os escriptos de Bacon, empenhado tambem na reforma dos methodos scientificos. D. João III acceitou a offerta do eminente philologo, e gratificou-o generosamente, como elle proprio confessa em uma carta a Damião de Goes, de 17 de junho de 1533. [1]

Depois de ter considerado a causa da decadencia dos estudos no

---

Frei Heitor Pinto, cursou Direito em Salamanca, antes de professar na ordem de S. Jeronymo.

André de Resende, discipulo de Nebrixa em Alcalá; em Salamanca estudou Theologia com Barbosa, passando a completar os seus estudos em Paris e Louvain.

Thomaz Rodrigues da Veiga, Doutor em Medicina por Salamanca, onde obteve uma cathedra por opposição, sendo ainda muito moço. Commentou Galeno (1564) e Hippocrates (1586).

Manuel Soares de Ribeira, discipulo de Antonio Gomes na Faculdade de Leis em Salamanca, onde foi cathedratico de vespera de Direito canonico.

Pedro Vaz, medico pela Universidade de Salamanca; escreveu obras de Medicina, 1566.

Ayres Pinhel, lente de Direito da Universidade de Coimbra, e cathedratico de vespera na de Salamanca.

Doutor Garcia d'Orta, depois de ter frequentado os estudos medicos em Salamanca, frequentou tambem a Universidade de Alcalá.

Doutor Pedro Nunes, depois de ter regido uma cadeira de Artes na Universidade de Lisboa, vae a Salamanca frequentar Mathematica.

Luiz Nunes de Santarem, foi frequentar Salamanca depois de graduado em Lisboa. Na reforma da Universidade e mudança para Coimbra, foi convidado para reger a cadeira de Mathematica, de que se lhe passou provisão em 16 de outubro de 1544.

[1] *Ad Damianum Goesium:* «Desejo-vos uma feliz viagem; procurae, por favor, achar meio de offerecer a um rei, que tambem é o meu assim como vosso, por seus beneficios, as minhas humilissimas saudações, e a homenagem da minha dedicação; agradecei-lhe da minha parte o magnifico testemunho da sua magnificencia que eu recebi o anno passado. Esta offerta é para mim tanto mais preciosa, que ella veiu encontrar-me em um momento tal, que não poderia vir mais a proposito.» (Ap. Namèche, *Sur la vie et les écrits de Jean Louis Vives,* p. 32.) Foi n'este regresso de Damião de Goes a Portugal, em 1533, que D. João III o encarregou do convite a Erasmo.

tratado *De causis corruptarum Artium,* Vives, na obra dedicada a D. João III, *De tradendis Disciplinis,* propõe as reformas pedagogicas que entende necessarias á cultura do seculo XVI. É dividido o tratado em cinco livros, que summariaremos para se formar uma idéa do seu intuito. No primeiro livro, attentas as circumstancias que na época da Renascença punham em desconfiança os estudos philologicos, procura conciliar a rasão com a fé. Despreza as vãs curiosidades de espirito, como a *Magia,* e estende esse desprezo até ás obras de pura imaginação, como as *Fabulas milesianas*. A sua intelligencia lucida comprehende a necessidade de uma classificação dos conhecimentos humanos para dirigir por ella a instrucção, e propõe a seguinte hierarchia subjectiva:

Objectos visiveis... { Accessiveis immediatamente aos sentidos. / Accessiveis só á intelligencia ou á sua essencia.
Substancias invisiveis, ou espirituaes.

Assim passa logicamente a determinar a materia e limites do ensino no segundo livro; apresenta observações apreciaveis sobre o logar em que se deve ministrar o ensino, escolha dos methodos e condições especiaes dos mestres. Para Vives é indispensavel que um estabelecimento de instrucção seja situado em uma localidade saudavel, chegando a preferir o campo á cidade, e mesmo que a vida não seja dispendiosa, nem as causas de dissipação se apresentem com frequencia. D. João III, no empenho de mudar a Universidade de Lisboa para Coimbra, *(de Coryntho para Athenas,* como dizem os documentos da época) encontrava na auctoridade de Vives a justificação do seu plano.

Emquanto aos mestres, o grande humanista não se contentava que elles possuissem exclusivamente a sciencia, queria uma qualidade, a que ainda hoje tão pouco se attende, a aptidão para communical-a. É esta aptidão que faz com que a influencia do mestre seja sempre maior que a do livro, aptidão que se perde quando se interrompe o habito profissional, como o notara Comte. Merece consignar-se essa outra observação de Vives, condemnando a avidez de dinheiro da parte dos professores, avidez que ainda hoje se manifesta na exploração dos compendios escholares. Para um tal inconveniente quer que os *professores sejam pagos pelo estado,* evitando que recebam salario ou minervaes dos alumnos, o que é incompativel com a sua independencia. Esta idéa foi realisada no desenvolvimento da Instrucção publica na Europa; as Universidades perderam o caracter de corporações autonomas, e a funcção do ensino tornou-se uma attribuição do estado, com vantagem durante o interregno mental de verdadeiras concepções positivas. Tam-

bem condemnava o philologo, com um natural bom senso e experiencia, os frequentes exercicios publicos ou *actos de ostentação,* propondo ao mesmo tempo que se abolissem os gráos, ou quando muito se conferissem excepcionalmente. E apesar de terem decorrido tres seculos, a preoccupação do *exame* tornou-se o objectivo do ensino, falsificando a sciencia e abrindo as portas ás mediocridades. A vaidade do gráo, que tanto ensoberbece as Universidades, é appetecida pelas Polytechnicas e Escholas especiaes, chegando a vesania individual a pavonear-se com o diploma de *doctor in absentia.* N'estes pontos, Vives foi muito além do seculo corrente. Desejava um pouco a vida em commum entre os professores; era talvez o modo de crear uma corporação, fortificando-se pelo poder espiritual; queria que a nomeação dos lentes não fosse feita pelos estudantes, porque eram incompetentes para conhecer o merito professoral e obedeciam muitas vezes a motivos viciosos. A eleição dos lentes pelos estudantes era a natural consequencia do salario que estes pagavam, constituindo as Universidades como verdadeiras cooperativas de ensino; desde que as Universidades ficaram sob a dictadura monarchica, a nomeação dos lentes e seus salarios tornaram-se um attributo da realeza.

Vives determina o fim categorico do ensino—o aperfeiçoamento do alumno. Ainda hoje este fim moral não se acha bem comprehendido. Lembra tambem a necessidade de formarem conferencias entre os professores para julgarem sobre as capacidades mentaes dos alumnos. Esta deficiencia faz com que ainda hoje os alumnos passem durante um longo curso inteiramente desconhecidos aos seus mestres. Discutindo as fórmas do ensino domestico ou publico, Vives dá toda a preferencia ao ensino publico, pela acção que os condiscipulos se exercem mutuamente. Entra depois em considerações psychologicas ácerca da variedade das aptidões dos alumnos, e n'isto deixa evidente a sua alta capacidade pedagogica, affirmando esse outro principio fundamental, de que a sympathia entre o mestre e os discipulos fecunda o ensino. A falta de comprehensão d'este principio tão saudavel faz com que ainda hoje um grande numero de professores procurem systematicamente tornar-se antipathicos, impondo-se pela severidade brutal contra o ridiculo das alcunhas affrontosas por que são conhecidos. Vives revelava o genio da Renascença em todos os seus aspectos; elle recommenda os bons modelos da antiguidade classica (Demosthenes, Cicero, Homero, Virgilio), mas proclama com mais insistencia que se não deve abandonar a impressão directa da Natureza—«a fonte de todas as artes, o primeiro de todos os modelos.»

O terceiro livro do *De tradendis Disciplinis* não é menos precioso; consagra-o ao ensino das linguas. Começa desde os primeiros sons articulados da infancia. Para elle o Latim impõe-se pela belleza e gravidade como a lingua universal da sciencia, protegendo a erudição dos assaltos da ignorancia, e por ser de mais a mais a lingua mãe dos principaes idiomas europeus. De facto, até ao fim do seculo XVIII o latim foi a linguagem preferida pelos sabios para os seus livros, circumstancia que retardou algum tanto o desenvolvimento do espirito publico. Quanto á lingua grega entende que é necessaria para melhor comprehender o latim. Era uma intuição do methodo comparativo que fundou a nova sciencia da glottologia. Verbera o pedantismo dos grammaticos, e explica como os exemplos são para d'elles se deduzirem as regras, devendo por isso serem tirados de bons auctores. Para a comprehensão dos auctores entende que devem as suas obras ser interpretadas pela sua vida, descrevendo os logares, os climas, os animaes, as plantas a que alludem. No trato dos discipulos ha de o mestre incutir-lhes o habito de redigir em vulgar, de traduzir para latim, quer na fórma de cartas, quer explanando pensamentos, e procedendo ás correcções de modo que não provoquem o desanimo. Assim é naturalmente levado á imposição que superiormente caracterisa o genio da Renascença: que no mestre *a bondade prevaleça sobre a severidade*. Merecem notar-se os livros que Vives aponta para o ensino; para os elementos grammaticaes Erasmo e Despauterio; lamenta a falta de bons diccionarios. Liga uma grande importancia ás noções de historia e de geographia, recommendando para esta Pomponio Mela. Emquanto aos estudos hellenicos, divide-os em dois gráos, recommendando para o primeiro Esopo, Luciano, Isocrates e S. João Chrysostomo; para o segundo, Demosthenes, Platão, Aristoteles, Aristophanes, Euripides, e sobretudo Homero.

Depois do estudo das linguas, Vives passa no quarto livro a tratar das sciencias, das quaes as linguas são um instrumento e como que o vestibulo. Recommenda pois que se passe naturalmente das Linguas para a Logica; condemna as disputas ou argumentações, preferindo o methodo socratico. Propõe para estudo a Dialectica de Aristoteles, o philosopho de todas as edades, mas observa a necessidade de regressar-se á natureza, de examinar a realidade, corrigindo o excesso das especialidades, tendo sempre em vista o uso da vida ordinaria. N'este ponto Vives é um precursor do positivismo. Sómente depois de ter chegado á Metaphysica *(Prima Philosophia)*, para o estudo da qual recommenda a solidão e passeios campestres, trata da Dialectica *(Ar-*

gumentorum inventio), estabelecendo entre ella e a Logica *(Censura veri)* uma cabal distincção. Para o estudo da Rhetorica recommenda exercicios graduados pelos tratados de Aristoteles, Cicero e Quintiliano.

É depois d'estas disciplinas que passa á Mathematica, recommendando cautella com os excessos intellectuaes, e dando por terminada a cultura theorica aos vinte e cinco annos de edade. D'aqui em diante começa a vida pratica, que, segundo Vives, é dividida emquanto ás relações moraes *(De rebus spiritualibus)* e emquanto á conservação dos corpos *(Ars medica)*.

O quinto livro trata de uma parte d'este schema da vida pratica, cultivando a saude da alma pelo *juizo* e pela *experiencia*. A leitura dos bons auctores aperfeiçôa o juizo; e para este fim recommenda a leitura de Platão, Aristoteles, Cicero, Seneca, Quintiliano, Plutarcho, Origenes, S. João Chrysostomo, Santo Ambrosio e Lactancio. Quanto á experiencia reconhece que é grande mestra a Historia, supprindo nós por ella a que pessoalmente nos falta. Aquelle luminoso espirito comprehende que o estudo da Historia deve ser feito por bons resumos, contendo os factos capitaes, de modo que se alcance uma vista de conjuncto. E depois de ter assentado este principio, a que ainda não chegaram os nossos fabricantes de compendios, manifesta a segurança verdadeiramente admiravel do seu criterio, recommendando a leitura de Froissard, de Monstrelet e de Commines, «*dignos de serem conhecidos como muitos historiadores gregos e romanos.*» Vives, que como erudito da Renascença reprovara com desdem os poemas da Edade média, resgata-se, mostrando uma alta comprehensão das fórmas modernas da Historia, nas linguas vulgares creadas n'essa mesma Edade média. Trata da Philosophia moral, pondo a par dos livros sagrados as obras de Platão, Aristoteles, Cicero e Seneca, e recommenda S. Thomaz *(scriptor de Schola omnium sanissimus, ac minime ineptus)* juntamente com Boecio e Petrarcha. Em seguida apresenta noções sobre conhecimentos economicos e politicos, esboçando depois a sciencia legislativa. Reserva-se para n'um futuro estudo expôr os lineamentos da Theosophia e da Theologia. Vê-se, pela época em que escreveu o tratado *De tradendis Disciplinis,* que Vives não podia apresentar um elenco theorico das sciencias, porque apenas se restaurara o primeiro par encyclopedico *(Mathematica* e *Astronomia);* o segundo par *(Physica* e *Chimica)* tinha de absorver a actividade intellectual dos seculos XVII e XVIII; o terceiro par *(Biologia* e *Sociologia)* é a corôa do seculo presente. Vives não podia antecipar-se á marcha da civilisação. O seu tratado termina com as regras que devem dirigir o erudito, para que desconfie de si pro-

prio, ácerca da sua modestia, relações affectivas, uso legitimo da critica, consciencia na revisão, e cumprimento absoluto da maxima recommendada pelo papa Adriano VI: nunca interpretar á má parte as palavras de outro escriptor.[1]

D. João III soube agradecer a Vives a homenagem do seu tratado, como este o confessa na carta a Damião de Goes; é natural que essas doutrinas pedagogicas actuassem nas reformas projectadas pelo monarcha; pelo menos revelaram-lhe a sua urgencia e activaram-as. O proprio Damião de Goes, que viveu na intimidade dos principaes espiritos da Renascença, como Erasmo, Bembo, Sadoleto, Melanchton, Vives e outros muitos, tambem coadjuvara o monarcha para aproveitar o influxo da grande corrente humanista. Pelos documentos ulteriores da reacção jesuitica é que se recompõe esta phase mal conhecida da renovação pedagogica em Portugal.

Na traducção do livro de Cicero chamado *Catão Maior*, ou *Da Velhice*, feita por Damião de Goes, e publicada em 1538 em Veneza, vêm alguns dados curiosos da sua vida. Referindo-se á difficuldade da traducção, allude á sua amisade com Erasmo e aos annos que andou ausente de Portugal: «Nẽ deixarei de recitar o que d'aquelle prudentissimo e gravissimo Erasmo Roterodamo n'este nosso aureo e doctissimo seculo principe de toda doctrina, e eloquencia, sobr'este negocio algũas vezes, juntamente com outras muytas sanctissimas confabulações (per spaço de cinquo mezes que com elle em Friburgo de Brisgoia pousei) entre noos ouvi. Affirmava nã ter achada no estudo cousa mais ardua que tralladar, nem digna de moor louvor fazendo-se ben, nem pelo contrario de moor reprehẽsam.» E justificando a falta de vernaculidade da traducção, accrescenta: «O que ousei cometer confiando levarẽme em conta sua doctrina e moderaçam, todo erro que na policia e ornamẽto de nossa lingoagem portuguesa n'elle cometer. Visto que em dezaseis annos (da força e frol de minha edade) quatro meses soomentes quis minha sorte estar nestes Reinos e corte, lugar da minha honra, e criaçam, o que m'envejando a fortuna logo dahi me rechaçou. A qual longueza de tempo (principalmente misturada com tantas e tam varios generos de linguas e costumes) he assaz suficiente, nã tam soomentes a homem ser barbaro em sua lingua, mas ainda, a de todo a esquecer.»

As relações litterarias de Damião de Goes evidenciam-se pelos

---

[1] O exame das obras de Vives merece lêr-se no estudo de Namèche, *Mémoires couronnés de l'Académie de Belgique*, t. XV, 1840-1842.

nomes dos sabios que estavam com elle em correspondencia; taes são: Paulo Speratus, Vives, Bonifacio Amerbachio, Conrado Gloclenio, Pedro Bembo, Jacobo Sadoleto, Nicoláo Clenardo, Lazaro Bonamico, Christophoro Madruchio, Sigismundo Gelenio, Glareano, Tideman Gisius, Jorge Coelho, João Rodrigues de Sá, Adam Carolus, Joanes Magnus, Beato Rhenano, Jacob Frugger, Guilherme Zenosarus Agrippa, Paulo III, Pedro Nannio, André de Resende, Bernardino Sandrio, Cornelio Grapheo, Guilhelmo Bernato, Jeronymo Cardoso, infante D. Luiz e cardeal D. Henrique.[1] Não citámos o nome de Erasmo, para destacar mais a importancia das suas Cartas dirigidas a Damião de Goes:

11 de janeiro de 1534; dá-lhe noticia da sympathia que despertara em Bembo, a quem o recommendara por carta, á qual Bembo respondera em 11 de novembro de 1533.

5 de março de 1534. (Conservou-se inedita, mas está publicada pelo conego Ram.)

11 de abril de 1534; offerecendo a Damião de Goes a hospitalidade da maneira mais cordial.

3 de julho de 1534; desculpando-se da doença, causa de o não ter recebido, ou esquecido depois da visita em Friburgo.

25 de agosto de 1534; offerecendo-lhe a sua hospitalidade.

21 de maio de 1535; dizendo-lhe que a amisade de Damião de Goes é um allivio á sua doença.

18 de agosto de 1535; falla-lhe dos seus trabalhos litterarios e das luctas religiosas na Inglaterra.

15 de dezembro de 1535; sobre o assumpto anterior.

? Janeiro de 1536; preoccupa-se com o seu fim proximo por causa da doença. A esta carta respondeu Goes, de Padua, em 26 de janeiro de 1536, communicando-lhe o pezar pelos seus soffrimentos, partindo em seguida para Basilêa, para onde Erasmo se transportara de Friburgo, a fim de acompanhal-o na angustiosa doença. Existe uma carta attribuida a Damião de Goes, descrevendo os ultimos momentos de Erasmo.[2]

Lê-se no Processo de Damião de Goes, no Santo Officio: «Depois que vim a Portugal, no anno de 1533, chamado para o officio de thezoureiro da Casa da India, El Rei que santa gloria haja, e os Infantes seus irmãos, e outros senhores do reino, me perguntaram com muito

[1] O sr. J. de Vasconcellos tem preparada uma edição de todas as Cartas latinas dirigidas a Damião de Goes, de que traz o elenco na *Goesiana*, p. 21 a 24.

[2] *Bulletin de l'Académie de Bruxelles*, t. IX, p. 462.

gosto, e mui particularmente pelo discurso de minhas peregrinações, fallando-me em Luthero, e nas cousas de Allemanha, Reis, e principes d'ella, e por El Rei que santa gloria haja saber que vira eu já Erasmo Rotherodamo e que eramos amigos, me perguntou por algũas vezes se o poderia eu fazer vir a este Regno pera se d'elle servir em Coimbra, onde já tinha ordenado de fazer os estudos que fez, ao que lhe respondi o que me d'isso parecia: etc.»

As relações pessoaes de Damião de Goes com Erasmo datavam de 1532, quando depois de deixar a Feitoria de Flandres, fôra estudar para a Universidade de Louvain; depois de estar alli oito a nove mezes adoeceu dos olhos, e por conselho dos medicos partiu para Friburgo: «onde estava Erasmo de assento, e lhe deu uma carta do seu hospede de Louvaina que se chamava Rupeiros Reecius, e o dito Erasmo o convidou pera jantar, como de feito elle confessante foi jantar com elle e praticaram cousas de humanidade...» Damião de Goes voltara para Louvain «a estudar, e estudou latinidade, e não ouviu nenhuma outra faculdade.» D. João III chamara-o d'alli a Lisboa, para o despachar thezoureiro da Casa da India: «e para isso o mandara chamar a Lovaina: e elle se escusou disso o melhor que pode, e por S. A. o não haver por escuso foi se espedir delle, e lhe pedio licença para ir a São Thiago: e elle lh'a deu e de lá escreveu uma carta, que se ia estudar, e se foi ter onde estava Erasmo que foi no anno de trinta e quatro: e ali esteve e pousou com elle por espaço de quatro mezes pouco mais ou menos, e depois foi a Frandes a negociar suas cousas, e se tornou a casa do dito Erasmo onde pousou o tempo que tem dito: etc.— e se partio de casa de Erasmo para a Italia acabar seu estudo onde residiu seis annos...» Em 1533, quando Damião de Goes se dirigiu para Padua para frequentar os estudos, Erasmo recommendou-o calorosamente a Pietro Bembo, secretario de Leão X, a quem Paulo III fizera cardeal.

Em carta de 11 de novembro de 1533, Bembo respondeu a Erasmo fazendo o mais rasgado elogio de Damião de Goes. Em carta de 11 de janeiro de 1534 Erasmo deu conta a Damião de Goes da sympathia que elle soubera inspirar a Bembo. Na collecção das cartas de Erasmo existem *outo* dirigidas por elle a Damião de Goes; e uma d'este para o eximio philologo. No Processo citam-se outras relações: «Declarei que estando em Padua estudando nos annos de mil quinhentos e trinta e quatro, até ao anno de mil quinhentos e trinta e oito, me escreveu o Cardeal Jacob de Sadoleto, Bispo de Çarpentras, uma carta, mandando-me outra pera Phelippe Melanchthon, á tenção que pode-

riamos trazer este homem ao suave jugo da Igreja romana: a qual carta com outra minha lhe eu mandei por via de mercadores allemães, residentes em Veneza.» «estando em Padua, o Cardeal Jacobo Sadoleto escreveu a elle confessante uma carta em que lhe rogava que mandasse outra que com ella lhe mandou a Filippe Malanchthon: e isto por cousa de lhe dizer um gentilhomem bohemio que se chamava Petrus Behimos que foi seu companheiro no estudo que elle confessante andara por toda a Allemanha, e que estivera em Witemberg onde fallara com Martin Luthero e Filippe Malanchthon: e por isso lhe mandava esta carta que lhe mandasse como de feito lh'a mandou por o dito cardeal lhe escrever que a dita carta era para o trazer á fé. E tãobem elle confessante lhe escreveo ao dito Felipe Malanchthon uma carta com a do dito Cardeal em que lhe rogava que quisesse seguir o conselho do dito Cardeal, da qual não houve resposta.»

Em outro logar da sua allegação, Damião de Goes torna a referir as suas peregrinações: «Depois de eu vir a este Regno no anno de mil quinhentos e trinta e tres, [1] como já tenho dito, por El Rei que

---

[1] Foi na occasião d'esta viagem a Portugal que Erasmo lhe escreveu a seguinte carta:

«*Ao clarissimo varão Damião de Goes, Luzitano, Thezoureiro da Fazenda real, no reino da Luzitania.*

S. P.—Estimo que te chegasse ás mãos a minha Carta, preclarissimo Damião, e pela tua e a d'aquell'outro que por teu mandado me escreveu, estimo que tivesses encargos palacianos a que pretendia responder mas de que até aqui não me chegaram novas; e no entretanto a gota de tal sorte me prendeu a dextra, que nem sequer um jota eu posso traçar. E a tua carta era do genero d'aquellas a que não se responde facilmente. Não julguei, porém, dever apressar-me em escrever, receando que a minha carta te podesse melindrar. Aliás escreverei brevemente, assim que a dextra m'o permittir. Muito desejo saber onde pára e o que faz o nosso *Resende*, o homem mais candido que tenho conhecido, da parte do qual eu nada mereço, nem me parece que jámais possa merecer. Li a poesia, que descreve as pomposas festas que se fizeram em Bruxellas pelo nascimento do filho do rei, na qual elle pinta de tal sorte e põe tudo diante dos olhos, que muito mais vejo pelo poema, do que se estivesse presente. Reli a carta que elle escreveu de Ratisbona, á qual não respondi então porque faria uma fabula motoria. Se souber onde elle pára, escrever-lhe-ei copiosamente. *

Grapheu ainda se queixa de má saude e para o consolar mandei-lhe cinquenta florins do meu bolsinho. É varão digno de melhor fortuna e melhor saude.

Esteve hoje commigo Bonifacio Amerbachio, mas já muito atrambolhado

* Ha uma carta de Erasmo a André de Resende, datada de 17 de julho de 1531. (*Opera Erasmi*, t. III, p. 1406.)

santa gloria haja não me querer escusar do officio de Thesoureiro da Casa da India, de que a Rainha nossa senhora e o Cardeal são boas testemunhas, eu me fui desta cidade de Lisboa em romaria a Santiago de Galliza, donde escrevi uma carta ao dito senhor, que sua Alteza tomou bem, e com ferventissimo desejo dos estudos me fui caminho de Allemanha, onde fui hospedado de Erasmo Rotherodamo quatro ou cinco mezes, o qual entam morava na Universidade de Friburgo de brisgosa, universidade e cidade catholica do senhorio da casa d'Austria: e dahi me fui aos estudos de Padua, do senhorio de Veneza, onde residi quatro ou cinco annos: e dahi me tornei a Frandes, [1] onde com licença d'El Rei que santa gloria haja, me casei no condado de Hollanda: o qual senhor, no anno de mil quinhentos e quarenta e cinco, e assi a rainha Nossa senhora, me mandaram chamar per suas cartas, escrevendo me viesse logo a este regno com minha mulher, casa e filhos, por que era pera de mim se servirem: o que logo fiz com muita diligencia, vindo eu pela pósta, e minha mulher por jornadas, e minha casa e filhos per mar, no que despendi mais de mil e quinhentos cruzados: etc.»

Pediu-me que te saudasse em seu nome com a maior sympathia e amizade. É tambem teu em espirito Henrique Glareano, que não sei se te escreverá, porque está occupadissimo com as Musas.

Passa bem. Friburgo Brisg. 5 de março de 1534.

A respeito das pylepias, que desejavas, faltou-me um typographo; a não ser isto porém fiz o que pude. Tratei de traduzir a carta ao bispo em allemão, e accrescentei-a ao opusculo traduzido em allemão que relatava a obediencia do rei dos Ethyopes prestada ao pontifice.

Tornou-me a apparecer a gota, de sorte que só a custo posso assignar.

Erasm. Rot. *mea manu.*»

(Esta carta inedita de Erasmo, foi pela primeira vez publicada pelo conego Ram, em um estudo *Sur les rapports d'Erasme avec Damien de Goes*, nos Bulletins de l'Académie de Bruxelles, t. IX, P. 2 (1842) p. 431 e 436.

[1] «Em 1542 quando Longueval e Van Rossem, o primeiro general francez, e o segundo, chefe do exercito do duque de Gueldre, se apresontaram diante de Louvain para pôr-lhe cêrco, os professores foram adjuntos ao magistrado para tratarem da defeza da cidade, e chamaram-se os estudantes para pegarem em armas dando-lhes por chefe *academica auctoritate,* um mancebo *cavalleiro* portuguez chamado Damião Goes, permittindo-lhe escolher um ajudante que foi o frisão Severin Feiten. Esta pequena guerra foi celebrada em verso por Livinus Torrentius, que veiu a ser bispo d'Angers.» (Reiffenberg, *Sur les deux prémiers Siècles de l'Université de Louvain,* Mem. de l'Academ. de Brux., t. VII, p. 21). «O proprio Damião de Goes escreveu uma descripção d'este cêrco, *Urbis Lovaniensis obsidio,* que foi publicada em Lisboa em 1546.»

O serviço para o qual Damião de Goes fôra instantemente chamado por D. João III (1543 a 1545) era para lhe confiar a educação do principe D. João, criança intelligentissima, tão prematuramente morta. O jesuita padre Simão Rodrigues, que implantara a Companhia de Jesus em Portugal, tratou de contrariar este empenho do rei, apresentando-se a 5 de setembro de 1545, na casa do despacho da Inquisição de Evora, a accusar Damião de Goes como herege, por isso que o conhecera em Padua pelo anno de 1536. A accusação produziu o seu effeito; Damião de Goes escapou então ás garras dos inquisidores, por ter sido chamado expressamente a Portugal pelo rei, para uma missão de seu serviço, mas não lhe foi confiada a educação do principe D. João, como o machinara o padre Simão Rodrigues, que aspirava a esse encargo. Damião de Goes, victima já na velhice de uma accusação secreta, pendente sobre a sua cabeça durante vinte e sete annos, conheceu com toda a lucidez d'onde lhe provinha o malvado e perfido ataque: «o dito Mestre Simão, chegando eu á cidade de Evora meado do mez de Agosto do anno de mil quinhentos e quarenta e cinco, logo no de Setembro do mesmo anno testemunhou, a qual pressa como se claramente vê foi para me estorvar o bem para que eu fora chamado por cartas de El Rei, que santa gloria haja, e da Rainha Nossa Senhora, para ser mestre e guarda roupa do Principe D. João, que santa gloria haja (+ 1554) pai del Rei Nosso Senhor (D. Sebasstião), como foi publica voz e fama, do qual senhor Principe elle era mestre de doutrina e pretendia, segundo se pode suspeitar, o ficar tambem por seu mestre das lettras, o que não alcançou, e o que se me estorvou a mim se deu a Antonio Pinheiro, Bispo que agora é de Miranda, pelo que a seu testemunho se não deve dar fé.»

Entre os mais distinctos alumnos do afamado *Collegio de Santa Barbara* figura Antonio Pinheiro, portuense, de uma familia humilde, admittido por influencia do Doutor Diogo de Gouvêa na lista dos *Estudantes de El-rei*. Depois de graduado mestre em Artes, entrou logo no ensino das Humanidades no mesmo *Collegio de Santa Barbara,* publicando em 1538, no fim do seu curso, uma interpretação completa do terceiro livro das *Instituições oratorias* de Quintiliano, a primeira que então appareceu na Europa, como observa Quicherat.[1] A regencia de Antonio Pinheiro fôra sob o principalado de Diogo de Gouvêa,

---

[1] *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 138. Este auctor chama-lhe *Pin,* da fórma latina *Pinus;* e equivoca-se, dizendo que veiu ser mestre de D. Sebastião.

o moço: «O ensino de Antonio Pinheiro é d'este tempo. Os nomes de Laberius e de Turnébo formam com o d'este portuguez uma trindade que bastará para a gloria da administração sob a qual regentaram.»[1] Antonio Pinheiro abandonou o magisterio para seguir o curso de Theologia; succedeu-lhe na cadeira de Rhetorica o immortal erudito Turnébo, que attrahiu as attenções dos criticos para os textos dos escriptores classicos; Pedro Ramus, combatendo-o sob o pseudonymo de Omer Talon, não se esquece de amesquinhal-o, pondo-o em confronto com o vulto de Antonio Pinheiro: «Lembra-te qual foi o teu ensino em *Santa Barbara,* quando eu encetava a classe de primeira em Dormans. Tu succedias a mestres consummados na arte de instruir a mocidade, a um Jacob Strebeu, a um Antonio Pinheiro.»[2] É natural que o curso de Theologia frequentado por Antonio Pinheiro fosse terminado por 1543; a sua grande reputação nas escholas de Paris é que influiu para ser chamado para mestre do principe D. João. Porventura o proprio Simão Rodrigues, que fôra condiscipulo de Antonio Pinheiro em *Santa Barbara,* sob o principalado do Doutor Diogo de Gouvêa, *o velho,* como não podia obter para si o cargo de pedagogo, apresentou-o em substituição de Damião de Goes, oppondo a orthodoxia das escholas de Paris ao racionalismo das da Allemanha e mesmo da Italia.

Emquanto Damião de Goes era desconsiderado em Portugal pela influencia da reacção jesuitica, publicava-se em Louvain, em 1544, uma obra inedita de Erasmo, o *Compendio de Rhetorica,* escripto e dedicado a Damião de Goes.[3] A necessidade de definir a corrente humanista da Renascença, que actuou nas reformas pedagogicas de D. João III, fez-nos antecipar o quadro tenebroso da reacção do scholasticismo, de que os Jesuitas se tornaram os restauradores. Esse quadro é de si vasto, e tanto melhor será comprehendido, quanto mais profundamente se conhecer a influencia das doutrinas e dos methodos da Renascença em Portugal.

As grandes reformas emprehendidas nas Escholas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pelo Prior geral Frei Braz de Barros, em 1528, e a enorme concorrencia da mocidade aristocratica para esses estudos brilhantemente regidos por professores recem-chegados de Paris,

---

[1] Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe*, t. I, p. 243.

[2] Idem, *ibid.*, p. 246; traduzido do texto da *Admonitio Talaei,* de Pedro Ramus.

[3] Des. Eras. Roterod. *Compendium Rhetorices,* ad Damianum a Goes, equitem Lusitanum. Lovanii, 1544. Tambem em 1535 Gelenius dedicara a Damião de Goes as suas *Castigationes Plinii.*

seriam porventura o movel immediato do regresso da Universidade para Coimbra, ao fim de dois seculos. Pelos menos, o rei seguiu com interesse esse fóco de cultura que se abria em Santa Cruz de Coimbra, e coadjuvou-o opulentamente, mandando construir junto ao mosteiro mais dois *Collegios*. Ao passo que os estudos progrediam em Coimbra, na Universidade de Lisboa davam-se terriveis quebras de disciplina, como se vê pela devassa de 1532 sobre as irregularidades praticadas no provimento das cadeiras. O estudo do grego floresceu em Coimbra, nas Escholas do mosteiro de Santa Cruz, antes da mudança da Universidade. Escreve Ribeiro dos Santos; «Os dois portuguezes Pedro Henriques e Gonçalo Alvares, que em 1528 vieram de Paris para ensinar o grego, e Vicente Fabricio... tanto progresso se havia feito n'estes estudos, que já quando Clenardo ali chegou se espantou do seu adiantamento, parecendo-lhe aquella cidade outra Athenas.» E alludindo ao desenvolvimento da typographia grega, accrescenta: «já em 1534 se achava com assento e domicilio no real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, então luzida eschola de litteratura portugueza; e foi esta a primeira de caracteres gregos quanto parece, que se estabeleceu em Portugal. Contribuiu muito para ella o doutissimo Vicente Fabricio, que ali primeiro ensinou o grego;... Em verdade tão adiantada a achou Clenardo, que escrevia e aconselhava a seu amigo Vaseo, que se queria ter provimento de Livros gregos, se houvesse com Vicente Fabricio, que d'aquella Officina lhes poderia mandar commodamente, e com isso se animariam os Conegos Regulares a imprimir n'ella muitas obras. D'esta officina sahiu entre outras, em 1534 a edição de Boecio *De Divisionibus et Definitionibus,* em 4.º em que já vem alguns logares de caracteres gregos perfeitamente trabalhados, que mostram bem, quanto floreciam aquelles prélos.» [1] Foi tambem no Mosteiro de Santa Cruz que se imprimiu a primeira *Grammatica latina,* pelo cruzio D. Maximo de Sousa. D'elle escreve o chronista dos Regrantes: «Foi o melhor Grammatico do seu tempo, foi grande Filosofo e mui consummado Theologo. Por occasião de ensinar grammatica a alguns principes e senhores d'este reino, que se criavam com o nosso habito no mosteiro de Santa Cruz, compoz a primeira *Arte de Latim,* e Grammatica, que se imprimiu n'este reino por ordem del rei Dom João no mesmo mosteiro no anno de 1535, e por ella se ensinou Latim e Grammatica nas escholas menores de Coimbra muitos annos; e ainda depois

[1] *Memorias de Litteratura portugueza,* t. VIII, p. 79.

que se deram estas Escholas menores aos Padres da Companhia, pelos annos de 1555, ensinavam Grammatica pela Arte do P. D. Maximo, até que o P. Manuel Alves compoz a Arte por onde agora ensinam.» [1] O pensamento da mudança da Universidade para Coimbra impunha-se como uma necessidade, e desde 1532 que apparece já nos documentos officiaes, ou nos despachos de lentes, a clausula: *emquanto o Estudo não mudar*. As intenções que esta clausula revela não passaram desapercebidas para a Universidade de Lisboa, e o plano de uma trasladação dos estudos teve seu ecco nos principaes centros pedagogicos do paiz; a Camara de Coimbra, como veremos, enviou uma petição, em 1533, para que a Universidade se estabelecesse alli, ao que foi respondido que o rei ainda não tinha resolução definitiva. Tambem no processo que a Inquisição de Lisboa promoveu contra o grande chronista Damião de Goes, se lê, que D. João III, chamando-o a Portugal em 1533, lhe perguntara se poderia attrahir Erasmo para Coimbra «*onde já tinha ordenado de fazer os Estudos que fez.*»

Sabendo a vereação de Coimbra, que D. João III pensava em remover a Universidade de Lisboa, representou-lhe para que vindo essa mudança a effectuar-se fosse preferida Coimbra, onde por mais de uma vez tivera séde. É crivel, mesmo que D. João III provocasse esta representação, para assim se libertar das exigencias de Evora, que aspirava a ter um Estudo Geral. Em carta de 9 de junho de 1533, D. João III mandou participar á Camara de Coimbra, que tomava em lembrança o que lhe era pedido. Este documento, exarado quatro annos antes de se effeituar a trasladação da Universidade para Coimbra, vem completar os elementos do plano da grande reforma pedagogica de 1537. [2] Coimbra vendo applicar os rendimentos do Priorado mór de Santa Cruz para as despezas da Universidade, alentava a esperança

---

[1] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes*, Liv. x, p. 326.

[2] Eis a Carta regia de 9 de junho de 1533 em resposta ao pedido da Camara de Coimbra: «Juiz, vereadores, procuradores dos povos da minha cidade de Coimbra. Eu el rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes, em que me daes conta, que os primeiros reis que foram d'este reino, que por muitos serviços que da dita Cidade receberam, entre os muitos privilegios e honras que a dotaram, houveram por bem, que o *Tombo do Reino* e *Estudos Geraes* estivessem em ella, e que pelos reis passados meus antecessores foram mudados para minha cidade de Lisboa; e que ora por terdes informação, que os mandava mudar para outra parte, me pedis, que não havendo de estar em Lisboa, e fazendo d'elles alguma mudança, fosse para essa cidade, onde primeiro estiveram. Eu vi bem vossa carta, e as razões que para isso daes, e vos agradeço a lembrança que me d'isso fazeis; e porém

de que esse facto era um indicio, além da reforma das Escholas de Santa Cruz, de que tornaria a receber o seu antigo Estudo Geral. Por seu turno a Universidade em 1534 fez tambem uma calorosa representação contra tal plano. Nas Cortes de Evora, de 1535, foi lembrado que a Universidade deveria ser trasladada para Evora. [1] A mudança veiu a effectuar-se por fins de março de 1537.

Nos seus ultimos annos, a Universidade de Lisboa tinha perdido lentes eminentissimos, [2] como Frei Balthazar Limpo, que regeu a cadeira de *prima* de Theologia até 1530, e o Dr. Garcia d'Orta que em 1534 embarcara para a India, na companhia de Martim Affonso de Sousa, attrahido pela novidade dos phenomenos das regiões orientaes.

A actividade de Frei Braz de Barros, doutor pela Universidade de Louvain, correspondia ao empenho de D. João III na reforma dos Estudos; os Collegios de Santa Cruz de Coimbra tornaram-se o nucleo para as reformas fundamentaes, preparando assim o plano da trasladação da Universidade. Em uma carta de 8 de novembro de 1535, escrevia D. João III perguntando a Frei Braz de Barros o estado da reforma da Faculdade de Artes, e dos lentes francezes chamados para os Collegios de Santa Cruz. Transcrevemos o trecho principal d'essa carta:

«E quãto ao trabalho que dizes que levastes em asẽtar co doutor *Prado* em a regra das Artes e os francezes que vierã de paris eu creo, que seria asy e folgarey que me screvaees quantos lentes sam, e de que faculdades. E asy quãtos escolares e estudantes já ouvem em cada ciencia ou arte.» [3]

---

até ao presente eu não tenho n'isso assentado cousa alguma; e havendo-se alguma cousa de fazer, eu terei lembrança do que me enviaes dizer.

«E quanto ao que dizeis que essa cidade recebe pena, por os juizes de fóra o mais do tempo não estarem em ella, por serem muito occupados em diligencias, que por meu mandado vão fazer fóra d'ella, e me pedis os não occupe nas ditas diligencias, d'isso se terá tambem lembrança, e o mais que se puder escusar se fará; e ahi está agora o corregedor, que, quando o dito juiz fôr fóra, vos fará justiça. Escripta em Evora a 9 de junho—Fernando da Costa a fez, de 1533. Rei.» (Ap. Martins de Carvalho, no tomo IX, p. 32, da *Hist. dos Estabelecimentos scientificos*, de Silvestre Ribeiro.)

[1] *Portugal pittoresco*, t. I, p. 125.

[2] Villar Maior, *Noticia succinta da Universidade de Coimbra*, p. 48.

[3] Ap. Ayres de Campos, *Instituto* de Coimbra, março de 1889—n.º 9, p. 584. Estes documentos foram extrahidos de um volume manuscripto, de 225 folhas, que pertenceu ao Mosteiro de Santa Cruz, cujo titulo era: *Cartas de reis e infantes sobre varios assumptos tocantes ao mosteiro de Santa Cruz, á Universidade, e a alguns Collegios, desde 1518 a 1571.*»

Em outra carta datada de Evora de 11 de março de 1536, escreve D. João III a Frei Braz de Barros activando a reorganisação da Faculdade de Artes nos Collegios de Santa Cruz, para proceder á extincção d'essa Faculdade em Lisboa, e chamar os *bolseiros* (Estudantes de el-rei) que estão em Paris. O conteudo d'essa carta é de um grande interesse historico:

«Padre frei Bras eu El Rei vos envio muito saudar. Vos avieis de poer no ffim de Setembro deste ano hum mestre que lea as *sumulas* por entam ffazer hum ano que agora le o curso de *logica,* e dahi a hum ano outro mestre que lea *filosoffia* que sam os tres cursos das artes. E posto que atee ho dito tempo nam seja necesario ordenar os ditos mestres por atee entam os conigos nam terem necesidade deles, folgaria ordenardes de os poer logo e mandardelos buscar que sejam pessoas pera isso sofficientes. asy como fizestes aos que agora temdes. por que queria que as *artes* se nam leam mais em Lixboa e mandar que os meus bolseiros de Paris se venham os que ainda ouvem as ditas artes e nam pasarã haa theologia o que nã seria rezam mandalos revogar nam tendo asi os estudantes que as ouvem em Lixboa como os de Paris outro estudo honde as possam ouvir nestes reinos e perderiam ho trabalho que tem nisso levado pollo qual vos agradeçerey fazerdelo logo. E como o teverdes feito escrevedemo pera logo mandar revogar os de Lisboa e mandar vyr os de Paris. E isto de revogar de Lixboa folgarey que tenhaes em segredo porque nã queria que se soubesse ante de os eu mandar revogar, encommendovos muito que o façaes asy. Anrique da Mota a fez em Evora, aos xj dias de março de 1536, Rey. Pera frei Bras de Braga.»

A preoccupação da mudança dos Estudos de Lisboa chegava até a interessar as localidades, que se offereciam para séde da Universidade, como Evora e o Porto: «nas cortes que fez D. João III em Torres Novas em 1525, nas de Evora do anno de 1535, que se publicaram com as respostas que a ellas deu, e nas que fez, em 29 de novembro de 1538, no cap. 159 requeriam os procuradores d'ellas que mandasse acabar os Estudos *d'Evora que são começados, e que ahi se ordenem lentes e que as duas prebendas da Sé que são ordenadas para um Theologo e para um Canonista, que rendem dozentos mil réis cada uma, e as obras da Sé que não são appropriadas para cousa alguma senão para as ditas obras e rendem novecentos mil réis cada anno se apriquem aos ditos Estudos, e sera azo que hajam mais letrados em seu reino e que não se leve o dinheiro para fóra do reino que os estudantes la gastam: a que El Rei respondeu: Agradeço-vos a lembrança.»*

«Porem ao capitulo 172, que contém o seguinte: *Item:* pedem a V. A. que mande aprender de Physica quarenta ou cincoenta christãos velhos que para isso tenham habilidade, porque esta sciencia não anda agora senão em christãos novos, dando V. A. esperança na dita ordenação de os honrar e lhes fazer mercê, porquanto d'isto se seguirão muitos proveitos e muito repouso a seus Reinos e senhorios. Deu elrei esta resposta: *Eu ordeno em Coimbra uns Estudos em que se lerá Medicina, e poderão aprender os que quizerem.*» [1]

Por 1535, cursando Theologia na Universidade de Paris, o conego cruzio D. Damião foi encarregado por D. João III de contractar alguns lentes para a Universidade que ia mudar para Coimbra; em carta de 3 de outubro d'esse anno escrevia D. Damião ao seu Prior geral: «por quanto tenho escrito largamente a El Rey nosso senhor e a vossa Paternidade, pollos Regentes que d'esta Universidade de Pariz vão pera ler n'essa nova de Coimbra, pela ordem que tive del Rey nosso Senhor pera os mandar. Já agora lá serão, e começará a florecer essa Universidade, que espero seja resplandor do Reyno e lume da religião christã. Não se agaste vossa Paternidade se dei grande Partido aos Mestres, porque d'outra maneira não foi possivel movellos a irem; mas como a Universidade for povoada se acharão outros muitos, e por menos estipendio; que quanto Mestres de Artes se forem necessarios, logo os mandarei e contentarei por ametade de quinhentos cruzados, que dei aos que lá vão; porque Mestres em Artes achão-se cá ás duzias, e todos pela mayor parte doutos e idoneos pera ensinarem. Avize-me Vossa Paternidade se se contenta d'esses Mestres e de suas letras, e diligencia em ensinar e bons costumes. etc.» Por esta carta tambem se sabe que D. João III nomeara o conego D. Damião para a regencia de uma cadeira de Theologia: «Os duzentos cruzados que Vossa Paternidade me mandou pera livros lhe tenho muito em caridade e assi a Cadeira de Theologia que me tem alcançado delrey nosso Senhor pera eu lêr n'essa Universidade; porque tanto que tiver embarcação logo me heide partir a tomar posse d'ella.» [2]

O cardeal infante tambem se lisongeava que a Universidade fosse transferida para o seu arcebispado de Braga ou pelo menos para o Porto; elle tambem fundara um Collegio em Braga, ao qual dava a dotação e o desenvolvimento de um Estudo geral. Escreve Cenaculo: «O Arce-

---

[1] Ap. *Instituto,* de Coimbra, t. XIV, p. 278.—(1871.)

[2] Ap. D. Nicoláo de Santa Maria, *Chron. dos Regrantes,* liv. VII, p. 61.

bispo de Braga inclinava (a mudança da Universidade) para a sua Augusta ou para a Cidade do Porto. Os Lentes de Lisboa interpozeram recurso, mas inutil, dizendo a El rei D. João III: *Que muito proveito será a seus Reinos o haver hi duas Universidades pois em outros Reinos ha muitas mais.* Foi escripta a carta a 14 de dezembro de 1536 assignada entre outros pelos Doutores Pedro Nunes e Gonçalo Vaz...»[1] O infante D. Henrique, arcebispo de Braga, fundou ali um Collegio, que era regido por João Vasêo, natural de Bruges, tendo vindo de Salamanca;[2] Nicoláo Clenardo, que escreveu para esse Collegio umas *Institutiones Grammaticae latinae* (Braga, 1538), dá noticia d'esta eschola, escrevendo para Louvain, a Francisco Hoverio, em data de 27 de fevereiro de 1538, e a Jacomus Latomus, de Granada, em 12 de julho de 1539. Foi n'este anno que o arcebispo infante uniu ao Collegio as rendas das egrejas de Santa Maria de Negrellos, S. Julião de Val-Paçós e Santa Maria do Vimieiro, augmentando o edificio, para n'elle haver estudos gratuitos. Em provisão d'este mesmo anno manda unir aos rendimentos do Collegio seiscentos ducados das egrejas que fossem vagando, e provê-o de Mestres de Grammatica, Poetica, Rhetorica, Philosophia, Canones e Theologia. O arcebispo infante, não podendo alcançar a trasladação da Universidade para o Porto, tratou de approximar o seu Collegio do typo de um Estudo geral.[3]

Nas biographias das principaes individualidades portuguezas resume-se em breves traços, muitas vezes, o quadro do ensino em uma época, ou a fórma como os conhecimentos se adquiriam. Exemplifiquemos: D. Alvaro Paes, o auctor do livro *De planctu Ecclesiae,* apre-

---

[1] *Cuidados Litterarios,* p. 243.—Este Doutor Pedro Nunes não deve ser confundido com o mathematico; era o desembargador e chanceller do rei, o ultimo Reitor da Universidade até á sua trasladação para Coimbra.

[2] Differentes cartas de Clenardo a João Vasêo trazem importantes noticias sobre as reformas que precederam a trasladação da Universidade; em uma carta falla-lhe de Mestre Fabricio, allemão, que ensinava grego nas Escholas de Santa Cruz, e allude a uma carta que este lhe escreveu logo que soubera da sua chegada a Portugal; em outra carta, de 1537, diz que fôra visitar a Universidade a Coimbra, mas, como eram ferias, não pôde vêr funccionar as Escholas; apenas viu ali como ensinava grego Mestre Vicente Fabricio; em outra carta refere-se á typographia do mosteiro de Santa Cruz, recommendando-lhe que, se quizesse livros gregos, os pedisse a Vicente Fabricio, porque no mosteiro se imprimiam admiravelmente.

[3] João Vasêo tambem imprimiu em Braga, em 1538, a sua *Collectanea Rhetorices,* dedicada ao cardeal infante.

senta nos seus estudos, no seculo XIV, a situação das duas Universidades que dirigiram a pedagogia europêa: «Elle, posto que portuguez, passou na sua mocidade a *estudar Direito na Universidade de Bolonha;* tomou o habito seraphico e professou em Assis, e, ainda que voltando a Lisboa, residiu algum tempo no seu convento da mesma cidade, ainda voltou a frequentar *as aulas de Theologia em Paris*.» [1]

O filho do chronista Ruy de Pina, o celebre Fernão de Pina, que fez a reforma dos Foraes, por meio da qual se extinguiu a autonomia local dos concelhos, substituindo-se ás garantias populares a vontade do rei na *Ordenação Manuelina*, completou a sua educação fóra de Portugal, no fim do seculo XV. João Pedro Ribeiro falla da sua cultura humanista: «Instruido fóra do reino nas linguas latina e grega, tendo mesmo no reinado de D. João II viajado a Inglaterra como secretario de uma embaixada, não lhe podiam ser extranhas as obras de Plutarcho, nem mesmo as Epistolas de Cicero, já vulgares pelo prelo.» [2]

A reforma da Universidade de Lisboa, por D. Manuel, decretada nos Estatutos ou Ordenanças de 1504, veiu a realisar-se por uma influencia não official e externa a esse corpo docente, pelo desenvolvimento dos estudos humanistas em Portugal; porque nas principaes Universidades da Europa floresciam, como professores e alumnos, portuguezes que honravam a sua patria, como Ayres Barbosa, que estudara na Italia e ensinara vinte annos em Salamanca, regendo as cadeiras de grego e latim; Henrique Caiado, discipulo de Cataldo Siculo e de Angelo Policiano; Antonio Pinheiro, que estudara no *Collegio de Santa Barbara,* onde era principal André de Gouvêa, o mestre insigne de Montaigne; Pedro Margalho, que se doutorara em Paris e ensinara em Salamanca; Damião de Goes, que se formou em Padua; André de Resende, que estudou na Universidade de Louvain; Jorge Coelho, Alvaro Gomes, Antonio Luiz, Jeronymo Cardoso, e tantos outros portuguezes que cooperaram no fervor philologico e critico da Renascença. [3] Os humanis-

---

[1] J. Pedro Ribeiro, *Refl. historicas*.

[2] Ibidem, t. I, p. 50.

[3] Transcrevemos do *Anno historico,* do padre Francisco de Santa Maria, t. III, p. 120 a 122, a lista dos professores portuguezes que ensinaram nas Universidades estrangeiras: «Mas porque se não diga que a nação portugueza deve ás estrangeiras em grande parte a cultura das sciencias, e que lhes está n'essa divida, mostraremos aqui o excesso com que lhes correspondeu, e daremos uma abreviada lista dos grandes Mestres, que de Portugal saíram para Lentes das mais famosas Universidades da Europa, advertindo que, sem duvida, deixamos de referir

tas eram as potencias da época, e os reis não sómente os attrahiam para as suas côrtes, como lhes entregavam a educação dos principes. Ayres Barbosa foi chamado de Salamanca, em 1521, para vir dirigir a educação dos principes D. Affonso e D. Henrique, irmãos de D. João III; André de Resende foi chamado tambem a Portugal para mestre do infante D. Duarte, em 1534, indo n'esse mesmo anno a Salamanca contractar a vinda de Nicoláo Clenardo para o Estudo geral de Lisboa e para o ensino do infante D. Henrique. Fallava-se latim nas

---

muitos, por falta de noticias; e porque a Universidade de Salamanca nos fica mais perto, começaremos por ella:

SALAMANCA

Frei Diogo Fernandes, franciscano, lente de prima de *Theologia.*
Alvaro Gomes, lente de *Theologia* (e tambem na Universidade de Lutecia.)
Fernão Ayres de Meza, lente de vespera e de prima de *Canones,* idem.
Pedro Margalho, id.
Miguel da Costa, id.
D. João Altamirano, id.
Vasco Rodrigues, id.
Belchior Cornejo, id.
Fr. Luiz de S. Francisco (antes de entrar Religioso), id.
Manuel da Costa, lente de prima de *Leis.*
Ayres Pinhel, id.
Heitor Rodrigues, id.
Ascenso Gomes, lente de vespera.
Nuno da Costa, id.
D. Francisco de Puga, id.
Ayres Barbosa, lente de *Leis.*
Francisco Caldeira Phebo, id.
Antonio Gomes, id.
Amador Rodrigues, id.
Jeronymo de Milão Fragoso, lente de *Instituta.*
Duarte Fernandes, lente de prima de *Medicina.*
Ambrosio Nunes, lente de vespera de *Medicina.*
Agostinho Nunes, id.
Francisco Fernandes, lente de *Philosophia* e *Medicina.*
Thomé Rodrigues da Veiga, id.
Luiz de Lemos, id.
João Soares de Brito. lente de *Philosophia.*
Sebastião Gomes de Figueiredo, id.
Raphael Nogueira, lente de *Mathematica.*
Gabriel Gomes, lente de *Astrologia.*
Francisco Homem de Abreu, lente de *Rhetorica.*

escholas do palacio e nas aulas da Universidade; André de Resende descreve este uso, na *Vida do Infante D. Duarte:* «Estando Elrey que Deus guarde, em Evora, quando eu vim de França e Flandes, no anno de 1534, fiz-lhe menção da erudição e virtudes do licenciado Nicoláo Clenardo, flamengo, que eu de Lovaina conhecia, e com quem me exercitava na lingua hebraica hum pouco de tempo, e contratara entre elle e D. Fernando Colon, sevilhano, quomo se viesse a Hespanha, e logo com promessa que se Elrey nosso senhor se quizesse servir d'elle, vi-

---

João Fernandes, lente de prima de *Rhetorica* (e a lêu na Universidade de Alcalá.)

Francisco Martins, lente de prima de *Humanidades.*

Manuel de Azevedo, id.

Gaspar Alves da Veiga, id.

Manuel de Oliveira, id.

Ayres Barbosa, primeiro lente de *Grego* em Salamanca e em toda Hespanha.

Henrique Jorge Henriques, da Guarda, regente de *Artes.*

PARIS

D. João Froes, conego de Santa Cruz de Coimbra, e depois cardeal, lente de *Theologia.*

D. Pedro Sardinha, id.

Frei Gaspar dos Reis, dominico, id.

Frei Jorge de Santiago, id.

Frei João da Cruz, agostinho, id.

Frei Duarte, id., ibid.

D. Frei Diogo Soares de Santa Maria, franciscano, lente de *Theologia* e *Controversia* (e tambem na Universidade de Lovayna.)

Diogo de Gouvêa, o velho, lente de prima de *Theologia.*

André de Gouvêa, seu sobrinho, successor na mesma cadeira.

Diogo de Gouvêa, sobrinho do velho, lente de *Artes.*

Marçal de Gouvêa, tambem sobrinho do velho, lente de *Artes* e *Humanidades.*

Diogo da Silva, lente de *Medicina.*

D. Antonio Pinheiro, depois Bispo de Miranda, lente de *Humanidades.*

SAPIENCIA ROMANA

Frei Gregorio Nunes, agostinho, lente de *Theologia.*

Francisco da Costa, jesuita, id.

Diogo Seco, id.

Jorge Calhandro, lente de *Canones.*

Paulo Calhandro, seu filho, lente de *Instituta.*

Gabriel Falcão, id.

Manuel Constantino, lente de *Rhetorica* e *Philosophia.*

João Vaz da Motta, lente de *Rhetorica* e *Logica.*

ria pera este reino. Ora, ao tempo que eu vim, elle estava em Salamanca já fóra D. Fernando, e lia em aquella Universidade com muita honra e frequencia; dei conta a Elrey que me parecia muito pera mestre do Infante D. Henrique, que seguia o estado ecclesiastico. Quadrou isto a El-rey, e mandou-me a Salamanca pera o persuadir que viesse, e em nome de sua Alteza, assentasse com elle o partido que me parecesse rasoado e honesto. Eu o fiz assim e o trouxe commigo, e depois de beijarmos a mão a Elrey, o levei ao Infante D. Henrique

---

Thomaz Corrêa, lente de *Humanidades* (e tambem na Universidade de Bolonha.)

Achilles Estaço, lente de *Humanidades.*

Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, franciscano, lente de *Controversias* e *Historia Ecclesiastica* (e, na Universidade de Padua, de *Philosophia Natural.*)

LOVAYNA

Frei Antonio de Sena, dominico, lente de *Theologia.*
Frei Luiz de Sottomayor, dominico, id. (e tambem na Universidade de Alcalá.)
Frei Agostinho da Graça, eremita agostinho, lente de *Theologia.*
D. Frei Diogo Soares de Santa Maria, franciscano, lente de *Controversia.*
Filippe Montalto, lente de *Medicina.*

PISA

Bento Pinhel, lente de *Leis.*
Diogo Lopes de Ulhoa, id.
Filippe Eliano Montalto, lente de *Philosophia.*
Gabriel da Fonseca, id.
Martins de Mesquita, id.
Jorge de Moraes, lente de *Medicina.*
Rodrigo da Fonseca, id. (e tambem em Padua.)
Estevão Rodrigues de Castro, lente de prima de *Medicina.*

BOLONHA

D. Frei Alvaro Paes, franciscano, lente de *Canones.*
Manuel Rodrigues Navarro, id.
Frei Luiz de Beja, agostinho, lente de *Escriptura.*
Thomaz Corrêa, lente de *Rhetorica* (e tambem em Roma.)

FERRARA

Luiz Teixeira, lente de *Leis.*
Amato Luzitano (aliás João Rodrigues de Castello Branco), lente de *Medicina.*

PADUA

Estevão das Neves Cardeira, lente de *Leis.*

pera o mesmo. Fez-lhe Clenardo uma breve falla, e o Infante lhe disse que lhe respondesse e dixesse quanto com sua vinda folgava. Eu por logo começar a desenovelar o Infante lhe respondi:—Senhor, boca tem V. A. elle per sim lho diga, e pois ha de ser seu mestre, nom se acovarde a lhe falar em latim. O Infante o fez, que começou e ajudei-o eu. E pareceu-lhe tão bem o que eu fiz em o constranger a fallar latim, que logo assentou que d'ahi em diante quomo o mestre viesse e estivessem á lição, todos os presentes fallassem latim. Muitos houve

---

Duarte Madeira, lente de prima de *Medicina*.
Rodrigo da Fonseca, id.
Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, franciscano, lente de *Philosophia moral*.

TURIM

Pedro de Barros, lente de *Medicina*.

TOLOSA

Antonio de Gouvêa, lente de *Leis* (e tambem em Avinhão.)
Pedro Vaz Castello, lente de *Medicina*.
Francisco Sanches, id.

MOMPILHER

Fernão Mendes, lente de *Medicina*.
Lazaro Ribeiro, id.
André Lourenço Ferreira, id. (Foi Cancellario da mesma Universidade, do Conselho de Henrique IV de França, e seu Physico-mór.)

AVINHÃO

Antonio de Gouvêa, lente de *Leis* (e tambem em Tolosa.)

BORDEAUX

D. Frei Francisco Soares de Vilhegas, carmelita, lente de *Philosophia* e *Theologia*.

BARCELONA

Frei Thomaz Tostado, carmelita, lente de prima de *Theologia*.

LÉRIDA

Frei Agostinho Osorio, eremita agostinho, lente de *Theologia*.

SEVILHA

Dionisio Velho, lente de *Anatomia*.

OSSUNA

Frei Pedro de Abreu, franciscano, lente de *Theologia*.

que tinham opinião de letrados, que per não descobrirem o fio de quam mal sabiam fallar latim, escolheram antes não ir á lição nem entrar emquanto o mestre la estivesse, e nom he necessario nomeal-os. O Infante Dom Duarte como principe discreto, e que em publico nom queria que se lhe enxergasse qualquer falta, me chamou a seu aposento, e dixe-me: Bem vistes quomo o Infante meu senhor, poz ley, que todos fallassem latim; as lições se começarão d'aqui a tres dias, folgaria que se nom enxergasse tanto em mim este defeito; qualquer afronta

---

Frei Alberto de Faria, carmelita, lente de *Escriptura*.
Affonso Nunes de Castro, lente de *Medicina*.

Çaragoça de Aragão

Frei Pedro de Alverca, trino, lente de prima de *Theologia*.

Gandia

Padre Manuel de Sá, jesuita, lente de *Theologia*.

Santiago

Frei Placido de Lima, benedictino, lente de *Theologia*.

Alcalá

Frei Thimotheo de Seabra, carmelita, lente de *Philosophia* e *Theologia*.
Paulo Corrêa, lente de vespera de *Theologia*.
Frei João de Santo Thomaz, dominico, lente de prima de *Theologia*.
Thomaz de Aguiar, lente de *Medicina*.

Valhadolid

Frei Gaspar de Mello, agostinho, lente de prima de *Escriptura*.
Frei Nicoláo Coelho do Amaral, trinitario, lente de *Theologia*.
Frei Seraphim de Freitas, mercenario, lente de prima de *Canones*.

Oxonia

Frei Antonio de Lisboa, franciscano, lente de *Theologia*.

Athem

Frei João Sobrinho, carmelita, lente de prima de *Theologia*.

Pergamo

Frei Guilherme de Portugal, franciscano, lente de *Theologia*.

Cantabrigia

Frei Thomé de Portugal, franciscano, lente de *Theologia*.

Delinga

Padre Manuel da Veiga, jesuita, lente de prima de *Theologia*.

que por isso houver de receber seja antes aqui comvosco só. Alegrei-me em extremo, e louvei-lhe muito isto, e comecei logo a fallar-lhe em latim, e fazello fallar e desempenar a lingua; foi a coisa em tres dias, de maneira que perdido o primeiro medo se desenvolveu tanto que, quando veyo á primeira lição fez espanto aos que tal nom esperavam vêr, quam facil e nom laboriosamente fallava.» (Cap. 10.)[1]

A influencia da Universidade de Louvain, que fôra um dos centros onde mais cedo floresceram os estudos da Renascença, tambem se reflectiu em Portugal, de um modo directo, pela vinda a este paiz do flamengo Kleinarts (nome que elle latinisou em *Clenardo*) em 1534. Nicoláo Clenardo contava então trinta e nove annos, e já era conhecido pela sua erudição latina e grega, patenteada em valiosos livros elementares,[2] e por um profundo conhecimento do hebreu[3] que elle por uma alta intuição philologica approximara nos seus estudos da lingua arabe. Clenardo, tendo alcançado o *Psalterio de Nebio,* aprendera comsigo o alphabeto arabe, e applicando as analogias com o hebreu chegara a poder traduzir o Koran. Este resultado enthuziasmou-o, e com esse espirito aventuroso dos grandes humanistas da Renascença, que levava os sabios a explorarem o Oriente, o philologo projectava uma viagem á Hespanha, para aperfeiçoar-se no arabe, visitando sobre tudo as ruinas do extincto reino de Granada. Uma circumstancia casual facilitou a Clenardo a realisação d'este projecto; chegara a Louvain o filho do almirante que descobrira as Indias occidentaes, Fernando Colombo, com o fim de comprar livros para a bibliotheca de Sevilha; combinou trazel-o em sua companhia pára Hespanha, partindo em 1532 com elle. Vieram por Paris Clenardo e Fernando Colombo, onde se demoraram dois mezes; passaram a Aquitania, a Touraine, e atravessando a Cantabria entraram em Hespanha. Em Salamanca teve Clenardo uma proposta para tratar da educação do vice-rei de Napoles, em consequencia do que teve de partir para Madrid, e frequentar a côrte de Carlos V, onde se demorou um anno, cercado de admirações. A vida

---

[1] Na *Oratio pro rostris,* recitada em 1534, por André de Resende, na abertura da Universidade de Lisboa, allude-se a este eximio humanista: «Vidi ego in celebri Parrhisiorum academia sub hoc Nicolao Clenardo, qui erudiendo Henrico principi, regia liberalitate in Luzitania est adcitus, senes quinquaginta annis majores, prima graecarum litterarum fundamenta jecisse, et gnaviter nec sine laude fuisse progrsssos.»

[2] *Institutiones linguae graecae.* Louvain, 1530. *Meditationes graecanicae in artem grammaticam.* Louvain, 1531.

[3] *Tabulam in grammaticam Hebraeam.* Louvain, 1525, in-8.º

litteraria que entrevira em Salamanca seduzia-o, e regressou para Salamanca, onde lhe fizeram toda as vantagens para o fixar no magisterio. Foi no ruido das escholas que lhe apresentou André de Resende a proposta para vir para Portugal por convite de D. João III, para encarregar-se da educação do infante D. Henrique. Seduziu-o a perspectiva de uma vida tranquilla, e acceitou o convite do monarcha. As cartas latinas escriptas de Portugal aos seus professores da Universidade de Louvain, Latomus e Hoverius, pintam de um modo pittoresco o novo viver social e o nosso estado mental:

«Entrando-se nas cidades d'este pequeno reino julga-se entrar nas habitações dos diabos; todos os creados, (que ahi se acham em abundancia), são negros, tanto homens como mulheres. A terra não me agradou lá muito, e a não ser o meu amigo João Petit, doutor parisiense, hoje rico conego nas margens do Tejo, de pobre mestre que outr'ora fôra nas do Sena, teria abandonado depressa as terras luzitanas. Comtudo, este é o paiz do ouro, e os Francezes sabem-no bem; pelo que, se encontra um grande numero d'elles em Portugal, e muito contentes. É certo que tudo aqui é de uma carestia horrivel. Mas o que é mais desagradavel, talvez, é a immundicie das casas! Ah! que não se parece com a minha patria; não ha a attenção, os cuidados, o esmero das nossas boas donas de casa flamengas; comtudo pela anciedade extrema de vêr e apprender, eu me affaço aos costumes portuguezes; dou-me com alguns homens instruidos, e tenho a felicidade de encontrar Francezes que vieram aqui estabelecer-se no tempo do rei D. Manuel. Oh, que são os cidadãos do mundo! com elles nunca se julga estar fóra da sua patria.» etc.

As suas primeiras impressões e a situação de mestre junto do infante acham-se assim descriptas por Clenardo: «Eis-me feito um senhor, de mesquinho estudante de Louvain, que eu era. Dependia de mim o figurar como os outros, frequentar os bailes, os torneos, entregar-me a aventuras amorosas (o que aqui se toma por uma virtude) andar á caça, matar o tempo e saborear todos os prazeres usuaes da côrte dos reis aborecedendo-me d'elles. Fui bastante lorpa, em não seguir estes divertimentos tão apetecidos, e afastar d'elles meu irmão, que gosta muito d'isso. Eu acordo no meio das grandezas, e vem-me saudades dos bons mestres de Salamanca. Julgae os meus sentimentos por essas vossas doutas reuniões, oh meus caros compatriotas de Louvain! por essas conversas instructivas que nós tinhamos diante da loja de Jaspar, pelos nossos deliciosos passeios, e pela felicidade que gosavamos em estar juntos. Se eu não estivesse longe da minha patria,

eu seria o mais feliz dos homens. O meu estado é tranquillo, e brilhante; o real infante que eu educo estima-me muito, e eu me apartarei com pezar d'elle; é o sangue dos heroes, e o precioso renôvo d'esses grandes reis, que, senhores de um pequeno Estado, alcançaram tanta gloria; é da mesma terra d'esses homens, que, altivos rivaes dos Hespanhoes, se atreveram sob o magnanimo Albuquerque a affrontar os fogos da aurora, a penetrar na Ethiopia, a dobrar o canal de Moçambique, e que subjugaram tantos povos, tão numerosos e tão potentes confinados no extremo do globo. Mas; ai. Por isso mesmo que este principe está rodeado de tanta gloria, mais difficil lhe será o sentir paixão por ella; está já, desde cedo habituado a isso. Desde o berço tel-o-hão imprudentemente familiarisado com o que lhe deveriam ter deixado desejar. Terão antecipado o momento do enthuziasmo, esse momento critico da vida dos reis; e a sua alma capaz de apossar-se fortemente de uma grande ideia permanecerá por ventura fria, por isso que não terá novidade para si. Que filho de um rei perfeito póde já substituil-o aos subditos pezarosos? Antes de mim, o meu augusto discipulo não conheceu ainda a desgraça, muito melhor mestre do que eu. Eu tomo conta d'elle sob a purpura, e entregam-no nos braços da moleza. Voltando a cabeça, elle observa a baixeza, que se roja diante da sua pessoa; ouve a lisonja mentirosa repetir os seus elogios; a mole indulgencia suspira; o interesse pessoal sob a mascara de dedicação se enternece; fazei, diante d'isto, ouvir os viris accentos da verdade, a voz severa da virtude, os grandes principios da moral; semeae a erudição em um campo tão abandonado, tão estragado, e talvez já tão desnaturado.—Eis aqui o meu encargo.»

Clenardo retratava magistralmente o infante D. Henrique, essa natureza fria e incapaz de um enthuziasmo moral; e apesar de todas as vantagens que o rei lhe apresentava, absorvia-o a ideia de ir a Granada, a Fez, a Ceuta, para se aperfeiçoar no estudo do Arabe, cuja importancia lhe parecia cada vez maior para os estudos philologicos.

Nicoláo Clenardo falla da sua vinda a Portugal em outra carta datada de Evora em 26 de março de 1535, e d'ella se tiram importantes revelações para o estado do ensino n'essa época que precedeu a reforma da Universidade. [1] Começa por explicar o motivo por que deixou a Universidade de Salamanca para vir ser mestre do paço em Por-

[1] Foi publicada pelo barão de Reiffenberg, traduzida em francez e incluida na memoria sobre as *Relações antigas da Belgica e de Portugal.* (Mem. da Academia das Sciencias de Bruxellas, t. XIV, 1841.)

tugal; Clenardo detestava o ruido dos Geraes, odiava o systema da eleição dos lentes pelos estudantes, e não se conformava com o uso de ser interrogado o lente á porta da aula para satisfazer ou esclarecer as duvidas da lição. Estes mesmos usos existiam na Universidade de Lisboa, e ainda hoje em Coimbra o lente espera á porta da aula a sahida dos estudantes, não para dar explicações, mas para receber as cortezias. Clenardo não professou n'esta Universidade nem em Coimbra em 1537, como pretendem Mariz e Barbosa Machado. Escreve o notavel humanista: «Creio meu querido mestre, que já tereis ouvido dizer com que condições deixei Salamanca para vir a Portugal, convidado pelo rei. Confesso que me agradou essa Universidade tão famosa, onde havia encontrado amigos tão dedicados e de um tão vasto saber, que de bom grado, se podessem, me converteriam em barra, com o proposito de conservar, pelo eterno attractivo do ouro, um estrangeiro que poderia escapar-lhes. E creio que o teriam conseguido se me deixasse ficar entre elles mais tempo, porque o vosso discipulo, apesar da sua mediocridade, havia adquirido uma geral estima, elle, que sempre se torna mais acanhado quando lhe cumpre lisonjear alguem ou tornar-se amavel. E todavia as propostas de um rei desataram de repente os meus laços. Não é contar aqui com um rendimento superior ao que recebia na Universidade, que além d'isso para ao diante promettia ser mais avultado; mas como sou inimigo do tumulto e suspiro pela solidão, a vida que tenho agora deixa-me mais senhor de mim.—Eu previa entretanto que me tornaria a victima do publico de um modo que não convinha nem á minha indole nem aos meus estudos. Por isso acceitei o que Portugal espontaneamente me offerecia, sem que o podesse adivinhar; e dou graças a Deus de ter fortalecido a minha coragem no meio do assombro de Salamanca inteira. Recuperei com effeito a tranquilidade e o repouso, aos quaes já não me era permittido aspirar. Vou a casa do principe, irmão do rei, ás duas ou tres horas depois do meio dia. Acabado o meu trabalho, volto para casa, e nada mais tenho a fazer na côrte. O trabalho que me sustenta é muito menos consideravel do que aquelle por que recebia cem philippus, e em vez de philippus é o dobro em bons ducados, e algumas vezes mais, com que Portugal me gratifica. Todavia, não me cumpre encarecer estes lucros pecuniarios em que nada ha de excessivo; porque eu tambem não desejo outra cousa senão satisfazer as minhas necessidades presentes e não me vêr exposto de novo ás difficuldades que me atormentavam na patria. Como assim, direis vós, contaes por pouco 500 thalers do Rheno, porque esta quantia equivale a 100$000

réis em Portugal?»[1] Clenardo não se conformava com o costume da Universidade de Salamanca, em que os lentes ficavam depois da lição á porta da aula para responderem ás duvidas dos estudantes. Este costume existia na Universidade de Lisboa, como vimos já pela disposição dos estatutos de D. Manuel. Clenardo protesta contra isso: «Demais a mais é uso d'este paiz, que reina egualmente na Italia, que depois da lição os professores se deixem consultar por toda a gente como verdadeiros oraculos; qualquer necedade que accommette o espirito, ou que anda nos labios do estudante menos atilado, se o professor se nega a escutal-a com benevolencia, e a responder como se fosse uma cousa seria, parece haver commettido um crime de lesa-magestade.» Clenardo liga a subserviencia dos lentes, em attender os alumnos, á dependencia dos votos com que os alumnos elegiam os seus mestres: «O caso não fica aqui: e se mais tarde vaga qualquer cadeira, o pequeno malvado, o unico de quem se não devia receiar, vinga-se, escondido no seio da multidão: tira-vos a maior parte dos votos, e de nada vos serve possuir vastos conhecimentos. Nunca vistes em Louvain, diante da loja do livreiro Jaspar, esses circulos que se denominam a *chancellaria dos ineptos?* Mui bem. Em Salamanca são tantos os professores como os grupos de estudantes no meio dos quaes os desventurados experimentam maior tormento do que emquanto dura a hora

---

[1] Esta carta foi traduzida da versão de Reiffenberg, e publicada por Lopes de Mendonça, *Annaes das Sciencias e Lettras,* t. I, p. 131 a 146. «O barão de Reiffenberg promettia, n'uma das Notas da sua memoria, a traducção das Cartas de Cleynarts, com observações criticas sobre a historia litteraria do tempo; mas o distincto academico não teve ensejo, julgamos nós, para cumprir a sua promessa, e uma morte recente roubou-o á sciencia e ás letras...» *(Ibid.,* p. 131.) O sr. Joaquim de Vasconcellos tem desde 1878 impressa (não publicada) uma nova edição das Cartas latinas de Clenardo, in-4.º pequeno, de 285 paginas, feita sobre as edições de 1551, 1566 e 1606, contendo ao todo cinquenta e tres Cartas; traz sete Cartas a mais do que nas edições mais completas. Emquanto Clenardo esteve em Evora escreveu a Martino a Vorda, a João Vasêo, a Jacobo Latomus, Rescio, Francisco Hoverio, Polites e Jorge Coelho, ao todo vinte Cartas; quando esteve em Braga escreveu novamente a Latomus, Vasêo, Hoverio e ao Archidiacono del Alcor, isto é, cinco Cartas. Quando o grande humanista, que presentira a unidade das linguas semiticas, se achou em Fez, escreveu a D. João Petit, bispo de Cabo Verde, referindo-se muito louvavelmente a Pedro Margalho. Nas Cartas a João Vasêo allude ás reformas pedagogicas, e á imprensa no mosteiro de Santa Cruz. O estudo das Cartas dirigidas pelos sabios da Renascença a Damião de Goes, e o estudo das Cartas de Clenardo, são o elemento fundamental para um livro precioso, que bem merece ser escripto, sobre a *Historia do Humanismo em Portugal.*

da lição. Mas o maior numero applaude-se da sua miseria, porque tira d'ahi um agouro favoravel para os successos das luctas academicas; por esse modo pode-se proximamente apreciar o numero d'aquelles que lhe hão de conceder os seus votos. E ainda que alguns se encontram que nada têm a esperar, e já gosam as cadeiras mais lucrativas, todavia este uso prevaleceu de tal maneira, que todos se sujeitam a elle. Além de que ha um regulamento que estatue que qualquer *cathedratico* (é a expressão consagrada) ha de ficar á porta da sua aula para responder ás duvidas dos seus ouvintes. Eu resignava-me a arrastar esta cadeia, mas deixava perceber que estes interrogatorios me não eram agradaveis, e que não estava acostumado a semelhantes praticas.» A pratica da eleição do lente pelos votos dos estudantes, que vêmos em Salamanca, foi tambem decretada por D. João III, por disposição datada de Evora em 29 de junho de 1534. A eleição dos lentes veiu a ser substituida pela nomeação régia, mas a tradição pedagogica persistiu nas Universidades allemãs, modificada na fórma dos *Privat-Docenten,* verdadeiros impulsores de renovação do ensino, apoiando na frequencia dos ouvintes o direito para entrarem no quadro do magisterio official.

Na supracitada disposição de 1534 D. João III estabelece a regra para a eleição dos lentes: «Eu El-rei faço saber a vós Rector, lentes e conselheiros da Universidade do studo da minha cidade de Lixboa, que por algũas justas causas que me a isso movem, me praz que d'aqui em diante nas vacaturas das cadeiras do dito studo que seja de propriedade ou de substituição nom votem soomente vós dito Rector cõ os conselheiros e ouvintes que segundo seus statutos devem votar, e graduados na faculdade de que fôr a tal cadeira a saber: em theologia votarão soomente com o dito Rector os graduados, conselheiros e ouvintes que teverem cursos pera votar da faculdade de theologia; e nas de direito e em hũas e em outras polla conformidade das faculdades votarão com o dito Rector legistas e canonistas que segundo os statutos devem votar. E nas de medicina soomente os medicos com o dito Rector. E nas de artes votarão theologos, medicos e artistas graduados ou ouvintes que teverem cursos conforme aos statutos pera poderem votar com o dicto Rector, por serem faculdades subordinadas. E por tanto vos mando que assi o cumpraes, e guardees d'aqui em diante e façaes comprir e guardar sem embargo de qualquer statuto, etc.»

A subordinação das faculdades era apenas uma vaga intuição da necessidade de uma hierarchia theorica, para dirigir o ensino, necessidade realisada sobre uma base subjectiva por Bacon. Aqui vêmos o

ensino secundario do antigo *trivium* medieval ainda incorporado na Universidade. Fernão de Oliveira, na sua *Grammatica portugueza,* allude ás luctas de competencia entre os varios graduados em Artes: «Mas os *Grammaticos* zombam dos *Logicos,* e os *Summulistas* apupam os *Rheitoricos.*» (*Gramm.,* cap. 38.) [1]

A reforma da Universidade de Lisboa e sua trasladação para Coimbra, em 1537, foi precedida de um primeiro desenvolvimento do ensino secundario, que os Jesuitas mais tarde continuaram de um modo exclusivo. Acompanhavam os principes nos seus estudos elementares os moços fidalgos; as casas nobres, a exemplo do paço, tambem contractavam pedagogos, e os bispos nas suas dioceses sustentavam escholas de latim. Fernão de Oliveira, que redigiu a primeira Grammatica da lingua portugueza, publicada em 1536, fôra mestre em casa de D. Antão de Almada, capitão geral de Portugal: «cria com muito cuidado Dom Antão seu filho a quem Deus guarde e prospere; para cuja doutrina com muyta despeza me trouxe a sua casa e graciosa e compridamente me conserva n'ella.» A educação das classes pobres fazia-se accidentalmente nos mosteiros; diz Fernão de Oliveira, explicando certas fórmas dialectaes do portuguez: «sendo eu moço pequeno, fui creado em Sam Domingos de Evora, onde faziam zombaria de my os da terra, por que eu assi pronunciava, segundo o que aprendera na Beira.» (*Ib.*, cap. 47.) Fernão de Oliveira confessa que a sua Grammatica foi a primeira tentativa que em Portugal se fez da lingua nacional: «e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mi, e isto muito mais escusará o defeito da ordem que tive em meu proceder se foi errada.» (Cap. 50.) A tentativa, embora continuada por João de Barros, em uma Grammatica composta para uso do principe D. Filippe, a quem ensinava o prégador Frei João Soares, não fructificou, porque todo o empenho convergia para o estudo exclusivo do latim. O proprio Fernão de Oliveira estava sob a auctoridade dos velhos grammaticos e rhetoricos da decadencia romana e da Edade média, cujas doutrinas resurgiram na Renascença; estudava os phenomenos da lingua nacional, abonando-se com Marciano Capella, Quintiliano, Marco Varrão, Probo Grammatico, e, dos modernos, com Nebrixa.

---

[1] Era corrente na Universidade de Paris, no seculo xv, o aphorismo: «*Bon grammairien, mauvais logicien.*» (Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe*, t. I, p. 36.)—Montaigne, nos seus *Ensaios*, conta a anecdota do desdem com que um regente de logica dizia, referindo-se ao conde de La Rochefoucault: «Não é um gentilhomem, é um grammatico, emquanto eu sou um logico.»

Em 1537 já florescia em Coimbra a eschola de Grammatica de Lopo Gallego; Gabriel Pereira, erudito eborense, que inventariou os documentos do archivo da Universidade, escreve: «Da escóla de Grammatica de mestre Lopo Galego, ha uma relação de 1537 com o titulo *Catalogus scholasticorum grammatices artis sub lupo galaico preceptore anno MDXXXVII conimbricensis universitatis,* que menciona 43 alumnos. Parece que a eschola soffrera decadencia em 1540.» [1] Em um alvará de D. João III, de 4 de julho de 1541, dirigido ao Bispo Reitor, dispõe-se sobre o ensino da Grammatica: «e quanto ao que dizees da falta que hi ha da primeira regra de Grammatica por Christovão de Abreu, mestre della, ter muitos scholares, eu tenho ora provido de outros dous mestres, que hãde começar a ler o primeiro dia de outubro deste presente anno nas casas que o Cancellario já pera isso tem ordenadas.» Em outro alvará de 5 de julho de 1541 diz o rei: «que eu ei por bem e me praz por algũas rezoens que a ello me movem, que os scholarès da grammatica da primeira e segunda regra e assi os da *schola de Lopo Galeguo* nã paguem os cruzados que per outra provisão minha tinha mandado que paguassẽ pera ajuda da pagua dos mestres, e per este mando que se não use mais da dita provisão por quanto eu ei por revoguada e mando a Dioguo d'Azevedo, bedel, a quem ti-

---

1 *Boletim da Sociedade de Geographia,* 2.ª serie, n.º 2, p. 119 (1880).— Apresentamos a lista das Grammaticas latinas por onde se ensinava em Portugal antes do predominio da Grammatica do jesuita padre Manuel Alvares:

1501— *Thesaurus Pauperum,* sive *Speculum puerorum,* em 4.º goth. Com o *Baculo dos Cegos,* de Antonio Martins, *e feito tudo emendado e correcto* por João Vaz, bacharel. Lisboa.

1513—*Arte da Grammatica,* de Mestre João Pastrana. (Depois d'esta data é desthronada esta Grammatica pelos partidarios de Nebrixa.)

1516— *Ars Virginis Mariae,* nova Grammatica, impressa em Lisboa, por Valentim Fernandes; é dividida em cinco livros.

1522—*Arte de Pastrana.* Lisboa.

? —*Arte* de Estevam Cavalleiro *(Stephanus Eques.)*

1535—*Arte de Grammatica latina,* de D. Maximo de Sousa, conego regrante de Santa Cruz de Coimbra.

1538—*Institutiones Grammatice Latinae,* de Nicoláo Clenardo. Braga.

1540— *Tratado de Verborum Conjugatione,* de M. André de Resende, 1 vol. 4.º

1553—*Rudimenta Grammaticae.*

1555— *Grammatica Despauterii.* (Recommendada por Vives.)

1557— *Compendio de Grammatica,* de Diogo Soares.

1565—Perifraze ao Livro IV *De Constructione,* de Nebrixa, por Cadaval Gravio (Antonio de Cadaval Valladares e Souto Mayor.)

1572— *Grammatica* de Fernando Soares Homem. Evora.

nha dado carguo de arrecadar os ditos cruzados, que nã falle mais n'isso...» A necessidade imperiosa de fallar em latim dentro das aulas da Universidade fazia com que o estudo da grammatica se tornasse da maxima urgencia. Quando o infante D. Henrique, discipulo de Clenardo, foi nomeado arcebispo de Braga, chamou para a sua diocese o celebre humanista, que regeu n'aquella cidade uma cadeira de latim, como se sabe por uma carta dirigida por Clenardo a Francisco Hoverius, datada de Braga em 27 de fevereiro de 1538; elle descreve o prurido que dominava então no estudo do latim: «Se alguma vez Braga possuiu realmente o nome de Augusta, deveria ella ser denominada augustissima, durante a minha permanencia alli; porque a propria Roma difficilmente viu tantos *Bispos, Cardiaes, Patriarchas* e outros dignatarios como eu criei n'esta cidade n'um abrir e fechar de olhos. Accrescentae a isto senadores, consules e outros magistrados, que pela rua caminhavam, não desdenhando algumas vezes de comprarem alfaces na feira...» Estas palavras alludem ao costume das antigas escholas, em que os alumnos tomavam titulos sagrados e greco-romanos, para se distinguirem nas classes. Estes costumes duraram no ensino publico europeu até á reforma fundamental realisada sob a Convenção franceza; Lacroix, nos seus *Essais sur l'Enseignement en général,* descrevendo essas reformas assombrosas da pedagogia pelo espirito revolucionario servido por Lagrange, Laplace e Garat, aponta esses usos escholares conservados até ao fim do seculo XVIII: «As fórmas romanas, que se tinha introduzido como meio de emulação nas classes, não merecem importancia diante de espiritos sérios. Estes *Imperadores, Consules,* e Cadeiras, ligados a grandes recordações, quer em relação aos homens, quer em relação ás cousas, depois de degradados pelas applicações infantis, não faziam senão servir de alimento ao pedantismo do mestre, que se empavonava no governo dos seus marmanjos, como um dictador n'aquelle da nação que tivesse conquistado o imperio do mundo.» (Op. cit., p. 113.)

Clenardo empregava este velho systema de emulação, que ainda encontrámos na nossa infancia em uma eschola primaria dividida em duas classes, Grecia e Troia, com as suas bandeiras, erguidas ou abatidas, segundo o merito das sabbatinas. Continúa Clenardo, descrevendo a sua eschola de latim: «Havia em Braga umas trinta pessoas que se occupavam de bellas-lettras; eu não me preoccupei com ellas, resolvido como estava a estabelecer uma eschola sobre bases sérias. Querendo fazer um ensaio da intelligencia das crianças, tentei ensinar publicamente alguns pequenos por tal modo ignorantes da lingua latina,

que nem mesmo tivessem ouvido pronunciar d'ella uma syllaba. Apenas constou esta noticia, a novidade do projecto atrahiu em torno de mim uma multidão tal, que o local a não podia conter. Nenhuma edade faltava: vinham individuos de toda a parte. Com crianças de cinco annos, concorriam padres, escravos mouros, uns e outros já entrados em edade. Ainda mais, até paes vinham com os filhos, prestando ao mestre tanta deferencia como os mais obedientes discipulos. Sósinho no meio de tão diversos espiritos, não proferindo uma palavra que não fosse latina, e isto diante de pessoas que nada sabiam d'esta lingua, tive a satisfação de vêr, em poucos mezes, que, graças a esse uso quotidiano, entendiam-se quasi correntemente, e que os mais pequenos mesmo papagueavam em latim, quando nem começado haviam ainda a aprender o alphabeto. De resto eu fugia cuidadosamente de apresentar aos meus discipulos qualquer cousa que os podesse desgostar, e não era por antiphrase que a minha eschola se denominava *Ludus,* visto que eu brincava n'ella a valer.» É aqui que vêmos definir-se a fórma methodologica do ensino por *seducção* em vez do emprego da *pancada.* O *Ludus* de Clenardo derivava da tradição escholar da *Maison Joyeuse,* fundada no seculo XV pelo celebre pedagogo Victorino de Feltre, mestre dos filhos do marquez de Gonzaga; o systema da pancada, sustentado pelo latinista Sterck, mais conhecido pelo nome de Fortius, prevaleceu em Portugal até á primeira metade do seculo XIX, como adiante veremos. Eis como Clenardo descreve um dos seus divertimentos escholares: «Possuia tres escravos... Estavam longe de serem profundos grammaticos; aconteceu porém haverem contrahido o habito de me perceberem quando eu fallava latim, e de me responderem n'esse idioma, embora peccassem contra as regras de Prisciano. Levava-os para a aula, fazia-os travar dialogos diante dos meus discipulos, e conversava com elles ácerca de um sem numero de assumptos, e o meu auditorio não perdia palavra, olhando como um prodigio que um africano fallasse latim.—Vamos, *Dente-Comprido,* dizia eu, vira-te! E elle dava duas cabriolas, e os espectadores riam.—Tu, *Negrinho,* anda de gatas! E quando o escravo punha as mãos no chão, as gargalhadas não tinham fim. *Carvão,* tendo recebido ordem para correr, cumpria-a no mesmo instante. D'este modo eu ensinava mil cousas menos com a voz do que com o gesto, e os termos á sombra d'estes brinquedos, ficavam gravados na memoria das crianças...» Os Jesuitas, quando tomaram conta do ensino publico, adoptaram estes divertimentos escholares nos seus *Ludi prioris* e *Ludi solemnes,* porém com o tempo tornaram-se violentos, cahindo no regimen da pancada, de que os accusa Verney. Cle-

nardo publicou em Braga, em 1538, as suas *Institutiones Grammaticae Latinae;* elle não quiz tomar parte na reforma da Universidade por D. João III, saíndo de Portugal em 1540. No emtanto, por uma carta dirigida a João Vasêo, Clenardo allude a uma visita aos estudos de Coimbra em 1537, por ventura na sua passagem de Evora para Braga, em occasião de férias; n'essa carta falla do ensino da lingua grega pelo allemão Vicente Fabricio, nas Escholas de Santa Cruz, que então era o fóco mais activo dos estudos elementares, onde convergia toda a mocidade da aristocracia. O uso de fallar latim nas aulas da Universidade foi novamente decretado por D. João III, no *Regimento dos Lentes e Estudantes,* assignado em 9 de novembro de 1537, em que se contém a reforma da Universidade; alli se diz: «Primeiramente hei por bem que *os lentes leiam em latim,* e o Rector mandaraa que se cumpra assi. E acabada a liçam *farã circulo aa porta dos geeraes honde lerem, e responderão aas perguntas que os scholares lhe fizerem,* e não o cumprindo o Rector os mandaraa apontar, e assi mandaraa, que *os scholares das portas das scholas pera dentro falem latim,* segundo fórma da provisã que eu já sobre isso passei, a qual o Rector veraa e mandaraa comprir.» [1]

Depois de ter descripto a sua viagem a San Thiago de Compostella, tendo passado por Coimbra e Braga, e fallando do empenho que tem em achar um captivo mouro que saiba bem o arabe, diz em uma carta a Latomus: «Rir-vos-heis de mim; e, podendo agora viver feliz e tranquillo, eu vos pareço um insensato, a correr assim o mundo e a atormentar-me para me instruir. Que dirieis vós, meu amigo, se me tivesseis visto n'esta paixão que me absorve subir a algumas montanhas e a arriscar-me em precipicios, a ladrões e á morte? Porém, aquelles que correm atraz do barrete vermelho não se dão a maiores trabalhos; chimera por chimera, deixae-me a minha, que me diverte.» E insistindo sobre o estudo do Arabe e sua importancia: «Torno outra vez ao meu grande projecto; nenhum christão, que eu saiba, ensinou ainda o arabe. O Psalterio do bispo de Nebio, até hoje, não produziu nenhum discipulo. Os livros classicos d'estes infieis não nos são bastante conhecidos, para que possâmos affirmar cousa alguma como certa ácerca dos seus principios; e seguramente não ha na Europa um homem instruido em arabe, como temos milhares em grego. E já que Deus me

---

[1] «Lê-se em um velho regulamento de Oxford, que os escholares d'esta Universidade não tinham permissão de conversarem entre si senão em latim ou francez.» (Villemain, *Tableau du Moyen-Age,* p. 666.)

poz em estado e capaz de ser o primeiro a profundar esta lingua, quero aproveitar-me.

«Eis aqui a minha resolução. Se me não faltarem os livros, vou traduzir em latim todas as obras religiosas dos Arabes; começarei pelo Alcorão, e juntar-lhe-hei scholios e notas.—Vós confessareis, Latomus, que este projecto é mais proprio de um theologo, que eu vos traduzisse alguma obra profana da antiga Grecia. Eu abrirei uma nova carreira aos conhecimentos humanos e á eloquencia, mesmo em Louvain, onde vós não fazeis mais que repetir-vos. Eu revelarei os fructos desconhecidos da imaginação dos Arabes, e eu vos farei conhecer o picante delirio do *Suna*.

«Estou ainda em Granada, entre o desejo de penetrar na Africa, da qual estou perto, e o de percorrer a Italia e a Allemanha. Emquanto me não decido, vou fazer uma viagem a Portugal, para vêr o rei e o meu principe. Pedi ao céo que me illumine n'estas andadas. Adeus. Quando vos poderei tornar a vêr, e a todos os meus amigos? escrevei-me, dae-me conselhos; eu receberei as vossas cartas se as entregardes promptamente a Vosterman, impressor de Anvers. Dirigi-as para Granada, para casa do senhor marquez vice-rei.»

Em uma carta a Joaquim Polites explica Clenardo o pensamento superior que o attrae para o estudo do Arabe, como meio de descobrir por um processo indirecto a intelligencia das obras primas da Grecia: «Leopoldo de Austria, tio do imperador, e reitor actual da Universidade de Salamanca, acaba de me offerecer uma cadeira de Arabe; todos os sabios d'aquelle paiz ajuntam os seus pedidos a este convite glorioso. Para me seduzirem, lisonjeando a minha vaidade, proclamam que eu sou o primeiro sabio da Europa; a sua amisade encanta-me mais do que as suas lisonjas; porém não posso fixar-me em Salamanca.

«Ha aqui alguns medicos que entendem muito bem Avicenna; mas quanto á Grammatica ella é tão extranha aos Hespanhoes como aos nossos marinheiros de Zelandia ou aos nossos carroceiros de Brabant. Ultimamente, um estudante de medicina, grande partidario de Galeno, veiu ter commigo a Coimbra, e pediu-me algumas noções grammaticaes sobre o arabe; tomei o primeiro capitulo do livro de Avicenna *sobre o cerebro* e expliquei-lh'o. Passados alguns dias, que levara a seguir o meu processo, disse-me que tinha feito mais progressos em tão pouco tempo sobre o arabe, do que fizera em seis annos sobre os auctores gregos que lhe tinham explicado em Salamanca.

«Meu amigo, eu tenho notado uma cousa, que poderia ser muito util á alta litteratura. Nós temos perdido muitos auctores e obras gre-

gas; e os Arabes, unica nação na Europa actualmente, cujos antepassados communicaram com os Gregos, conhecem perfeitamente as suas artes e as suas descobertas. Elles traduziram na sua lingua todas as producções da Grecia, as mais sérias e as mais sublimes, como as mais simples e as mais ligeiras. Por meio d'estas traducções, nós poderiamos recuperar tudo o que nos falta do povo mais instruido e mais amavel da antiguidade. Estimulado por esta idéa, eu a tenho realisado em parte, e com a maior satisfação, comparando os auctores gregos aos auctores arabes. Eu proseguia no meu trabalho com este encanto incomprehensivel, que se sente ao fazer uma grande descoberta, quando as minucias da côrte vieram interrompel-o; eu o reatarei quando voltar ao unico logar da terra (Louvain) que hoje sorri aos meus olhos.»

Em uma outra carta de Clenardo, escripta a Francisco Hoverius, depois da sua chegada a Lisboa, falla-lhe da viagem e do seu discipulo: «Nada me pode mais levar a emprehender viagens; morre-se a cada instante com saudades de ter deixado o que se ama. Dia e noite penso na minha patria; imagino estar em Malines, em Louvain; julgo conversar comvosco, com Latomus. É preciso absolutamente que na proxima primavera realise este sonho.—Comtudo, meu amigo, eu encontrei aqui um principe tal que nada ha egual, e que me será querido até ao ultimo alento. Mas, vêde a minha ingratidão, ou antes, quantò as paixões fortes nos tyrannisam; aquella que sinto pelo estudo vinculava-me a Salamanca, a ponto de as suas cartas mais affectuosas não poderem arrancar-me d'ali. Que grosserias causa esta paixão, condemnavel sem duvida, porque ella é desenfreada, porque se antepõe aos deveres da sociedade, e até cobre os sentimentos do coração; que grosserias me não tem feito commetter para com esta boa nobreza hespanhola e tantos senhores cuja grandeza em nada é obstaculo á litteratura, e que têm a longanimidade de me estimarem como eu vos estimo? Ah, se me désse na cabeça ser cortezão, seria aqui, ao pé do meu principe, que eu fixaria a minha residencia; e estaria bem certo de me não endurecer na molicie e no orgulho; elles proprios, pelo seu exemplo, m'o impediriam; mas, oh minha patria! oh sentimento irresistivel e doce! é-me impossivel viver longe de Lonvain; os meus cabellos brancos m'o reclamam mais do que nunca; tenho necessidade de viver, em fim de contas, para mim; rico ou pobre, que me dá d'isso? Não é pelo coração, e sómente pelo coração, que se vive? Oh Louvain, tu me attraes; o principe Emmanuel irá commigo.—Não sois vós de opinião, Hoverius, que este principe estude primeiramente a *Dialelectica?* Elle gosta da Theologia, é preciso portanto que antes de tudo

seja um dialectico. Tomará os seus gráos entre nós; bacharel ou licenciado, regressará a Lisboa de uma maneira mais honrosa para elle, para o rei, para os seus compatriotas, para nós tambem e para a nossa Universidade.— O ponto essencial é que elle sinta o valor do tempo, e que elle dispenda d'esta vida tão curta nenhuma parte para a ociosidade ou para o remorso.— Começando pela *Dialectica* elle poderá ser mestre em Artes em tres annos; nas suas classes, fallando latim, adquirirá o habito d'esta lingua e aperfeiçoar-se-ha. Sem ser um grande orador, poderá facilmente tornar-se um bom theologo scholastico. Além d'isso, é muito estudioso, e estou certo de que nas suas horas vagas applicar-se-ha de motu proprio á litteratura latina.»

Em um momento, a Egreja transigiu com a educação humanista. Á maneira do arcebispo de Braga, tambem o bispo de Ceuta, Frei Diogo da Silva, por provisão de 22 de janeiro de 1539, instituiu em Olivença «que do monte maior do celleiro da mesma villa se dessem todos os annos pela festa da Assumpção sete moios de trigo a um mestre, que alli ensinasse *Grammatica* e *Poetica latina* aos estudantes do bispado, e que deva ser eleito de dois em dois annos pelos proprios discipulos.» [1] Acompanhando a Renascença do seculo XVI na sua phase philologica, a reforma da Universidade nasceu d'esta corrente humanista, da qual os Jesuitas se serviram para reagirem contra as novas doutrinas theologico-criticas e scientifico-philosophicas.

Além do abuso do exaggerado humanismo, o ensino estava viciado pelo emprego exclusivo da memoria, que conduzia a sciencia á confusão com o pedantismo doutoral. Do abuso da memoria podemos tomar um facto da *Vida do Infante D. Duarte,* contado pelo seu mestre André de Resende, e que é ao mesmo tempo um esboço dos objectos do estudo elementar: «posso dar testemunho do excellente engenho e pasmosa memoria de que nosso Senhor o dotou. Liamos ha tempo em Lisboa a *Dialectica,* e depois de lhe ter lido os principios por a arte de Joanne Cetario, tornamo-nos a *Artes;* foi o Infante D. Henrique visital-o huma sésta estando nós em lição, levantei-me eu e dava-lhe espaço pera pratica e conversação. Nom, nom, dixe o Infante D. Henrique; eu nom quero interromper a lição, sentai-vos e prosegui. Vireime ao Infante D. Duarte e disse-lhe: Pois, Senhor, o Infante vosso irmão quer estar á lição, bem será que saiba quanto V. A. tem aproveitado cõ lho ouvir de sua bocca. Cerrou o Infante o livro, e em la-

[1] Levy Maria Jordão, *Historia ecclesiastica ultramarina,* t. I, p. 46.

tim competente resumiu o tratado de Porphirio *De Predicabilibus*,[1] e as *Categorias de Artes* e *Perihermeneas*, tão solta e desempachadamente, que o Infante seu irmão ficou attonito. Nom é isto tanto quanto o que agora direi: liamos tambem o livro *De Officiis*, e lêramos este dia o capitulo *De Justitia*. Repitiu de coor assi quomo jaz, e des que acabou lhe disse agora: Esto lho quero dizer ás versas. E começou da derradeira palavra proseguindo até á primeira sem titubar nem fazer intervallo. O que eu hei por cousa digna de admiração, porque dizer de coor uma pagina ou capitulo per sua recta ordem, o entendimento vai ajudando a memoria e ministrando-lhe as palavras, que a sentença requere; mas ao revez em que a sentença se desturba e totalmente desbarata, póde cada hum em si experimentar quam difficil e laboriosa cousa he, e reter ordem de palavras em tanta desordem de sentença.» André de Resende admirava esta violencia da memoria diante dos exemplos da antiguidade: «Ora louvem os escriptores quanto quizerem a memoria de Marco Cato, ou de Cyro, ou de Cyneas embaixador de Pirro; eu esta do Infante haveria por digna de maior admiração.» (Cap. 10.) Rabelais, no quadro da educação de *Gargantua*, allude ao habito pedagogico das repetições de cór de traz para diante. Esta desgraçada cultura da memoria, que na expressão popular se identifica com a intelligencia, continuou a ser considerada como o objecto do ensino, sendo uma tal direcção deploravelmente continuada e exaggerada sob a direcção dos Jesuitas.

Em uma carta a Polites, descreve Clenardo a impressão que lhe causou a noticia da morte de Erasmo, e como se achou espontaneamente compondo uma elegia latina a esse successo, elegia que o revelou poeta, e que elle communicou a André de Resende: «Ao saber da morte de Erasmo, deixei cahir tudo quanto tinha nas mãos; puz-me a chorar; julgava estar vendo Erasmo. A dôr leva ao delirio. Comecei então uma elegia, que eu dediquei a Resende; eis aqui o primeiro distico:

> Spirantem vulgus quod non tolerabat Erasmum,
> Defunctum sero queret habere senem.[2]

«Depois d'esta bella elegia, com a cabeça sempre cheia de minha

---

[1] Vê-se que prevalecia na educação philosophica em Portugal a eschola *Nominalista*, porventura já então reflexo das doutrinas do *Collegio de Santa Barbara*, d'onde regressavam estudantes portuguezes.

[2] Emquanto vivo a Erasmo o vulgo não adora,
Depois de morto, eis tarde e com saudade o chora.

dôr e do meu enthuziasmo, eu fiz uma Ode tão bella como a de Horacio a Virgilio sobre a morte de Quintilio, e foi tambem ao desventurado Resende que eu dediquei esta segunda obra prima. (Transcreve-a.) Pois bem, meu caro Polites, direis vós agora que eu não sou tão bom poeta como grande orador?—Eu mostrei todas estas producções ao meu principe, que as achou bellas; os outros dilectos das musas, roendo as unhas e batendo nas suas desgraçadas escrevaninhas, farão melhor do que eu no vosso entender? O ponto essencial é que eu estou contente commigo, e tão satisfeito que eu deixo fazer a critica dos meus versos aos meus rivaes e mesmo os apódos aos meus amigos; podem fazer como quizerem, não arrancarão os louros immortaes que me cingem a fronte. Eu sou mais fecundo do que vós todos; e uma vez que comecei já não posso acabar. Fiz uma composição saphica mais longa do que todas as de Horacio, e pareço-me com Cicero, cujas obras mais extensas são sempre as melhores. Mas Resende é um casmurro; entreguei-lhe uma noite todas as minhas Odes, com rythmos novos, e no dia seguinte veiu ter commigo todo pesaroso:—Fizestes-me passar a noite em claro, disse-me elle; onde fostes vós descobrir estas malditas medições? Folheei Terencio de cabo a rabo, e nada achei ahi que se lhe parecesse?—Terencio? retruqui-lhe eu; pois tendes o atrevimento de me comparar a esse mesquinho escravo da Africa? Ficae sabendo, meu amigo, que eu não imito ninguem, e que eu posso ser original, como qualquer outro!—Meu caro Polites, eu prevêjo que á força de querer-se imitar os antigos nós nos tornaremos servis. Quem pode deixar de se rir á custa do sabio Dolet e dos outros *ciceronianos,* seus similhantes, que não se atrevem a empregar *versiculare,* versificar, porque esta palavra não se acha em Cicero? Estes litteratos delicados não fazem caso algum de Tito Livio, dos dois Plinios, dos outros grandes escriptores de Roma? Demais, uma grande parte dos escriptos de Cicero está perdida; sabem elles se estas palavras e tantas outras que reprovam não foram empregadas pelo proprio Cicero? Elles ignoram que as expressões não são senão fórmas, e que cada geração as produz novas. O tempo, deixando de parte os artistas, faz tambem revoluções nas artes, e em tudo cada paiz tem as suas modas.»

Em uma especie de *Post-scriptum* d'esta carta a Hoverius, falla Clenardo de uma senhora erudita entre os humanistas, a celebre Joanna Vaz: «Adeus, meu amigo, eu vou-me lançar com delicias nos braços das Musas. A Litteratura tornou-se o gosto dominante e uma exigencia necessaria na Europa; obedeço-lhe. A belleza tambem se associa a nós; Joanna Vaz, donzella encantadora e amiga dos nossos traba-

lhos, eguala-nos em erudição tanto quanto o seu sexo nos vence em delicadeza e graças. Vós terieis querido fazer obras como as que acabo de vêr d'ella.—Eu ensino litteratura aos meus escravos negros; um dia os resgatarei, e terei o meu Diphilus como Crasso, e o meu Tiron como Cicero. Escrevem já muito bem, e começam a perceber o latim; o mais esperto faz-me a leitura á mesa. Emquanto como, ensino-os, e cada dia vejo o fructo do trabalho, como o jardineiro.—Quando estou cançado de estudar distraio-me com elles. Vão commigo ao passeio, divertem-me, fazem-me rir, e até criança; creio que foram elles que me fizeram poeta á força de lhes ouvir dizer *Musa, Musae.*—Não ha receios em Portugal de guerra, mas sim de peste ou fome. Cada paiz, meu amigo, tem o seu flagello; a desgraça é o nosso ambiente necessario; por mim, trato de romper este ambiente e safar-me; eu engano o infortunio, e é porventura só n'isto que se é feliz. Abraça Hoverius e Sphiter.»

Em uma ultima carta a Polites sobre a sua situação: «Acho-me em Evora; n'este momento acabo de receber a vossa carta, e ámanhã levarão a minha resposta para Lisboa; não tenho portanto senão o tempo bastante para vos dizer qual é a minha situação actual.—O meu principe está em Braga ha já tres mezes; ámanhã regressa a Evora; voltaremos para Lisboa no primeiro de janeiro, e o vosso amigo fica obrigado n'este grande dia a ir expôr-se ao ridiculo, apresentando-se perante o rei, com a nobreza e os cortezãos.—Fallei ao meu principe no desejo de regressar á minha patria no proximo verão, se o céo e a fortuna me derem vida até esse tempo. Elle bem queria conservar-me para sempre em Portugal, o que apressaria a minha morte. Não me atrevi a dizer-lhe que todas as minhas aspirações se localisam em Louvain; contentei-me a representar-lhe que elle estava sempre ausente, no exercito, nas revistas, nas fronteiras, para onde não podia acompanhal-o, e onde lhe era por conseguinte inutil; elle molestou-se com a minha resolução. E eu, outro tanto como elle; mas que fazer? eu não tenho mais do que uma vida, da qual percorri já uns dois terços sem me poder entregar ao estudo. A ausencia reforça as grandes paixões; todas as minhas paixões concentram-se em Louvain; ahi pretendo envelhecer no meio das letras.»

Clenardo saíu de Evora, passou por Coimbra e demorou-se algum tempo em Braga, dirigindo-se depois para Hespanha, sempre preoccupado do seu pensamento do estudo do Arabe; demora-se em Granada, onde emprehende a viagem a Fez e a Ceuta. Escreve a Latomus: «Estou já feito um arabe, e participo-vos que vou partir para Fez. Vós

sabeis que esta cidade é para a Africa como Paris é para a França. É a mais sabedora eschola do mahometismo, e a mais rica em grandes mestres. Eu não gosto do repouso, e estou ardendo para ir á fonte da religião do propheta. Na minha volta quantas cousas terei a contarvos! Vou embarcar, e acho-me aqui em Gibraltar ha tres semanas. Neptuno furioso prende-nos no porto todo este tempo, quando o trajecto é de quatro horas. Vamos a Ceuta, onde os portuguezes têm uma forte guarnição. Elles estão em paz com o rei de Fez ha onze annos. Conto nada ter a receiar penetrando n'este reino infiel. Fez está a distancia de Ceuta umas trinta leguas. Durante esta viagem não escrevereis uma pobre cartinha ao vosso amigo exilado na Africa?» Em outras cartas descreve Clenardo a impressão da passagem do estreito, o aspecto de Fez, a vida entre os arabes, as suas investigações; voltou depois a Granada, e quando a sua reputação se tornava européa, e estava destinado a exercer a maxima influencia nos estudos da Renascença, morre em 1542, com quarenta e seis annos de edade, sem ter tornado a Louvain! [1]

Vêmos até aqui que a corrente scientifica estava bem reprentada em Portugal, mas todos estes elementos foram improficuos, porque D. João III deu aos Dominicanos o poder de terrorisarem as consciencias com os Autos de Fé, e aos Jesuitas o privilegio de imbecilisarem as intelligencias. Estes dois irmãos do monarcha protegiam devotadamente as duas cáfilas, o Cardeal-Inquisidor os Dominicanos, e o Infante D. Luiz os Jesuitas. É facil de prevêr que em uma tal sociedade deveriam darse permanentes conflictos entre a religião e a sciencia; o clero aproveitava a impressão dos phenomenos naturaes para conservar o povo sob o jugo do maravilhoso, e os homens de sciencia tinham de revestir-se de uma sublime coragem para explicarem esses phenomenos por leis physicas. Gil Vicente, em uma *Carta que mandou de Santarem a D. João III,* conta como os frades subiram ao pulpito por occasião do tremor de terra de 26 de janeiro de 1531, hallucinando o povo crédulo para fazer a matança dos christãos-novos; o velho poeta, servindo-se das doutrinas physicas, convocou os frades no claustro, e explicou-lhes que os terramotos eram effeitos de causas naturaes, que elles não podiam prevêr: «o tremor de terra ninguem sabe como he, quanto mais

---

[1] Consultámos para este trabalho sobre Clenardo o bello estudo do medievista Achille Jubinal: *Études critiques: Voyage en Espagne et en Portugal au XVI.e siècle.* Vem na *Revue espagnole, portugaise, brasilienne et hispano-americaine,* t. IV, p. 236 a 253 e p. 374 a 397. (1857.)

quando será e quammanho será. Se dizem que por estrologia, que he sciencia, o sabem: não digo eu os d'agora, que a não sabem soletrar, mas he em si tão profundissima, que nem os da Grecia, nem Moysés, nem *Joannes de Monteregio* alcançaram da verdadeira judicatura peso de uma oução; etc.» [1] Este Joannes de Monteregio é o celebrado *Regiomontanus* (1436-1476) que traduziu as principaes obras dos astronomos gregos, e resumiu em epitome o *Almagesto*. Só em 1531, época em que Gil Vicente escreve a carta a D. João III, é que foram dados á publicidade os resultados das observações de Regiomontano do notavel cometa de 1472. Em um paiz sujeito a constantes terramotos, e a grandes pestes, como observou Buckle, com certeza o perstigio do sobrenatural havia de encontrar no povo uma adhesão absoluta, e um certo desprezo pelas idéas deduzidas das observações scientificas. O rei e a sua familia eram epilepticos, e victimas d'essa organisação deram todo o seu poder ás duas hordas de obscurantistas, que atacaram o vigor e a existencia da nacionalidade portugueza no seculo XVI. Portugal foi sequestrado ao movimento scientifico da Renascença; as tres reformas da Universidade, em 1537, 1547 e 1555, foram tres decadencias. A trasladação da Universidade para Coimbra foi um erro deploravel, sob pretexto de tirar esse Estudo do bulicio de uma cidade maritima e mercantil; [2] o seu isolamento afastou-a da realidade da vida, perpetuando a inanidade medieval em todas as suas disciplinas pedagogicas. Sob a influencia dos Gouvêas, floresceram de um modo exclusivo os estudos humanistas, porém já deslocados, mas facilitando o assalto da Universidade aos Jesuitas em 1555, d'onde dominaram a instrucção publica portugueza até á reforma de Pombal. Historiemos cada uma d'estas tres phases do ensino portuguez na Renascença, sem o que não se explica como é que as Academias, que na Europa foram corporações essencialmente *scientificas,* em Portugal ficaram banalmente *litterarias,* fócos de um imbecil culteranismo.

Em uma das cartas de Erasmo a André de Resende, datada de Friburgo em 18 de junho de 1531, agradecendo-lhe uns versos que lhe mandara, avisa-o da preponderancia da corrente fradesca, que luctava contra as novas doutrinas philologicas; dizia-lhe que, depois das

---

[1] *Obras,* t. III, p. 385.

[2] O breve de 1537, que concede a união de varias egrejas para o rendimento da Universidade, compara Lisboa a *Coryntho* e Coimbra a *Athenas.* Esta comparação rhetorica conservou-se na tradição escholar, repetindo-se nas prosas academicas a periphrase *Lusa Athenas* para designar Coimbra.

quatro grandes Monarchias dos Assyrios, Gregos, Medas e Romanos, estavamos ameaçados do *Quinto imperio* dos Frades e dos Imbecis *(regnum monachorum ac stultorum.)* Depois de 1536, Portugal caía sob o pezado obscurantismo da Inquisição, e em 1542 entrava n'esta vigorosa nacionalidade o virus jesuitico, que, com a lenda do sebastianismo, tornou verdadeiro o epigramma do *Quinto imperio* dos tolos.

O encontro d'estas duas correntes doutrinarias synthetisa-se em poucas palavras. Os humanistas conciliam o saber antigo com a tradição evangelica, creando esse estado moral de *philantropia* ou *caridade,* que se chamou a Philosophia christã, (expressão luminosa de Erasmo) emquanto a Egreja ou o clero, constituindo-se em *partido politico,* levavam a Realeza ás grandes perseguições religiosas da Inquisição, Saint-Barthélemy e Dragonadas.

Tabula Legentium

1521

Mestre João Francez, toma o gráo de doutor em 22 de fevereiro.

Doutor Jorge Fernandes, lente de vespera de *Leis*, em 15 de novembro (rege ainda em 1532.)

Frei Luiz, franciscano claustral, leva por opposição a cadeira de *Philosophia Natural*, em 29 de abril.

Toma posse da cadeira de *Mathematica* o licenciado Thomaz de Torres, em 19 de outubro, por mercê do rei, (da cadeira de *Astrologia*, que el-rei nosso senhor novamente fez com outo mil reis de salario.)

Luiz Affonso, licenciado, provido em 31 de outubro na cadeira de prima de *Canones*. (Conservou-a até á mudança da Universidade.)

1522

Licenciado Diniz Gonçalves, provido na cadeira de terça de *Canones* em 21 de janeiro.

Antão Soares, provido na cadeira de sexta de *Canones* em 22 de fevereiro. (Foi o ultimo proprietario d'ella em Lisboa.)

Licenciado João Alves Fafes, provido na cadeira de terça de *Leis*, em que se lia *Instituta*, em 8 de fevereiro. (Conservou-a até á mudança.)

1524

Doutor Diogo Franco, provido na substituição da cadeira de vespera de *Medicina* em 5 de outubro.

Doutor Martim de Figueiredo, provido na substituição da cadeira de *Philosophia moral*, para lêr de *Oratoria*, em 3 de dezembro.

1525

Frei Affonso de Medina, provido na cadeira de *Philosophia moral*, por encommendação, em 13 de junho. (Era proprietario D. Pedro de Menezes.)

Jorge Calvo.

Doutor Luiz Affonso.

Antonio Soares.

Francisco Valentinus, mestre de *Artes*.

Pedro Rhombo, mestre de *Grammatica* da *Arte de Pastrana*.

Balthazar Lopes.

1526

Mestre Gil, leva a cadeira de prima de *Medicina*, por opposição, em 31 de janeiro, conservando-a até á mudança da Universidade.

Doutor Diogo Franco, provido na propriedade da cadeira de vespera de *Medicina*, em 5 de março.

Frei Affonso de Medina, provido na propriedade da cadeira de *Philosophia moral*, por carta de D. João III, de 3 de junho.

1527

João Ribeiro, capellão de el-rei, leva por opposição a cadeira de *Logica,* em 20 de fevereiro.

1528

Diogo de Aguiar, provido na substituição da cadeira de sexta de *Canones.*

Paulo Antonio Pedro Martins O clerigo D. Affonso Preto (sobrinho do rei do Congo)	Liam *Grammatica* dentro do Bairro das Escholas; em conselho de 13 de agosto se assentou que os dois ultimos não lêssem sem a Universidade os approvar.

1529

Pedro Nunes (ainda bacharel em *Medicina*) provido em 4 de dezembro na cadeira de *Philosophia moral,* com a obrigação de duas lições, *uma theorica e outra pratica.*

1530

Pedro Nunes, rege por encommenda a cadeira de *Logica.*

Garcia d'Orta, licenciado em *Medicina*, provido por encommendação na cadeira de *Philosophia natural,* pelo conselho, em 5 de novembro. (Lêu até 1 de março de 1534, por estar de partida para a India.)

Luiz Nunes de Santarem, provido na cadeira de *Summulas,* por opposição, em 31 de outubro. (Lêu até 1533.)

Pedro Margalho, provido na cadeira de prima de *Theologia,* por provisão de D. João III, de 2 de maio, e convite do conselho em 2 de abril.

1531

Pedro Nunes, deixa a cadeira de *Logica,* e rege por encommenda a de *Metaphysica,* vaga pela renuncia de Fr. João Framengo.

1532

D. Gonçalo Rodrigues Santa Cruz, castelhano, provido na cadeira de vespera de *Leis,* por opposição, em 6 de outubro.

Francisco Godines, levou por opposição a cadeira de *Summulas* em 12 de outubro. (Doutorou-se em *Medicina.*)

Paulo Antonio, lente de *Grammatica* no bairro das Escholas; regeu uma cadeira de *Grammatica* na Sé.

1533

Gonçalo Rodrigues de Santa Cruz, provisão de 16 de setembro, de D. João III, para que lêsse a cadeira de vespera de *Leis emquanto o Estudo se não mudasse de Lisboa.*

Luiz Nunes de Santarem, provisão de 16 de outubro para lêr *Summulas* por mais tres annos.

Frei Pedro de Aveiro, licenciado em *Theologia,* provido na cadeira de prima de *Theologia* em 10 de novembro de 1533, com a clausula:—Mostrando as letras do mestre da ordem de como he graduado, tome o grão de Doutor.

Ayres de Luna, provisão de 9 de março para lêr a cadeira de *Philosophia natural,* até ao concurso.

Duarte Gomes, licenciado em *Medicina,* provido por opposição na cadeira de *Philosophia natural* em 9 de novembro; lêu até á mudança para Coimbra.

1534

Ayres de Luna: «aos desaseys dias do mes de março começou a ler ayres de luna a cadeira dartes q̃ foi do L.do orta.» (T. II, fl. 80, das *Provisões*, e *Tabula Legentium* de 1534.)

1535

Thomaz de Torres, Physico-mór, reintegrado na cadeira de *Mathematica* por alvará de D. João III, de 6 de fevereiro; proveu-se a substituição em 15 de dezembro.

Doutor Francisco de Monçon, lente de prima de *Theologia,* por mercê de D. João III, por tres annos, pela provisão de 3 de setembro. Lêu até 1537.

Francisco Godines, teve permissão para lêr *Summulas* por mais tres annos, por provisão de 25 de maio, datada de Evora.

1536

Bacharel Agostinho Fernandes Travaços, lia a cadeira de *Codigo.*

Licenciado João Alvares Fafes, lente da cadeira de terça de *Leis,* encommendado na substituição da cadeira de prima; e porque não seguiu a Universidade para Coimbra, ficou privado da sua cadeira, recebendo uma tença de 7$000, por provisão de 30 de julho de 1537.

Bacharel Balthazar de Paiva, substitue na cadeira de *Leis* o licenciado Alvares Fafes; e como não seguiu a Universidade para Coimbra, recebeu em compensação tença de 7$000 réis, por provisão de 30 de julho de 1537.—Substitue em 30 de março na cadeira de *Codigo* o bacharel Agostinho Fernandes Travaços.

Reitores da Universidade de Lisboa, no primeiro terço do seculo XVI

1506-1511

Braz Affonso Corrêa, do Desembargo. (Foi vice-reitor João Gil, chantre da Sé de Lisboa.)

1511-1512

Diogo da Gama (serviu por elle Ruy Gonsalves Maruchote, do Desembargo.)

1512-1513

Dr. João Alvares de Elvas, da Casa de El-rey e seu Desembargo.

1513-1518

D. João, Bispo de Saphim.

1518-1519

Ruy Gonsalves Maruchote, do Desembargo de El-rey.

1524-1525

Maracote (ut supra).

1525-1526

Dr. Jorge Cota, do Desembargo do Rey, e seu Corregedor.

1526-1527

Dr. Christovam da Costa, do Desembargo d'El-rey.

1527-1528

Dr. Fernando Alvares de Almeida, do Desembargo.

1528-1529

O Bispo de Lamego (servindo por elle o Dr. Fernando Alvares de Almeida.)

1529-1531

Francisco de Mello, do Conselho do Rey. (Serviu por elle em 1530 Pedro Margalho, lente de prima de *Theologia.*)

1531-1532

Gonçalo Pires (serviu por elle Francisco de Mello.)

1532-1533

Francisco de Mello (serviu por elle Alvaro Esteves.)

1533-1534

Alvaro Esteves, do Desembargo del Rey.

1534-1535

O mesmo, e por sua recusa foi eleito o P.e Agostinho, Bispo Eleito das Ilhas.

1535-1536

O Dr. Jorge Fernandes, do Desembargo del rey.

1536-1537

O Dr. Pedro Nunes, do Desembargo del rey, e Chanceller, que serviu até a Universidade ser transferida para Coimbra.

(Figueirôa, *Ms.*, *Annuario da Universidade,* de 1876 para 1877, p. 216.)

CAPITULO IV

A Livraria da Universidade no seculo XVI (1512-1541)

O espirito do Scholasticismo conservado nas obras que compõem a Bibliotheca da Universidade.—O legado do Doutor Diogo Lopes, de 1513, compõe-se de cinquenta e nove volumes, deixados á Universidade.—Exame d'esses Livros.—Inventario dos Livros da Bibliotheca da Universidade de Lisboa, segundo um Catalogo de 1534.—Livros de Direito canonico, de Theologia e Medicina enviados para Coimbra.—Exame bibliographico d'essas obras.—O novo espirito da Renascença em uma Livraria scientifica fóra da Universidade.—A Livraria do Doutor Garcia d'Orta (1534 a 1564).—A reacção catholica começa pela censura dos Livros, em Portugal.—Cartas do Cardeal Infante a Damião de Goes sobre a censura dos Livros.—Indice expurgatorio organisado por Alvaro Gomes.—Outros Indices expurgatorios do seculo XVI.

O quadro das faculdades, fechado emquanto ás disciplinas scientificas transmittidas pela tradição pedagogica da Edade média, era uma das causas por que as Universidades estacionavam, extranhas ou hostis ao desenvolvimento das sciencias experimentaes do seculo XVI. O exclusivo destino docente fazia com que as Universidades desprezassem as novas doutrinas, porque não serviam para habilitar os escholares praticamente aos misteres de theologos, canonistas, legistas e medicos. Essas curiosidades de espirito, além de perturbarem a harmonia quadrivial, tinham um perigo, porque abalavam a auctoridade doutoral e a orthodoxia religiosa. É por isso que fóra das Universidades começa essa poderosa elaboração mental, que é a gloria e a suprema missão das Academias do seculo XVII. A situação mental universitaria reflecte-se com todo o rigor nas *Livrarias do Studo,* como as achamos descriptas nos inventarios do seculo XVI. Emquanto a Imprensa universalisava os monumentos ignorados da sciencia e Philosophia da Grecia, e as novas concepções criticas e syntheticas da Renascença

triumphante, o poder clerical reagia contra esta actividade das intelligencias pela censura dos livros e Indices expurgatorios das obras prohibidas. As Universidades, que apoiaram esta reacção, só admittiam nas suas Livrarias as obras approvadas, e especialmente aquellas que serviam para o fim pratico e compendiario do estudo. Como já tivemos occasião de notar, não se conhece documento algum por onde se infira que até ao principio do seculo XVI a Universidade de Lisboa possuisse Livraria propria. Na *Breve noticia da Livraria da Universidade de Coimbra,* escripta pelo lente Bernardo de Serpa Pimentel, [1] affirma-se não ter apparecido documento anterior a 1573, por onde se conheça providencia ou diligencia tendente a reparar a falta de Livraria na Universidade: «No longo periodo que decorre desde a fundação da Universidade em Lisboa (cêrca de 1290) até á sua terceira e ultima transferencia para Coimbra, em 1537, e ainda por mais de quarenta annos áquem d'esta época, não possuia a Universidade por certo casa especial de bibliotheca, nem livraria propria, que fossem proporcionadas á importancia d'este instituto scientifico.

«Não conheço documento algum d'essa época, em que se falle da Livraria da Universidade, nem escriptor que d'ella dê noticia.—Não sei de providencia ou diligencia alguma dirigida a reparar esta falta, que fosse anterior a 1573.» Os documentos não se apresentam a quem não se entrega a estudos historicos. Por um recibo de 17 de fevereiro de 1513, sabe-se que junto á *Livraria do Studo* estava reunido o legado de cinquenta e outo volumes encadernados, que o Licenciado Diogo Lopes, lente de terça de Canones, provido em 1505, deixara por sua morte, em 1508, á Universidade. Estes livros eram de theologia, canones, leis e artes; por isso o seu conhecimento só nos interessa na parte que nos revela o quadro das disciplinas ensinadas. O Recebedor do Estudo era a cargo de quem estava a administração da Livraria, como vêmos por este documento de 1513, e ainda por outro de 4 de julho de 1541. O erudito Gabriel Pereira, quando inventariava o Archivo da Universidade em 1881, encontrou no L. 1.º dos L.os da Univ.de de Lix.a, de 1506 a 1526, um curiosissimo *Inventario da Livraria do Studo,* a que se procedeu por occasião de um conflicto com o Recebedor, que se recusara a mandar reparar um cano na livraria: «E o rector lhe disse e se vos mandar penhorar nom o fares e per elle foy dicto

---

[1] Vem na *Exposição succinta da organisação actual da Universidade,* pelo visconde de Villar Maior, p. 470.

que se o mandassem penhorar que daria hu penhor e que se o mandassem a cadea que ele se yria la e que em nenhuma maneira nom avia de fazer o dicto cano nem outra obra algua...» Em consequencia d'esta recusa formal foi ordenada ao Recebedor a entrega da chave da Livraria ao bedel: «*com todolos Livros que nella stam per emventario.*» A entrega dos livros fez-se em presença do bacharel Fernão Gonçalves, nomeado para assistir a esse acto, passando-se recibo ao bedel na seguinte fórma, em 17 de fevereiro de 1513: «O dicto Recebedor nos entregou cyncoenta e oyto volumes de livros de theologia, canones, lex e artes que leixou o L.^do^ Diogo Lopes per sa morte ao dicto Studo todos encadernados e bem asi entregou setenta livros de toda stientia que estavam na dita Livraria nas Scholas velhas os livros asi todolos entregues lhe dey eu bedel hu conhicimento per mi fecto e asinado per ambos...»[1] O bedel que assigna o inventario é Nicoláo Lopes. O *Inventairo da Livraria do Studo* acha-se deslocado em outro manuscripto, na 2.ª parte do *T. 2.º dos l.os da Un.de de Lix.a de 1526 té 1537* a fl. 62 e 63.[2] Vamos transcrever este inventario dos livros da Bibliotheca da Universidade, que em 8 de junho de 1536 estavam para ser remettidos para Coimbra, sendo o portador d'elles Nicoláo Leitão, como veremos pela carta de 4 de julho de 1541. Muitos dos titulos dos livros são descriptos segundo a fórma por que eram designados na linguagem habitual das escholas; pelas indicações bibliographicas se notarão claramente as correntes doutrinarias dominantes no ensino da Universidade. Vê-se que antes da reforma de 1537 o espirito da Renascença não penetrara n'aquelle baluarte do scholasticismo:

---

[1] «Esta nota é extractada do *Liv. 1.º dos L.os da Universidade de Lisboa de 1506 a 1526.*» Gabriel Pereira, *Boletim de Bibliographia portugueza,* vol. II, p. 193.

[2] O recibo d'este inventario é de 1536; comtudo Gabriel Pereira observa: «letra identica á do inventario se encontra n'este volume, formado de cadernos mui diversos, sobre differentes assumptos, com diversas paginações...»

Ivemtayro da Livraria do Studo

primeiramente na entrada da livraria da mão esquerda hachamos:
huas *decretaes* de tortes [1]
hu *decreto* de marqa grande [2]
outro *decreto* manual solto

[1] Cremos ser *Tortes* o nome de um impressor; vimos algumas edições da Imprensa de David *Tartas,* com a éra judaica de 5449.

O titulo de *Decretaes* era dado á legislação canonica formulada pelos papas, especialmente desde Alexandre III, que organisou a primeira collecção; seguiu-se uma segunda por Alexandre IV; uma terceira e quarta por Innocencio III; a quinta collecção pertence a Honorio III; a sexta e ultima a Gregorio IX. Á imitação do Direito romano, systematisava-se gradualmente o *Corpus juris canonici,* conforme o papado procurava fortificar-se ou invadir a esphera do Direito civil. Bonifacio VIII (1291) completa o *Sexto* corpo d'esta legislação com as constituições dadas por Innocencio IV, Gregorio X, e por elle proprio; e Clemente V reune as suas constituições ás do concilio de Vienna sob o nome de *Clementinas.* A esta parte seguiram-se as *Extravagantes communes,* em cinco livros, de João XX e de outros pontifices. Lerminier accentua os elementos organicos das *Decretaes* e a sua systematisação imitada do Direito romano: «A Escriptura, as tradições, os concilios, as decretaes, constituições e bullas dos papas, e até as leis publicadas pelas auctoridades temporaes, concorreram para formar o Direito canonico, *jus canonicum.*—Não representa tanto o espirito da Egreja, como as transacções e relações a que se prestava diante do que não era ella. Assim o *Corpus juris canonici* encerra fragmentos do Codigo Theodosiano, compilações justinianas, Capitulares dos reis frankos e leis dos imperadores allemães.—N'esta codificação successiva os papas quizeram rivalisar com o Direito romano. Deram a fórma de Pandectas ao *Decreto* de Graciano, do Codigo ás *Decretaes;* o *Sexto,* as *Clementinas* e as *Extravagantes* foram redigidas segundo o plano das Novellas de Justiniano.» *(Philos. du Droit,* cap. III, p. 243. Bruxelles, 1836.) No exame das Bibliothecas portuguezas do seculo XIV se verá a quantidade de livros de direito canonico que se guardavam com esmero, como o *Sexto,* as *Clementinas,* (p. 51) *Decretaes* de Gregorio IX e de Innocencio, (p. 52) um *Sestimo,* (a collecção formada por Bonifacio VIII) e o *Terceiro,* o corpo de direito canonico formado por Honorio IV (p. 54.)

[2] Dava-se o nome de *Decreto* á collecção dos elementos dispersos de legislação ecclesiastica, complicada e tumultuaria, organisada no seculo XII pelo celebre canonista italiano, creador d'esta nova jurisprudencia, Graciano. Elle procurou um principio de ordem para as collecções d'antes começadas, dando-lhes unidade, realisando assim o titulo de *Discordantia concordantia Canonum.* O titulo de *Decreta* foi dado a esta collecção do nome especial sob que eram resumidas em fórma aphoristica ou imperativa, em frente de cada texto, as doutrinas contidas n'elle. Esta fórma de plural acha-se na antiga designação portugueza *Degredos.* A obra não teve auctoridade legal, mas pela sua fórma systematica tornou-se um perfeito compendio da jurisprudencia canonica, recebendo uma verdadeira auctoridade

hu *sexto* de tortes de marqa grande [1]
ha segunda parte de *dominico* sobre o *sexto* en hu velume [2]
zabarella sobre as *crementinas* en hu belume [3]
arcediaguo [4] VIII.
e isto na primeira estante.

na segunda stante sete velumes *dabades*. [5] VII.

na 3.ª stante hu velume de *concelhos* dabade.
mais *antonio tursete* (cursete)
mais huas *decretaes* de tortes marqa grande
hu *sexto* com *crementinas* todo de pena

---

scientifica na Universidade de Bolonha. O livro de Graciano, assim especialisado nos cursos de direito canonico, ficou a chamar-se o *Decretum*. Os seus elementos doutrinarios derivam-se de excerptos patrologicos, de Santo Agostinho principalmente, da *Ordo romanus*, do *Pontificalis*, do *Liber diurnus*, fragmentos de direito romano, e de trechos historicos, como de Ruffino e Cassiodoro. O *Decreto* de Graciano é dividido em tres partes: *De Ministeriis*, conhecida depois pela designação commum de *Distinctiones; De Negotiis*, a que nas escholas se deu a designação de *Causae;* e *De Sacramentis*, ou mais vulgarmente *De Consecratione*. De um dos principaes discipulos e commentadores da obra de Graciano, Huguccio *(Guichum)*, cujos trabalhos de interpretação ficaram ineditos, existia em Portugal um commentario, na Livraria do bispo D. Vicente (p. 53). Nas Livrarias portuguezas do seculo XIV figuram muitos exemplares do *Decreto* de Graciano (p. 52 e 53).

[1] É o *Liber sextus*, de Bonifacio VIII (1298), assim chamado por servir de supplemento aos cinco livros das *Decretaes*.

[2] É este canonista o celebre Dominici de Dominicis, auctor da *Reformatione romanae Curiae*, 1495; e do *Liber de Dignitati episcopali*.

[3] As *Clementinas* são as Constituições de Clemente V, cuja primeira edição é de 1460; foram promulgadas em 21 de março de 1313. Foram tambem conhecidas pelo titulo de *Sestimo*, por se seguirem ao *Sexto;* foram auctorisadas com o nome de *Clementinas* por João XXII.

Zabarella é o auctor do *Commentarii in Decretales et Clementinas*, do denominado Cardeal de Florença, Francisco Zabarella (n. 1339; m. 1417). Tendo terminado os estudos em Bolonha, professou em Florença, em Padua, e o papa João XXIII o nomeou cardeal. No Concilio de Constança, de 1414, Zabarella é que dirigiu os trabalhos, preparando a deposição do papa, e expirando por effeito da exaltação das polemicas.

[4] É o Apparato sobre o *Sexto*, de Tancredo da Corneto, mais conhecido pelo nome de *Archidiaconus*.

[5] É a fórma abreviada de designar os *Commentaria* Abbatis Panormitani. Pelos antigos Estatutos da Universidade (Liv. III, tit. 44) para ser admittido ao acto de bacharel era preciso justificar por certidão possuir, sendo Legista, BARTHOLOS, e, sendo Canonista, ABBADES, *além dos Textos*.

hu volume de *dominico* em duas partes juntas no mesmo volume
zavarela sobre as *crementinas* en hu volume. VI.

Quarta stante

quatro volumes de *Johan andre*[1]
huas duas partes s. primeira e segunda *danrique boym*. VI.

Quinta stante

quatro volumes do *especulador* e dous deles com reportoiros[2]
ha primeira parte de *baldo* sobre as *decretaes*[3]
ha primeira parte de *Innocencio* sobre as *decretaes*.[4] VI.

Sexta stante

cinquo volumes *dabades* antiguos[5]
ha 3.ª parte de *Johanes andre* en hu velume de pena. VI.

Setima stante

tres volumes de *Bartoquino* s. primeira, segunda, terceira partes en elles[6]
hu volume que se chama *margarita baldi*[7]

---

[1] É a nova compilação de *Glosas ás Decretaes* de Gregorio IX feita por Johannes Andreae (1270-1348), que intitulou *Novella*. Era a mais preferida das Escholas.

[2] Nome escholar do auctor do *Speculum*, Guilherme Durand, com as ampliações de Johan André, feitas em 1346. Em um outro inventario chama-se-lhe *Guilhelmo espiculador*.

[3] Obra do jurisconsulto italiano Pedro Baldo, rival de Bartholo, conhecida pelo titulo *Margarita Baldi*.

[4] É o papa Innocencio IV, auctor do *Apparatus super Decretales*, muitas vezes reimpresso.

[5] Esta designação indica a obra: *Per illustrium Doctorum in Libris Decretalium Commentarii*, videlicet ABBATIS ANTIQUI cum additionibus Seb. Medicis, Bernardi Compostellani, Guidonis Papae, etc.

[6] É o celebre canonista Johannes Bertachini, auctor do *Tractatus de Episcopus;* ha uma edição de Leão, de 1539.

[7] Vide n.º 3.

duas partes de *dominico* sobre o *sexto*
hu volume de pena sem nenhu titollo. VII.

RVI.

Oytava stante

tres partes de *fillino*
hu reportorio de *nicolas de milis*
dous livros de pena muito antiguos—II livros— VI.

Nona stante

hua *statuta* de tortes
hua parte de *baldo* de pena
hua repetiçam de *palacio rubyo*[1]
hua parte de *alexandre*[2]
hu velume de *azenonius* sobre o *codeguo*[3]
hu reportorio com seus conselhos de *ludovico boloni.*[4]

Decima stante

sete volumes de *bartolo* antigo. V de pena e dous de forma.[5] XIII.

---

[1] É o celebre canonista João Lopes de Palacios Ruvios; estudou em Salamanca em 1484, como collegial de S. Bartholomeu, e foi encarregado por Fernando o Catholico para coordenar as Leis do Toro; a obra inventariada é a *Repetitio rubricae et cap. Per vestras, de Donationibus inter virum et uxorem.* Pinciae, 1503; Salmanticae, 1525.

A Repetiçam era tambem uma das fórmas doutrinaes das escholas canonistas, onde se usavam as *Repetiones, Regulae, Casos, Disputationes, Questiones,* e conforme os dias da semana eram denominados estes exercicios *Sabbatinas, Dominicales, Venereales, Mercuriales.*

[2] Porventura uma das tres partes do *Doctrinale puerorum* de Alexandre Villa Dei.

[3] Será Azo de Ramenghis, genro de Joham André, auctor de *Repetiones* sobre o texto do Decreto?

[4] É a edição dos *Consilia* de Ludovico Bolognini, feita em Bolonha em 1499. Este jurisconsulto professou na Universidade de Bolonha, sua patria, e na de Ferrara. Exerceu altos cargos junto de Innocencio VIII, Carlos VIII de França e do duque de Milão. São numerosas as suas obras *Interpretationes, Emandationes,* de direito romano e canonico.

[5] O celebre jurisconsulto que ensinou *Direito* em Pisa e depois em Perusa (1313-1356). Du Moulin chama-lhe o corypheu dos interpretes.

Undecima stante

hus dous volumes de reportorios de *Pedro brigiensis* [1]
hu velume de *Jacobum alvaroqum* com seu repertorio no cabo [2]
hu velume sobre o *codeguo* de *Johanes de colonia*
hu velume de pena 2.ª parte de *bartolo* sobre o *digesto novo*
amgelus, de maleficiis. [3] VII.

Duodecima stante

ha primeira parte de *dominico* sobre o *sexto*
hu volume de *francisco maxencius* de poesia e reitorica
hu livro muito velho de purgaminho em lingoagem que falla dos casamentos e desposoiros. [4]
XXX aqui estam vynte e nobe.

Na primeira stante da mão direita

hua *bribia*
hua segunda parte de *sã thomas de aquino*
hua segunda parte do mes. *tomas de aquino* sobre as *questões*
hua primeira parte de *são tomas*
hu *voqabulairo* de cosasnotredo [5]

---

[1] É o jnrisconsulto Petrus Brixiensis, auctor do *Repertorium utriusque juris,* impresso em Bolonha em M.CCCCLXX. Bernard, na obra *De l'origine et des debuts de l'Imprimerie*, t. II, p. 235, diz que «o unico exemplar conhecido faz parte da Bibliotheca do Cardeal de Bergamo.»

[2] Será Jacob de Albenga, glosador da *Compilatio quinta,* ou *Decretaes* de Honorio III. (1216-1227.)

[3] Angelo de Angelis, professor da Universidade de Padua, no seculo XV; era filho de outro celebre jurisconsulto, Paulo de Castro. Como advogado consistorial distinguiu-se no direito canonico. Escreveu *Juris Pontificii quaestiones selectae.*

[4] É a traducção do livro *De re uxoria,* do italiano Francesco Barbaro (1398-1454); tambem foi traduzido em francez por Claude Joly, *l'État du Mariage.*

[5] Nas Bibliothecas da Edade média assim se chamava a um diccionario da *Biblia* de Giovani Marchesini, intitulado MAMMETRACTUS. Rabelais, no *Gargantua* (cap. XIV), e *Pantagruel* (cap. VII), chama-lhe *Marmotret.* Na Livraria Visconti-Sforza, do seculo XV, vem descripto um exemplar com o titulo *Liber Marmotreti.* (Vid. *Giornale storico della Letteratura italiana,* vol. I, fasc. 1, p. 44.) Marchesini era frade minorita; para soccorrer a ignorancia monachal, emprehendeu este afa-

hu volume de teologia *super potentiam divinam*
hu volume s. *sumairo dos casos de theologia*
hu volume de theologia de *são thomas* sobre as *castões*. VIII.

2.ª stante

hua parte de *são tomas,* em letra de pena, velho sobre as *eticas*
hu volume .s. *archidiaconus*
hu quaderno de pena em papel, muito velho sem titolo
hu volume de filosophia sobre os *Costumes e vida dos homens*
hu *brebiayro* romão
hu volume .s. *racional de theologia*
ha ultima parte da *vita cristi* [1]
hua *arte* que se chama *usu ditaminis* [2]

---

mado *Vocabulario* de todas as palavras empregadas na *Biblia,* e termina-o em 1466. Deu-lhe o nome de *Mammothreptus* (chupa na teta), que se corrompeu na giria das escholas em *Mamotret, Mamotredo.* No romance picaresco hespanhol *La Lozana andaluza,* os capitulos são denominados *Mamotrecos;* na linguagem vulgar portugueza ainda se designa o pedaço de pão com a palavra *motreco.* A primeira edição da obra de Marchesini é de Mayence, 1470.

[1] A obra de Ludolfo Cartusiano, muito lida em Portugul no seculo XV.

[2] Era propriamente o que modernamente se chama um Secretario, com normas de correspondencia e modelos epistolares. Um dos mais notaveis livros d'este genero é a *Ars dictaminis,* do poeta inglez Gaufridi, composto para as escholas; e em especial a obra de Boncompagno, mestre de Grammatica na Universidade de Bolonha, *Ars dictaminis,* em seis livros, em que trata das fórmas das cartas entre estudantes, para a curia romana, para os papas; para o imperador e rei, e d'estes para os inferiores; de prelados e dos sujeitos á jurisdicção ecclesiastica, e por fim das cartas dos nobres, das cidades e dos privados, com um appendice sobre os artificios da phrase, advertencias aos escholares sem educação, e louvores da sciencia. Na *Historia litteraria de França* cita-se (t. XXII, p. 27) um Ms. de Maitre Guillaume, intitulado *Ars dictatoria* ou *Ars dictaminis;* é uma arte de escrever cartas, em que exige seis predicados: a *Saudação,* a *Captação,* o *Proverbio*, a *Narração,* a *Petição* e a *Conclusão:* «A Saudação ensina em que termos se deve dirigir a cada pessoa, segundo a categoria que occupa. Mestre Guillaume não se esquece mesmo do caso em que se tenha de escrever a um judeu ou pagão. A Captação tem por fim ganhar a confiança. Por Proverbios entende o auctor as similhanças que devem ser apropriadas ao assumpto: assim, o marinheiro que procura um porto contra a tempestade, é uma boa figura para o caso de um filho que, batido pela miseria, procura um refugio sob o tecto paternal. A Petição é o que se pretende. Finalmente, a Conclusão indica as fórmas diversas pelas quaes as cartas devem terminar.»

A *Arte dictatoria* conservou-se no uso ainda muito depois da Edade média

hu volume que se chama *dimeta* muito velho de purgaminho[1]
hu volume de pena muito velho sem titollo. VII.

3.ª stante

sete volumes pequenos muito velhos sem sumarios soltos. VII.

Quarta stante

huas duas partes em dous volumes de gentill *medicina marsilius*[2]
hu volume de *medicina,* de pena
hua parte de *graviell petri*
hu volume de pena velho. VI.

As B. stantes

volume de *nicoláo de lira*[3] sobre a *bribria* e com ella seis volumes muito velhos de pena. VII.

---

em Portugal, como se vê pela *Côrte na Aldea,* de Francisco Rodrigues Lobo, que ahi discute as fórmas e estylos das cartas.

[1] O codigo da parte sul do paiz de Galles, mandado organisar por 920 por Howel o Bom ao doutor em leis Blegywird, em tres livros, era denominado, segundo a terra em que vigorava, DEMETIA, ou a Galles meridional. (Tailliar, *Précis de l'Histoire des Institutions des Peuples de l'Europe occidentale au Moyen-Age,* p. 47.)

[2] É a obra do medico italiano Gentile Gentili (+1348) que vivia na primeira metade do seculo XIV, e fôra discipulo de Thadeu de Florença. As suas explicações das obras de Avicena é que lhe deram a reputação, posto que n'esses commentarios não appareça a verdadeira noção da Physiologia nem da Therapeutica. São numerosas as suas obras medicas, porém a obra de que se trata, attendendo a que constituia *duas partes,* parece-nos ser a *Expositio cum commentio Aegidi monachi benedictioni, libri* DE JUDICIIS URINARUM, *et libri* DE PULSIBUS. Daremberg, na *Historia das Sciencias Medicas* (t. I, p. 296), falla dos *Consilia* de Gentilis e da sua importancia scientifica; «Entre os eruditos e os ricos encontram-se tambem os *Conselhos* e os Commentarios de Gentilis de Foligno.» (Ib., p. 315.)

MARSILIUS designa aqui o celebre cirurgião de seculo XV, Marcellus Cumanus, auctor de *Observações,* em que ha referencias evidentes á syphilis. (Assim se explica as duas partes, e ao mesmo tempo dois volumes, da descripção.)

[3] Eximio exegeta do seculo XIV, e professor de Theologia na Universidade de Paris (1270 a 1340). Pelo conhecimento do grego e do hebreu, e tendo frequentado as escholas dos rabbinos, tornou-se de uma assombrosa critica interpretativa do Velho Testamento, no que se referia á parte ethnographica. A obra de

As seis stantes

hu volume de *conselhos* de Pedro amcarrano, e com elle sinquo volumes de livros de purgaminho muito velhos.[1] VI.

Setima stante

hu *sexto* de pena
hu volume de pena chamado *speculum judiciale*
outro volume de pena. III.

livros R e VII em esta lauda

Oytava stante

hua *suma sobre as decretaes* de purgaminho
hu velume chamado *vitalem de campanis*[2]
outro livro de pena que nom serve de nada somente hũs items antigos
hu *sesto* de pena
huas *qestoes* de pena *sobre as decretaes*
hu quarto livro de huas *ordenações antigas.* VI.

Nona stante

hu *digesto novo* de pena

---

que aqui se trata é a *Postilla perpetuae,* sive brevia Commentaria in universa Biblia. Roma, 1471-1472, em 5 vol. Os outros livros de penna, ou manuscriptos, sob o nome de Lyra, serão: *Moralitates in* IV *Evangelia; Commentaria in* IV *libros Sententiarum; Quodlibeta theologica; Tractatus de Animae Claustro; Concordantia Evangeliorum; Sermones, Distinctiones et Glossae,* que ficaram ineditos. Do poder critico de Nicoláo de Lira dizia-se nas escholas do seculo XIV:

Si Lyra non lirasset,
Totus mundus delirasset.

[1] Petrus de Ancharano é auctor dos *Commentaria in* V *libros Decretalium et super Clementinas, cum scholiis.* 5 vol. E tambem do *In Decretales Repertorium.* Morreu em 1415.

[2] Parece-nos a união dos dois nomes *Vital* de Thebas e João de *Chapnis,* que colligiram as *Extravagantes* depois das *Clementinas.*

hu tratado pequeno de *castoes*[1]
ho primeiro das *decretaes Innocencio* sobre elle em hu volume
hu *aparato de gesalino* de pena
hua parte de *Joham amdre* de pena
hu tratado de pena chamado *barbarismo*
hu caderno de pena sem nenhum titollo que trata *qestoes*
hu velume chamado *berbyairo estravagante.*[2] VIII.

Decima stante

hua *statuta* de purgaminho
hu quaderno de pena
hu *codeguo* de pena
hu velume de pena de items
outro qaderno de purgaminho de pena. B.

Undecima stante

seis velumes em esta stante sem sumas nem titollos nil valent.
VI.

Duodecima stante

Azam em hu velume[3]
hua parte de *nicolao*
hu velume de pena

---

[1] Porventura as *Quaestiones sabbatinae,* de Azo, que circulavam manuscriptas, e que se repetiam aos sabbados nas escholas de direito; ha outras referentes aos domingos, etc. Era d'este afamado jurisconsulto que corria o proverbio:

Chi non ha Azzo
no vada a palazzo.

[2] É o *Breviarium* de Bernardo (1190).

«Pouco tempo depois de Graciano, o direito ecclesiastico enriqueceu-se com decretos novos dos concilios oecumenicos, e em consequencia da auctoridade potente de que gosava a Santa Sé, decretaes e rescriptos se espalharam em todas as direcções. Como estas peças circulavam isoladamente fóra da collecção usual, chamava-se-lhes EXTRAVAGANTES.» (Walter, *Manuel du Droit ecclesiastique,* p. 135.)

[3] É a obra do celebre jurisconsulto Porcio Azzo, da Universidade de Bolonha, fallecido em 1200. O resumo das suas lições, feito por um dos seus discipulos, intitulava-se: AZONIS, *Ad singulas l.* XII *libr. Cod. iust commentarium et magnus apparatus.*

ha quarta parte *dabade*
hua segunda parte *dabade*.

B.

aqui estam xxx livros em esta lauda xxx.

acrecentaraose mais neste emventairo seis volumes de livros per restituiçaõ que se furtaraõ segundo se disse .s. 1.ª parte *de hoficis* e tres partes *dabade* e hua *vita xpi* e hu *vocabularium juris* e por que de todos me dou por entregue eu nicolau lopez o escrepvi asinei aqui oje VIII junho de 1 b^c^xxxvi anos

nicolao
lopes bedel.»

Gabriel Pereira encontrou a fl. 60 do mesmo manuscripto um outro inventario mais antigo, que julgamos ser o fundo da livraria da Universidade de Lisboa, antes de enriquecida com o legado do Licenciado Diogo Lopes:

«Inventairo dos livros da livraria deste estudo e universidade feito per os padres luis cardoso e joaõ landeiro conselheiros do dito estudo e per mim bedel.

primeiramente achamos na dita livraria todos os terços de canones .s. duas *decretaes* de tortis de marca grande e dous *decretos* de tortis hu de marca grande e outro portell
dois *sextos* hu de tortis e outro de pena
hu *dominico* a segunda parte delle sobre o *sesto*
hu *gradual sobre as clementinas*
archediaguo *sobre o decreto*
todos os volumes *dabade* e com seis *conselhos* e repertorio diguo seu reportorio
hu reportorio de *antonio cursete*
outra parte de *dominico* .s. a primeira
hu fr.º de *zabarellis sobre as decretaes*
quatro volumes de *joanes andreas* nas *decretaes*
dois volumes de *anrique boym*
tres volumes de *guilhelmo espiculador* com seu repertorio
hu volume de *baldo* sobre o primeiro das *decretaes*
fl. 60 v.— cinquo partes *dabade* antiguo e na primeira parte hua

obra de *antonio de butrio* .s. o titulo da *translatione epor.* (episcoporum) usque ad titulum *de offici*[1]
hua novella de *Johanes andreas* sobre a terceira parte das *decretaes* em purgaminho de pena
tres partes de *bartochinos* .s. repertorios
outra leitura de *baldo* sobre as *decretaes* incipit. *margarida*
dous volumes de *dominico* sobre o *sexto*.»[2]

Por estes inventarios se fórma uma idéa do estado da nossa litteratura juridica na primeira metade do seculo XVI; havia uma grande pobreza de livros impressos, e a typographia achava-se profundamente atrazada, como o confessa André de Resende na *Oratio pro rostris*, de 1534, e em uma carta de 16 de março de 1547 a D. João de Castro.

Em carta de 4 de julho de 1541 mandou escrever o rei ácerca da Livraria da Universidade: «E quanto aa *Livraria* que mandei pera essa Universidade e dizees que até hora se nã pos nas scholas avendo disso muita necessidade, vós vos informai de Nicoláo Leitão, que levou os ditos livros, e vede as casas dos paços e escolhee a que milhor e mais auta vos parecer pera estar a dita *Livraria,* e eu escrevo a Vasco Ribeiro que vol dê, e mando provisão pera o Rd.^or^ da Universidade fazer as estantes pera os ditos livros estarem pela ordenança que vos bem parecer.» Por este documento se vê que a Livraria ainda estava a cargo do Recebedor da Universidade, como fôra de costume em Lisboa.

A Livraria do Studo constava principalmente de obras de Direito canonico e dos seus complicativos commentadores, e das collecções do Direito romano, e dos principaes civilistas da Eschola de Bolonha, como Bartholo, Baldo e Azzo. O Direito feudal estava decahido em completo esquecimento, em consequencia das transformações sociaes do reinado de D. João II, e da nova codificação segundo o espirito das leis romanas na *Ordenação Manuelina.* Não havia portanto a necessidade de conformar estes dois systemas de legislação; mas o habito dos antigos jurisconsultos, que exerceram esse processo de conciliação, prevaleceu na jurisprudencia, entregando-se os doutores ao trabalho de um ecclетismo banal, ora confrontando leis romanas com leis romanas, ora explicando as contradições dos tratadistas, e conciliando as suas opiniões,

---

[1] É o auctor da obra *Monarchae super* V *libros Decretalium Commentarii.*

[2] Ap. *Boletim de bibliographia portugueza*, t. II, p. 193 a 198. (Coimbra, 1881.)

para as converterem em principios imperativos. Esta época da jurisprudencia era, como lhe chama Villa Nova Portugal, o reinado da Opinião. Os commentadores eram tanto ou mais importantes do que a lei que glossavam: «Os auctores que pertencem ao reinado de D. João III, como Jeronymo Osorio, Navarro, seu discipulo Pinello, Costa, Gouvêa, mostram este gosto da Jurisprudencia—conciliar as Leis romanas entre si, e conciliar as Opiniões: *Bartholo, Baldo,* Alberico, *Anchar* e Decio são citados como chefes; etc.» [1] Em uma carta de D. João III, de 31 de janeiro de 1539, estabelece-se como se deve evitar no ensino o alarde de *opiniões*, dizendo a que se reprova ou approva, e allegando dois ou tres doutores. No emtanto uma grande revolução se ia operar no estudo da jurisprudencia, na Europa; cabia a gloria d'essa iniciativa ao portuguez Antonio de Gouvêa, o rival de Cujacio, e seu companheiro na Universidade de Tolosa. Debalde tentou D. João III attrahil-o para as novas reformas que projectava; Gouvêa, costumado á liberdade de espirito, não podia viver intellectualmente fóra da atmosphera da França. As doutrinas reformadoras de Antonio de Gouvêa, emquanto á Jurisprudencia, era desbravar o texto das leis romanas da vegetação parasitaria e obscurecente dos interpretes, abandonando as suas *opiniões* e descobrindo-lhe por um processo historico o seu verdadeiro sentido primitivo. Para elle a Philosophia e a Historia eram o poderoso criterio para comprehender uma civilisação, explicando por ella as suas leis civis. O mesmo espirito revelou na lucta a favor de Aristoteles contra Pedro Ramus: vindicar a racionalidade do grande philosopho, restaurando philosophica e historicamente o seu texto puro das subtilezas dos seus commentadores, que imperavam nas escholas. Na reforma dos estudos juridicos, Antonio de Gouvêa atacou o Bartholismo; sobre este methodo escreve Caillemer, professor de direito em Grenoble: «O que distinguia o ensino de Gouvêa era a originalidade do seu methodo, que, ao regimen intolerante das auctoridades de uma outra edade, substituia o principio do livre exame, e sustentava a causa da independencia doutrinal. Afogadas por glossas que gerações inteiras tinham amontoado sobre as leis de Justiniano, ellas quasi que estavam obliteradas. O jurisconsulto, na sua negligencia pela obra primitiva, cujos motivos lhe escapavam, hesitante, no meio de um dedalo de opiniões contradictorias, sobre o caminho que devia seguir, abdicava a maior parte das vezes diante da força do numero; e fossem quaes fossem as resis-

---

[1] *Memorias de Litteratura,* da Academia das Sciencias, t. v, p. 404.

tencias do seu espirito, como os juizes do seculo de Valentiniano III e de Theodosio II, elle submettia o seu pensamento a uma aviltante escravidão.— Não eram os Romanos mais seguros guias do que os glossadores? Sustentar que a leitura das suas obras immortaes não podia por si só esclarecer a sua legislação, não era confessar a fraqueza e impotencia do seu espirito? O Direito romano tinha por muito tempo subsistido sem interpretes, e Justiniano, como todos os legisladores, pensava que os commentarios prejudicavam mais do que aproveitavam á sua obra. Regressemos então, dizia Antonio de Gouvêa, ao estudo paciente dos jurisconsultos de Roma; tentemos dissipar as trevas que pairam sobre suas obras; evitemos estas subtilezas que falsêam o juizo, e que os émulos de Accursio encastellaram por fórma que nem tres edades de Nestor chegariam para conseguir dissipal-as; então o Direito romano brilhará com um novo esplendor e em toda a sua luz.»[1] Esta tendencia dos jurisconsultos eminentes da Renascença para o livre exame dos textos romanos tornava-se suspeitosa, e os sectarios de Bartholo e do imperio das *opiniões* deixavam correr o adagio: *bonus jureconsultus, ergo malus christianus*. Por esta exploração do fanatismo religioso era combatida a renovação da jurisprudencia no seculo XVI. Isto nos explica o atrazo scientifico revelado pela Livraria do Studo da Universidade.

A sciencia medica acha-se ali inferiormente representada; comtudo, recompondo-se a *Livraria de medicina,* que possuia o antigo lente da Universidade o Doutor Garcia d'Orta, colligindo as numerosas citações dos seus *Colloquios dos Simplices,* fórma-se uma idéa da elaboração scientifica da primeira metade do seculo XVI. Como na reforma dos estudos da Jurisprudencia, tambem na Medicina se deu o importante trabalho de libertar o criterio da auctoridade dos commentadores que pretendiam conciliar as opiniões de Galeno com a dos Arabes; tambem os humanistas, pretendendo restaurar o texto de Hippocrates, antepondo-o aos interpretes arabes, exaggeravam a erudição á custa das investigações experimentaes (da anatomia, physiologia e clinica.)

O Doutor Garcia d'Orta, como medico e escriptor scientifico, apparece-nos entre estas duas correntes, a dos *conciliadores,* ou partidarios dos Arabes, e a dos *eruditos* grecistas, conservando a sua independencia mental pela preponderancia que ligou aos estudos da Botanica, como meio de desenvolver a materia medica e ampliar os recursos da thera-

---

[1] Caillemer, *Étude sur Antoine de Govêa* (1505–1566), p. 27.

peutica. Colligindo pois os nomes dos auctores citados nos *Colloquios,* systematisam-se facilmente em tres grupos, segundo a marcha da sciencia no meado do seculo XVI:

Os GREGOS, os ARABES e os MODERNOS.

1.º—Reunimos com os escriptores gregos os romanos, juntando aos seus nomes os titulos das obras, segundo as edições correntes na época do Doutor Garcia d'Orta:

Hippocrates [1]
Theophrasto [2]
Paulo Egineta [3]
Dioscorides [4]
Aetius [5]
Galeno [6]
Celso [7]

---

[1] Cita o aphorismo 6.º do livro I. Servimo-nos do trabalho bibliographico do sr. conde de Ficalho, *Garcia d'Orta e o seu tempo,* p. 285: HIPP. COI *Opera* per Fabium Calvum, etc. Basileae, 1526. E HIPP. *aphorismi* cum GALENI *commentariis,* interprete Nicolao Leoniceno, Parisiis, 1532.

[2] Theophrasti, *De Historia et De causis plantarum,* libros ut latinos legeremus, Theodorus de Gaza, etc. Trevisii, 1483. O conde de Ficalho suppõe que Orta conheceria Theophrasto pelas referencias dos commentadores Laguna, Brasavola e outros naturalistas.

[3] É o auctor do resumo das obras de Oribase. P. AEGINETA, *de re medica libri septem,* Parisiis, 1532; e P. AEG. *pharmaca simplicia,* Othone Brunfelsio interprete, Argentorati, 1510.

[4] A sua unica obra existente, sobre *Materia medica,* foi impressa em Veneza por Aldo Manucio, em 1499; ha outra edição de 1518.

[5] Medico da côrte de Byzancio, compilador do que havia de mais importante na medicina dos antigos: *Tetrabiblos,* Basilea, 1533 e 1535.—AETII ANTIOCHENI (sc. Amideni) *medici de cognoscendis et curandis morbis Sermones sex jam primum in lucem,* Basileae, 1513, in-fol. Boerhave considerava a obra de Aecio tão necessaria ao medico como as Pandectas de Justiniano ao jurisconsulto.

[6] Foram as obras de Galeno publicadas pela primeira vez em latim, em dois volumes, Veneza, 1490. Outra edição em folio, de 1541. Orta estudava de preferencia os tratados que se referiam á materia medica e pharmacia; cita o *De simplicibus Medicamentis,* dedicado *ad Paternianum,* com a fórma abreviada: «ad Pat. cap. 5.»

[7] A primeira edição do tratado *De Medicina* de Celso é de Florença, fol. de 1478, por Barth. Fontius. Depois d'esta seguiram-se-lhe na Europa mais de trinta edições.

Rufo [1]
Serapio [2]
Actuarius [3]
Plinio. [4]

2.º—Os livros arabes de Medicina eram muito conhecidos em Hespanha, como notou Clenardo, e isto nos explica a causa da superioridade dos estudos medicos em Salamanca e na Universidade de Alcalá, frequentados por Garcia d'Orta. Não se infere da leitura dos *Colloquios* que o sabio lente conhecesse a lingua arabe; comtudo obedeceu a essa corrente doutrinaria, corrigindo-a ou fortificando-a com as suas observações directas na India. Eis os principaes auctores arabes que abonam as suas descripções de materia medica:

Averroes [5]
Avicena [6]

---

[1] Um dos melhores representantes da Medicina dos romanos; Daremberg tem melhorado alguns dos seus Tratados e achado outros que estavam ignorados. *(Histoire des Sciences médicales,* t. I, p. 190.)

[2] Medico empirista da eschola de Alexandria, julgado por Celso e Galeno. Orta cita um outro medico Serapio *(Serabi)* da eschola dos Arabes.

[3] Medico do Baixo Imperio; o nome de *Actuarius* era o titulo dado aos medicos da côrte de Constantinopla. Na obra *Methodus Medendi*, libri sex, impressa em Veneza em 1554, falla-se na agua distillada, como a de rosas, e do uso do sene, da coassia e do manná. *De Medicamentorum compositione,* Parisiis, 1539.

[4] C. Plinius Secundus, *Historia naturalis,* Veneza, 1469; esta obra, que Littré compara com o *Cosmos* de Humboldt, em relação á synthese scientifica de uma civilisação, era uma das que o Doutor Garcia d'Orta citava com mais frequencia (trinta e tres vezes) e a que ligava grande auctoridade.

O Doutor Garcia d'Orta cita tambem no seu livro auctores classicos, philosophos, poetas e historiadores, o que nos evidenceia a sua superior cultura humanista: *Aristoteles, Platão, Herodoto, Strabão, Ovidio, Terencio, Santo Agostinho.*

[5] Garcia d'Orta cita das obras do grande medico arabe a *Kitab-el-Kulliygat* (o Livro de tudo), conhecido nas escholas pelo nome de *Colliget.* Constava a obra de sete partes: 1.ª Anatomia; 2.ª Saude; 3.ª Doenças; 4.ª Signaes da Saude e das Doenças; 5.ª Alimentos e Medicamentos; 6.ª Regimen da Saude, 7.ª Tratamento das Doenças. A traducção latina: *Incipit liber De Medicina averoys, qui dicitur coliget,* Venetiae, 1482.

[6] A principal obra de Avicena é *Kitab-el-kanuni fi-t-tibbi* (Livro do Canon da Medicina), conhecido pela traducção latina, feita por Gerardo de Cremona, com o titulo *Canon Medicinae,* sem data, nem logar de impressão. Segundo Choulant, fizeram-se quatorze traducções do *Canon* antes do fim do seculo XV e treze no se-

Avenzoar [1]
Alcanzi [2]
Albatari [3]
Albazar [4]
Isac [5]
Mesue [6]
Halirodoam [7]
Rasis [8]
Serapião. [9]

---

culo xvi. O Doutor Orta cita com frequencia os commentadores do *Canon,* taes como Jacob De Partibus *(Colloquios,* fl. 8), Matheus de Gadis (erradamente Gradibus) e Andrea Alpago Bellunense (ib., fl. 20, 45, 53, etc.), Geraldo Cremonense (ib., fl. 48 ỳ), provavelmente a traducção supracitada com a revisão de André Alpago.

[1] A obra de Abenzoar, citada por Orta (fl. 12 e 50 ỳ), é versão latina do *Kitabu-el-Teisir-fi-Madonati na-tedbiri* (Livro da Assistencia no Tratamento e Regimen). É mais conhecido pelo nome de *Teisir* (a Assistencia). De uma traducção hebraica serviu-se Pathavinus para a sua traducção latina, com o titulo *Adjumentum de medela et regimene,* impressa em Veneza em 1490. Junto com o *Teisir* tambem se imprimiu muitas vezes o *Antidotario,* attribuido a Abenzoar.

[2] É o celebre Alkindi, auctor *De medecinarum compositarum gradibus investigandis libellus,* que pretendia preparar os remedios conforme as regras da Arithmetica e da Musica. Cardan considerava-o um dos espiritos subtis do mundo.

[3] Elminthar? que escreveu sobre hygiene.

[4] Porventura *Ali Abbaz.*

[5] A obra do medico judeu Isac já se encontrava na Livraria do Infante Santo (p. 230). Ha uma edição latina: *Omnia opera Ysaak in hoc volumine continenta,* etc. Lugduni, 1515. É um dos grandes auctores de Encyclopedias medicas, como Mesue, Rhases e Serapion, os mais vulgarisados na Europa por todo o seculo xv.

[6] Masoniah, conhecido pelo nome de João, em contraposição a seu irmão Miguel; muitos dos seus numerosos tratados foram traduzidos e publicados separadamente no seculo xv: *De Consolatione medecinarum solutivarum,* etc. Milão, 1473; *Grabadin, quod est aggregatio et antidotarium electuariorum,* sem logar nem anno. Ha uma traducção das obras completas de Mesue, de Veneza, em 1471, em 3 vol. fol. Imperava na medicina europêa. Cita Mesue o antigo. (Mansarunge, fl. 69 e 184 ỳ.)

[7] Um dos commentadores de Galeno, cujos trabalhos vêm na collecção chamada Articella; escreve-se Haly Rodoam.

[8] Mohamed, conhecido pelo nome de Razes, da sua terra natal; a sua obra de Medicina intitula-se *El Mansouri,* por ser dedicada a um kalifa de Bagdad, Almanzor, *Libri ad Almansorem, liber divisionum, de juncturis de morbis infantum,* etc. Milão, 1481. Garcia d'Orta cita o *ad Almansorem,* e dá-lhe o nome Ibn-Zacaria, a que chamam *Benzacaria. (Colloquios,* fl. 5 e 7.)

[9] Medico judeu, Serabi, de que fizeram Serapio e Serapion. É auctor do tra-

3.º—Entre os escriptores modernos, o Doutor Garcia d'Orta cita os que commentaram as obras de materia medica dos gregos e dos arabes; mesmo na India estava ao corrente de todas as obras da sua especialidade que se publicaram na Europa desde 1534 a 1560:

Matheus Platearius[1]
Simão de Cordo[2]
Matheus Sylvaticus[3]
Christophorus de Honestis[4]
Hermoláo Barbarus[5]
Theodoro de Gaza[6]
Antonius Guainerus[7]

---

tado de materia medica *Liber Serapionis aggregatus in medicinis simplicibus translatio Simonis Januensis* interprete Abraham Judaeo. Milão, 1473.—Junto com esta obra têm-se impresso as obras de João Serapio (Jahiah ben Serabi), conhecido pelo nome de—senior. É um dos escriptores de materia medica mais citados por Orta, pelo menos quarenta e cinco vezes.

1 Medico salernitano, auctor de um catalogo alphabetico de drogas, conhecido pelo nome vulgar de *Circa instans:* Mathæi Plateårii *liber de simplici medicina s. Circa instans,* Lugduni, 1512.

2 Auctor da *Clavis sanationis,* catalogo de drogas em ordem alphabetica, impresso em Veneza em 1514. Orta chama-lhe Simão Genuense (fl. 219).

3 Garcia d'Orta cita a obra d'este escriptor com o titulo de *Pandecta* (fl. 37 ỳ) e *Pandetario* (fl. 73 ỳ, 81 ỳ, 83, 99 ỳ e 122 ỳ dos *Colloquios).* Nas edições do seculo XV era o titulo da obra: *Liber pandectarum medicinae* e *Opus pandectarum* Mathæi Sylvatici, cum Simone Januensis, etc. 1498. Ha edições de 1507, 1526, etc.

4 Commentador da obra de Mesue; a sua obra anda junta á do medico arabe impressa em 1480 e 1490.

5 Um dos grandes humanistas da renascença italiana, e celebre pelos seus commentarios criticos: *Castigationes Plinianae* Hermolai Barbari, Aquilensis pontificis, Romae, 1492. *Castigationes secundae,* etc. Garcia d'Orta cita a obra de Temistio (fl. 50 ỳ) tambem emendada por Hermoláo Barbaro: Themistii *peripatetici lucidissimi Paraphrasis in Aristotelis posteriora et Physica; in libros item de Anima, memoria ac reminiscencia, somno et vigilia, insomniis et divinatione,* Veneza, 1480. Dioscorides Anazarbi *de medicinali materia* libri v latinitate primum donati ex versione Hermolai Barbari, etc. Veneza, 1516.

6 Philologo byzantino refugiado na Italia no seculo XV; entre as suas numerosas traducções do grego, exerceu uma grande influencia na Renascença scientifica a sua traducção de Theophrasto: *Historia plantarum,* libri x, e *De causis plantarum,* libri VI. Trevise, 1483.

7 Medico pratico do meado do seculo XV, auctor do *Opus praeclarum ad prax.* Lugduni, 1534. Daremberg, na *Historia das Sciencias medicas,* t. I, p. 345, traz um remedio de Guainerus contra a picadella venenosa, consistindo em collocal-a no

Symphorien Champier [1]
Michael Savonarola [2]
Nicolaus Leonicenus [3]
Johannes Manardus [4]
Johannes Ruellius [5]
Amato Luzitano [6]
Valerius Cordus [7]

---

anus de um frango, previamente depennado n'esse logar, e apertando-lhe o bico, para elle, tendo de respirar, sugar o veneno pelo anus.

[1] Celebre medico francez (1422–1533), mais vaidoso do que sabio, e auctor de obras extravagantes. Garcia d'Orta cita-o a proposito do *lignum aloes,* porventura referido no *Myroer des apothiquaires, plus les Lunectes des cyrurgiens,* Lyon, in-8.º goth. (sem data); Paris, 1539.

[2] João Miguel Savonarola, medico da Universidade de Ferrara, tio do celebre dominicano Savonarola. Além de outras obras, escreveu *Practica de aegritudinibus, a capite usque ad pedes.* Colli, 1479.—*De balneis omnibus Italiae sicque totius orbis.* Ferrara, 1485.—*Pratica canonica de febribus, de pulsibus, de urinis.* Veneza, 1498.—*De compositione medicinarum.* Strasburg, 1533, in-4.º Tem o defeito das idéas supersticiosas da sua época, e das subtilezas scholasticas.

[3] Um dos grandes commentadores da Renascença, medico e philologo, e por isso explicando superiormente os classicos gregos e latinos. *De Plinii et aliorum medicorum in medicina erroribus.* Ferrara, 1492, in-4.º—*Opuscula medica.* Basilea, 1531.

[4] Celebre botanico italiano (1462–1536), que nas suas *Epistolae medicinales* primeiro combateu os Arabes como plagiarios inintelligentes dos Gregos.—*Epistolarum medicinalium Libri* xx, etc. *cum ejusdem in Mesue simplicia et composita annotationes et censurae.* Basileae, 1540.

[5] Jean Ruel (1479–1537), decano da faculdade de medicina de Paris, medico de Francisco I, auctor da importante obra *De natura stirpium libri* III. Paris, 1536. Garcia d'Orta cita-o quinze vezes, e refere-se a esta obra *Da natureza das plantas* e a uma traducção de Dioscorides.

[6] Tambem conhecido pelo nome de João Rodrigues de Castello Branco, de origem judaica; teve grandes polemicas com o celebre Mathioli, sendo por isso denunciado á Inquisição. Escreveu, além de outras obras, o commentario a Dioscorides *In Dioscoridis de materia medica libros* v, *enumerationes.* Veneza, 1553. Orta cita-o uma vez só (fl. 61 y).

[7] Um dos melhores botanicos do principio do seculo XVI, discipulo de Melanchton nas lições sobre os *Alexipharmaca* de Nicandro. Emprehendeu a reforma da Pharmacia, fazendo explorações directas pela Europa meridional. A sua morte prematura foi uma perda enorme para a sciencia. Os seus papeis foram colligidos por C. Gesner em um volume, contendo, além de outros tratados: *Annotationes in Dioscoridis de materia medica libros* v, em Strasburgo em 1561. Garcia d'Orta, referindo-se a esta edição de 1561, diz de Valerio Codro «diligente escriptor, *que agora escreveu* sobre Dioscorides umas addições.» Não sabia que o escriptor que

Pietro Andrea Mattiol[1]
André Laguna[2]
Leonardus Fuchsius[3]
Antonio Musa Brasavola[4]
Ferdinandus de Sepulveda[5]
Vesalius[6]
Ulrich von Hutten[7]
Antonio de Lebrija[8]
Pic de la Mirandola[9]

---

admirava fallecera em 1544, sendo a sua obra posthuma. Comtudo vê-se que em Goa seguia o movimento scientifico europeu.

[1] Commentador do Dioscorides *cum amplissimi discorsi e commenti,* Veneza, 1544. Muito criticado pelos eruditos, mas notavel pelas informações sobre as plantas da Asia Menor, que lhe communicou o medico Quakelbeen, embaixador do imperador da Allemanha em Constantinopla. (Hoefer, *Histoire de la Botanique,* p. 108.) Orta chama-lhe Senes, e Senense, da terra da sua naturalidade.

[2] Estudou medicina em Paris e Toledo; fez-se conhecido pelos seus commentarios a Dioscorides: *Annotationes in Dioscoridem,* etc., Lugduni, 1554; e pela traducção castelhana. Introduziu o systema das gravuras das plantas em cobre.

[3] Medico notavel pelo tratamento da suette, ou epidemia miliar, que invadiu a Inglaterra em 1529; tornou-se celebre nos estudos botanicos pela *De historia stirpium commentarii insignis.* Basileae, 1542. Orta escreve-lhe o nome Fuchsio (fl. 219 ɏ e 224) e Fucio (fl. 191 ɏ).

[4] Discipulo de Manardi, recebeu de Francisco I o titulo de *Musa,* por causa de umas theses que sustentou em Paris. Escreveu *Examen omnium simplicium medicamentorum,* Romae, 1536; e *De sirupis,* Lugduni, 1540. Orta cita-o com o nome de Antonio Musa umas vinte e tres vezes.

[5] Escreveu o *Manipulus medicinarum, in quo continentur omnes medicinae, tam simplices quam compositae, secundum quod in usu apud doctores habentur: utilis medicis, necnon aromatariis, nuper editus* Salmanticae, 1523.

[6] Citado a fl. 178 ɏ dos *Colloquios,* referindo-se á *Epistola rationem modum que propinandi radicis Chinae decocti, quo nuper invictissimus Carlos V imperator usus est.* Venetiis, 1546.

[7] Nos *Colloquios* apenas allude a Ulrich von Hutten nas palavras «hum fidalgo alemã escreve hum livro de seus louvores (o *guacam,* contra a syphilis) em muito copioso estilo e mui puro Latin...» (Fl. 178 ɏ.) É o tratado *De Guaiaci medicina et morbo gallico liber unus.* Moguntiae, 1519.

[8] Humanista hespanhol, que, como os italianos da Renascença, coadjuvou a restauração dos textos classicos das obras scientificas. Escreveu o *Lexicon artis medicamentariae.* Compluti, 1518. Orta, a fl. 16 ɏ, cita o *Dictionarium latino-hispanicum,* de 1492.

[9] Garcia d'Orta cita a obra *Apologia J. Pici Mirandulani, Concordiae comitis,* 1489. Chama-lhe Pico Mirandulano (fl. 215).

Francisco Tamara[1]
Frei Domingos de Baltana[2]
Gonzalo Hernandes de Oviedo[3]
Ludovico Varthema[4]
Gaspar Barreiros.[5]

Comparada a Livraria da Universidade com a do Doutor Garcia d'Orta, vê-se que uma se mantinha na estabilidade e conservantismo dos auctores scholasticos, e a outra, com as instantes curiosidades do espirito individualista, era constantemente posta ao corrente do movimento scientifico da sua época. N'esta crise mental do seculo XVI, as collectividades, theologicas ou universitarias, propendem para a manutenção das concepções antigas, e facilmente acceitam o regimen da censura estabelecido pelo exame e prohibição dos livros pela auctoridade ecclesiastica; as individualidades pensadoras exercem-se isoladamente, da fórma a mais audaciosa, como vêmos em Francisco Sanches ou Giordano Bruno, até que os livres espiritos vão constituir no seculo XVII as Academias, fócos intensos de renovação scientifica. Sigamos a parte regressiva d'esta crise. As Universidades começaram no meado do grande seculo a publicar Indices de livros prohibidos;

---

[1] Auctor da obra *De las costumbres de todas las gentes.* Antuerpiae, 1556. Orta cita-o com desdem (fl. 64 e 163).

[2] Auctor do *Compendio de sentencias morales, y de algunas cosas notables de España; y la conquista del Reino de Granada.* Hispali, 1555. Orta cita-o a fl. 163 dos *Colloquios.*

[3] Auctor da importante *Historia general y natural de las Indias occidentales.* Toledo, 1526. Ali se acham preciosas noticias das plantas da America, como a mandioca, o goiaveiro, o guyac, a cabaça, a batata. Orta interessava-se na leitura d'esta obra.

[4] Garcia d'Orta cita este celebre viajante (fl. 29 y), a quem chama Ludovico Vortomano, auctor de um livro de viagens traduzido em latim com o titulo: *Lud. Varthomani Novum itinerarium Aethiopiae, Aegypti, utriusque Arabiae, Persiae, Syriae, et Indiae intra et extra Gangem,* Milão, 1508. Barthema era um simples fundidor, e não sabia observar os phenomenos naturaes; mas pela variedade das suas viagens consignou factos curiosos e extraordinarios. Ferdinand Denis recommenda o confronto d'estas viagens de Barthema com o *Esmeraldo do Mar,* de Duarte Pacheco.

[5] Orta cita a *Corographia,* impressa em Coimbra em 1561. Vê-se que se mantinha ao corrente das publicações feitas em Portugal, como acompanhava o progresso das sciencias na Europa, segundo observámos na citação de Valerio Cordo.

a Universidade de Louvain publíca o seu primeiro Index em 1540, e por ordem de Carlos V os seus doutores formaram um novo Indice, publicado em 1546, succedendo-se outros em 1550 e 1552.[1] Sabe-se a influencia que exercia Carlos V na politica portugueza, pela revelação de Capodiferro ácerca do estabelecimento da Inquisição, para aqui fechar o asylo aos judeus emigrados de Hespanha; a censura dos livros, pela época em que começa a ser exercida, coincide com a ordem de Carlos V á Universidade de Louvain. No processo de Damião de Goes na Inquisição de Lisboa acham-se duas cartas dirigidas pelo cardeal D. Henrique ao sabio humanista, explicando os motivos porque prohibira em Portugal a leitura do seu livro intitulado *Fides, Religio, moresque Aetiopum,* impresso em Paris em 1541, e dedicado a Paulo III. O texto d'essas cartas interessa-nos, para se observar como se operou o ecclipse total da intelligencia portugueza antes da perda da nacionalidade:

«Damião de Goes.—Por ser qua ordenado que os livros nóvos que vierem de fora primeiro que se vendam sejam vistos por hum official da santa inquisição, como a vossa obra que veyo foy ter á sua mão, o qual achou nella muitas cousas muito boas, somente alguma cousa o offendeo as razões que o embaxador de preste nella daa sobre as cousas da fé contra o bispo adaaym e mestre margalho hirem mui fòrtes (e as que elles dam contra o embaixador serem mais fracas) e dando-me elle conta disto sem embargo de eu saber vós serdes tal pessoa e de tão boa consciencia comtudo assim pollo cargo que tenho como polla obrigação em que vos som por nam se dar occasiam a ninguem dizer mal asentey que sobreestivesse na venda dos ditos livros por me parecer que vós asi o averieis por bem pollo que dito tenho. E vos rogo pois sabeys que gente he a portugueza e quanto folga de reprehender que d'aqui em diante emprehendais antes obra d'outra qualidade que eu sey que bem vós sabereys fazer. E vos agradecerei muyto me escreverdes novas de Allemanha e da dieta e particularidades della porque folgarey de o saber por carta vossa. Escrita em Evora vinte e oito de Julho. Jorge Coelho secretario o fez de mil quinhentos quarenta e hum. Infante Dom Anrique.»

«Damião de Goes.—Os dias passados recyby duas cartas vossas huma em resposta do que vos escrevy, é a outra mais comprida em que

---

[1] Reiffenberg, *Sur les deux premiers siècles de l'Université de Louvain.* (Mémoires de l'Académie de Bruxelles, t. VII, p. 15.)

vos aggravaes de mim por ter mandado que a vossa obra se não venda, e alegaes muitas razões pera se não dever tal cousa mandar e do que receby muito desgosto por vêr quão mal informado estaveis da verdade e quanta culpa e reprehensão merece o que vos fez tomar tal paixam e deu entendimento tam desviado do que ouvera de dar ao que eu mandey: eu como em outra vos escrevi vos tive sempre e tenho naquella boa conta que he rasão e fuy e som mui satisfeito de vós e vos mostrei muito amor o que eu creio que vós deveis saber e ter conhecido de mim: pollo que m'espanto crerdes que vos tenha em outra conta, e que por ter alguma má sospeita de vossa consciencia mandey que os livreiros sobrestivessem na venda da vossa obra. E porque eu vos tenho agora na mesma conta de tão bom homem e tão bom christão como sempre vos tive hey por escusado responder ás rasões que me daes porque eu o creo asy como dizeys. E quanto á obra vejo bem que a primeira parte della é muito boa e esta nam mandey eu que se nom vendesse nem deyxasse de leer somente na segunda em que se trata das cousas da fee e superstição que tem os etiopios por serem no vosso livro aprovadas polo embayxador do preste com razões trazidas por elle e auctoridades da sagrada escritura mal entendidas e aver neste reino tantos cristãos novos e muytos delles culpados de herezia pareceo a mim e aos inquisidores que em tempo que nestes reynos se começa de novo a santa inquisiçam se nom devia ler tal obra, porque aquelles que mal sentissem da fé nom favorecessem seu erro com a má opiniam dos etiopios mayormente que segundo som informado o embayxador do preste que fez isto apresenta muitas cousas de sua cabeça que não ha em etiopia e huma cousa he relatar simpresmente os ritos de huma naçam e outra querellos corroborar com rasões falsas como fez este embayxador sem aver logo confutaçam dellas porque este é o costume dos hereges e se segue disso muitas vezes muito escandalo e dano. E assy como eu som certo que nom tendes nenhuma culpa nem mereceis reprehensam, o que sabem todos e somente nesta parte fostes fiel interprete assy confio se estivereis cá e visseis a cousa como anda que vós mesmo houvereis por bem e me aconselharieis que se nam lera esta parte do vosso livro ao menos em Portugal (e alem disto offendeo cá gabardes e dardes tanta auctoridade a este embaixador por onde o que diz parece que he mais firme e autorisado) mas bem vejo que escrevestes ysso por nom serdes bem informado de quam máo homem elle era e quam desonestamente vivia e como na sua propria terra era avido por erege, e se isto bem soubereis certo que não dereis tanto credito a suas palavras e sendo fora desta terra os louvores que lhe

daes e os queixumes que elle na sua narraçam faz de o tratarem cá mal: não sey que honra nisso ganhará este Reyno, e assy que por estas causas e não por outra nenhuma má nem suspeita ó que possa ter de tam boõ homem como vós soes, mandey que por agora se nom vendesse aquella parte somente que disse da vossa obra na qual cousa se nam prejudica nada a vossa honra, as quais razões eu confio que vos avereis por boas, e vos agradecerey muyto o crerdes assy e que vos tenho agora naquella conta que sempre vos tive, e não dareis credito a outra nenhuma informação, e que heyde folgar muito de fazer por vós e vossas cousas quanto em mim fôr, e vos agradeço muito as novas que me mandastes d'Alemanha, e vos encommendo que assy o façais sempre e tambem m'as manday de vós: escrita em Lisboa treze de dezembro. Jorge Coelho secretario a fiz de mil quinhentos e quarenta e um. Iffante Dom Anrique.»[1]

A prohibição casual de um ou outro livro converteu-se em systema, e, com os Indices expurgatorios a que foram submettidas as obras já consagradas pelo passado, crearam-se tribunaes para licenciarem convenientemente e morosamente os livros novos. As faculdades de Theologia formavam as listas prohibitivas: «N'este reino promoveu Alvaro Gomes que o Cardeal Infante D. Affonso, bispo de Lisboa, declarasse as doutrinas erradas, e vedasse os prejuizos d'ellas formando um Catalogo das que havia reprovado a Faculdade de Theologia de Paris. Outros erros compendiou o Doutor Paio Rodrigues do Villarinho, de Beja, e escreveu a Consulta que no fim do seculo XVI fez a Faculdade de Theologia de Coimbra para o exame e censura dos erros. O espirito de os acautelar, que assistia e guiava a estes sabios varões, moveu o Cardeal Infante D. Henrique a publicar em 4 de Julho de 1551 hum *Rol de Livros por elle defesos*, repetindo-se a edição em 1561. Elle mesmo fez sua depois a publicação do Indice romano impresso em Lisboa em 1564 com a Prefação de Frei Francisco Foreiro ao mesmo Indice, e accrescentou o mesmo Cardeal a prohibição de outros mais livros. Davam auctoridade competente a estes Catalogos para se acreditarem no publico as assignaturas de Fr. Jeronymo da Azambuja, Fr. Francisco Foreiro e Fr. Manuel da Veiga.—Por aquelle mesmo tempo publicou em Coimbra o Catalogo dos prohibidos o Bispo D. Fr. João Soares...»[2]

---

[1] *Annaes das Sciencias e Lettras*, t. II, p. 330 a 333.

[2] *Cuidados litterarios do Bispo de Beja*, Frei Manuel do Cenaculo, p. 529.

Em uma carta do philologo portuguez Vicente Nogueira, escripta de Roma em 1646, explica-se o processo da prohibição dos livros: «E para que este tão curioso senhor fique bem pratico, e possa ler de cadeira na materia da prohibição dos livros, darei aqui hũa noticia que pode ser folgue de vêr... A prohibição dos livros ou he feita pello Papa na inquisição de Roma, e esta val em todo o mundo; e assi quem quer que os ler, alem do peccado mortal, incorre em excommunhão; e destes taes livros, só o Papa pode dar licença: ou he feita pellas inquisições particulares de Castella ou de Portugal, e esta só obriga no districto das dictas inquisições, fóra da qual cada hum pode lellos sem peccado nem censura; e d'este podem os mesmos inquisidores dar licença, etc.» [1] A censura dos livros actuou profundamente na decadencia da litteratura portugueza, consummindo-se a actividade mental quasi que de um modo exclusivo na producção de obras de Theologia scholastica durante a segunda metade do seculo XVI. Precisamos conhecer o quadro dos livros theologicos d'este periodo historico; pela *Livraria do Studo* conhecem-se os auctores dominantes nas doutrinas do direito canonico e civil; pelas citações do Doutor Garcia d'Orta conhecem-se os conflictos doutrinarios dos hellenistas, arabistas e conciliadores emquanto aos estudos medicos, e os empiristas que se disciplinaram pelas investigações da Botanica e enriqueceram a Therapeutica; o quadro das obras de Theologia scholastica acha-se no *Rol da Livraria de S. Fins,* mosteiro incorporado por Paulo III no Collegio dos Jesuitas de Coimbra em 1546. Esse catalogo nos mostra como a Theologia, afastada do conhecimento das fontes biblicas por effeito do abandono do estudo do hebraico e do grego, se tornou a expressão de concepções subjectivas e individuaes, como a Graça efficaz de Molina e o *congruismo* de Soares. O abandono do criterio historico foi causa de todas essas aberrações, que mantiveram a Theologia sob o individualismo scholastico. [2]

---

[1] *Boletim de Bibliographia portugueza,* vol. II, p. 25.

[2] Reuss, na *Histoire de la Theologie chrétienne,* t. I, p. 9, define este aspecto: «A Theologia da eschola, ou, para nos servirmos de um termo já consagrado, a *Theologia scholastica,* é a theologia ensinada por cada qual como a expressão das suas convicções particulares, quer ellas lhe pertençam como proprias, quer as compartilhe com uma numerosa communidade. Este nome de scholastica não deve amedrontar ninguem. Não exprime censura, não allnde de preferencia aos theologos do seculo XII, mas simplesmente á presença do elemento racional ou subjectivo no trabalho scientifico que precedeu o ensino. Nós, porém, distinguimos da theologia scholastica uma outra sciencia, não menos importante, se o não é mais, tendo em

O mosteiro de S. Fins das Friestas, de cujas riquezas os Jesuitas se apoderaram, a pretexto de ter só tres frades, que viviam deshonestamente e dissolutamente com as suas egrejas, com cura e sem cura, como se allega na bulla de Paulo III, de 1548, unindo-o perpetuamente ao Collegio de Jesus de Coimbra, possuia tambem uma grande Livraria. Consta isto do Rol que se fez quando o mosteiro foi visitado pelo padre provincial Antonio Mascarenhas, em 1605;[1] a descripção dos livros é feita com abreviaturas incomprehensiveis, e só á força de investigações bibliographicas se pode avaliar o seu caracter e importancia:

Rol da Livraria de S. Fins

Glossa in script. de retortis
Biblia inseg
Bib tomis divisa[2]
Catena aur. D. Th.[3]
S. Greg. *moralia.* t. 2[4]
S. Greg. *opera oia* (omnia)
Hugo *in Euang.*[5]
Catena in ps.[6]
Barrad. tres tom.[7]
Maldon. *in Euang.*[8]
Viegas *in Apocalyp.*[9]
Rih *in Apocalyp.*[10]
Tetel. *in Job*[11]
Idem *in Eccles.*

---

parte a mesma base que a primeira, mas differindo d'ella relativamente ao seu fim, ao seu conteúdo, aos seus meios e ao seu methodo: é a *theologia biblica.* A theologia biblica é por conseguinte uma sciencia essencialmente historica. Não demonstra, conta.»

[1] No *Inventario de S. Fins,* fl. 81 a 85. Pnblicado diplomaticamente por Gabriel Pereira, no *Boletim de Bibliographia portugueza,* p. 199.

[2] *Glossa in Scripturam,* ed. de Tortis; *Biblia* in sequencia, bis tomis divisa.

[3] *Catena aurea* in quatuor Evangelia, Divi Thomae. Parisiis, 1540, in-fl.

[4] Commentario sobre o livro de Job, conhecido pelo titulo de *Moraes.*— *Opera omnia.* Antuerpiae, 1572, in-fl.

[5] Cardeal Hugo a S. Charo, *Opera omnia in universum Vetus et Novum Testamentum.*

[6] *Catena aurea in quinquaginta Psalmos davidicos,* interprete Daniele Barbaro. Venetiis, 1569, in-fl.

[7] Barradas (Sebast.) *Commentaria in Concordiam et historiam quatuor Evangelistarum.* Antuerpiae, 1613, 4 t. in-fl.

[8] Maldonado (João) *Commentaria in quatuor Evangelistas.* Moguntiae, 1602, fl.

[9] Viegas (Blasii) *Commentarii exegetici in Apocalypsin.* Eborae, 1601, in-fl.

[10] Ribera (Franc.) *In Apocalypsin Beati Johannis, quibus adjunti sunt libri de templi et de his, quae ad templum pertinent.* Salmanticae, 1591, in-8.º

[11] Titelmani (Franc.) *Elucidatio paraphrastica in librum Job.* Parisiis, 1547 e 1550, in-8.º — *Commentarii in Ecclesiasten cum annotationibus ex hebraeo, et editione graeca.* Parisiis, 1552, in-16.

Magal. *in cant. mosis* [1]
Flores doctorum, tom. 2.
Luis, *conciones*
Royardi *sum.* [2]
S. Vincentii *sermones* [3]
Joanes Ecci. *serm. et humil.* [4]
Thesaurus novus
Raulim. [5]
Pandecta in Evang.
Similitud. et coll. [6]
Suma. Virt. duos tom. [7]
Sylva. *conc.* Osorii [8]
Osorii tom. *quadrag.*
Valderrama *quadrag.* [9]
Et de sanctis [10]
Broych. *opuscula* [11]
Gema predicantium
Thomas *in Math.* [12]
Aureum opus
Platu *desta. religiosi* lat. et hisp. [13]
Homil. Royardi
Cass. duo [14]
Fr.[co] Soares 1. 2. 4 tom. in 3 p. [15]
idem *de legibus*
idem *de relig.*[e] tom. 2.
Molina *de just.*[a] tom. 3. [16]
idem *de concordia* ejusdem
Henriq. tom. 2. [17]

---

[1] Magaliani (Cosme) *Commentaria in Moisis cantica, et benedictione patriarcharum.* Lugduni, 1619, in-fl.

[2] Royardi (Joannes) *Homiliae.* Parisiis, 1553, in-8.º, 7 vol.

[3] Vincentii (S.) Ferrer *Sermones aestivales cum adnotationes* Damiani Dias. Antuerpiae, 1570, in-8.º—*Sermones hyemales.* Lugduni, 1530, in-8 º goth.

[4] Eckius (Joannes) *Sermones et Homiliae.—De primatu Petri adversus Ludderum.* Parisiis, 1521, in-fl.

[5] Raulin (Joannes) *Opus sermonum quadragesimalium, super Epistolas et Evangelia.* Lugduni, 1518, 2 vol. in-4.º goth.

[6] *Similitudines et Collationes.*

[7] *Summa Virtutum.*

[8] Osorii (Johannes) *Conciones.* Salmanticae, 1591, in-4.º, 5 vol.

[9] Valderrama y Haro, *Extemporaneam Relectionem ad cap. finalem de Praescriptionibus.* Salmanticae.

[10] Petrus (Natalis) *De Sanctis.*

[11] *Brachyologus, opuscula juridica.*

[12] Thomae (Divi) *Commentaria in Matheum evangelistam,* etc. Lugduni, 1531, in-8.º goth.

—*Catena aurea* (vid. n. 3.)

[13] Plati (Hyeronimi) *De bono status religiosi.* Lugduni, 1592, in-8.º

[14] Cassiani (Joannes) *De coenobiorum institutis, et de vitiis capitalibus, nec non de Collationibus Patrum.* Coloniae, 1540, in-fl.

[15] Suares (Franc.) *De legibus ac Deo legislatore.* Conimbricae, 1612, in-fl.—*Opera omnia,* etc.

[16] Molina (Luiz) *De Justitia et Jure.* Antuerpiae, 1615, 4 vol. in-fl.

—*Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione.* Olyssipone, 1588, in-4.º

[17] Henrici (Cardinalis) *Meditationes et Homiliae in aliqua mysteria salvationis et in nonnulla Evangeliis loca.* Olyssipone, 1576, in-12.

Sanch. tom. 3.[1]
Conciones Costa et Merilho
Rabelo de justic.
Concordantiae, duas, nova una.[2]
Partes D. Thomae[3]
Instruct. luis lopes.
Jus civile — retortis
Jus canonicum — retortis
Bartholi *opera*
Panormit. *opera*[4]
Ordinat. regni antiqua et nova tom. 2
Francus *in 6. decretal.*
Jason *de actionibus*
Imola *super clementinas*[5]
Decisiones Gamae[6]
Cabedii *opusculum*[7]
Aluar Valles *de Emphy.*[8]
Caldas *de Emphy.*[9]
Navarr. *manualia aliquot.*[10]
Suma emanuelis roiz
Ejusdem *opus in bullam cruc.*
Eiud. *additiones*
Suma Jacob. de Gratiis
Calepinus antiquis[11]
Ars Emanuelis.[12]
Vocab. Cardosi[13]
Petr. Navarr. *de rest.*[e]
Med. *instr. confess.*[14]
Ciceronis *epist. fam.* cum com.
Cunha. *expl. bull. expedita et sollicitantes in comp.*[15]
Calendarium recitatorum Bapt.[ae] Minoritae
Cruci *trag.*[ae][16]

---

[1] Sanches (Thomaz) *De Matrimonio.* Antuerpiae, 1617, in-fl., 3 vol.

[2] *Concordantiae Bibliorum utriusque Testamenti.* Basileae, 1506.

[3] *Prima secundae, et Secunda secundae Summae Theologiae.* Antuerpiae, 1569, in-4.º, 2 vol.

[4] Panormitani (Abb.) *Consilia, jurisque responsa, ac quaestiones.* Lugduni, 1586, in-fl.

[5] Immola (Abb.) Joannes, *Cammentaria in quinque Decretalium libros.* Venetiis, 1575, 3 vol. in-fl.

[6] Gama (Antonii) *Decisiones supremi Senatus Lusitaniae.* Ulyssipone, 1578, in-fl.

[7] Jorge Cabedo, *De Patronalibus Ecclesiarum.* Olyssipone, 1602, in-4.º

[8] Alvaro Vallasco, *Praxis partitionem et collationem inter haeredos.* Conimbricae, 1603, in-fl.

[9] Francisco Caldas Pereira e Castro.

[10] Navarro (Martinus) *Enchiridion sive Manuale confessariorum et poenitentium.* Romae, 1573, in-4.º

[11] Calepinus (Ambrosius) *Dictionarium in octo linguarum.* Ed. de Reggio, 1502.

[12] *Arte* de Grammatica do padre Manuel Alvares, publicada com o titulo *De Institutione grammatica,* libri tres. Lisboa, 1572, in-4.º

[13] Jeronymo Cardoso, *Dictionarium Latino-lusitanum.* Conimbricae, 1569.

[14] Medina (João) *Commentarius in titulum de Poenitentia.* 1549, in-fl.

[15] D. Rodrigo da Cunha, *De Confessariis solicitantibus.* Benaventi, 1611.

[16] Padre Luiz da Cruz, *Tragedias.* Lyon, 1605. Collecção de sete tragedias latinas para serem representadas pelos estudantes do Collegio das Artes de Coimbra.

Fr. Luis *de Orat.*[1]
Meditações do P. Ponte tom. 2.[2]
Tractatus legum capl.[3]
Virg. 2
Ovid. 1
Hist. eccl. Eusebii lat. et hisp.
Adriani *quodlib.*[4]
Vitas Patrum latine de tortis.
Navarri *de reditibus* apolog.[5]
Orat. Perpiniani[6]
Hist. pontif. Illust. tom. 2
Sum. Carit. tom. 2
Navar. *in cap. levit.*[7]
Jardim spual em italiano
Gomes *in ps. miserere*
Petrus a Natal *de s.*^tis[8]
Cartas do Japão de varios annos
Lucena *vita p. Fr.*[9]
Livrinhos *d'exercicios, const.* e *regras,* e outros livrinhos de pouco porte
Suma Toleti. tom. 3.[10]
Suma Sylv. tom. 3
P. Natalis *cum iconibus applicatus*[11]
Aphorismos de Saa[12]
Meditações do rosario
Speculum perfectionis
Concil. Brac.
Concil. Trident.
Collectanea mer. Granatensis[13]
Leones pontificum[14]
Vita p. Ignatii. 2.[15]
Bened. pr.^a *in Joanem*[16]
Assor. tom. 3.[17]

---

[1] Padre Luiz de Castro Pacheco, *Oratio habita ad Sebastianam regem.* Conimbricae, 1570.

[2] Ludovicus de Ponte, *Expositio moralis in Canticum canticorum.* Parisiis, 1622, in-fl., 2 tomos.

[3] *Tractatus legum Capitularium.*

[4] Adrianus Carthusianus, *Quodlibeta.*

[5] Navarri (Emman.) *Tractatus de virtutibus theologicis.* Salmanticae, 1617, in-fl.

[6] Perpiniani (Petri) *Orationes duodeviginti.* Romae, 1587, in-8.º

[7] Martim Navarro.

[8] Pier de' Natali, agiographo veneziano do fim do seculo XIV, escreveu *Vita de' Santi,* precedendo a Voragine. Vid. Tiraboschi, *Historia della Letteratura italiana,* t. v, p. 180.

[9] Padre João de Lucena, *Vida do P. M. Francisco de Xavier, e do que fizeram na India os Religiosos da Companhia.* Lisboa, 1600, in-fl.

[10] Toleti (Franc.) *Summa casuum Conscientiae.* Venetiis, 1613.

[11] Vid. not. 8.

[12] Sá (Emmanuelis) *Aphorismi confessariorum.* Coloniae, 1603; Matriti, 1601; in-12.

[13] Granatensis (Ludovicus).

[14] Leonis (Magn.) *Opera omnia.*

[15] Ribadeneyra (Petrus) *Vita Ignatii de Loiolae.* Neapoli, 1572.—No Cartorio da Universidade de Coimbra existe ms. em um grande rôlo de pergaminho: «*Inquirições sobre a Vida, milagres etc. do beato Ignacio de Loyola, para a sua canonisação...*»

[16] Benedictus Pereira, *Opera theologica quotquot extant omnia.*

[17] Azorii (Joan.) *Institutiones morales.* Lugduni, 1610, in-fl., 3 vol.

D. August. *opuscula* aliquot
Delrius[1]
Ha alguns livrinhos de pouco porte e alguns prohibidos que podem ir a Coimbra e cá estão recolhidos.»

Pelo exame d'este catalogo vê-se que a Livraria do Mosteiro de S. Fins das Friestas era especialmente de escriptores jesuitas. Está ali o typo immovel de toda a litteratura theologica e juridica, que embaraçou a entrada em Portugal da luz da synthese cartesiana e do methodo baconiano. Difficilmente poderia florescer a Universidade na sua reforma e mudança para Coimbra, desde que a atrazada erudição medieval fosse restaurada e continuada pelos Jesuitas. No *Rol da Livraria de S. Fins* são dignas de reparo as indicações para a expurgação de certos volumes: «*alguns prohibidos que podem ir a Coimbra.*» O afamado poeta e humanista Doutor Antonio Ferreira, que viu o esplendor da Universidade sob a influencia dos mestres francezes, lamenta em uma carta a Vasco da Silveyra a desgraçada situação em que se encontrava a intelligencia em Portugal sob o regimen da censura ecclesiastica:

Olha o medo, senhor, olha o perigo
Em que hum sprito raro e bom se cria,
Que nem louvor lhe dão, nem acha abrigo.

Escuro e triste foy aquelle dia
Que ao saber e ingenho hũ juiz foy dado,
Que nunca ao claro sol olhos abria.[2]

[1] Martinus Delrio, *Disquisiones magicae*, e as outras obras d'este demonologista.
[2] *Poemas luzitanos*, Carta XII.

CAPITULO V

Mudança da Universidade para Coimbra (1537-1548)

A organisação da Universidade em Coimbra em 1537 seria uma simples mudança ou uma nova fundação?—Condições em que é feita a reforma da Universidade.—Estado moral da côrte de D. João III revelado nas Instrucções dadas ao nuncio Capodiferro.—Parte das aulas da Universidade (Theologia, Linguas latina e grega, Artes e Medicina) ficam até 1544 nos Collegios de Santa Cruz; outra parte (Direito civil e canonico, Mathematica, Rhetorica e Musica) nas casas de D. Garcia de Almeida, á Porta de Belcouce.—Passam os estudos para os paços reaes, na cidade alta, que ficam denominados *Paços das Escholas*.—Os Priores de Santa Cruz recebem a dignidade de Cancellarios da Universidade.—Corpo docente convidado por D. João III para a Universidade de Coimbra.—O governo de D. Agostinho Ribeiro, reitor durante cinco annos.—Periodo brilhante da reitoria de Frei Diogo de Murça, de 1543 a 1554.—Reflexo dos estudos de Louvain em Coimbra.—Acção de Frei Braz de Barros, doutor por Louvain, na reorganisação da Universidade de Coimbra.—Florescencia dos estudos secundarios nos Collegios de Santa Cruz.—Os *Mousinhos*, ou creados do Prior geral de Santa Cruz.—Necessidade de promover o ensino de Grammatica da primeira regra.—Mudança do anno escholar do *dia de Sam Lucas* (15 de outubro) para o de *Sam Remigio* (1.º de outubro).—Numero total dos alumnos que frequentavam a Universidade em 1540.—Garantias para os que se vão graduar a Coimbra.—O Doutor Aspilcueta Navarro.—Disposições legislativas sobre os methodos de ensino das Leis e Canones.—Lições apontadas segundo o que se costumava em Salamanca.—Quadro das cadeiras das differentes faculdades, e distribuição do serviço pelas cadeiras grandes e cathedrilhas.—Rendimento da Universidade elevado a 6:500$000 réis.—Apropriação das rendas do Priorado-mór.—Costumes escholares: Musicas, invectivas, cartas, trovas de mal dizer, soiças.—Os *Estudantes pobres* e as *Rações cubertas*.—As cêas dos exames privados, e confronto com os estylos de Salamanca.—Entrada dos Jesuitas em Coimbra, sua alliciação dos estudantes, e hallu-

cinação que provocam na cidade.—Carta do padre Hermes Poen, de 31 de julho de 1545.—Fundação do *Collegio das Artes,* e acção preponderante do padre Simão Rodrigues.—Os Jesuitas procuram apoderar-se do ensino.

A Universidade de Lisboa, depois de todas as reformas preparatorias, era finalmente transferida para Coimbra, como se confirma pela passagem dos lentes que seguiram o novo estabelecimento, pela conservação dos Estatutos manuelinos revigorados por D. João III, e pela entrega do archivo e livraria. Não existia solução de continuidade; o Estudo geral, que tivera séde em Lisboa, fôra por auctoridade real mudado para Coimbra, não devendo portanto perder nenhum dos seus privilegios. Não o entenderam assim os casuistas do tempo; para elles, D. João III fundara uma nova Universidade em Coimbra, sem relação com o Estudo geral extincto em Lisboa, e para funccionar devidamente carecia de obter a sancção pontificia para ahi se darem os gráos de Theologia e Canones. Vêmos que, apesar de tudo, prevaleceu esta apprehensão, porque, por alvará de 28 de novembro do 1537, determina-se que o reitor D. Agostinho Ribeiro servisse de Cancellario, dando por sua auctoridade os gráos de Licenciado e Doutor em Leis e Medicina, ficando suspensos os gráos em Canones e Theologia, até que de Roma fosse concedida a auctorisação papal. Passado mais de um anno, Paulo III concedeu esse poder por bulla de 12 de fevereiro de 1539. Só então ficou a Universidade de Coimbra plenamente constituida,[1] realisando-se o pensamento dos que suggeriam a D. João III o incitamento para a fundação de uma nova Universidade.[2]

A data da reforma emprehendida por D. João III parece á primeira vista relacionar este facto com o movimento critico e scientifico

---

[1] A idéa de que a Universidade de Coimbra era uma nova fundação, cujos principios datavam de 1537, parece predominar na portaria de 30 de maio de 1860 que commissionou o Doutor Antonio José Teixeira, lente de mathematica, para colligir os documentos do archivo e coordenal-os para escrever a *Historia litteraria da Universidade de Coimbra, desde 1537 até ao presente.*

[2] Frei Francisco de Ossuna, em uma dedicatoria a D. João III: «meo decreto consultius ageret si apud regnum suum crearet aliquam insignem Universitatem quam procul dubio eisdem solis expensis manuteret.» Que sustentaria a nova fundação com os subsidios que dispendia com os estudantes que tinha em Paris. (Vid. Cenaculo, *Mem. hist. do ministerio do pulpito,* p. 124.) Fallando da frequencia dos estudantes portuguezes em Paris, accrescenta o padre Balthazar Telles: «aonde acudiam os Portuguezes por até então não termos cá Universidade, que introduziu o senhor rei Dom João III.» *(Chron. da Companhia,* liv. I, cap. V.)

da Renascença; porém a deslocação da Universidade de Lisboa para Coimbra obedeceu ao plano de reacção religiosa, começando o rei por afastal-a da corrente das idéas novas que mais facilmente se introduziam na capital. D. João III seguia o pensamento de Carlos V, que assim justificava a perseguição aos lutheranos: «Não póde haver repouso, nem prosperidade aonde não houver conformidade de doutrina, assim como aprendi por experiencia na Allemanha e em Flandres.» A concordia dos espiritos, resultante da unanimidade das opiniões e da mutualidade dos interesses, era considerada como um producto da auctoridade, que impunha pela violencia sanguinaria a abdicação da consciencia diante da crença catholica. Nas *Instrucções dadas ao Nuncio de S. S. que passava a Portugal no reinado de D. João III,* Mg.r Girolamo Capodiferro, em 1537, acham-se allusões secretas a factos que nos pintam com côres de um realismo crú a côrte de D. João III. Transcrevemos alguns trechos para que se conheça o meio palaciano, hypocrita e intrigante, onde era impossivel ser avaliado o genio da Renascença e o espirito das reformas pedagogicas. Dizem as *Instrucções:*

«O Rey, e ao seu exemplo toda a Nobreza que o cerca, dá grandissimo credito aos Frades; ou seja pela sua diligencia e ambição immensa, ou pela negligencia dos Prelados, ou descuido seu, tem-se convertido em tyrannos d'aquelle Rey, já por via da confissão, e já por via da prédica.[1]

«Frei João Soares, Confessor de El-Rei: é frade de poucas lettras, mas de grande audacia, ambiciosissimo, de opiniões pessimas e claramente inimigo da Sede Apostolica, de que faz profissão, (e para dizer n'uma palavra) muito heretico... Todos o conhecem por tal, excepto El-Rei; por cujo motivo, e porque o frade faz negocios de toda a especie debaixo do pretexto da confissão, todos o respeitam.» Adiante explica esta submissão do rei ao confessor: «Na ordem de S. Jeronymo ha um frade valenciano que se chama Fr. Miguel, reputado homem de vida optima e independentissimo, e que falla com liberdade a quem confessa, que é cousa rara entre frades; tanto que, por não querer absolver El-Rei uma vez, não foi chamado mais para o confessar; e por isso entrou em seu logar o sobredito Frei João Soares, de Santo Agostinho. O infante Dom Luiz pode muito para com El-Rey, por auctoridade que elle mesmo tem tomado quasi violentamente; e o Conde da Castanheira, pelo grande amor que o rei lhe tem. O Conde é homem malignissimo; mas faz profissão de consciencia e santidade, para

---

[1] Ed. de Londres, de 1824, p. 14.

se introduzir por este meio com os Frades que fallam a El-Rei continuamente. O pai do Conde foi traidor e expulso, e o irmão mais velho pelo mesmo crime foi publicamente esquartejado.»[1]

«Dizem que a Rainha de boa vontade toma parte nos negocios, e quer fazer muitas cousas, e parecer que as faz: he senhora religiosa; convem mostrar-lhe e recommendar-lhe sempre os negocios de S. S. e da Egreja, como huma pessoa (alem de ser Rainha) santa e temente a Deus, e sobretudo, fallando com ella, repetir todas as cousas o mais que for possivel... fazendo sempre menção da consciencia, do outro mundo, e perigo da herezia presente, e censuras da Egreja, e em summa tudo o que costuma causar medo ás senhoras religiosas, sendo dito á Rainha fará bastante fructo, o que parece a melhor via e o modo, que mais convem aos ministros do Papa em todo o tempo, logar e negocio.[2]

«Portugal está presentemente reduzido a taes termos, que tem pouquissimas forças, e o Rey (alem de ser pobrissimo) tem grandes dividas dentro e fóra do Reino, e grandes interesses a pagar: geralmente he mal visto do povo, e muito mais na nobreza, não por má indole sua (que se elle obrasse seguindo os ditames d'ella não seria assim) mas pela conducta pessima e pessimos conselhos d'aquelles que o cercam; e as cousas de Portugal com França, pelas differenças das navegações, e da irmã, (filha da Rainha de França), que os francezes pedem, e com o Imperador por outras paixões secretas, estão reduzidas a tal estado, que se teme talvez a sua totalissima ruina...[3]

É curioso o motivo do espirito de atrocidade que dirigia a Inquisição em Portugal; Carlos V exigia o maximo rigor, para que se não refugiassem em Portugal os judeus fugidos de Hespanha, e para que, os que abandonassem Portugal se refugiassem nos seus estados de Flandres, recebendo ali dinheiro d'elles pela tolerancia que lhes concedia. Isto affirmam as *Instrucções:* «É bom que o Nuncio saiba ainda, que se diz que o Infante D. Luiz está muito enraivecido a respeito d'esta Inquisição por lhe ser assim ordenado pelo Imperador, o qual deseja que se faça o mais rigorosa possivel em Portugal, por muitas causas, entre as quaes são as principaes,—que teme que o exemplo de Portugal sirva para reduzir um dia a sua Inquisição aos mesmos termos como esteve para o ser no tempo de Leão... A outra causa que move a isso o Imperador, é que a Inquisição de Portugal tira aos Castelha-

[1] *Instrucções,* Ed. de Londres, de 1824, p. 16.
[2] Ibid., p. 46.
[3] Ibid., p. 47.

nos aquelle refugio que tinham quando em Castella eram maltratados, e juntamente aquelles que fogem de Portugal, todos ou por uma via ou por outra ficam em poder do Imperador. Na Flandres ha um numero grande, e todos, quando o Imperador precisa, dão dinheiro: etc.»[1] A Inquisição recebeu para este fim toda a sancção da auctoridade temporal, chegando em Portugal o proprio rei a escrever uma carta a D. Pedro de Mascarenhas, confessando-lhe que bem desejava ser inquisidor. A bulla que instituiu em Portugal a Inquisição foi expedida em 23 de maio de 1536, sendo recebida logo em julho; o infante D. Henrique, irmão do rei, foi nomeado inquisidor em 1539, e os Autos de Fé começaram em 1540, em 20 de setembro, sendo queimadas vinte e tres pessoas.

Reformar a Universidade sob o impulso d'esta allucinação fanatica era separal-a da influencia do humanismo da Renascença. O humanismo, pelo conhecimento das linguas classicas e das obras-primas da antiguidade, favorecia o desenvolvimento da critica comparativa applicada á Biblia e aos Padres da Egreja. Convinha pois reagir contra o humanismo; as consequencias viram-se immediatamente. Na resposta em carta de 26 de julho de 1541 á consulta do Reitor, escrevia-se: «E quanto ao que dizees *da falta que ha nessa Universidade nos principios da latinidade,* e que eu devia mandar vir a mi ho mestre João Fernandes e ouvil-o sobre isto, vós o praticae com o dito João Fernandes, e escrevermees ho que lhe parece que se nisto deve fazer.» Foi esta decadencia que provocou então em 1547 a introducção da nova corrente humanista franceza, sob a influencia pedagogica dos Gouvêas. O fanatismo, porém, receava que esta admiração da antiguidade emancipasse os espiritos da subordinação catholica; a Egreja acceitou a imposição dos estudos humanistas, mas apropriou-se d'elles pela instituição da Companhia de Jesus, destinada exclusivamente ao ensino médio, tornando-se os seus socios os mais disciplinados pedagogos, e assaltando deliberadamente o governo das Universidades. O estudo das humanidades em Coimbra, reorganisado pelos Gouvêas, em bem pouco tempo cahiu sob o dominio dos Jesuitas, por esta corrente historica que era geral a toda a Europa. Para comprehender as pretendidas reformas universitarias de D. João III, importa ter presente os dois factos capitaes dentro dos quaes estão circumscriptas — o estabelecimento da Inquisição e o predominio absorvente da Companhia de Jesus.

Na trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra, D. João III

[1] *Instrucções*, p. 33.

mandou que continuassem a vigorar os Estatutos dados por D. Manuel: «mando que emquanto nam prover essa Universidade de novos Estatutos, usees, e vos rejaes pelos Statutos que foram dos Studos de Lisboa, de que vos mando per ho doutor Francisco Mendes ho proprio livro delles assinado por el rei meu senhor e padre que santa gloria aja.»[1] Este alvará, com data de 16 de julho de 1537, indica-nos o momento mais activo da reforma da Universidade; porém em 9 de novembro d'esse mesmo anno foi decretado o *Regimento de Lentes e Estudantes*, que se póde bem considerar como um additamento aos Estatutos. As novas disposições ácerca de frequencias, exames e gráos suscitaram duvidas na pratica, e em resposta á consulta do Reitor foram decretados *Vinte cinco Capitulos e Respostas de S. A. do modo que se tem no dar dos gráos e outras cousas*, com data de 20 de setembro de 1538.[2]

Não havia um pensamento na trasladação da Universidade; todas as necessidades da nova installação foram decretadas em breves provisões e alvarás, conforme os Reitores reclamavam no meio de constantes hesitações. O que o rei, ou quem usava a sua auctoridade, mais insistia era, que se fallasse latim na Universidade de Coimbra, ordenando no alvará de 16 de julho: «E para que os Scholares se costumem a fallar latim e entendello, ei por bem e mando que os lentes

[1] Os Estatutos authenticos dados por D. Manuel á Universidade e revigorados por D. João III, perderam-se, como o revelam os Auctores do *Compendio historico:* «Tambem estes segundos Estatutos ou compilação do senhor rei D. Manuel *cahiram porém no mesmo somidouro dos antecedentes,* attestando-o assim o mesmo Francisco Leitão Ferreira.» Os Estatutos dados por D. João III, tambem se perderam, como confessa Figueirôa: «Nem estes Estatutos (refere-se aos de 1592) *nem alguns que se fizeram antes dos impressos em 1593* e dos actuaes porque se governa a Universidade, estão n'este Cartorio, e a causa deve ser porque para se fazerem os novos, se levaram todos os antigos para Lisboa e não se tornaram a restituir, e se poderão achar no Cartorio do Tribunal da Mesa da Consciencia.» Nós tivemos a fortuna de encontrar em um alfarrabista um grosso volume manuscripto com lettra do fim do seculo XVIII, em que se acham não só os Estatutos de D. Manuel, como os de D. João III, comprehendendo os principaes documentos da trasladação da Universidade para Coimbra até a introducção dos Jesuitas. Em uma das guardas do Ms. lê-se: *Do Principal Castro.* É por tanto muito natural que aquelle erudito se apoderasse do manuscripto esquecido no Tribunal da Mesa da Consciencia. Sobre estes documentos totalmente desconhecidos é que baseamos a nossa historia pedagogica na primeira metade do seculo XVI.

[2] Ribeiro dos Santos aponta como tendo sido impressa por Germão Galhardo uma *Ordenança para os Estudantes da Universidade de Coimbra, sobre criados, bestas, trajos e outras cousas.* 1539. (Mem. de Litteratura, t. VIII, p. 118 (2.ª ed.)

leam em latim suas lições, e nam leram em linguagem, e assi as conferencias que os schollares antre si fizerem e perguntas aos lentes e respostas a ellas que se costumom fazer acabadas as liçoens e todo o mais que fallarem das portas a dentro das scholas seja em latim, sem cousa alguma falarem em linguagem sob pena do que ho contrario fezer paguar por cada vez que fallar linguagem ho que ao Rector bem parecer.»[1] O isolamento da Universidade para uma cidade de provincia, como para separal-a do grande movimento das idéas que agitava a Europa, e o absurdo da imposição da lingua latina nos cursos e trato academico desenvolvendo o pedantismo doutoral, eram circumstancias que esterilisavam a reforma pedagogica, obrigando o poder real a novas e constantes remodelações legislativas.

Pelo alvará de 1 de março de 1537, dirigido aos lentes, officiaes e estudantes da Universidade de Coimbra *«emquanto não for elegido Rector* para reger esses studos segundo forma dos statutos delles ou por minha provisão» foi nomeado D. Garcia de Almeida. D'esta data em diante acabou o principio electivo, continuando os Reitores a serem nomeados por provisão regia.

Para a accommodação das aulas da Universidade em Coimbra, contava-se com os aposentos dos Collegios de Santa Cruz; eram insufficientes, e n'esta angustia, o reitor D. Garcia de Almeida, que em 1 de março fôra nomeado pelo rei para dirigir a implantação dos estudos, viu-se forçado a dividir as Faculdades: nos Collegios de Santa Cruz ficaram as cadeiras de Theologia, Linguas latina e grega, Artes e Medicina; as cadeiras de Direito civil e canonico, de Mathematica, Rhetorica e Musica estabeleceram-se temporariamente na residencia do proprio Reitor, nas casas *sitas á Porta de Belcouce* junto ao Arco da Estrella, (onde depois foi o Collegio dos PP. da Provincia da Conceição) começando a funccionarem em 2 de março de 1537. O poder do Reitor não podia exercer-se no mosteiro de Santa Cruz, onde governava o reformador Frei Braz de Barros, e d'esta fórma era impossivel um regimen serio de disciplina e sem conflictos. Pelas instantes representações do reitor, o rei declarou em 23 de setembro d'esse mesmo anno que ia dar ordens para a construcção de Escolas geraes, onde ficassem reunidas todas as cadeiras, mandando que provisoriamente passassem as aulas da residencia do Reitor para os Paços reaes,

---

[1] Nos Estatutos da Universidade de Salamanca, de 14 de outubro de 1538, vem: *Os leitores hão de ler em latim,* e não fallarão em romance senão para referirem alguma lei do rei, excepto o de Grammatica de menores, Archeologia e Musica.

«que ficaram sendo desde então os *Paços das Escolas,* onde ainda hoje está a séde principal da Universidade.» [1] A incorporação dos estudos, que estavam nas Escolas de Santa Cruz, na Universidade, não se conseguiu facilmente, sendo preciso fazer determinadas concessões ao Mosteiro.

Quando se fez a mudança da Universidade para Coimbra, as Escholas permaneceram desde 1537 até 1544 junto do Mosteiro de Santa Cruz, passando depois para os Paços do rei, na cidade alta. Da primeira séde da Universidade junto do Mosteiro de Santa Cruz, escreve D. Nicoláo de Santa Maria: «Para isto mandou edificar junto ao Mosteiro de Santa Cruz dous polidos e concertados Collegios com suas aulas, uma á mão direita do Mosteiro e outro á esquerda, e a razão que moveo a El rei em pôr a Universidade n'aquelle sitio tam junto ao Mosteiro, tão observante e reformado como o de Santa Cruz, foi para que os estudantes aprendessem juntamente Letras e virtudes... O primeiro d'estes Collegios tinha cinco aulas, ou geraes ladrilhados e mui bem forrados de bôrdo com suas cadeiras para os Mestres feitas por grande arte; e n'este Collegio se liam as lições de *Theologia* especulativa e moral, e da sagrada Escriptura e sagrados *Canones*. O segundo Collegio se chamava de S. João Baptista, e tinha outras tantas aulas e cadeiras, em que se liam as *Leis, Medicina* e *Mathematica*. As *Artes, Rhetorica* e *Grammatica,* e Linguas de *Grego* e *Hebraico* se liam no Collegio de Todos os Santos.» [2] Os dois Collegios das Escholas maiores denominavam-se de *S. João Baptista* e de *Santo Agostinho*. Ácerca da construcção d'estes Collegios é curiosa a carta de D. João III ao Prior geral D. Manuel de Araujo, datada de 9 de fevereiro de 1537:

«Prior Crasteiro. Eu El rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes cõ o debuxo que me enviastes d'essa obra dos Estudos, com os apontamentos em que vem a declaração da largura e altura das paredes, e grandura dos portaes das aulas e Geraes de Theologia, Canones, Leis e Medicina; agradeço-vos a diligencia cõ que estas obras se fizeram, que tudo procede de vosso bom zelo e animo virtuoso. Eu sempre fiz fundamento, quando mandei fazer esses Estudos de assentar ahi Universidade e Escolas geraes, pelo sentir assi ser mais serviço de Deus e bẽ de meus vassallos; e por que os Lentes que ora vão pera começarem a ler Theologia, Canones, Leis e Medicina, hão de ser nessa cidade por todo este mez de Fevereiro, pera

[1] Villar Maior, *Exposição succinta,* etc., p. 54.
[2] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. x, p. 293.

começarem a ler em 1 de Março que ora vem, mandareis preparar esses Geraes com cadeiras pera os ditos Lentes, e bancos pera os Estudantes, e tudo o mais que for necessario. E as *Artes* se lerão n'esse vosso *Collegio de Todos os Santos*. E por que pera o Regimento d'essa Universidade he necessario haver Reytor, como em todas as outras Universidades, o qual ao presente não pode ser por eleição, eu encarrego ora d'este cargo o Reitor D. Garcia de Almeida, e a Nicoláo Leitão vai Provisão do Cardeal meu muito amado e prezado irmão, pera pagar aos ditos lentes das rendas do Priorado mór d'esse Mosteiro. Anrique da Mota a fez em Evora, aos 9 de Fevereiro do anno de 1537. Rey.» [1]

Na Descripção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra mandada ao Papa Paulo III em 1540, [2] falla-se da animação que reinava nos novos estudos: «Sobre este terreiro, em altura de quatro degráos, está um tavoleiro ladrilhado de pedras quadradas, e cercado de grades de ferro, sobre o qual estão formadas as bases do soberbo portal da magestade e Torres e Igreja do dito Mosteiro. Em este tavoleiro ha grande concurso de Estudantes, que continuamente confirem entre si, huns em *Grammatica,* outros em *Rhetorica,* outros em *Logica* e *Philosophia,* outros em Santa *Theologia,* outros em a *Medicina* [3] da vida e saude humana reparadora; e a todos he oprobrio falar salvo em a lingua Latina ou Grega. Estes estudantes saem como enxames de abelhas de dous polidos e concertados Collegios, que está um á dextra, outro á sestra d'esse Mosteiro, e não em pequeno ornamento seu. D'estes Collegios o primeiro se diz *de S. Agostinho* pay dos Conegos regulares, e o segundo *de S. João Bautista;* são as Aulas ou Geraes, em elles, dez, ladrilhados e forrados e providos de cathedras muy artificiosas.» [4] Na Carta de D. João III, de 15 de dezembro de 1539, em que dá aos Priores geraes de Santa Cruz a dignidade de Cancellarios da Universidade, como compensação pela cedencia dos Collegios, diz: «e pela dita maneira hei por *unidos e incorporados os ditos Collegios com a dita Universidade;* e mando que *d'aqui em diante todo seja e se chame hũa Universidade,* e todos juntamente hajam e gozem

---

[1] Ap. D. Nicoláo, *Op. cit.*, Liv. x, p. 294.

[2] Sousa Viterbo. *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Annotações e Documentos.

[3] Em Carta de 16 de janeiro de 1538 manda D. João III, que a *Medicina* se lêsse nos Collegios de Santa Cruz, pela relação que esta sciencia tem com as *Artes*.

[4] *Chron. dos Regr.*, Liv. VII, p. 89.

de huns mesmos privilegios, assi dos que até aqui lhe são concedidos, como de todos os que ao diante se concederem á dita Universidade.» [1] O desenvolvimento do corpo escholar perturbava o recolhimento e clausura dos Regrantes, e o Prior geral D. Dionisio, então Cancellario da Universidade, escreveu a D. João III pedindo-lhe para passar a Universidade dos estudos para a cidade alta para os Paços d'El-rei. D. João III attendeu-o em carta de 22 de outubro de 1544, escripta de Evora. Despovoou-se o Collegio de S. Agostinho, conservando apenas para memoria uma aula onde os Theologos faziam acto de *Augustiniana* e

---

[1] Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'áquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India. A quantos esta minha Carta virem, faço saber, que considerando eu como em o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra jazem os corpos do Reys de gloriosa memoria, a saber: del-Rey Dom Affonso Henriques e del-Rey Dom Sancho seu filho, primeiros Reys d'este Reyno de Portugal; e bem assi havendo respeito ao dito Mosteiro ser ora por minha ordenança tambem reformado, e estar em tanta observancia, e se fazer em elle tanto serviço a Nosso Senhor, e em os Collegios que em elle mandei fazer, tanto fructo e proveito de meus Reynos e Senhorios, em as Linguas, Artes e Theologia, pelas quaes cousas recebendo eu muito prazer e contentamento.

E querendo acrescentar, honrar e fazer mercé ao dito Mosteiro de meu proprio motu hei por bem e me praz fazer mercé, como de feito faço ao Prior do dito Mosteiro e Geral da Congregação que ora he, e pello tempo for, do Officio de Cancellario da Universidade da dita Cidade de Coimbra, do qual officio lhe faço mercé com todas as honras e privilegios, antecedencias, preferencias e prerogativas, com que o tiverão e d'elle uzarão sempre os Cancellarios, que foram em esta Cidade de Lisboa até o tempo que d'ella mudei os estudos pera a dita Cidade de Coimbra.

E por esta mando ao Reytor, Lentes, Conselheiros, Deputados e Estudantes da dita Universidade, que ora são, e ao diante forem, que hajam pello sobredito modo o dito Prior, que hora he, e aos que pelo tempo forem por Cancellario da dita Universidade; e que todos os gráos de Licenças, Doctorados, e Magisterios se dem pelo dito Cancellario em o dito Mosteiro, onde se farão os exames; e os ditos gráos se darão pela Bulla e Privilegio concedido á dita Universidade pelo Santo Padre a minha instancia em Theologia, e Canones; e em Leis, Medicina e Artes se derão sempre por minha auctoridade, como até ao presente se darão, segundo a forma de meu Regimento e Estatutos da Universidade. Dos quaes gráos o dito Cancellario passará Cartas em fórma aos graduados, com declaração da autoridade por que foram dados expressa nas ditas Cartas feitas pollo escrivão da Universidade e assinadas por elle dito Cancellario.

E mando que das portas a dentro do dito Mosteiro, e da sua Capella de S. João, e de todos os seus Collegios, a saber do *Collegio de S. João,* e do *Collegio de Santo Agostinho,* e do *Collegio de Todos os Santos,* o dito Padre Cancellario haja e tenha toda a jurisdicção em os Mestres, estudantes e officiaes que em elles lerem, estudarem e servirem. A qual jurisdição se entenderá em os Mestres só.

de *Quodlibetos,* e no Collegio de S. João ficou uma aula para *Artes,* que se liam aos conegos.[1]

Por carta de 22 de outubro de 1544, ordenou D. João III, em conformidade com o pedido da Universidade, que os lentes dos Collegios de Santa Cruz fossem ler aos paços reaes, não havendo differenças entre os estudantes, ficando todos sob a auctoridade do Reitor.

Vejamos como se estabeleceu o quadro docente das Faculdades, quando a Universidade começou a funccionar em Coimbra. Para a Faculdade de Theologia vieram os seguintes Lentes:

Cadeira de Prima: *Doutor Affonso do Prado;* veiu de Alcalá, sendo mais tarde Reitor da Universidade.

Cadeira de Vespera: *Doutor Francisco de Monson,* pela Universidade de Alcalá, mestre em Artes; lêra em Lisboa, em cuja sé tinha o beneficio de uma conezia doutoral. D. João III mandou que passasse

---

mente em o que tocar ás liçoens, e faltas dos lentes, e em o fazer dos exercicios e disputas, e em as horas que hão de lêr, e em lhes dar as licenças pera irem fora, e pera lerem outros por elles, e em lhes mandar pagar seus salarios, e em os mandar multar em elles, quando em as sobreditas cousas lhe forem desobedientes. E em os estudantes e Collegiaes em lhes dar licenças, e em os reprehender e emendar, quando forem escandalosos, mal ensinados ou deshonestos, e em as cousas que dão torvação a bem estudar. Porem se algum commetter algum crime dentro em os ditos Collegios, ou quizer demandar outro judicialmente, ou fazer cousa por que seja necessario fazer d'elle justiça, ao Conservador pertencerá a tal jurisdicção, sendo Leigos, e se forem Religiosos, ou Clerigos de Ordens sacras, pertencerá a seus Prelados: e mando que das portas a fóra do dito Mosteiro, Capella e Collegios, o dito Cancellario não tenha jurisdição algũa em os sobreditos Mestres, estudantes e officiaes, mas ficará toda ao Reytor e Conservador da dita Universidade.

E quando acontecer o dito Concellario ser ausente, ou ter outro impedimento, tenha suas vezes em o dito officio aquelle Religioso que as tiver em a governança do dito Mosteiro, e pella dita maneira hei por unidos e incorporados os ditos Collegios com a dita Universidade; e mando que daqui em diante todo seja e se chame hũa Universidade, e todos juntamente hajam, e gozem de huns mesmos privilegios, assi dos que até qui lhe são concedidos, como de todos os que ao diante se concederem á dita Universidade. E por esta mando aos ditos Cancellarios, Reytor, Conservador, Lentes, Conselheiros, Deputados e a todos os outros officiaes da dita Universidade, que sem embargo algum que a ello ponham, guardem todas as cousas sobreditas, assi, e per a guiza que aqui he contheudo, por que assi he minha mercé, e por certeza d'ello mandei passar esta minha carta. Dada em a Cidade de Lisboa, aos 15 dias do mez de Dezembro. Anrique da Mota a fez, Anno do Nascimento de N. Senhor Jesu Christo, de 1539 annos. Rey.» (Apud D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes*, Liv. VII, cap. 14, p. 55.)

[1] Ibidem, p. 89.

a reger a Cadeira de Escriptura, transferindo para a de Vespera *Frei Martinho de Ledesma,* frade dominicano do mosteiro de Santo Estevam de Salamanca, e ao qual prohibiu o ensino particular no seu Collegio de S. Thomaz. Ledesma foi deputado do Santo Officio de Coimbra, e lente de prima na faculdade de Theologia.

Cadeira de Terça: *Mestre Frei João Pedraza,* dominicano.

Além d'estes lentes, vieram tambem *Frei Guilherme Gomeri,* para a cathedra de Theologia, e *Frei Antonio de Affonseca,* doutor pela Universidade de Paris, dominicano, para uma cathedra de Escriptura, os quaes regeram por pouco tempo.

Sob o governo do activo reitor Frei Diogo de Murça, doutor por Louvain, mandou o rei vir de Paris, para lerem na Faculdade de Theologia, os doutores:

Marcos Romeiro, para lêr Escriptura, passando depois para a de vespera de Theologia.

Payo Rodrigues de Villarinho, para lêr Testamento Novo, sendo mais tarde Principal do *Collegio Real* pelo fallecimento de André de Gouvêa.

Dom Damião veiu tambem de Paris para a Faculdade de Theologia, onde leu até 1544.

Para a Faculdade de Canones:

Cadeira de Prima: o *Licenciado Francisco Coelho,* Desembargador de Aggravos, voltando para Lisboa logo que em 1538 o *Doutor Martinho Aspilcueta Navarro* veiu de Salamanca, onde lia havia sete annos, para Coimbra, por influencia de Carlos v.

O Bacharel *Manuel Vaz* (de Andrade).

Sob o governo do reitor D. Frei Bernardo da Cruz, para a:

Cadeira de Vespera: *João Peruchio de Mogrovejo,* [1] que ensinava em Salamanca, sendo licenciado, e recebendo o gráo de doutor em Coimbra.

Cathedrilha: *Doutor Bartholomeu Filippe,* simples bacharel, recebendo o gráo de doutor em Coimbra, e passando para a regencia de Decreto.

---

[1] D. João de Mogrovejo estudou em Salamanca Jurisprudencia, como collegial de S. Salvador de Oviedo, recebendo a beca em 29 de setembro de 1539; depois de ser lente em Coimbra, por convite de D. João III, acceitou da Universidade de Salamanca a cathedra de Prima de Leis e uma Conesia doutoral, fallecendo em 1566. (Vidal y Dias, *Memoria historica da Universidade de Salamanca* p. 463.)

Para a Faculdade de Leis:

Cadeira de Prima: o *Doutor Gonçalo Vaz Pinto,* que regia na Universidade de Lisboa havia trinta annos, e era do Desembargo do Paço.

Cadeira de Vespera: o *Doutor Lopo da Costa* (in utroque jure), leu por pouco tempo.

Cadeira de Terça: o bacharel *Antonio Dias,* que se doutorou depois.

Cadeira de Codigo: *Manuel da Costa,* o Sutil; veiu de Salamanca, por onde era bacharel, e cá se doutorou, regressando mais tarde para a sua antiga Universidade.[1]

Cadeira de Sexto: o Licenciado por Salamanca *Luiz de Alarcão,* castelhano, que se doutorou em Coimbra.

Vieram mais quatro bachareis de Salamanca para quatro cadeiras de Leis, sendo ao todo quatro lentes de Canones e sete de Leis.

E sob o governo do reitor D. Agostinho, vieram para:

Vespera de Leis: *Antonio Soares,* licenciado por Salamanca; cá tomou o gráo de doutor e foi lente de Prima.

Doutor Gonçalo Rodrigues de Santa Cruz, castelhano, tendo lido na Universidade de Lisboa, onde se graduara.

Doutor Ayres Pinhel, bacharel por Salamanca; doutorou-se cá; seguiu as cadeiras de Leis até á de Vespera, regressando para Salamanca.

Sob o governo do reitor Frei Diogo de Murça, vieram para esta Faculdade:

Cadeira de Prima: *Fabio Arcas de Narnia (Arnania),* doutor in utroque; veiu de Roma contractado pelo salario de 360$000 réis, e para casas 22$000 réis.

Cadeira de Vespera: *Ascanio Escotto,* doutor in utroque, sendo por vezes vice-Cancellario.

---

[1] D'este Manuel da Costa lê-se na *Memoria historica da Universidade de Salamanca,* por Vidal y Dias, p. 433: «Começou desde muito criança o estudo do Direito na Universidade de Salamanca, sob os auspicios da imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V, e sob a direcção de Martin de Aspilcueta. Tornou-se lente distincto de Direito na Universidade de Coimbra, e tendo vagado a cathedra de Prima da dita faculdade na Eschola de Salamanca fez opposição a ella com o celebre Leon Pinelo, e o Claustro d'esta Universidade, em vista do extraordinario merito de ambos os oppositores, concordou, contra o que então se praticava, conservar a ambos como professores da cathedra de Prima de Direito civil.» Todas as suas publicações foram incorporadas em um tomo, impresso em Salamanca em 1582.

Consta que eram dezoito os lentes de Leis, cuja lista se completa com os seguintes nomes:

Luiz de Castro Pacheco, lente de Decreto.
Doutor Luiz da Guarda, lente de Instituta.
Bacharel Rodriguo Alves, idem.
Bacharel Bastião Bernaldes, id.
Bacharel Antonio Roiz, id.
Licenciado Alvaro do Quintal, Cathedrilla de Decreto.
Doutor Manuel Vaz (passou de Canones).
Braz de Alvide.

Para a Faculdade de Medicina:

Cadeira de Prima: o *Doutor Henrique de Cuellar,* portuguez.

Cadeira de Vespera: o *Doutor Thomaz Rodrigues da Veiga,* avô do afamado procurador da corôa Thomé Pinheiro da Veiga.

Doutor Antonio Barbosa, que recebeu o grão já em Coimbra.

Doutor Luiz Nunes, nas mesmas circumstancias.

Sob o governo de D. Frei Diogo de Murça, vieram para a vaga da:

Cadeira de Prima: o *Doutor Diogo* ou *Rodrigo Reynoso.*

Cadeira de Avicena: o *Doutor Francisco Franco,* valenciano.

Cadeira de Anathomia e Surgia: *Affonso Rodrigues de Guevara,* licenciado por Siguença, recebendo em Coimbra o grão de doutor.

Cadeira de Galeno e de Aristoteles (em grego) *Antonio Luiz* (o Doutor Luiz Grego).

Para a cadeira de Mathematica:

O *Doutor Pedro Nunes,* mestre do Infante D. Luiz, doutor em Medicina, lente em Lisboa (1530) de Logica, e depois de Metaphysica.

Falta aqui o quadro docente da Faculdade de Artes; essa direcção ficou entregue ao mosteiro de Santa Cruz, em cujos Collegios se ensinaram até á organisação do *Collegio real.*

«... não havia parte em Coimbra, em que podessem lêr-se todas as sciencias juntas, por ser grande o numero de Mestres e ouvintes em todas ellas. Liam-se *Canones, Leis* e *Medicina* nos Paços reaes da Cidade, depois de mudadas para ella estas faculdades das casas de D. Garcia de Almeida; *Theologia, Artes* e *Humanidades* nos *Collegios de S. João* e *Santo Agostinho,* junto ao Mosteiro de S. Cruz; e no anno 1544 por carta do mesmo Rei (D. João III) de 22 de outubro se mandarão ler todas as sciencias, que se liam nos ditos Collegios, nos Paços da Universidade, pela inquietação que o Padre Reformador Fr. Braz

de Barros julgou causava a visinhança dos Collegios e leituras publicas áquella observantissima Casa.» [1]

Depois do governo de D. Garcia de Almeida, mestre do infante D. Duarte, e vedor do principe D. João, seguiu-se-lhe ainda n'esse mesmo anno, por nomeação régia, o primeiro Bispo de Angra, D. Agostinho Ribeiro, que teve outras dignidades ecclesiasticas, taes como Bispo de Lamego e governador do bispado do Porto. Esta mudança é indicativa da preoccupação em que andava o fanatico monarcha, pensando em entregar o governo da Universidade á auctoridade episcopal, como garantia da orthodoxia das doutrinas alli professadas. Amedrontava-o a corrente humanista. O governo de D. Agostinho Ribeiro durou cinco annos e sete mezes, periodo em que se encerram os trabalhos de installação e organisação da Universidade de Coimbra. D. Agostinho renunciou o bispado de Lamego, recolhendo-se como simples frade ao convento de S. Bento de Enxobregas, obedecendo ao seu caracter mais ascetico do que pedagogico. D. João III nomeou reitor em 1543 D. Bernardo, bispo de S. Thomé, que não chegou a tomar posse do cargo, sendo substituido por Frei Diogo de Murça, doutor em Theologia pela Universidade de Louvain, e antigo mestre do infante D. Duarte. Lê-se no alvará de 5 de novembro de 1543: «por eu encarregar dom bernardo bispo de sam thomé em cousas de serviço de Deus, e meu, e não poder ir servir de Rector d'essa Universidade de que o tinha encarregado, confiando eu das virtudes e prudencia do padre Frei Diogo de Murça, mestre em theologia, que n'isso servirá como convem a serviço de Deus e bem da dita Universidade pela experiencia que d'elle tenho em outros carguos de que foi encarreguado, ho encarreguei ora de rector da dita Universidade como verês pela provisão minha que vos será mostrada.» Frei Diogo de Murça frequentara a Universidade de Louvain na grande época da implantação dos estudos humanistas, e dava portanto garantias de imprimir á sua direcção uma superioridade tendente a collocar a Universidade de Coimbra a par das melhores Universidades estrangeiras. O governo de Frei Diogo de Murça durou doze annos, os quaes correspondem á época mais gloriosa da Universidade de Coimbra; era elle o unico reitor capaz de pôr em obra o plano de reformas pedagogicas de Frei Braz de Barros, tambem graduado pela Universidade de Louvain, porque ambos comprehendiam as necessidades mentaes da Renascença. Por fim, a absorpção dos Je-

[1] Dr. Silva Leal, *Colleç. de Doc. e Mem. da Acad. de Hist.*, 1733, p. 476.

suitas, que se apoderaram do animo de D. João III, desgostara o reitor Frei Diogo de Murça, que se refugiou das perfidias da Companhia no seu mosteiro de Refoios de Basto. A sua retirada foi uma verdadeira calamidade, e um começo de decadencia da Universidade de Coimbra.

Os estudos menores ou secundarios que existiam no mosteiro de Santa Cruz ficaram ainda independentes do governo da Universidade: «por quanto no que toca aos Collegios de Santa Cruz entenderá ho padre frei Braz de Bragua (Barros) governador do dito moesteiro.» A incorporação d'estes Collegios na Universidade, pouco depois, fez-se pela concessão da dignidade de Cancellario da Universidade aos Priores-móres de Santa Cruz de Coimbra, e do privilegio dos gráos serem conferidos com todo o apparato no mesmo mosteiro. Na carta régia de 29 de dezembro de 1540, estatue-se: «e por fazer mercê e honra ao moesteiro de Santa Cruz dessa cidade, hei por bem que o priol crasteiro delle que ora he, e pello tempo for, seja Cancellario dessa Universidade, e que todollos gráos de licenças, doctorados e magisterios que se em ella ouverem de dar em todas as sciencias e faculdades se dêm no dito moesteiro, onde se faram os exames e os ditos gráos se deram...» Depois de definir os poderes do Cancellario, termina a carta: «E assi me praz unir e encorporar os ditos Collegios aa dita Universidade pera que tudo seja hũu corpo e hũa Universidade segundo mais compridamente na dita cárta se contem...» A carta a que se allude foi trazida para Santa Cruz por Frei Braz de Barros: «e ho padre frei Braz que ora lá vai e leva outra tal carta, como a que envio á Universidade...» Em carta régia ao reitor, datada de 25 de janeiro de 1545, conhece-se que houve alguma difficuldade n'esta incorporação: «vi a carta que me escrevestes, e quanto ao que dizeis que vistes lá hũa carta minha em que se contém as mercês e honras que ora fiz aos Collegios do Moesteiro de Santa Cruz, eu ho fiz tanto por fazer mercê a essa Universidade como aos ditos Collegios e assi estaa manifesto se bem quizer olhar, e folguarei que tanto que acabardes de assentar com o padre frei Braz ho modo em que essas cousas hã de ficar pera se escusarem paixoens ao diante como na dita carta dizees, me enviees ho que nisso ambos fizerdes e assentardes, por que folgarei de ho ver.» A florescencia dos estudos secundarios nas Escholas de Santa Cruz fez com que a Universidade alcançasse um ephemero vigor na sua transplantação para Coimbra; pelo alvará de 29 de dezembro de 1540 os exames feitos no mosteiro valiam para os gráos da Universidade: «aos que estudam e lêm nos Collegios do dito Mosteiro de Santa Cruz que se qui-

zerem graduar de Bacharees, lecenceados ou doutores e mestres, se faram os exames na forma e modo que se ora fazem pelo Regimento que nos ditos Collegios tem, e assi ei por bem de encorporar os ditos Collegios, lentes e studantes delles em essa Universidade e que todo seja hũu corpo e hũa Universidade, e os lentes e studantes delles guozem dos mesmos privilegios de que guozam os da Universidade e sejam regidos e guovernados pollos statutos e Regimentos da Universidade...» O primeiro Cancellario da Universidade de Coimbra foi o prior geral de Santa Cruz, D. Bento de Camões, eleito em 5 de maio de 1539; era irmão de Simão Vaz de Camões, que casara em Santarem, e cujo filho, Luiz de Camões *(bacharel latino)*, o futuro épico da nossa nacionalidade, frequentava então os estudos da Universidade.

Alguns dos professores das Escholas de Santa Cruz, como Mestre Pedro Henriques e Mestre Gonçalo Alvares, doutorados pela Universidade de Paris, passaram a ensinar grego e hebraico na nova Universidade.

Pela *Chronica dos Conegos regrantes*, de D. Nicoláo de Santa Maria, se conhece a organisação dos Collegios de Santa Cruz, desde o desenvolvimento que receberam em 1527, pela iniciativa de Frei Braz de Barros, reformador d'aquella congregação. A nobreza de Portugal mandava os filhos para o *Collegio de Sam Miguel* (dos *Roxos)*, dentro do mosteiro, para a parte do norte, junto das torres. Os creados do Prior geral de Santa Cruz continuavam ainda a tradição dos antigos *Mousinhos:* «são de ordinario doze em numero, dormem juntos em dormitorio e comem em seu refeitorio apartados dos outros creados, e tem á meza uma Lição cantada, servem o Mosteiro até saberem Latim, para o que tem mestre que lhes dá lição duas vezes ao dia. Depois que sabem Latim os vestem de baeta e lhes dão casas fora do Mosteiro, e ração todos os dias para estudarem na Universidade.» [1] Em consequencia da incorporação dos Collegios na Universidade, deixaram os alumnos de occupar o mosteiro em 1544. As outras ordens monasticas tambem trataram de fundar em Coimbra os seus Collegios junto da Universidade, systema que prevaleceu até 1834. Nos dois Collegios junto do mosteiro de Santa Cruz, que tinham sido fundados para o ensino de Artes e Humanidades, passou a ensinar-se, no de *Santo Agostinho,* Theologia especulativa e moral, Escriptura sagrada e Canones; no de *Sam João Baptista,* estabeleceram-se cinco aulas para Leis, Medicina e Mathematica. No *Collegio de Todos os Santos* (dos *Pardos)* ensinavam-se Artes,

[1] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. VII, p. 53.

Rhetorica e Grammatica grega e hebraica; a *Arte de Latim,* de D. Maximo de Sousa, e o *Vocabulario de Grego e Hebraico,* de D. Heliodoro de Paiva, adoptados no ensino, eram impressos na typographia do proprio mosteiro de Santa Cruz, em 1532 e 1535. Em carta de 4 de julho de 1541, responde o rei a varias perguntas do Reitor: «Em quanto ao que dizees da falta que hi ha da primeira regra de Grammatica por Christovão d'Abreu mestre della ter muitos scholares, eu tenho ora provido doutros dous mestres que hamde começar a ler o primeiro dia d'octubro deste presente anno nas casas que o Cancellario já pera isso tem ordenado.»

A actividade escholar logo no primeiro anno da trasladação da Universidade para Coimbra é difficil de estabelecer, porque no seu Archivo apenas existem fragmentos de relação de alguns cursos que se referem a 1537. Ha porém noticias de 1540, que nos interessam bastante. Gabriel Pereira, que inventariou o archivo da Universidade, informa-nos: «Folheando um dos grossos tomos dos *Autos e Provas,* deparei com um grupo completo de relações de matriculados relativo á segunda terça (o anno lectivo dividia-se em terças) de 1540, sob o titulo *Matricula hujus almae colibriensis Universitatis in natali Sancti Remigii feliciter incepit.* [1] Contando os nomes de taes relações formei a seguinte statistica:

Theologia		15
Canonistas		142
Legistarum institutariorum		66
Codecistas		68
Legistas		129
Medicos		10
Dialecticos,		25
Philosophos		10
Grammatica	Primeira regra	30
	Segunda regra	37
	Terceira regra	6
Grammaticos de Lopo Galeguo		8
Rhetoricos		48
Medicos (segundo)		18
		612 [2]

[1] O anno escholar começava em *dia de S. Lucas* (15 de outubro), e em 1530 mudou-se para o *dia de S. Remigio* (1 de outubro).

[2] *Boletim da Sociedade de Geographia,* de Lisboa, 2.ª serie, n.º 2, p. 119 (1880).

Vejamos como se desenvolveu a frequencia dos escholares na Universidade, em grande parte já provocada pela concorrencia da mocidade aristocratica aos Collegios de Santa Cruz de Coimbra.

Na reforma da Universidade houve em vista o pensamento da centralisação do ensino, invalidando os gráos tomados nas Universidades estrangeiras; no alvará de 18 de julho de 1538 estabelece D. João III: «hei por bem por o aver assi por meu serviço e bem d'essa Universidade, que os Scholares que se quizerem graduar de bachareis, e depois de terem feitos seus cursos e lido suas liçoens nessa Universidade se forem graduar em outros Studos, nam gozem em meus reinos e senhorios das honras e liberdades do dito grão. E assi hei por bem que os bacharees que se forem fazer lecenceados em outros studos depois de terem hi feitos seus cursos e repetições nam gozem dos privilegios e liberdades dos lecenciados nos ditos meus reinos e senhorios, etc.» D. João III avocava á Universidade de Coimbra os privilegios que na Edade média se arrogaram as Universidades de Paris e Bolonha, e depois Oxford e Orleans, que só reconheciam os gráos por ellas conferidos, e exigiam novo exame aos graduados n'outras Universidades. Era, porém, tarde quando D. João III quiz impôr este centralismo; nas Universidades estrangeiras, em Hespanha, Italia e França, brilhavam alumnos e mestres portuguezes, que por esta disposição não pensariam mais em regressar a Portugal. Em outro alvará, de 5 de novembro de 1539, ha uma concessão para que os que cursaram outras Universidades fossem graduar-se em Coimbra: «eu ei por bem que os studantes canonistas que teverem comprido seus cursos em Salamanqua os nam obriguem a ouvir Instituta e se façam bacharees posto que a nam tenham ouvida.—E por que sam enformado que algnns Bacharees que vieram de Salamanqua e assi outros scholares estã nessa cidade sem ir aas schollas, e dizem que se vem hi reculher pera cumprir o tempo dos annos contheudos em meu Regimento, ho que não hei por bem, vos encommendo e mando que com estes se guarde o que he decrarado no Statuto no titulo dos cursos e autos, ho qual diz que todo o studante que estiver na Universidade ouça liçam de prima da sciencia em que for graduado, e não o comprindo assi que não guoze do privilegio do studo, nem lhe aproveitem os cursos que fizer, etc.» No alvará de 13 de abril de 1538 responde-se á consulta do reitor, sobre o que se deve fazer ácerca dos estrangeiros que então concorreram a tomar gráo em Coimbra: «vi a carta que me escrevestes ẽ que dizees que a essa Universidade vem alguns Bacharees feitos em outros studos para se graduarem á sufficiencia, como ora dizees que he vindo hum, e tendes du-

vida se nos taaes bacharees que assi vẽ de fora se hade guardar o meu Regimento per que mando que os lecenceados se façam juntos e per primeiro e segundo luguar e que se dê as taes licenças de dous em dous annos. Eu ei por bem que ho dito Regimento se guarde nos que vierem doutros studos assi como se hade guardar nos que cursam nessa Universidade, por que doutra maneira seria perjuizo dos que cursassem nesses studos e teriam os que vem de fora melhor condiçam que os filhos da Universidade.— E aos que vierem doutros studos pera se graduarem de lecenceados levarselhe ha ẽ conta os cursos de lectura que teverem feitos nos ditos studos e assi as repetições se as em elles já feitas teverem, etc.» As precedencias que competem aos graduados em Universidades estrangeiras foram estabelecidas no alvará de 27 de setembro de 1540: «que aos mestres doutores e lecenceados doutras Universidades lhes seja dado luguar nos autos pubricos que n'essa Universidade se fizerem abaixo dos da Universidade segundo seus gráos e antiguidades.» Para a matricula da Universidade admittia-se a prova testemunhal da frequencia em Universidades estrangeiras, como se vê por esta disposição do alvará de 3 de novembro de 1539: «e quanto aos studantes que ora vieram e daqui por diante vierem de Salamanqua ou doutras Universidades, que non trazerem certidoens pubricas dos annos e tempos que nas ditas Universidades cursaram, ei por bem que dando elles provas per testemunhas que per direito abaste pera prova dos ditos cursos, lhe seja recebida e os cursos que provarem lhe sejam levados em conta e sejam avidos como se os em essa Universidade tiveram cursado...»

Na reforma de 1537 foram chamados lentes estrangeiros, sendo equiparados nos gráos aos da Universidade de Lisboa ou de Coimbra segundo suas antiguidades; assim no alvará de 2 de novembro de 1537 estabelece-se: «ei por bem por algumas justas causas que a isso me movem e por julgar de fazer graça e mercê aos letrados que vierem de outras Universidades a ler cadeiras nessa Universidade, pera que com melhor vontade venham, que os lentes que lerem na dita Universidade de Coimbra cadeiras suas com salairo se guardem os privilegios, preeminencias e precedencias dos gráos que teveram segundo as sciencias e faculdades em que forem graduados, e suas antiguidades como for direito, sendo graduados em Universidade de Studo geral, e que os não precedam os graduados na Universidade que foi de Lisboa ou de Coimbra...» Na resposta a uma consulta do reitor, datada de Lisboa em 16 de maio de 1538, estabelece-se mais: «e quanto ao que me escrevees sobre os *Doutores feitos em Lerida* e outras semelhantes

Universidades, eu hei por bem que assi estes de Lerida como todollos outros feitos em outras Universidades se precedam huns aos ontros segundo as antiguidades de seus gráos, tirando os que forem feitos em Lisboa e nessa Universidade de Coimbra, por que nestes se guardaraa o Statuto.»

D. João III tratou de chamar professores estrangeiros, concedendo-lhes excepcionaes privilegios. Lê-se no alvará de 7 de dezembro de 1538: «eu provi ora da cadeira de Canones dessa Universidade ao doutor Martim de Aspilcueta, segundo vemos pelas provisoens minhas que vos elle mostraraa, e por que eu queria que elle nessa Universidade recebesse todo favor e guasalho, segundo sua bondade e letras, e ho desejo com que me vem servir merecem: vos encumendo muito que lhe façaes todo favor e bom guasalhado que poder ser e nam consintaes lhe ser feito nenhũa sem rezam, nem cousa de que elle deva receber desprazer. E porque ao tempo que se fez a provisam dos lentes deputados ficou hũ luguar vaguo pera eu depois prover, ei por bem que elle seja ho dito lente provido. E assi vos encumendo que des ordem como o dito doutor seja bem apousentado e em bom luguar em quanto se consertam hũas casas que eu lhe mando dar pera seu apousentamento, encumendovos que o façaes assi. E agradecervos ei muito terdes modo como nenhum lente dessa Universidade tenha com elle deferenças nos assentos e precedencias e oras de lectura, pois elle per direito precede aos outros lentes legistas e canonistas que nessa Universidade leem nos ditos assentos e precedencias de seus gráos.» No alvará de 7 de janeiro de 1539 allude-se á posse do Doutor Aspilcueta Navarro: «vi a carta que me escrevestes em que me dais coñta da chegada do doctor Navarro, a essa cidade e de como foi bem apousentado e do guasalhado que o Bispo lhe fez eu ouve dello prazer e vos aguardeço muito ho que por vossa parte fizestes e assi folguei por estarem tam conformes elle e ho doctor G.º Vaz; encomendovos que tenhaes lembrança de fazer conservar esta amisade quanto em vos for.» Esta circumstancia da boa amisade entre os dois lentes contrasta com o que se lê no alvará de 23 de setembro de 1538, em que se relata que «aas vezes acontece os lentes nas lições que lêm e nos autos pubricos que se fazem dizerem palavras de que os outros lentes ou letrados que nos ditos autos estã presentes recebem escandalo, e assi os ditos lentes *nas liçoẽs que lẽ se poẽ a contar historias fora da materia da liçã ẽ que guastã ho tempo sem proveito* ei por bẽ que ho lente que cada huua das ditas cousas fezer por cada vez perqua ho ordenado da liçã daquelle dia, e se for em outro auto tãbẽ perqua ho ordenado da

liçã de huũ dia. Notificovolo assi e mando que mandees ao bedel que lhe aponte as ditas perdas dos ditos ordenados...» Foi notificado no conselho dos lentes em 10 de outubro, e justifica a minuciosa regulamentação ácerca das disciplinas de cada curso.

Em varias disposições legaes de 1539 encontramos indicados como lentes de *Instituta* o Dr. Luiz da Guarda e os Bachareis Rodriguo Alues, Bastião Bernaldes e Antonio Roiz; nas cadeiras pequenas de *Decreto* apontam-se como lentes o Licenciado Alvaro do Quintal, o Dr. Manuel Vaz, Dr. Bertholameu Philippe e Braz de Alvide; o Dr. Antonio Soares era lente da cadeira de vespera de *Leis.*

São immensamente curiosas as disposições legislativas de 1539 sobre os cursos de Digesto Velho e Instituta, e sobre o modo de ensinar ou lêr os Canones e as Leis; começamos por transcrever a carta de 31 de janeiro de 1539: «Reverendo Bispo Rector amiguo; eu el-Rei vos envio muito saudar. Eu sam enformado que os lentes das cadeiras pequenas dessa Universidade assi das *Decretaes* como *Codigo*, *Dijesto Velho* e *Instituta*, que devem ler a passar, como decrarar os textos e grossas e seus entendimentos sem mais materia, se detêm em ler materias e em quererem mostrar suas sufficiencias, ho que é grande perda dos ouvintes; pollo qual vos encomendo que pratiquees isto em conselho e provejaes nisso e assinees a cada hũu dos ditos lentes certos livros ou titulos que ajam de passar, e ter passados ao cabo do anno, sob pena de perderem a derradeira terça; e assi lhe mandae que passem egualmente todo o anno e não se detenham aguora no principio do anno e depois queiram passar tanto que não façã fruito nem decrarem ho necessario. E os livros ou titulos que a cada hũu se assinarem seram aquelles que elles possom passar e *que se costumam assinar em Salamanqua* [1] e em outras Universidades aos lentes de cadeiras pequenas pera passarem em hũu anno, e tambem aos lentes das cadeiras grandes se assinará ho que se sóe e costuma assinar nas ditas Universidades para haverem de passar em hũu anno e nam passando cada huũ ho que lhe for assinado nã lhe será pagua a derradeira terça, salvo mostrando a vos e ao conselho justa causa...» Esta mesma

---

[1] Transcrevemos sobre este ponto parte dos titulos dos Estatutos da Universidade de Salamanca, approvados em Claustro pleno de 14 de outubro de 1538:

«Tit. XII. lo que an de leer los quatro catedraticos de catedras menores de CANONES:

«En el primer año un Catedratico hade leer desde el titulo de *constitutioni-*

disposição foi reforçada por outra carta régia de 31 de agosto de 1540. A intervenção do poder real chegava á extrema regulamentação dos horarios das cadeiras e dos methodos dos lentes, como se vê pela carta régia ou Ordenança de 12 de setembro de 1539; é um documento da maxima importancia, porque nos retrata a vida escholar e pedagogica na Universidade nos primeiros annos da sua trasladação: «averaa quatro lentes de *Instituta,* e leraa cada hũu hũu hora cada dia; dous leram pela menhaã e dous aa tarde, e estes quatro lentes passarão cada anno os quatro livros da *Instituta,* e ho Rector e Conselheiros no começo do anno lhe repartirão ho que cada hũu ouver de ler, em modo que todos acabem de ler os ditos quatro livros da *Instituta* em cada hũu anno, e os quatro lentes que ei por bem que este anno leãm, sam ho Doctor Luiz da Guarda, que leraa pela menhaã do principio do studo até a pascoa das nove horas aas dez, e da pascoa até fim do anno das outo horas aas nove. E o Bacharel Rodriguo Alves leraa pela menhaã do principio do studo até pascoa das dez aas onze, e da pascoa até fim do anno das nove aas dez. E o Bacharel Bastiã Bernaldes leraa aa tarde

---

bus hasta el de *offi.* de *leg.* esclusive: el otro desde el titulo de *offi.* de *leg.* hasta el fin del primer libro. Los otros dos Catedraticos en el dicho año leeran, el uno el segundo libro desde el principio hasta el titulo de *fid. instru.* y el otro desde este hasta el fin.

«El segundo año han de leer un Catedratico el tercer libro hasta el titulo de *sepul.,* y otro desde este titulo hasta el fin; otro Catedratico leera el un cuarto libro el titulo de *sent. excomu.* y de *verb. fig.* y de *reg. juris,* y el otro desde el principio del libro quinto hasta el titulo de *sent. exco.*

«Tit. XIII. como an de leer los catedraticos de CODIGO:

«Se leerá en tres años de la forma siguiente: en el primer año un Catedratico leerá los libros primero y segundo, y otro tercero y noveno; en el segundo uno leerá el cuarto, y otro el sesto, y en el tercer año uno leerá el quinto y el séptimo hasta el titulo de *apell.* y otro desde este titulo hasta el fin del octavo libro.

«Tit. XIV. de lo que an de leer los catedraticos de INSTITUTA:

«La an de leer en un año, un Catedratico el libro primero y segundo, y otro el tercero y cuarto.

«Tit. XV. de lo que ade leer el catedratico de DIGESTO VIEGO:

«Se leera en cuatro años: El primero de *iustitia* et *jure* de *ll. de offi. eius* todo el segundo de *procur.* de *neg. gestis de eo quod metus causa. de dolo ex quibus causis maiores.* El segundo año de *iudi. in offi. testa, de peti. her. si pars her. pet. de rei. ven. de publici de usufr. de usu et habit.* El tercero las servidumbres *familie her. comuni divid. ad exhibendum.* el duodecimo libro. El cuarto, *Comodati pignor. acti. pro sotio. mand. contr. erup. preser. ver. locati. iure dot. donati. inter virum et uxorem.*

«Tit. XVI. de las liciones extraordinarias:

do principio do studo atee pascoa das duas aas trez, e da pascoa atee fim do anno das trez aas quatro. E o Bacharel Antonio Roiz leraa a tarde do principio do studo atee pascoa das quatro aas cinquo, e da pascoa até fim do anno das cinquo aas seis; as quaes liçoens lerã todas em huã casa que ho Rector pera isso lhes ordenaraa, e ho mandamento que ham d'aver levam decrarado per outras minhas provisoens, e estes quatro lentes lerão a passar na forma seguinte:

«Itẽ, porã o caso por inteiro ho mais breve e craramente que poderem e diram a duvida que se perguntou ao que fes a lei, e dirã huã soo rezã principal ou fundamento per que parecia ho contrairo do que se determinou, e dirã loguo como se determinou o contrairo do que parecia e darã a rezã principal e fundamental per que se assi determinou, e isto tudo brevemente sem allegar textos ou grossas mais que hũu ou dous, e se parecer necessario maiormente pera os principiantes, ponha-se o caso duas vezes, e logo lerã e decrararão a letra com os vocabulos que aas vezes sam escuros, e depois disto decrararão como o summario se tira do texto e se em alguã das grossas se tocarem as

---

«Los que no siendo Catedraticos quieren leer lecciones estraordinarias se hande ajustar á lo estabelecido:

«Si los de Catedrilhas de Canones leyeren el libro primero y segundo de *Decretales*, los Lectores estraordinarios leeran los otros tres libros; y si de Catedra se leyeren estos, los estraordinarios lean el primero y segundo, guardándose el mismo orden en las lecturas de *Codigo*.

....

«Los Canonistas, bajo la pena de perder curso, no han de oir en los dos primeros años mas que *Decreto* y *Decretales;* el tercero *Sexto* y *Clementinas,* y el cuarto *Instituta;* y del mismo modo los *Legistas* solo oirán el primer año *Instituta,* el segundo *Codigo,* y el tercero *Codigo* y *Digestos.*

«Tit. XVIII. de lo que an de leer los catedraticos de *Teologia* y *medicina,* y *filosofia natural y moral* y como han de oyr en estas faculdades:

«Los Catedraticos de *Teologia* de Prima e Vesperas leeran los quatro libros de las *Sentencias;* el de *Biblia* leerá un año del Nuevo Testamento, y otro del viejo, y el de *partes* de Santo Tomás, asi como el do *Escoto* solo de dictos autores.

«El Catedratico de prima de Medicina leerá la parte de *Avicena* que la mayoria de los oyentes le pediere.

....

«El catedratico de *Filosofia natural* leerá este tratado y el de *Metafisica* de Aristoteles, y el de *Moral,* la *Etica, Politica* e *Canonica* del mismo autor.

«Dispone para la Catedra de *Sumulas* el testo de Pedro Hispano, e para la de *Logica* el de Aristoteles.»

(Vidal y Dias, *Memoria historica da Universidade de Salamanca,* p. 71.)

difficuldades do entendimento do texto e do verdadeiro summario, guardarão a decraração do entendimento do texto pera quando a lerem, notarão ho texto nos principaes notados pera que ho notem os doutores ou pera que ao lente parecer sem se deterem nas materias dos notados, e sem alleguar mais que duas ou tres cotas ou similes, e isto feito loguo lerão as grossas, e se nas grossas se não tocarem as difficuldades do entendimento do texto, ho lente tirado o summario do texto fundallo-a per dous outros fundamentos ou motivos breves que colheraa do que os doctores dizem ou a elle parecer, e responderaa a dous ou trez dos principaes contrairos que ho dito entendimento do summario tever, e quando lhe parecer outro entendimento milhor que o do summario dilo ha per o dito modo sem se deter em poer mais contrairos nem mais fundamentos de dous ou trez dos principios, e sem resar mais de duas ou trez cotas pera cada cousa, e acabado de tirar o summario como dito he, tirará os notados do texto, na forma acima dita, e acabados lerã as grossas, e nã se deterã em decrarar todas as ditas grossas mas soomente as que forem de pezo e substancia, e as outras passarão breve e summariamente, e não curarão de decrarar todas as materias que as grossas tocam, mas soomente no principal que notam ou perguntam ou oppõe, nem curarão de induzir os textos similes que as grossas alleguam pera provar as opinioens ou os de que oppoem, mas soomente induzirão hũ ou dous dos principios, e approvarão ou reprovarão as opinioens das grossas dizendo brevemente isto se reprova per os doctores, nomeando dous ou trez dos que aprovam ou reprovam, dizendo hũ ou dous fundamentos per que se aprova ou reprova, e não mais com hũa ou duas cotas e passarão loguo sem mais opinioens de doctores nem mais materias a outro texto.» O curso da *Instituta* era obrigatorio para a frequencia do Direito canonico e civil, com excepção dos clerigos de ordens sacras, beneficiados ou theologos; os escholares eram «obriguados levar seus livros pera ouvirem as liçoens com os seus livros diante.»

É tambem importante o Regimento de 13 de outubro de 1539, estabelecendo *O modo que se ade ter no ler Canones e Leis;* n'elle se repetem as mesmas indicações pedagocicas sobre a apresentação dos casos, glosas da lei e opiniões dos doutores. Transcrevemos as passagens mais accentuadamente historicas: «Ordeno que d'aqui por diante aja na dita Universidade as liçoens de Canones seguintes, a saber, huã liçã de prima, a qual leraa o *doctor Navarro* pela menhã aas horas acostumadas, que sã no inverno das sete e mea atee as nove, e no verã das seis e mea atee as oito.

«Item averaa huã liçã de vespera que se leraa no inverno das tres horas aas quatro, e no verão das quatro aas cinquo, a qual leraa o lente que eu pera isso ordenar per outra minha provisão. Os quaes lentes assi de prima como de vespera leraõ sete mezes primeiros nas *Decretaes* e dous mezes logo seguintes no *Sexto*, e o decimo mez nas *Crementinas* os titulos que pelo Rector e Conselheiros forem ordenados...» Quanto ao modo de professar, manda que declarem bem os textos e glosas d'elles «em modo que os textos com suas materias fiquem bem entendidos e decrarados, dizendo sobre isso ho necessario do que os doutores escreverão e do que mais os lentes por seus bons engenhos e trabalhos poderem ader... E quando lerem algumas materias ou questões em que ha opinioens, studemnas em suas casas mui bem, em modo que vam em ellas resolutos pera averem de ler e se poderem resolver na parte que lhes parecer verdadeira, e nã curarem de guastar o tempo em referir muitas opinioens dos doctores...»

«E averaa huã liçã de *Decreto*, que se leraa pela menhã no inverno das nove horas aas dez, e no verã das oito aas nove, a qual leraa ho lente que eu nomearei per outra minha provisão... Item, averaa quatro cadeiras pequenas, as quaes lerão os lentes seguintes, a saber, ho lecenceado *Alvaro do Quintal*, do meu dezembargo, leraa huã lição pela menhã, das dez aas onze no inverno, e das nove aas dez no verão. E o doctor *Manuel Vaz* leraa outra lição aa tarde da huã aas duas no inverno e no verã das duas aas trez. E o doutor *Bertolameu Philippe* leraa outra liçã aa tarde das duas aas trez no inverno, e no verã das trez aas quatro; e *Braz d'Alvide* leraa outra liçã das quatro aas cinquo no inverno, e das cinquo aas seis no verã aa tarde. Os quaes quatro lentes lerão os sete mezes primeiros das *Decretaes* e os dous seguintes do *Sexto* e o decimo mez das *Crementinas* os titulos que o Rector e os conselheiros lhe assinarem, avendo respeito que hã de ler a passar...» Em carta régia de 26 de julho de 1541 determinam-se os titulos que se devem lêr nas cadeiras de *Instituta*, *Leis* e *Canones*, concluindo: «eu ei por bẽ *que todas as cadeiras d'essa Universidade sejã avidas por pequenas*, e façã suas concrusoens, tirando as quatro decraradas que o Regimento manda que repitam e assi ei por bem que aas cadeiras pequenas se assine ho que hã de ler como aas outras grãdes e que agora se assine loguo pera ho anno que vẽ e di endiante...»

Depois d'estas disposições legislativas sobre o methodo do ensino na Universidade, importa conhecer o schema geral das disciplinas professadas em cada Faculdade, e a sua distribuição correlativa ou theorica:

Quadro das disciplinas na Universidade

Faculdade de Theologia

Cadeira de Prima: *Mestre das Sentenças.*
» Vespera: *As Partes* de Sam Thomaz.
» Terça: *Escriptura.*
» Noa: Escoto.
(Constituiam as chamadas Cadeiras maiores ou Cathedras.[1])

Cathedrilhas temporarias de 3 annos:
1 — Durando.
2 — *Escriptura* (Velho e Novo Testamento).
3 — Sam Thomaz.

Faculdade de Canones

Cadeira de Prima: *Decretaes.*
» Vespera: *Decretaes.*
» Terça: *Decreto.*
» Noa: *Sexto das Decretaes.*

Cathedrilhas: 1 — *Decretaes.*
» 2 — *Clementinas.*

Faculdade de Leis

Cadeira de Prima: *Esforçado.*[2]
» Vespera: *Digesto novo.*
» Terça: *Digesto velho.*
» Noa: *Codigo.*

Cathedrilhas: 1 — *Codigo.*
» 2 — *Instituta.*

Faculdade de Medicina

Cadeira de Prima:
Tegne de Galeno, *De locis affectis* — nos 3 annos.
De morbo et Symptomatae, no 4.º
De differentiis Febrium, no 5.º
De Simplicibus, no 6.º

---

[1] D'aqui o nôme de *Cathedratico* ao lente effectivo ou proprietario.
[2] Vide, sobre esta divisão do *Digesto,* p. 70.

Cadeira de Vespera	*Aphorismos* de HIPPOCRATES. *O nono ad* ALMANSOREM. *De ratione victus* de HIPPOCRATES. *Epidemias* e *Prognosticos*.
Cadeira de AVICENA.	
» » Noa:	*Anatomia.*
Cathedrilha de GALENO.	

Faculdade de Artes

1.º anno (Logica)	*Isagoge* ou *Introducção.* *Predicaveis* de PROPHYRIO. *Predicamentos.* *Perihermeneias* de ARISTOTELES.
2.º anno (Philosophia natural)	*Priores* de ARISTOTELES. *Posteriores.* *Topicos.* *Elencos.* *6 lib. de Physica* de ARISTOTELES.
3.º anno (Idem)	*2 lib. de Physica (De Coelo).* *Metaphysica.* *Meteoros.* *Parva naturalia* de ARISTOTELES.
4.º anno (Philosophia moral)	*De Generatione.* *De Anima.* *Ethicas.* *1.ª e 2.ª de* SAM THOMAZ.

Mathematica

1 anno	EUCLIDES. *Tratado da Esphera.* *Theorica dos Planetas.*

«Em seu tempo lia-se *Euclides,* o *Tratado da Esphera* e a *Theorica dos Planetas.* O estudo da *Geometria* pareceu então fundamental para todas as sciencias, que se mandou que elle precedesse ao da Logica, como se collige da Oração latina de Belchior Belliago, o que muito acredita a sabedoria da reforma litteraria d'aquelles tempos.» (Allude á Oração *De disciplinarum omnium Studiis,* impressa em 1548.) Apenas havia uma cadeira para a Mathematica, subsidiando-se nove de Theologia, sete de Canones, oito de Leis, seis de Medicina, cinco de Linguas e quatro de Artes. [1]

---

[1] Ribeiro dos Santos, *Memorias de Litteratura da Academia,* t. VIII, p. 178.

Os rendimentos da Universidade de Coimbra foram augmentados generosamente por D. João III, que separou as rendas do Priorado-mór de Santa Cruz, incorporando-lh'as na sua receita, e obtendo de Paulo III, em 1543, as letras da penitenciaria, para a reducção do encargo das missas em favor da Universidade. Para esta reducção aceitou Paulo III o fundamento dos grandes salarios que se pagavam aos lentes estrangeiros que o rei attrahira a Portugal. Gabriel Pereira, no exame que fez do Archivo da Universidade de Coimbra, diz que chegou a ter «nos primeiros annos da segunda metade do seculo XVI uma receita de 6:500$000 réis, e só 5:000$000 de despeza, quantia muito avultada para aquelle tempo; estacionando depois (no que respeita á fazenda) e soffrendo mesmo no tempo do dominio hespanhol uma exploração systematica na sua fazenda, nos seus cofres e nos dos estabelecimentos ou instituições annexas...»[1] D. João III não olhava a despezas para sustentar o esplendor da Universidade, a ponto de se achar em um documento de 1542, citado por Frei Luiz de Sousa, um protesto directo: «Consta que os gastos da Universidade tiraram demasiadamente polla fazenda real, e disso *avia queixas, por sobejarem estudantes e faltarem soldados.*»[2]

Cabe aqui apontar alguns costumes escholares que se procuraram introduzir na mudança da Universidade para Coimbra. Pelo alvará de 26 de agosto de 1538 prohibiu-se aos estudantes «que não tragam punhal nem dagua.» Pelo alvará de 20 de julho de 1539 vê-se «que alguns studantes dessa universidade nom esguardando o que cumpre a serviço de Deus e meu e aa honestidade de suas pessoas andam de noite com armas *fazendo musicas* e outros autos não mui honestos por essa cidade do que se segue escandalo aos cidadaons e moradores e pouqua authoridade e honrra aa universidade...» Estes costumes ainda hoje persistem sob o nome de *troça*. Pelo alvará de 23 de setembro

[1] *Catalogo dos Pergaminhos do Cartorio da Universidade de Coimbra*, p. 127. —...«pera a Universidade de Coimbra applicou só o dito Pontifice (Paulo III) das rendas do Priorado-Mór, trez mil duzentos e sincoenta cruzados.» (D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes*, Liv. x, p. 292. Bulla de Paulo III, de 8 de junho de 1545.) No emtanto o reitor Fr. Diogo de Murça apoderou-se para a Universidade de todas as rendas do Priorado-mór, havendo um prolongado litigio entre o Mosteiro de Santa Cruz e a Universidade, que durou até 1606, em que Philippe III mandou ao Mosteiro que desistisse do seu direito, e recebesse annualmente da Universidade 200$000 de juro perpetuo, por Provisão de 30 de setembro de 1606. (*Ibidem*, p. 293.)

[2] Apud *Annaes de D. João III*, p. 404.

de 1539 vêmos em que consistia a troça dentro das aulas: «alguns studantes nã esguardando ho que cumpre a seu habito e aa sua honra desses studos por algũas leves causas que os a isso movem estando nas scholas ouvindo os lentes, *pateam com os pés e batem com os tinteiros aos que vão tarde a ouvir* e a outros.» Pelo alvará de 25 de novembro de 1539 vê-se que já na Universidade figurava um grande *cábula* chamado Araujo: «eu sam enformado que hũ studante dessa universidade que se chama Araujo he homem que nam vive honestamente nem studa, como deve fazer e despende mal o que lhe seu pai daa, e porque isto além de ser perda pera elle he mao exemplo pera os outros encomendo que ho mandees chamar e amoestai e aconselhai que se emende e stude como bom studante deve fazer, por que nam se emendando eu proverei nisso como ouver por bem e mandarei que naõ estee no studo, nem na cidade.» As trovas satyricas e invectivas insultuosas nos gráos dos doutorandos chegaram a provocar uma prohibição severa pelo alvará de 1 de julho de 1541: «Eu el rei faço saber a vós lecenceado Estevaõ Nogueira, conservador da universidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz que quando se pozerem algumas *invectivas* ou *cartas* ou *trovas de mal dizer* aas portas das scholas que sejam defamatorias contra algũas pessoas, que possaes tirar devassa sobre quem as taes invectivas, cartas ou trovas fez e assi sobre quem as pos nas ditas schollas, e achando algũas pessoas culpadas as prenderees e procederees contra ellas como vos parecer justiça...» As cantigas latinas dos goliardos são o typo d'este genero de litteratura das escholas; umas das mais celebres trovas que correram em Coimbra no seculo XVI foram as que se intitularam *da cutilada,* dirigidas a D. Guiomar Nunes, filha do lente e cosmographo-mór Pedro Nunes. [1] Em carta régia de 4 de julho de 1541 prohibem-se as *soiças* dos estudantes: «quanto aa *soiça* muito custosa que alguns studantes este anno fizerã de que vos escandalizastes por não ser cousa de studantes, ei por bem avendo respeito ao que dizees que se nam faça mais e vós lhe defendee.» Pela época da prohibição se infere que a *soiça* seria o divertimento por occasião do *ponto,* que ainda hoje se pratica, e a que se dá o nome de *tocar as latas.* O typo do *Estudante pobre* ainda conservou no seculo XVI o seu antigo caracter medieval; depois que a Universidade se mudou para Coimbra, D. João III mandou que vinte e quatro rações que distribuia o Mosteiro de Santa Cruz por intenção do seu fundador S. Theotonio

---

[1] Vide *Cancioneiro popular,* p. 205.

fossem exclusivamente applicadas a auxiliar *estudantes pobres,* conservando a mesma intenção; este costume ainda persistia no seculo XVII. Transcrevemos as palavras de D. Nicoláo de Santa Maria: «que se ordenou que estas 24 rações se dessem pela mesma tenção a 24 *Estudantes pobres* e de bons costumes pera estudarem na Universidade, como hoje em dia se faz, e de muitos sabemos que com esta ração que vem buscar á portaria, não só estudaram, mas tambem se graduaram na dita Universidade, e vieram a ser Dezembargadores e Julgadores delrey, e Avogados nas principaes cidades.»[1] Entre as rendas do mosteiro de S. João das Conegas, que D. João III mandou applicar para a sustentação do Collegio de S. Paulo, figurava *A renda do pão das rações cubertas,* «assi chamadas, diz D. Nicoláo de Santa Maria, porque em tempo dos Priores móres... se punham duas rações na mesa principal e travessa do Refeitorio, ambas cubertas, além da que se punha para o Prior Mór comer; e pera estas rações se amaçavam todos os dias dous alqueires de trigo, de que só se fazião 14 pães, 7 pera cada *ração cuberta,* que se davão acabada a mesa a pobres honrados, hũa ração em nome del Rey, e outra em nome do Prior Mór. E ainda estas *rações cubertas* se pozerão na mesa do Refeitorio a El rei D. João III, quando veiu a Coimbra, e pouzou em S. Cruz no anno de 1550, e elle as descobriu pera vêr os paẽs, e tomou de hum delles hũa fatia, e mandou dar tudo o mais aos pobres.»[2] Entre os costumes do seculo XVI que ainda hoje persistem na Universidade é o de dar um beberete aos lentes no exame privado; D. João III prohibira «que os lecenceados nos exames privados naõ dessem cêas, e somente dessem consoadas pera fazerem menos gastos nas taes consoadas, se lhe accrecenta ora mais despeza pellas muitas fruitas que dã, e os doutores que estam aos ditos exames ficam mal contentes por lhes não darem de cear, e querendo a isso prover, ei por bem que os lecenceados dẽ de cear no cabo dos exames privados aos doutores que a isso forem presentes, e ficaram desobriguados das consoadas, e porẽ nam daram mais iguarias que hũa galinha ou perdiz assada a cada doutor e ate duas fruitas hũa na entrada e outra na sahida, e se for dia de pescado darã hũa soo iguaria de pescado e duas fruitas como dito he.»[3] Mais ou menos ainda

[1] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. VII, p. 64.

[2] Ibidem, Liv. X, p. 333.

[3] Nos Estatutos da Universidade de Salamanca, approvados em 1538, estabelece-se as propinas que o graduado tem de satisfazer aos examinadores: «El que se vuelve de examinar sea obligado a dar a cada uno de los examinadores

soffremos no nosso doutoramento em 1868 esta exploração regularisada por D. João III por alvará de 2 de setembro de 1539. Foi este espirito de estabilidade e conservantismo que os Jesuitas exploraram quando, para se apoderarem do movimento humanista da Renascença, se apoiaram nas Universidades.

Não trataremos n'este logar da formação historica da Companhia de Jesus, que apparece no meado do seculo XVI systematisando a reacção contra a dissolução do regimen catholico-feudal. No meio da actividade dos novos estudos em Coimbra, surgem ali alguns socios da recente Companhia, perturbando o espirito popular com hallucinadas devoções, captando para o seu instituto os filhos da principal nobreza, e fundando um Collegio, que pretendia rivalisar com os florescentes Collegios de Santa Cruz. Esta nota discordante nas reformas pedagogicas de D. João III precisa ser relatada rapidamente, para que se comprehenda a marcha dos acontecimentos. Fiado na auctoridade scientifica e moral do Doutor Diogo de Gouvêa, o celebre Principal do *Collegio de Santa Barbara,* D. João III, pretendendo educar a mocidade fidalga da sua côrte, convidou para isso alguns membros da Companhia de Jesus.[1] O pensamento das missões da India, com que o rei se preoccupava, levara tambem o embaixador em Roma, D. Pedro de

---

doctores o maestres que presentes fueren de su faculdad dos doblas de cabeça o castellanos y una hacha y una caxa de diacitron y una libra de confites y tres pares de gallinas: y por quel tiempo es largo del examen quel dicho licenciado la noche del examen sea obligado a dar una cena con tanto que no sea obligado a dar mas de una perdiz o pollo o dos tortolas y una escudilla de manjar blanco y una fruta antes: y otra despues y su vino y pan. La qual cena se de en el mismo lugar del examen al tiempo que al maestre escuela y doctores pareciere: y de mas desto no se pueda dar otra cosa alguna de comer ni de bever assi en el dicho lugar como fuera del por si ni por interposita persona ni por ninguna via: y si lo contrario se hiciere al que lo diere no le sea dada la carta por un año y de mas pague diez ducados para el hospital: y el maestre escuela y doctores y maestros que lo recibieren pierdan los derechos de aquel grado: en los quales si el dicho maestre escuela no lo esecutare pierda los derechos; las gallinas y diacitron y confites los embiaran antes de entrar en examen, los castellanos despues de acabado el examen antes de la aprovacion, las hachas al tiempo que entraren en el examen; ... que se les de a cada uno de los bedeles dos pares de gallinas, etc.» (Apud Vidal y Diaz, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca,* p. 78.)

[1] ... «deu este alvitre a el rey o Doutor Diogo de Gouvêa, portuguez, e pessoa de grande auctoridade, que tinha sido Reytor no Collegio de Santa Barbora, n'aquellas celebres Escholas de Paris, quando ali estudaram Santo Ignacio e seus companheiros.» (Padre Balthazar Telles, *Chronica da Companhia,* Liv. I, cap. IV, p. 15.)

Mascarenhas, a lembrar a D. João III o convite aos padres jesuitas. Foi encarregado o Doutor Diogo de Gouvêa de escrever a Ignacio de Loyola, para satisfazer o empenho do monarcha. Mandado para Portugal o padre Simão Rodrigues, veiu encontral-o já aqui em 17 de abril de 1540 o navarro Francisco Xavier. Denominaram-se os *apostolos novos,* e, pelas praticas devotas fóra de uso, os *franchinotes*. O padre Francisco Xavier encarregou-se da missão da India, e o padre Simão Rodrigues fundou a Provincia de Portugal em bases taes que a tornaram o sustentaculo da Companhia. Simão Rodrigues fôra companheiro de Ignacio de Loyola nas Escholas de Paris, e pertenceu ao conluio secreto em que se estabeleceu o novo instituto. D'elle escreve o padre Balthazar Telles: «Criou Catherina de Azevedo com todo o cuidado seu filho; e tendo já annos bastantes, o mandou estudar com seu irmão Sebastião de Azevedo á Universidade de Paris, que era o theatro aonde n'aquelle tempo mais campeavam as lettras, e aonde accudiam os Portuguezes, por até entam não termos cá Universidade, que introduziu o senhor rey D. João III. Eram ambos os irmãos sujeitos de qualidade, que se podiam chamar *estudantes del rey,* por que el rey os mandava estudar áquella Universidade com outros, á custa da sua real fazenda.» [1] Simão Rodrigues era um caracter exaltado, mas decidido; como instrumento do instituto de que fazia parte, desempenhava firmemente o seu papel de homem morto para o mundo, porque ao passar junto da villa de Bousella, onde nascera, não quiz tornar a vêr os logares da sua infancia, nem a irmã e parentes que ali viviam. O padre Simão Rodrigues dirigiu-se para Coimbra a fundar o *Collegio de Jesus,* em 1542. O padre Ignacio de Loyola mandara-lhe alguns socios: Diogo Miram, valenciano, mecer Poncio, francez, e Francisco de Roxas, castelhano, que estudavam em Paris; isto tambem em 1542. Poucos mezes depois foram mandados ao provincial o padre Cypriano Soares e Francisco de Villa Nova, ambos castelhanos, Francisco Gallo, francez, Angelo de Paradiso, Isidoro Brilino e Martino Parmesano, italiano, e o padre Manuel Godinho. [2] O governo do Collegio fundado pelo padre Simão Rodrigues foi dado ao padre Gonçalo de Medeiros, em 9 de junho de 1542, tendo além dos já citados os companheiros Antonio Cardoso, Manuel Fernandes e Lançarote de Seixas. Simão Rodrigues recebeu ainda uma nova remessa de companheiros estrangeiros: padre Martim de Santa Cruz, castelhano (foi o segundo reitor

---

[1] *Chronica da Companhia,* Liv. I, cap. V.
[2] *Ibidem,* cap. XVIII.

do Collegio), padre Antonio Criminal, italiano, padres Nicoláo Lancinoto e Hercules Bucero, italianos, e Guilherme Coduro, francez. *(Ib.,* c. XX.) O provincial via-se contrariado pela remessa de tantos socios estrangeiros, para operar o seu assalto ao corpo escholar e á população burgueza de Coimbra. No emtanto começou a pôr em acção a sua estrategia. O corpo escholar era attrahido por meios habeis. O padre Manuel Godinho apresentava-se «vestido em trajo de estudante, pera que d'esta maneira o admittissem pelo habito alem de ser muy conhecido pela pessoa. Vivia elle e tratava com os estudantes, *era religioso e mostrava-se secular...»* *(Ib.,* c. XXI.) Estas captações tornaram-se escandalosas, e os raptos de alguns mancebos das mais nobres familias, como um da casa de Bragança (D. Theotonio), outro da familia dos Silveiras (D. Gonçalo da Silveira, com vinte annos), e D. Rodrigo de Menezes, provocaram um inquerito ou devassa ácerca da nova Companhia; procedeu ao inquerito o reitor da Universidade, Frei Diogo de Murça, mas nada encontrou contra a orthodoxia, e a Companhia continuou a sua obra de intrigas em plena impunidade.

Em 1543 tinham entrado para o instituto jesuitico Melchior Nunes Barreto, natural do Porto, e que se prestara á ceremonía doutoral do *Vexame* pela humildade para com a Companhia; Melchior Carneiro, que veiu a ser o primeiro reitor do Collegio de Evora; Luiz da Gram, que chegou a ser reitor do Collegio de Coimbra; Antonio Corrêa e padre Nuno Ribeiro. Estava lançada a discordia nos espiritos.

A influencia exercida pelos *novos apostolos* na população de Coimbra era devida a meios baixos, incompativeis com o estado da civilisação portugueza e com a elevação intellectual do seculo XVI. Exploravam primeiramente a curiosidade pelas fórmas insolitas de prégação, depois a emoção da surpreza, revestindo-se de uma austeridade theatral que seduzia os incautos. Servia-lhe esta adhesão da classe burgueza para se impôrem aos poderes publicos; e pela intriga diplomatica, como por exemplo a reconciliação entre D. João III e Paulo III, conseguiam todas as benevolencias régias, para mais fundamentalmente radicarem a sua influencia. Não é preciso reconstruir o quadro dos ardis empregados para attrahirem a si a multidão desprevenida; fallem os seus proprios documentos.

Em uma carta datada de 31 de julho de 1545, dirigida ao padre Pedro Fabro, para Valladolid, descreve o padre Hermes Poen o estado de exaltação religiosa que a Companhia de Jesus despertara em Coimbra: «Para dar a V. R. alguma conta de nossas cousas, resolvi escrever-lhe o que tem executado os irmãos da nossa Companhia, os quaes

se têm exercitado na mortificação da carne de tal maneira, que tem commovido a todos os habitantes de Coimbra; deram occasião aos peccadores de se arrependerem e grangearam para si o menosprezo do mundo. O genero d'este exercicio tem sido differente em diversos; por que uns no pino do dia sairam com vestes andrajosas, e cantaros aos hombros acarretando agua por meio da praça; outros andavam mendigando de porta em porta; outros, no silencio da noite, ao som de uma campainha, despertavam os cidadãos com terriveis vozes, pelas ruas, que moviam ao horror da morte e do dia de juizo, e isto por diversas vezes. O que entoavam era n'esta fórma:

> Temed, ò pecadores,
> de las penas eternas los rigores!
> Repara, hombre obstinado,
> que la mayor miseria es el pecado!
> Pecador, alerta, alerta,
> que la muerte està à la puerta.

«Com estas e semelhantes vozes clamavam aos ouvidos dos peccadores. Porém, não penetraram seus peitos tanto estes clamores como os Sermões nocturnos. Porque pregavam os nossos em descampado, pouco depois do sol posto, na praça baixa, aonde entre as mulheres que vendiam, como é costume, horteliças, se levantou um alto pulpito aos prégadores da divina palavra, que occuparam em diversas noites alguns dos nossos. Foi entre elles o principal orador o P. Francisco Estrada, o qual, no proprio dia de S. Maria Magdalena, estendeu o sermão desde as outo até ás dez da noite, a que assistiu tanta multidão de homens, como nunca vi maior nem mais repentina. De toda a parte acudiam magotes de cidadãos, uns em cavallos, outros em mulas; e como o espectaculo era novo e nunca ouvido, procuravam tomar logar á compita. Uns subiam para cima de mesas, outros de cadeiras; alguns em escadas e outros pelas janellas. A lua com sua claridade animava o divino obsequio.» Depois de resumir o conteúdo do sermão, dá conta da impressão no publico: «Feito isto, muitos, movidos de admiração perguntavam, que significava este extraordinario modo de prégar, de clamar e de mendigar? Uns diziam que estavamos loucos ou nescios; outros pensavam que nos opprimia alguma necessidade; outros affirmavam não haver mais motivo que a nossa mortificação...»[1]

---

[1] Padre Bartholome Alcazar, *Chrono-historia de la Compañia de Jesus en la Provincia de Toledo,* Parte I, p. 52.

Com estes meios inferiores é que se apresentavam os jesuitas na lucta da emancipação intellectual do seculo XVI! A propaganda religiosa era uma transformação das aventuras cavalheirescas, e os jesuitas comprehenderam este espirito de milicia, que foi fortificado ainda com a impossibilidade de abandonar a Companhia. O modo como se intrometteram nos estudos de Coimbra, desde 1542 até 1555, em que ficaram absolutos senhores do ensino, resume-se na phrase com que o jesuita Martim Gonçalves da Camara justificava a expulsão dos mestres francezes trazidos a Portugal por André de Gouvêa, dizendo que queria os estudantes—*mais catholicos e menos latinos.*[1] É n'esta concorrencia dos Collegios, em volta da Universidade, que se dá a batalha decisiva, em que triumpha o plano do retrocesso mental e com elle as condições para a ruina proxima da nacionalidade portugueza.

---

[1] O Doutor Diogo de Gouvêa, que tanto influira no animo de D. João III para admittir os Jesuitas em Portugal, reconhecendo o genio fanatico do rei, explora essa exaltação, pedindo um subsidio para o doutoramento de um certo frade em Paris, pelo alto merecimento de atacar os hereges, na falta de argumentos theologicos, a murro fechado. É interessante essa carta do respeitado Principal do *Collegio de Santa Barbara,* pela tendencia que tomam as questões religiosas a dirimirem-se pela violencia brutal e pelas grandes carnificinas, como a de Saint-Barthélemy: «Senhor. Ja Vossa Alteza sabe, que eu ei de trabalhar por edificar pedras vivas, e sempre me prazei d'este officio, e se por usar disto me nom fizerom o que he feito a outros, por edifficarem pedras mortas, com toda minha pobreza me tenho por mais rico e mais prospero, que elles, com todas as dinidades do mundo, e nem por isso nom ei de deixar de continuar meu officio, de que sempre me prazei, e prezarei, em quanto viver, que he de dar modo que nese Reino aja homens Letrados, e que ajam de fazer o officio que fez o Filho de Deus neste mundo. Vossa Alteza fez merce, e esmola ho Padre Frei Duarte, de trinta cruzados cadano pera sua sustentaçam, emquanto estivesse em Paris; elle sta ja no começo de ser Licenciado daqui a dois annos, nos quaes compre que faça seus autos, a saber, *sorbona grande, ordinaria* e *pequena,* e pera isto elle nom tem, se Vossa Alteza o nom ajudar, como fez aos outros. Elle por ser tão bom Religioso, e trabalhar, como faz polla feé, merece toda esmola e merce, porque he hum dos pillares della nesta terra, e mais na sua Ordem, que sta mui gastada, que assi Deos me salve esta alma, que ouvi dizer á minha meza Doutores da sua Ordem, que sam verdadeiros Catholicos, estas proprias palavras: Deos nos trouxe qua este homem pera grande bem nosso: porque *elle quando nom pode per boas razões e palavras convertellos, se he em lugar onde o nom vem, nom faz consciencia de levar ho herege pello cabeçam, e servillo do punho seco:* isto he certo, que o fez a muitos; por isso, e por sua vida merece toda merce e esmola, que lhe fizer Vossa Alteza: ha qual Nosso Senhor queira conservar com acrecentamento de seu estado, assi como em meus sacrificios lhe peço. De Paris, oje tres de Fevereiro de mil quinhentos e quarenta e oito.—Criado de Vossa Alteza—Gouvêa Doctor Senior.» (Archivo nac., *Corpo chronologico,* Part. I, Maç. 80, n.º 25. Apud J. P. Ribeiro.)

CAPITULO VI

O Collegio real e a fundação de novos Collegios junto da Universidade (1547-1555)

Transformação da Faculdade de Artes, reduzida a ensino secundario ou médio. —O Collegio real, de Francisco I, ou *Collegio de França,* torna-se o typo de uma Faculdade philologica superior.—D. João III funda o *Collegio real* em Coimbra, para se lêrem Artes, Mathematica, Rhetorica, Humanidades e Linguas.—É chamado de Bordéos Mestre André de Gouvêa com um corpo docente para a nova fundação.—O mosteiro de Santa Cruz empresta os dois Collegios de S. Miguel e Todos os Santos para n'elles se recolher o Collegio de Mestre André, emquanto o rei não manda construir um edificio especial (Collegio de S. Paulo).—É inaugurado o *Collegio real* em 28 de junho de 1548.—O Regimento do Collegio real, de 16 de novembro de 1547, isenta-o da jurisdicção do reitor da Universidade.—Classes de porcionistas.—Auctoridade excepcional concedida a Mestre André de Gouvêa, e como o rei conseguiu que elle largasse o Collegio de Guyenne.—A grande reputação de pedagogista que André de Gouvêa gosava em França.—Qual era a organisação dos Collegios que elle dirigia.—Corpo docente, ou Collegio de Mestre André, trazido de França.—Fallecimento inesperado de André de Gouvêa; é substituido no Principalato por seu sobrinho, em 10 de agosto de 1548.—Diogo de Teive, o sub-principal Dr. João da Costa e Jorge Buchanan são denunciados á Inquisição, e prezos, em 1550.—Extraordinarias revelações dos seus tres processos no Santo Officio de Lisboa.—Os dois bandos: *parisienses* e *bordelezes.* —Serie dos Principaes até á entrega do *Collegio real* aos Jesuitas.—No Regimento dado ao Collegio em 1549 volta á auctoridade do reitor da Universidade.—Questões resultantes do emprestimo dos dois Collegios de Santa Cruz.—Humanistas portuguezes que vieram de França para ensinarem em Coimbra.—A dynastia pedagogica dos Gouvêas.—Visita de D. João III a Coimbra em novembro de 1550.—Oração recitada por Ignacio de Moraes no recebimento do monarcha.—Assiste ao grão de D. Antonio, a cuja festa se representa a tragedia de *Golias.*—Outros divertimentos dramaticos na Universidade.—Os Jesuitas intrigam contra os Mestres francezes.—Perseguições contra Buchanan, Vinet e Grouchy.—A morte prematura do principe D. João.—Trata-se de entregar o *Collegio real* aos Jesuitas.—Perseguição

do corrector da Imprensa da Universidade.— Carta de 10 de setembro de 1555, a Diogo de Teive, para entregar o *Collegio real* ao padre Mirão, provincial dos Jesuitas: dispersão dos seus professores.— Quadro pedagogico dos Jesuitas.— Como elles fundem em um só o *Collegio real* e o *Collegio de Jesus* no afamado *Collegio das Artes*.— Como se apoderam da bella quinta de Villa Franca.— Sua ingratidão para com o Collegio de Santa Barbara.— Os clerigos por lettradura.— Descripção dos Collegios que cercavam a Universidade no *Conimbricae encomium* de Ignacio de Moraes: Collegio de S. Pedro (1545), ou dos *Borras,* seguindo os costumes dos Collegios de Salamanca. —O Collegio de S. Thomaz, mudado para Coimbra em 1539.—O Collegio da Graça, concluido em 1548.— O *Collegio do Carmo,* ou *do Bispo do Porto*.— O Collegio de S. Boaventura.— O reitor Frei Diogo de Murça funda os Collegios de S. Jeronymo, de S. Bento e de S. Paulo, para clerigos pobres.— Questão de primazias entre os Collegios de S. Pedro, ou dos *Borras,* e o de S. Paulo, ou dos *Manganchas*.— As rações cubertas.— Quando começa a funccionar, e os seus primeiros collegiaes.— A actividade dos Collegios não salva a Universidade da irremediavel decadencia, como aconteceu tambem ás Universidades de França e de Inglaterra.

As profundas transformações que soffreu o ensino das Artes, ou disciplinas humanistas, na época da Renascença, determinaram a fundação de um grande numero de Collegios junto das Universidades; esses Collegios eram classificados de *maiores* e *menores,* conforme se destinavam á cultura de estudantes já graduados que sómente faziam exame perante a Universidade, ou a escholares que se habilitavam nas disciplinas preparatorias para as faculdades superiores. Estas cathegorias correspondem mais ou menos á indole das disciplinas pedagogicas e á fórma que estas tomaram no seculo XVI, porque assim como as Faculdados de Artes, sob a influencia dos Jesuitas, decaem de importancia, convertendo-se em um ensino médio, secundario ou elementar, tambem pela fundação do *Collegio real,* sob Francisco I, e pela iniciativa de Pedro Ramus, o ensino humanista adquire uma elevada importancia scientifica, sendo por via d'elle que entram na Instrucção publica novas disciplinas que não achavam logar no quadro tradicional das Faculdades universitarias. Estas duas correntes pedagogicas nos apparecem junto da Universidade de Coimbra, onde D. João III funda em 1547 o *Collegio real de Humanidades,* á imitação do *Collège Royal,* ou de França, e onde o *Collegio de Jesus,* inaugurado pelos Jesuitas em 1542, imprime ao ensino humanista o caracter elementar da instrucção secundaria. Eis os dois problemas do ensino publico, na sua simplicidade, taes como os propoz o seculo XVI; resolveu-se praticamente e de uma maneira definitiva a creação da Instrucção publica

secundaria, porém o estabelecimento de uma Faculdade humanista, philologica e philosophica superior é que ainda não foi completamente conseguido. Em Portugal deu-se o conflicto entre estas duas correntes, e a abdicação moral de D. João III diante dos seus directores jesuitas, dando-lhes o dominio absoluto sobre o *Collegio real*, determinou a effectiva decadencia da Faculdade de Artes e exclusiva cultura do ensino secundario.

Com a vinda de mestres de França, Hespanha e Italia, ainda sob o reitorado de D. Agostinho Ribeiro, e pelo grande numero de estudantes que affluiam a Coimbra, as aulas ficaram divididas. Liam-se, como já o deixámos relatado, *Canones, Leis* e *Medicina* nos Paços reaes da cidade, mudadas as aulas do palacio de D. Garcia de Almeida; *Theologia, Artes* e *Humanidades* liam-se nos Collegios de *S. João* e *Santo Agostinho,* que pertenciam ao mosteiro de Santa Cruz. Por alvará de 22 de outubro de 1544 foram mudados os estudos de *Theologia* e *Artes* d'estes Collegios, por prejudicarem a clausura do mosteiro, sendo as aulas de *Theologia* distribuidas pelos Collegios de outras Ordens monasticas, e as classes de *Grammatica* foram collocadas nas casas conhecidas pelo nome dos *Estudos velhos* (onde estivera na origem a Universidade, e depois se edificou o Collegio de S. Paulo). O paço real era insufficiente para abrigar todas as cathedras; esta circumstancia levou D. João III a concentrar ahi apenas as quatro faculdades das Sciencias maiores, *Theologia, Canones, Leis* e *Medicina,*[1] e estabele-

---

[1] A iniciativa de D. João III chegava a ser perturbadora. Em carta de 11 de maio de 1545 escrevia o reitor Frei Diogo de Murça a D. João III, ácerca dos despachos de lentes: «qua me disserão que alguns estudantes são hidos a V. A. a pedirlhe huma cadeira de *instituta* que hora vaga: pareçeme que V. A. a nom deve de dar se nom por opposição porque ha aqui muitos que a bem merecem, já filhos da Universidade, que de noyte e de dia trabalham com esperança de poderem per seus trabalhos aver alguma cousa nesta Universidade; e se virem que V. A. dá estas cadeiras pequenas por aderencia, muito lhes quairá o animo de trabalharem, e hirseam la a negociar aderencia e leixarão o estudo, e vendo que sco seu trabalho e justiça lhes hade valer, darseam de todo ao estudo, como agora fazem, que nom ha Universidade no mundo em que aja tanto exercicio como nesta: por tanto convem muito a serviço de V. A. nom lhes ser quebrado este fio, mas antes per todolas vias se lhe deve dar ajuda e esperança que seus trabalhos averão gallardão, e a condição nossa he que mais estimamos o pouquo ganhado polla ponta da lança (como dizem) que o muito per outra via, porque a groria e contentamento se estima mais que tudo.

«Sobre huma substituição (como a V. A. screvi) ouve agora lições de opposição tam honrradas, que nom ouve quem nom louvasse: e forão ellas tais que em

cendo uma separação para os estudos humanisticos, procurou fundar um estabelecimento proprio para se lerem *Artes, Mathematica, Rhetorica, Humanidades* e *Linguas,* á imitação do *Collegio de França,* fundado por Francisco I. Tal foi a origem do *Collegio real,* instituido por D. João III, para o qual mandou vir mestres de França, sob a direcção do Principal André de Gouvêa, quando ainda não tinha edificio apropriado. A chegada do corpo docente *(Collegio de Mestre André)* a Lisboa, em julho de 1547, fez com que D. João III, para seguir o costume francez, dando-lhe edificio em que lessem e assistissem, e os conservasse independentes da Universidade, emprehendesse logo a construcção do edificio, mas mandando-o abrigar nos Collegios *de S. Miguel* e *de Todos os Santos,* que pediu por emprestimo ao mosteiro de Santa Cruz.

Antes de entrarmos na exposição dos trabalhos para a constituição do *Collegio real,* é indispensavel conhecer a grande figura historica de André de Gouvêa, o primeiro pedagogista da Renascença, e os insistentes esforços empregados por D. João III para o attrahir a Portugal, aproveitando-se do seu vasto talento para a renovação dos estudos em Coimbra. André de Gouvêa achava-se no fim de 1533 com o Principalato de Santa Barbara, em uma das crises mais difficeis d'aquelle estabelecimento, quando as doutrinas da Reforma ali penetravam por influxo de Nicoláo Kopp; André de Gouvêa era querido da mocidade escholar, como um homem novo em todo o sentido, na edade e na adhesão ás idéas luminosas do seu seculo, e pela alliança excepcional do talento com o caracter.[1] Foi com estes recursos que venceu a terrivel crise. Quicherat descreve assim a sua direcção no principalato: «tres palavras resumem a sua historia: tranquillidade, prosperidade e consideração. Tal foi a continuação da obra de Diogo de Gouvêa por um homem capaz tambem de a aperfeiçoar. Nunca a disciplina foi mais religiosamente observada, nem o quadro do pessoal docente melhor provido. Com Marcial, Antonio e Diogo de Gouvêa, *o moço,* com Teive

---

toda parte do mundo onde se fizerão, forão louvadas e estimadas: e estas cousas excitão muito os estudantes e damlhe grande animo a trabalharem, esperando a gloria que se recebe de semelhantes triumfos: estes lentes estão muito agastados por a paga desta terça se deffirir tanto; beijarey as mãos de V. A. mandar donde se ha daver dinheiro pera este pagamento por que com esta esterelidade de pão creceo a necessydade a todos: a graça do speritu santo sempre com V. A. amen: de Coimbra a XI de maio de 1545. Frey Diogo de Murça.» (Arch. nac., *Corpo chronologico,* Part. I, Maç. 76, doc. 51.—*Instituto,* t. XXXVIII, p. 626.)

[1] Quicherat, *Histoire du Collège de Sainte-Barbe,* t. I, p. 221.

e Belliago, a constellação portugueza brilhava em todo o seu esplendor; Strébée continuava a formar rhetoricos; pelos cuidados do joven Principal, um dos cursos extraordinarios em que todas as novidades podiam ser apresentadas, coube a um mestre que andava nas tubas da fama, a Bartholomeu Latomus... amigo de Erasmo e um representante da philosophia allemã.» Em breve Latomus foi raptado por Francisco I para a sua recente creação do *Collegio de França,* e André de Gouvêa, perdendo tambem a cooperação de Strébée, acceitou a proposta do Conselho municipal de Bordéos, que lhe offerecia a direcção do *Collegio de Guyenne.* Se o principalato de André de Gouvêa deixou no *Collegio de Santa Barbara* um traço luminoso e inolvidavel, no *Collegio de Guyenne,* cujo governo manteve desde 1534 a 1547, revelou-se por tal fórma o seu genio organisador, que Montaigne, que frequentara aquelle estabelecimento, o proclamava nos seus *Ensaios «le plus grand Principal de France.»* Esta parte da vida gloriosa de André de Gouvêa acha-se amplamente relatada na obra importante de Ernest Gaullieur sobre a *Historia do Collegio de Guyenne,* de que nos aproveitaremos, ampliando-a com documentos sobre os lentes perseguidos pela Inquisição de Lisboa.[1] D. João III fôra bem aconselhado, quando se dirigiu a André de Gouvêa para vir reorganisar em Portugal os estudos humanistas; o eminente pedagogista não podia cortar repentinamente a sua carreira, como se deprehende dos esforços empregados por D. João III desde 1543 até 1547 para resolvel-o a vir para Coimbra temporariamente.

O *Collegio de Guyenne* (ou da provincia da Aquitania) fôra entregue em 1532 á direcção de João de Tartas, o celebre principal do Collegio de Lisieux em Paris, que se distinguira, como se sabe pelos extraordinarios louvores que lhe consagrou Nicoláo Clenardo, pelo grande desenvolvimento que déra ao estudo das linguas orientaes. O Collegio, dotado por bons rendimentos, contava com accommodações para trezentos e trinta e seis porcionistas ou internos, quando foi inaugurado em 24 de maio de 1533. Tartas soube reunir como regentes do Collegio os principaes eruditos da Renascença, taes como Joachim Polites, Robert Britannus, mas faltava-lhe aquelle espirito conciliador indispensavel para harmonisar os caracteres. Achou-se inopinadamente cercado de uma animadversão tão geral, que a Jurade de Bordéos viu-se

---

[1] *Histoire du Collège de Guyenne,* d'après un grand nombre de Documents inedits, par Ernest Gaullieur, archiviste de la Ville de Bordeaux. Paris, 1874, vol. in-8.º grande de xxx–576 pp.

na necessidade de destituil-o do cargo de Principal em abril de 1534. Foi n'estas circumstancias que o Conselho municipal, ou da Jurade, escreveu em 19 de abril para Paris convidando André de Gouvêa a occupar o logar de Principal do *Collegio de Guyenne*. O celebre Principal de Santa Barbara acceitou o convite, pelo que o Conselho, depois de uma sessão em 28 de maio de 1534, o chamou para tomar conta do seu cargo: «*que, attendu que l'on vouloit recepvoir Principal du Collège de Guyenne, il falloit qu'il se remuast de Paris pour vendre son office et mener les régens en ceste ville.*»[1] André de Gouvêa entregou o governo do Collegio de Santa Barbara a seu tio, o doutor velho Diogo de Gouvêa, e tomando conselho com o seu intimo amigo João Gélida, tratou de escolher os regentes que deviam acompanhal-o, com os quaes partiu para Bordéos, aonde chegou n'um sabbado, 12 de julho de 1534, sendo recebido pelos membros da Jurade em casa do presidente Sauvat de Pomiers. No dia 15, na sessão do palacio da municipalidade, recebeu a nomeação official de Principal do *Collegio de Guyenne*. André de Gouvêa, aproveitando-se de um grande numero de regentes escolhidos por Tartas, de um merito reconhecido, levara comsigo de Paris «quatro professores do mais alto merito, os quaes só por si bastavam para fazerem a reputação de um Collegio: Diogo de Teive, Nicoláo Grouchy, Guilherme Guérente e Antonio de Gouvêa, irmão do Principal. Todos os quatro tinham ensinado em Santa Barbara sob a direcção de André de Gouvêa, e conhecendo a sua habilidade como administrador, não tinham hesitado em seguil-o.»[2] Pelo seu lado, André de Gouvêa conhecia a superior capacidade d'estes regentes, para contar com elles na transformação do *Collegio de Guyenne*, e para mais tarde os trazer a Portugal a pedido de D. João III, para a inauguração do *Collegio real*. Não anteciparemos aqui os traços biographicos de Grouchy, Guérente, Vinet, Fabricio, Buchanan, Teive e João da Costa, de que elle soube cercar-se, para não demorarmos o seu encontro com D. João III. André de Gouvêa era doutor em theologia pela Sorbonne, como se sabe além do testemunho de Theodoro de Béze, por um documento coevo; esta circumstancia era uma como garantia do seu governo, em uma época perturbada pela critica religiosa, e quando se decretavam severas prohibições contra a leitura de determinados livros, como *Biblias, Catechismos* e *Escudos,* espalhados pelos propagandistas protestantes. No Collegio de Guyenne tinham pene-

[1] Ap. Gaullieur, *Histoire du Collège de Guyenne*, p. 79.
[2] Idem, ib., p. 86. O tio ficou-o por isto odiando mortalmente.

trado estes livros por via dos *Martinets* ou estudantes externos; de sorte que no regresso de André de Gouvêa em 13 de novembro de 1534, da viagem a Paris para contractar novos regentes, foi intimado pelo tribunal por consentir no Collegio livros prohibidos pela Sorbonne. Em 21 de novembro d'esse mesmo anno teve André de Gouvêa de ir outra vez a Paris, sendo o principalato confiado temporariamente ao dominicano Goynelli; em janeiro de 1535 regressou a Bordéos trazendo comsigo cinco regentes, Mathurin Cordier, Claude Budin, João da Costa, Junio Rabirius e Arnaldo Fabricio, de Bazas. Sobre este novo pessoal, diz Gaullieur: «Alguns d'estes recem-chegados, mas tres principalmente, Cordier, Budin e João da Costa, tiveram uma influencia capital sobre os destinos do Collegio de Guyenne.»[1] Já dos antecedentes professores escrevera o erudito archivista: «Foi com estes quatorze professores, todos elles homens de uma erudição notavel, e alguns dos quaes adquiriram uma justa celebridade, que André de Gouvêa começou a reforma do Collegio de Guyenne, guiado por este admiravel espirito de organisação que fazia com que Britannus dissesse d'elle, que parecia que a natureza o tinha creado para o principalato, e que pela sua intelligencia e pela natureza dos seus estudos estava destinado a occupar este posto.— Com um Principal dotado de tão preciosas qualidades, e uma tal reunião de homens eminentes, o exito não era duvidoso; assim não se demorou, e de 15 de julho a 15 de novembro, o numero de alumnos augmentou de uma maneira consideravel, além de toda a espectativa.»[2] Em uma carta de Britannus, de novembro de 1534, a Pierre Lagnier, lê-se: «Se desejas noticias do Collegio, elle entra largamente e seriamente na via da prosperidade, *graças ao merito e á actividade de André de Gouvêa, já celebre no principalato*. Os professores são homens instruidos e graves. O numero de discipulos é grande já. Assim podemos esperar dentro em pouco vêr florescer n'esta instituição a eloquencia e o culto das bellas-lettras.» E em outra carta dirigida directamente para Paris, a André de Gouvêa, na ultima viagem de 21 de novembro, escreveu-lhe Robert Britannus: «Causaram-me um grande prazer as cartas que dirigiste a algumas pessoas mais notaveis de Bordéos; porque, pelo que deprehendi, sei que chegaste a Paris são e salvo. Soube-o com extrema satisfação, porque não só como homem particular eu te devo o meu auxilio e concurso, mas sobretudo, porque do teu exito depende o exito e a dignidade de mui-

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 95.
[2] Idem, ib., p. 91.

tos outros. A existencia do Collegio de Guyenne está intimamente ligada á tua. Todos os que amam as lettras, aquelles que passam a sua vida no estudo das artes liberaes, desejam com ardor o teu regresso; elles consideram que nada do que têm emprehendido poderá ficar acabado sem ti. Rir-te-has, talvez, e pensas que eu procuro lisonjear-te. Não, com certeza; não tenho tanta complacencia, e dir-te-hei porque motivos te escrevo n'este sentido. Desde a tua partida de Bordéos, o Collegio tem sido administrado com um cuidado e um tino tal, que, quanto outr'ora parecia cambaleante, tanto hoje parece solidamente estabelecido e florescente. De sorte que toda a gente de bem colloca em ti sua espectativa. Os fundamentos do Collegio foram solidamente assentes depois da tua partida, e todos contam com o teu regresso para o acabamento da obra e o auxilio material que lhe é necessario; porque, se assim me posso exprimir, outr'ora nada era completo, e nada dava indicio da creação de um verdadeiro Collegio. É á tua honestidade, á tua habilidade, á tua prudencia que estava reservado o mister de acabar o que estava começado; eu sei, além d'isso, que tu podes corresponder a esta espectativa, e que não te queres eximir a ella. Apressa pois o teu regresso, para que nos dês a todos um grande prazer, e uma grande alegria.»[1]

Logo que o Collegio de Guyenne entrou em 1535 definitivamente sob a direcção de André de Gouvêa, nomeou sub-principal a João da Costa, dotado de um extraordinario tino administrativo. «Encarregou Nicoláo Grouchy do curso de Dialectica, que elle conservou durante treze annos, o que é uma prova do successo extraordinario que teve o ensino philosophico do joven professor rouenez. Um certo numero de alumnos, attrahidos pela justa nomeada das suas lições, deixaram a Universidade de Paris para virem ouvir a Bordéos os sabios commentarios sobre Aristoteles, que Grouchy, por innovação arrojada, e que não teve imitadores, dictava na propria lingua do texto.»[2]

Fallando do regulamento interno do Collegio, redigido por André de Gouvêa, dotado de qualidades particularissimas, de excellente organisador, nota não ter esquecido nenhum detalhe relativo, quer á marcha geral dos estudos, quer á disciplina propriamente dita. «Mas, o que ainda mais do que tudo isto veiu auxilial-o no seu successo, foi a sua rectidão e amenidade perfeitas. Depois de se ter cercado de professores de um grande merito, viveu com elles fraternalmente, evitando toda

[1] Roberti Britanni, *Epistolae*, fl. 38.—Apud Gaullieur, *Op. cit.*, p. 93.
[2] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 102.

a occasião de os melindrar, tratando-os como seus pares, em um pé de perfeita egualdade; em uma palavra, elle soube fazer-se amar e crear assim preciosos auxiliares.»[1] Contrastava com seu tio o Doutor velho, que era rancoroso, e que o ficara odiando por ter deixado o Collegio de Santa Barbara.

André de Gouvêa alargando as relações dos discipulos com os mestres, e prohibindo as pancadas no Collegio, achava da parte dos alumnos um ardente enthuziasmo no estudo. Britannus escrevia ao influente Jean Ciret, relatando-lhe o estado do Collegio: «Isto que escrevo dá na vista; todos os que vêem o Collegio administrado com tanta equidade e tino, e que assistem aos nossos colloquios e aos nossos exercicios publicos, reconhecem que não é uma instituição de pouca importancia que nós possuimos, mas uma illustre e gloriosa academia, que pode estar na mesma linha que as de Paris.» Montaigne tambem considerava o Collegio de Guyenne «o *melhor Collegio de França.*»[2] Effectivamente a sua prosperidade crescente levou a Jurade de Bordéos a elevar os honorarios de André de Gouvêa de 500 livras a 700, por proposta do advogado Louis Girard, em 21 de abril de 1537; e sobre os mesmos progressos escrevia Britannus em 1536 a João Ciret, que propuzera a chamada de André de Gouvêa para Bordéos: «Hoje a gloria da Aquitania resplandece entre as nações; hoje, esta cidade illustra-se no estudo da lingua, da litteratura e das obras primas oratorias de todos os povos; Bordéos tem comprehendido que pela cultura das letras, e graças á sua influencia, os costumes serão em breve mais suaves e mais ordenados. Ah! que digo? Em breve? Agora mesmo, este resultado apparece aqui de uma maneira notavel. As intelligencias desenvolvem-se, os estudos, cujo nivel se alevanta, crescem e multiplicam-se. Estes excellentes resultados são devidos, nunca me cansarei de o repetir, ao merito particularissimo do Principal André de Gouvêa, cujo saber eguala a sua modestia e gravidade; o Collegio de Guyenne deve consideravelmente á perseverança e á firmeza com que elle o dirige, mas com certeza, tambem vos deve muito.»[3] Quando André de Gouvêa acceitara o convite para dirigir o Collegio de Guyenne, entre as clausulas do contracto figurava a de se lhe conceder carta de naturalisação assignada por Francisco I. Effectivamente em 1537, Pedro Eyquem, pae do immortal Miguel Montaigne, entregou a André de

[1] Gaullieur, *Op. cit.,* p. 107.
[2] *Essais,* liv. I, cap. 15.
[3] Roberti Britanni, *Epistolae,* fl. 49 ỳ.— Apud Gaullieur, *Op. cit.,* p. 432.

Gouvêa a carta de naturalisação exigida. Esta naturalisação era um meio de garantir-se contra qualquer violencia a que estavam expostos os portuguezes, confundidos com os castelhanos nas guerras entre Francisco I e Carlos V. Assim pôde offerecer azylo a Diogo de Teive. Como cidadão francez André de Gouvêa podia servir melhor os seus patricios, como o mostrou por varias vezes, facilitando-lhes as transacções commerciaes: «em virtude da sua posição e influencia de que gosava em Bordéos, era uma verdadeira providencia para todos os seus compatriotas que tinham relações frequentes com esta cidade, ou ahí se achavam em difficuldades. Algumas vezes despachava por sua conta expedições commerciaes.»[1] A sua influencia, com a valiosa cooperação de Diogo de Teive e João da Costa, fez com que o Collegio de Guyenne recebesse um grande numero de estudantes de Portugal. Além do respeito que D. Joao III tinha pelo velho Dr. Diogo de Gouvêa, e de ter nomeado André de Gouvêa seu procurador na côrte de França, na questão do dote da rainha D. Leonor, viuva do rei D. Manuel, a florescencia do Collegio de Guyenne provocava-o a chamar para Portugal o homem mais geralmente admirado no ensino das humanidades na Europa. Parece que havia uma lucta de favores para fixar André de Gouvêa em França; o bispo de Bazas nomeou-o conego da collegiada de São João de Bazas, assignando como conego theologal em 1541, e recebendo depois a dignidade de *ségrestain* da cathedral, cujo rendimento importava em 400 a 500 livras por anno (mais de 8.400 francos da moeda actual). Estas conezias não exigiam o estado de sacerdocio; bastava pertencer ao ensino superior de theologia ou do direito para ser remunerado com uma conezia magistral ou doutoral. Além dos beneficios ecclesiasticos de que gosava, o bispo de Bazas deu-lhe o priorado de le Sendat, com muitos annexos; e em 1543 foram-lhe todos confirmados pelo bispo que succedeu na séde de Bazas. Foi n'este anno de 1543 que D. João III escreveu a André de Gouvêa para vir a Portugal conferenciar sobre a fundação de um Collegio real em Coimbra. Escreve Gaullieur, sobre documentos directos: «D. João III desejando fundar em Coimbra uma instituição de primeira ordem, dirigiu-se pessoalmente a Gouvêa. Mas as cousas não se fizeram com tanta facilidade como crêem os que escreveram sobre este assumpto: os convenios relativos á fundação do Collegio de Coimbra duraram o decurso de annos. Em 1543, D. João III escreveu a Gouvêa a aper-

[1] Gaullieur, *Op. cit.,* p. 166.

tar com elle para vir a Portugal, para se entender com elle ácerca da nova instituição; a sua partida para Lisboa seria pelo meado de junho.»[1] Em 11 de junho de 1543, André de Gouvêa entrega por uma procuração o governo do Collegio de Guyenne ao sub-principal João da Costa com o poder de escolher novos professores, caso não fosse obedecido por algum regente e tivesse de despedil-o: «*Commectre et depputer, quant mestier sera, regens ydoines, suffisans, pour regenter audit colliege, et expulser les desobeissans.*» Uma procuração de 14 de junho de 1543, de um mercador de Bordéos, auctorisa André de Gouvêa a receber em Lisboa a quantia de 80 ducados de oiro, que estavam na mãos de Estevam de Aragão. Depois d'estes factos conclue Gaullieur: «A partir de 15 de junho de 1543 até 24 de maio do anno seguinte, não se acha nenhum indicio da presença de André de Gouvêa no collegio; todos os actos relativos á direcção são passados em nome do sub-principal João da Costa, ao qual algumas vezes se accrescenta o epitheto de *president au Colliege de Guyenne.*»[2] Não falaremos agora do governo admiravel de João da Costa durante a ausencia do principal no intervallo de um anno. Sabe-se que em 24 de maio de 1544, André de Gouvêa já estava em Bordéos, por um recibo passado por Thomyon Faure, de ter recebido de «M. M.e André de Gouvêa docteur en theologie, Principal du Collège de Guyenne, *illoc présent*» 100 escudos de oiro.[3] Foi por este tempo, entre 11 de junho e 16 de novembro que o filho mais velho do celebre Scaligero foi porcionista do Collegio de Guyenne.

D. João III comprometia-se a não desviar André de Gouvêa do seu Collegio de Bordéos, além de dois annos; tal era a base da concessão da licença ao famoso principal. Em 6 de janeiro de 1545, tendo João Gélida chegado a Bordéos, celebraram ambos uma escriptura, pela qual André de Gouvêa lhe entregava o Principalato do Collegio de Guyenne, com o consentimento previo do Concelho municipal, e com o privilegio de poder tornar a occupar o seu logar *tant que bon luy semblera.*[4] O valor moral e intellectual de Gélida já o deixamos indicado, quando nos referimos ás luctas contra o scholasticismo. É certo porém que André de Gouvêa não deixou o collegio immediatamente, nem Gélida se despediu do Collegio do Cardeal Lemoine; no-

---

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 168.

[2] Idem, p. 169. No Processo da Inquisição de Lisboa, allude a este titulo.

[3] Ibidem, p. 177.

[4] Transcrevemos algumas clausulas d'este contracto: «Les dits seigneurs

vos beneficios ecclesiasticos choveram sobre André de Gouvêa, como se que o quizessem reter com tantas liberalidades. D. João III instava com frequentes cartas para a partida de André de Gouvêa; em 1546 fez o celebre Principal uma doação a uma sua afilhada no caso de fallecer durante a viagem a Portugal: «*desirant aller et faire voyage au Royaulme de Portugal, considerant aux périlz et fortunes que souviennent chaque jour*...» Esta doação foi revogada em 21 de janeiro de 1547, depois do seu regresso a Bordéos. André de Gouvêa tratou de contractar os regentes que o haviam de acompanhar a Portugal; ninguem melhor do elle conhecia os bons professores, e o corpo docente que escolheu era de primeira ordem. Interessa-nos especialmente traduzir a narrativa da partida dos mestres francezes para Portugal, tal como a apresenta Gaullieur: «A partida de Gouvêa e dos seus professores para Coimbra estando definitivamente combinada, o Principal tratou logo de prevenir d'isso os Jurats, que não ficaram surprehendidos, porque as viagens d'este a Lisboa deviam tel-os esclarecido a tal respeito. O golpe, ainda que previsto, não era menos terrivel para a instituição de que elles eram os fundadores. Se Gouvêa tivesse partido sósinho, por ventura podel-o-hiam substituir; mas elle levava comsigo a flôr do corpo docente: João da Costa, Élie Vinet, Diogo de Teive, Nicoláo Grouchy, Guilherme Guérente, Arnaud Fabrice, de Bazas, e um joven portuguez chamado Antonio Mendes, que segundo Jacques Busine (na *Vida de Gélida)* professava tambem n'esta época no Collegio de Guyenne. Assim, sem contar o Principal e o sub-principal, isto é, os dois homens sobre os quaes assentava todo o pezo da administração, seis dos melhores professores, que pela celebridade do seu ensino attrahiam alumnos de todas as partes da França, e mesmo do estrangeiro, iam repentinamente deixar Bordéos.

«Como compensação, é verdade, João da Costa deixava no Colle-

---

subz-maire et jurats, amprès avoir traicté et communiqué avecques les dits trente conseillers de la dite ville de ce que dessus, voyant que c'est le grand bien et utilité d'icelluy colliege et de la chouse publique pour la nothorieté; souffizance, grand scavoir desdits de Gouvêa et Gélida, voulans satisfaire à la resqueste d'icelluy de Gouvêa, en faveur et contemplation des services, peines et labeurs qu'il a souffertz pour l'instituition de la jeunesse du dit colliege et continuation d'icelle institution, ont accordé et accordent par ces présentes... que le dit Gouvêa demeurera en liberté, sa vie durant, tant que bon luy semblera, de peuvoir retourner au dit colliège, y tenir et exercer le dit estat de Principal sans que le dit de Gélida, ni aultre, luy puisse bailler empeschement, ni se dire chef du dit colliege, sa vie durant.»

gio de Guyenne seu irmão Jeronymo, que André de Gouvêa trouxera comsigo de Lisboa na sua anterior viagem; e quanto a este ultimo, tinha escripto a seu irmão Antonio de Gouvêa, um dos homens mais notaveis da primeira metade do seculo XVI, de que já fallámos rapidamente, e que acabava de chegar a Bordéos para o substituir.

«Ah! que viria de ora em diante procurar a Bordéos a mocidade portugueza, ávida de ensino? Não ia ella possuir agora em Coimbra, no centro do reino, estes mesmos professores, dos quaes anteriormente ia ao longe ouvir as lições? D'ora avante podia poupar uma viagem dispendiosa, sempre penivel e cheia de perigos.

«Não parece que André de Gouvêa se preoccupasse muito com o futuro do Collegio de Guyenne; porque, se dermos credito a Jacques Busine, elle escreveu a Gélida, designado entretanto como seu successor em Bordéos, a propor-lhe para o acompanhar para Portugal. Gélida recusou-se cathegoricamente, apesar das propostas verdadeiramente regias que lhe foram feitas em nome D. João III *(Magnis regio nomine propositis stipendiis)*.

«Gouvêa foi mais feliz junto de Jorge Buchanan; o poeta achava-se então em Paris, d'onde partiu com seu irmão Patricio, com o fim de se reunir á colonia de professores que embarcava em Bordéos para levar a outras partes os beneficios do ensino...

«Parece, apesar de tudo, que esta partida de Gouvêa para Portugal não depõe em seu favor; prova que, cheio de honras e proventos durante a sua longa permanencia em Bordéos, elle se ligara pouco a este Collegio de Guyenne, do qual fizera a reputação, mas que tambem contribuira para fazer a sua fortuna.

«Um motivo, que é preciso ter em vista, apressou a sua partida: a peste, ou pelo menos a molestia contagiosa assim chamada, que rebentou em Bordéos. Gouvêa e os seus professores tiveram de se embarcar para Lisboa nos ultimos dias de março de 1547, assim como o indicam cinco procurações pelo conego e pelo sub-principal passadas a diversas pessoas.» [1]

André de Gouvêa passou as suas tres procurações em 21 de março de 1547, para o recebimento das rendas dos seus beneficios ecclesiasticos e arrendamentos de diversas prebendas. Ficava com o governo do Collegio seu irmão Antonio de Gouvêa: «ninguem mais do que elle era capaz, pelo brilho da sua reputação, de salvar o Collegio de Bor-

---

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 204 a 207.

déos.—Tratava de tomar o governo d'esta instituição, quando no mez de maio, isto é, pouco mais ou menos cinco ou seis semanas depois da partida de seu irmão, viu chegar de Paris Gélida, ao qual os Jurats tinham escripto propondo-lhe para tomar a direcção do Collegio, e que acabava de acceder aos seus desejos pelas instancias do cardeal Du Bellay.»[1] Havia uma certa incompatibilidade philosophica entre Antonio de Gouvêa e Gélida, e depois de uma lucta de influencias pessoaes Gélida foi nomeado Principal em 7 de novembro de 1547.

Em julho d'este mesmo anno chegava a Lisboa Mestre André de Gouvêa com o seu pessoal pedagogico;[2] o rei não tinha ainda edificio em Coimbra para os receber, e para isso teve de pedir por emprestimo, em setembro, ao mosteiro de Santa Cruz, os dois *Collegios de Sam Miguel* e *de Todos os Santos*, emquanto não mandava construir um edificio especial. Desde 1544 estes dois collegios estavam fóra do mosteiro, na rua da Sophia, construidos com as rendas do Priorado-mór; foi n'elles que se estabeleceu provisoriamente o *Collegio real*. Eis a carta do rei, pedindo os Collegios por emprestimo ao Prior geral de Santa Cruz, como a extrahiu do Archivo do mosteiro D. Nicoláo de Santa Maria:

«Padre Prior Geral. Eu El rei vos envio muito saudar. Eu mando hora assentar n'essa cidade hum Collegio, em que se hão de ler todas as Artes, do qual hade ser *Principal o Doutor Mestre André de Gouvea*, que para isso mandei vir de França com alguns lentes que logo comsigo trouxe para o dito Collegio; e por não haver n'essa cidade aposentamento conveniente para elle, em que logo se possa recolher, como he necessario, vos rogo que me queiraes para isso emprestar e largar as casas, e posentamento dos dous Collegios, que esse mosteiro tem feito de novo, emquanto se não fizerem as que tenho ordenado de mandar fazer para o dito Collegio. E vos encomendo muito, que vós e vosso Convento dos Conegos sejais d'isto muito contentes, pois convem a meu serviço, e bem d'essa Universidade; e que mandeis logo entregar os ditos Collegios e as casas d'elles a pessoa que o dito Mestre André de Gouvea a isso manda. Os quaes Collegios e casas vos eu mandarei despejar e tornar, tanto que forem feitas as casas que mando fazer pera o dito Collegio, que será o mais cedo que puder ser. E os

---

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 217.

[2] Em Conselho de 19 de julho de 1547 resolveu-se pedir ao rei que o *Collegio de Mestre André* não ficasse em Lisboa, mas que o mandasse para a Universidade.

Collegiaes que nos ditos Collegios estão, tornareis a recolher nos seus aposentos e Collegios dentro d'esse Mosteiro. E de assi o fazerdes logo receberei contentamento, e vol-o agradecerei e terei em muito serviço. Baltezar da Costa a fez em Lisboa, a 9 dias de Setembro de 1547. Manuel da Costa a fez escrever. Rei.» [1]

O Prior geral D. Affonso tratou de dar logo cumprimento á ordem do rei; os Collegiaes de *S. Miguel* recusaram-se a recolherem ao mosteiro «*e largaram as becas, com que se desfez este Collegio.*» Os estudantes pobres do *Collegio de Todos os Santos* despiram tambem as becas por ordem do Prior geral, que «lhes deu a todos casas em que morassem em Montarroyo, junto do Mosteiro, como ainda hoje (1668) faz a certo numero de *Estudantes pobres* honrados, aos quaes dá ração e casas.» [2] Assim se desfez tambem o *Collegio de Todos os Santos*.

Comprehende-se que ficaria um germen de má vontade contra o novo *Collegio real,* e que se estabelecessem intrigas contra os mestres francezes trazidos pelo Principal André de Gouvêa. Os Padres da Companhia é que exploraram essa má vontade, apoderando-se do *Collegio real* em 1555, como veremos. D. João III mandou construir desde logo o *Collegio de S. Paulo*, para séde definitiva do *Collegio real,* «mas em sua vida não o pôde acabar...» [3]

---

[1] Apud D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. x, cap. v, p. 301.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem, cap. xv.—O architecto Diogo de Castilho, restaurador do mosteiro de Santa Cruz, é que fez as obras necessarias para a adaptação do palacio real para paço das Escholas da Universidade, e construiu o *Collegio real,* ou das Artes. Transcrevemos em seguida a summa dos documentos relativos a Diogo de Castilho, que interessam á questão da Universidade de Coimbra e Collegio das Artes; acham-se indicados em um trabalho biographico do Dr. Sousa Viterbo:

1545—18 de abril. Carta de D. João III aos vereadores da Camara de Coimbra para que deixem ao *Collegio das Artes* comprar as casas de Diogo de Castilho sem lhe levarem Terradego.

1547—18 de março. Alvará nomeando Diogo de Castilho, cavalleiro da casa real, mestre das obras de pedraria e alvenaria da Universidade, como até ali o fôra das obras de Santa Cruz.

1548—11 de maio. Recebe Diogo de Castilho 200$000 réis para as obras do *Collegio das Artes* de Coimbra, segundo a fórma do seu contracto.

1549—7 de maio. Alvará determinando a maneira como se devem levar em conta ao recebedor Antão da Costa as despezas que elle fizer nas obras do *Collegio das Artes,* fóra do contracto e obrigação de Diogo de Castilho.

1551—10 de agosto. Carta de D. João III ao Doutor Payo Rodrigues Villa-

Nos dormitorios dos dois Collegios foram albergados os mestres francezes, e entre ambos e nas officinas do *Collegio de S. Miguel* foram construidas as aulas nos mezes de outubro, novembro e dezembro. As aulas só ficaram promptas em junho de 1548, embora os mestres francezes já se achassem em Coimbra no mez de janeiro d'esse anno.[1] O *Collegio real*[2] foi inaugurado em 28 de junho, como se prova por uma *Oração de sapiencia* de André de Resende, recitada no anniversario da installação em 1551.[3] No *Primeiro regimento, que el-rei Dom João III deu ao Collegio das Artes no tempo em que n'elle leram os francezes,* em 16 de novembro de 1547, estabelece-se o caracter pedagogico d'esta instituição, analoga ao *Collegio de França,* e como desenvolvimento dos estudos superiores independentes da Universidade; lê-se no preambulo d'esse Regimento: «vendo eu quanto serviço de Deus e proveito da republica será haver um Collegio geral em que bem possam ser doutrinados e ensinados todos, os que a elle quizerem ir aprender Latim, Grego, Hebraico, Mathematicas, Logica e Philosophia: determino mandar fazer o dicto Collegio na cidade de Coimbra, onde já está instituida a Universidade, que ordenei que n'ella houvesse para todas as sciencias. E quero que a pessoa, que hade ter o cargo da governança do dito Collegio se chame *Principal* d'elle, e que o Reitor da dicta Universidade, nem outra alguma pessoa, tenha superioridade sobre o dicto Collegio, e Principal, etc.»[4] A independencia do Colle-

---

rinho sobre as obras do *Collegio das Artes;* refere-se a Diogo de Castilho, que trabalhava no lanço em que se faz a *aula das disputas e autos publicos.*

1552 — 2 de maio. Alvará ordenando a expropriação de tres moradas de casas juntas ao *Collegio das Artes* para o mesmo Collegio, sendo umas de Diogo de Castilho, outras de Simão de Figueiró e outras de um pedreiro.

[1] *Livro dos Concelhos* de 1548, fl. 69. Ap. Silva Leal, *Mem. cit.*, p. 478.

[2] «A semelhança d'este Collegio (de França, ou *Collège Royal)* deram os Professores do das Artes de Coimbra ao seu, em que tambem, por fundação e despeza real, lia um grande numero de Mestres as Sciencias, e Linguas, o titulo de *Collegio real.*» (Silva Leal, *Mem. cit.*, p. 485.)

[3] L. Andrae Resendii *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio regis, anniversario ejus dedicationis die 4 kal. Jul. ann.* MDLI.

[4] Este Regimento foi publicado pelo Dr. Antonio José Teixeira, na *Revista de Educação e Ensino,* anno IV, p. 104 a 111 (1889). O reitor Figueirôa diz nas suas *Memorias da Universidade de Coimbra* ácerca do *Collegio real:* «Deu El rei Regimento, pelo qual este novo Collegio se havia de governar, isentando-o totalmente da jurisdicção do Reitor e da Universidade; e sem duvida, que havia de mandar ordens á mesma Universidade, *mas não se acham no Cartorio d'ella.* Consta porém, por outros documentos que o primeiro Reitor ou Principal d'este Collegio

gio para com a Universidade comprehende-se, desde que se observe o caracter do ensino superior do *Collegio real;* depois dos mestres francezes, os Jesuitas reduziram o ensino das Artes á fórma elementar ou secundaria, querendo comtudo manter a antiga independencia, o que era absurdo.

Pelo referido Regimento conhece-se a organisação interna do Collegio: «que haja no dicto Collegio deseseis regentes, a saber: dois para ensinar a ler, escrever, declinar e conjugar; e outo para lerem Grammatica, Rhetorica e Poesia; e tres para o curso das Artes; e os outros tres para lerem Hebraico, Grego e Mathematicas; os quaes regentes serão aquelles, que eu por minhas provisões nomear...» Pretendia-se centralisar o ensino n'aquelle novo instituto: «Porque no dicto Collegio se hade ensinar Grammatica, Rhetorica, Poesia, Logica, Philosophia, Mathematicas, Grego e Hebraico, como dicto he, *não haverá disso escholas privadas nem publicas, na dicta cidade e seu termo,* salvo nas Escholas geraes, em que hei por bem que haja uma lição de Grego e outra de Hebraico, e outra de Mathematicas, e outra de Philosophia moral, e assim nos conventos dos religiosos que na dicta cidade ha, nos quaes os dictos religiosos sómente, e os seus servidores, e achegados, que elles mantiverem á sua custa, poderão ouvir e aprender as dictas lições, outros alguns não.» [1] O trajo dos alumnos do *Collegio real* era «da feição e maneira, de que por minhas provisões tenho mandado, que andem os estudantes da Universidade.» Ainda hoje os estudantes do *Pateo* (Lyceu) são obrigados ao trajo dos que frequentam as aulas da Universidade.

No *Collegio real* havia tres classes de porcionistas: os que pagavam por anno trinta e cinco cruzados, os que pagavam trinta, e os de vinte e cinco, aos semestres adiantados. No *Regimento do Collegio sobre as tres porções* acham-se indicadas as fórmas de alimentação que competiam a cada uma d'essas tres classes. Eis a porção de vinte e cinco cruzados: «Dar-se-ha a cada um porcionista tres pães alvos cada dia, de peso de doze onças cada um, a saber: um ao almoço, e outro ao

---

foi André de Gouvêa, Doutor em Theologia, ao qual, juntamente com seus irmãos Marçal e Antonio de Gouvêa, tinha El rei mandado estudar a Paris, e todos aproveitaram bem o tempo na companhia de seu tio o Doutor Diogo de Gouvêa, que na dita Universidade era Reitor ou Principal do *Collegio de Santa Barbara...»*

[1] Em uma Carta régia de D. João I, de 3 de outubro de 1384 *(Livro Verde,* fl. 46), já se estabelecia este centralismo: «Que os bachareis e escholares na Arte grammatical leiam nas escholas publicas para evitar erros e incongruidades.»

jantar, e outro á ceia; e nos dias de carne se lhe dará um arratel e meio de carne, a saber: tres quartas de vacca ao jantar, com uma escudella de caldo, e outras tres quartas de carneiro á ceia. E nos dias de pescado se lhe dará a valia da carne em pescado, e potagem de grão e hervas.» Na porção de trinta cruzados, a differença consistia em dois arrateis de carneiro cada dia, tendo algum dia na semana carne de vacca, e dois réis de fructa todos os dias. Na porção de trinta e cinco cruzados havia mais uma quarta de carneiro em piccado, carne á ceia, e tres réis de fructa. «As quaes porções lhe mandará dar o Principal no refeitorio do Collegio, onde todos os porcionistas comerão na maneira seguinte, a saber: Virá a carne juncta para quatro em um prato grande; e porém cada um comerá em prato sobre si, e assim cada um em sua escudella de caldo per si.» No Regimento, artigo 18.º, estabelece-se: «No dicto Collegio haverá casa de refeitorio, onde comerá o Principal, ou quem seu cargo tiver, e assim todos os porcionistas, e *emquanto assim comerem se lerá alguma cousa da Sagrada Escriptura,* assim como se costuma fazer nos conventos dos religiosos.»

No fim do Regimento do *Collegio real* vem expressamente consignado: «E a pessoa, que hei por bem, que seja o *Principal* do dicto Collegio, é o Doutor Mestre André de Gouvêa.—E elle irá com sua gente nas procissões da Universidade, onde forem cruzes, diante dos religiosos, em ordenança de procissão, e não serão obrigados os do dicto Collegio a ir nas outras procissões, que forem por modo *universim.*»

O *Collegio real* habilitava especialmente como preparatorio para os cursos da Universidade; para ouvir Leis ou Canones era preciso certidão passada pelo Principal como frequentara um anno de Logica; para ser recebido a ouvir Theologia ou Medicina era obrigatorio o ter ouvido o curso inteiro de Artes. O Collegio era situado na rua da Sophia, na cidade baixa; por isso no alvará de 6 de abril de 1548 vem a rubrica: «Que nenhum estudante seja recebido *a ouvir em cima* sem licença do Principal.» [1] Por um alvará de 16 de fevereiro de 1548 man-

---

[1] «Eu El Rei faço saber a vós Reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, que hei por bem e me praz, que pessoa alguma não seja d'aqui em deante recebida a ouvir Leis ou Canones, sem Certidão do Principal do Collegio das Artes, de como n'elle ouviram um anno de Logica; e assim não será nenhum recebido a ouvir Theologia ou Medicina, sem mostrar certidão do dito Principal, de como no dicto Collegio ouviu o curso inteiro das Artes. Notifico-vol-o assim, e mando que assim o cumpraes e façaes cumprir, posto que este não seja passado pela chancellaria. Balthazar da Costa o fez em Lisboa a 6 de Abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever.—Rei.»

dava D. João III ao Corregedor da comarca de Coimbra, juiz de fóra da cidade e Conservador da Universidade, que fossem desoccupadas as casas da rua de Santa Sophia, que o Doutor Mestre André de Gouvêa requisitasse para aposentar os Regentes do *Collegio real,* e que elle «não tenha rasão de se d'isso aggravar; etc.» São muitos os alvarás concedendo privilegios ao *Collegio das Artes,* em tudo similhantes aos da Universidade; quando mais tarde o Collegio foi entregue por ordem do rei aos Jesuitas, elles trataram de os confirmar todos em seu beneficio proprio.

Para formarmos uma idéa da organisação do *Collegio real,* feita por André de Gouvêa, servimo-nos indirectamente do quadro do regimen interno do *Collegio de Guyenne,* que Jules Quicherat, servindo-se tambem do processo indirecto, considera como «a imagem dos regulamentos que estavam em vigor em *Santa Barbara*, imagem aperfeiçoada, é verdade, por ter podido realisar melhoramentos, a que se oppunha a força das tradições universitarias, n'aquella terra virgem do Bordelez.»

Depois que Elie Vinet abandonou Portugal, em 1549, e se achou em Bordéos, onde João Gélida era o Principal do *Collegio de Guyenne,* conversou com elle sobre a necessidade de redigirem um livro, em que ficassem consignados os principios pedagogicos de Mestre André de Gouvêa, que tendiam a perder-se, em consequencia do seu fallecimento. João Gélida approvou a idéa, que não pôde logo ser posta em pratica, por ter fallecido pouco tempo depois. Vinet não se esqueceu do seu projecto, e passados muitos annos colligiu todas as suas reminiscencias sobre os methodos de ensino e organisação escholar de André de Gouvêa, publicando o livro intitulado *Schola Aquitanica,* em Bordées, em 1583.[1] Por via d'este livro conseguiu Quicherat reconstruir a organisação interna do *Collegio de Santa Barbara,* que mais ou menos devia reflectir-se no *Collegio de Guyenne;* tendo Elie Vinet regentado sob o principalato de Gouvêa em Bordéos, e depois em Coimbra, é logico reconstruir pela *Schola Aquitanica* a organisação doutrinaria do *Collegio real,* d'onde elle proprio fôra um dos gloriosos professores.[2] Eis

[1] *Schola Aquitanica.* Burdigalae, apud S. Millangium typographum regium, M D LXXXIII.

[2] Eis as palavras com que elle justifica a publicação da *Schola Aquitanica:* «Andreas Goveanus, Lusitanus, Scholae Burdigalensi praefectus, homo ad juventutem recte instituendam factus, Maturino Corderio, Claudio Budino, alliisque Gallis praeceptoribus ejusdem rei peritissimis in consilium adhibitis ludum suum opti-

como Jules Quicherat resumiu as doutrinas contidas no rarissimo livro da *Schola Aquitanica,* onde se encerram os principaes topicos do regimen pedagogico de André de Gouvêa:

«Applicou-se André de Gouvêa a pôr em pratica a doutrina dos humanistas, que queriam que os jovens espiritos fossem familiarisados antes com as fórmas oratorias do pensamento do que exercitados na investigação da sua natureza. Reduziu a dois annos o Curso de Philosophia, o qual era de tres em Paris; baniu dos estudos litterarios todo o exercicio preparatorio sobre Logica.

«Empregou depois uma solicitude, para a qual todo o louvor é pouco, para que os alumnos de cada classe tirassem proveito dos cuidados do professor. Com este intuito augmentou o numero das classes ditas de Grammatica, elevando-as de dez a doze, e quiz que em todas as classes, particularmente nas baixas, houvesse algumas secções, em que os estudantes, repartidos segundo as capacidades respectivas, fossem submettidos a exercicios graduados. Fez-se isto sem alargar o tempo dos estudos, havendo exames continuos no decurso do anno *(exames de frequencia?)* para comprovarem os progressos feitos, e para fazerem passar os alumnos de uma secção ou de uma classe para a secção ou classe superior.

«As classes, como em Paris, eram comparaveis com as Legiões romanas, e os que as compunham designados, assim como antigamente os Legionarios, por seu adjectivo ordinal, desde os *Primarios,* que correspondiam aos rhetoricos actuaes, até aos *Decumanos* ou principiantes. As duas classes addicionadas por Gouvêa formaram subdivisões da septima e da sexta; os estudantes, conforme elles aprendiam n'uma ou na outra subdivisão, ajuntavam á sua denominação ordinaria o epitheto *majores* ou *minores.*

«Dominava a ordem e o asseio nas salas destinadas ás lições. Os meninos não se rostilhavam pelo chão; estavam assentados em banquinhos rigorosamente alinhados. A nona e a oitava classes, incomparavelmente mais frequentadas do que as outras, por se dar n'ellas a in-

---

mâ disciplinâ et exactâ ratione docendi informaverat. Quam post discessum ejus in patriam, ac obitum, quum paulatim corrumpi cernerem, Joanni Gelidae Valentino, qui in praefectura illi successerat, auctor fueram ut veteram illam et scitam docendi rationem in litteras referret, quo posset quisque praeceptorum ex libello nosse, quem auctorem praelegeret, ac quemadmodum sibi docendum foret. Consilium probaverat Ludimagister utriusque linguae doctissimus: sed serius rem aggressam perficere fata non permiserunt.» (Ap. Gaullieur, *Op. cit.,* p. 365.)

strucção elementar sufficiente para o maior numero, estavam dispostas em amphitheatro, e os banquinhos separados em dez secções sobre onze estrados successivos.

«Tres vezes no dia, segundo o antigo uso, tocava a campainha para os alumnos virem á presença dos seus professores: as horas eram mudadas. A classe curta reunia-se ao meio dia, depois do jantar; as duas classes de duas horas reuniam-se, de manhã, ás 8 horas, e de tarde ás 3.

«A classe de meio dia era para a exposição dos principios; as da manhã e da tarde para a explicação dos auctores. Tudo isto se dava em pequena dose. A partir da oitava, copiavam os alumnos alguns trechos de um auctor, ou uma regra do rudimento, as quaes deviam servir de texto á lição, e o que elles tinham copiado eram obrigados a sabel-o de cór. Um d'elles recitava o primeiro membro da passagem transcripta, um outro fazia a paraphrase d'ella em latim, um terceiro traduzia palavra por palavra para francez, e assim por diante. O mestre introduzia a pouco e pouco as observações que julgava convenientes, e finalisava por um genero de interrogações o mais util possivel, alterando de todos os modos o pensamento do auctor explicado, e perguntando o que queria dizer n'este ou n'aquelle caso. Os meninos aprendiam por este meio a propriedade dos termos, ao mesmo tempo que se familiarisavam com as regras da grammatica e com os recursos da syntaxe.

«Emquanto ao velho processo das disputas, já se não conservava isso senão como exercicio da memoria nas classes de Grammatica, sendo reservada sómente uma meia hora depois da classe da manhã para que os estudantes, sem deixarem os seus logares, se interrogassem mutuamente ácerca d'aquillo que acabavam de ouvir. O tempo que lhes sobrava, depois do cumprimento dos deveres de cada dia, empregavam-o em compôr themas ou versos latinos ácerca de materias dictadas pelo mestre, trazendo-os para serem copiados publicamente.

«As classes de sabbado eram empregadas na recitação geral de tudo quanto se tinha aprendido durante a semana. As disputas *(sabbatinas)* d'este dia eram mais prolongadas e visando outro intuito. Consistiam em um verdadeiro exame, pelo qual seis estudantes de cada classe, cada um por sua vez, eram examinados por outros seis estudantes da classe superior; assim os *Primarii* eram juizes dos *Secundarii,* os secundarios dos *Tertiarii,* etc. A prova consistia em composições escriptas, cujo assumpto era deixado á escolha de seus auctores. Faziam-se copias em letras garrafaes, que se affixavam á entrada

de cada classe. Os examinadores liam, faziam em voz alta suas observações, discutiam as objecções de quem lh'as queria apresentar, e classificavam por ultimo pela ordem do merecimento as seis copias, das quaes não declaravam os auctores senão depois da sentença dada.

«Esta parte que a mocidade tomava no ensino só se dava a partir da *outava;* nas duas classes inferiores o professor fazia tudo, exceptuando o dos *Decumanos,* o qual delegava aos mais fortes dos seus triarios o cuidado de ensinarem suas letras aos novos que as não sabiam. Toda a parte do programma relativa á instrucção elementar foi escripta sob o dictado do bom Cordier, que lhe infundiu a ternura do seu coração para com a edade infantil. Encontram-se n'ella minucias encantadoras, como por exemplo a tolerancia recommendada ao mestre.

«Cicero, Terencio e o rudimento de Despauterio eram a base do ensino do Latim. Na *quinta* começavam a compôr versos, e a explicação de Ovidio era addicionada á dos prosadores. Só começavam com Virgilio na *segunda* e com Horacio na *primeira.* Os preceitos da Rhetorica eram expostos desde a *terceira.* A classe do meio dia, na *segunda* e na *primeira,* era consagrada ao estudo da Historia em conformidade com Justino e Tito Livio. Havia além d'isto, para os primarios, concursos de declamação, que tinham logar aos domingos, na sala grande, diante de todas as classes juntas. Foi para estes exercicios que Buchanam escreveu as tragedias de *S. João Baptista* e *Alcestes,* sendo esta ultima traduzida de Euripedes. Guerente, e Muret, que se estreiou em Bordéos em 1543, trabalharam tambem para o mesmo repertorio. Aquelles dos discipulos que melhor recitavam eram escolhidos para desempenharem a peça com o apparato scenico, perante o publico convidado. Montaigne louva muito este divertimento.

«Cinco classes superiores, com accesso franco aos ouvintes externos, representavam ao mesmo tempo, no Collegio de Guyenne, o duplo curso de Philosophia e as lições extraordinarias de Santa Barbara. Eram primeiramente os dois annos de Philosophia, cujos discipulos se distinguiam pelos nomes de *Dialectici* e de *Physici.* Os exercicios estavam aqui regulados como nas classes de Grammatica, salvo durarem os argumentos duas horas. Cada anno teve seu professor, em contrario da usança de Paris, em que um só regente era encarregado de toda a instrucção philosophica de uma mesma promoção de estudantes. Emquanto Gouvêa foi Principal em Bordéos, a cadeira de Dialectica foi occupada por Nicoláo Grouchy. Este sabio mandou imprimir um resumo das suas lições, que Elias Vinet considerava como obra prima n'este genero. Eram as *Praeceptiones dialecticae.*

«Duas outras cadeiras, uma para o Grego e outra para as Mathematicas, estavam estabelecidas em condições inteiramente differentes. Davam todos os dias ali uma lição de uma hora, no intervallo que mediava entre a classe do meio dia e a da tarde. Todos os estudantes de Grammatica, desde a *quinta,* eram obrigados a frequentar o curso de Grego. A assistencia ao de Mathematicas era obrigatoria sómente para os *Secundarii, Primarii* e *Philosophos*. Como o curso de Mathematicas durava dois annos, d'aqui resultava a obrigação de que, quando chegavam ao fim dos seus estudos, o tinham frequentado duas vezes...

«O quinto curso publico, instituido no *Collegio de Guyenne,* consistia n'uma lição de Theologia, que tinha logar no primeiro domingo de cada mez...

«A ordem dos estudos, como se vê, assentava sobre uma excellente disciplina, tendo por base a unidade do governo.

«André de Gouvêa foi um verdadeiro monarcha no seu meio, e um monarcha segundo o ideal da Edade média, isto é, governava com a assistencia dos seus pares. Tinha como taes todos os seus professores, para quem não guardava reservas, exigindo d'elles egual franqueza. Todos tinham direito de inspecção e correcção sobre todas as partes do Collegio, mantendo a egualdade qualquer que fosse o objecto ou o gráo de ensino entre os professores, a quem definia a sua missão como um sacerdocio.»

Por este quadro rapido podemos vêr o caracter pedagogico que André de Gouvêa imprimiu ao *Collegio real* de Coimbra, para o qual transplantou a tradição parisiense, que elle não pudera modificar em Bordéos.

Na memoria de Frei Fortunato de S. Boaventura, *Do começo, progressos e decadencia da Litteratura grega em Portugal,* fallando do *Collegio real,* tambem considera a *Schola Aquitanica* como contendo os elementos da organisação dada por André de Gouvêa á fundação de D. João III: «exporei sómente a ordem de estudos adoptada por André de Gouvêa no seu Collegio de Bourdeaux, que certamente elle abraçou quando estabelecia o de Coimbra...» Frei Fortunato de S. Boaventura recebeu as noticias historicas ácerca do Collegio de Bordéos, de I. F. Adry, bibliothecario da Congregação do Oratorio em França,[1]

---

[1] Auctor de um trabalho especial: *Noticias do Collegio da Aquitania ou de Bourdeaux, sendo principal André de Gouvêa, em 1534;* nas *Obras* de Randovilliers, vol. I, p. 229. Vid. *Historia e Memorias da Academia das Sciencias,* t. VIII, Part. I. *(Memorias dos Correspondentes,* p. 13.)

que lhe mandou um resumo do opusculo de Élie Vinet: «Havia dez classes. A decima, chamada dos *Abecedarios,* era dos meninos de sete ou menos annos de edade, que, sabendo ler, escrever e declinar, passavam á nona, onde se aperfeiçoavam as noções bebidas na antecedente, e viam-se os *Disticos de Catão* em duas linguas, e observava-se o costume de entregar a lição escripta primeiro que fosse recitada. Na oitava liam-se algumas *Cartas* escolhidas de Cicero, um extracto dos *Colloquios* de Mathurin Cordier, e algumas scenas de Terencio. Na setima continuava a explicação dos mesmos auctores, porém seguidos, o que tambem se praticava na sexta. Alguns livros por inteiro das *Cartas* de Cicero, uma comedia de Terencio e alguns livros de Ovidio eram explicados na quinta, e chegando á quarta concluia-se o estudo de Despauterio, explanava-se um livro das Epistolas de Cicero, cujas *Orações* mais faceis, bem como as *Tristes* de Ovidio, ou os seus livros *De Ponto,* e algumas comedias de Terencio, pertenciam a esta classe. Na terceira, depois de se explicarem alguns livros inteiros de Cartas *ad Familiares, ad Atticum, ad Brutum, ad Quintum,* algumas *Orações* do mesmo Cicero, uma comedia de Terencio, os *Fastos* ou *Metamorphoses* de Ovidio, estudavam os preceitos de Rhetorica tirados de algum bom auctor. Na segunda, *Orações* e algumas das obras rhetoricas de Cicero, alguns historiadores, alguma cousa de Virgilio, as *Metamorphoses* de Ovidio e a *Pharsalia* de Lucano já habilitavam os discipulos para maiores emprezas, e d'ahi veiu proporem-se n'esta classe assumptos de verso para serem tratados de repente, e fazerem-se diversos ensaios de composição e declamação. Os da primeira classe davam-se principalmente ao estudo mais profundo da Rhetorica, e tratavam de esquadrinhar o fiel desempenho das suas regras nos Historiadores, Poetas e Oradores. Tal era, pouco mais ou menos, a ordem dos estudos das Humanidades em Coimbra.—De ordinario, combinavam o Grego com o Latim; e era tanta a familiaridade d'aquelles sabios com a primeira d'estas linguas, que Nicoláo Grouchy fazia em Grego a explicação das obras de Aristoteles; mas pelo andar do tempo André de Gouvêa estabeleceu uma cadeira privativa da Lingua grega, e quasi todos os estudantes da quinta e mais classes superiores assistiam á prelecção, que durava uma hora, repartida entre a explicação da Arte de Theodoro Gaza e a interpretação de Homero e Demosthenes, e os Poetas e Oradores que mais se approximassem d'aquelles grandes modelos da Poesia e da Eloquencia.» [1]

[1] *Mem. cit.,* p. 13.

Começou o *Collegio real* a funccionar em 2 de fevereiro de 1548 com o seguinte pessoal:

Artes: Mestre Diogo de Gouvêa, natural de Santarem; Luiz Alvares Cabral; Nicoláo Grouchy, francez, e o Doutor Bordalo.

Latim e *Grego:* 1.ª classe, Mestre George Bucchanan, escossez; 2.ª, Doutor Diogo de Teive; 3.ª, Mestre Guillaume Garinteus (Guerente), francez; 4.ª, Mestre Arlando Patricio, escossez; 5.ª, Mestre Arnaud Fabricio, francez; 6.ª, Mestre Élie Vinet, francez; 7.ª, Mestre Antonio Mendes; 8.ª, Mestre Pedro Henriques, que lêra em Santa Cruz; 9.ª, Mestre Gonçalo Alvares, que tambem lêra em Santa Cruz; 10.ª, Mestre Jacques, francez; 11.ª, Manuel Thomaz.

Grego: o Doutor Fabricio.

Hebraico: o Doutor Rosette.

Rhetorica: Mestre João Fernandes (que lêra em Salamanca e Alcalá.)

Principal: o Doutor em Theologia Mestre André de Gouvêa.

Sub-principal: o Doutor em Leis João da Costa.

Procurador: o Licenciado Agostinho Pimentel.

Recebedor: Antão da Costa.

Tambem ensinaram no *Collegio real,* em substituições, o Doutor Lopo Gallego, Ignacio de Moraes, Belchior Belleago, André de Resende e Cayado, «que foram eminentes em letras de humanidades.» [1] O *Collegio real* era denominado tambem *Collegio das Artes e Humanidade,* e vulgarmente *Collegio novo* e *Collegio dos Francezes,* mas sómente depois de ter passado para a direcção dos Jesuitas, em 1555, ficou com o nome de *Collegio das Artes,* com que se tornou conhecido.

O fallecimento inesperado de Mestre André de Gouvêa, em 9 de junho de 1548, veiu modificar as condições prosperas do estabelecimento do *Collegio real.* Succedeu-lhe temporariamente no Principalato um seu sobrinho, Mestre Diogo de Gouvêa, como se vê pelo alvará de 10 de agosto de 1548: «faço saber a vós, Mestre Diogo de Gouvêa, que ora mando por Principal do *Collegio das Artes* da cidade de Coimbra...» E em alvará de 12 de novembro: «E por o dicto Mestre André de Gouvêa ser fallecido, hei por bem e vos mando, que cumpraes o alvará acima escripto como se n'elle contem, ao Doutor Mestre Diogo de Gouvêa, meu capellão, que ora é Principal do dito Collegio.» Succedeu no governo do Collegio o terceiro Principal, o Doutor Mestre

---

[1] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. x, cap. v.

João da Costa, como se vê pelos alvarás de 12 de novembro de 1549, 21 de dezembro do mesmo anno, 9 e 20 de agosto de 1550. O quarto Principal, o Doutor Payo Rodrigues Villarinho,[1] apparece com este cargo no alvará de 2 de maio de 1551, e figura ainda em 1554. O quinto e ultimo Principal, antes da entrega do Collegio aos jesuitas, foi, postoque não use este titulo, o Doutor Diogo de Teive.

A morte do Doutor André de Gouvêa veiu alterar fundamentalmente a organisação do *Collegio real;* escreve Villar Maior, na *Exposição succinta,* p. 59: «Não se conservou tambem muito tempo o *Collegio das Artes* fóra da jurisdicção do Reitor e Conselho da Universidade, porque em novembro de 1549 deu El rei novo regimento ao Collegio, pondo-o debaixo da inspecção e auctoridade superior da Universidade.» No *Livro dos Concelhos do anno de 1550,* fl. 87 ỹ, lê-se: «Apresentou o Doutor João da Costa, que hora tem carrego do *Collegio Real,* huma carta, com hum Regimento do que Sua Alteza mandava que se guardasse no dito Collegio; e na carta do dito Senhor, que vinha para a Universidade, se continha: que elle por justos respeitos, que a isso o moverão, *annexava o dito Collegio á Universidade,* e que lhe encom-

---

[1] Em um poemeto latino, *Conimbricae Encomium,* por Ignacio de Moraes, antigo mestre do infante D. Duarte, e publicado em 1554, faz-se a descripção do *Collegio real,* sob o principalato do Doutor Payo Rodrigues Villarinho:

Gymnasia aspicies, quae rex ingentibus orsis
In coelum nuper tollere caepit humo.
Ille novem musis sedes hi destinat amplas:
Nomen et authoris regia tecta trahunt.
. . . .
Hic juvenum ingenuas grex informatur ad artes,
Atque bonos mores, ingeniumque colit.
Certatim discunt, feriunt clamoribus auras.
(Gloria dat stimulos suppliciique metus)
Quàm multos Prognė diffundit gutture cantus
Vere novo, arguto sturnus et ore sonos.
. . . .
Tanti operis curam, et coetus tibi froena, Pelagi,
Oceani domitor, Lysiadumque dedit.
Namque bonae decorant te artes, atque inclyta virtus,
Pallados et sacrae Laureus ornat apex.
Tuque agmen reddis docile, et moderaris habenis,
Exemploque vocas facta ad honesta tuo.

(*Elogio de Coimbra,* p. 26. Ed. Simões de Castro. Coimbra, 1887.)

mendava que as cousas delle favorecessem e olhassem, e se o dito Doutor João da Çosta, que mandava por Principal do dito Collegio, alguma cousa lhe requeresse.»[1] Havia incerteza de opiniões sobre a independencia dos Collegios; assim, em carta de 10 de abril de 1537, o rei ordenara que nos Collegios de Santa Cruz se lêssem Latim, Grego e Artes liberaes com tres cadeiras de Theologia, *independentemente da Universidade;* e depois de sustentar esta disposição na carta de 12 de julho de 1537, manda em 1540 que os Collegios sejam incorporados na Universidade.

O emprestimo dos *Collegios de S. Miguel* e de *Todos os Santos* tornou-se cessão definitiva, e o monarcha teve de dar uma indemnisação ao mosteiro de Santa Cruz.[2] No emtanto a falta dos dois Collegios incorporados no *Collegio real* fez com que, conhecida a urgente necessidade dos escholares, o reitor Frei Diogo de Murça impetrasse de D. João III a fundação de um novo Collegio, que se denominou *de S. Paulo.*

Pelos processos de Diogo de Teive e do Sub-principal João da Costa conhecem-se os trabalhos da partida do corpo docente para Portugal; Diogo de Teive tinha ido a Paris buscar os lentes e comprar o material typographico para a Imprensa da Universidade. Quando se metteram a caminho era pela quaresma, e esta circumstancia veiu a ser mais tarde um motivo de accusação, por terem comido carne nas estalagens em que pernoitavam. Os lentes dividiram-se em dois grupos, para não serem embaraçados por onde passassem; quatro lentes francezes, Mestres Nicoláo Grouchy, Guilherme Guerente, Arnaldo Fabricio e Jorge Buchanan, formavam um bando, uma como companhia de actores ambulantes, que iam exhibir a sua sciencia em uma terra desconhecida. De facto, Buchanan era compositor de excellentes tragedias latinas, e na sua vida escholar estava costumado a ensaiar e a dirigir as representações scenicas das férias collegiaes. O outro grupo era composto de tres lentes portuguezes e um francez, os Doutores

---

[1] Doutor Silva Leal, ibid., p. 480.

[2] «... dous instrumentos se fizeram por auctoridade judicial, quando os Padres de Santa Cruz pediram ao senhor rei D. Sebastião lhe pagasse os Collegios de *Todos os Santos* e de *Sam Miguel,* que seu avô lhe tomara para estabelecer n'elle o *Collegio real;* o primeiro, feito perante o Doutor Ambrosio de Sá, Conego de Coimbra, Conservador Ecclesiastico do Mosteiro, em Março de 1560, e o segundo perante Simão Rangel de Castello Branco, Vereador e Juiz pela Ordenação da Cidade de Coimbra, em Dezembro de 1565...» (Cartorio de Santa Cruz, Arm. 14, com o titulo de *Cancellario e Collegios;* visto em 1731, por Silva Leal.)

Diogo de Teive, João da Costa, Antonio Mendes e Élie Vinet, que vinha bastante adoentado. A viagem fez-se por terra, tendo de atravessar a Hespanha, albergando-se em pousadas e hospicios monachaes, e vindo ter a Salamanca. As fadigas da jornada e o estado de doença em que alguns professores se achavam, e mesmo a falta de recursos nas hospedarias hespanholas, fez com que se alimentassem com carne. Isto bastou para entrarem em Portugal como suspeitos de desprezarem a disciplina da egreja, e foi a base principal da intriga com que os Jesuitas dissolveram o florescente *Collegio real*. D. João III estava com a côrte em Almeirim quando os lentes chegaram a Lisboa; André de Gouvêa foi apresentar-lh'os. O grande pedagogo já devia saber por Diogo de Teive o odio implacavel que lhe votava seu tio, o velho Doutor Diogo de Gouvêa; Teive levava procuração para resignar no velho doutor uma conezia theologal, e elle repellira essa generosa offerta, dizendo que nada acceitaria de um lutherano. Vista a intimidade e confiança entre D. João III e o velho doutor, é natural que este lhe escrevesse contra o sobrinho, acoimando-o de lutherano, como o fazia por toda a parte; isto explica a frieza do monarcha, e a facilidade com que deu ouvidos ás intrigas urdidas pelo partido dos *parisienses* e pelo partido dos *apostolos* ou *franchinotes*. André de Gouvêa metteu-se resolutamente ao trabalho, secundado pela intelligente actividade do subprincipal João da Costa, e venceu todos os embaraços, mas fallecia quatro mezes depois da installação do *Collegio real*.

Como vimos, André de Gouvêa escolhera para seu Sub-principal a Mestre João da Costa, natural de Villa Nova de Portimão; na secca noticia ácerca dos regentes vindos de França, um *Collegio inteiro*, que nos deixou Pedro de Mariz, não se suppõe qual a superioridade e o caracter extraordinario d'este homem. Segundo uma referencia de Jacques Busine, na *Vita Gelidae*, João da Costa era Doutor em Theologia, Mestre em Artes, e fôra reitor da Universidade de Bordéos. Regentou no *Collegio de Guyenne*, quando André de Gouvêa fôra a Paris buscar novos professores para aquella instituição; o grande Principal teve então conhecimento do seu forte espirito de disciplina e de administração, e mais ainda quando teve de vir a Portugal ao chamado de D. João III. Sobre João da Costa escreve Gaullieur, na *Historia do Collegio de Guyenne*: «a sua influencia no *Collegio de Guyenne*, como administrador, foi das mais consideraveis e das mais felizes.»[1]

---

[1] *Op. cit.*, p. 100.

Quando André de Gouvêa accedendo aos desejos de D. João III teve de vir a Lisboa em 1543, entregou o principalato do Collegio de Guyenne a João da Costa, com os maximos poderes.[1] Qual o governo exercido por João da Costa, na ausencia de André de Gouvêa, e que mostra a sua alta capacidade administrativa, torna-se para isso indispensavel traduzir as proprias palavras do historiador do Collegio de Guyenne:

«Em 15 de junho de 1543, João da Costa tomou a direcção do Collegio de Guyenne. Nunca um homem collocou tão bem a sua confiança como Gouvêa n'esta occasião. Deixou ao Sub-principal o Collegio em um estado florescente, veiu encontral-o ainda mais florescente. João da Costa, excellente administrador, occupava-se pessoalmente de todas as minucias, velava de modo que nada se perdesse ou desperdiçasse, tirava partido das menores parcellas, e occupava-se activamente na cobrança das dividas, que por bondade ou por falta de tempo André de Gouvêa deixara em atrazo.

«Quanto aos fornecimentos, e ao mesmo tempo para uma multidão de outros arranjos materiaes, João da Costa poz-se em relações directas com um rico mercador de Guitres, encantadora aldeola a algumas legoas de Bordéos na confluente do l'Isle e do Larry. O mercador, chamado Thomyon Faure, tinha um filho que estudava no Collegio d'Aquitania; elle fornecia cada anno ao Sub-principal, lenha, vinho e trigo necessarios aos gastos d'aquella instituição.

«Era no mez de maio, isto é, regularmente, que João da Costa costumava fazer as suas provisões.—Uma parte do preço da compra era paga pelo Sub-principal de contado, e outra ou o resto era encontrado com a pensão de João Faure, filho do vendedor.

«O pão necessario á alimentação dos professores e dos alumnos era cozido no Collegio, onde a municipalidade tinha mandado construir um forno com grandeza sufficiente. Realisavam-se assim grandes economias, da mesma forma que na carne do talho, que se não comprava fóra.—João da Costa, dotado de um excellente espirito pratico, utilisava todas as cousas, velando para que nada se perdesse.»[2]

---

[1] «Speciallement et expressement, est-il ajouté, pour et au nom d'icelluy constituant, regir, gouverner et administrer au Colliege de Guyenne; prendre et recepvoir toutes et chascunes les sommes à luy deues et qui proviendront tant pour raison des pentionnaires estantz en icelluy, martinetz, que autres estudians audit Colliege; d'icelles bailher quictances, bonnes et valables, les contraindre par justice et par toutes autres voyes deues et raisonnables, etc.» (Ap. Gaullieur, *op. cit.*, p. 168.)

[2] *Ibidem*, p. 171, 175 e 176.

Comprehende-se que André de Gouvêa para desempenhar-se do seu comprommisso com D. João III, ao vir a Portugal em 1547 para a fundação do *Collegio real*, contasse com a capacidade administrativa de João da Costa para ter assegurado o exito da empreza, podendo regressar a Bordéos ao fim de dois annos. O Sub-principal do Collegio de Guyenne veiu com egual cargo no Collegio de Mestre André. [1] João da Costa tinha em dezembro de 1540 sido nomeado Reitor da Universidade de Bordéos, e o seu gráo de Theologia tornava-se essencial para o cargo de Sub-principal «*pour faire les sermons et admonitions aux écoliers.*»

Na contestação ao libello contra João da Costa pela Inquisição de Lisboa, em outubro de 1550, elle descreve os seus trabalhos no Collegio de Bordéos, e recorda os grandes esforços que empregou para dirigir as obras do *Collegio real* em Coimbra depois da morte inesperada do Principal André de Gouvêa, tendo de manter a disciplina de mil e quinhentos estudantes fidalgos, e de provêr á habitação e alimentação dos porcionistas e professores, no meio das intrigas do Doutor Diogo de Gouvêa, sobrinho, que ficara resentido por lhe ser retirado o principalato. Ao apresentar a defeza na simples narrativa das suas innumeras occupações, deixa uma rapida descripção da vida interna do *Collegio real*, que tanto se parecia na organisação e disciplina com o Collegio de Guyenne:

«Entende provar que os lentes que vieram de França na coresma erão por todos oyto, e vinhão partidos em duas bandas, quatro em cada hũa, e hũa banda partio diante e erão nella quatro francezes .s. Mestre Nicoláo, Mestre Guilherme, Mestre Jorge, Mestre Fabricio e trazião sua despeza; e a banda do réo partio depois algũs dias, e nella

---

[1] Sobre a actividade de João da Costa, accrescenta Gaullieur: «As mil preoccupações que envolviam a direcção do Collegio de Guyenne, e de que temos dado uma ideia, não impediam João da Costa de prestar serviços aos seus compatriotas e accudir-lhes nas difficuldades. Piratas normandos tinham aprezado o navio portuguez *Santa Maria d'Alup*, e conduziram-no a Bordéos, teimando que o navio era hespanhol, pois que haviam recomeçado as guerras entre Carlos V e Francisco I. O capitão da *Santa Maria*, Antonio Martins, natural de Tavira, no reino de Portugal, teve a feliz idéa de recorrer ao seu compatriota João Fernandes da Costa, Sub-principal do Collegio de Guyenne, a quem deu plenos poderes para demandar os marinheiros normandos. A causa foi apresentada ao juiz do almirantado; este, tendo achado provado que a *Santa Maria* era realmente uma caravella portugueza, mandou entregal-a ao seu legitimo proprietario, e condemnou os normandos a pagarem a João da Costa a somma de 120 escudos de ouro, do que passou recibo, e entregou a Antonio Martins.» (*Op. cit.*, p. 176.)

vinhão tres portuguezes, .s. Diogo de Teive, Mestre Antonio Mendes e elle réo e Mestre Helias soo frances o qual era muito doente, e assy elle reo vinha muito doente de hum braço que tem aleijado, que ouvera de perder, que lhe foy cauterisado e lhe tirarã delle muitos ossos, do que tem muitas dores e nos rins e he muito sujeito a vomitos e ha enxaquequa, que chamão em França migreyna, e comtudo nunqua quis comer carne por ser coresma nẽ nenhũ da companhia posto que achassem carne em muitas vendas pello caminho e os hospedes o convidassem a isso dizendo que por Espanha todos os caminhantes a comião, e somente he lembrado que a comeu como já tem confessado em Salamanqua e na Torre de Mõcorvo com muita necessidade e por mais não poder pelo que não pode ser verdade o que diz a Justiça.

«Entende provar que em Coymbra sempre teve muitos e grandes trabalhos assy no regimento do Collegio e dar ordem a se averem mantimentos pera hos collegiaes e pessoas delle como tambem nas obras, porque não se fazia nada nellas sem seu mandado e sem elle intrevir em tudo, e assy em governar perto de mil e quinhentos estudantes desvairados de condição, gente nossa portugueza e muito fidalga, que lhe moyão os ossos e a vida, e em ler tambem algũs vezes por lentes, que erão ausentes, ou estavão doentes; e por rezão destes immensos trabalhos e sua ma disposição do braço, enxaquequa, vomitus e ictiritia que teve algumas vezes, comeo carne em dias prohibidos, como já tem confessado, e serião cinquo ou seis vezes em todo o tempo que esteve em Coymbra, o que fez com muita necessidade, e tambem çeou em alguns dias de jejum, como ja tem confessado, o que tambem fez com muita necessidade, e diz que os lentes do Collegio tem muitos e immensos trabalhos em ler seis horas de lição cada dia, e em dar latins a seus discipulos e lhos emendar, e em estudar suas lições de noyte por lhe não fiquar tempo de dia, e que tem pera si que algũs que com elle nos taes dias cearão o não farião sem necessidade, pollo que não he de crer o que diz a Justiça.»

Em outros articulados por maneira de defeza de Mestre João da Costa acha-se minuciosamente descripta a vida interna do *Collegio real,* em tudo similhante ao de Bordéos:

«Entende provar que no Collegio de Coymbra todos os dias ouvia missa com os seus collegiaes e os amoestava muitas vezes que fossem bons e virtuosos e amigos do serviço de Deos e que não faltassem nunqua de vir ha missa, e que faltando-lhe na lição lhe perdoaria mas se lhe faltassem na missa que lhe não avia de perdoar, e tinha seus apontadores que lhe apontavam os que não vinhão, e elle reo os cas-

tigava e reprendia, e tinha os piquininos na missa junto comsigo pera os ver rezar por que se não descuidassem ou palrassem estando lomge; e os fazia todos confessar sete vezes no anno e os amoestava e incitava a isso, e confessavãose bespera da purificação de nossa sõra, o primeiro sabado da coresma, sabado de Ramos, bespera de pentecoste, bespera dasumpção de nossa sõra, bespera de todos os santos, bespera de natal, o que tudo fazia como muyto bom catholico christão que he e estas obras e outras muitas que fez que aqui não põy o manifestão.

«Entende provar que elle he o primeiro que nestes reinos instituiu irem os collegiaes do Collegio comer em refeitorio com muito silencio e honestidade e que se lhes lesse ao comer algũa cousa do Novo Testamento como se faz nos conventos dos religiosos, e se fizesse a benção da mesa pollo principal ou lente que em seu lugar estivesse e dissessem as graças os collegiaes muito devotamente, e os mais pequenos o *Pater noster* entoado, e outrosy instituio que se dissesse todos os dias ha noyte hum hymno, que começa: *Christe qui lux es, et dies,* cõ suas antiphonas e orações e commemorações dos sanctos, segundo o tempo, e que se dissesse todos os sabados e besperas de nossa sõra a *Salve regina* pollo mesmo modo, e da pascoa até pentecoste *Regina coeli laetare,* e com muita devoção tudo cantado pollo mestre de canto e collegiaes com vellas e tochas accesas todos em giolhos e elle reo sempre com elles, e depois de acabado o hymno hos mandava recolher, o que tudo elle reo constituio e fez pera serviço de nosso sõr e aumentação da devação e para que os seus estudantes fossem crescendo em vertude, as quaes obras todas são de muito bom e fiel christão que elle he e sempre foy.

«Entende provar, que em muitas festas do anno fez dizer missa solemne na capella do Collegio, e rogava a alguns clerigos de fora que viessem ajudar a fazer o officio, e lhes mandava as vezes pagar seu trabalho ou dar de jantar, e assy nas precições solenes que elle fazia, nas quaes levava todo o Collegio assy lentes como estudantes todos em ordem e os piquininos diante cõ suas horas nas mãos razando; mandava a todos os clerigos que vem ouvir ao Collegio que viessem ha precição com suas sobrepelizes, e elle reo as mandava pidir emprestadas para as dar a algũs que as não tinham...

«Entende provar que no Collegio de Bordéos do qual foy muitos annos presidente ouvia todos os dias missa com os seus collegiaes e os amoestava que fossem bons e virtuosos e lhe dava muito boa e catholica doutrina, e tinha seus apontadores que lhe apontavam os que faltavam ha missa, e elle reo os assentava e reprendia muito asperamente,

e os fazia todos cõfessar sete vezes no anno, que tudo são obras de muito bom e fiel christão. E diz que por rezão dos carregos que tinha asy do Collegio como tambem por ser Reytor da Universidade todos os annos e muitas vezes ser ellegido viçecãçellario, muitas pessoas tinhão negocios com elle reo e vinhão a sua casa, mas não conversava nunqua pessoa de suspeita, antes as pessoas que conversava eram muito nobres e virtuosas, nem he sua lembrança reprender friamente pessoas que fallassem mal da fee...»

A familia dos Gouvêas era como uma dynastia de humanistas e pedagogos; D. Manoel e D. João III, pretendendo os melhores mestres em theologia ou humanidades, dirigiram-se sempre aos Gouvêas a quem consultavam nas suas reformas. Pela sabia direcção que mostravam no principalato dos *Collegios de Santa Barbara,* em Paris, e de *Guyenne* em Bordéos, eram admirados em toda a Europa. Quicherat escreveu a *Historia do Collegio de Santa Barbara,* onde tanta gloria refulge sobre o genio portuguez;[1] e a *Historia do Collegio de Guyenne,* escripta por Ernest Gaullieur, completa o quadro surprehendente da Renascença mostrando a acção directa dos portuguezes n'essa crise suprema da intelligencia européa. Resumiremos algumas noticias sobre o Collegio onde André de Gouvêa começou o seu principalato; o *Collegio de Santa Barbara* fôra fundado em 1460 por Geoffroy Lenormant, um dos mais afamados professores do tempo de Carlos VII. O titulo do Collegio era tomado da designação dialectica de *Barbara* (raciocinio em *Barbara, Celarent, Baroco,* e em *Baralipton)* o argumento elementar, o syllogismo articulado pela maior, menor e consequencia sobre generalidades positivas; *Barbistas* era o nome dado aos alumnos do Collegio por onde passaram os maiores espiritos do seculo XVI. Na série dos *Principaes* Lenormant, Lemaistre, Baret, De Fontenay, Pellier e Morel, destacam-se por um singular talento pedagogico os portuguezes: Doutor Diogo de Gouvêa, o velho, em 1520; André de Gouvêa, em 1533; Diogo de Gouvêa, o moço, que governou seis annos, e outra vez o Doutor Diogo de Gouvêa, que falleceu em 1558.

Além d'estes, figura pelo saber e talento pedagogico Marcial de Gouvêa, sobrinho mais velho de Diogo de Gouvêa o antigo; começou a carreira de professor ensinando Grammatica no Collegio de Santa Barbara, e Rhetorica em Poitiers; tinha já a sua reputação for-

---

[1] Jules Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe, Collége,* etc. Paris, 1860, 3 vol. in-8.º—Gaullieur, *Histoire du Collége de Guyenne*, Paris, 1874, 1 vol. in-8.º

mada quando veiu para o *Collegio real* de Coimbra. Quicherat diz que elle imprimira em 1534 uma Grammatica latina pelo systema da de Donato, com o titulo *Institutiones in octo Orationis partes*. Foi discipulo no *Collegio de França* (então *Collegio real*) do primeiro professor de hebraico, Paulo Paradis, e compunha versos latinos com facilidade e elegancia.

Antonio de Gouvêa, ainda mais celebre que o irmão, pelos conflictos philosophicos com Pedro Ramus sobre o Aristotelismo, não quiz acompanhal-o para Portugal, por conhecer a terrivel pressão do fanatismo que atrophiava a sua patria. Antonio de Gouvêa professou em differentes Universidades meridionaes, renovando o estudo do direito romano pelas relações com a vida social revelada nos poetas latinos, e rehabilitando a obra de Aristoteles pelo conhecimento directo do texto grego separado dos absurdos dos commentadores. Calvino, em 1550, accusava Antonio de Gouvêa de livre-pensador, e Ronsard, seu amigo, dizia d'elle, de Buchanan e de Turnebo, que tinham do pedagogo apenas a loba e o gorro *(illos homines nihil pedagogi praeterquam togam pileam habuisse)*. Era então costume serem os professores celibatarios, e com um certo aspecto sacerdotal. Vê-se qual o espirito de malevolencia que em Portugal viria intrigar os mestres francezes no animo de D. João III, já dominado pelos Jesuitas.

Acompanhou tambem a André de Gouvêa, e a Marcial, Diogo de Gouvêa, filho do Doutor Gonçalo de Gouvêa, de Santarem, chamado de Paris para lente de Theologia na Universidade de Coimbra; foi conego da sé de Lisboa, e importa não confundil-o com Diogo de Gouvêa, o moço, que foi Principal em *Santa Barbara*, que pertencia aos Gouvêas do ramo dos Ayalas. Outros membros d'esta familia nos apparecem florescendo nos estudos de Paris, como se sabe pelo termo de juramento do gráo na faculdade de Artes; Quicherat, na *Historia do Collegio de Santa Barbara*, cita os nomes de Roque de Gouvêa e Simão de Gouvêa, graduados em 1525; Damião, João e Miguel de Gouvêa, graduados em 1527; e Diogo Rodrigues de Gouvêa, em 1533. Emfim, pela *Historia da Universidade de Paris*, de Buleus, e pela referida obra de Quicherat, figura um outro Antonio de Gouvêa, de Evora, regendo um curso de Philosophia, em 1542.

Entre os regentes portuguezes, que André de Gouvêa trouxe para Portugal, era um dos mais distinctos Diogo de Teive, Doutor em Leis, que o acompanhara de Paris, onde professava Humanidades, para o *Collegio de Guyenne*, em 1534. Desde os tempos de frequencia do *Collegio de Santa Barbara*, uma estreita amisade o ligara a Antonio de

Gouvêa e a George Buchanan.[1] Em 1528, seu primo Manuel de Teive era discipulo em Mathematicas do celebre João Fernel. Como os Teives, de Braga, achamos um Antonio Leitão, seu conterraneo, occupando a cadeira de Physica, desde 1547, no *Collegio de Santa Barbara,* e em 1553 a cadeira de Philosophia.

Entre os sabios estrangeiros, que André de Gouvêa trouxe para o *Collegio real,* era um dos mais vantajosamente conhecidos na Europa George Buchanan, eximio poeta latino. A sua vida foi immensamente accidentada por desastres de familia e pela liberdade de um espirito critico. Da sua autobiographia, escripta dois annos antes da morte, tiram-se noticias que esclarecem a situação dos humanistas em uma época de uma grande actividado mental e de uma terrivel reacção theologica. Nascera Buchanan em 1506, na Escossia, ficando muito cedo orfão de pae, com mais sete irmãos reduzidos á miseria; um tio o mandou para os estudos de Paris, mas passados dois annos a morte tiroulhe esta protecção, tendo por effeito de grave doença de regressar á Escossia. Em 1523, tendo uma esquadra franceza feito um desembarque nas costas da Escossia, Buchanan correu ás armas com os highlanders, adoecendo outra vez, em consequencia do rigoroso inverno. Na convalescença, relacionou-se com o celebre professor João Major, que o trouxe para Paris em 1534, onde se manifestou contra as doutrinas do Scholasticismo, adherindo ao movimento religioso iniciado por Lefevre d'Étaples. Sob as mais duras privações Buchanam completou ao fim de dois annos os estudos, recebendo o barrete de Mestre em Artes, e pela sua crescente reputação mereceu entrar como regente de Grammatica para o *Collegio de Santa Barbara,* cargo que occupou durante tres annos. Foi aqui que André de Gouvêa conheceu o seu alto valor. Contractado como preceptor de um joven conde escossez, voltou á patria, sendo escolhido por Jacques V para dirigir a educação de um filho natural. A sua perfeição na metrica latina, e uma tendencia especial para o epigramma, amotinaram contra elle a raiva dos frades franciscanos, por causa dos poemetos satyricos *Somnium* e *Franciscanus*. Perseguido pelo odio do cardeal Beaton, fugiu para Inglaterra, d'onde passou segunda vez para França; foi n'esta situação que André de Gouvêa o encontrou em Paris e o contractou como professor para o *Collegio de Guyenne*. Em Bordéos contrahiu amisade com os celebres professores que levaram aquella instituição á maior celebri-

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 89.

dade, merecendo a mais intima affeição de Élie Vinet, que conservou até aos ultimos dias da vida. Na cultura da poesia latina fugiu-lhe espontaneamente a musa para o epigramma, levantando contra si o odio dos dominicanos e dos frades de Santo Antão. As perseguições religiosas exerceram-se em Bordéos pelas fogueiras inquisitoriaes, e quando Buchanan julgava ter encontrado um asylo nas terras do pae de Montaigne, soube que o cardeal Beaton o denunciara ao arcebispo de Bordéos, senhorio directo d'essas terras. Foi por 1541, no ardor mais selvagem das perseguições, que Buchanan fugiu para Paris, onde em 1542 o foi encontrar Élie Vinet, que deixara o *Collegio de Guyenne* por motivo de doença. Guerente tencionava tambem ausentar-se do Collegio, mas revogou esse intento. Quando André de Gouvêa foi a Paris completar o quadro dos regentes para o *Collegio real* ahi encontrou George Buchanan, que acceitou o convite de vir com elle para Portugal, bem como seu irmão Patricio Buchanan. No *Collegio de Guyenne* existia um regente, Mestre João Talpin, que emprestara a André de Gouvêa seis escudos de ouro, e que, ao saber da viagem do Principal a Lisboa, lh'os reclamara instantemente; a divida era de 1540, e André de Gouvêa affirmava já o ter embolsado d'ella.[1] João Talpin enfureceu-se e abandonou o Collegio. Esta circumstancia não deve passar desapercebida, porque João Talpin, que veiu a ser conego theologal de Périgueux, foi um dos accusadores de Buchanan á Inquisição de Lisboa, e promotor da perseguição que soffreram os mestres francezes, denunciando-os como lutheranos.

Á pleiada brilhante dos professores do *Collegio de Guyenne* pertencia tambem Élie Vinet, chamado em 1539 por André de Gouvêa. D'elle escreve Gaullieur: «De todos os professores eminentes que ensinaram no Collegio d'esta cidade, nenhum ficou mais popular; o que se explica facilmente, porque Vinet passou, por diversas vezes, um quarto de seculo em Bordéos, sendo um dos seus melhores historiadores e um dos primeiros archeologos que tiveram a idéa de interrogar os restos do esplendor passado, para mostrar á posteridade qual fôra, no tempo dos Cesares, a importancia e a riqueza de Burdigala.»[2] Os traços biographicos de Vinet não são menos pittorescos do que os do seu intimo amigo Buchanan; frequentou a Universidade de Poitiers á custa do ensino particular, em que se tornou distincto, alcançando

---

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 169.
[2] Ibidem, p. 137.

por perseverantes economias os recursos para ir continuar os seus estudos em Paris, onde apprendeu o Grego e as Mathematicas. Quando veiu para o *Collegio de Guyenne* já tinha regentado em *Santa Barbara*, segundo as memorias de Bellet, o que é plausivel pela circumstancia do convite de André de Gouvêa. Em Paris, depois de ter deixado Bordéos por doença, publicou uma traducção do *Tratado da Sphera*, de Proclus, que servia de compendio nos recentes estudos da Mathematica. Apontaremos mais algumas particularidades da sua vida, depois que as perseguições de Coimbra o fizeram regressar a França.

Nicoláo de Grouchy, que La Croix du Maine caracterisou como «grande philosopho e muito versado no conhecimento das sciencias humanas», era natural de Rouen, onde nascera em 1510. D'elle escreve Gaullieur: «Era effectivamente um professor de grande merito. Depois de ter terminado de um modo distincto os estudos, e conquistado gloriosamente os seus gráos, foi para Paris, onde durante um anno, pouco mais ou menos, professou no *Collegio de Santa Barbara*. André de Gouvêa, habil em discernir o valor particular de cada um dos professores que o rodeavam, convidou Grouchy a acompanhal-o para Bordéos, o que elle acceitou promptamente. Foi um dos que mais contribuiram para estabelecer a justa reputação de superioridade que teve durante muito tempo o *Collegio de Guyenne*. Segundo o juizo do historiador de Thou, Nicoláo Grouchy era homem de *rara erudição;* foi o primeiro que se serviu da lingua grega para explicar e commentar Aristoteles, em uma época em que em França ainda havia poucos hellenistas notaveis. Gouvêa confiou-lhe a cadeira de Dialectica, que occupou até 1547, isto é, durante treze annos, com um grande exito. Grouchy resumiu as suas lições em um livro que imprimiu com o titulo de *Praeceptiones dialecticae,* que Élie Vinet considerava como uma obra prima do genero.» [1] Gaullieur mostra a importancia dos seus cursos: «Não se pode apresentar uma melhor prova do successo extraordinario que teve o ensino philosophico do joven professor rouennez. Um certo numero de estudantes, attrahidos pela justa nomeada das suas lições, deixaram a Universidade de Paris para vir a Bordéos ouvir os eruditos commentarios sobre Aristoteles, que Grouchy, por uma innovação audaz que não teve imitadores, dictava na lingua do proprio texto.» [2] Grouchy abraçara secretamente as doutrinas religiosas do pro-

---

[1] *Op. cit.*, p. 90.
[2] *Ibidem*, p. 102.

testantismo. Montaigne cita-o como seu mestre. Grouchy conservou uma profunda amisade pelo seu patricio Guillaume de Guérente, que viera tambem para o *Collegio real* de Coimbra; escreve Quicherat: «Grouchy e Guérente, quer como alumnos, quer como professores, tinham passado por *Santa Barbara;* a ambos, normandos e gentis-homens, unia-os uma amisade exemplar, em que a communhão do talento era o principal laço: Guérente humanista, Grouchy philosopho e antiquario. Os seus nomes são inseparaveis em todos os livros em que se trata d'elles.»[1] Guérente exercera primeiramente a Medicina, antes de se entregar aos estudos das Humanidades; André de Gouvêa, convidando Grouchy para Bordéos e depois para Coimbra, não podia deixar de contar tambem com Guérente.

Um outro professor, Arnold Fabricio, natural de Bazas, que André de Gouvêa contractara para o *Collegio de Guyenne,* acompanhou-o tambem para Portugal. Como diz Gaullieur: «Fabricio passava por um dos primeiros oradores do seu tempo; assim como Britannus e o impressor lyonez Sebastião Gryphius, foi amigo do desgraçado e tão interessante Étienne Dolet, que tinha abraçado as idéas da Reforma, e que foi uma das victimas do fanatismo cego d'esta época.»[2] Arnold Fabricio deixou Portugal por falta de saude, porventura antevendo as perseguições que se tramavam contra os professores do *Collegio real.*[3] Na vida de Buchanan falla-se da amisade que unia estes professores: «Erant enim plerique per multos annos summa benevolentia conjuncti...»

Quatro mezes depois da installação do *Collegio real* fallecia em Coimbra Mestre André de Gouvêa, em 9 de junho de 1548. Quicherat diz que elle exprimira, antes de morrer, o desejo que Diogo de Teive lhe succedesse no principalato em Coimbra, e João Gélida em Bordéos. Na abertura dos estudos, no primeiro dia de outubro d'esse anno, Belchior Belliago alludiu na Oração de Sapientia a este deploravel acontecimento: «hunc nobis tristia et importuna fata hac ultima aestate eripuerunt, et illius morte magnum litterarum ornamentum abstolerunt.»[4] André de Gouvêa foi sepultado no mosteiro de Santa Cruz; a sua obra ficou incompleta e sujeita aos assaltos da intriga dos Jesuitas, que conspiravam contra os mestres francezes, fazendo valer as

---

[1] *Histoire de Sainte-Barbe,* t. I, p. 229.

[2] *Histoire du Collége de Guyenne,* p. 100.

[3] *Ibidem,* p. 245.

[4] *De disciplinarum omnium studiis ad Universam Acad. Conimbr.* (Ap. Barbosa Machado, *Bibl. Lusitana.)*

suspeitas de protestantismo contra elles. Belchior Belliago não podia esquecer-se dos epigrammas de Buchanan e do rigor disciplinar de Diogo de Teive; foi effectivamente este o primeiro professor accusado, sendo preso na Inquisição desde 1550 a 1551. João Talpin, e Ferrerius, que residia no mosteiro de Kinlors, na Escossia, carregaram com as suas delações a accusação contra Buchanan. Não eram os epigrammas o que se allegava contra o celebre professor; a questão da Graça efficiente, que os Jesuitas tanto combateram, aqui apparece como um pômo de discordia, porque Buchanan era então accusado de abraçar as opiniões de Santo Agostinho.[1] Em uma carta de Martim Gonçalves da Camara, de 21 de maio de 1570, allude-se a estas prisões dos mestres francezes: «Os Padres da Companhia se encarregaram do *Collegio real,* em tempo em que *alguns dos principaes Mestres d'elle foram presos na Inquisição;* e se arreceiava que tambem nós o viessemos a ser, como discipulos que eramos seus.» Elle e o irmão foram uns miseraveis accusadores. Fazendo com que fossem presos por heterodoxia as tres grandes summidades do *Collegio real,* Buchanan, Teive e João da Costa, e despedidos Élie Vinet, Nicoláo Grouchy e Guillaume Guérente, os Jesuitas conseguiram annullar logo em 1550 a importancia da obra de André de Gouvêa e fundamentar a sua preponderancia. Segundo Hamilton, na *Demonstratio Calvinianae confusione,* o proprio Cardeal-infante D. Henrique dirigiu os interrogatorios a que foi submettido Buchanan, e tratou-o com todo o furor do fanatismo.[2]

Diante d'esta indigna perseguição, em que já se trabalhava silenciosamente em 1549, Arnold Fabricio pretextou o estado de doença para despedir-se do seu cargo no *Collegio real* e voltar aos áres patrios; Patricio Buchanan, informado dos rigores da Inquisição, fugiu de Coimbra e foi para Paris esperar o seu amigo Élie Vinet, que em junho de 1549, junto com Guérente, tambem deixou Portugal, talvez despedidos do ensino pelo proprio monarcha, aterrrado pelas delações da sua heterodoxia. Grouchy foi o ultimo a partir de Coimbra, não

---

[1] Na defeza de Buchanan, escripta em latim, vê-se como os Jesuitas de Coimbra conspiravam na sombra contra elle: «De his vero qui *apostoli* vocabantur non id unum reprehendi quod pueros impubres solicitarent contra morem aliarum religionum, sed alia quaedam quae de eis jactabantur, quarum rerum querelas ad Jacobum Goveanum gymnasiarcha saepe detuli mi que in vulgus effudi.» *(Processo do Santo Officio,* n.º 6:469, Arch. Nac.)

[2] Por ordem do Cardeal-infante Inquisidor geral, datada de Evora a 13 de dezembro de 1551, Buchanan foi solto depois de ter feito abjuração publica e estado em penitencia n'um mosteiro.

tanto pelo amor que revelara pelo estudo da lingua e litteratura portugueza, como por se achar detido para um processo que não foi por diante. Quicherat refere-se á perseguição de Grouchy: «Emquanto a Grouchy, tendo querido dar aos estudantes de Coimbra uma edição latina de Aristoteles, tomou para base da sua traducção a que o benedictino Joachin Périon publicara em Paris annos antes. Era obra bem escripta, maculada porém por alguns contrasensos, que Grouchy corrigiu. Um exemplar da edição portugueza caíu em mão de Vasconsan, o qual propoz a Grouchy que reimprimisse á parte a Logica. O volume appareceu com o titulo *Aristotelis Logica eruditissimis ab hominibus conversa*. Trazia um prefacio de Guérente, em que se prestava homenagem ao talento de Périon; porém, como os auctores não estão dispostos a concordarem que se enganaram, mesmo quando os louvam por aquillo em que andaram bem, Périon melindrou-se, berrou por toda a parte que o tinham *barbarisado*, e para se vingar abriu contra Grouchy um tiroteio de folhetos diffamatorios, que produziram grande ruido em Portugal, ruido que se prolongou ainda depois do seu regresso a França.» Grouchy regentou até 1551, como se infere de uma prova do *Curso de Artes*.[1] Depois da perseguição dos eminentes professores do *Collegio real* não podemos deixar de os acompanhar na sua partida, para que se veja que elles continuaram a sua missão gloriosa fóra de Portugal, que se afundava no mais deploravel obscurantismo.

Apoz a saída de Coimbra, Nicoláo Grouchy partiu para a Normandia, demorando-se na parochia de La Cauchie, em 1551, onde continuava a trabalhar nas suas *Praeceptiones dialecticae*, começadas em Coimbra em 1547, como se infere por uma carta datada de setembro, dirigida a Guérente e a Buchanan, *ex domo paterna*. Em 1553 estava ainda em Normandia, entregue ao estudo do direito civil; seu visinho o visconde de Longueville, tendo visto em seu poder o primeiro volume da *Historia do descobrimento da India*, por Fernão Lopes de Castanheda, publicado em Coimbra em 1551, pediu-lhe para que o traduzisse em francez. Effectivamente a traducção foi publicada em Paris em 1553.[2] A actividade litteraria de Grouchy achou-se assim desper-

---

[1] Nos *Livros dos Autos e Gráos*, de 1554, a fl. 8 ỷ, acha-se o assento das provas do curso de tres annos, que ouviram a Mestre Nicoláo Grouchy, necessarios para se graduarem licenciados em Artes, Frei Braz de Carvalho e Frei Antonio Leal, da Ordem do Carmo.

[2] *L'Histoire des Indes de Portugal, contenant comment l'Inde a esté descouverte par le commandement du Roy Émanuel et la guerre que les capitaines Portu-*

tada, publicando em 1554 em Paris o tratado *De Generatione meteorologica,* e em 1555, em Veneza, o livro *De Comitiis Romanorum,* tão consultado por Groevius no seu *Thesaurus Antiquitatum.* Depois de 1557 Grouchy casou, e durante as perseguições religiosas *il fut errant,* como diz de Thou, perdendo todos os seus livros. Em 1567 deu lições em Paris, com grande applauso, regressando com sua familia em 1571 para a Normandia. Fundado o *Collegio de La Rochelle,* foi convidado para regentar uma cadeira; obedecendo aos pedidos de Coligny, Joanna d'Albert e de seu filho Henrique de Navarra, partiu adoentado para a Rochella, onde falleceu em 1572, tres dias depois da sua chegada.[1]

Durante os dois annos de prisão que soffreu Buchanan na Inquisição de Lisboa, occupara-se na *Paraphrasis Psalmorum Davidis poetica;* recobrada a liberdade, em 1551, partiu para Inglaterra, onde as perturbações politicas o não deixaram permanecer, voltando para Paris. Ali se demorou até 1560, voltando outra vez para a Escossia, sempre occupado em trabalhos pedagogicos, já como preceptor de Maria Stuart, já como reformador das Universidades. Seguiu a causa politica de Jacques VI, seu antigo discipulo. Em 1582 ainda escrevia de Escossia ao seu antigo collega Élie Vinet, recommendando-lhe um professor escossez; contava então setenta e tres annos, e presentia a morte proxima: «Agora só penso em me retirar sem ruido e morrer socegado, porque o tracto com os vivos não convém a um homem que se considera já como morto.» Pouco tempo depois Vinet recebia a noticia do fallecimento de Buchanan, em 28 de setembro d'esse anno, apoz uma longa existencia de lucta.

Élie Vinet deixou Coimbra em 1549, e chegara a Bordéos em 2

---

galois ont menée pour la conqueste d'icelle. Paris, chez Michel Vasconsan, 1553. Gaullieur cita uma outra edição d'este mesmo anno, de Anvers, de Jehan Stelico, e mais duas edições de Paris, de 1576 e 1581. Lê-se em frente da primeira edição: «Pierre Delamarre, vicomte du duché de Longueville, au lecteur, salut... Ce qui a esté cause que sachant que Monsieur de Grouchy, nostre voisin et singulier ami, avoit depuis son retour de Portugal receu un livre de l'*Histoire de l'Inde, descouverte par les Portugalois,* je l'aye fort affectueusement prié de desrober quelques heures à son estude de droit civil, qu'il s'estoit pour lors remis à revoir, pour nous mettre en françoys ce premier livre qu'il avoit entre ses mains, tant à fin que ses amys puissent jouir du bien qu'ilz ne pouvoyent sans ce moyen avoir, que à fin qu'il se fist par ses escripts françoys aussi bien cognoistre comme il avoit faict naguerre par la traduction et correction latine d'Aristote.»

[1] Todos estes dados são resumidos do importante trabalho de Gaullieur, *Histoire du Collége de Guyenne,* p. 210 a 215.

de julho d'esse anno, para visitar o seu amigo Gélida, então principal no *Collegio de Guyenne*. No prefacio da obra *La Manière de fabriquer les solaires et cadrans* conta elle: «Eu estava em Portugal, no anno de 1548, quando a Gabella causou o levantamento da communa da nossa Guyenne. Regressei no anno seguinte, e cheguei a Bordéos no segundo dia de julho, que eu achei muito triste e um silencio desacostumado na pobre cidade.» Vinet referia-se ao effeito da repressão produzida pelos dois exercitos do condestavel de Montmorency e do duque d'Aumale, que tinham dominado a revolta contra o imposto do sal, fazendo terriveis execuções e levantando pesados impostos de guerra. Escreve Gaullieur: «Este encontro de Élie Vinet e de Gélida, como os consolaria a ambos! tantas cousas tinham succedido durante a sua separação. Vinet contar-lhe-hia, ao seu antigo collega, os ultimos momentos de André de Gouvêa. Gélida fez-lhe a narrativa de todas as suas tribulações, pedindo-lhe para retomar o seu logar mais tarde no *Collegio de Guyenne*. Vinet assim lhe prometteu, e partiu para Paris...» Ali recebeu uma carta de Gélida, de setembro d'esse anno, dando-lhe noticia do apparecimento da peste em Bordéos; e, obedecendo aos seus instantes pedidos, Vinet foi em principios de janeiro de 1550 tomar conta da classe de Mathematicas no *Collegio de Guyenne,* onde foi recebido com enthusiasmo. Élie Vinet succedeu em fevereiro de 1555 a Gélida no principalato do Collegio; em carta de 26 de março de 1556, Arnold Fabricio felicitou-o por esta nomeação, alludindo á probidade, erudição e facilidade de trato que o distinguiam para bem desempenhar um tal cargo. O partido clerical conseguiu, por uma ordenança real, que puzessem em seu logar o fanatico Mongelos, que ahi se conservou até 1562. No meio das luctas religiosas, Vinet esteve refugiado desde 1559 em Saintonge, onde se entregou aos estudos archeologicos. Mongelos reconheceu a usurpação do principalato, sendo este dado outra vez a Vinet em 29 de julho de 1562. Escreve Gaullieur, relatando as difficuldades do governo do Collegio: «A sua actividade era extrema, e sem fallar das suas lições, que eram previamente preparadas, dividia o tempo entre o estudo das Mathematicas, a annotação critica e a correcção dos differentes textos de Ausonio e as investigações archeologicas, que se alliavam tão bem ao Commentario que elle preparava sobre o poeta bordalez.[1] O governo de Élie Vinet foi um periodo de esplendor para o *Collegio de Guyenne;* os Jesuitas tambem tentaram

---

[1] *Op. cit.,* p. 277.

apoderar-se d'elle, mas salvou-o a popularidade e respeito por Vinet,[1] que fôra eleito quinze vezes reitor da Universidade. Publicou em 1583 a *Schola Aquitanica,* em que relatou o methodo pedagogico de André de Gouvêa; em 1585 a peste tornou a devastar Bordéos, e ao reabrir o *Collegio de Guyenne* Vinet foi atacado repentinamente, fallecendo em 14 de maio de 1586.»[2]

A tempestade levantada contra o *Collegio real* era-lhe tambem soprada pelos lentes que pertenciam ao mosteiro de Santa Cruz, os quaes tinham estudado em Paris; vê-se portanto que a entrega repentina dos dois Collegios de *Sam Miguel* e de *Todos os Santos* para n'elles se installar o *Collegio real* provocou este antagonismo, que em Coimbra se conheceu nos dois bandos ou parcialidades com os nomes de *parisienses* e *bordalezes*. Mestre Pero Henriques, que lêra nos *Collegios de Santa Cruz,* era um dos corypheos na lucta contra os *bordalezes,* como o reconheceu o Doutor Diogo de Teive nas contradictas que apresentou quando estava no carcere da Inquisição em Lisboa. Com a cooperação dos *Apostolos* (os Jesuitas) o bando dos *parisienses* ameaçava publicamente de lançar fóra do Collegio os lentes que tinham vindo de Bordéos. Coadjuvou-os a intriga jesuitica, explorando a antiga rivalidade que existiu entre o *Collegio de Santa Barbara,* de Paris, e o *Collegio de Guyenne,* de Bordéos. Quando André de Gouvêa acceitou o principalato de Guyenne, seu tio o velho Doutor Diogo de Gouvêa enfureceu-se por entender que isso enfraquecia a sua instituição; e nos impetos do seu caracter ferrenho e intransigente, como se sabe pelo depoimento de Diogo de Teive, chegou a accusar o sobrinho de lutherano. Os *parisienses,* mantendo a rivalidade contra os *bordalezes,* obedeciam á impressão incutida por Diogo de Gouvêa, «*muy vehemente em suas paixões e pertinaz no que hũa vez encaixou na cabeça*», como o relata Diogo de Teive. Formavam o grupo dos *parisienses* os lentes do proprio *Collegio real,* que já estavam em Portugal quando chegou Mestre André; taes eram Mestre Pedro Henriques, Belchior Belliago, Mestre Gonçalo, Manuel Thomaz, Mestre João Fernandes e Ignacio de Moraes. Comprehende-se como Belliago se atiraria contra os *bordalezes;* quando frequentava o *Collegio de Santa Barbara,* em Paris, os condiscipulos chamavam-lhe o *Judeu,* por ser muito forreta, ou agarrado ao dinheiro.

---

[1] *Op. cit.,* p. 297.
[2] *Ibidem,* p. 368.

Buchanan fizera a Belliago um Epigramma, que vem no *Endecasyllabum liber*, sobre a sua alcunha:

> Belleago cunctas tractat artes commode,
> Has praeter unas, quas docet,
> Nec foeneratur alter illo doctior,
> Nec caupo quisquam argutior.

Belliago não deixaria de vingar-se, lembrando os nomes dos inimigos pessoaes de Buchanan, João Talpin e João Ferrarius, os quaes opportunamente apparecem depondo por escripto contra o grande humanista no processo que lhe instaurou a Inquisição de Lisboa. Em Coimbra continuou Belliago a exercer o vicio da usura, e Diogo de Teive, defendendo-se contra as suas perfidas delações ao Santo Officio, insiste sobre a sua negligencia no curso que regia no *Collegio real*, occupando-se principalmente em negocios da compra e venda de cavallos. Belliago foi compensado pelo esforço da sua intriga, sendo nomeado para reger uma cadeira de Theologia; o terrivel fanatico Cardeal-infante, que era então Inquisidor geral, tanta segurança tinha n'elle que o nomeou seu coadjutor e bispo de Fez. Foi uma das victimas da *peste grande* de 1569.

A Belchior Belliago succedeu na regencia da cadeira de Humanidades Ignacio de Moraes, que foi encarregado de fazer o discurso de recepção na visita de D. João III á Universidade. Vê-se que estava nas graças do partido da reacção.

D. João III, por carta passada em 21 de janeiro de 1541, convidara o distincto humanista, que então era um dos afamados alumnos da Universidade de Paris, Ignacio de Moraes, para vir reger a cadeira de *Grammatica* na Universidade de Coimbra;[1] regeu-a por pouco tempo, passando pouco depois para a cadeira de Poesia latina, mais em harmonia com a sua vasta erudição. Os dois documentos que existem no Archivo da Universidade ácerca d'esta nomeação têm a importancia de nos indicarem as horas da aula e o salario: «Eu elRei faço saber a vós padre rector, lentes, deputados e conselheiros da minha universidade de Coimbra que eu hei por bem e me praz que Ignacio de Moraes lea nessa universidade uma cadeira de poesia por tempo de um anno que começará do primeiro dia de outubro que vem d'este anno presente de 1546 em diante a qual cadeira lerá duas horas cada dia

---

[1] Barbosa Machado, *Bibliotheca Luzitana*.

uma pela manhã e outra á tarde em que lerá arte e os auctores que lhe forem ordenados pelo conselho do Rector e conselheiros e haverá com ella sessenta mil reis de salario pelo dito anno que lhe vós mandareis pagar no recebedor das rendas das escolas ás terças segundo ordenança d'ellas e este não passará pela chancelaria. João de Seixas o fez em Santarem a 30 de setembro de 1546. Manoel da Costa o fez escrever e Antonio Martins escrivão do conselho o tresladei do proprio.» Com esta carta de provisão foi mandada ordem de pagamento ao recebedor: «Eu ElRei mando a vós Nicolau Leitão recebedor das rendas da universidade de Coimbra que deis e pagueis a Ignacio de Moraes vinte mil reis por tempo de um anno que começará do primeiro dia d'outubro que vem deste anno presente de 1546 em diante os quaes lhe dareis e pagareis ás terças do dito anno lendo nessa universidade o dito anno uma cadeira de poesia segundo leva por minha provisão e isto alem dos sessenta mil reis do salario que lhe com ella ordenei pelo dito anno e por este com seu conhecimento e certidão do rector de como lê a dita cadeira vos serão os ditos 20,000 rs levados em conta. João de Sexas o fez em Santarem a 30 de Setembro de 1546. E este não passará pela chancelaria. Manoel da Costa o fez. Antonio Martins escrivão do Conselho o trasladei do proprio.» [1] Moraes era admirado pelos humanistas do seu tempo, Jeronymo Cardoso, André de Resende, Antonio Cabedo, Pedro Sanches e Manuel da Costa.

A campanha dos Jesuitas contra o *Collegio real* era surda; empregavam todos os meios para lhe raptarem os alumnos, provocando-lhes apprehensões de escrupulos, que Bordéos estava minada de heresias lutheranas, e que se achavam infectos todos os que d'ali vinham. E habilmente e laboriosamente iam organisando os fios de um complicado trama junto dos inimigos pessoaes dos mais celebres lentes do *Collegio real,* aos quaes se pediram depois depoimentos esmagadores, ditados pelo *odium theologicum;* assim vieram a accumular-se contra elles os testemunhos terriveis dos antigos regentes expulsos de Bordéos, Mestres Jean Talpin, Antoine Langlois, Antoine Leclerc, Jean Ferrarius, Mongelos e Susaneo. Em Portugal eram espiados os lentes sobre as conversas que tinham, os livros que liam, e os manjares que comiam; assim vêmos os termos do testemunho de Martim Gonçalves da Camara, jurando que vira da sua janella os tres lentes George Buchanan, Diogo

---

[1] Publicados pela primeira vez pelo dr. Simões de Castro, no opusculo *Elogio de Coimbra em versos latinos por Ignacio de Moraes,* p. 7. Coimbra, 1887.

de Teive e Doutor João da Costa cearem em uma quinta ou sexta feira de endoenças, da primeira quaresma que passaram em Coimbra; e seu irmão Ruy Gonçalves da Camara jurava que João da Costa dizia ser doente para comer carne em dias defezos, sendo sempre bem disposto. Ao mesmo tempo tentava envolver Mestre Guilherme Guérente, a quem imputava ter dito que tão peccado era furtar uma penna como trinta ou quarenta moedas.

Para completar o plano do assalto contra o Collegio, prendendo-lhe os lentes mais afamados nos carceres do Santo Officio, e dispersando os restantes, aproveitaram o despeito do Doutor Diogo de Gouvêa, conego em Lisboa, e sobrinho querido do doutor velho, desde que tivera de entregar o governo do *Collegio real* ao Doutor João da Costa. Persuadiram-n'o que esta substituição fôra provocada pelos mestres francezes; tanto bastou para ir fazer uma denuncia contra elles ao Cardeal-infante D. Henrique, Inquisidor geral, que ordenou immediatamente um inquerito ao Licenciado Braz de Alvide, em Paris, em 17 de outubro de 1549, e ao Doutor Ambrosio Campello a instauração do processo na Inquisição de Lisboa, em 18 de outubro de 1550, onde já estavam presos os tres lentes George Buchanan, Diogo de Teive e João da Costa. A visita de D. João III a Coimbra, em 8 de outubro de 1550, e o singular favor com que tratou os *apostolos,* bem revela que o forçaram a esta viagem official, para apagar a impressão da monstruosa brutalidade com que foram presos aquelles sabios lentes, e do descredito em que lançaram o *Collegio real.*

Transcrevemos em seguida as principaes declarações que Diogo de Teive apresentou em sua defeza, quando no carcere da Inquisição de Lisboa lhe foi apresentado, em 18 de outubro de 1550, o libello de accusação. Essas declarações têm por vezes a importancia de uma autobiographia, em que Diogo de Teive descreve os seus primeiros estudos, os trabalhos do magisterio, as relações com os sabios europeus, e mesmo certos traços do caracter de algumas individualidades historicas. Transcrevemos pela excepcional importancia as suas proprias palavras, em que contraría o seguinte libello:

«Entende provar, que estando elle R. (Diogo de Teive) no Collegio de Bordeos, no tempo que vier em verdade, em praticas que teve com pessoas, zombava e escarnecia da Religião e das Constituições da Igreja; e dizia que os homens ordenarõ a coresma, e o advento, cõ nõ comer carne, e outras viandas; e que xpõ ordenara nõ aver d'aver differença nos comeres, e que mandara aos apostolos que comesem tudo o que lhes fosse posto diante; e que nã ordenara as Religiões se nõ os

homẽs; e dizia a hũa certa pessoa de Religião, por que se apartava do estado commũ, e com muitas rezões dissuadia a outra pessoa que hia pera entrar em Religião, que nõ entrasse nella; e dezia tambem que os santos erõ homens, e podiã errar, e que a Igreja podia errar, allegando pera isto aquella autoridade *multos corpora venerantur*.... de maneira que quem o ouvia se escandalizava, e non podia outra cousa crer do R. senõ que era verdadeiro lutherano.

«Entende provar que no tempo outrosi que elle R. esteve em França, conversava com pessoas suspeitas e avidas por lutheranos, e estava em sua companhia; e de suas palavras e maneiras de viver, se mostrava suspeito nos errores lutheranos; pello que era tido por pessoa que sentia mal da fee; e por ello se apartava da sua conversão que ho por tal tinha; e nom somente do sobredito mas ainda era infamado da seita dos atheos, que tem a alma dos homens juntamente se acabar com o corpo como a das alimarias irracionaes, e que tem os dileites por summo bem; e conversava elle R. com verdadeiras suspeitas nesta secta.

«Entende provar, que vindo o R. de França para este Reino quando ora veo pera ler em Coimbra, sendo na coresma, e vindo elle R. bem desposto, comia carne sem fazer differença algũa, e depois de estar na dita cidade averá cinco ou seis mezes (o tempo que vier em verdade) estando elle R. são, em hũa sesta feira convidou a hũa certa pessoa com pedaços de perdiz....

«Entende provar, que servindo elle R. de principal no *Collegio real* de Coimbra, foy achado hũ moço por nome Martinote cõ hum livro lutherano e muito prejudicial, que se intitula *Instituição xpistã* de Calvino em linguagem francez; e por ello foy o moço trazido com o livro ao R. como principal; e sabendo elle R. ser o livro lutherano, e o moço infamado disso, ho leixou ir e lançou fora do Collegio de noite, sem o descobrir nem accusar, antes tomou o dito livro e o guardou e o teve sempre, e quando ora foy preso lhe foy achado o dito livro na sua camara, riscado e notado em muitos logares suspeitos; e assi soube e sentiu de outras pessoas serem lutheranos e apartados da fee, e non os accusou nem descubriu, pollo que nom ha duvida o R. ser apartado da fee, e sintir mal della e das cousas da Igreja, e por tal dever ser julgado. De que he pubrica voz e fama.

Contrariando:

«Entende provar que de moço pequeno ho mandou seu pay a Paris, onde estudou em letras e virtudes, e foy sempre inclinado a vir-

tuosos costumes desde sua mocidade até agora e muito amigo de Deos, e assi em França como na cidade de Coimbra sempre foi avido e tido por muito bom christão, ouvindo sempre missa e confessando-se e tomando o santissimo sacramento ao tempo que manda a s. m. Igr. da qual nunca se apartou, nem zombou das suas Constituições e determinações, mas sempre fez autos de fiel verdadeiro e catholico christão como he, e com o seu bom viver e obras vertuosas deu sempre bom exempro a hos que ho vião e conversavão.

«Entende provar que elle reo ensinou muitos annos em França e nos estudos de Coimbra nas artes liberaes, e serviu de principal e soprincipal do *Collegio real,* no qual tempo sempre ensinou seus discipulos bons costumes e virtudes, amoestando-lhes muitas vezes que se confessassem e tomassem o santissimo sacramento, e assi amoestou os ouvintes que ao Collegio võ ouvir e os que no Collegio moram que fezessem o mesmo e que ouvissem cada dia missa e que rezassem suas horas e os sete salmos e se encommendassem a nosso senhor tudo com zello de hos fazer vertuosos e amigos de Deos, e todos pubricamente isto nelle viam e conhecião e ho muito estimavam asy por ser vertuoso e catholico christão, como tambem por ser douto nas lettras e pollo grande fruito que fazia em bem ensinar e doutrinar seus discipulos, e por tanto nam he de crer que disse o conteudo do libello.

«Provará que asy em França onde estudou, leo e insinou como em Coimbra e outras partes, sempre conversou pessoas vertuosas, religiosas e nobres e amigos de Deos, assi portuguezes como castelhanos e francezes sem lhes saber algum erro na fee, e se algum hora conversou algum, o que não he em sua lembrança mais do que tem dito aas perguntas seria pera o reprehender e logo se apartar delle, e todos os que conhecerão o R. assi o dirão e quam bom christão e catholico sempre foy.

«Entende provar que elle teve sempre em grande estima as casas e ordens da Religião, em tanto que desejou e ainda deseja servir a Deos em religião, e muitas vezes neste reino pediu conselho a algumas pessoas que sabiam de religião em que ordem se meteria pera que milhor e mais quieto podesse servir a Deos, e confessa que algumas vezes em praticas que teve com homens seus amigos zombou de frades como foy de hũ sobrinho do bispo de Tangere que se foy metter frade por seu tio lhe nam dar um gibão de seda, e assi doutros que entraram em religião com outras taes entenções que herão hypocritas e que por qualquer leve cousa se tornavam a tirar da religião, e que eram as cidades cheas destes frades e asy dos que seguião as cortes

dos principes. Disto murmurava com outros homens e nam da religião como qualquer homem em sua casa costuma ás vezes praguejar, e isto tudo com entenção de verdadeiro christão e nam por sentir mal das cousas da religião e nossa santa fee catholica; e que esteve em França perto de vinte e cinco annos e sempre conversou grandes senhores e pessoas christianissimas sem nunqua se presumir delle nenhuma falta na nossa santa fee, e se tal fora de crer he que em tanto tempo que andou em França fora accusado, e por tanto nam he de crer o que se diz no libello.

. . . .

«Provara que o Duque de Bragança lhe escreveo que dicesse a seu irmão Dom Theotonio que estava na ordem dos *Apostolos,* que se tornasse pera donde saira, e elle R. lhe disse da parte do Duque seu irmão como qualquer bom homem e catholico fizera, o que lhe querem attribuir a mal sendo sua tenção boa; e confessa que per algumas vezes aconselhou a alguns de seus discipulos fidalgos e riquos que nam entrassem nesta religião por ver a maneira que tinham pera os levar a dita religião sabendo que eram riquos com adulações e afagos, vendo que as outras religiões prepoẽ no começo trabalhos e asperezas, e ouvindo dizer que esta Companhia por que elles assi se chamão nam hera ainda confirmada pelo santo padre, e tambem per que eram moços o que parecia de sua idade que nam saberiam ainda escolher o que seria mais de sua salvação, e o que disse foy por asy lhe parecer, e qualquer homem bom catholico christão dissera asy, mas sua entençam nã foy desestimar a religião.

«Entende provar que he pubrica voz e fama por toda cidade e grande parte do reino que esta desaventura nam lhe veo senam por mal e enveja dalguns seus inimigos os quaes se directamente o trouxeram a este inconveniente foy por vias obliquas e meos sutis que as vezes os homens buscam pera se vingar, e que seja asy como arriba disse, por que em todo o tempo que em França esteve nunqua foy de ninguem accusado nem por tal reputado mas antes dos bons e catholicos christãos bom e catholico estimado, e a doutrina que deu a seus discipulos asy em França como em Coimbra foy muy santa e verdadeira, e algumas obras que tem compostas asy em verso como em prosa podem dar bom testemunho do que sente e das opiniões que tem que são santas e catholicas e conformes a ho que goarda e manda a santa madre igreja, e se al cuidara e a sua consciencia o condanara, mais de trez mezes antes que fosse preso soube por cartas que vierã de Paris que se faziam em França contra elles grandes diligencias, e por

que confiando-se no senhor Deos e na sua innocencia nam lhe veo por pensamento bulir comsigo nem lhe pareceu que havia rezão pera isso.

. . . .

«Entende provar que vindo de França nam comeo carne mais do que ja tem confessado de (Salamanqua) e isto com muita necessidade asy por vir quebrantado do grande trabalho do caminho como tambem por sua má disposição, que he doente de collica e o toma muitas vezes que o tem como morto, e he sugeito a vomitos e a destilações do cerebro, que são doenças que commumente acodem mais a hos homens estudiosos, que a hos outros; por esta causa e tambem pollos immensos trabalhos que teve continuadamente em Coimbra onde sempre leo seis horas de lição cada dia e leo livros muito escuros e muito difficultosos sobre os quaes lhe era necessario estudar muitas horas, e asy trabalhou muito em exercitar seus discipulos na composição de versos e orações no que fez muy grande fruito como se vee craramente, e com estes trabalhos, canceiras e doenças has vezes nam podia jejuar, nem ho fez por lhe parecer que sem pecado o podia fazer, por que cada vez que se achava em disposição pera isso jejuava...

«Entende provar, que sendo-lhe o moço Martinot trazido como a pessoa que a tal tempo servia de principal e o livro conteudo no libello como já tem confessado, elle reo logo com muita efficacia e diligencia o mandou tomar por quatro lentes e lhe deram por sua mão muy grave castigo e muitos infindos açoutes e depois de muito bem castigado e açoutado, elle reo o reprendeo gravemente por ter um tal livro, e fazendo contra o dito moço grandes exclamações lhe mandou que logo se fosse fora do reino de Portugal e que mais nelle nam parecesse, e isto por não fazer união e por nam escandalisar a companhia e huma tal religião, o que tudo fez com boa tenção como bom catholico christão parecendo-lhe que asy fazendo nam errava, e asy tomou o livro pera o queimar com conselho dos que pera o tal caso chamara.

«Entende provar que logo naquelle tempo quando o dito caso acontecera foy tempo tam breve e os dias todos de lição e os trabalhos e cuidados tantos que elle no tal tempo tinha tanto por ler suas lições ordinarias como por servir de principal, que nam teve tempo nem opportunidade pera por em concruzão queimar-se o livro com conselho como tinha determinado, e nam o deixou de fazer por nam ter pera isto vontade de maneira que tudo o sobredito fez por asy o entender e mais nam poder no que lhe parece que nam tem culpa, como o diz a justiça. E quanto as notas e riscos elle taes não fez o que se pode facilmente ver se são conformes aos que faz nos seus livros, e

sua entenção nunqua foy sentir mal fee, mas sempre foy muito boa e catholica, e he sem culpa do que lhe poẽ, e porem se em alguma cousa das que ditas tem errou elle Reo, se somete a correição da s. m. Igr.ª por que nam he theologo e deve ser absolto.

DIOGO DE TEIVE.

1.º Johão Rodrigues Pereira filho d'Antonio Pereira, em Lisboa.
Diogo Castilho, em Coimbra
Mestre Antonio Mendes, id.
Lourenço Vieira Carvalho, id.

2.º D. Francisco de Noronha, em Lisboa
O Doutor Payo Roiz, em Coimbra
Antão da Costa, id.
Mestre Antonio Mendez, id.

3.º e 4.º Os Padres da serra d'Ossa
O Prior de Santa Cruz, em Coimbra
Mestre Jacques Tapia, id.

5.º D. Sancho, em Coimbra
D. Fulgencio, id.
Dom Diogo de Almeida, id.
Dom Jorge de Tayde, id.

6.º Johão Rodrigues Pereira, em Lisboa
Antão da Costa, em Coimbra
Antonio Mendes, id.
Lourenço Vieira, id.
Pedro da Costa, id.

7.º Dois padres Elois
Dois padres do Carmo
André Maldonado
Pedro de Sousa.

8.º Mestre Jorge Bucanano
Mestre Johão da Costa
Mestre Nicolao Gruchi, em Coimbra.

9.º e 10.º Mestre Antonio Mendes
Mestre Nicoláo Gruchi
Mestre Jorge Bucanano
Mestre Jaques Tapia.

«Estas testemunhas que em baixo aqui nomeio as quaes já em riba nomeey por quanto sabem muito de minha vida peço a Vossas Mercês preguntem em todos os artigos pollos quaes ha y cousas espalhadas de que sabem dar conta:

Em Lisboa: João Rodrigues Pereira
Diogo de Castilho
Mestre Antonio Mendes
Lourenço Vieira
Antão da Costa
Mestre Jaques Tapia
Pero da Costa.

«Todos estes estão no Collegio de Coimbra. Se tambem for necessario preguntar de minha vida e doutrina a hos meus discipulos, a estes se pode preguntar:

Dom Diogo de Almeida
D. Jorge de Tayde
Barros, sobrinho do Bispo de Leirea
Pinheiro, sobrinho do Bispo d'Angra
Braz Bernardes
Camello de Coimbra
Dous padres do Carmo, e mais se mais quizerem.

Confessores: Hum padre da serra d'Ossa o mais moço
O padre Lobato, lente no Collegio
O padre superior dos Bernardos.

Diogo de Teive.

Rezões de contradictas:

«Posto que os ditos d'algũas testemunhas que me mostrou o sr. Doutor Ambrosio Campello são taes que elles mesmos se contrariam cõ tudo nam deixarei de decrarar algũas causas particulares que moveram as testemunhas pera que dessem taes testemunhos contra mim, as quaes eu provarei se for necessario; pollo que peço a V. V. mercés e lhe requeiro polla morte e paixão de nosso sõr Jhs. Christo que queirão bem examinar os ditos das testemunhas que contra mim depuzerão

e considerar as contradicções e falsidades que nelles ha, e achando que nam he necessaria mais larga prova, queirã tomar concrusão neste meu negocio e me tirar dũa tam grande tribulação na qual estou ha tantos mezes, e tenho soffrido o que nosso sõr sabe.

«A primeira testemunha he hum *frei João Pinheiro* a ho qual nam dou outra contradita senã que he hua só testemunha podendo elle allegar outras que se acharão ahy e sabem como passou o negocio asi que nam he de crer o que hũa só testemunha diz ainda que fosse omni exceptione maior, quanto mais que a zombaria que eu delle fiz assi nas palavras que disse (que pois elle entrara na religião por que seu tio lhe não dera hum gibão de seda asi sairia della dando-lhe seu prior hũ de grã, querendo dizer disciplina) como tambem por eu lhe deitar hum pouco de caldo de carne nos ovos que comia lhe causaria algum odio, e assi a historia das titellas de gallinha, que lhe contei zombando delle como no principio que aqui vim contei a v.v. mcês. Item, pode ser que o odio que elle tem a mestre João da Costa causou que tambem a mim me accusasse por que estamos juntos e nam podia boamente accusar hũ sem o outro, e azedou o caso e o fez grave sendo tudo zombaria e riso como creo que sabem Mestre Antonio Mendes, Miguel Jacome de Luna natural de Viana, e Francisco de Lucena natural de Setuvel, que n'aquelle tempo estavam no Collegio de Bordeos.

«A segunda testemunha parece ser nosso mestre *D.º de Gouvea,* o Doutor velho, homem muito honrado e muito vertuoso a ho qual todos somos em grande obrigação por elle ser hua das causas principaes de termos as boas letras neste reino; e porém he muy vehemente em suas paixões, e pertinaz no que hua vez encaixa na cabeça; elle foy o que diffamou Mestre André seu sobrinho de Luterano e nam allegou outra cousa contra elle senão ser amigo de Lopo, e que elle deitasse esta fama muitas pessoas o sabem que o ouviram e poderão disto testemunhar como D. Francisco de Noronha e o Bispo de Tangere que forão embaixadores em França. E a rezão que o move a dizer que eu fazia os negocios de luteranos he que indo eu a Paris em serviço delrey Nosso sõr buscar os lentes e as matrices pera emprimeria levei hũa precuração de mestre André pera resignar a ho d. doutor velho hua conesia theologal que o dito m. André tinha em a cidade de Bazas e outros beneficios, e levei huma carta do d. m. André pera o Bispo de Tangere que nisto trabalhasse e acabasse com seu tio que tomasse os ditos beneficios, no que muito trabalhamos sem nunqua podermos com elle acabar. Dava por reposta que dum Lutherano e tam máo homem nam avia de tomar nada, e que pollo milhor bispado de França nam

perderia a occasião que tinha de dizer mal de hũ tam máo ladrão, e nunqua cessava de dizer mal delle como muito bem sabem os dd. embaixadores e mestre Diogo de Gouvêa seu sobrinho.

«Nam sey quem possa ser esta terceira testemunha. Da conversação de *Sã Martinho* já tenho confessado do que mais diz, que hum foão que fora lente em Bordeos me tinha por Luterano. No quinto testemunho fallarei dalguns lentes que me queriam mal.

«Este ou o que arriba testemunhou parece ser *Manoel D'araujo,* que me quis grande mal asy por hua espada e talabartes que me levou de casa a qual nunqua mais pude aver, e o reprendi asperamente em presença de Mestre João da Costa e doutros que não estão no reino, como tambem porquanto elle Manoel de Araujo com pretexto de vir ver mestre Jorge e a mim andava pera enganar a nossa hospeda que hera filha dum escossez e parenta de mestre Jorge, e hum dia lhe deixou nas mãos hũa bolsa com dez cruzados e se foy e ella se aqueixou logo o marido que se chama Robert gran Joung e a nós, de que eu fui muy pesante, e o reprendi e lhe disse palavras asperas donde ficamos muito inimigos. Disto não tenho outra testemunha no reino senã Mestre Jorge, e eu depois que n'esta casa entrei sempre cramei do odio deste homem e contei isto como passou algumas vezes a Inacio Nunes. Das virtudes deste Arahujo dirão os criados de D. Francisco de Noronha e quantos o conhecem.

«A quinta testemunha, se não he *Susaneo,*[1] meu imigo mortal nam sey qual fosse tam máo homem que tam falsamente ousasse dizer taes cousas de mim. Alguns inimigos tive, e foram Mestre *Johão Talpim,* Mestre *Antonio Langlois,* e Mestre *Antonio Leclerc* e outros que nam nomeo por nam me lembrarem os nomes; estes foram regentes em Bordeos, e por sediciosos e máos os deitaram fora; com elles pelejei muitas vezes como sabem Mestre Jorge, Antonio Mendes, e Antão da Costa e os mais que em Bordeos aquelle tempo estavam. Quanto mais que a falsidade do seu testemunho faz que se lhe nam devia dar nenhum credito...

«Este nono testemunho como me a mim parece nam pode ser doutrem se não dum *Manoel de Mesquita,* capellão e escrivão do Collegio, onde prouvera a Ds. que elle nunqua entrara porque foy causa de muitas differenças e paixões que ouve entre os principaes e entre os mes-

[1] *Habert Sussanoeus,* um dos que ajudou com os seus ataques contra João Tartas a tirar-se-lhe o principalato do *Collegio de Guyenne.* (Gaullieur, *op. cit.*, p. 65.)

tres e discipulos como toda Coimbra sabe, por que no mundo nam ha mayor mechedor nem homem mais perigoso; elle me quis sempre grande mal por ser daquella má condição e difamador de todos os bons o qual odio mostrou craramente quando o d. Mestre Dioguo de Gouvea veo a corte, por que fiquey eu por principal do Collegio por mandado del Rey nosso sr. e sendo elle obrigado a correr as classes cõmigo e antes sempre o tivesse feyto com os outros principaes, nunqua o quiz fazer commigo, dizendo que hũ tal homem como eu nam avia de servir e outras palavras descortezes. Deste odio são boas testemunhas Mestre Johão, o escossez Antonio Portano despenseiro do Collegio, Mestre Dioguo ds Castilho, Pero da Costa, Braz Enes e outros mil, mas parece desnecessario pollas manifestas falsidades que contém esta deposição como he comer eu carne sexta feira dendoenças em Coimbra estando eu em Braga, como se provara pollos que arriba nomeei, e por outros muitos.

«Este he hum *Pero Leitão,* que teve commigo differenças por quanto eu encomendei a hum irmão do capitão da ilha meu discipulo que fosse figura com outros moços fidalgos nũa tragedia a qual eu fiz representar em santa † n'um auto solene que fazia o snõr Dom Antonio filho do Iffante dom Luiz e querendo o d. meu discipulo fazer o que lhe eu encommendava elle Pero Leitão que he seu ayo mostrandosse muito imperioso lho defendeo que em nenhuma maneira o fizesse posto que lhe eu chamei ingrato e mal cortés e lhe disse outras palavras, e elle me escreveu huma carta muito injuriosa e elle mesmo dou por testemunho disto, o qual não nega que teve commigo rezões. Quanto mais que sua deposição he tam leve e está tam mal provado o que diz, que me nam pode prejudicar.

. . . .

«A meu parecer este he *Manoel Cerveira* ou *Pero Anriques,* ou algũs dos outros que lião em Humanidades em Coimbra antes que viessemos, os quaes forão muito pesantes da nossa vinda por se verem abatidos e a nós muito favorecidos de S. A. e assi nos verem em Coimbra andar hõrrados em mulas com moços e com mayor poder e autoridade no Collegio. De modo que faziam parcialidades e bandos chamandosse os *parisienses* e a nós os *bordaleses,* e diziam que ainda nos aviam de deitar fora do Collegio como de feito deitaram com estas suas falsidades. E de elles terem os animos assi danados contra nós serão testemunhas Mestre Diogo da Costa, Mestre Johão Escossez, Antonio Portano, e estes nomeo por evitar dilação do tempo que se faria em ir a Coimbra, onde posso nomear muitos. E creo verdadeiramente que

vv. mercês terão piedade de me verem tanto tempo ha nesta prisão e folgarão de dar fim a este negocio. Esta testemunha diz que lhe tenho ma vontade, tambem ouvera de dizer que m'a tem pior e quanto diz no seu testemunho tudo diz de ouvido.

. . . .

«Certamente pareceme que este he Mestre *Marcial de Gouvêa* o qual he meu grande imigo, e muitas vezes veo o Collegio com espada pera empecer a Mestre Johão da Costa e a mi. A rezão principal do odio que me tem he por quanto elle residente em Braga lhe emprestou meu pay certo dinheiro, o qual lhe deveo mais de quatro annos, nem ainda lho acabou de pagar, e querendo arrecadar tendolhe antes muitas cartas escriptas sobre isso e nam aproveitando nada, mandou expressamente hum homem a Coimbra pera o citar e demandar, o que pareceo a ho d. Mestre Marcial que nascia de mi, e daqui me teve muy grande odio; e tambem por rezão dum mancebo que aqui anda por nome Antonto d'Aveiro, que foy criado de Mestre Dioguo de Gouvêa, que quiz mais estar cõmigo que com elle, e teve pera si que eu o sobornara, e por estas rezões me teve grande odio e me escreveo cartas muy injuriosas, as quaes ainda me parece que se acharão entre os meus papeis. Deste odio todo mundo he sabedor, e aqui está Antonio d'Aveiro que pode contar o que passou; o mesmo creo que saberão tambem os que arriba nomeey Mestre Dioguo da Costa, M. Johão Escosses, Antonio Portano etc., se virem ser necessario de mandarse isto em Coimbra. Eu me queixei delle a ho conego Antonio de Gouvêa e a ho protonotario seu irmão que são parentes do d. Mestre Marcial, e disto tambem são sabedores Diogo de Castilho, Pero da Costa, Bras Anes que vinham muitas vazes ó Collegio e sabiam o que nelle passava.

«Pareceme que este he Mestre *Antonio Caiado,* e diz que me vio algumas vezes cear em dias de jejum, o que já confessei, e porem elle deichou de dizer que algumas destas vezes ceava cõmigo.

«Tambem *Belliago* me tem grande odio porque o tempo que eu servi de principal o reprendi muitas vezes, por que nam entrava na classe pera ler senam muito tarde e depois de todos, o que lhe eu tinha a muito mal, reprendendo que nã fazia bem seu officio. Testemunhas, Mestre Antonio Mendes, Mestre Jorge, e elle mesmo o nã negará. E por quanto seus discipulos se aqueixavão que elle não estudava e que perdião o tempo, ho amoestava e o reprendia como pertencia a meu officio, dizendolhe que deixasse as mercadorias que trazia entre mãos de cavallos, de panos de linho e doutras cousas, e que

deixasse de mandar emprimir livros alheos pera ganar dinheiro. Testemunhas são Antão da Costa que lhe comprou hum cavallo, Mestre João Escossez, os frades de São Francisco seus discipulos.—Diogo de Teive.»

«Sendo eu de idade de doze annos pouco mais ou menos me mandárão a Paris a hũs primos meus, que então la estavão, Baltazar e Manoel de Teive daquelle ferro estive em Paris no *Collegio de Santa Barbara* sete annos ou mais; a minha conversação n'aquelle tempo hera cõ os moços da minha idade, das cousas que pertenciam ou a nossos estudos ou a folgar; d'aquelle tempo nam se pode ter de mim sospeita nenhũa nem menos ha de que.

«Depois destes sete annos passados vim a Portugal chamado de meu pay que antão partia pera India, e mandaraõme a Salamanqua, onde estive estudando leis dous annos pouco mais ou menos, e por quanto nam me achava bem na terra e avia nella muitos jogos e passatempos que distrahiã os estudos e tambem por nam aver homens senam muy poucos que sabiã latim e as letras em que me criara, determinei de tornar pera França. Como vivi em Salamanqua pode testemunhar o Doutor Antonio Soares que hora he dezembargador de S. A. Dom Hieronimo que naquelle tempo se meteo em religião, o sõr Bispo de Sam Thome, que então estava em Salamanqua, e sabia bem de minha vida e custumes.

«Fui direito a Tholosa sabendo quã hõrrada Universidade hera e ahi estive sobre mim perto de hũ anno, no qual tempo fuy mũy ensarrado e recolheito, tantos eram os meus desejos destudar, que com trez palavras nã tinha conversação; a ho cabo deste tempo faltoume a despeza, e acudiome hũa doença muito forte na qual me socorreo hũ homẽ douto que em Paris me conhecera; depois que cobrei saude, pollo meo deste homẽ fuy conhecido em casa de hũ desembargador homem fidalgo e de muita renda, que tinha hũ filho ó qual ensinava latim e nam leichava dir ouvir minhas lições ordinarias; estive em casa deste desembargador por nome Mozer de Nuptis mais de hum anno, ahy me dei a conhecer a muitos fidalgos e homens principaes da terra, que ainda podem testemunhar da minha vida.

«Neste tempo estava o emperador na Provença, digo a par de Marcelha com grande exercito, e quantos estudantes hespanhoes ou navarros por la entãm avia, todos os mandaram prender, e por quanto eu tinha com alguns delles amizade, arreceava que com elles juntamente me metessem, porque sabem lá mal fazer differença entre portuguezes e castelhanos; neste ensejo me escreveo Mestre André de

Gouvêa, que Deus aja, hũa carta que me fosse pera elle, e que muy seguramente me podia estar no seu Collegio de Bordeos, que ali heram bem differenciados os portuguezes da outra gente espanhola. De maneira que fui ter a Bordeos, onde ensinei dois annos na primeira regra, que he a mays alta, onde se ensinã rhetorica e poesia; n'este tempo houve muitos em Bordeos accusados de heresia, entre os quaes houve alguem do Collegio e principalmente um *Zebedeu*[1] que se *acolheo* e hum que chamavão Mestre Thibau, este foy prezo e esteve tres dias na prisão, e dahi o mandarão que o não vissem mais naquella terra; em todo este tempo nunqua houve quẽ em mim boca posesse, nem, louvado nosso sõr, eu dava occasião pera isso. Mestre André nestes negocios sempre hera chamado do Arcebispo, nem se condenava ou absolvia pessoa algũa que nam fosse presente.

«Acabando de ler estes dous annos determinei de hir a Paris pera estudar algũa parte do tempo as letras gregas nas quaes era mal exercitado e a outra partẽ do tempo empregar em meus estudos de leis, o que fiz por espaço de dous annos. Naquelle tempo conheci hum *Sã Martinho* estudante em Medicina douto em grego e Mathematicas com o qual vim despois em Gasconha em companhia de dous grandes fidalgos que me conheciã do tempo que estive em Gasconha doutrinar seus filhos alguns mezes na terra, depois trazellos a Paris. O cabo de sete ou outo mezes São Martinho se tornou com os filhos daquelles fidalgos. E eu chamado de hũa cidade onde ha y Universidade, que chamam Montalvão, fuy ler ahy hũ anno, e isto por ahi estar hũ portugues de Viseu, homem douto e hõrrado que chamão *Miguel Viçoso,* o qual hoje ainda ahi está casado e hõrrado; no fim deste anno me derã novas que

---

[1] «André Zebedeu era, segundo o dizer de Britannus, um homem de uma erudição a toda a prova, que juntava a uma grande vivacidade de intelligencia um gosto perfeito e uma extrema delicadeza nas obras de espirito.» *(Epist.,* fl. 60 *y.)* Dado o devido desconto, pois é extrema a affeição que Britannus deixa irromper nas suas cartas por Zebedeu, importa notar que elle recebia de honorarios sessenta livras por anno, salario muito mais elevado do que o da maior parte dos seus collegas.—«Estes contrairam logo para com elle uma grande amisade, e quando tentou partir para Hespanha, no anno de 1535, empregaram todos os meios para detel-o. Saíu de Bordéos, mas depois de ter-lhes promettido que voltaria.—Depois da sua saída do *Collegio de Guyenne,* Zebedeu, que tinha abraçado as idéas da Reforma, foi para a Suissa, onde encetou os estudos theologicos. Foi nomeado pastor em Orbe, aldeóla dependente da Republica de Berne. As suas relações com Calvino, que, á falta de amisade, foram de estima, datam de 1538.» (Gaullieur, *Histoire du Collége de Guyenne,* p. 82.)

São Martinho estava prezo por certos papeis que espalharão em Paris cõ outros, e dahi a seis mezes soube como hera fora e que se achara nam ser elle culpado; depois o vi muitas vezes em Paris e agora está casado e doutor, se outra cousa lhe não aconteceo depois da minha partida.

«Depois do anno de Montalvão, por que mais lhes não prometti, me fui a Poitiers, famosa Universidade de Leis onde m'ensarrei de tal maneira com meus livros que com ninguem tive conversação, e aconteceosse passar portugues e estar ahi quatro dias cumprindolhe cõmigo fallar, preguntando por mim e não me poder descobrir. Dom Francisco de Noronha, que entam hera embaixador naquelle tempo, esteve muitos dias em Poitiers e eu sempre o visitava; elle sabe muito de minha fazenda, e em que reputação vivia, e quanto trabalhou por me trazer em sua companhia, que já entonces andava em vesperas de se tornar.

«Depois desta minha estada em Poitiers vim ter a Bordeos chamado de Mestre Andre por que lhe era necessario vir a Portugal, e rogoume que juntamente com Mestre Johão da Costa ficasse em Bordeos pera lhe ajudar a governar o Collegio. Desta volta que Mestre Andre fez me trouxe carta de S. A. que o viesse servir a este reino e que ajudasse Mestre André nas cousas que de mim tevesse necessidade; desde aquelle tempo me empreguei em serviço de S. A. muitas vezes fuy a Paris ajustar os lentes, outras vezes buscar as matrices e letras de impressão, até que vim polla posta com Mestre André a este reino, e tornei depois fiz companhia a hos lentes até hos pôr em Almeirim onde entonces estava a côrte.

«Em todo este tempo que andei em França fuy conhecido de muitos homẽs fidalgos e homẽs de letras, nunqua se teve de mim ma sospeita, nunqua fuy chamado em juizo, nem tam somente pera dar hũ testemunho. Somente o Doutor velho Mestre Diogo de Gouvêa, por que me criara no Collegio e hera amigo de meu pay dizem-me que dizia que o ladram de Mestre André heretico maldito me avia de danar. Tinha esta opinião de Mestre André, por quanto se fora pera Bordeos de Paris contra sua vontade, e dizia que suas conversações herã com velhacos lutheranos e chamavam luteranos homens que sabiã grego e philosophia e estavam mal com a sofistaria.

«Em Portugal, depois de nossa vinda vivi como todos sabem; nem pubricamente, nem em privado fiz cousa que mereça este castigo, nã negando que sam pecador, e faço mil offensas contra o sõr, porem contra a nossa fé catholica e o que manda a santa madre Igreja nem

em palavra nem em obra me parece ter offendido, o qual se fiz e m'o mostrarem não desejo mais outra cousa que ser ensinado.

«A fonte donde este mal nasse sospeito ser Mestre Diogo de Gouvêa, conego da see de Lisboa, porque tem pera si que os francezes e eu somos causa que elle saisse do Collegio. E com esta opinião foy fazer queixume ao Cardeal que heramos hũs perdidos, e sua Al. parecendolhe que seria assi, pois hũa tal pessoa o dizia com hũ santo zello que elle todas as cousas faz, mandou devassar de nós, e podialhe bem segundar nisto o velho Doutor, tanto pollo odio que sempre teve a Mestre André e as suas cousas como pera vingar o sobrinho. Isto se nam foy feito direitamente por esta maneira indireitamente d'aqui procede.— DIOGUO DE TEIVE.»

«Como quer que eu fuy ter a França muito moço e conversey sempre mais com os francezes homens livres em suas praticas, e que muitas vezes dizem mais do que cuidão, e o contrario sempre me apartei da companhia de muitos portuguezes, e isto em tempo que França andava muito danada, e tambem porque estive em Bordeos em companhia de Mestre Andre, o qual os mesmos portuguezes per amor do tio tinham em ma reputação que nunqua deixava de dizer mil males delle, por estas rezões por que de meu natural eu sô facil e conversavel cõ todos e principalmente cõ homens de letras, tiverão pollaventura algũs ma opinião de mim, digo, alguus dos portuguezes que em Paris estavam, de cuja companhia me eu apartava e algumas vezes me foy dito, por que hera tanto francez e fugia da companhia dos portuguezes, que podia ser que em algum tempo me poderia disso arrepender. Respondia que eram muito melancolicos e maldizentes, e que estando em França viviria a ho modo dos francezes, e quando em Portugal estevesse trabalharia entam de me accomodar a seus costumes. Estas são as causas principalmente por que me alguns portuguezes tinhão por sospeito ou por muyto francez. As pessoas das quaes se podia ter sospeita com as quaes as vezes eu fallava e conversava em Bordeos forão *Zebedeo,* Mestre *Thibao, Cordero,*[1] *Estaphet* medico. Em Paris,

---

[1] O nome de *Cordeiro* era uma fórma alatinada de Cordier (como se vê pela poesia latina, dedicada a Mathurin Cordier, *Ad Corderium,* por Voulté). Evidentemente, Diogo de Teive referia-se a Mathurin Cordier, que em 1535 André de Gouvêa tinha trazido para professor no *Collegio de Guyenne.* É extraordinario o merecimento pedagogico de Mathurin Cordier (1479-1564); toda a sua avançada edade foi despendida no ensino. Frequentou a Universidade de Paris, e ensinou nos cinco Collegios de Reims, Liseux, La Marche, Navarra e *Santa Barbara.* Calvino con-

Sã Martinho,[1] Mestre *Pero Ruffo, Tartas, Galandis, Chãbroy,* Mestre *Robert Butrão, Brigar,* protonotario o sõr da Lobeira.[2] Estes principalmente são os homens com os quaes muitas vezes me achava, e como digo herão homens de letras, e ás vezes, como he o costume dos francezes, falavam algũas cousas desatentadamente, e porem como Deus he verdade, não são particularmente alembrado dos propositos que se tinham, tanto por eu não applicar a isso minha fantesia como por tambem nam ter boa memoria. A conversação que com estes homens tinha deu occasião a hos portuguezes a cuidarem mal de mim e nam ha y duvida como confesso que algũas vezes se tratavam disputas ou de theologia ou de philosophia como *de tempore, de coelo, de mundo, de anima,* e mais nestes tempos que heram como digo livres, e todo mundo nisto fallava. De maneira, se neste tempo ou em outro, alguma cousa

---

fessou publicamente, nos seus *Commentarios ao Novo Testamento,* que se algum merito havia nos seus escriptos devia-os a seu mestre Cordier. Em casa do celebre impressor Robert Étienne é que elle comprehendeu que, assim como os espiritos se emancipavam pela critica do pedantismo scholastico, tambem careciam fugir da superstição clerical para a simplicidade evangelica. Por causa da reacção contra as idéas da Reforma, em 1534, Mathurin Cordier escondeu-se, vindo no anno seguinte para o *Collegio de Guyenne,* que se lhe tornou um refugio, onde esteve dez annos, auxiliando André de Gouvêa na reorganisação d'aquelle Collegio. (Gaullieur, *Histoire du Collége de Guyenne,* p. 95, 128 e 152; e Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe,* t. I, p. 152 e 253.)

[1] Na defeza de Diogo de Teive falla por vezes em Sam Martinho; é evidentemente a fórma descuidada de *Samarthanum,* traducção latina do nome de Charles de Sainte-Marthe, Mestre em Artes, regente no *Collegio de Bordéos.* D'elle escreve Gaullieur: «Sabe-se que este nome de Sainte-Marthe foi illustrado por toda uma familia de escriptores, de poetas e de sabios, originarios de Poitou. Pode-se considerar o joven professor, de que aqui se trata, como o chefe d'esta brilhante successão de homens notaveis. Era o segundo dos doze filhos de Gaucher de Sainte-Marthe, medico de Francisco I, e desde criança revelou talento.— Charles de Sainte-Marthe, cujas obras chegaram até nós, foi um poeta de talento. Depois de uma vida muito agitada, depois de ter abertamente seguido as idéas da Reforma, e atravessado as mais crueis provações, foi cumulado de honras por Margarida de Navarra, irmã de Francisco I.» *(Hist. du Collége de Guyenne,* p. 55.) Sainte-Marthe deixou o *Collegio de Bordéos* em 1534, indo graduar-se em direito em Poitiers em 1536. Aqui seguiu as doutrinas de Calvino, sendo preso por lutherano em Grenoble, onde jazeu no carcere perto de tres annos, livrando-se pelo ardil de se fingir louco. Depois de solto foi para Lyon, em cujo Collegio ensinou o hebraico, o grego, o latim e o francez. Mereceu a protecção da rainha de Navarra, morrendo muito novo do rompimento de um aneurisma. *(Ibidem,* p. 77.)

[2] Pierre de Guilloche, *senhor de la Lombière,* um dos fundadores do *Collegio de Guyenne.* (Gaullieur, *Op. cit.,* p. 116.)

soltei temerariamente ou por mais nam saber, ou *studio contradicendi* em maneira de disputa ou referindo algũa opinião de philosopho ou decrarando algum proposito que ouvira prégar de qualquer modo que fosse digo minha culpa e peço a Deos misericordia, e a vós senhores, por que minha tenção e proposito nunqua foy outro senão viver e morrer na santa fee catholica como manda a santa madre Igreja, e posto que por muitas vezes ouvi e li muitas opiniões falsas e erroneas nunqua lhes dei credito nem me parecerão bem, mas se por ceguidade em algũa cousa cahi daqui digo a Deos minha culpa, e se tenho offendido meu creador gravemente me arrependo de o ter feito com proposito e efficas vontade de o não offender mais. E vos peço sres pollas cinco chagas de nosso sõr Jhs. christo vista esta minha confissão, que tenham algum respeito a minha pessoa, a ser de S. A. a este reino chamado, a ter nelle feito algum fructo a algũas letras com que posso servir, a hum dom de graça que nam he concedido a todos de que me nosso sõr fez algũa parte hum estilo em latim pera poder em algum tempo escrever as cousas deste reino e feitos excellentes dos portuguezes. Com esta confissão peço a esta meza que nam deve querer a morte do pecador mas a salvação, que cubra minhas faltas com a capa de sua misericordia e me restitua minha hõrra e me dem animo pera que possa fazer obras dinas de perpetua memoria de serviço de Ds, de hõrra deste reino, e queirão vendo esta minha justa petição num só homem conservar e goardar a muitos, a irmãos e irmãs pay e mãy casados e honrados, hua geração toda que fica deshonrada se o eu for. E nam queira por amor de nosso sõr ir mais com isto adiante por que nam houve cousa que mais danasse Alemanha e depois a França que querem escoadrinhar muito as cousas e dalas a entender ó povo; cubram isto caladamente, e concedam ás letras tres homens que tanto as honravam e alevantavam n'este reino. E pois todo mundo sabe como nestes tres annos vivemos em Coimbra quantos exemplos de virtude de nós demos e quam bons catholicos e verdadeiros christãos somos cuide o mundo como pode cuidar que a todos os homens vem trabalhos e que pintavam polla ventura as cousas mais feas de que herão e que o arripindimento siguio a culpa, e ainda que pareça isto fora do que se accustuma, tenhasse algum respeito a nossas pessoas e a nossas letras, por que se uns querem e vai isto a ho cabo como são cousas de tão longos tempos e de tam longas terras, nunqua se acabarão e nos deixaremos de fazer muito serviço a ds. e a ho reino. Principalmente sendo manifesto a muitos que a mayor parte dos portuguezes que em Paris estavam tanto pollo Doutor velho como por enveja que

tinham a hos de Bordeos por que viã que herã favorecidos de S. A. nos queriam grande mal. A isto se ajuntou irse Mestre Diogo do Collegio, o que tem pera si ser por nosso meo, mas de tudo Ds. e S. A. sabem a verdade.—DIOGO DE TEIVE.

«Quanto a minha conversação em Paris, da qual a primeira testemunha e as tres seguintes fallam, eu conversei em Paris com os mais hõrrados homens da Universidade, .s. muitos doutores em Theologia e publicos leitores de Leis; nem tinha rezão ninguem de fogir de minha conversação. As pessoas que cõmumente em Paris conversei são estas: o Doutor Mestre Dioguo de Gouvêa que hora está nesta cidade, o Dr. Paio Rodrigues, o Dr. Mestre Alvaro da Fonseca, o Dr. *Mestre Mongelos,* nosso Mestre Jofre principal do Collegio Darecourt, (d'Harcourt) nosso Mestre Combert e seu irmão religioso, tambem doutor em Theologia; nosso Mestre Boutrã, Monsieur *Tornebus,*[1] Mons. Estraselius, *Galandius* principal de Bõcourt;[2] Mestre Miguel Garnier principal do Collegio de Plessi, o Doutor Lopo Serrão medico. Tambem conversei com algũs homẽs mancebos estudiosos de letras gregas, que naquelle tempo erã sospeitas a algumas pessoas que tem cõmumente por sospeitos todos os homẽs bons latinos e gregos. Quanto ao que diz que negociava as cousas dos luteranos o Doutor velho suscitou esta sua opinião contra Mestre André e os que com elle estavam e pubricamente lhes chamava a todos luteranos. Os negocios que eu fiz forão vir a Paris em serviço de elrey n. s. e ajuntar os lentes que vierão a Coimbra e buscar as milhores matrices que se então poderão achar em Paris, as quaes trouxe e dellas se usa em Coimbra. E se eu tal fama tevera como querem dizer estas testemunhas nã me rogara a mim muitas vezes Mestre Dioguo de Gouvêa o velho e seu sobrinho que nesta ci-

---

[1] Adrien Turnebus, (1512-1565) um dos maiores eruditos da Renascença; ensinou bellas-letras na Universidade de Tolosa, em 1533, vindo substituir seu mestre Toussain na cadeira de grego no Collegio de França; todos os criticos da Renascença, Montaigne, Pasquier, l'Hopital Camerarius, Scaligero e Scioppius, são conformes em admirar o seu vasto saber e lucidez na regencia da cadeira e na interpretação dos classicos gregos e latinos. Pendia para as doutrinas da Reforma. Turnebus regentou no Collegio de Santa Barbara, em 1538 quando o portuguez Antonio Pinheiro largou a cadeira da Rhetorica para frequentar o curso de Theologia; d'ahi passou para o Collegio de França em 1547. (Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe,* t. I, p. 245 a 249.)

[2] Pierre Galland, (1510-1559) Mestre em Artes em 1537, foi principal do Collegio de Boncourt em 1538, e em 1545 professor de Eloquencia no Collegio de França.

dade está, que lesse na primeira classe no Collegio de Santa Barbara, pollo que se mostra craramente que tinham elles de mim boa opinião. Quanto a *Sãmartinho* já confessei que conversara com elle, e que fora preso por hũs libellos defamatorios como se dezia, e nam por caso de heresia, dos quaes se livrou, e eu o vi depois em Paris doutor em Medicina e casado hõrradamente. Quanto a ho que diz a quarta testemunha, que passando certas pessoas por Bordeos lhe escreverão hũa ou duas dellas de certas cousas que passarão com os do Collegio de Bordéos, sintindo d'elles que sintiam mal da fee, estes que as taes cousas escreverão ouverão de ser perguntados e decraradas e examinadas as praticas que se tratarão. Eu verdadeiramente de tal disputa nam so lembrado.

«Quanto a ho quinto testemunho escripto em latim nam pode deixar de ser de algum meu imigo mortal, visto as cousas tam graves e tam abominaveis que me asaca contra toda verdade; o qual segundo meu parecer he hũ *Susaneo* muito máo homem, ou outra algũa por elle sobornado. Este *Susaneo* me quer muito grande mal como já disse a vv. mces, e eu pelejei com elle e lhe dei muitas punhadas e bofetadas em Paris junto das Escolas do Decreto. Este testemunho quer seja de Susaneo quer de outro, tras cõsigo a contradita, por que a rezão que da pera provar que so daquella seita, he dizer que eu fui muito familiar de *Doleto*. Considerem vv. mces por amor de nosso sõr isto e assi lho requeiro da parte de Ds por que esta he a mayor falsidade que nunqua se disse. Vossas mces hã de saber, e assi lho juro *per deum trinum et unum,* que eu nunqua vi *Doleto,* [1] nem o conheci, nem creo que me cheguei junto donde elle residia cem legoas, por que ó tempo que estava em Tholosa (1532) estava eu em Salamanqua e hera muito moço, e quando vim a Tholosa (1537) já passava de tres annos que elle hera fora e diziasse que estava em Lião, e era livreiro e imprimidor,

---

[1] Diogo de Teive defende-se da accusação de ter tido relações com Etienne Dolet, o celebre humanista francez, que por ter traduzido uma phrase do Dialogo de Platão *Axiochus,* que a Faculdade de Theologia de Paris julgou heretica conforme ao espirito dos Saduceos e dos Epicuristas, foi condennado á morte e queimado vivo na praça Maubert em 3 de agosto de 1546. Tambem se considera como uma das causas da sua condemnação o ter impresso em 1544 a historia de *Gargantua e de Pantagruel.* Os trabalhos a que se refere Diogo de Teive feitos por Dolet em Lyon, são o *Commentariorum Linguae Latinae,* (1536-1538) em 2 vol. in-fol. O grande humanista dedicara-se tambem á typographia como Henri Etienne; a sua morte é uma das maiores affrontas á humanidade feita pela reacção religiosa que perturbou a transformação intellectual do seculo XVI.

onde sempre residio até que o prenderão (1542). E eu nunqua fui em Lião, e o tempo que o prenderão eu estava em Bordeos, no que se mostra a grande falsidade e malicia desta testemunha quem quer que he; e desta testemunha parece que tomou Fr. Johão Pinheiro o que diz no testemunho acerqua deste negocio.—Doime o coração de falar e cuidar cousas tam feas, por amor de nosso sõr Jhs. Christo peço a vv. mces que queirão olhar minha vida, meus estudos e recolhimento, o bom exemplo que de mim sempre dey e como vivi em Coimbra e insinei, que sempre trabalhei mais por ensinar o amor de ds que as letras, e todas as vesperas de festas solẽnes trazia hũa oração cuidada que dizia a hos meus discipulos adhortandos que se confessassem e preposessem a todas as cousas o serviço de nosso sõr. Esta foy sempre minha doutrina, isto cata o que fiz e o que escrevi, isto me deixarão meus avós por herança; isto aprendi dum pay e dũa mãy que tenho velhos os quaes ds. quis goardar a té agora pera receberem a mayor dor que pode ser donde esperavão a mayor consolação. E pera eu mais sentir meus trabalhos e afflição nosso sõr por sua santa misericordia me receba todos estes meus trabalhos em descõto de meus pecados.

. . . .

«Neste nono testemunho se contem muitas cousas ás quaes brevemente responderei; diz que lhe dice hum moço que eu com outros Mestres e com dous moços fidalgos comi carne hũa sesta feira, que he grande falsidade; ouverãono de preguntar a ho moço e os moços fidalgos. Diz mais que sesta feira dendoenças da derradeira coresma ouvira dizer que comi carne com outros Mestres em Coimbra; verdadeiramente não sei como possa ser, por que o tal tempo eu estava em Braga em casa de meu pay e parti pera la o sabado de ramos e tornei pera Coimbra depois da Pascoella...

«Quanto a ho que diz que nos vio almorçar sesta feira dendoenças he verdade que estando Mestre Jorge muito faminto por que saira dũa doença muito grande, depois do officio no Collegio acabado, estando nós em casa de Mestre Johão da Costa, onde aquelle dia jantámos, começou de comer o dito Mestre Jorge passeandosse polla casa esperando pollo jantar e logo por seu respeito nos posemos á mesa, e bem me parece que herã antes das horas. Isto segundo minha lembrança passou asi. Quanto a ho romance já o tenho confessado mas nam me pode lembrar que difinisse trinta annos porque nem o exempro que Xenophõte tras de Hercoles diz que veo áquelles dous caminhos omde topou a Verdade e a Deleitação senam *in aetate pubertatis* podesse muy

bem ainda o dito Romance achar, e se tal disse seria cõ muita ira, *por que cada dia nos tiravão os apostolos os estudantes fidalgos do Collegio*. A ho que diz Pero Ãrriques me contrariou este romãce tal verdadeiramente me não lembra nem elle tal creo dirá. Do costume diz que tevera cõmigo algũas rezões mas que agora era meu amigo; os amigos reconciliados em Portugal comũmente são piores que inimigos porque com aquellas dissimulações de falsas amisades cobrem o odio que tem escondido e assi estão esperando occasião de algũa vingança, e porém se elle bem olhara a doutrina que eu dei a hos seus e as boas amisades que lhe eu fiz nam me dera occasião a lhe eu dizer que hera ingrato.

«Neste tempo pouco mais ou menos estive muito doente de colica, e logo depois saltarão cõmigo febres e fui duas vezes sangrado e pode ser que convidasse esta pessoa a pedaços de perdiz, e trabalhei muito cõmigo por o trazer a memoria, e nunqua me pode lenbrar nem ainda em Coimbra. Nem a testemunha diz que eu de tal perdiz comesse. Diz mais que ouvio dizer que eu andei dizendo em Bordeos proposições erroneas e nam dis quaes forão, e que fui disso perdoado. Sres. se tal cousa no mundo se achar eu quero sofrer toda pena. Nunqua fui accusado, nunqua chamado em juizo, nem tam somentes pera dar hũ testemunho, e se alguem de mim tem algũa sospeita será polla fama que Mestre Diogo de Gouvea, o velho, tem deitada de Mestre André seu sobrinho, e dos que com elle esteverã; as deferenças que cõmigo teve forão ameasarme de me matar e a Mestre Johão da Costa e vir a ho Collegio com espada debaixo da loba, e dar com ella, e as causas da defferença sabeas toda Coimbra onde o muito bem conhecem.

«Já tenho confessado que muitas vezes ceei em dias de jejum, e nam pude jejuar por causa dos muitos trabalhos que sempre tive no Collegio. (os meus trabalhos eram muito grandes, que *lia seis horas cada dia,* nõ me lembra almorçar seis vezes em todo o tempo que estive em Coimbra.)»

O processo de Diogo de Teive terminou em 14 de setembro de 1551, mandando-se-lhe por sentença fazer acto publico de abjuração dos seus erros, e sendo em seguida enviado para o Mosteiro de Belem, para fazer penitencia e ser doutrinado, ficando em clausura até quando ao Conselho do Santo Officio parecesse. Foi-lhe porém dada em 22 de setembro d'esse mesmo anno por cumprida a doutrinação e penitencia, voltando para Coimbra, onde lhe estava reservada a affronta de ser elle proprio que havia de fazer a entrega do Collegio real aos Jesuitas.

O processo de Mestre João da Costa não é menos importante do que o de Diogo de Teive; já d'elle deixámos transcriptas algumas passagens sobre o modo como vieram para Portugal os mestres francezes, e como era a vida interna do *Collegio real*. Limitamo-nos por tanto a extrair as passagens do libello e contrariedade que se referem aos livros prohibidos achados em poder do activo sub-principal, e ao depoimento do velho Doutor Diogo de Gouvêa, que pelo seu fanatismo senil accusava de lutheranos todos os amigos de seu sobrinho André de Gouvêa. O processo contra os lentes do Collegio real começara muito de longe; talvez fôra essa a causa da morte repentina de André de Gouvêa ao saber do odio de seu tio. De Lisboa foi mandada com data de 17 de outubro de 1549 uma precatoria para Paris, onde se achava o Licenciado Braz de Alvide em missão diplomatica, para interrogar diversos doutores ácerca de João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanan. Procedeu-se ao interrogatorio em 27 de novembro de 1549, cujo conteudo serviu para architectar o processo. Copiamos aqui o testemunho do velho Doutor Diogo de Gouvêa, para se vêr como era explorado o odio senil contra o sobrinho já fallecido com tanto que servisse de instrumento para lançar os lentes fóra do *Collegio real:*

«O doutor Mestre Diogo de Gouvea 4.ª t.ª perguntado pelo contheudo na dita provisão—disse que era verdade que elle conhecia Mestre João da Costa portuguez o qual fora escholar del Rei nosso sõr, e disciputo de hum Regente que fora do seu Collegio de Santa Barbara chamado o *Cops*[1] medico, que por outro mestre regentara no Collegio do Cardeal Moine, o qual Mestre André sobrinho d'elle o metera no seu Collegio estando elle em Portugal, o qual Cops era grande luthe-

---

[1] O Doutor Diogo de Gouvêa referia-se a Mestre Nicoláo Copus, que em 1533 era mestre de Philosophia no Collegio de Santa Barbara; sobre este regente, escreve Quicherat, na obra já tantas vezes citada: «Uma das cadeiras de philosophia era então occupada em Santa Barbara por Nicoláo Copus ou Kopp, allemão de origem, mas francez de nascimento, porque era filho do medico de Francisco I, Guilherme Kopp, um dos antigos e gloriosos sustentaculos da Universidade de Paris. Este Nicoláo Kopp adheriu a Calvino, a ponto de, ao ser nomeado reitor para o ultimo trimestre do anno de 1533, não viu n'esta honra senão um ensejo de servir as idéas de seu mestre e de encaminhar a Universidade para a Reforma.» *(Histoire de Sainte-Barbe,* t. I, p. 214.) Tendo de prégar no dia de Todos os Santos, na egreja dos Mathurin, diante do corpo docente, os franciscanos denunciaram as suas idéas heterodoxas, e quando iam para prendel-o, largou os vestes doutoraes e fugiu, indo refugiar-se em Bâle.

rano como está provado por justiça na côrte do parlamento desta vila, e depois viu elle testemunha conversar o dito Mestre João da Costa com os frades da terceira ordem de San Francisco deste Regno os quaes todos são avidos por grandes luteranos, donde elle testemunha sempre teve sospeita que pela dita conversação o dito Mestre João da Costa com elles e depois se foy a Ouvernia, onde toda a terra estava gastada deste mal do Luther, e dahi se foy a Bordeos estando em companhia do dito Mestre André e de Mestre João Gelida e de Mestre Jorge Escossez, e Regnaut Piloet, que segundo o que dizem he grande luterano segundo lhe ja ouvio dizer ao Doutor Mestre *Nicoláo Mongelos*[1] ao qual mesmo ouvio dizer que todos os nomeados nõ valiã nada. Diz mais elle testemunha, da conversação d'elles, muitos homens de bem e bons christãos eram mal edificados quanto a esta seita, segundo ouvio dizer ao padre de Supersanctis, commissario da observancia da Gascunha e Fr. Clement Faract da mesma ordem, e ao segundo presidente de Bordeos chamado Decalvinos, o qual presidente lhe dixera que o Collegio de Bordeos era uma Casa de perdição de toda Gascunha.

«E quanto a Mestre Diogo de Teive não sabe elle testemunha outra cousa somente velo sempre conversar com os sobreditos Mestre Andre e Gelida e estar sempre no Collegio de Bordeos e negocear os negocios do dito Mestre Andre.

«Quanto a Mestre Jorge Escoces que está no Collegio de Coimbra, ouvio elle testemunha dizer que fugira de Escossea por hereje e Judeu, dizendo que podia celebrar o agno paschal com os cinquo que com elle usão d'esta heresia, os quaes todos cinquo foram queimados vivos e por o dito Mestre Jorge ser Mestre de hum filho do rei da Escossia lhe foy dado perdão, hua casa donde fugiu e veiu ter a esta cidade ha para seis ou sete annos pouquo mais ou menos, onde o Car-

---

[1] O seu nome era Nicoláo Hirigaray, natural da aldea de Mongelos, na Biscaya. D'elle escreve Gaullieur, quando narra o modo como se introduziu no governo do Collegio de Guyenne por auctoridade de Henrique II, contra a eleição de Elie Vinet: «Nascera na terra basca, no burgo de Mongelos, de que tomara o nome, mais facil de reter do que o seu; doutor em Theologia pela Universidade de Paris, sem ter o merito de Elie Vinet, não era destituido de erudição, porque tinha sido professor de philosophia no Collegio de Lisieux, illustrado por João de Tartas, depois no Collegio de Santa Barbara, onde regera a classe de Physica em 1539-1540. N'esta epoca foi procurador da *nação* de França.» *(Histoire du Collége de Guyenne,* p. 247.) O seu exaggerado fanatismo approximara-o do Doutor Diogo de Gouvêa.

deal da Escossia que estava aqui por embaixador o quisera fazer prender; e o dito Escosses se salvou e se foy a Bordeos donde foy para Portugal, o que tudo elle t.ª ouviu dizer ao doutor Mestre Sinson...»

No libello contra Mestre Johão da Costa: «Entendo provar, que sendo em Coimbra por duas vezes pubricado o *Rol dos Livros suspeitos e defezos* pollo Cardeal Infante noso snõr, e fixado ás portas da see da dita cidade; e sabendo o R. e tendo o treslado delle, elle R. nõ deu nem entregou os livros defezos que tinha, segundo era obrigado fazer, antes ao tempo que foy preso lhe forã tomados e achados na sua camara os livros siguintes: It. *precatiões christans, Unio dissidentium, praxis divine scripture, annotationes* Sebastiani Mosteri, *Evangelia* math. a *bribia em linguagem frances,* os quaes livros todos sam lutheranos e reprovados pollo que outrosi incorreo em excommunhão que foy posta a quem tivesse os ditos livros e os não entregasse logo, na qual excommunhão se leixou andar elle R. por mais de hũ anno por haver mais de hũ anno que foy pubricada na dita cidade a provisão de sua alteza sobre os ditos Livros cõ pena de excommunhão Pollo que elle R. deve ser avido por pessoa apartado da fee e que sinte mal della e das instituições e determinações da santa madre egreja.» Defende-se:

«Entende provar que elle reo não soube dos livros defezos nem foy denunciado, e elle pidio ao doutor Mestre Payo como tẽ confessado e forão tantas suas acupações e as deferenças que teve e trabalhos com Mestre Diogo de Gouvêa e com vir tres vezes a esta côrte, que nunqua teve tempo nem vagar para revolver seus livros e os cotejar com ho rol, desejandoho muito, nem pidio o rol a Mestre Payo cõ outra entenção, e diz que nunqua lhe pareceo que tinha livro nenhum defeso, por que logo ho queimara ou o entregara, pollo que lhe parece que não errou, e se errou e incidise em excommunhão pede que ho absolvão....»

Entre as testemunhas de defeza que Mestre João da Costa apresenta, do tempo que esteve em França, vem os seguintes:

Mestre Symão
Mestre Gonçalo Medeiros
Doutor Sebastião Ruyz
Doutor Antonio Pinheiro
Doutor Dom Christovan de Mello
Mestre Antonio Mendes
Mestre Jacques Tapia
Antonio Portano.

«A primeira vez que ouvy fallar em lutheranos foy em Paris, no tempo que ali preguava hũ clerigo da rainha de Navarra por nome Mestre Gerardo, o qual eu nunqua vi, nem ouvi; dizia-se comũmente que este era luterano. O primeiro homem que ouvi fallar mal foy hũ allemão ja homem, que andava no curso das Artes onde eu andava; disse-me huma vez no Collegio de Santa Barbara, que mais folgava de ler hũa folha do Novo Testamento que ouvir hũa missa, e me chamou algumas vezes papista; eu era moço, não attentava nisso, não o accusei nem disse nada a ninguem.

. . . .

«Lembra-me que parti de Paris cõ licença do doutor velho Mestre Diogo de Gouvêa pera Ouvergne (Auvergne) pera ler em Issoyre, e fuy em companhia de um Mestre Antonio de Reje frances, que tambem hia pera ler na dita villa....

«Logo me fui pera Orleans, que está d'ali quinze legoas, onde estive dous annos; ahi veo ter um mancebo natural da villa per nome Mestre J.º des Periers, que estivera em Allemanha e sabia latim e grego; os consules da villa o tomaram pera ler tambem nas escollas onde eu lya, e o avogado del rey o tinha em sua casa e lhe insinava hum filho. Este mancebo muitas vezes vinha a minha casa e me mostrou hum livro; o titulo era Lambertus, *Super Cantica canticorum,* e algumas vezes me leo delle e me gabava muito outras obras de Lamberto e me dizia que fora frade de Sam Francisco e escrevera contra os da sua ordem que tinhão muita riqueza....

«Lembra-me que vim d'Orleãs a Bordeos chamado de Mestre André, e sempre em Bordeos vivi dentro do Collegio, e sempre em essas pousadas comy e beby muitas vezes com Mestre André e conversei com elle e nunqua delle ouvy cousa que fosse contra a nossa fe e contra o que manda a santa madre Igreja. Foy acusado hũa vez de luterano per madama Marta d'Astrac princesa de Candalla, e foy desta maneyra: Tinha elle Mestre André em sua casa no Collegio dous filhos do principe de Candalla que era fallecido, hũ se chamava Charles Mosenor e outro Christovão Mosenor, a mãy andava em demanda com o filho morgado e desejava de ter estes mininos consiguo pera ter resão de pidir suas legitimas que estavão em poder do irmão; fez uma petição ao parlamento dizendo que seus filhos estavam muito mal no Collegio cheos de sarna e não como filhos de quem eram, e estavam em poder de Mestre André que era homem suspeito na fee e luterano. Foy dada a vista da pitição a Mestre André, respondeu a ella e tratouse grande demanda, sayo sentença por Mestre André contra a princesa

de Candalla muito aspera, a qual sentença está escripta em hũ livro grande que ora está em poder de Francisco Barradas em que Mestre André mandava assentar as cousas notaveis do Collegio per mão de notario publico. Nem já lente do Collegio em quanto eu aly estive foy accusado somente hũ moço criado de hũ estudante foy accusado e condenado no parlamento, que lhe dessem a salla no Collegio, o qual sendo Mestre André ausente me fuy trazido per hũ conselheiro e hũ huchier e eu ajuntei todos os lentes e ouvintes e lhe *dey a salla* em publico. Depois disto forão accusados dous estudantes do dito Collegio, e presos, mas logo os soltarão. Ouvy eu dizer que no tempo antes que eu viesse ao Collegio, ouve nelle hũ lente que se chamava *Zebedeu* e outro que tinham ma fama e se forão daly, e este Zebedeu fiquara do tempo de *Tartas,* que foy o primeiro principal do Collegio.

«Lembra-me que quando nos ajuntavamos na Universidade de Bordeos praticava muitas vezes com os doutores e argumentavamos sagrada Escriptura principalmente eu e dous theologos, nosso Mestre de Arrisio e do Guardesio. Tambem argumentey em conclusões pubricas e algũs dos argumentos me lembram.

«Lembra-me que tive em Bordeos os *Colloquios* d'Erasmo e *Amoria* e como soube que erão defesos queimeyos. Tive tambem o *Ecclesiastes;* agora o não tenho, não me lembra o que fiz delle; não sei se he defeso. Tive os artigos da Sorbona grosados em frances ou em latim grosseyro não me lembra bem e queymeios todos hua vez, mas de nenhũa cousa me lembra, somente d'um argumento sobre o Purgatorio e he este: *opera dei sunt perfecta, ergo si Deus tollit culpam et poenam quae debetur culpae.* Tenho a *Biblia* em frances que comprey pera mandar ao doutor Jorge Nunes que m'a encommendou quando estava nos Juizos de Baiona, desfizeraose os Juizos e elle veose não lha mandey nem outro livro em leis que tinha para lhe mandar que me elle tinha encommendados. Tenho um volume *Dissidentium* não sey se he livro defeso; em França vende-se pubricamente outro livro de luterano, que não tenho nem tive nunqua.

«Este septembro fará tres annos que estou em Coimbra e servi sempre El rey nosso sõr na governança e administração do seu Collegio das Artes e muytas vezes amoestey os ouvintes e collegiaes delle, e os faço confessar seis vezes no anno....

«Disse a alguns meus collegiaes *que se não metessem apostollos,* que no Collegio aprendião e servião a nosso sõr, e que não tinhão aynda idade pera poderem escolher a vida mais santa; que em outras religiões se podiam tambem salvar como naquella, e mais que aquella

ainda não tinha forma de religião, e que la não chamavão senão os riquos o não os pobres.

«Ontem, que forão xx dias deste mes dagosto me perguntarão vv. mm. se me lembrava ter algũ livro defeso alem dos que já tinha decrarados; respondi-lhe que dalgũs me lembrava que eu não vy certo serẽ defesos, que eu os poria em rol e o daria a vv. mm., o que fis.

«Lembra-me que estando eu em Coimbra pareçeme que foy depois do fallecimento de Mestre Andre me fuy a casa do doutor Mestre Paio Roiz e lhe perguntey se tinha elle o Cataloguo dos livros que erão defesos nestes reinos polla sancta Inquisição; elle me disse que si tinha, roguey-lhe que m'o mandasse emprestar, que queria ver se avia algũ defeso antre os meus livros; emprestou-m'o elle e eu o fiz tresladar e lembra-me ho tresladou hum collegial per nome Hector Nunes de Goes, filho de Fruitus de Goes; eu o ly todo e me pareçeo que não trazia nenhũ livro dos que aly erão nomeados, comtudo determinava eu de revolver todos os meus livros e lhes ver os titulos por mais seguridade, o que não fiz com os muitos e grandes trabalhos que todo aquelle tempo que eu servi de principal no Collegio tive, com fiquarẽ as cousas desmanchadas cõ a morte do principal e por ser a ereyção e começo do Collegio muito novo e ter necessidade de muita ordem e vigilancia pera se conservar, e assy tambem m'o mandou El rey noso sõr que emquanto elle não provia de principal que tivesse eu vigilancia e bom cuydado da ordem e governança delle e outrosy que desse ordem que fossem as obras por diante. Socederão depois cõ a vinda do Mestre Diogo o Coneguo, mil paixões e deferenças que eu tive com elle e outros muitos trabalhos e vir eu tres vezes a esta côrte e hũa vez ao Algarve, de maneira que nunqua tive tempo nem vagar pera poder revolver os livros e ver os titulos e os cotejar com o Catalogo, nem tive tempo pera poder estudar nelles, porque lhe juro em boa verdade que tenho muitos livros em que não estudei ha quinze annos, e outros depois que os tenho os não abry, e o mór estudo que fiz em Coimbra depois que pera aly vim foy ver hũ argumento em Logica ou Philosophia pera disputar aos sabados, porque cada sabado faço fazer disputas geraes asy aos grammaticos como aos dos Cursos e todos os tres cursos se ajuntão e cada curso da suas concrusões e disputamos na capella do Collegio tres horas antes de jantar e duas depois. Os livros de que não estou certo se são defesos são os seguintes. Primeiramente em francez tenho: *le batimẽs des Receptes;* Clement Marot; *les quatre livres d'Amadis; les Economiques* d'Aristote; não sey se tenho mais. Em italiano, tenho Petrarcha; el Dante; *la Pazzia; el Cor-*

tisano; el Decamerone; le egiogue di Cenazaro, não me lembra se tenho mais. Em latim, tenho hũa *dialectica* ou *Rhetorica* de Melancton, a qual não vy, nem ly ha mais de quinze annos. Comprey hũs livrinhos em Bordeos ha partida: .s. Virgilius, Terẽtios, Lucanos, Ouvidios, e com elles duas *Precationes,* não sey se são defessas, e os *Testamentos novos* d'Erasmo; em França se vendem as *Precationes* e os *Testamentos* pubricamente, e não ho defendem; nenhum livro destes que nomeey tenho por defeso, nem a Biblia em frances, e *Unio* que já nomeey, por que *Unio* em França se vende pubricamente, e a Biblia bem sabia eu em França que era defesa mas em Portugal cuydey que não por que m'a mandava pidir o doutor Jorge Nunes, que me não avia de mandar pidir livro defeso, e mais juro a VV. mm. que nunqua ly por ella des que a comprey; outro livro nenhũm tenho que seja defeso que me lembre, nem me parece que ho tenho. Todos os meus livros estão em Coimbra. Vv. mm. os podem mandar ver e saber se ha a hy algũs mais. A *dialectica* ou *rhetorica* de Melancton me não lembrou tella depois que m'a derão e creo que m'a deu Antonio Pinheiro sendo nós discipulos, senão agora, e aynda não estou bem seguro se a tenho.

«Eu trouxe em Bordeos hũa demanda com hũ homẽ que me devia xxxb cruzados; foy condenado, dizia-me que não tinha dinheiro, que me daria hũs pouquos de livros que elle herdara de hũ avogado em parlamento que se chamava Costagis no preço em que lh'os derão; eu fuy contente, mandou-m'os a casa em duas canastras; erão quasi todos em leis e alguns vinhão pequenos que eu não vy nẽ sey se veria na volta algũ livro defeso por que muito pouquos dias antes que partissemos os ouve e não tive vagar de os vêr.»

N'esta lucta dos *parisienses* contra os *bordalezes,* vamos encontrar o Infante D. Luiz dando o seu apoio moral ás escholas do Mosteiro de Santa Cruz, onde conservava como interno o seu filho natural Dom Antonio, desconsiderando assim o Collegio real. Em 1548 o Infante visita o Mosteiro por ventura chamado a Coimbra pela facção que tratava de afastar os alumnos do Collegio real;[1] em uma carta ao Prior de Santa Cruz, datada de 20 de fevereiro de 1549, o Infante D. Luiz, dizia, que em relação á educação de D. Antonio antepunha a religião ao estudo: «O que d'elle quero, he que ame e tema a Deos, e que seja muito virtuoso e se esmere em todas as cousas que convém á religião; *depois disso* que seja diligente em seu estudo...» Quando em fins de

[1] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* p. 313.

1549 começou o processo contra os lentes do Collegio real, os *apostolos*, que receavam alguma perturbação na Universidade por causa da indignissima perseguição contra sabios tão respeitaveis, trataram de desvairar as attenções, fazendo com que D. João III realisasse uma visita official e apparatosa á Universidade de Coimbra.

No começo das aulas da Universidade em 1550 constou que D. João III resolvera visitar os estudos de Coimbra; o corpo docente reuniu-se em conselho, para resolver ácerca do cerimonial com que o rei deveria ser recebido; lavrou-se o seguinte assento do «*modo q se tera no Recibim.*^to^ *del Rei nosso S.*^r^»:

«Aos dous dias doctubro de 1550 anos na cidade de Coimbra na salla grande dos paços del Rei noso S.^or^ sendo hi presente o S.^or^ frei D.^o^ de murça Rector e os doctores lentes, deputados e cõselheiros, e oficiaes de toda a universidade juntos en cõselho pleno e cõselho fazendo segundo seu costume, logo elle Rector propos como El Rei nosso S.^or^ vinha a esta cidade e q p.^a^ tamanha vinda era necessario praticar-se como a universidade o sairia a reçeber se a pee se acavallo e donde, e os autos e exercicios q nas escollas se lhe deviã fazer e vindo a ouvir algum auto na salla q maneira se tera no gasalhado e asento de suas altezas e que mais mostras se lhe deviã de fazer p.^a^ sua alteza ver quam bem empregado tem seus pensam.^tos^ nesta sua universidade, asentouse da maneira seguinte

....

praticouse q vindo sua alteza as escollas se seria milhor *inacio de moraes,* a quem he encomendada a oração do Recebim.^to^ fazerlha logo em chegando na salla ou ouvir p'meiro as lições dos doctores de p'ima e por aver nisso algua diferença se asentou que ficase a võtade e elleição de sua alteza...»[1]

A visita de D. João III a Coimbra era um acto de boa administração, e tendia a dar aos estudos o fervor que na falta de estimulos lhes faltava. O rei foi acompanhado pela rainha D. Catherina, pelo principe D. João, joven de talento e extremamente apaixonado pela poesia, e pela infanta D. Maria, altamente instruida, a qual no paço chegara a estabelecer umas *conferencias de estudo,* que se alternavam com *assembléas musicaes.*[2] A viagem era como que uma excursão pedagogica. Um Prestito de Capellos foi esperar o rei á entrada da ponte,

---

[1] Publicados pelo dr. Simões de Castro, no opusculo *Elogio de Coimbra,* p. 8.
[2] J. Silvestre Ribeiro, *Luiza Sigéa,* p. 5.

e d'ali o acompanharam até ao Mosteiro de Santa Cruz, onde fora albergar-se; em seguida visitou a Universidade no dia 8 de novembro, onde lhe foi recitada a oração do recebimento, como consta do termo lançado pelo escrivão do conselho: «aos oito dias do dito mes suas altezas vieram ouvir misa á capella dos seus paços e ouvida se forão a sua salla grande donde estava toda a Universidade sc. o Rector e doctores e m.tres em seus lugares q p.a elles são feitos p.a estarem aos autos de Repetições e doutoram.tos e outros da Vniversidade e defrõte da cadeira estava hum theatro de seis degráos de catorze palmos em largo e dezoito de través o qual estava muyto bem alcatifado e cõçertado donde suas altezas se assentarão em suas cadeiras p.a ouvir a oração do Recebim.to que lhe fez o m.tre *ynatio de moraes,* que foi m.tre do S.or dõ duarte f.o del Rei, a qual durou por espaço de hua ora e foi mujto louvada e de mujta autoridade...» [1]

No Mosteiro de Santa Cruz foi appresentado ao rei o filho natural do infante D. Luiz, D. Antonio, posteriormente conhecido pelo titulo de Prior do Crato, de repugnante memoria; o rei agradou-se da sua humildade, e entre as festas escholares que lhe foram exhibidas, não foi uma das menos interessantes a de assistir ao gráo de D. Antonio, por occasião do qual os estudantes representaram na portaria do mosteiro a tragicomedia latina de *Golias.* [2] Sobre os divertimentos dramaticos dos estudantes fallaremos adiante; com uma tragedia latina tinha Diogo de Teive de celebrar em bem pouco tempo o fallecimento prematuro do principe D. João. Depois da visita a Coimbra realisaram-se as festas pelo casamento do principe, em breve morto por excesso de prazeres ou antes pela terrivel herança da epilepsia que vi-

---

[1] Publicado pelo Dr. Simões da Castro, *op. cit.*, p. 8. A Oração publicou-se com o titulo: *Oratio Panegyrica ad invictissimum Lusitaniae Regem D. Joannem* III, *nomine totius Academiae Conimbricensis in ejusdem scholis habita ipsa etiam Regis conjuge augustissima Diva Catherina Lusitaniae Regina, et regni haerede Principe filio D. Joanne Serenissimo, ejusdem que Regis Sorore Diva Maria Serenissima praesentibus.* Sem data; no fim vem uma Ode saphica a D. João III *de ejus urbem Conimbricam adventu.* D'este opusculo diz o Dr. Simões de Castro: «não lográmos ainda ver exemplar algum—apesar das diligencias que para isso temos empregado.» Ignacio de Moraes imprimiu outros opusculos por João Barreira e João Alvares *empremidores da Universidade* (cf. *Tratado da Confissão,* de 1547.)

[2] A narrativa d'esta viagem de D. João III a Coimbra pode vêr-se em D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. X, p. 315 a 319. No Processo de Diogo de Teive, allude elle a uma tragedia que fez representar em Santa Cruz *n'um acto solemne de Dom Antonio.*

ctimou todos os outros seus irmãos. A morte do principe em 1554 produziu uma funda impressão, que se estendeu até á India, onde Camões a celebrou em uma sentida Ecloga. D. João III não pode resistir a este golpe da perda do seu ultimo filho e do herdeiro do throno, fallecendo em 1557. É natural que n'este estado de depressão de espirito fosse mais facilmente fanatisado pelos jesuitas; e por esta causa se pode explicar a absurda determinação de mandar entregar o *Collegio real* aos padres da Companhia, cujo Collegio visitara tambem na excursão a Coimbra.

Nos Estatutos da Universidade de Salamanca, approvados em 14 de outubro de 1538, estabelecem-se os divertimentos escholares, que eram communs a quasi todas as Universidades: «La pascua de Natal, carnes toliendas, pascua de Resureccion y Pentecostes de un año saldran estudiantes de cada uno de los Colegios a orar e hazer declamaciones publicamente. Item, de cada Çolegio cada año se representara una comedia de Plauto o Terencio, o tragicomedia, la primera el primero domingo de las octavas de Corpus xpi y las otras en los domingos siguientes: y el regente que mejor hiziere y representare las dichas comedias o tragedias se le den seis ducados del arca del estudio y sean juezes para dar este premio el retor y maestre escuela.»[1] Este costume apparece-nos na Universidade de Coimbra; e pode-se dizer que a primeira tentativa dramatica de Camões, que cursara a Faculdade de Artes, foi o seu *Auto dos Enfatriões,* imitação livre de Plauto, consagrada a estes divertimentos escholares, que adquiriram maior desenvolvimento quando os costumes pedagogicos francezes se implantaram em Coimbra com a vinda do chamado *Collegio de Mestre André.* No *Auto d'el-rei Seleuco* allude Camões a esta pratica: «Tu fazes já melhores argumentos que *moços de estudo* por *dia de Sam Nicoláo.*»[2] O costume foi conservado pelos jesuitas nos *Ludi* dos seus Collegios.

---

[1] Vidal y Dias, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca,* p. 94.

[2] Adolphe Fabre, no seu livro *Les Clercs du Palais,* explica este uso commum a todas as Universidades: «Sam Nicoláo parece ter sido o patrono dos clercs (amanuenses) como dos estudantes. A Bazoche do Chatelet fazia celebrar, no dia da festa d'este santo uma missa solemne, dava um jantar e arraial a que assistiam os magistrados...» A lenda dos trez estudantes mortos por um estalajadeiro e resuscitados por milagre de S. Nicoláo, era o principal argumento das representações dos escholares: «Esta lenda de S. Nicoláo pósta em versos leoninos, especie de drama liturgico, representava-se á maneira de Mysterio. Era notado em cantochão e terminava por um Te Deum, assim como o indica uma nota que vem no fim do manuscripto, etc.» *(Op. cit.,* p. 112 e 116.)

Os divertimentos dramaticos, que vemos em uso na Universidade de Coimbra, e que eram frequentes na Universidade de Salamanca, constituiam uma como parte pratica do estudo das Humanidades. André de Gouvêa déra a estes divertimentos scenicos um grande relevo no Collegio de Guyenne, em Bordeos; Montaigne, o insigne moralista, conta nos seus *Essais* (liv. I, cap. 25): «eu desempenhei os primeiros personagens nas tragedias latinas de Buchanan, de Guerente e de Muret, que se representaram no nosso Collegio de Guyenne com dignidade; n'isto, *Andreas Goveanus,* nosso Principal, como em todas as outras partes do seu cargo, foi sem comparação o maior Principal de França.» As tragedias latinas de Buchanan, que se representaram nos folguedos escholares, eram *Joannes Baptista,* e *Jephte;*[1] as suas traducções da *Medea* e *Alceste,* de Euripides, influiram no conhecimento da estructura da tragedia grega, que o Dr. Antonio Ferreira revelou na sua tragedia *Castro.*[2] Sobre estes usos no Collegio de Guyenne, que se reflectiram em Portugal, escreve Gaullieur: «No Collegio de Guyenne, o theatro era em certa maneira uma parte da educação. Desde a sua fundação, em 1533, vê-se Tartas exigir aos professores

[1] Julgamos que a tragedia de *Jephte* era conhecida em Portugal, porque Buchanan defendendo-se na Inquisição por o accusarem de não reconhecer os votos religiosos, allega essa composição em contrario: «De votis scripto in tragaedia de voto *Jephte* meam sententiam ostendi cujus disputationis hae summa est vota quae licite fiunt omnia servanda ac multi etiam sciunt Conimbricae me orationem Bart. Latomi super hac se contra Buterum et legere libenter solitum et semper laudare.» (Processo da Inquisição de Lisboa, Arch. nac.)

[2] Pelo titulo da edição da *Castro,* de 1587, vê-se que ella foi representada em Coimbra, o que justifica o conhecimento que teve d'essa tragedia o humanista francez Grouchy. Eis o titulo do rarissimo monumento bibliographico:

Tragedia muy sentida e elegante de D. Ignez de Castro, a qual foy representada na Cidade de Coimbra. Agora novamente acreçentada. Impressa com licença, por Manoel de Lyra. 1587, in-8.º.

Barbosa Machado *(Bibl. luzit.,* I, 273) allude a uma traducção d'esta tragedia feita para francez por Nicoláo Grouchy e dedicada ao Conde de Athouguia, a cujo filho o celebre humanista ensinara latim. A traducção considera-se perdida, mas nem por isso o facto perde o seu valor para a historia d'esta época do humanismo. Sendo a edição da *Nise* de Bermudes de 1576, a traducção da *Castro* era inquestionavelmente anterior, por que Grouchy occupava-se de traducções portuguezas por 1553.

Tambem a primeira tentativa de imitação da comedia classica pelo Dr. Antonio Ferreira teve por modelo os *Adelphos* de Terencio, sob a direcção do celebre humanista Diogo de Teive, a quem o poeta tanto celebra nos seus *Poemas luzitanos.*

que trouxe de Paris, que soubessem —*composer et prononcer oraisons, harangues, dialogues et comedies,*— e effectivamente constatamos que já n'esta época se organisavam representações, que nem sempre eram levadas a cabo, como o prova uma carta de Britanus. (Lib. III, fl. 96 ỷ) Gouvêa ligava uma grande importancia ás representações theatraes; durante a sua direcção, o Collegio de Guyenne adquiriu, sob esta relação, uma verdadeira primazia, e chegou, segundo o affirma Montaigne, a um gráo de perfeição notavel.—O theatro comprehendido d'este modo, tinha por motivo principal familiarisar os alumnos com a poesia latina; era em certo modo um complemento dos estudos classicos, e o Collegio de Bordeos não podia contar com ter poetas latinos do valor de Buchanan e de Muret. A tragedia cedeu o logar ás farças e allegorias, que pelas suas gaiatices e allusões satyricas, correspondiam verdadeiramente ao espirito do seculo XVI, época de agitação e de luctas...» [1]

Quando os Jesuitas tomaram conta do ensino publico, trataram de restaurar o uso escholar, fazendo com que os seus mestres de Rhetorica compuzessem tragedias latinas para serem representadas pelos estudantes de Artes. Citaremos alguns factos como comprovação.

«Oferecendo-se a occasião da peste no mesmo anno, (1569) que foi aquella a que chamão grande, pelo extraordinario estrago que fez em Lisboa, El Rey com a côrte passou a morar em Evora, e se entendeu fora nisto muyta parte o Cardeal. Fez a Universidade huma entrada a El Rey e ao Cardeal tão pomposa e grandiosa que seria largo referil-a. Entre outras plausibilidades se representou no Pateo da Universidade huma tragedia sobre o *Rico Avarente e o Pobre Lazaro,* vestida de tantas perspectivas e variedades que não cabia em si o Cardeal de vêr cousa tão cheya. El Rey Dom Sebastião a via com tanto gosto, que quasi sempre esteve em pé, pela vêr melhor, perguntando algumas palavras, mas poucas, ao Padre Provincial, que estava com elle dentro na cortina: assim o acho escripto nas memorias daquelle anno.» [2] Em uma distribuição de premios em 1573: «Representou-se antes a historia de *Dionysio tyranno de Sicilia*... As figuras fizeram seus papeis com tanta acção e tanto agrado de todos, que os examinadores julgaram, se lhe deviam tambem dar seus premios...» [3]

Quando D. João III visitou em 1550 os estudos de Coimbra, mos-

---

[1] Gaullieur, *Op. cit.*, p. 253 a 255.
[2] Padre Antonio Franco, *Imagem da Virtude no Noviciado d'Evora,* p. 36.
[3] Idem, ibidem, p. 57.

trou o maior interesse pelo Collegio nascente dos Jesuitas, que era então frequentado por quarenta alumnos de Theologia. O astuto padre Simão Rodrigues, não deixaria escapar a circumstancia de se acharem então presos por heterodoxia tres dos principaes mestres francezes, e de incutir no animo do rei aquella maxima já citada da carta de Martins Gonçalves da Camara: *Mais catholicos e menos latinos!* Assim preparou as cousas para ser entregue á Companhia por um modo abrupto o Collegio real. Escreve Quicherat: «Simão Rodrigues tendo tomado um imperio absoluto sobre o espirito de Dom João III, arrancou da sua fraqueza essa medida para submetter a Universidade de Coimbra á Companhia de Jesus. *Sic vos non vobis.* Os que tinham vindo de tão longe para dotarem Portugal com um dos seus mais famosos estabelecimentos litterarios tiveram uma tal recompensa dos seus trabalhos, e o mais duro para elles foi que *deveram isto a um seu antigo condiscipulo.*»

Constava em Coimbra que o Collegio real ia ser entregue aos Jesuitas; em Conselho da Universidade de 15 de junho de 1555, foi apresentada uma petição do Licenciado Antonio do Souto, lente de um curso de Artes no Collegio real «para se graduar Doutor em Medicina, como lente, sem pagar propinas, por ser pobre, e lhe haverem de tirar em outubro o curso para ser entregue o Collegio aos Collegiaes de Jesu e ter o dito Collegio Provisão por que se igualam os seus Lentes aos da Universidade.» [1] Sómente em 10 de setembro de 1555 é que foi passada a seguinte carta a Diogo de Teive, então principal do Collegio real, para o entregar aos padres do Collegio de Jesus, fundado no bairro alto da cidade de Coimbra:

«Doutor Diogo de Teive. Eu El rei vos envio muito saudar. Mando-vos que entregueis esse Collegio das Artes e o governo delle mui inteiramente ao Padre Diogo Mirão Provincial da Companhia de Jesus, o qual assim lhe entregareis no primeiro do mez de Outubro que vem, deste presente anno de 1555, em diante, por que assi hei por bem e meu serviço, como já vos tinha escripto; e cobrareis esta minha Carta com seu conhecimento para vossa guarda. E assim entregareis os ornamentos, prata e movel da Capella do Collegio, e as letras e matrizes que vos foram entregues, a Fernão Lopes de Castanheda, Guarda do Cartorio da Universidade, para tudo ter a bom recado até Eu mandar o contrario. E cobrareis conhecimento em forma do dito Fernão

[1] *Livro dos Concelhos,* de 1555, fl. 71. Vid. Silva Leal, *op. cit.,* p. 481.

Lopes, feito pelo Escrivão de seu cargo, e assinado por ambos, em que declare lhe ficam as taes cousas carregadas em receita, porque pelo dito conhecimento em forma vos serão levadas em conta. E por esta mando ao dito Fernão Lopes as receba, e vos passe dellas conhecimento em forma. João de Seixas a fez em Lisboa, a dez dias de Septembro de 1555.»[1] Na sua defeza no Santo Officio Diogo de Teive falla dos typos e matrizes que trouxera de Paris.

Em 1549 fôra creado o officio de *correitor* da Impressão da Universidade, com a responsabilidade das doutrinas dos livros ahi publicados. Apparece-nos exercendo estas funcções por provisão régia de 10 de dezembro de 1554 o licenciado Fernão d'Oliveira, clerigo de missa com o ordenado annual de vinte mil réis. Na provisão é encarregado de um mister difficil, quando se achava tão apertada a censura ecclesiastica: «que *vise, emendasse e provesse toda a escretura que se ouvesse de imprimir na dyta ympressão,* de maneira que se ymprimise em toda prefeição.» Em 1555 Fernão d'Oliveira foi encarcerado na Inquisição, sendo substituido por Christovam Nunes por nomeação de 6 de outubro, como para compensal-o da expoliação da sua cadeira no Collegio real: «Nas Casas do Paço del Rey nosso Senhor, onde está assentada a Impressão da Universidade, eu Diogo de Azevedo, por virtude de uma provisão del Rey nosso Senhor, e mandado do Concelho, dey posse de corrector da Impressão a Christovão Nunes, lente que foy do Collegio real, e elle a tomou, etc.»[2] O ter sido do Collegio real prejudicou-o, por que em 3 de março de 1557 era substituido pelo allemão Sebastião Stockamer, que acompanhara o lente Fabio Arcas.[3]

A entrega do Collegio real aos Jesuitas, depois da perseguição aos Doutores João da Costa e Diogo de Teive, acabou de esclarecer o criterio do reitor Frei Diogo de Murça, que fizera o inquerito aos Jesuitas no seu apparecimento em Coimbra. Agora estavam fortes com a posse da vontade real; o intelligente reitor viu terminado o seu glorioso governo, e excusou-se do cargo para refugiar-se contra estas tempestades sangrentas do fanatismo no seu mosteiro de Refoios do Lima. Assim em 23 de setembro de 1555 succedia-lhe na reitoria o Doutor Affonso do Prado, graduado em theologia pela Universidade de Alcalá, cuja disciplina regera no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Esta circumstancia bem revela que elle era do partido contrario

---

[1] *Compendio historico,* p. 4. *Deduc. Chron.,* P. I, Div. II, §§ 57 a 61.

[2] *Livro dos Concelhos,* anno de 1556, fl. 32 ɏ. Silva Leal, ibidem, p. 482.

[3] Sousa Viterbo, *Manoel Corrêa Montenegro,* p. 13.

aos mestres francezes, dando apoio á lucta dos chamados *apostolos* para os expulsarem de Coimbra. Nomeado um reitor á feição dos jesuitas, foi mandado a Coimbra, por provisão de 11 de outubro de 1555, o licenciado Balthazar de Faria, como visitador e reformador da Universidade. Não havia perda de tempo em aproveitar o triumpho; Balthazar de Faria entrou em funcções em 19 de fevereiro de 1556, e no claustro pleno de 27 d'esse mez pediu que cada um dos membros da Universidade lhe ministrasse secretamente os seus apontamentos para a reforma. O claustro resolveu que se reunissem isoladamente as Faculdades, e que cada uma elegesse dois membros para se entender com Balthazar de Faria.

Pela faculdade de *Theologia,* sahiram eleitos, o Doutor Martinho de Ledesma, lente de vespera, e Marcos Romero, lente de terça.

Canones: Doutor João de Mogrovejo, lente de prima, e Gaspar Gonçalves, de vespera.

Leis: os Doutores Manoel da Costa e Ayres Pinhel.

Medicina: o Doutor Thomaz Rodrigues da Veiga, lente de vespera.

Mathematica: o Doutor Pedro Nunes.

Artes: o Doutor Diogo de Gouvêa, e Ignacio de Moraes.

Depois de ter conferenciado com estes delegados da Universidade, Balthazar de Faria partiu para Lisboa em setembro de 1556; é natural que entre estes membros não predominasse o partido dos Jesuitas, apesar de vêrmos os nomes de Gaspar Gonçalves e do Doutor Diogo de Gouvêa, o maior inimigo dos mestres francezes. Os professores do Collegio real que eram estrangeiros sahiram de Portugal; a Diogo de Teive foi dado um canonicato em Miranda, a João da Costa a egreja de Sam Miguel de Aveiro, e o erudito André de Resende, que em 1534 fizera a Oração de *Sapientia* na Universidade de Lisboa, e a acompanhara na reforma para Coimbra em 1537, onde em 1551 recita uma outra Oração de *Sapientia,* posto assim tão indignamente fóra do ensino de humanidades, regressou contristado para Evora, e ali se dedicou de novo ao ensino particular. Os Jesuitas, explorando o fanatismo do rei convenceram-no que não era proficuo o ensino sem a pratica da devoção, e que sómente elles é que faziam a alliança da religião com o ensino; levaram o Cardeal em 1559 a prohibir em Evora todo o ensino que não fosse ministrado pelos Jesuitas. André de Resende vendo que só por um favor especial se lhe tolerava aberta a sua eschola, abandonou o magisterio, e entregou-se no seu isolamento e desgosto aos estudos de archeologia.

D. Nicoláo de Santa Maria expende algumas das razões que le-

varam D. João III a mandar entregar o *Collegio real* aos Jesuitas, que procuravam monopolisar a instrucção publica em todos os paizes: «A occasião que elrei D. João III teve para tirar este Collegio das Escolas menores aos Mestres seculares e estrangeiros, que tinha mandado vir de Paris, e o entregar á Companhia, foi vêr o grande proveito que recebiam os estudantes de Lisboa debaixo da doutrina e disciplina dos Padres da Companhia do Collegio de S. Antão, e o trabalho que lhe davam os Mestres estrangeiros por serem máos de contentar em seus salarios, e pelo continuo cuidado que o mesmo rei tinha de provêr aquelle Collegio de Lentes substitutos, despachando a huns e aposentando a outros, e accrescentando a todos por causa de os trazer contentes e bem applicados a suas cadeiras, e de tudo isto se livrava com entregar as ditas Escholas menores aos Padres da Companhia.» [1]

A substituição dos Mestres francezes foi assim ordenada e desempenhada por jesuitas:

Philosophia: 1.º Curso, P. Marçal Vaz; 2.º Curso, P. Jorge Serrão; 3.º Curso, P. Pedro da Fonseca, e substituto P. Sebastião de Moraes.

Latim e Rhetorica: 1.ª Classe, o P. Cyprianno Soares; 2.ª P. Pero Perpinhão, etc., sendo substituto de todas as Classes o P. Manoel Alvares, que compoz a celebre Grammatica, que depois de 1555 substituiu em todas as escholas a Arte de Latim de D. Maximo de Sousa.

Ficou Principal ou Perfeito dos Estudos o P. Miguel de Sousa.

Estavam os Jesuitas occupados com a construcção do seu Collegio, cuja primeira pedra fora lançada em abril de 1547, quando se acharam repentinamente de posse do Collegio real em 1555. A presa embaraçava-os. No Collegio de cima, «no alto da cidade, no fundo da rua nova de elrei, pouco distante do muro da cidade» não havia agua e custava muito a acarretal-a do rio; o provincial Miguel de Torres entendeu pedir a D. João III, que cedesse definitivamente á Companhia o *Collegio real* situado na baixa, e que o rei tomara por emprestimo ao Mosteiro de Santa Cruz. D. João III, em 14 de setembro de 1556 escreveu ao Prior geral D. Francisco de Mendanha, para que cedesse para sempre a propriedade dos Collegios aos Jesuitas, obrigando-se a indemnisar o Mosteiro, o que não chegou a satisfazer por ter fallecido em 11 de junho de 1557. Os Jesuitas conservaram o Col-

[1] *Chronica dos Regrantes*, Liv. x, cap. vi, p. 306. Lopes Praça, *Hist. da Philosophia em Portugal*, p. 140.

legio de cima, e lá incorporaram o Collegio real, cedendo os Collegios da Sophia ao cardeal D. Henrique para estabelecimento da Inquisição, recebendo em troca a bella quinta de Villa Franca para seu recreio.

Á sombra da confusão do *Collegio real* com o das Artes, propriamente jesuitico, a Companhia fôra obtendo para si varios privilegios, como: «que os Irmãos da Companhia de Jesu, que hora tem carrego do *Collegio real das Artes,* se podessem graduar Bachareis, Licenciados e Mestres em as ditas Artes, sem pagarem propinas, etc.» [1] Por fim usaram o titulo de *Reitores do Collegio das Artes,* quando já não precisaram da distincção.

«Eu El Rey vos envio muito saudar. Por assim o haver por muito serviço de Nosso Senhor, e por quietação da Universidade, e partes tão principaes d'ella, como são o *Collegio real,* em que se lem as Artes liberaes, e são tambem todas as outras faculdades: Falley com o Padre Mestre Frei Martinho de Ledesma sobre alguns meios, que podia haver, para se concordarem algumas duvidas, que a Universidade tem com o dito Collegio, que por não serem determinadas, dão ao dito Collegio torvação, e inquietação á Universidade; e porque importa muito cessarem as ditas duvidas, e todos serdes unidos, e muito conformes, e eu de assim se ordenar levarey muito contentamento, vos encommendo: Que ouvido o dito Padre Fr. Martinho, procureis de vos resolver no mais facil meyo, que poder ser, e me escrevais vossa ultima resolução, ouvido o *Principal* do dito Collegio em nome dos Padres da Companhia de Jesu, que por meu mandado o tem a cargo, etc.» [2]

Quando D. João III mandou entregar o Collegio real aos Jesuitas, em 1555, a Companhia apoderou-se d'elle immediatamente, começando em outubro d'esse anno os cursos de Artes e Humanidades, habitando ahi Mestres, collegiaes religiosos e porcionistas seculares. O Collegio de Jesus, que o padre Simão Rodrigues fundara na cidade alta foi fechado, por causa do embaraço que lhes causava a administração do Collegio real *(de S. Miguel* e de *Todos os Santos);* ficaram n'este até ao anno de 1566. Como a acção dos Jesuitas se alargava, o Collegio real tornou-se acanhado, e os padres voltaram para a cidade alta onde ampliaram o seu Collegio á custa do Cardeal-rei e das rendas da Universidade, das quaes recebiam 1:430$000 réis para salario das cadeiras pelo sophisma da incorporação do *Collegio real* no das

---

[1] *Livro dos Concelhos* (em 1560), fl. 135 ỿ. Em claustro de 17 de agosto. Ap. Dr. Silva Leal, *Mem. cit.*, p. 490.

[2] Dr. Silva Leal, ibid., p. 489.

Artes. O Reitor do Collegio das Artes, para manter esta illusão intitulava-se tambem *e Principal* do Collegio real. O edificio que pertencera ao Collegio real foi cedido ao Tribunal da Inquisição, pelo que o Mosteiro de Santa Cruz foi indemnisado. A Universidade não se conformava com o sophisma jesuitico, da sobrevivencia do Collegio real dentro do Collegio das Artes; e D. Sebastião, instrumento passivo dos Jesuitas, escreveu em 2 de dezembro de 1563 ao Reitor da Universidade para que cessassem todas as dissidencias a contento dos padres da Companhia.[1] Uma vez entregue o *Collegio real* aos Jesuitas toda essa renascença litteraria se apagou. Os Jesuitas conservaram o *Collegio real* da rua da Sophia até 1568; e achando penoso o trabalho de dois Collegios, incorporaram-no no *Collegio de Jesus* do bairro alto, para o qual attrahiram os mais inauditos privilegios, tornando-se independentes e superiores á Universidade.

A suppressão do *Collegio real* fez-se por meio de uma transacção interesseira dos Jesuitas com o Cardeal Inquisidor D. Henrique. Em 1567 installava-se o Santo Officio em Coimbra; estava-lhe destinado o Paço da Condessa de Cantanhede,[2] porém o cardeal sabendo do intuito da incorporação dos dois Collegios, pediu aos Jesuitas para cederem á Inquisição o edificio da rua da Sophia. Os Jesuitas aproveitaram-se do pretexto do pedido, para fugirem á difficuldade da regencia dos dois Collegios, mas como habeis pediram uma compensação pela cedencia que faziam. Estavam presos no Santo Officio uns esposos que eram proprietarios da bella quinta de Villa Franca, na margem direita do Mondego; pelo facto de caírem nas garras inquisitoriaes Diogo Rodrigues e sua mulher D. Guiomar da Costa, a quinta de Villa Franca foi-lhes confiscada para a Corôa. Os Jesuitas trataram de obter a quinta de Villa Franca, para recreio dos seus alumnos, segundo o pensamento da *Monita secreta,* que é uma verdadeira systematisação dos seus actos: «introduzam-nos com opportunidade nos Collegios e expliquem-lhes aquellas cousas que lhes forem mais agradaveis de qualquer modo, como são *as muitas quintas, vinhas e casas de campo aonde os nossos se recreiam,* para que melhor abracem a Companhia; etc.» (Cap. VIII.) A pretexto de compra, obtiveram pela influencia do jesuita Luiz Gonsalves junto de D. Sebastião, que a quinta de Villa

---

[1] Do *Livro* I *das Provisões e Cartas,* fl. 239: «Reytor e Concelho da Universidade da Cidade de Coimbra.»

[2] Na rua das Solas, onde se acha o *Recolhimento das Convertidas do Paço do Conde,* segundo o sr. Martins de Carvalho.

Franca lhes fosse entregue em 1571, e depois de muitas evasivas na fórma da acquisição conseguiram que a venda por parte da corôa se transformasse em *esmola,* por carta de 9 de novembro de 1577.

Depois que os Jesuitas tomaram posse do governo do *Collegio real,* trataram de se tornar independentes da obediencia ao reitor da Universidade. O proprio padre Balthazar Telles, na *Chronica da Companhia,* reconhece a necessidade da dependencia hierarchica dos estudos: «assim pedia a razão, que os Mestres das Escholas menores fossem, como membros das maiores, sujeitos todos ao mesmo Reitor. A esta duvida se respondeu por parte de El Rei Dom João III, por uma sua provisão passada no anno de 1557:—Que não obstante a repugnancia da Universidade, Elle queria e mandava que o nosso Collegio das Escholas menores tivesse total isempção das maiores e de seu Reitor e mais officiaes.—» Não contentes com este atropelo da organisação do ensino, alcançaram os Jesuitas uma boa parte dos rendimentos da propria Universidade, e de usurpação em usurpação conseguiram tomar conta do governo d'ella, fazerem-lhe novos Estatutos e submetterem-na á dependencia do seu Collegio das Artes. Não antecipemos os factos. No systema pedagogico dos seus Collegios de Artes, os Jesuitas não fizeram mais do que reproduzir os methodos usados no Collegio de Santa Barbara, iniciados pelos Gouvêas, seus mestres, conservando os mesmos horarios, e as mesmas predilecções humanistas.

Os Jesuitas, educados no Collegio de Santa Barbara, trataram de afastar d'aquelle Collegio a mocidade portugueza que ainda concorria aos estudos de Paris; D. Theotonio, filho do Duque de Bragança, vae para Paris, mas para o Collegio de Bourgogne. Figuram ainda em Paris, Alvaro da Fonseca, Jeronymo Osorio e Antonio de Senna. Sob a influencia dos Jesuitas, D. João III esquecia-se de auxiliar os estudantes portuguezes em Paris, a ponto de um fidalgo, D. Fernando Ruy de Almada, notando que alguns d'elles se viam forçados a abandonarem os estudos, patrocinal-os galhardamente fundando novas bolsas. Em uma carta de Diogo de Gouvêa a D. João III, de 2 de fevereiro de 1545, pede-lhe o auxilio para o doutoramento de Frei Duarte o do punho secco. As cartas do Dr. Ayres Pinhel, queixando-se do atrazo dos seus ordenados de lente, não deixam equivoco a este respeito.

No principalato do Collegio de Santa Barbara, succedera a André de Gouvêa seu primo Diogo de Gouvêa o moço, governando por sete annos. Foi sob a sua regencia que estudou entre os barbistas Antonio Pinheiro, o qual em 1537 regeu um curso de Quintiliano, sendo depois chamado a Portugal para mestre do principe herdeiro D. João.

Pinheiro tinha sido discipulo de Luiz Strébée, e teve por successor o eximio Turnebo. Na eleição para reitor da Universidade de Paris em 16 de dezembro de 1538 foi proclamado «por unanimidade e por inspiração do Espirito Santo, homem scientifico e cavalheiro consummado, mestre Diogo de Gouvêa, vigilantissimo Principal da casa de Santa Barbara.» [1] É certo porém que Diogo de Gouvêa no começo de 1540 abandonou a direcção do Collegio, attribuindo-se isso a desgostos por indisciplina escholar. D. João III, nomeou-o para o representar no Concilio de Trento, onde elle foi encontrar dirigindo as cabalas papistas os antigos alumnos de *Santa Barbara* Salmeron e Laynez, [2] da recente Companhia de Jesus reconhecida por Paulo III. Ao fim de dez annos de ausencia, Diogo de Gouvêa retomou o principalato de *Santa Barbara,* mas novos desgostos o assaltaram por embaraços financeiros, fixando-se a sua morte em 1558.

Portugal achou-se assim fóra do movimento da Renascença, apesar de ter dado á Europa os principaes philologos do seculo XVI; o fanatismo do poder real esterilisava as mais generosas reformas pedagogicas e as opulentas dotações dos estabelecimentos litterarios. A Imprensa do seculo XVI decahiu no seu desenvolvimento material, como vemos pelas queixas de André de Resende; e a sua actividade foi dispendida em dar publicidade a livros de theologia scholastica.

O que vêmos pela estatistica da imprensa no seculo XVI, observa-se na concorrencia exclusiva para os estudos humanistas como habilitação para as ordens ecclesiasticas, unica occupação social em que se tinha a existencia garantida sem trabalho; João Pedro Ribeiro falla de uma nova classe de clerigos que se ordenavam por *lettradura,* para serem providos em beneficios ecclesiasticos: «Tivemos no mesmo seculo (o XVI) um titulo de Ordenação, o da *lettradura* ou litteratura, desconhecido em direito commum. Em data dos Idus de Outubro de 1568, concedeu S. Pio V a instancias dos Bispos d'este reino, que o Infante D. Henrique, então Legado Apostolico, podésse facultar aos Mestres, Doutores, Licenciados e Bachareis formados em Theologia ou Canones, ou que tivessem estudado em qualquer Universidade as mesmas faculdades com aproveitamento, ordenarem-se a *titulo de suas lettras,* sendo os seus Ordinarios obrigados a provel-os nos Beneficios que primeiro vagassem. Este Breve foi ampliado por outro de 25 de

---

[1] Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe,* t. I, p. 256.
[2] Vid. Carta de D. Frei Bartholomeo dos Martyres, e Ranke, *Hist. dos Papas.*

Agosto de 1569 a instancias do rei D. Sebastião em attenção á necessidade de maior numero de clerigos, estendendo-o a favor dos que tivessem estudado com aproveitamento os casos de consciencia em qualquer Universidade ou Collegio por trez annos, sendo os Ordinarios obrigados a soccorrel-os, para não serem sujeitos a mendigar em quanto os não provessem em Beneficios.» [1] Assim se achou derrogada a bulla de Innocencio IV, de 1254, que prohibia que se dessem os beneficios ecclesiasticos a quem se não dedicasse especialmente á Theologia. A forte corrente dos estudos humanistas impunha-se por fórma, que os Jesuitas, são, dentro da Egreja, o esforço desesperado para tomar a direcção d'essa nova disciplina dos espiritos. Toda a cultura litteraria reduzia-se a explorar ociosamente esses Beneficios; foi a esta deploravel situação social que o povo applicou o aphorismo sarcastico: *Ou lettras, ou tretas,* e porventura deverá considerar-se isto como a causa que levou o systema pedagogico dos Jesuitas a consistir no desenvolvimento exclusivo da *Instrucção secundaria* na evolução da pedagogia europêa. Assim se perverteu a bella corrente do Humanismo da Renascença. A Universidade ficou assoberbada pelos Collegios.

Dos differentes Collegios, que estavam juntos á Universidade de Coimbra, falla Ignacio de Moraes no seu *Encomium:*

Multa allia hic doctis collegia culta Camoenis:
    Et templa aspicies, addita cuique suum.
Caenobium haud parvo cernes fundamine coeptum,
    Divi Bernardi quod sacra turba colit.
Henricus jussit condi, justissimus heros,
    Cui sanctae incumbit religionis onus,
Exemplum Henricus probitatis, regia proles,
    Quem decorat sacri cardinis ultus honos:
Cui frons Puniceo splendet redimita galero,
    Et pariter tyrio palla colore rubet:
....
Marmoreis sequitur delubrum insigne columnis,
    Cui de *Carmelo* nomen origo dedit.
Balthasar erexit, tuus est qui, Bracchara, praesul,
    Quem merita in tanto constituere loco.
Praeterea *Charitas* dictum de nomine templum
    Eminet, immensi grande laboris opus.
Fundavit monachi Lodovici industria, docto
    Qui populum mores edocet ore pios.

[1] *Reflexões historicas,* t. I, p. 35.

Namque *Augustini* vitam, moresque professus,
E terris rectam monstrat in astra viam.
Tu quoque musoeon *Petro* Roderice sacrasti
Nobile, divitiis aedificasque tuis.
Docte senex, tibi victurum per saecula nomen
Dant sacri Canones, vitaque labe carens.
Templum etiam *Dominice* tibi candore refulget,
Atque novum extruitur non procul à veteri.
Praefectus statuit Martinus Pallade doctus
Coelesti, atque idem relligiosus homo.
Omniaque haec opibus surgunt adjuta Joannis,
Qui merito patriae dicitur esse pater.
At *Frnaciscanos* arctant nunc hospita tecta.
Hujus, paupertas, est (puto) causa mali.
Sed domus his etiam quondam spatiosa patebit,
(Sic sperare decet) gymnasiumque capax.[1]

Antes d'estes Collegios, Ignacio de Moraes faz pomposas referencias no *Conimbricae Encomium,* ao Collegio das Artes, dos Jesuitas, e ao Collegio de S. Jeronymo:

Agmina *Apostolicos* vise hinc imitantia ritus,
Quae muro urbano tecta propinqua tenent.
Fundunt se variis habitacula multa meandris,
Quae sancta coetus simplicitate colit.
Contiguas habitant, divine *Hieronyme,* sedes,
Qui te sectantur relligione ducem.
Qui tamen interea dum conditur altera sedes
Latior, angustos hic subiere lares.

Descreveremos cada um d'estes collegios conforme a sua successão historica.

O *Collegio de S. Pedro,* para clerigos pobres, foi fundado em 1540 pelo Dr. Rodrigo Lopes de Carvalho, graduado em ambos os direitos, e que veiu a ser bispo de Miranda. Em 1543 começou a construcção, e foi povoado em 1545. Por alvará de 17 de janeiro de 1549, D. Joã III incorporou-o na Universidade de Coimbra.[2] Para alargamento do edificio, cedeu D. João III um terreno pertencente ao Mosteiro de Santa

[1] Ed. de 1887. Nas siglas marginaes que acompanham estes versos, diz-se que o *Collegio de S. Bernardo* é fundação do Cardeal D. Henrique, o *Collegio dos Carmelitas* é de Frei Balthazar Limpo, arcebispo de Braga, o *Collegio da Graça* de Frei Luiz de Montoya, o *Collegio de S. Pedro* de Rodrigo Lopes Carvalho, o *Collegio de S. Domingos* de Frei Martinho de Ledesma.

[2] *Livro* I *dos Registos,* fl. 124. Ap. Silva Leal, *Mem. cit.,* p. 577.

Cruz, de accordo com Frei Braz de Barros, que ainda conservava os poderes de reformador d'aquella congregação. O edificio só ficou terminado completamente em 1552. Em 1549 recebera a approvação pontificia. As rendas do Collegio saíram do Padroado real, a que pertenciam as egrejas de Santa Maria de Alijó, e as suas quatro annexas, e a de S. Pedro de Goães, no arcebispado de Braga. O Dr. Rodrigo Lopes de Carvalho comprou bens nos arredores de Coimbra para dotar o Collegio, auctorisado por alvará de 16 de janeiro de 1549.

Começando a funccionar o Collegio de S. Pedro em 1545, esteve sem Estatutos até 1551, em que Rodrigo Lopes de Carvalho, já então bispo de Miranda, os formulou em oitenta e nove capitulos, mandando seguir os costumes dos Collegios de Salamanca, e dos Collegios maiores de Santa Cruz de Valhadolid, e de S. Ildefonso, de Alcalá, e sem que os seus successores os podessem alterar. Para conservação da disciplina do *Collegio de S. Pedro,* pediu o fundador ao Prior geral de Santa Cruz de Coimbra, Cancellario da Universidade, em 1558, que fosse visitador d'elle; encargo que foi acceito em Cabido de 27 de fevereiro d'esse anno. [1]

Constava o Collegio de doze collegiaes Theologos e Canonistas, com o gráo de *bachareis;* era por isso considerado como Collegio maior. Como o Collegio era em sitio insalubre e longe das escholas, foi mudado para junto da Universidade em 1572, onde ficou até á sua extincção.

Teve a sua primeira collocação na rua da Sophia, onde depois estiveram os Franciscanos da Penitencia, e ahi se conservou até 1572,

[1] O Dr. Silva Leal, cita o ms. dos *Assentos e resoluções do Convento nas materias que se lhe propuzeram,* t. I, liv. II, fl. 48: «Aos 27 dias do mez de Fevereiro de 1558 annos, foram juntos os Irmãos Capitulares em Capitulo, e logo foy proposto pelo padre Prior, como o Bispo de Miranda fizera o *Collegio de S. Pedro* em esta cidade, e por quanto desejava, que o Prior d'este Mosteiro o visitasse, lho mandara pedir, e mostrara os Estatutos do dito Collegio, os quaes elle padre Prior mandara vêr ao Irmão D. João, de que elle fizera certos apontamentos, do que se continha em os ditos Estatutos, que logo foram lidos ante todos; e depois de communicado, foy assentado pela maior parte dos ditos Capitulares,—que a dita obrigação se acceitasse, moderando o dito Bispo algumas cousas que estavam nos ditos apontamentos: *Sc. querer obrigar ao Prior que pessoalmente visite o dito Collegio; e que tome juramento ao principio da visitação; e que se appelle do Prior para o Reytor da Universidade;* as quaes cousas eram muito duras, e pouco convenientes ao nosso modo de viver; e que concertando isto tudo, acima dito, dando o Capitulo geral consentimento a isso, folgarião de a acceitar, pelo amor que tinham ao dito Bispo, e devoção, que lhe vião de deixar este Collegio debaixo do amparo d'esta Casa.» *(Mem. cit.,* p. 112.)

época em que D. Sebastião lhe mandou erigir nova séde em uma parte da Universidade. Os doze logares eram distribuidos por ecclesiasticos e seculares que cursassem Theologia, Canones e Leis; os seus estatutos eram os mesmos que se seguiam nos Collegios de Salamanca, e os seus visitadores eram os Priores do mosteiro de Santa Cruz, cuja jurisdicção conservaram até 1660, em que o Collegio ficou sob a inspecção dos Reitores da Universidade. D. Nicoláo de Santa Maria traz uma extensa lista de homens publicos do seculo XVI e XVII que foram educados no Collegio de S. Pedro, e entre elles figura o infeliz Antonio Leitão Homem, lente de vespera e de prima de Canones, conego doutoral da sé de Coimbra e deputado do Santo Officio.[1]

O seu edificio pertence hoje ao Theatro academico. Era conhecido pela alcunha vulgar de *Collegio dos Borras*.

O bispo fundador morreu em 13 de agosto de 1559, passando a administração do Collegio para seu sobrinho Christovam Freire de Carvalho. Este diminuiu o numero dos collegiaes, disfructando os rendimentos do Collegio, contra o qual houve protestos e demandas, de que resultou entregar-se o edificio ao administrador, e ser passado o Collegio da rua da Sophia por ordem de D. Sebastião em 1572 para uma parte do Palacio real.

Na lucta dos Collegiaes de S. Pedro com Christovam Freire de Carvalho, sobrinho do bispo fundador, abandonaram-lhe o edificio da rua da Sophia, para onde elle foi morar, arrendando-o a estudantes. Como fidalgo prodigo, teve de ser executado por um seu maior credor, Rodrigo Ayres, que ficou com o Collegio para pagamento; arrendando-o então por 50$000 réis por anno aos religiosos Terceiros que vinham frequentar a Universidade.[2] Em 1586 fez-lhes a doação do edificio, com a obrigação de um annual de missas e dois officios perpetuos, ficando elle padroeiro do Collegio e seus successores. D'esta doação resultou um violento processo de seu neto Lourenço Ayres de Sá, revindicando-o por lesão enormissima; durou até 14 de abril de 1654, e terminou por uma composição com os religiosos, que se obrigaram a dar o preço por que Rodrigo Ayres o recebera de Christovam Freire, ficando porém isentos dos encargos das missas.

---

[1] *Chronica dos Conegos Regrantes*, Liv. x, cap. xix, p. 350.

[2] D'este facto resulta o equivoco de considerar o *Collegio de S. Pedro* como sendo da Terceira ordem da Penitencia de S. Francisco, como se vê na *Breve noticia dos Collegios, Conventos e Mosteiros fundados nos districtos de Coimbra, Aveiro e Leiria*, do sr. Dr. Antonio José Teixeira. *(Revista de Educação e Ensino*, anno v, p. 489.)

O *Collegio de S. Thomaz,* como tivemos occasião de notar, fôra fundado e dotado pelo rei D. Manoel, em 28 de janeiro de 1517, para seis frades da ordem de S. Jeronymo, e quatorze dominicanos. Recebeu este titulo por ter sido inaugurado no dia da trasladação de S. Thomaz de Aquino. Era a sua dotação, em dinheiro, 130$000 réis aos quarteis adiantadamente; em generos, vinte moios de trigo e vinte pipas de vinho. Era obrigatorio que o reitor fosse um dominico; os seus estatutos obtiveram approvação apostolica por Leão x, em 10 de julho de 1517. Em 1522, por alvará de 27 de fevereiro, D. João III confirmou a dotação do *Collegio de S. Thomaz,* com a clausula de jurisdicção sobre os lentes e estudantes, cumprimento dos estatutos e sua reforma. Depois de algumas doações, D. João III mudou o Collegio de S. Thomaz para o Mosteiro da Batalha nos principios de 1538, auctorisado por bulla de Paulo III, de 7 de novembro de 1539; em 16 de outubro d'este mesmo anno o rei já o tinha transferido para Coimbra para o sitio do *Chão da Torre á Figueira velha*. Era então reitor do Collegio Frei Lopo de Santarem, cujo governo durou até 1541; succedeu-lhe por eleição Frei Martinho de Ledesma, castelhano, lente de Theologia na Universidade. Em consequencia das grandes cheias do Mondego, teve de se proceder á demolição do convento onde estava o Collegio, e á construcção de novos edificios separadamente para os frades e para os collegiaes. O Collegio de S. Thomaz teve o seu novo começo em 1546, e veiu a ficar concluido em 1566; por accasião d'estas obras, separaram-se os padres collegiaes de S. Jeronymo, conseguindo tambem um Collegio proprio, por alvará datado de Santarem a 16 de outubro de 1546. Em carta de 6 de outubro de 1539, D. João III manda a Frei Braz de Barros que entregue ao vigario geral dos dominicos um chão para a construcção do convento e collegio; em outra de 31 de janeiro de 1543 insiste na urgencia de ser edificado o convento com o Collegio; e em carta de 23 de agosto de 1544 dá ordem ao reformador que ceda um chão no valor de 200$000 réis para o Collegio de S. Thomaz, *junto ás casas que foram de Jorge Vaz, onde já o Collegio está começado,* e compensando-o com outros terrenos, e com algumas rendas da Mesa do Priorado mór.[1] Era feitor e recebedor d'este Collegio de S. Thomaz em 1563, o celebre Simão Vaz de

[1] *Noticias do Collegio real de Santo Thomaz da Cidade de Coimbra,* por Fr. João de França (na *Historia ecclesiastica de Coimbra,* t. III), Ms. da Bibliotheca nacional. Dr. Antonio José Teixeira, *Revista de Educação e Ensino,* anno v, p. 551 e seguintes.

Camões, primo do grande épico portuguez. O Collegio foi incorporado na Universidade por D. Sebastião, em alvará de 20 de junho de 1577.[1]

O *Collegio da Graça,* foi fundado por D. João III,[2] encarregando da direcção da obra o frade graciano hespanhol Frei Luiz de Montoya; principiaram as obras em 13 de janeiro de 1543, vindo a ficar concluidas em 1548. Está actualmente occupado pelo quartel militar. Foi incorporado na Universidade por alvará de 12 de outubro de 1549.[3]

Os Conegos do Mosteiro de Santa Cruz tiveram de ceder á pressão de D. João III, doando os terrenos em que se fundaram além d'estes dois *Collegios, de S. Thomaz* e da *Graça,* outros Collegios, como o *de S. Boaventura,* o *do Carmo* e o *do Espirito Santo.*[4] O *Collegio de S. Boaventura* foi fundado pelos franciscanos da provincia de Portugal no edificio onde D. Pedro Malheiro, bispo de Amyclas, fundara em Coimbra em 1552 o *Collegio para Estudantes pobres,* sendo depois extincto, e as suas rendas annexadas ao Hospital Lateranense de Roma.[5] O *Collegio de Nossa Senhora do Carmo,* tambem conhecido no seu tempo pelo nome de *Collegio do Bispo do Porto,* foi fundado por D. Fr. Balthazar Limpo em 1540, e incorporado na Universidade por alvará de 7 de setembro de 1571.[6]

---

[1] *Livro* I *dos Registos,* fl. 183.

[2] «*Provisão de El rei para se edificar o Collegio de Nossa Senhora da Graça na rua de Santa Sophia em Coimbra:* Juiz, vereadores e procuradores. Eu El Rei vos envio muito saudar. Eu desejo que nessa cidade se faça um Collegio e Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, e folgaria que se fizesse no chão que está adiante do *Collegio do Bispo do Porto;* e por que é necessario tomar-se um caminho que passa por cima do dito chão, em que o dito Collegio se hade fazer, vos Encommendo muito que pela obra ser de tanto serviço de Nosso Senhor, e tão necessaria, folgueis de dar o dito caminho e entre o *Collegio do Bispo do Porto* e este de Nossa Senhora da Graça ficará uma rua de tres braças de largo, pela qual possam ir á rua de Santa Sophia, os que vierem pelo dito caminho; e de o assim fazerdes, como confio que o fareis, Receberei muito contentamento, e vol-o agradecerei. Escripta em Lisboa, a 30 de Outubro de 1542.—Rei.» O *Collegio do Bispo do Porto,* era o *Collegio do Carmo,* fundado por D. Fr. Balthazar Limpo para os clerigos do seu bispado em 1542; foi ampliado e concluido por Fr. Amador Arraes para os frades carmelitas em 1597. Dr. A. J. Teixeira, *Revista de Educação e Ensino,* anno VI, p. 35.

[3] *Livro dos Registos,* fl. 114.

[4] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. X, cap. V.

[5] Fr. Fernando da Soledade, *Historia seraphica,* Liv. III, cap. XIII, n. 550.

[6] *Liv.* VII *dos Privilegios de D. Sebastião,* fl. 120 ỷ. Arch. nac.

Os Collegios de *S. Jeronymo,*[1] de *S. Bento*[2] e o de *S. Paulo*[3] foram fundados pelo incansavel reitor Fr. Diogo de Murça. O *Collegio de Santo Agostinho,* de Santa Cruz de Coimbra, transferido para o chamado *Collegio novo,* tambem foi incorporado na Universidade.[4] O *Collegio de S. Bernardo* foi submettido egualmente ao regimen da Universidade.[5]

O facto da extincção ou incorporação dos antigos Collegios de *Todos os Santos* e de *S. Miguel,* que pertenceram ao mosteiro de Santa Cruz, no *Collegio real* em 1547, onde D. João III estabeleceu os Mestres francezes sob o principalado de André de Gouvêa, fez com que o diligente reitor Frei Diogo de Murça reconhecesse esta importante falta no regimen da Universidade. Pediu o reitor a D. João III, para que fundasse um novo Collegio para *Clerigos pobres,* á imitação do *Collegio de S. Pedro;* o rei attendeu-o em 1549, applicando-lhe algumas verbas das rendas do Priorado-mór de Santa Cruz, taes como *quatorze pães do Refeitorio,* e *rações da coberta da Meza dos Priores móres,* e as rações vagas e que fossem vagando das Donas e Merceiras do Hospital de S. João. Foram estes parcos rendimentos lançados em deposito para se fazerem as despezas da construcção do edificio do Collegio, que começou em 1550. Quiz o rei que se denominasse o Collegio de *S. Paulo,* como para continuar o espirito da instituição do Collegio de *S. Pedro,* embora este fosse Maior, ou propriamente de Mestres, e aquelle Menor ou de escholares. Começou-se a construcção do Collegio nos *Estudos Velhos,* demolindo-se uns pardieiros que tinham pertencido ás Escholas no tempo em que a Universidade estivera em Coimbra, e aonde ainda em 1550 se ensinava Grammatica. Para alargar o terreno deu ordem o rei para que a Universidade tomasse em escambo á egreja de S. Pedro uns pardieiros e um quintal, ficando o Collegio de S. Paulo obrigado a um fôro. Em um Assento do *Livro Primeiro da Fazenda da Universidade,* do anno de 1549, acha-se a fl. 26 ỹ, a noticia d'este escambo.[6] Continuava a obra ainda em 1554,

---

[1] Incorporado na Universidade por alvará de 19 de dezembro de 1553. *(Livro* I *dos Registos,* fl. 152 ỹ.)

[2] Ibidem.

[3] N'este Collegio estiveram recolhidos os de S. Bento e de S. Jeronymo, até 1563 em que foi directamente povoado. Foi incorporado á Universidade por alvará de 23 de outubro de 1562.

[4] Por alvará de 17 de outubro de 1559. *Livro* I *dos Registos,* fl. 280.

[5] Por alvará de 1 de março de 1560. Ibidem, fl. 517.

[6] O Dr. Silva Leal, na citada memoria transcreve-o: «Aos 15 de Abril de

quando D. João III abandonou a obra do Collegio doando-o á Universidade, que ficou com a obrigação de terminal-o. Sem duvida o terrivel desgosto da perda do seu herdeiro, o principe D. João, influiu n'esta deliberação do monarcha. Frei Diogo de Murça, tambem desgostoso, ausentara-se para o seu mosteiro de Refoios de Basto de que era Commendatario, interrompendo-se assim as obras do Collegio. Por carta régia de 2 de agosto de 1558 foi dada ordem ao Vice-reitor para terminar as obras do Collegio, e recolher n'elle os collegiaes no proximo outubro.[1] De 1559 a 1561 estabeleceram-se as opposições para as collegiaturas, mas pelas grandes despezas da Universidade só pode abrir-se o Collegio em 1562, como se estatuiu na carta régia de 16 de janeiro d'esse anno: «me parece bem, que se espere, e dilate a povoação do dito Collegio, e entrada dos Collegiaes, até o primeiro dia do mez de Outubro deste presente anno de 1562, e que com o rendimento, que já corre por conta do dito Collegio, e com o mais, que das rendas da Universidade se poder para elle commodamente applicar, os ditos Collegiaes tenham a sua sustentação, e mantença certa, e firme, e n'este meio tempo se apurarão os Oppositores, e diligencias das Collegiaturas; e pareceu-me muito bem fazerem-se as nomeações por mim, vistas as informaçoens e diligencias no despacho da Mesa da Consciencia...»[2] Emquanto o Collegio não funccionou, n'elle foram albergados os frades de S. Bento, emquanto estavam edificando o seu Collegio; ali se guardou tambem o Cartorio da Universidade no anno de 1557;

1549, pelo Reytor e Deputados foy celebrado escambo com os Benefeciados da Igreja de S. Pedro d'esta Cidade, e deu a Universidade á dita Igreja humas casas e quintal defronte das casas do Bispo d'esta Cidade, que trazia em duas vidas a mulher de João Vaz Tanoeiro, de que pagava cada anno 125 réis, por huns pardieiros, quintal e casas começadas da dita Igreja defronte d'ella...... e tornaram-se para o *Collegio de S. Paulo*, que Sua Alteza ahi manda fazer defronte da dita Igreja, no qual se estas propriedades meteram; e assim fica o Collegio obrigado a pagar cada anno de foro 125 á Universidade, durando as vidas dos inquilinos das propriedades que foram da Universidade.»

[1] «D. Jorge de Almeida. Eu ElRey vos envio muito saudar. Hey por bem, e mandovos, que do dinheiro do rendimento das raçoens das Donas de S. João, e pão da Coberta, que estão vagas, que são applicadas para a obra do *Collegio de S. Paulo*, façais logo lagear o pateo do dito Collegio, e fazer as grades para a Capella, e mais obras necessarias, pelo modo que estão ordenadas: para se poderem recolher os Collegiaes do dito Collegio de Outubro por diante, conforme o que vos escreveu o Reitor D. Manoel de Menezes, etc.» *Livro* I *das Cartas originaes*, fl. 116. Ap. Dr. Silva Leal, *Mem. cit.*, p. 419.

[2] *Livro* I *das Cartas e Provisões originaes*, fl. 120. Ap. Silva Leal, p. 421.

ali tambem se recolheram os frades de S. Jeronymo emquanto faziam o seu Collegio, e habitou por algum tempo em 1563 o reitor da Universidade D. Jorge de Almeida. [1]

Depois que se concluiu a obra da construcção do Collegio de S. Paulo, foram incorporados nos rendimentos da Universidade os quatorze pães do Refeitorio, e rações da coberta da Meza dos Prioresmóres bem como as das Donas e Mercieiras do Hospital de S. João; desde então ficou a cargo da Universidade o Collegio, que ella dotou com o rendimento approximado de 300$000 réis, em que entravam as rendas do antigo Collegio fundado pelo Dr. Diogo Affonso de Mangancha. No Assento feito em *Concelho-mór* (Claustro pleno) da Universidade, em 25 de fevereiro de 1561, se acha estabelecida a dotação do Collegio. [2]

Na linguagem do tempo, era por isso o Collegio de S. Paulo conhecido pelo nome vulgar dos *Manganchas;* nome que era tomado á má parte pelos collegiaes, que não gostavam da referencia d'estes rendimentos, que constava do Alvará de D. Sebastião de 7 de dezembro de 1562: «o qual ha muitos annos o occultam, por fallar na applicação das rendas do Doutor Mangancha; (como se fosse huma grande injuria para o Collegio o ser dotado com ellas)» [3] N'estas questões de precedencias, os collegiaes, por terem casa nos *Estudos velhos* imagina-

---

[1] *Livro* I *das Cartas e Provisões originaes,* fl. 120. Ap. Silva Leal, p. 425.

[2] *Livro dos Concelhos do anno de 1560,* fl. 123: «E logo o Senhor Reitor (D. Jorge de Almeida) propoz ao dito Concelho a muita necessidade, que esta Universidade tinha de acabar de effeituar o *Collegio de S. Paulo,* que ha dous annos que estava feito.... e pedio o Senhor Reytor a todos os seus votos, e todos assentaram de ser muito necessario a esta Universidade, e ao Reyno haver o dito Collegio; e nem havia duvida, por que estava claro ser muy necessario, e muy proveitoso; e assentarão, que logo devia começar o mais cedo que podesse; e para isto o dito Senhor Reytor appresentou hi os Estatutos do dito Collegio, e huma Provisão del Rey nosso Senhor sobre os servidores, e outras cousas pertencentes ao dito Collegio. Tratou-se logo como, e onde se lhe daria de comer aos Collegiaes, que entrassem, e todo o necessario; assentárão que começasse com a esmola das Donas, que forão de S. João de Santa Cruz, da qual tem supplicado ao Santo Padre, que conceda em dar estas, que são vagas, e que inda vagarem, a este uso do Collegio, que tem por obra pia.... que com isto, e com a Igreja de Val de Ermijo, que está assentado para o dito Collegio, começassem; e bem assim com os bens, que forão do Doutor Mangancha, de que a Universidade está de posse muito tempo ha, que conforme o testamento do dito Doutor, parece que instituiu para Collegiaes... e com isto podia começar o Collegio, que são perto de trezentos mil reis de renda; e n'isto assentarão.» (Ap. Dr. Silva Leal, *Mem. cit.,* p. 429.)

[3] Dr. Silva Leal, *Mem. cit.,* p. 431.

vam-se continuadores da Universidade de Coimbra, desde 1308, porque ali tivera a sua séde; outros queriam provar a sua aristocracia, julgando-se continuadores do Collegio de S. Miguel, extincto em 1547.

«O nome mais vulgar com que são conhecidos, desde o tempo antigo, na Universidade os Collegiaes de S. Paulo, é o de *Manganchas;*.... por que entre as cousas, com que a Universidade o doutou, quando lh'o doára o senhor rei D. João III, foram alguns bens do Collegio antigo, que o Doutor Diogo Affonso Mangancha fundara na Universidade de Lisboa; e mais é certo, que aquelle Collegio nunca fez proprio, nem se valeu d'este nome, antes procurou sempre pôl-o em esquecimento...» [1]

O *Collegio de S. Paulo,* era junto das Escholas maiores da Universidade, «no proprio sitio e logar *onde no tempo de elrei D. Diniz foram as Escholas geraes da mesma Universidade.*» [2] O edificio só ficou terminado em 1563 no tempo de D. Sebastião, sendo inaugurado em 2 de maio, d'esse anno. Os seus primeiros collegiaes foram, em Theologia, Ignacio Dias, D. Affonso de Castel-Branco, e Pero Lourenço de Tavora; em Canones, Lourenço Mourão, Ruy de Sousa, Ruy Brandão e Rodrigo Ayres; em Leis, Antonio Salema, Antonio de Castilho, guarda-mór da Torre do Tombo e amigo do poeta Dr. Antonio Ferreira; e em Medicina, Manoel Cardim.

Resta-nos recompôr o estado dos trabalhos intellectuaes em Coimbra, n'este periodo de fervor, que estava prestes a extinguir-se; servimo-nos de um meio indirecto, percorrendo a bibliographia d'essa época.

Com a vinda dos mestres francezes para Coimbra, em 1548, trouxera tambem Diogo de Teive uma typographia para a Universidade; o reitor Frei Diogo de Murça installou-a nos paços de el-rei, e contractou os dois já então celebres impressores João Barreira e João Alvares, sendo confirmado esse ajuste por provisão de 21 de março de 1548. A actividade typographica exercera-se até então principalmente dentro do mosteiro de Santa Cruz; antes, porém, da nomeação dos dois impressores, já elles trabalhavam para a Universidade; transcreveremos alguns dos titulos dos livros que imprimiram sobre assumptos escholares:

1542—*Martini ab Aspilcueta Navarri Jurisconsulti in tres de poe-*

---

[1] Dr. Manoel Pereira da Silva Leal, Academia de Historia, *Colleçam de Documentos e Memorias,* 1731, P. I, p. 93.

[2] D. Nicoláo de Santa Maria, *Chronica dos Regrantes,* Liv. X, cap. XV, p. 333.

nitentia distinctiones posteriores Commentarii: ex Officina Joannis Alvari et Joannis Barrerii.

1544—*Commento en Romance a manera de repeticion latina, y scholastica de Juristas, sobre el Capitulo* Inter verba XI. q. III. *Compuesto por el Doctor Martin de Aspilcuelta Navaro; Cathedratico de prima en Canones de la Universidad de Coimbra,* etc. Ibi.

1545—*Commentarios ao Can. Scindite corda vestra de consecrat.* Dist. I. Do mesmo Doutor Navarro. (Ha um outro commentario de Bartholomeu Philippe, ao mesmo canon, impresso em Lisboa, por Luiz Rodrigues, em 1539.)

1546—*De Arte atque ratione navigandi,* de Pedro Nunes. In-4.º

—*De Erratis Orontii Finei regii Mathemat. Lutetiae professoris,* do mesmo. Fol.

1547—*Praelectio in C. Accept. de Rest. Spoliat.,* do Doutor Navarro.

—*Meditação da innocentissima morte e payxam de nosso señor em estilo metrificado,* novamente composta. Goth. de 138 folh. inn. «Foy visto e aprovado este presente livro pelo doutor Mestre Payo (Rodrigues Villarinho): por comissam e mandado do Cardeal Infante. Pola qual o mesmo doutor mandou que se imprimisse. E foi impressa a presente obra em a muy nobre e sempre leal cidade de Coymbra por Joam da Barreira e João Alvares, empressores da Universidade. Á custa do muyto illustre e reverendo senhor Dom Bras Bispo de Leyria. E acabouse aos XXIX dias do mes de Julho de MDXLVIJ.» Este livro é attribuido a Frei Antonio de Portalegre, franciscano da provincia da Piedade. Ha n'este livro uma declaração do livreiro-impressor, de um grande interesse litterario: «Ho reverendissimo señor dom Bras Bispo de Leyria mãdou empremir esta precedente meditação a sua propria custa pera a dar por amor de d's a religiosos e religiosas e a outras pessoas devotas. Porque lhe pareceo cousa proveytosa pera suas almas. E depois de ser empremida mandou a mi Joam da barreyra empressor del Rey nosso sñor em esta catholica Universidade que ajuntasse aa mesma meditaçam as seguintes trovas, por lhe parecerem devotas e proveitosas especialmente pera muytos religiosos e religiosas que sam grandes musicos, e por falta de cousas espirituaes muytas vezes tangem e cantam cousas seculares e profanas. Por isso os avisa e lhes roga que em logar das vaidades mundanas cantem e tanjam estas spirituaes e devotas. E por que o romance que aqui vay acharam singularmente apontado por Badajoz, musico da camera del rey nosso sñor; e o *vilãcete do parto da señora* se ha de cantar por o duo que

compoz Torres, da letra *inimiga foy madre;* e ho do *pranto da señora caminho do monte calvario* por a cõposiçam do motete *Fili mi Absalõ*, do qual foy a letra tomada. E d'esta maneira sera deos louvado in chordis e organo, e o spiritu sancto que foy o primeyro inventor e mestre da arte da metrificadura será servido. Etc.»

Por esta passagem se vê que o activo bispo queria reagir contra o novo costume de se pôrem em musica os romances velhos da tradição peninsular. O compositor Luiz Milan dedicara em 1537 o seu *Libro de Musica* a D. João III; n'esse livro traz a letra dos romances velhos *Mis arreos son las armas* e *Sospiraste Baldovinos*. Outros compositores, como Valderrábano, Salinas, Fuenllana, Pisador e Narvaez, notavam em musica esses velhos romances, de que então se formavam as bellas collecções de Sevilha e Anvers. A indicação de Frei Braz de Barros corresponde á apropriação que começou a dar-se da musica mais vulgarisada d'esses romances *ao divino*. Infelizmente pouco durou esta elaboração artistica, porque os Indices expurgatorios do cardeal infante prohibiram todos os romances ao divino, influindo directamente na decadencia da tradição popular. Entre as musicas profanas, como vimos pelas referencias de Antonio Prestes, predominavam as *jusquinas*, ou de Josquin des Près.

Além d'este livro da *Paixão metrificada*, Frei Braz de Barros tinha mandado tambem imprimir na typographia do mosteiro de Santa Cruz a sua traducção latina do *Espelho de Perfeição*, de Frei Henrique Harphi, que dedicou a D. João III. Tinha no fim: *Imprimia-se por os Conegos de Santa Cruz: em o anno da encarnação de Nosso Senhor Jesu Christo 1533 anno sexto da reformação do dito mosteiro.*

1547 — *Tractado da segunda parte do Sacramento da Penitencia*, por D. Sancho de Noronha. In-4.º

1548 — *Arnoldi Fabricii Aquitani, De Liberalium Artium Studiis Oratio, Conimbricae habita in Gymnasio Regio pridiè quam ludus aperiretur IX. Cal. Martii 1547*. 1 vol. in-4.º

— *Melchioris Belliago Portuensis, De Disciplinarum omnium Studiis Oratio ad universam Academiam Conimbricensem habita. Cal. Octobris 1548.*

— *Joannis Fernandis Orationes duae ad Joannem III Portugalliae et Algarbiorum Regem, De celebritate Academiae Conimbricensis*, e *Oratio funebris habita in funere Eduardi filii D. N. R.* 1 vol. in-8.º

— Diogo de Teive, *Comment. de rebus gestis in India ad Dium*, etc. In-4.º N'este livro escreveu o Principal João da Costa o poemeto *Carmen ad Lusitaniam.*

1548—Do mesmo, *Oratio in laudem Nuptiarum Joannis et Joannae Illust. Principum,* etc. In-4.º

— *Comment. in § Et quid sit tant. L. Gallus,* por Manuel da Costa, o *Subtil.* Fol.

1549—*Aristotelis de Reprehensionibus Sophistarum liber unus: Nicoláo Grouchio Rhotomagensi interprete.* 1 vol. in-8.º Este volume foi impresso á custa de Belchior Belliago para exploração; refere-se a isto Diogo de Teive no processo.

—*Belchior Belliago, De Dialectica,* um breve resumo de Logica, impresso, segundo elle diz, a pedido dos seus discipulos, e dedicado a D. João Affonso de Menezes.

—*Ad L. Si ex cautione,* etc., por Manuel da Costa. Fol.

—*Indice das Chiliadas de Erasmo,* por Vasco, mestre de Latim, e dedicado por João Barreira ao Doutor Martim de Aspilcueta Navarro.

—*Ad Invict. Lus. Regem Joannem III Oratio,* ou poema latino em louvor de D. João III, por Pedro Mendes.

— *Tratado moral de Louvores e perigos de alguns estados seculares, e das obrigações que n'elles ha, com exortação em cada estado de que se trata*; *composto por D. Sancho de Noronha.* Officina de Francisco Corrêa, impressor do *Collegio real.*

1550—*Cartinha para ensinar a ler e escrever,* do bispo D. Frei João Soares, com o *Tratado dos Remedios contra os sette peccados.* In-12.º

—*Libellus de Terraemotu, De vario amore Ecloga, De Disciplinarum omnium laudibus oratio,* por Jeronymo Cardoso. In-8.º

— *Oratio in laudem Cl. Principis Joannis I,* por Simão de Castro. In-4.º

—*Panegyris Alphonsi I, Lusitanorum Regis,* pelo Prior do Crato, D. Antonio.

—*Rhetorica breve de Joaquim Rhingelbergio.*

—*Colloquios de Erasmo,* dedicados a D. João III e ao cardeal infante, por João Fernandes de Sevilha, professor de Rhetorica em Coimbra.

— *Axiomatum Christianorum libri tres,* por D. Frei Gaspar do Casal.

—*Chronica geral de Marco Antonio Coecio Sabellico, des o começo do mundo atee nosso tempo, traduzida em lingoagem* por D. Leonor de Noronha. Fol. P. I.

—Antonio da Costa, *Epigramma* a Jeronymo Cardoso.

1551—*Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portuguezes,* de Fernão Lopes de Castanheda, bedel da Universidade.

1551—*Select. interpretationum circa conditiones, etc., libri duo,* por Manuel da Costa. Fol.

—*Ad L. Cum tale §. Si arbitrata D.* etc., do mesmo.

—*Oratio habita Conimbricae,* por André de Resende. In-4.º

—*Dictionarium Juventuti studiosae admodum frugiferum.* In-8.º (Outra de 1562.) Por Jeronymo Cardoso.

—*Logica de Trapezuncio,* com as notas de Diogo de Contreras. N'este tempo já trabalhava em Coimbra Antonio Mariz, que tambem veiu a ser impressor da Universidade: Constituições do Bispado de Coimbra.

155?—*Ad Serenissimum Lusitaniae Principem Joannem Filium D. N. Regis Joannis III jam feliciter Regem designatum Elementa Grammatices cum adnotationibus in eadem per Joannem Fernandum Hispalensem Rhetorem Regum in inclyta Conimbrice.* In-8.º

1552—*Arte de Rhetorica,* do jesuita Cypriano Soares, valenciano.

—*Oratio de omn. Philosophia part. laudibus, et studiis,* por Hilario Moreira. In-4.º

—*De suo et alieno posthumo,* por Manuel da Costa. In-4.º

—*Carmen heroico-latino,* do jurisconsulto Manuel da Costa, no casamento do infante D. Duarte com D. Isabel.

—*Historia do Descobrimento e conquista da India,* de Castanheda. Fol. Em 1552 (segundo e terceiro), 1553 (quarto e quinto) e 1554 (sexto e septimo), comprehendendo sete livros.

—*Segunda Parte da Chronica geral de Marco Antonio Coecio Sabellico,* traducção de D. Leonor de Noronha. Fol.—Tambem imprimiram *As vidas de alguns Santos da Ordem dos Prégadores,* etc. Fol.

1553—Fr. Francisco de Barcellos, *Salutiferae Crucis Triumphus;* na Epistola dedicatoria a D. João III faz referencias á grande influencia de Frei Braz de Barros no desenvolvimento dos estudos em Coimbra.

—*Rudimenta Grammaticae.*

—*Ignatii Moralis, Ciceronis Proemium Rhet.* In-4.º

—*Oratio ad. Reg. Joan. III,* do mesmo. In-4.º

—*Epithalam. Seren. Princip. Joannes et Joannae,* do mesmo. In-4.º

—*Panegyris D. Antonio Principis Ludovici Filio.* In-4.º Apud Barreira.

—*Ecloga quae Sylenis inscribitur, aliaque Poemata,* por Jeronymo Cardoso. In-8.º

1554—*Historia de Eusebio de Cesarêa,* traduzida por Frei João da Cruz, da Ordem dos Prégadores da Provincia de Portugal.

1554—*Monastichon de primis Hispanorum Regibus,* por Frei Nicoláo Coelho; e *Chronologia seu Ratio Temporum,* do mesmo. 1 vol.

—*Oratio de Scient. disciplinarumque omn. laudibus habita Conimbr.,* por Henrique de Brito. In-8.º

—*Cartinha para ensinar a lêr,* etc., por D. Frei João Soares. In-12.º

—*Ignatii Moralis, in Interitu Principis Joannis, Elegiae duae; item cum ejusdem duobus epitaphiis. Deplorat Joanna suavissimum maritum.* Elegia latina. Outra, tendo por argumento: *Joannes Princeps recenti fato functus et Maria ejus soror in Olympo colloquuntur.* Outra: *Ad nascentem prolem Serenissimae Joannae.*

—*Conimbricae Encomium.* Descripção de Coimbra dedicada a D. Antonio, filho do infante D. Luiz. Apud Barreira.

—*Historia do começo de nossa Redempção, que se fez para consolação dos que não sabem Latim,* publicada por mandado de D. Leonor de Noronha.

—*Historia da vida e martyrio de Santo Thomaz de Cantuaria,* por Diogo Affonso, secretario do cardeal D. Affonso.

—André Rodrigues, *Loci communes Sententiarum.* In-4.º (Outra de 1567 e 1569.)

—*Triumphos de Sagramor, em que se tratam os feitos dos cavalleiros da segunda Tavola Redonda,* por Jorge Ferreira de Vasconcellos.

1555—*Grammatica Despauterii.*

—*Arte de Guerra de mar,* de Fernão de Oliveira. In-4.º

—*Ignatii Moralis, In interitum Principis Ludovici Elegia.* Apud J. Alvarem.

—*Oratio de Scientiarum laude,* de Antonio Pinto.

1556—*Hieronymus Opera.* Fol.—*Constituições do Bispado de Viseu.*

1557—*Ignatii Moralis, Oratio funebris in interitum Serenissimi Regis Joannis ad Patres Conscriptos Conimbricensis Academiae.*

—Ayres Pinhel, *Ad Rubric. etc. L. II Cod. De rescindenda Vindit. Comment.* Fol.

—*Confessionario ou interrogatorio breve,* por D. Frei João Soares.

1558—*De quaestione Patrui et nepotis,* etc., por Manuel da Costa, In-4.º

1559—*L. Annes Senecae Cordubensi, Tragoediae duae* (Thyestes e Troas), para uso das Escholas Jesuiticas. Em casa de Antonio Mariz.

1560—Senecae, *Hercules furens* e *Medea.*

—*Cartinha com o fazimento de Graças,* do bispo Frei João Soares. João de Barreira. Traz a *Regra de Viver em paz,* de Diogo Ferraz.

1560—*Comedia dos Vilhalpandos,* de Francisco de Sá de Miranda. Officina de Antonio Mariz.

—*Itinerario* de Antonio Tenreiro. Ibi.

—*Tractado notavel de uma practica, que hum Lavrador teve com hum Rei da Persia que se chamava Arsano, feito por hum Persio por nome Codro Rufo, reduzido em Portuguez por Fr. Jeronymo, Monge de Alcobaça, estando em Paris.* In-4.° goth. Em casa de João de Barreira.

—*Comedia Euphrosina,* de Jorge Ferreira. In-8.°

—*Historia Belli Hydruntini,* de D. Garcia de Menezes.

—*Vida e milagres de S. Isabel, rainha de Portugal,* por Diogo Affonso. In-4.°

—*Oração latina que disse D. Garcia de Menezes em pleno Consistorio,* etc. In-4.°

1561—*Ho octavo Livro da Historia* de Castanheda. Fol. 3 vol. Em casa de João de Barreira; saíu posthuma.

—*Chorographia de alguns lugares, que estão em caminho que fez Gaspar Barreiros.* In-4.° Officina de João Alvares. No mesmo livro:

Censuras sobre M. Portio Catam, Beroso Chaldeo, Manethon Egypcio e *Q. Fabio Pictor Romano.* In-4.° Ibidem.

Commentario de Ophyra Regione.

Oração latina de D. Garcia de Menezes, que começa: *Si ita ab immortali Deo.*

—*De monetis, penderib., mensuris,* etc., por Jeronymo Cardoso. No fim: *Genethliac. Emman. pueri.* In-8.°

1561—*Commentarii in Mathaeum,* de Frei João Soares, impresso por João Barreira *in aedis Calcographis Regis.*

—*Sermão das Exequias delrey D. Affonso Henriques,* por D. Frei João Soares.

1562—*Oratio habita ab Joanne Teixeira, cum Marchionatus dignitas collata tributaque fuit illustri magnifico Domino Petro Menesio, Villae Regalis Marchioni, Comitique Uraniae, anno 1489.* Impresso por João Alvares. E no mesmo anno a traducção em portuguez, feita por Miguel Soares. 1 vol. in-4.°

—*Dialogo de Perfeição e partes que são necessarias ao bom Medico.* In-4.°

—*Comment. in Evang.,* por Frei João Soares.

—*Ignatii Moralis, In quosdam Dialecticos, ac Grammaticos pro jure peritis Carmen, et alia quaedam ejusdem poemata.* Apud Barreira.

1563—*Imagem da vida christam,* de Frei Heitor Pinto. (Outra de 1565.)

1564—*Decretos e Determinações do Concilio Tridentino,* tirados em linguagem vulgar. In-8.º Officina de João Barreira.

—*Sylvarum lib. unus,* por Jeronymo Cardoso. No fim: *Epithalam. Seren. Joannae, Carl. V. fil.*

—*Exposições de Paulo de Palacio ao Evangelho de S. Matheus.* Fol. Na officina de João Barreira.

—*Naufragio da Náo Sam Bento,* por Perestrello. In-8.º

—*Cartas que os PP. da Companhia escreveram do Japão.* In-4.º

1565—*Itinerario* de Antonio Tenreiro. Officina de Barreira. In-8.º

1567—*Memorial das Proezas da Segunda Tavola Redonda,* de Jorge Ferreira de Vasconcellos. In-4.º Na officina de Barreira.

—*Veritatis repertorium in Hebreos, per Fratem Franciscum Securim, Doctorem Parisiensi.* Apud Joan. Barreira. In-4.º

1568—*Aulularia, Captivi, Stichus et Trinumus,* Plauti.

—*Tratado da vida e martyrio dos cinco Martyres de Marrocos.* Goth.

1569—*Comedia dos Estrangeiros,* de Francisco de Sá de Miranda. Apud Barreira. In-4.º

—*Dictionarium Latino-Lusitan.,* por Jeronymo Cardoso.

—*Summario das Chronicas dos Reis de Portugal,* de Christovam Rodrigues Acenheiro.

1570—*Falla que se fez a El Rei Dom Sebastião na entrada de Coimbra, aos 13 de Outubro.* Officina de João Alvares. In-4.º.

—*Oratio habita ad Sebast. Regem,* de Luiz de Castro Pacheco.

1571—*Petri Nonii Salaciensis De crepusculis.* Apud Mariz.—*De erratis Oronti, liber unus.* Ibi.

1573—*Summa Caetana,* de Frei Diogo do Rosario. In-8.º

1577—*Grammatices duo compendia eo modo in methodum contracta, ut nihil redundet, aut desit,* por Fernando Soares Homem, mestre do Duque de Bragança. In-4.º

—*Historia das vidas e feitos heroicos, e obras insignes dos Santos,* por Frei Diogo do Rosario. 2 t. Fol.

1578—*Annot. á Mechanica de Aristoteles e ás Theoricas dos Planetas de Purbachio com a Arte de Navegar,* por Pedro Nunes. Fol.

1579—Frei Heitor Pinto, *Comm. in Daniel.* Fol.

—*Reportorio dos Tempos,* por João Barreira. In-4.º (Ibi, 1582.)

1582—*Brevis disceptatio medica, et Oratio in laud. Seren. Principis,* por Jeronymo de Sá Souto Maior. In-8.º

—*Conclusiones Medicae,* do mesmo. In-12.º

1584—*Tratado del Consejo y de los Consejeros de los Princepes por Doutor Bartholomé Felippe.* 1 vol. In-4.º

1588—*Sylvae illustriorum Authorum;* é uma Selecta dos Jesuitas para uso das aulas de grego e latim.

1589—*O Primeiro Cerco de Diu,* de Francisco de Andrade.

—*Relação das grandes alterações e mudanças que houve em os reinos do Japão,* pelo padre Luiz Froes. In-4.º Officina de Antonio Barreira.

—*Dialogos de D. Frei Amador Arraes.* In-4.º

1590—*Repertorio dos tempos,* por André de Avellar. In-4.º Apud J. Barreira.

1591—*Martyrologio romano.*

1593—*Livro da Esfera,* de André de Avellar, Lisbonense. In-8.º E tambem: *Sphaerae utriusque Tabella.*

1594—*Manual de Epicteto Filosofo, traduzido do grego em linguagem,* do bispo D. Frei Antonio de Sousa. Officina de Mariz.

—*Diversorum Juris argument. lib. tres,* por Gonçalo Mendes de Vasconcellos Cabedo. In-4.º

1596—*Romances* de Francisco Rodrigues Lobo. In-16.

—*Relação das Reliquias que foram da Sé para Santa Cruz,* pelo padre Gaspar dos Reis. In-8.º

Por estes pequenos annaes da imprensa de Coimbra,[1] onde não incluimos os trabalhos da typographia do mosteiro de Santa Cruz, vê-se que effectivamente houve um periodo de actividade, que vae ascensionalmente até 1562; d'ahi por diante, tirando alguns trabalhos propriamente dos Jesuitas e novas edições, parece que n'esse fóco scientifico se apagou todo o esplendor da intelligencia.

Ainda no meado do seculo XVI persistia no ensino o livro dos *Disticos,* de Catão; nos processos contra os mestres francezes do *Collegio real* allude-se a esta pratica: «Alvaro Lobato, que foy frade de Sam Domingos e agora *lê o Catão aos mininos* no Collegio...» A leitura era em latim, explicando em seguida cada um dos disticos, que ou se versificavam em épodos, ou se commentavam com explicações moraes.

Por uma carta de D. João III a Frei Braz de Barros, datada de 3 de julho de 1536, recommendando-lhe um escholar pobre, escudeiro da casa do cardeal infante D. Affonso, vê-se como as disciplinas ensinadas não eram perfeitamente compativeis com as edades: «Padre frei bras de bragua. eu elrej vos emvio muyto saudar. manuel thomaas que

---

[1] Esta lista bibliographica é em grande parte tirada da Memoria de A. Ribeiro dos Santos *Sobre a historia da Typographia portugueza no seculo XVI (Memorias de Litteratura,* t. VIII), e de Barbosa Machado e Innocencio.

vos esta daraa com hũ menino seu filho vam per meu mandado apremder a esses estudos. muyto vos ẽncomendo que do menyno façaes ter especiall cuidado pera *latinidade* e *greguo* ha daprender por q̃ sendo de tão pequena jdade tem jaa allgũ principio no latim como là vereis. e em tudo o q̃ lhe a elle e a seu pay comprir folgarei que recebão de vos todo o favor e guasalhado que fôr rezão e vollo aguardecerey muyto. screpta ẽ Evora a tres de julho. Manuel da Costa a fez de 1536. *Rey*. Encomenda ao padre frei bras de bragua sobre m.^{el} tomas e seu f.^{o}»[1] Ha uma outra recommendação de D. João III, em carta de 30 de junho de 1544: «Padre Frey bras. eu elrey vos emvio muyto saudar. emcomẽdovos muyto que queyraaes receber por colegiall no colegio dese mosteiro de samta cruz a fernão de pyna estudante nos estudos desa çidade avendo allgũ lugar vaguo e se não no primeiro que vagar por que receberey diso prazer e volo agardeçerey e terey ẽ serviço. Manuel da Costa a fez ẽ evora a xxx dias de junho de 1544. *Rey*.»[2] Em outra carta de 10 de junho de 1547 recommenda Francisco Pinheiro, estudante pobre, de Pombal, para continuar os seus estudos no *Collegio de Santa Cruz.*[3] Por esta insistencia se avalia a necessidade que tinha o rei em coadjuvar a fundação de numerosos collegios junto da Universidade de Coimbra; não corresponderam, porém, a esta boa vontade.

Os numerosos Collegios, que se achavam incorporados na Universidade, não coadjuvavam o desenvolvimento do ensino, como era de esperar; disputavam entre si precedencias nos préstitos ou procissões da Universidade, e por todas as fórmas procuravam manter uma vida independente d'aquella sua *alma mater;* em provisão datada de 28 de fevereiro de 1544, D. João III, depois de ter ouvido o parecer dos Doutores Morgovejo e Bartholomeu Filippe, estabeleceu as precedencias dos Collegios, as quaes não poderam ser levadas á pratica. O reitor Frei Diogo de Murça, escreveu em 11 de maio de 1545 uma carta ao rei em que se queixava da sua impotencia: «Senhor.—O anno passado se tomou assento sobre a differença que avia entre os religiosos mendicantes, que estão nos Collegios d'esta Universidade quando se ajuntavam nas procissões que a dita Universidade ordena: que o primeiro lugar era dos dominicos; o 2.º dos franciscanos; o 3.º dos augostinhos, e o 4.º dos carmelitas; e por direito commum se achou que elles de-

---

[1] *Cartas dos Reis e dos Infantes. Instituto,* 2.ª série, vol. XXXVI, p. 655.
[2] *Ibidem,* vol XXXVII, p. 51.
[3] *Ibidem,* p. 124.

viam goardar esta ordem entre sy avendo respeito as confirmações das ditas ordens: os dominicanos, franciscanos e augustinhos foram então contentes de hir desta maneira nas ditas procissões, por dizerem que tambem esta ordenança lhes convinha segundo a fundação de seus collegios nesta Universidade; os carmelitas, não quizeram estar por esta sentença, dizendo que devião ter outro logar asy por sua ordem ser mais antiga, como por seu collegio n'esta Universidade vir primeiro: ysto tudo screvi a V. A. e logo mandou que os outros collegios fossem na ordenança que acima disse, e que os carmelitas fossem ouvidos inteiramente de sua justiça. Vista esta resposta de V. A. assynamos aos ditos carmelitas termo até o pintycoste do anno passado que viessem com seus privilegios e com todo o que tinham per que pertendiam ter outro logar nas procissões; e nom quiseram vir; e neste inverno passado por causa das muitas auguoas ordenamos huma procissão, e mandey chamar os ditos collegios que viessem a ella como dantes tinham de costume; e nom soo nom quiserão vir os carmelitas; mas os franciscanos e augustinhos tambem se deitarão fora de vir e nom vierão. Agora por causa da grande sequa, que nesta terra faz muito dano ordenamos outra procissão geral, e torney a mandar chamar os ditos collegios de sam francisco, augustinho, e carmos, tão pouquo quiserão vir, e soo o collegio de sam domingos vem as ditas procissões; os conventos de sam francisco e o de sam domingos a meu chamado vem de muito boa vontade as ditas procissões; e de nom virem os collegios por causa da competencia que entre sy tem se causa escandalo na Universidade e cidade e pareçe muito mal. Faço saber ysto a V. A. pera que proveja como vir que he milhor: a meu ver nom he serviço de deus nem de V. A. hir este negocio por esta via, por que ao diante se syguirão alguns inconvenientes; e pois estes collegios são membros da Universidade nestas cousas pias e santas devem estar sobjeitos a ella: elles se vão pouquo e pouquo isentando, e aos actos publicos de Theologia pouquos e pouquas vezes veem: se V. A. os ajunta aqui pera delles fazer letrados he necessario que sejam sojeitos a Universidade e precedão nas cousas principaes segundo os estatutos della: se acha cada collegio fizer per sy huma so cabeça em tudo, sera grande confusão e pouquo proveito: he necessario, que V. A. agora logo nestes principios acuda a ysto antes que elles tomem mais posse: e pareçe que se poderiam concertar per esta maneira. s. que V. A. mande chamar os prelados de suas ordens, e lhes diga a ordem que ha por bem que estes religiosos tenham nas procissões e nas mais cousas em que se ajuntarem, e que a elles a mandem goardar nos ditos collegios: e

poderseão colloquar por esta ordenança. s. que os dominicos pois são primeiros tenham a mão direita no couçe da procissão, e os franciscanos a mão esquerda; os augustinhos a mão direita diante dos dominicos, e os carmelitas a esquerda diante dos franciscanos: e asy me pareçe que estava bem; e se nom seja de qualquer outra maneira com tanto que venham e nom aja mais divissão: e pella maneira que forem nas procissões ham tambem dargumentar nos *actos quodlibeticos,* e por ysso he necessario darlhe regra pera todo, que nom torvem a boa ordem que nestas cousas publiquas se requere e muito reluz; e pois elles de V. A. recebem tantas esmolas e lhe faz os collegios e dá a sustentação bem he que se sometam em toda ordenança que for pera bem da Universidade: e eu affirmo a V. A. que he muito necessario estar tudo o que toqua a esta Universidade debaixo de huma soo cabeça que doutra maneira sempre avera discordia de que se siguirá pouquo proveito.» [1]

Este principio da dependencia dos Collegios da Universidade era um dos problemas pedagogicos mais importantes do seculo XVI; resolveu-se diversamente em alguns paizes da Europa, como meio de vivificar o ensino nas Universidades, que tendiam a caír na estabilidade. D. João III, obedecendo ás sugestões vagabundas com que legislava sobre instrucção, depois de ter determinado a independencia do *Collegio real* em 1547, submette-o em 1549 á inspecção superior da Universidade, tornando «*não obstante a repugnancia da Universidade*» a conceder-lhe completa independencia em 1557 já sob o regimen dos Jesuitas. A mesma instabilidade se dá com o *Collegio das Artes,* incorporado na Universidade por carta de 5 de setembro de 1561, com a acquiescencia dos Jesuitas, e pela provisão de 1564 outra vez isento da jurisdicção do reitor.

Como já observámos, o problema teve differentes soluções; em França as Universidades absorveram os Collegios, caminhando para o desideratum da unificação do ensino que veiu a realisar-se na Universidade franceza, mas apesar d'este vigor as Universidades estacionaram ficando extranhas ao movimento scientifico do seculo XVII. Na Inglaterra appareceu outra solução: os Collegios conservaram a sua absoluta independencia e mantiveram os seus bens livres, e regimen disciplinar autonomo com uma tenacidade tal que esse systema ainda

[1] Arch. nac., *Corpo chronologico,* P. I, maço 76, doc. 51. Ap. *Instituto,* de Coimbra, vol. XXXVIII, p. 625, no estudo do Dr. A. J. Teixeira, *Prestitos e Procissões da Universidade.*

persiste actualmente; nem por isso as Universidades inglezas se transformaram tomando parte na renovação scientifica provocada pelas syntheses baconiana e cartesiana. Vê-se portanto que ha uma causa mais profunda que em tão diversas condições produziu a mesma estabilidade. Como poderia a Universidade de Coimbra, quer mantivesse uma direcção plena sobre os Collegios, ou sob a preponderancia dos Jesuitas, em que ficou desde 1555, resistir a esta causa tão poderosa de retrocesso, que esterilisava outras corporações mais fortes? Os Jesuitas ficaram com a responsabilidade de uma decadencia, a que elles mesmos foram fatalmente arrastados. Verdadeiramente a historia intellectual das Universidades termina no meado do seculo XVI; d'ahi em diante são um corpo morto que fluctua. A Universidade de Coimbra acompanha as vicissitudes politicas da nacionalidade, subsistindo intellectualmente á sombra da sua tradição: *stat magni nominis umbra.*

FIM DO TOMO I

INDICE